

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

GERALDO INÁCIO MARTINS

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E MODULAÇÃO DO ESPAÇO:
políticas ambientais de conservação e planejamento biorregional no Mosaico
Sertão Veredas - Peruaçu



GERALDO INÁCIO MARTINS

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E MODULAÇÃO DO ESPAÇO:
políticas ambientais de conservação e planejamento biorregional no Mosaico
Sertão Veredas- Peruaçu

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior.

Uberlândia-MG
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M386c Martins, Geraldo Inácio, 1983-
2016 Conservação da natureza e modulação do espaço : políticas ambientais de conservação e planejamento biorregional no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu / Geraldo Inácio Martins. - 2016.
462 f. : il.

Orientador: João Cleps Júnior.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Proteção ambiental - Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu - Teses. 3. Política ambiental - Brasil - Teses. 4. Gestão ambiental - Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu - Teses. I. Cleps Júnior, João, 1962-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.


CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

GERALDO INÁCIO MARTINS

**CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E MODULAÇÃO DO ESPAÇO:
POLÍTICAS AMBIENTAIS DE CONSERVAÇÃO E PLANEJAMENTO
BIORREGIONAL NO MOSAICO SERTÃO VEREDAS - PERUAÇU.**



Prof. Doutor João Cleps Júnior (Orientador) - UFU




Professora Doutora Luciene Rodrigues – UNIMONTES - MG



Professor Doutor Airton Sieben - UFT



Professor Doutor Rosselvelt José Santos – UFU



Professor Doutor Marcelo Cervo Chelotti – UFU

Data: 25/02 de 2016

Resultado: Aprovado com Louvor.

Agradecimentos...

O doutorado é o fechamento de um ciclo e, como tal, há vários outros ciclos adjacentes que nele se coaduna. E neles sempre houve pessoas que transformaram o trabalho solitário, como é um comum em uma tese (ou dissertação), em trabalho solidário. Várias pessoas contribuíram de maneiras distintas nestes ciclos que se fecham: com uma leitura atenta e orientações, com dicas, com um simples cafezinho e um bom bate papo para aliviar as tensões e inseguranças, ou simplesmente estiverem por perto como que, implicitamente, dissessem “estou aqui”. A elas os meus sinceros agradecimentos e reconhecimento. Apesar dos possíveis esquecimentos, quero citar algumas destas pessoas nominalmente:

João Cleps, meu orientador de longa data, que me guiou pelos caminhos do mestrado e doutorado. A ele agradeço a paciência de sempre, a confiança e, sobretudo, por me oportunizar a entrada na Pós-Graduação. Neste ciclo que ora se fecha, boa parte das conquistas devo a ele.

A minha família, especialmente, **Sr. Antônio e Sr^a. Lourdes**, papai e mamãe, e a meus irmãos (**Edene, Tati, Taís, Antônio, Tanívia, Edmir, Elaine; Guilherme** meu sobrinho.), agradeço pela ampla compreensão das minhas longas e permanentes ausências. E, sobretudo, pela extrema confiança de sempre.

Natália Campos, minha querida amiga, companheira inestimável de trabalho, agradeço a amizade primeiramente, mas também a ajuda primorosa nos trabalhos com as adequações dos quadros, mapas e entrevistas, etc., os comentários brincalhões sobre as pérolas escritas na tese, a sua primorosa primeira leitura. Enfim, agradeço pelo seu companheirismo tesiano.

Jean Assunção pela paciência, companheirismo e atenção de sempre, pela ajuda com as traduções em língua inglesa.

Angela e Rodrigo, amigos de longas datas, agradecimentos sinceros pela amizade, apoio acadêmico e pessoal e pelos vários acolhimentos nos ciclos de minha vida.

A professora **Luciene Rodrigues** por dar a primeira oportunidade na minha vida acadêmica. A ela meu eterno reconhecimento e agradecimento.

Andrea Narciso, Fábio e os meninos (Péo, Nati e Ju) pela amizade, conversas, acolhimento para o cafezinho com pão de queijo. Fábio, em especial, pelas aulas de espanhol e por me ensinar a gostar de línguas estrangeiras.

Carlos Brandão, pela amizade, por oportunizar a experiência em um grupo de pesquisa, pelos ensinamentos acadêmicos e de vida.

Graça Cunha, eterna Gal, pela docilidade do acolhimento, amizade e companheirismo.

Ao Josemir pelas conversas sobre a vida, sobre as não teses, mas também sobre as teses.

Ao **Marcelo Chelloti** pelas contribuições acadêmicas e, sobretudo, pelo acolhimento, apoio e amizade em Uberlândia.

Ao **Airton Sieben** pelas contribuições acadêmicas e indicações de melhorias no conteúdo da tese, mas, sobretudo, pela disponibilidade de leitura em tempo recorde.

A minha querida **Joyce** pelos almoços de domingo em Uberlândia e pelas conversas tranquilas e amigas.

Maristela pela amizade e pela acolhida sempre calorosa.

Marcus Benachio pela amizade e as longas conversas sobre vida acadêmica.

Aos professores **Vera e Rosselvelt** pela leitura atenciosa e pelas contribuições em disciplinas e na defesa do projeto.

Alê Leal pela amizade e companheirismo.

A Fabiana e Raquel companheiras de LAGEA pelas boas conversas e pela amizade.

A Lucimeire, eterna companheira de disciplinas e minha querida amiga.

A **Andreza** pelas boas conversas e pela amizade.

A Luana Marques pela amizade e carinho

A **Itzel** (minha mexicana predileta) minha querida amiga, e por ter sido umas das primeiras pessoas “a me indagar qual era a minha tese”.

Ao **Raphael Medina** pela ajuda com o material de pesquisa.

Ao **Wesley Vieira** pela preciosa contribuição, sobretudo, com os mapas.

Ao **LAGEA** pelo acolhimento e oportunidades.

A FAPEMIG e a CAPEs, em tempos distintos, pelas bolsas de Pós-Graduação.

Ao **IEF de Januária e ao Conselho do MSVP** pelo tempo disponibilizado e pelo material fornecido.

Sim, o Tempo vasto, impossível de medir
faz aparecer as coisas que não eram
aparentes
e faz desaparecer as coisas que apareceram
Sófocles

RESUMO

Uma proposta recente da política ambiental brasileira é a criação e reconhecimento dos Mosaicos de Áreas Protegidas, regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC em 2002. A regulamentação jurídica levou ao reconhecimento de muitos mosaicos no Brasil, entre eles o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu-MSVP, situado na região Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia, objeto em análise nesta tese. Aliado à ideia dos Mosaicos formulou-se também a proposta dos Planos de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista – Plano DTBC, que envolve, ao mesmo tempo, estratégias de planejamento, gestão e desenvolvimento sob a perspectiva da conservação ambiental. É elementar que a proposta dos Mosaicos e seus Planos DTBC indiquem alternativas para integrar os territórios da conservação às estratégias de desenvolvimento regional sustentável, sem desconsiderar, porém, os objetivos iniciais para os quais estes territórios foram criados e, sobretudo, pensar esta integração tendo como base a lógica conservacionista, ou seja, o uso dos recursos de modo a assegurar a sua sustentabilidade. Nesse sentido, o objetivo desta tese é compreender a formação histórica – territorial do MSVP, bem como, as suas estratégias espaciais e ambientais e os elementos subjacentes à produção de um edifício biorregional. Para isto, recorreremos às análises das estratégias de planejamento, gestão e dos eixos de desenvolvimento (a gestão integrada, o extrativismo em bases sustentáveis e o turismo ecocultural) do Plano DTBC. Não buscamos compreender o MSVP em si, mas os processos subjacentes a sua formação histórica e os desdobramentos das ações empiricizadas por meio do Plano DTBC. Desvelamos os embates, os redimensionamentos do espaço por meio das políticas ambientais de conservação, além de evidenciar os novos conteúdos impostos e os novos recortes espaciais produzidos, apontando os elementos que formam a arquitetura de um edifício biorregional. Analisamos ainda os eixos de desenvolvimento (da gestão integrada, do extrativismo em bases sustentáveis e o turismo ecocultural), os sujeitos sociais envolvidos, o papel das Organizações Não-Governamentais – ONGs, as estratégias territoriais e os conflitos envolvidos neste processo. A metodologia deste trabalho pautou-se em análises de fontes técnicas, oficiais e acadêmicas por meio do instrumental da Análise do Discurso. O material empírico advindo das entrevistas e participações nas reuniões do Conselho Consultivo do MSVP complementa a análise documental. Ao final, demonstramos que o reconhecimento do MSVP, como um instrumento de mediação entre as estratégias de desenvolvimento e de conservação, visa romper com a ideia de que a conservação da natureza atua como antítese às políticas de desenvolvimento. Os mosaicos e seus instrumentos de planejamento buscam engajar as UCs e a conservação da natureza nas políticas de desenvolvimento local e regional. Atingir tal objetivo, todavia, pressupõe a distribuição de poder, a descentralização das ações e a gestão participativa, empreendimentos que ultrapassam a capacidade das ONGs (tal como a Funatura, ONG responsável pelo projeto do MSVP), e que coloca em evidência a necessidade do Estado na condução de políticas de desenvolvimento estruturais. Em outras palavras, com o MSVP se reconhece tanto uma estratégia de planejamento e gestão para a biorregião, mas também a história por detrás de sua produção. Ao lançarmos este olhar regressivo sobre a história da conservação na biorregião do MSVP, ficou evidente que a conservação é a espacialização de um conjunto de regras, de normas, e, sobretudo, é a gestão política do espaço geográfico, no qual concorrem muitos interesses e interessados.

Palavras-chave: Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. Planejamento biorregional. Plano DTBC. Conservação.

ABSTRACT

A recent proposal of Brazilian environmental policy is the creation and recognition of Mosaics of Protected Areas, regulated by the National System of Nature Preservation Unities - SNUC in 2002. The legal regulation led to the recognition of several mosaics in Brazil, among them the Mosaic Sertão Veredas- Peruaçu-MSVP, located in the North of Minas Gerais and South of Bahia, an object under analysis in this thesis. Along with the idea of Mosaics we also formulated the proposal of Territorial Development Plans of Conservationist Base - DTBC Plan, which involves, at the same time, planning strategies, management and development from the perspective of environmental conservation. It's of a great importance that the proposal of Mosaics and their DTBC Plans indicate alternatives to integrate the conservation territories to regional sustainable development strategies, without ignoring, however, the initial objectives for which these territories have been created and, mostly, think this integration having as a base the conservationist logic, in other words, the use of resources in a way that it's possible to ensure its sustainability. With this in mind, the objective of this thesis is understanding the historical background - MSVP territorial, as well as, its spatial and environmental strategies and the underlying elements to the production of a bioregional building. So it could be possible, we appealed to the analyzes of the planning strategies, management and development axes (the integrated management, the extraction on sustainable bases and ecocultural tourism) of DTBC Plan. We didn't seek the understanding of the MSVP itself, but the underlying processes to their historical formation and the consequences of empiric actions through the DTBC Plan. We unveiled the clashes, the resizing of space through environmental conservation policies, besides highlighting the new imposed contents and the new space cuttings produced, pointing out the elements which form the architecture of a bioregional building. We've analyzed the development axes (of the integrated management, of extractivism in sustainable bases and the ecocultural tourism), the social subjects involved, the part of Non-Governmental Organizations - ONGs, the territorial strategies and conflicts involved in this process. The methodology of this work was based on analysis of technical sources, official and academic through Instrumental Discourse Analysis. The empirical material from the interviews and participation in meetings of the Advisory Board of the MSVP complements the document analysis. In the end, we showed that the recognition of the MSVP, as an instrument of mediation between development and conservation strategies, aim breaking with the idea that the nature conservation acts as antithesis to development policies. The mosaics and their planning tools seek to engage the UCs and nature conservation in local and regional development policies. Achieving this goal, however, requires the distribution of power, the decentralization of actions and a participatory management, enterprises that exceed the capacity of the ONGs (such as the Funatura, an ONG responsible for the MSVP project), and which highlights the need for the State in conducting structural development policies. In other words, with the MSVP it's possible to recognize both planning and management strategies for the bioregion, but also the history behind its production. As we introduce this backward look over the history of conservation in the bioregion of the MSVP, it became evident that the conservation process is the spatial distribution of a set of rules, and, above all, it's the political management of the geographical space, in which compete many interests and interested people.

Keywords: Sertão Veredas Peruaçu Mosaic. Bioregional Planning. DTBC Planning. Conservation.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A construção do objeto de pesquisa: MSVP	39
Figura 2	Fluxo de Conversão da dívida externa para o PNGS	120
Figura 3	A configuração estrutural e as dimensões do MSVP	164
Figura 4	Perfil (esquemático) transversal do complexo Gerais - Norte-Sul	203
Figura 5	Planejamento biorregional: análise socioambiental	240
Figura 6	Planejamento e gestão biorregional: discussão das alternativas ecológicas e econômicas	241
Figura 7	Fluxo de comercialização de produtos do extrativismo de frutos nativos na região MSVP	300
Figura 8	Dificuldades identificadas para o extrativismo de frutos nativos na região do MSVP	301

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução das áreas de pastagens naturais e artificiais nos municípios de Arinos, Chapada Gaúcha e Formoso segundo os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006	342
Tabela 2	Desmatamento acumulado por ano na biorregião do MSVP	344
Tabela 3	Desmatamento dos municípios mineiros pertencentes a biorregião do MSVP – 2002-2012.	344

LISTA DE BOXES

Box 1	Mosaicos de Áreas Protegidas e Mosaicos de Unidades de Conservação	29
Box 2	Latifúndio, Parque e conflitos	359
Box 3	PARNA GSV e o processo de encurralamento das comunidades camponesas	364

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da lavoura temporária em hectares nos municípios do MSVP	340
------------------	---	-----

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Ambiente de Veredas - a paisagem dos Gerais	206
Foto 2	Fisionomia típica dos Gerais – biorregião do MSVP	207
Foto 3	Os Gerais: Parque Nacional Grande Sertão Veredas- Chapada Gaúcha	207
Foto 4	Apresentação Cultural no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas	281
Foto 5	Primeira parte do curso- apresentação, fundamentos e orientações	294
Foto 6	Tratamento do Fruto do Buriti	294
Foto 7	Estratégias para produção de raspa de buriti	295
Foto 8	Queima das áreas destinadas ao cultivo de semente capim- Chapada Gaúcha	343

Foto 9	Camponesa e o abastecimento de água na Vereda do Barbatimão	365
Foto 10	O curral da criação extensiva de gado	366
Foto 11	Casa Camponesa – espaço de vida das comunidades camponesas da biorregião do MSVP.	366

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Norte/Noroeste de Minas Gerais/Sul da Bahia – biorregião Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	31
Mapa 2	A composição territorial e ambiental do MSVP	33
Mapa 3	Uso e ocupação do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu	222
Mapa 4	Núcleos de gestão do MSVP	262
Mapa 5	As potencialidades do extrativismo no MSVP	297
Mapa 6	Mapeamento participativo do extrativismo no MSVP	299
Mapa 7	Estrada-Parque Guimarães Rosa	316
Mapa 8	Levantamento do potencial turístico do MSVP	320
Mapa 9	Desmatamento na biorregião do MSVP entre 2002-2009	345
Mapa 10	Situação fundiária do Parque Estadual Serra das Araras	359

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conjunto de fontes normativas oficiais	66
Quadro 2	Conjunto de fontes técnicas	67
Quadro 3	Fontes acadêmicas e/ou dos formuladores e ideólogos	68
Quadro 4	Trajeto temáticos	76
Quadro 5	Conjunto de UCs que compõe o MSVP	103
Quadro 6	Unidades de Conservação do Projeto Jaíba	110
Quadro 7	Comparação entre a proposta dos mosaicos e os eixos norteadores de uma biorregião	200
Quadro 8	Identidades e modos de vida nos Gerais do biorregião do MSVP	212
Quadro 9	A composição dos Grupos de Trabalho do Plano DTBC	250
Quadro 10	Ações e metas da gestão integrada no MSVP	258
Quadro 11	Instituições componentes do Conselho Consultivo do MVSP	270
Quadro 12	Ações e metas do eixo extrativismo em bases sustentáveis	290
Quadro 13	Ações e metas do eixo ecoturismo	311

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ADISC	Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha
ADISVRU	Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Urucuia
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CAANMG	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais
CEIVA	Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM	Conselho de Políticas Ambientais
CoopSertão Veredas	Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativista Sertão-Veredas
CPVEA	Comissão de Valorização Econômica da Amazônia
CT	Câmaras Temáticas
CTIFMMAALC	Comité Técnico Interagencial del Foro de Ministros de Medio Ambiente de América Latina y el Caribe
DAP	Diretoria de Áreas Protegidas
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Instituto Mineiro de Florestas
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
GT	Grupo de Trabalho
LO	Licença de Operação
MaB	Men and biospheres
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MSVP	Mosaico Sertão Veredas Peruaçu
NURUC	Núcleos Regionais de Unidades de Conservação
PA	Projeto de Assentamento
PARNA CP	Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
PARNA GSV	Parque Nacional Grande Sertão-Veredas
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
Plano DTBC	Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista
PEMS	Parque Estadual da Mata Seca
PESA	Parque Estadual Serra das Araras
PEVP	Parque Estadual Veredas do Peruaçu
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNR	Parques Naturais Regionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLONORDESTE	Plano de desenvolvimento do Nordeste
PRODAIJ	Projeto de Irrigação do Distrito Agro-industrial do Jaíba
RB	Reserva da Biosfera
RCO	Relatório de Cumprimento de Objeto Parcial

RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RVSRP	Refúgio da Vida Silvestre do rio dos Pandeiros
RESEX	Reservas Extrativistas
RICCMSVP	Regimento Interno do Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu
RL	Reserva Legal
RPPNs	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário
SESC	Serviço Social do Comércio
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TVA	<i>Tennessee</i> Vale Authority
UCs	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: tramas, percursos teóricos e metodológicos	25
1.1 Primeira aproximação: o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu	26
1.2 Segunda aproximação: A construção do objeto de pesquisa	35
1.3 Do objeto à tese: Problemática, objetivos e justificativas	44
1.4 Da região à biorregião: categoria ou conceito?	49
1.5 As trilhas da pesquisa: pesquisa, método e metodologia	60
1.5.1 Das concepções metodológicas à pesquisa: as fontes e o trabalho campo	65
1.6 Pressupostos teóricos de interpretação e a análise das fontes de pesquisa	71
2 DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AO MOSAICO: políticas ambientais de conservação da natureza e a modulação do espaço regional norte mineiro	78
2.1 Políticas ambientais e Unidades de Conservação: estratégias de modulação do espaço	79
2.2 Políticas desenvolvimento e a criação de Unidades de Conservação no Norte de Minas Gerais	89
2.3 Agentes e atores da conservação da natureza: interesses e controle dos fundos territoriais	105
2.3.1 Compensação ambiental e UCs de proteção integral no MSVP	107
2.3.2 Conversão de dívida externa e a conservação da natureza no MSVP	117
2.4 Uso sustentável e conservação: APAs, RPPNs e a RDS no MSVP	127
2.4.1 Interesses privados e as RPPNs	128
2.4.2 APAs, RDS e a conservação da natureza no MSVP	136
3 DAS UCS A BIORREGIÃO: a conservação da natureza e a biorregião do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	146
3.1 Das UCs aos mosaicos – gestão e planejamento da conservação da natureza	148
3.2 A natureza como fundamento para divisão do espaço geográfico	166
3.3 Da região natural a biorregião - as recorrências de um conceito	180
3.4 Características e fundamentos da biorregião do MSVP	199
4 MOSAICO SERTÃO VEREDAS – PERUAÇU: os eixos do planejamento biorregional e da conservação da natureza	226
4.1 Planejamento biorregional e conservação da natureza no MSVP	228
4.2 Do Plano DTBC, eixos de desenvolvimento e o planejamento biorregional	245
4.3 Gestão integrada, Conselho Gestor e o desenvolvimento do MSVP	256
4.3.1 Da gestão integrada ao Conselho Gestor	265

4.4	Desenvolvimento de base conservacionista: o turismo ecocultural e extrativismo no MSVP	284
4.4.1	O MSVP e o extrativismo em bases sustentáveis	285
4.4.2	Turismo ecocultural e a Estrada-Parque Guimarães Rosa	306
5	DESAFIOS A CONSOLIDAÇÃO DO MSVP: Conflitos ambientais, regularização fundiária e a sustentabilidade do Plano DTBC	327
5.1	Conservação, biodiversidade e conflitualidades socioambientais no MSVP	328
5.2	Regularização fundiária e os desafios da justiça ambiental	354
5.3	ONGs, participação e projetos de desenvolvimento	379
5.4	Sustentabilidade, desenvolvimento e empoderamento – outra lógica de desenvolvimento? Desafios e perspectivas	398
5.4.1	Sustentabilidade, desenvolvimento e empoderamento: outra lógica de desenvolvimento?	399
5.4.2	Desafios e perspectivas	411
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	424
7	REFERÊNCIAS	439
	ANEXO 1	461
	ANEXO 2	462

INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação – UCs constituem o principal instrumento de conservação da natureza na política ambiental brasileira. Estas têm por característica básica serem espaços territorialmente delimitados pelo Poder Público, cujo intuito é a proteção e a manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais. Estes espaços protegidos têm objetivos específicos de manejo, e são estes objetivos que vão definir as categorias de UCs (de proteção integral ou uso sustentável) e, conseqüentemente, os usos da natureza permitidos e não permitidos. Ao longo do tempo, as modalidades de áreas destinadas à conservação da natureza diversificaram-se substancialmente, sobretudo, com a institucionalização das categorias de manejo de uso sustentável.

A diversificação de categorias de manejo das UCs representa tanto o avanço da política ambiental brasileira, como o amadurecimento dos princípios e os objetivos da conservação. O fato é, as UCs, embora mecanismo primordial da conservação, enfrentam sérios problemas em sua implementação e gestão. Entre estes problemas situam a relação conflituosa com as populações residentes no interior e entorno das áreas de conservação e, sobretudo, os mecanismos engendrados para regularização fundiária de tais áreas e os usos permitidos e não permitidos da natureza. Além disso, o avanço das pesquisas sobre o papel da conservação na proteção e manutenção da biodiversidade tem demonstrado o quão é limitado este papel quando as áreas de proteção ficam isoladas, ou quando no entorno o padrão de uso e ocupação do solo é espoliante. A rigor, novos padrões de conservação e manejo da biodiversidade tornaram-se necessários, entre eles os Mosaicos de Áreas Protegidas.

A primeira vista, a ideia de um Mosaico de Áreas Protegidas pode parecer estranha. Segundo o Houaiss¹, mosaico refere-se a fenômenos justapostos, composto de partes e/ou a encadeamento de recortes. O termo mosaico tem conotações distintas, conforme a situação e contexto em que é utilizado. De forma geral, é utilizado para explicar um objeto maior, mas cuja formação é composta essencialmente por objetos menores. Estes objetos menores possuem natureza e função independentes quando observadas isoladamente. Quando juntas, por determinado princípio de organização, dão ideia de conjunto e organização. Aquelas características isoladas dão consistência e formam o objeto maior.

¹ Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Houaiss: Rio de Janeiro, 2001.

O mundo pode ser compreendido como um mosaico, considerando a sua heterogeneidade humana, social, cultural e econômica. Mesmo quando reduzimos as escalas, ainda assim a ideia de mosaico está presente. Uma região é composta por uma heterogeneidade de elementos que juntos formam uma unidade maior, os exemplos se multiplicam, a paisagem, os ecossistemas etc.². Portanto, a ideia de mosaico passa pela de unidade, mesmo que esta unidade seja formada por elementos heterogêneos. Nesse sentido, a unidade não se dá pela homologia dos elementos, mas pelo princípio de encadeamento entre eles forjando uma coerência (mesmo que parcial).

Esta é uma das interpretações que realizamos do capítulo IV, do artigo 26 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985/2000), que institui mosaicos no cenário das políticas ambientais de conservação da natureza no Brasil. Segundo o SNUC, a existência de um mosaico ocorre a partir de um conjunto de UCs próximas, justapostas ou sobrepostas. Estas devem ser integradas formando um conjunto territorialmente delimitado. O mosaico tem a finalidade de aperfeiçoar a gestão e as atividades nas UCs, facilitando o acesso para as pesquisas, fiscalização, monitoramento, alocação de recursos e, de certa forma, integrar e estreitar as relações com as populações abrangidas no intuito do manejo e conservação da biodiversidade. Enfim, o mosaico é a tentativa de elevar as UCs para além do caráter normativo, isto é, integrar a conservação ambiental às políticas de gestão, planejamento e desenvolvimento em toda a região sob sua influência.

Uma constatação é necessária. Embora o conceito jurídico de mosaico seja em si um avanço no que se refere à conservação da natureza, ele não revela toda a complexidade dos processos envolvidos em seu reconhecimento e institucionalização. Revela menos ainda a historicidade dos processos de normatização e modulação do espaço por meio das UCs, e como estes processos acabam sendo absorvidos pelo mosaico. Enfim, existe uma processualidade relacional entre normas, conservação, espaço e UCs que precisam ser esclarecidas para se compreender a ideia de unidade espacial subjacente à ideia de mosaicos. Ciente disso, nesta tese, o nosso foco de análise é o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – MSVP. Com ele procuramos entender a processualidade e a historicidade que subjaz ao seu reconhecimento e sua institucionalização, bem como buscando compreender as suas orientações no que refere à gestão e desenvolvimento por meio daquilo que compreendemos como planejamento biorregional.

² Pelo menos está é a compreensão Rui Cerqueira et. ali (2003).

O MSVP envolve áreas do território baiano (em menor quantidade), partes do Noroeste mineiro (também em menor escala) e, em maior quantidade, a região Norte de Minas Gerais. Da margem esquerda do rio São Francisco indo em direção ao Sul da Bahia e em direção ao Noroeste de Minas, existe quatorze UCs, todas na área de abrangência do MSVP. Estas são divididas em UCs de proteção integral (quando os usos são restritos) e de uso sustentável (quando há possibilidade de manejo). Elas se dividem também em várias categorias: Parques (Estaduais e Federais), Área de Proteção Ambiental - APAs, Refúgio da Vida Silvestre, Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS e Reservas do Patrimônio Particular Natural – RPPNs.

A primeira UC de proteção integral criada na região Norte de Minas Gerais foi o Parque Nacional Grande Sertão-Veredas - PARNA GSV no final da década de 1980, principal núcleo do MSVP. A década de 1990 foi mais profícua devido ao fato de o número de UCs ter aumentado substancialmente. Surgiram novas UCs com outras categorias de manejo, como por exemplo, as APAs, as RPPNs e as RDS. Apesar do relevante número de UCs e das categorias de manejo, antes do ano de 2006 quando começou o processo de reconhecimento do MSVP, todas estas UCs estavam isoladas do ponto de vista da gestão e do manejo.

A ideia do MSVP começou a se desenhar em 2005, quando a Fundação Pro-Natureza – Funatura participou do Edital 01/2005 do Ministério do Meio Ambiente – MMA e do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, Edital que selecionou os projetos de mosaicos para financiamento. Com a aprovação do projeto, em 2006, começaram os trabalhos para a criação do Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista – Plano DTBC. O Plano DTBC é o principal instrumento de planejamento de um mosaico. Ele traz as principais orientações tanto no que se refere à gestão integrada, como no que se refere às alternativas de desenvolvimento de base conservacionista. O Plano DTBC do MSVP foi constituído a partir de três Grupos de Trabalho. Com a finalização do Plano DTBC, esses grupos se transformaram em eixos e/ou objetivos do mosaico: Gestão Integrada e Participativa, Extrativismo de Produtos do Cerrado e Turismo Ecocultural.

Estes grupos atuaram em levantamentos de informações para subsidiar o Plano DTBC e, bem como, informações para orientar as estratégias de planejamento, gestão e desenvolvimento. O Plano DTBC foi aprovado em 2008 e, conseqüentemente, em 2009, o MSVP foi reconhecido junto ao IBAMA. O reconhecimento do mosaico e a aprovação do

Plano DTBC abrem caminho para que as propostas de desenvolvimento e gestão integrada possam ser efetivadas.

Para além do âmbito meramente institucional, os mosaicos buscam melhor a gestão das UCs, sobretudo, buscam criar mecanismos que compatibilize a conservação da natureza com promoção de desenvolvimento de base conservacionista. O desenvolvimento de base conservacionista refere-se a um conjunto de serviços produzidos justamente com a conservação da natureza, pode envolver, por exemplo, atividades como o sequestro de carbono, pesquisa de *prospecção com a biodiversidade* etc. O desenvolvimento de base conservacionista refere-se também as atividades de manejo direto do ambiente, como o extrativismo e turismo ecocultural, como na proposta do Plano DTBC do MSVP, pode envolver também a pesca, a extração de madeira, etc..

Esta proposta de fazer dos mosaicos, em geral, e do MSVP mais especificamente, um instrumento de mediação de políticas de desenvolvimento, visa romper com ideia de que a conservação da natureza atua como antítese às políticas de desenvolvimento. Com o MSVP, parte-se do princípio de que conservar a natureza pode-se tornar uma atividade que melhora as condições de vida e gera renda para as comunidades locais. Mas, para isto, é preciso encontrar mecanismo de equilíbrio entre conservação e desenvolvimento. Em outras palavras, o Plano DTBC do MSVP visa encontrar alternativas de manejo aplicáveis à conservação da natureza associada à produção de bens e serviços para as comunidades locais. Enfim, os mosaicos e seus instrumentos de planejamento querem engajar as UCs e a conservação da natureza nas políticas de desenvolvimento local e regional. E como tal, subjaz ao MSVP este princípio de planejamento e de desenvolvimento que se diferencia em muito do planejamento de uso do solo nas UCs. Não se trata mais de analisar os usos permitidos e não permitidos, mas de que forma os usos permitidos podem se converter em base para o desenvolvimento de base conservacionista. Isto fica em evidência nos objetivos do MSVP que, entre outros, propõem implantar práticas que torne o extrativismo de produtos do Cerrado e o turismo ecocultural, mecanismo de desenvolvimento sustentável, fortalecimento das manifestações culturais, sem esquecer a compatibilidade destes usos com a conservação da natureza.

No que se refere mais propriamente à conservação da natureza, isto é, a conservação dos processos ecológicos, os mosaicos visam romper com o isolamento geográfico que caracteriza a maioria dos UCs. A rigor, com a integração de diversas UCs, com as variadas categorias de manejo, de uso indireto e de uso sustentável, UCs públicas e privadas,

Corredores Ecológicos, áreas de amortecimento, áreas de Reserva Legal e Área de Proteção Permanente, visam, simplesmente, aumentar a efetividade da conservação da natureza. Com a integração dos diversos espaços destinados à conservação e sua efetiva gestão, elementos que prejudicam a conservação da natureza como a formação de ilha (isto é, UCs isoladas), fragmentação de habitat e efeito de borda podem ser minimizados.

Além das questões destacadas, a proposta do MSVP quer, teoricamente, colocar a conservação dentro de outro paradigma, rompendo com o sentido conservador das políticas ambientais da conservação. Humano, o degradador da natureza de um lado, e a natureza a ser protegida do outro. Quando se pensa nas propostas de desenvolvimento de base conservacionista, esta distinção torna-se sem sentido, aliás, o MSVP coloca a identidade biorregional, os conhecimentos tradicionais das populações camponesas sobre o quadro biofísico dentro dos seus objetivos de planejamento e gestão. A presença humana, ou melhor, as mais de 37 comunidades da biorregião do MSVP passam a integrar e a participar dos mecanismos de gestão e conservação da natureza, e mais, conforme a proposta do Plano DTBC torna-se o foco para qual se volta o desenvolvimento de base conservacionista.

Observando as características do MSVP, a primeira questão que sucedeu foi pensar uma categoria de análise que permitisse focar ao mesmo tempo as questões mais ligadas ao planejamento e desenvolvimento de base conservacionista e os elementos mais próprios da gestão ambiental. No início da pesquisa, ao observar os elementos que dão sustentação, ou melhor, os espaços territoriais que formam o MSVP, sucedeu-nos a ideia de região natural. Esta ideia veio quando ainda não tínhamos clareza referente ao fato de ser o MSVP, antes de tudo, um espaço politicamente demarcado e com interesses específicos. E mais, antes de termos a ciência de que o MSVP existia antes de seu processo de reconhecimento e institucionalização.

Antes mesmo de resolver este dilema, tínhamos claro que o MSVP conformava uma unidade espacial geográfica distinta, e como tal, a região enquanto conceito geográfico que expressa à síntese de múltiplos fatores geográficos (natural, social, cultural, econômico, etc.), abria horizontes interessantes para explicar a complexidade do MSVP, mas talvez o conceito de região natural e mesmo o conceito geográfico de região não fosse o suficiente para as nossas análises. Isto porque o MSVP é, ao mesmo tempo, um misto que envolve o quadro biofísico e a sua conservação, mas também envolve questões mais ligadas às relações de poder e mecanismos para demarcar, interditar e regularizar espaços; envolve um conjunto de interesses e interessados, além dos elementos mais ligados à questão da

identidade, pertencimento das comunidades locais ao seu território e o conhecimento do quadro biofísico sobre o qual reproduzem os seus modos de vida. De forma geral, quando observamos o MSVP em sua existência concreta, fica em evidência que ele é uma síntese destes múltiplos processos: naturais, sociais, políticos, culturais e econômicos.

Dada a esta complexidade, ao analisar o MSVP apenas por meio do conceito jurídico de mosaico, explicaríamos a parte aqueles fenômenos mais ligados ao reconhecimento e institucionalização deste mosaico. Em contrapartida, fatores ligados à historicidade da constituição do mosaico, os agentes, os interesses e interessados não seriam contemplados. Com isto, mais uma vez o conceito de região nos pareceu imprescindível para entender os fenômenos imbricados na constituição do MSVP. Diante disso, tomamos duas posturas. A primeira delas foi inventariar o maior número possível de referências relativas ao conceito de região, cujo intuito foi encontrar as possibilidades analíticas por meio deste conceito. Complementar a este trabalho de inventariar referências, dedicamos parte de nosso tempo a leituras mais específicas sobre a gestão ambiental, sobretudo, aquelas referências que aliava gestão e região. Deste conjunto de leituras chegamos ao conceito de biorregião e planejamento biorregional.

Para nós, dado ao quadro biofísico dos Gerais³, os processos históricos de apropriação deste ambiente na produção da socionatureza e, sobretudo, as diferenciações espaciais forjadas por meio da materialização das UCs, a área que atualmente está sob a influência do MSVP forma uma biorregião. Biorregião é um conceito que permite explicar aqueles fenômenos espaciais dotados de processos culturais e históricos, mas sem excluir deste processo o quadro biofísico. Em outras palavras, a biorregião é um espaço territorial sobre o qual se expressa uma síntese concreta da relação homem e natureza, seja esta síntese de natureza mais histórica e seja esta síntese intermediada por normas e técnicas como na conservação da natureza.

Ao conceito de biorregião podemos incorporar questões mais ligadas ao planejamento e gestão ambiental para qual é necessário conhecer os processos ecológicos de um determinado ecossistema. Com isto, o conceito de biorregião pode-se referir a determinado espaço geográfico que abriga ecossistemas ou paisagens naturais importantes, mas, não se restringe a esta face eminentemente ambiental. Para se pensar uma biorregião, é preciso pensar no papel do homem na apropriação destes ecossistemas e destas paisagens. Em outras palavras, na análise de uma biorregião, os quadros biofísicos e humanos são

³ O Termo Gerais refere-se a uma subdivisão local do domínio do Cerrado, conforme o capítulo 3.

indissociáveis. Para compreendê-los requer que se coloque em evidência a própria natureza da biorregião.

Em sentido complementar, o planejamento biorregional refere-se ao gerenciamento dos recursos naturais na escala da biorregião, cujo intuito é encontrar um mediador entre conservação e desenvolvimento. O planejamento biorregional não envolve somente na gestão dos recursos ecológicos. Para sua concretude é preciso considerar as entidades públicas da biorregião, os modos de vida (que caso sejam sustentáveis devem ser estimulados), pesquisas para se encontrar alternativas de desenvolvimento com sustentabilidade, envolvimento e participação das comunidades locais. Estes fatores são essenciais na construção de um sistema de cooperação para que a gestão e planejamento se tornem efetivas.

Com o planejamento biorregional, conservação e desenvolvimento são termos complementares. É preciso conservar a natureza, mas é preciso aproveitar os bens e serviços advindos desta. Voltar estes bens e serviços para geração de renda e desenvolvimento para as comunidades locais é o principal objetivo do planejamento biorregional. Este processo permite determinar os melhores locais para se conservar a natureza, expandindo a conservação para escalas maiores e efetivando a proteção e a conservação dos sistemas ecológicos, além de criar possibilidades para que a conservação se torne um mecanismo de mediação de políticas de desenvolvimento.

Com isso, numa primeira aproximação, acreditamos que o MSVP forma uma biorregião e que o Plano DTBC é um instrumento de planejamento biorregional. Nesse sentido, esta tese buscou compreender a formação histórica – territorial do MSVP, bem como, as suas estratégias espaciais e ambientais e os elementos subjacentes à produção de um edifício biorregional. Para isto, recorremos a análises das estratégias de planejamento, gestão e dos eixos de desenvolvimento (a gestão integrada, extrativismo em bases sustentáveis e turismo ecocultural) do Plano DTBC. O MSVP é uma ferramenta de gestão e planejamento ambiental, evidentemente, que estes processos se desenvolvem em um determinado espaço-tempo, com determinadas características e para atender interesses específicos.

Algumas questões nos orientam durante o percurso de construção desta tese: quais as condições históricas, sociais e econômicas permitiram a empiricização do conjunto de UCs que formam o MSVP? O que é um Mosaico de Áreas Protegidas? O que é um Plano DTBC? De que modo e com quais conceitos da geografia conseguimos compreender a

complexidade inerente aos mosaicos e, mais especificamente, o MSVP? Evidentemente que estas questões não são questões de pesquisa propriamente ditas, sobretudo, porque foram aprofundadas e desdobradas conforme veremos no capítulo 1. São indagações germinais, aprofundadas à medida que delineávamos o objeto de pesquisa.

Nesse sentido, esta tese busca compreender tanto a concepção teórica que subjaz ao reconhecimento e institucionalização do MSVP, e como os processos sociais, históricos e territoriais que lhe dão sustentação, sobretudo, as Unidades de Conservação-UCs. Além deste objetivo geral, cada capítulo tem um objetivo específico e complementar. Nesse sentido, o capítulo 1 é dedicado a demonstrar a estrutura teórica e metodológica da tese. Inicialmente, demonstramos alguns elementos pertinentes à compreensão do MSVP e a forma como construímos o objeto de pesquisa e quais são os fenômenos em análise. Depois, apresentamos as problemáticas, os objetivos e as justificativas da tese e, bem como, os conceitos centrais para as análises aqui desenvolvidas. A parte final do capítulo é dedicada a metodologia mais especificamente, onde elencamos as fontes de pesquisa e os instrumentos de análises.

No capítulo 2, discutimos os processos históricos subjacentes à criação das UCs do MSVP. Cada uma das UCs deste mosaico tem uma história que lhe é peculiar. Entender esta história é também entender aquela da formação da biorregião do MSVP. À medida que as UCs se materializavam, um desenho espacial diferente ganhava concretude, a história espacial anterior se modificava, e um novo ordenamento de formas e conteúdos se estruturava. O MSVP só existe com as UCs e depois destas, elas são o seu presente e o seu passado, as UCs estão imbricadas na genealogia do MSVP e, evidentemente, fazem parte de sua história espacial.

No capítulo 3, mais teórico, analisamos a própria ideia de Mosaico de Áreas Protegidas destacando a influência da cooperação franco-brasileira em sua elaboração, além de demonstrar o sentido de planejamento posto nos Planos DTBC. A partir destas análises iniciais, analisamos o conceito de região natural e a sua influência no conceito de biorregião. A parte final do capítulo é dedicada à apresentação das principais características da biorregião do MSVP. Em resumo, este capítulo é resultado das análises do capítulo 2, quando elencamos os processos e sujeitos, interesses e interessados na conservação da natureza na biorregião do MSVP, e quando demonstramos como fenômenos de várias escalas se interconectam na biorregião por meio da conservação da natureza. Além disso,

este capítulo é a base teórica para o capítulo 4, quando analisamos o Plano DTBC como instrumento de planejamento biorregional.

O capítulo 4 é dedicado à compreensão do planejamento biorregional do MSVP. Para nós, o Plano DTBC é um instrumento de planejamento, gestão e desenvolvimento da biorregião do mosaico. Neste capítulo discutimos a concepção de planejamento biorregional e os principais elementos que nos permite identificar esta modalidade de planejamento no MSVP. Assim discutimos as etapas e os processos de construção do Plano DTBC e seus eixos de desenvolvimento: Gestão Integrada e Participativa, Extrativismo e Turismo Ecocultural. A proposta final é demonstrar as implicações deste planejamento na própria constituição da biorregião do MSVP.

Finalmente, o capítulo 5, estudamos os conflitos, os desafios entre a conservação da natureza e o desenvolvimento de base conservacionista, bem como as contradições desta modalidade de planejamento. O capítulo 5 é a crítica do planejamento biorregional do MSVP, cujo intuito é demonstrar as principais contradições, como por exemplo, a desconsideração do agronegócio, a redução das alternativas de desenvolvimento de base conservacionista ao extrativismo e ao turismo ecocultural, bem como, o silenciamento relativo aos conflitos ambientais. Para nós, entendendo o desenvolvimento como o processo de empoderamento das comunidades locais, os eixos de desenvolvimento do Plano DTBC são insuficientes para isso.

Diante deste quadro, acreditamos que para a compreensão do MSVP é necessário o imbricamento de muitos campos geográficos. Entre eles, a relação homem-natureza e os seus desdobramentos são os principais, mas não podemos desconsiderar que o MSVP envolve uma questão agrária, sobretudo, quando focamos a questão da regularização fundiária em UCs e os conflitos advindos deste processo. Na análise do MSVP é preciso considerar uma face mais econômica da Geografia, especificamente, quando se analisa a proposta de desenvolvimento do Plano DTBC. Durante a tese passamos por estes e por outros campos porque assim exigiu o objeto de pesquisa.

Para finalizar esta introdução, é preciso considerar que as políticas ambientais de conservação da natureza são agentes de produção do espaço, sobretudo, quando se observa as interdições e os ordenamentos de uso, ou quando uma parcela do espaço é normatizada para os fins da conservação. Portanto, as políticas ambientais são também políticas territoriais. O MSVP, enquanto uma política ambiental e territorial, tem em sua genealogia estes aspectos normativos, técnicos, e também os mecanismos de interdição e modulação do

espaço. Portanto, devemos pensá-lo como resultado deste processo e, ao mesmo tempo, como indutor, e desta processualidade resulta a formação de uma biorregião. Este é o fio condutor desta tese. Esperamos que, afinal, tenhamos demonstrado este duplo processo – a historicidade por detrás da constituição da biorregião do MSVP e o MSVP enquanto constituidor de uma nova historicidade e de produção de uma biorregião.

1- A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: tramas, percursos teóricos e metodológicos

Em Ciências Humanas e, sobretudo, em Geografia torna-se cada vez mais raro falar em objeto de pesquisa. Isto se justifica pelo caráter negativo dado a este termo, remetendo a ideia de supremacia do objeto sobre o sujeito, etc. Mas, é preciso ultrapassar esta barreira linguística e repensar a própria natureza do que vem a ser a ser “objeto de uma pesquisa determinada”. Aqui, o nosso objeto é o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu – MSVP. Acontece que o mosaico não se dá ao conhecimento, ele não porta o conhecimento em si e, especialmente, é impossível compreendê-lo em toda a sua complexidade. Daí a necessidade de limitar o objeto, limitar as características tomadas para compreensão e análise.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é traçar as linhas gerais da elaboração do objeto de pesquisa, demonstrando os conceitos em análise, a forma como se conduziu as pesquisas empíricas, o tratamento das fontes documentais e da realização das entrevistas. O capítulo foi construído no intuito de explicar o próprio desenvolvimento da tese - os percursos, as incursões teóricas e empíricas. Trata-se, por isso, de uma “genealogia” em certos momentos e de uma “arqueologia” em outros. É importante salientar o caráter processual deste capítulo, as mudanças de suas características devido às imposições que surgiram ao longo do processo de tese. Embora ele se apresente como o início de tudo, na verdade ele foi uma longa construção. A cada capítulo, a cada ideia nova ou a cada leitura complementar, o conteúdo (ou parte dele) estrutural foi modificado.

É este caráter processual que queremos evidenciar. A lógica da pesquisa, a construção e desconstrução aqui se apresentam em todas as suas nuances. Sua construção se deu em um escrever e reescrever constante. Em outras palavras, este capítulo é o resultado de uma longa lapidação teórica e metodológica desenvolvida durante todo o tempo de doutoramento – eis aqui a processualidade referida. No final, esperamos ter demonstrado as trilhas construídas e como chegamos a nossa tese.

Do ponto de vista da organização, este capítulo é dividido em cinco eixos. O primeiro é uma apresentação geral do MSVP. Em seguida, apresentamos reflexões a respeito da construção do objeto de pesquisa, ou melhor, da necessidade da construção de um objeto de pesquisa teórica. Após a demonstração de como o nosso objeto foi construído, colocamos as indagações feitas a este objeto (as problemáticas), objetivo (o queremos) e a justificativa (o porquê). O objeto de pesquisa tem uma face teórica e empírica, estes elementos são desenvolvidos no terceiro e quarto momento. E, por fim, trata-se de esclarecer como as

análises foram construídas, os mecanismos usados na compreensão do material empírico e das fontes documentais.

1.1 Primeira aproximação: o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu

Quando se pensa o processo de constituição da história da conservação ambiental por meio de Unidades de Conservação, na região Norte de Minas Gerais, o ponto de ruptura se dá partir da década 1980 (mais especificamente, o ano de 1989), com a criação da primeira área de proteção integral, o Parque Nacional Grande Sertão-Veredas – PARNA GSV. O segundo ponto de ruptura situa justamente da década de 2000 (especificamente 2009), com o reconhecimento do MSVP. O fato é que esta história ganhou complexidade ao longo das três décadas. Novas áreas de conservação foram criadas, as categorias de manejo se diversificaram ao longo deste período.

Neste item, apresentamos alguns conceitos importantes para o desenvolver deste trabalho. Entre eles estão os conceitos de Unidade de Conservação e de Mosaico. Trata-se de uma apresentação inicial, considerando que este conteúdo é aprofundado no segundo capítulo e terceiro capítulo. Realizado este trabalho de conceituação, a segunda parte do item é dedicada a demonstrar ao leitor algumas das características do MSVP. O intuito é fornecer uma primeira aproximação do objeto de pesquisa.

O conceito de Unidade de Conservação foi forjado junto com a própria história das políticas ambientais brasileiras. Henry Trindade Barreto Filho (2001,) trata as UCs como um artefato cultural ou como elementos sociotécnicos. Para este autor, as UCs são artefatos culturais “porque constituem heranças de programas e planos governamentais, produtos deliberados, conscientes e intencionais de ações políticas”. E mais, surgem por meio da “tomada de decisão política de uma sociedade particular” e são forjadas em um tempo histórico e uma sociedade dada (BARRETO FILHO, 2001, p. 38).

A argumentação deste autor é bem pertinente, sobretudo, por traçar o trajeto histórico da construção do termo UC e como este foi inserido nas políticas ambientais. Segundo ele, tal termo foi usado pela primeira vez oficialmente em 1978 no Diagnóstico do Subsistema de Conservação e Preservação de Recursos Naturais Renováveis, e desde então ocupou espaço nas reflexões a respeito de conservação da natureza. Alguns autores tratam as UCs como categoria semelhante ao termo de uso internacional - Áreas Protegidas (BENSUSAN, 2006). Outros acreditam ser este termo reducionista, pois não inclui outras

áreas também destinadas à conservação da natureza (MEDEIROS, 2006). Todavia, como demonstra o trabalho de Barreto Filho (2001), o termo UC surgiu com intuito de esclarecer as especificidades daquelas áreas criadas pelo Poder Público para a conservação da natureza em espaços territorialmente protegidos.

Em outras palavras, a legislação ambiental brasileira usa o termo “áreas de proteção” que inclui as áreas de Reserva Legal-RL e de Área de Proteção Permanente-APP. O termo UC, espaços territoriais criados pelo Poder público, tem o intuito de diferenciar destas demais áreas de previsão legal, e demonstrar o modelo de conservação do qual se trata – conservação *in situ*. O termo Unidade de Conservação foi referenciado em vários documentos legais, entre eles a Política Nacional do Meio Ambiente – PNAMA (BRASIL, 1981), mas só ganha concretude com a Lei nº. 9.985, de 18 de Julho de 2000 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (BRASIL, 2000). A partir deste instrumento legal todas as áreas de conservação ambiental (exceto RL e APP) criadas em leis anteriores são reclassificadas dentro dos parâmetros do SNUC.

Nesse sentido, conforme o SNUC, Unidade de Conservação é:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, s/p).

E cujo objetivo é:

[o] manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000, s/p).

Outra importante contribuição do SNUC é a categorização das UCs, dividida em dois grupos: Unidades de Proteção Integral (ou de uso indireto) e de Unidades de Uso Sustentável (que permite o uso dos recursos naturais). As áreas de proteção integral têm como objetivo básico manter os ecossistemas sem interferências, sobretudo, àquelas relativas às atividades humanas. Áreas de uso sustentável são aquelas na qual a presença humana é permitida, bem como, o manejo dos recursos naturais, desde que esteja garantida a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos.

Dentro das unidades de proteção integral se inserem as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, Refúgio da Vida Silvestre e os Monumentos Naturais. No MSVP existem seis áreas de proteção integral: Parque Nacional Grande Sertão Veredas - PARNA GSV; Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA CP; Parque Estadual da Mata Seca - PEMS; Parque Estadual Veredas do Peruaçu - PEVP; Parque Estadual Serra das Araras - PESA e o Refúgio da Vida Silvestre do rio dos Pandeiros-RVSRP.

O grupo das unidades de uso sustentável conta com sete categorias de conservação – as Áreas de Proteção Ambiental – APA; Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS e as Reservas Extrativistas – RESEX; Área de Relevante Interesse Ecológico; Reservas de Fauna; Reservas Particulares do Patrimônio Natural e as Florestas Nacionais – RPPNS. No MSVP o número de unidades de uso sustentável é menos diversificado e conta com três categorias de conservação e oito UCs: APA Federal do Peruaçu; APA Estadual de Pandeiros; APA Estadual do Cochá e Gibão; RDS Veredas do Acari; RPPN Veredas do Pacari; RPPN Fazenda da Ressaca; RPPN Arara Vermelha; RPPN Porto do Cajueiro.

É do SNUC também que surge os instrumentos e orientações legais para o reconhecimento dos Mosaicos de Áreas Protegidas. No entanto, é preciso lembrar que a proposta do mosaico, tal como aparece neste instrumento normativo, é ainda relativamente simples. Deve-se haver um mosaico quando existir “um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas” (BRASIL, 2000, s/p). Esta proposta inicial dos mosaicos tem como objetivo promover a gestão integrada e participativa de um conjunto de UCs.

A proposta legal dos mosaicos é regulamentada pelo Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002). Tal Decreto estabelece o processo de criação dos Conselhos e suas competências, bem como, coloca os Corredores Ecológicos como espaços integrantes dos mosaicos. Em 2006, foi promulgado o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, Decreto de nº. 5.758, cujo objetivo foi aprimorar as regulamentações do SNUC, sobretudo, no que se refere à gestão compartilhada e aos mosaicos. É com o PNAP que a proposta dos mosaicos é ampliada legalmente e aparece a relação destes com o desenvolvimento regional sustentável e a valorização da sociodiversidade. Conforme podemos observar na passagem seguinte:

Mosaico: segundo o SNUC é um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas e outras áreas protegidas públicas ou privadas geridas de forma integrada, transparente e participativa, considerando os seus distintos objetivos de conservação, **de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valoração da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional** (BRASIL/MMA, 2006, p. 40 [grifos nosso]).

O mosaico tem a finalidade de aperfeiçoar a gestão e as atividades em cada UC, facilitando o acesso, pesquisas, fiscalização, monitoramento, alocação de recursos e, de certa forma, integrar e estreitar as relações com as populações abrangidas no intuito da conservação. Enfim, o mosaico é a tentativa de elevar as UCs para além do caráter normativo, isto é, politizar os recortes espaciais da natureza. Isto acontece, sobretudo, pelo fato de a política de conservação ambiental ser setorizada, deixando em segundo plano, questões importantes referentes à conservação da natureza, como por exemplo, as formas de uso pretéritas estabelecidas nas áreas atingidas pela conservação.

BOX 1: Mosaicos de Áreas Protegidas e Mosaicos de Unidades de Conservação

O SNUC adota a terminologia Mosaicos de Unidades de Conservação e outros documentos tal como o Relatório de Cooperação entre o Brasil e a França para implementação de mosaicos usa a terminologia Mosaicos de Áreas Protegidas. Acreditamos que são termos complementares, mas com distinções importantes. Quando referimos apenas aos Mosaicos de UCs, significa uma abordagem estrita, isto é, somente aquelas categorias de áreas protegidas discriminadas dentro do SNUC seriam as peças componentes dos mosaicos. Isto deixaria de englobar vários outros espaços legalmente protegidos, cujo intuito é conservação da natureza, como por exemplo, as RL e APPs.

Contrariamente, quando utilizamos a terminologia Mosaico de Áreas Protegidas, além das UCs, outras áreas que não estão especificadas no SNUC podem entrar na arquitetura territorial do mosaico. Embora as Terras Indígenas e Quilombolas não possam ser enquadrados como UCs, dada as suas características, o território destas podem ser considerados áreas legalmente protegidas e, portanto, podem fazer parte dos mosaicos. Isto fica muito claro no MSVP, este tem como traço característico as UCs de proteção integral e de uso sustentável, mas envolve também outras áreas não reconhecidas como UCs. A escolha realizada por nós, entender o mosaico a partir das UCs que lhe compõem, tal como desenvolvido no capítulo 2, não significa que excluímos as outras áreas que formam a sua estrutura territorial.

O intuito desta justificativa é evitar confusões conceituais, sobretudo, considerando que ela é manifesta na própria legislação. Enquanto na Lei do SNUC, a redação tange as “unidades de conservação e outras áreas protegidas”, o Decreto nº 4.340 restringe o âmbito dos mosaicos somente às unidades de conservação. Do mesmo modo, Plano Nacional de Áreas Protegidas novamente amplia o escopo dos mosaicos, e afirma que estes devem ser pensados em termos mais amplos. É nesse sentido que compreendemos que os mosaicos é um conjunto de Áreas Protegidas, incluindo as UCs, mas não se restringido a elas.

Há certa polêmica entre o conceito de Áreas Protegidas e UCs, Maria Cecília W. Brito (2003) sublinha que as Áreas Protegidas é um conjunto de espaços protegidos que tem

relevância ecológica e social e é ordenada por meio da proteção e manejo. A finalidade das áreas protegidas é a conservação da natureza, mas não discrimina qual é a modalidade de manejo ou proteção. Enfim, o conceito de Área Protegida é mais amplo do que aquele de UC, porém, menos preciso. Podemos dizer que toda UC é uma área protegida, mas nem toda Área Protegida é uma UC. Em outras palavras, além das UCs, entra no conceito de áreas protegidas RL e APPs e também terras indígenas e quilombolas. Isto evidencia que estes não são termos excludentes e revela o grau de complementariedade entre eles.

Outra ponderação terminológica necessária refere-se à ideia de “criação” e reconhecimento de mosaicos. Optamos pela ideia de reconhecimento, considerando que o MSVP é dado historicamente, isto é, existe juntamente com a história de cada UCs que forma a sua arquitetura. Com isto, queremos dizer, por exemplo, que o MSVP não foi criado, a sua existência deve-se a múltiplos fenômenos imbricados na sua história e, por isso, quando em 2006 iniciou o processo de reconhecimento a sua existência concreta era realidade. Em outras palavras, por ter uma existência concreta anterior, os processos desenvolvidos desde o ano de 2006 teve como objetivo apenas efetivar politicamente os limites e as características do mosaico e, bem como, as orientações técnicas de desenvolvimento. E fizeram isto com intuito claro de integrar a conservação a outros fenômenos também existentes no quadro regional.

Neste sentido, “a área de abrangência” de um mosaico deve envolver os “interstícios e entornos, zonas de amortecimento e área urbana: em resumo um território regional, uma entidade geográfica e de paisagem coerente” (DALELIS, et. ali., 2006 p. 61). Este conjunto geográfico deve ter como orientação básica o desenvolvimento, considerando a importância e a necessidade de manter a biodiversidade.

Dado um conjunto de normas de orientação sobre os objetivos e as formas para se pensar os Mosaicos de Unidade de Áreas Protegidas, em 2005, o Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e a Diretoria de Áreas Protegidas - DAP elaboraram o Edital 01/2005, cujo objetivo foi licitar propostas de reconhecimento de mosaicos. O edital tinha dois objetos. Além do reconhecimento dos mosaicos, foi requerido a elaboração de Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista - Plano DTBC. Deste processo licitatório foram selecionados 9 mosaicos, entre eles o MSVP.

O projeto do MSVP entrou em execução em 2006 e foi reconhecido oficialmente em 2009, por meio da Portaria do MMA de nº128, de 24 de Abril. Este mosaico tem uma área total de 1.500.000 hectares. É formado por quatorze UCs administradas pelo Instituto Mineiro de Florestas – IEF e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Entre as quatorze UCs, há também quatro RPPNs sob a gestão de empresas e fazendeiros, três APAs, uma RDS e cinco unidades de proteção integral. O território é

constituído por onze municípios, 10 no estado de Minas Gerais e um no estado da Bahia. Conforme podemos observar no mapa 1:

MAPA 1: Norte/Noroeste de Minas Gerais/Sul da Bahia – biorregião Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu



Fonte: Atlas do IBGE (2008); Funatura (2011).

O objetivo do mapa 1, é de demonstrar a área de abrangência do MSVP. A partir do mapa pode-se observar que o mosaico tem um importante recorte espacial. É preciso ponderar ainda que na sua área de abrangência há uma terra indígena, a Reserva dos Xacriabás, um território quilombola, o Quilombo São Félix, comunidades locais camponesas e o Projeto de Assentamento - PA São Francisco (PA criado para receber camponeses remanejados PARNA GSV). A entrada de Terras Indígenas na área do

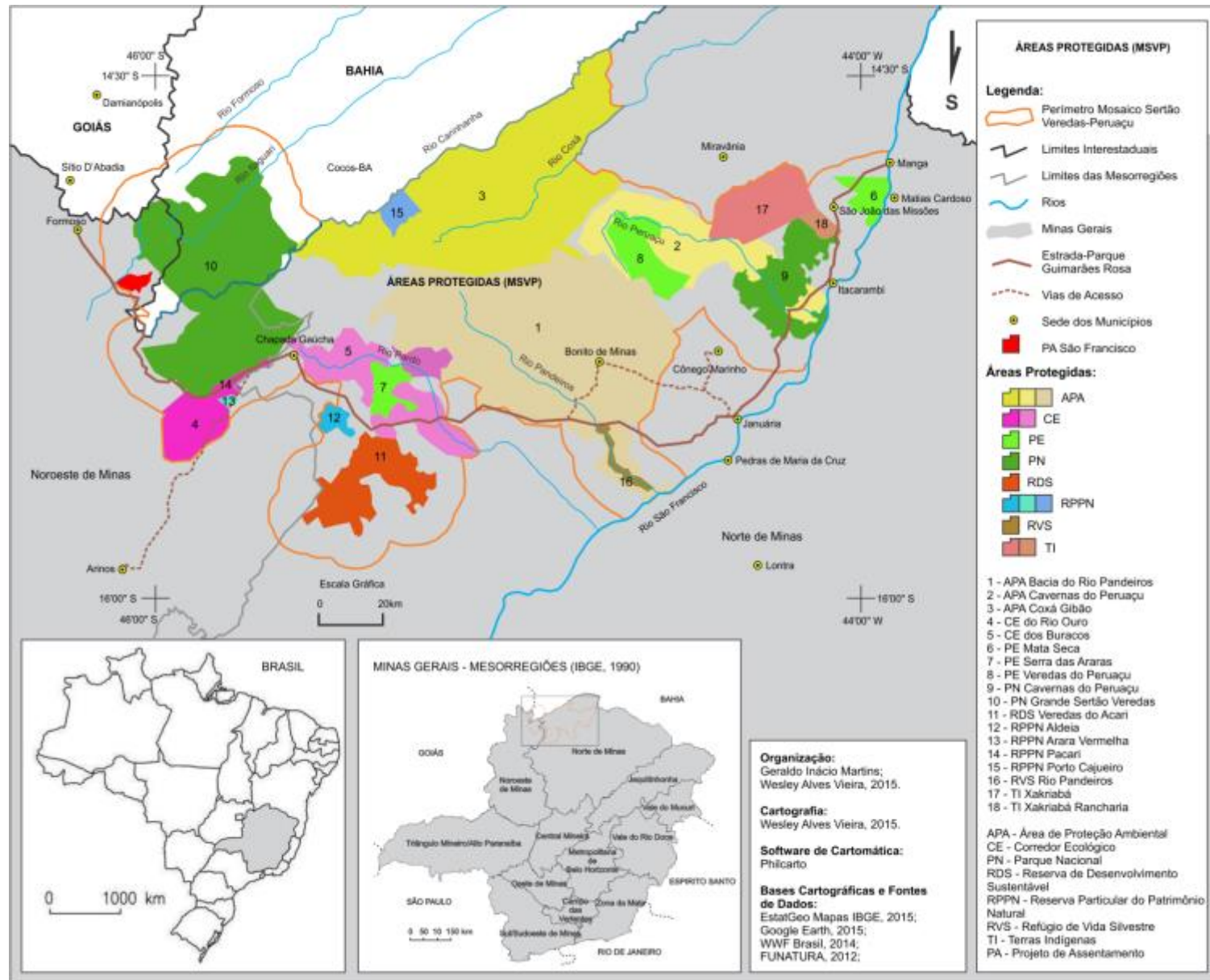
mosaico vem no intuito criar “arranjos que possibilitem e viabilizem a participação efetiva dos povos indígenas (...) na consulta e gestão” dos mosaicos, conforme o documento de Recomendações para o Reconhecimento e Implementação de Mosaico e Áreas Protegidas (DELELIS et. ali, 2010, p. 34)⁴.

Nesse sentido, o fio condutor do MSVP é a gestão integrada e participativa, isto é, criar mecanismos no qual tanto os gestores das UCs, as populações atingidas pela criação de unidades de proteção integral ou aquelas em unidades de uso sustentável, as comunidades do entorno, os quilombolas e os povos indígenas possam efetivamente participar/definir as estratégias de conservação. Evidentemente que compatibilizar os diversos anseios e interesses se coloca como o principal desafio na construção deste pacto para a conservação.

No que se refere à conservação da natureza e ao MSVP, a proposta dos mosaicos representa um importante avanço na política ambiental brasileira tanto do ponto de vista da conservação da biodiversidade, como também do ponto de vista da integração das comunidades locais camponesas à gestão participativa. Além da conservação da biodiversidade, os mosaicos possibilitam a integração entre as diferentes UCs e evita os processos de fragmentação de habitats. Outro ponto importante referente aos mosaicos é a alternativa em se diversificar as categorias, abrindo espaço para as áreas de preservação integral (sem a presença humana), mas também outras unidades de manejo, as de uso sustentável, por exemplo, (mapa 2).

⁴ Um instrumento legal importante no que se refere à participação dos povos indígenas na gestão de mosaicos é a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI. Esta política tem entre os seus objetivos prover mecanismos que integre as terras nos mecanismos de proteção e gestão da diversidade sociocultural e biológica, em áreas de UCs. No que se refere a territórios quilombolas não há nenhum instrumento legal que oriente especificamente como/e a forma como se deve dar esta integração do território e/na gestão dos mosaicos.

MAPA 2: A composição territorial e ambiental do MSVP



A partir do mapa 2, é possível entender qual é o sentido de integração da gestão e do manejo contido no MSVP. O mapa demonstra as diversas UCs e as suas respectivas categorias de manejo, a localização da terra indígena, enfim, as principais unidades territoriais e ambientais de composição do MSVP. A integração dos diversos mecanismos de conservação permite a não fragmentação dos habitats por meio do isolamento das UCs, considerando que o MSVP integra também os corredores ecológicos e áreas de amortecimento. Isto cria a possibilidade de migração de espécies, não se produz o efeito ilha sobre as populações de animais e plantas (não isola estas populações evitando perdas na variabilidade genética). O resultado de tudo isso, teoricamente, é a diminuição substancial daqueles efeitos que deixam as UCs suscetíveis em seus objetivos de conservação, como por exemplo, a redução da variabilidade genética e os usos não condizentes com mecanismos de conservação nas áreas de entorno. Além de possibilitar a construção de um verdadeiro sistema de proteção e conservação ambiental.

Outro ponto importante referente aos mosaicos de forma geral, e ao MSVP em específico, é a possibilidade de tratar de outro modo uma das questões mais sensíveis das políticas de conservação ambiental, a presença de comunidades no interior de áreas de conservação. A possibilidade da criação de áreas de conservação de uso sustentável, legalmente introduzida pelo SNUC, abriu um interstício no conservadorismo das políticas de conservação no que se refere a este tema. A proposta do mosaico de integrar as comunidades locais e também a sociodiversidade amplia o escopo de debate. E a ideia de que a conservação só pode ser realizada sem presença humana começa a ser minada e no lugar surge os primeiros indícios do reconhecimento do papel destas comunidades na manutenção da diversidade biótica e abiótica das áreas por elas apropriadas. E com a proposta de incluir as UCs, como instrumentos de desenvolvimento regional, amplia-se ainda mais esta discussão.

E, por fim, é preciso destacar os objetivos do MSVP:

- Promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu;
- Promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu;
- Promover a implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradora de renda para os produtores e compatíveis com a proteção das unidades de conservação;

Promover o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região, de forma a valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais (FUNATURA, 2008, p. 7).

Estes objetivos foram desdobramentos dos principais eixos do plano de desenvolvimento do MSVP – Gestão Integrada, Extrativismo e Turismo Ecocultural. Estes eixos fundamentam o objetivo geral do mosaico, o desenvolvimento regional de base conservacionista. Trata-se, portanto, da premissa do envolvimento de vários sujeitos sociais interessados e/ou atingidos pela conservação da natureza na construção de um pacto, cujo objetivo final é a proteção e a conservação da natureza. Tal pacto se constrói tendo as UCs como mecanismo mediador do desenvolvimento (conforme veremos no capítulo 4).

Neste item esclarecemos as principais orientações legais no que se refere à conservação da natureza em Unidades de Conservação e também como surge à proposta de reconhecimento dos mosaicos. Em seguida, evidenciamos como o MSVP se insere neste arranjo legal e as suas principais características. O intuito foi o de demonstrar algumas das características do objeto em análise desta tese. Durante o percurso realizado não questionamos os pressupostos apresentados, (estamos tomando o objeto tal como ele se apresenta), sobretudo, devido ao fato destas questões serem o objeto do próximo item, no qual discutimos mais detalhadamente como se deu a construção do objeto de pesquisa.

1.2 Segunda aproximação: A construção do objeto de pesquisa

A ideia da construção de um objeto de pesquisa nem sempre esteve tão clara no desenvolver da pesquisa. Isto se deve, entre outras coisas, a uma certa desconfiança com a palavra “objeto”, a um receio de coisificação ou mesmo de certa atitude positivista. Estas desconfianças foram construídas, é claro, desde a graduação e até no mestrado. No âmbito acadêmico das ciências humanas, a Geografia em particular, o termo objeto sofre uma constante “demonização”.

Em oposição a este momento anterior, na disciplina “Análise do Discurso e História”, durante o curso de doutorado, tendo contato com outras leituras, o termo objeto começou a tornar-se, inicialmente de forma despercebida, uma orientação chave. Primeiramente, por acreditar que o empírico tal como é, não porta o conhecimento em si, e depois, por perceber que este mesmo objeto empírico é complexo demais para ser

conhecido em todas as suas nuances. Daí o “mito” de antes, tornou essencial: a construção do objeto de pesquisa.

Construir um objeto de pesquisa consiste em tonar o concreto em abstrato e, em seguida, tornar este abstrato novamente concreto - o duplo caminho, a ida e a vinda do empírico ao teórico e do teórico ao empírico. Conforme Pierre Bourdieu “as opções técnicas mais ‘empíricas’ são inseparáveis das opções mais ‘teóricas’ de construção do objeto” (BOURDIEU, 2010, p. 24). Isto é necessário porque a aparência fenomênica e a sua essência não se coincidem. Mostrar como isso se processa e como construímos o nosso objeto de pesquisa é a empreitada deste item.

Todo processo de conhecimento tem um par dialético: um sujeito empenhado em conhecer e um objeto a ser conhecido (CARDOSO, 1971). A partir disso, podemos supor que o seio desta relação é composto por um “investigador” (empiricamente determinado, indivíduo concreto e personalizado) e um “pedaço” da realidade (também concreta) escolhida como objeto de investigação. Segundo Cardoso (1971), se seguirmos esta linha de raciocínio, “cada pessoa” é inteiramente responsável pelas formulações e explicações produzidas, haja vista que estas foram elaboradas no contato direto com o objeto independente do sujeito conhecedor. O rigor metodológico deste modelo de conhecimento se constrói em uma linha tênue: o sujeito do conhecimento não deve deixar se enganar por si mesmo, deve-se neutralizar para evitar influências deformadoras do objeto.

Este modelo empírico de conhecimento tem limitações contundentes, quer quanto ao sujeito e quer quanto ao objeto de conhecimento. Relativo ao sujeito “devemos anotar primeiro que o pensamento não existe independente de alguém que pensa”, o pensar é apreendido socialmente e, portanto, tem contornos históricos e sociais (CARDOSO, 1971, p. 4). E relativo ao objeto, às pesquisas científicas “organizam-se em torno de objetos construídos que não tem nada em comum com as unidades separadas pela percepção ingênua” (BORDIEU et. ali., 2007, p. 46).

Cada ciência elabora seu corpo teórico, categorias e conceitos presentes no ato de pensar - trata-se do processo de teorização do real. A teorização “não é um reflexo direto e mecânico da realidade no plano do pensamento”, mas sim “um trabalho difícil e complexo para conhecer o seu objeto” (CARDOSO, 1971, p. 5). Em resumo: todo esforço de uma pesquisa dirige-se a um objeto específico, o nosso caso, por exemplo, o MSVP, esforço fundamentado por um corpo teórico (aceito no momento como válida e dando conta do

objeto). No fundo, afirma a autora, “é a realidade que importa”, mas ela só se torna objeto de conhecimento como “coisa pensada”.

A realidade tomada como objeto de pesquisa é sempre mais rica que os instrumentos teóricos usados em sua análise. Apesar desta limitação, “o pesquisador individual tem seu peso no conjunto do processo” de construção (CARDOSO, 1971, p. 6). Ao tomar uma parte da realidade enquanto objeto, o intuito não é a tão propalada “neutralidade” de muitos campos disciplinares, o intuito, ao contrário, é a vontade de construir uma explicação por meio da “participação crítica, vontade e empenho”; e mais, quer colocar a teoria em ação e buscando sempre erigir um novo campo teórico mais amplo do que aquele do que se partiu.

O sujeito que dirige ao objeto também não é o sujeito empírico, é um sujeito portador de um “projeto” - quer conhecer um pedaço da realidade por meio de um corpo teórico. É com este projeto que se conduz e se realiza a experiência de pesquisas, é este projeto que delimita os elementos ou fenômenos a pesquisar, e também os deixados em segundo plano. O sujeito munido do projeto deve “ativar a teoria”, recortar a realidade com este corpo teórico, enfim, construir um objeto. Neste percurso as teorias, os métodos, modificaram o próprio sujeito, tornou-o teórico, isto é, o sujeito que constrói um objeto de conhecimento é sempre um sujeito informado teoricamente.

Uma coisa deve ficar clara, a forma como representamos conceitualmente as coisas por meio das práticas históricas concretas, os conceitos práticos que formamos ao agir no/e com o mundo, nem sempre rompe com o imediato sensível. Ao conhecimento cotidiano basta à imagem das coisas, o essencial que as rege, a estrutura de sua composição, enfim, a “lei do fenômeno” não é captada neste movimento (KOSIK, 1976, p. 10). A existência de um fenômeno, o evento que se empiriciza, isto é, “a coisa em si”, a existência real não é suficiente para desvelar as contradições que nela se esconde.

É devido a esta condição insuficiente que é necessário a construção do objeto. Não o objeto em si, materialmente, mas o objeto a partir do qual se processa as análises. Em outras palavras, o MSVP tem uma existência real, é a “coisa em si”, mas ele, tal como se apresenta, é insuficiente para entender as tramas de sua constituição, as tramas de suas contradições. Para compreendê-lo, devemos retirá-lo de sua empiricidade, para depois voltarmos a ela concretamente. Trata-se, portanto, da passagem do objeto real ao objeto abstrato, e depois do abstrato, ao conceitual, ao concreto.

Na prática, o mundo tal como se apresenta ao sujeito não porta o conhecimento em si. Conforme Kosik (1976), os homens agem prática e utilitariamente, mas não o faz com o desejo de intuir, analisar e compreender teoricamente o mundo. O contraditório não se desvela, haja vista que antes a realidade o sujeito não age especulativamente, mas prática e objetivamente. Este trato que ele oferece a realidade tem seus meios e seus fins, mas eles são insuficientes para compreender o *essencial* que percorre junto/e por detrás do imediato cotidiano.

Nesse sentido, “(...) a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade (...)” (KOSIK, 1976, p.10). Kosik trata aqui daqueles fenômenos que desenrolam na superfície sob a essência oculta. E face revelada tem sempre um “ar” de naturalidade, pois é externa a contradição.

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. (...) A essência não se dá imediatamente; (...). A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento (...) (KOSIK, 1976, p. 11).

Henri Lefebvre ao discutir o conceito de totalidade usa o exemplo da espuma e da correnteza de um rio para compreender a dialética do fenômeno tal como ele se apresenta e como ele é. Entre a espuma e a correnteza de um rio há um jogo de ocultamento e desvelamento sucessivos. A correnteza se revela pela espuma e, ao mesmo tempo, a espuma oculta a essência da correnteza. O conhecimento que quer ultrapassar aquele do cotidiano “parte da espuma, mas é necessário aprofundar para chegar as correntes mais profundas” (LEFEBVRE, 1955, p. 61).

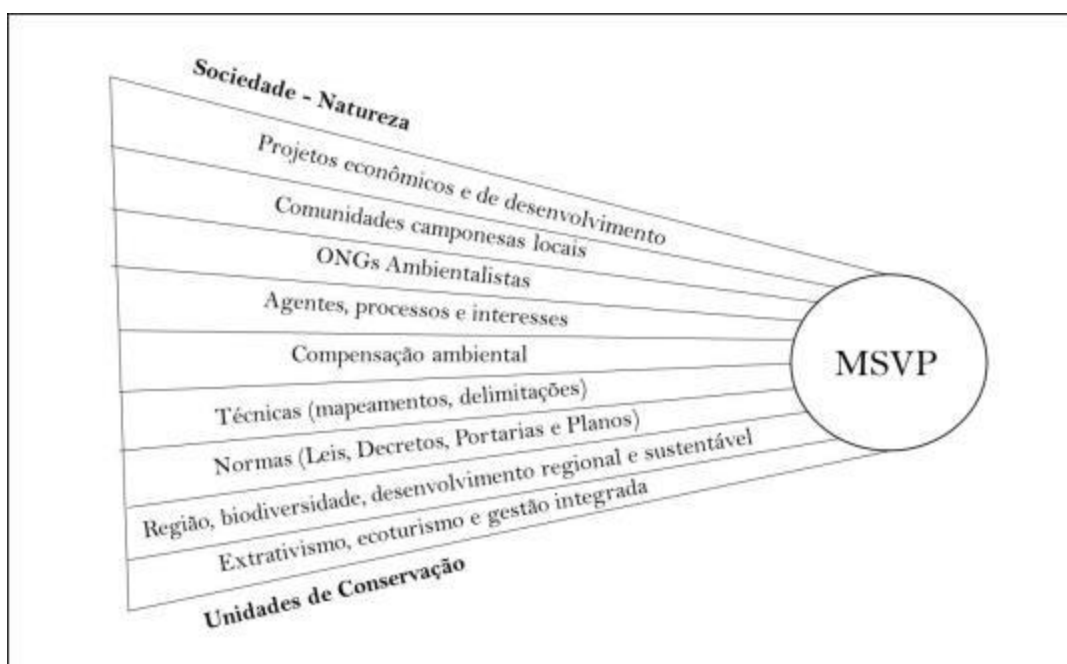
É preciso indagar, sugere Kosik (1976), por que a “coisa em si” (o fenômeno empírico tal como é) não se revela imediata e diretamente. A “percepção imediata” não capta a coisa em si, mas a sua aparência, a observação simples não consegue ultrapassar a espuma do rio. Para se chegar às correntezas é preciso mais: é preciso ver o encadeamento ou a interconexão dos fenômenos, como diriam os geógrafos clássicos, é preciso desvelar como um fenômeno determina ou é determinado por outro, isto é, o processo relacional. Enfim, a coisa em si se dá ao conhecimento, mas não o porta. Para chegar a ele, antes

devemos rompê-lo, desvelar a sua estrutura, sua ordem normativa, as condições históricas e espaciais. A conclusão de tudo isto: o conhecimento se constrói juntamente com seu objeto.

Em outras palavras, é preciso tornar objeto empírico, concreto, em objeto de conhecimento. Mas, esta transposição não se dá sem problemas, mas é a condição para se conhecer a unidade do fenômeno com a sua essência e suas contradições. Para isto “deve necessariamente possuir uma consciência”, agora em outro grau de compreensão, “do fato de que existe algo susceptível de ser definida como estrutura da coisa, distinta do fenômeno que se manifestam imediatamente” (KOSIK, 1976, p.13).

Mas, no que consiste propriamente a construção de um objeto científico, ou melhor, como podemos tornar parte do real cognoscível por uma determinada área do conhecimento? Duas coisas devem estar claras antes de respondermos esta indagação e antes de mostrarmos como construímos o nosso objeto de pesquisa. Um objeto real, aquele dado aos sentidos, é construído pela percepção, e aquele tomado como objeto de conhecimento é forjado propositalmente conforme um conjunto de relações e encadeamento de fatos e teorias. Enfim, “um objeto de pesquisa” surge a partir da explicitação de uma “problemática teórica” que permite indagar sobre aspectos da realidade (BORDIEU, 2007, p. 46). Para responder a indagação anterior, é necessário observar a figura 1.

FIGURA 1: A construção do objeto de pesquisa: MSVP



Org. Martins, G. I., 2015.

O objetivo da figura 1 é demonstrar um conjunto de fatores imbricados na constituição do MSVP. O desafio que se coloca é que estes elementos, às vezes contraditórios, aparecem encadeados dentro do quadro da pesquisa. Uma das conclusões possíveis deste quadro é que MSVP é, ao mesmo tempo, o resultado de um conjunto de ações sobre o espaço, a modulação do espaço via conservação da natureza e também agente de coesão funcional de um novo conjunto de relações: comunidades locais camponesas, ONGs e a própria discussão dos modelos de conservação. Como pensar este conjunto de relações intrincadas em objeto de pesquisa?

Construir um objeto de pesquisa é: (a) evitar os noções e objetos pré-construídos; (b) construir designações para os recortes específicos na realidade – o processo de pensar os conceitos; é também (c) abdicar do empirismo ingênuo e da teorização pela teorização; é (d) colocar em relações coisas/fatos aparentemente distantes, isto é, construir novos arranjos e desconstruir os arranjos aparentes. A partir de agora vamos traçar em linhas gerais as características de cada um dos quatro elementos citados como necessários a construção de um objeto de pesquisa.

Evitar os objetos pré-construídos é, para Bourdieu (2010), romper com o senso comum, com as representações primeiras do objeto. Concordamos com o fato da necessidade da ruptura entre aquilo que se propõe a conhecer e aquele objeto dado na realidade. A ruptura não se dá somente sobre o conhecimento “comum” (apesar de haver diferenças de grau e de natureza entre o conhecimento que propõe fazer como ciência e aquele construído no cotidiano, estes estão imbricados), mas, sobretudo, em nosso caso, com o conhecimento dito técnico e com aquele imposto pelas normas jurídicas.

Em outras palavras, ao começar a desenvolver a nossa pesquisa, tínhamos em mãos conceitos que explicam o processo que desenrolou na região Norte de Minas no que se refere à conservação. Por exemplo, o conceito de mosaico foi estabelecido SNUC, segundo o qual haverá um mosaico sempre que houver um conjunto de UCs próximas, justapostas ou sobrepostas gestadas em conjunto, cujo objetivo é o desenvolvimento sustentável em âmbito regional. A questão que se colocou desde o início era se este conceito era o suficiente para compreender e explicar todo o processo que desenrolava, tendo como base a conservação e suas nuances.

Certamente, ao longo do processo, novas questões surgiram e o conceito de mosaico estabelecido juridicamente foi mostrando insuficiente para explicar à dinâmica que se constituía. Partiu daí a necessidade de romper com os objetos pré-construídos e deixar em

segundo plano os conceitos dados na realidade. É claro que isto não aconteceu sem dificuldades teóricas e metodológicas. Conforme a pesquisa se desenvolvia, ficava mais claro que “o pré-construído está em toda parte” (BOURDIEU, 2010, p. 34). Surgiu desta necessidade de superar e entender a lógica de um Mosaico de Áreas Protegidas o enveredamento para o conceito de região e, precisamente, em seu desdobramento, o conceito de biorregião.

Os objetos produzem a sua própria imagem. Como produzir a ruptura necessária para rompê-la? A partir da construção “da história social dos problemas” (BOURDIEU, 2010, p. 36), isto é, da história de sua emergência e de seu desenvolvimento, a história da constituição progressiva do objeto. Nesse sentido, empregamos um olhar regressivo para entender a constituição daquilo que veria ser o Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu. Neste olhar regressivo, questões como a quem e a que interesses as UCs que compõem o mosaico foram se desvelando.

Para se chegar a este ponto de análise, procuramos reconstruir a própria história da conservação da natureza na região Norte de Minas Gerais (conforme capítulo 2). Ao mesmo tempo em que construímos esta história, observamos o papel estratégico das UCs no controle do espaço e, mais, o papel estratégico destas no controle daquilo que chamamos de fundo territorial. Este olhar regressivo permitiu também uma postura metodológica. Mais do que refletir sobre os processos de diferenciação espacial produzida pelas UCs, procuramos entender os fenômenos que levaram a estas diferenciações.

Disto ficou claro que conservação é a espacialização de um conjunto de regras, de interesses e, sobretudo, é a gestão política do espaço geográfico. Assim, espaços territoriais criados sejam como compensação ambiental, seja no intuito de preservar parte de importantes ecossistemas fazem parte de uma lógica política maior. Uma lógica de modulação do espaço por meio de interdições de usos. Para entender a natureza das UCs, bem como, compreender o processo que levam ao reconhecimento do MSVP, não basta pensar a natureza somente pela face biológica. É preciso entender laços mais sutis, como por exemplo, as relações homem-natureza engendradas, e também como a materialização de dispositivos normativos e institucionais produzem recortes no espaço, produzem novas relações sociedade-natureza: novas regiões.

Estes recortes espaciais, produzidos institucional e normativamente, ganham relações e inter-relações no tempo e espaço. Criam a sua própria lógica e a sua historicidade. O mosaico é um conceito jurídico, mas os elementos que dão a sua estrutura

interna fazem parte da atividade humana sobre o espaço, deliberada ou não. E como expressão concreta do agir humano sobre o espaço, é um constructo. Determinar esta construção, os embates e as táticas da transformação histórica da relação sociedade - natureza, e como isto se materializa no espaço, é a nossa postura para evitar o empirismo ingênuo e as teorizações pela teorização; e também o mecanismo para pensar o encadeamento de coisas/fatos aparentemente distantes.

Deste modo, tomamos o MSVP como objeto empírico, mas indagamos a natureza de sua produção. Este indagar tornou o concreto em abstrato, cujo intuito é desvelar as heranças da conservação deixada no espaço (os recortes), e como tais heranças ganham novos sentidos e engendram novos recortes, isto é, especializam as intenções políticas da ação humana sobre o espaço. Ao analisar os processos que levam a constituição do MSVP estamos colocando em análise a sua própria natureza. E ao pensar a sua natureza colocamos a dialética entre sociedade-natureza na região Norte de Minas Gerais.

Ao colocar a questão de como a conservação da natureza produz modulações no espaço geográfico, e também depois de ter a clareza inicial dos elementos que constituíam o objeto da pesquisa, o desafio de construir designações para os recortes específicos na realidade – o processo de pensar os conceitos - tornou-se o principal foco de trabalho. Considerando que o pensamento é sempre como pensamento informado, assim, ao nos colocarmos diante de um objeto de pesquisa, o fazemos de maneira teórica. Há sempre conceitos e teorias antecedentes ao olhar. Ampliar, tornar operacional ou mesmo modificar tais conceitos é essencial no que se refere à construção de um objeto de pesquisa.

Talvez, advenha daí a inquietação inicial desta pesquisa: constituem estes recortes espaciais da conservação da natureza uma nova modalidade de região natural? Dado as interpretações teóricas, esta pergunta inicial foi redimensionada: constitui o MSVP uma espécie de planejamento biorregional? Estas questões se modificaram ao longo do desenvolver do trabalho, mas tornou-se a principal orientação teórica. Isto é, pensar a validade do conceito de região e/ou biorregião como instrumentos analíticos das políticas ambientais de conservação enquanto políticas de modulação do espaço, impondo recortes espaciais destinados à conservação (materializadas em UCs), e depois na busca de mecanismos que consiga integrar estes vários recortes espaciais (o reconhecimento do MSVP).

A nossa tese consiste em desvelar os embates, os redimensionamentos do espaço por meio das políticas ambientais de conservação, desvelar os novos conteúdos impostos e

novos recortes espaciais produzidos enquanto a produção do edifício biorregional. Temos duas proposições centrais e complementares entre si. A primeira, a modulação do espaço geográfico, via os recortes destinados à criação de UCs, é um ato geopolítico, cujo intuito é controlar os fundos territoriais. A materialização destas ações de geopolítica produz diferenças espaciais devido às interdições dos usos da natureza e devido à própria normatização do território. Isto nos leva a segunda premissa da tese: a normatização é quem cria a coesão dos novos recortes espaciais que surgem, dando origem a edifícios regionais com conteúdos específicos.

Quando pensamos a questão do MSVP como recorte político/ambiental do espaço destinado à conservação da natureza, a “coerência” (ou a coesão) - sempre parcial - daquilo que estamos chamando de edifício biorregional surge do conjunto de normas (Decretos, Leis, Portarias, mas também Planos de Manejos e de desenvolvimento das UCs e do MSVP) materializadas sobre o espaço. A partir disso, um conjunto de espaços que outrora não tinham relação (ou tinha outro conjunto de relações) é chamado a atender um mesmo princípio, a seguir o mesmo conjunto de ordens e normas. Espaços que outrora seguiam outras ordens unem-se sob o princípio da conservação da natureza.

E, por fim, cabe dizer que de todas as possibilidades analíticas do MSVP, escolhemos como objeto de análise: *a norma e a forma*. Em outras palavras, partimos das normas das políticas ambientais de conservação e a sua materialização sobre o espaço geográfico (das UCs ao MSVP). Em seguida, analisamos as formas espaciais para entender o próprio conteúdo e as dinâmicas da conservação da natureza. E dos recortes espaciais (novamente a forma) buscamos compreender a natureza do MSVP. E do MSVP (a forma) buscamos entender como se materializa a estratégia de desenvolvimento e planejamento biorregional.

Para finalizar este item, alguns elementos de síntese:

-A construção de um objeto de pesquisa dá-se mediante a captura de algum fenômeno empírico por meio de um conjunto de proposições teóricas. Isto é, o objeto de pesquisa é sempre menos rico do que o objeto real. Construir objeto significa tornar o concreto abstrato, via reflexão teórica, e depois fazer o caminho de volta, do abstrato teórico ao concreto empírico.

-O objeto que se quer conhecer deve ser tomado em sua configuração interna na busca de sua constituição, os elementos determinantes. Deve-se ainda pontuar as dimensões maiores da qual o objeto faz parte. Portanto, devemos situá-lo dentro da complexidade que lhe é pertinente.

-Considerando estes elementos, ao tomarmos o MSVP como objeto de análise, queremos simplesmente compreender, algumas de suas determinações entre outras tantas.

-Enfim, do emaranhado complexo que é o MSVP, destacamos dois elementos mediante as quais focalizamos as nossas reflexões: as normas e as formas.

-Considerando as normas como um conjunto de elementos que guiam as ações sobre o espaço geográfico (tais como as normas jurídicas e/ou mesmo as normas sociais). “As normas são (...) estruturas de regulação territorial implementadas (...) pelo poder público, (...) que, regulando a natureza das ações e o funcionamento dos objetos no espaço geográfico, funcionam como subsídios para a ação (...)” (PEREIRA, 2005, s/p).

-As formas são as configurações espaciais dada pela materialização das normas. As formas não são consideradas na aparência, mas também o conteúdo e os elementos que preenche e dão densidade a elas.

O intuito deste item foi de demonstrar como construímos o objeto desta tese. No item que se segue, apresentamos as problemáticas, os objetivos e as justificativas.

1.3 Do objeto à tese: problemática, objetivos e justificativas

Desde o período do mestrado quando realizávamos um trabalho com os veredeiros, grupos camponeses, atingidos pelo PARNA GSV, duas questões sempre estiveram presentes: o caráter territorial e a lógica distinta de relação sociedade-natureza nos espaços modulados pelas UCs. No final da dissertação apresentávamos a seguinte preocupação:

Por fim, nesta pesquisa trabalhamos com um grupo específico, os veredeiros atingidos pelo PADSA e pelo PARNA GSV. É preciso dizer que novos grupos estão sendo atingidos, novas sujeições e sistemas de controle estão sendo criados. Isso porque o ambientalismo está se expandido no Norte de Minas, e aliado a ele, o onguismo. **As expressões disso estão na ampliação do PARNA GSV e também no reconhecimento do Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu em 2009 (...).** O Mosaico quer interligar todas as unidades de conservação do Norte de Minas, **resta saber se quer também expandir os sistemas de controle e sujeição das populações camponesas atingidas** (MARTINS, 2011, p.276-277).

Desde então focamos nossos esforços analíticos no intuito de compreender a própria natureza daquilo que estávamos entendendo por ampliação dos sistemas de controle por meio da conservação da natureza. Com a possibilidade do doutorado, começamos a levantar uma bibliografia especializada na questão dos mosaicos. E, por uma grata surpresa, percebemos que a proposta vinha justamente ao contrário dos nossos receios: os instrumentos

normativos subjacentes ao reconhecimento dos mosaicos propõem a gestão e a conservação da natureza de forma mais democrática e dando reais condições a todos aqueles envolvidos em sua área de abrangência a participar efetivamente do processo de gestão e manejo da natureza.

Ao percebermos isso, duas questões surgiram: como a implementação de um mosaico vai quebrar aqueles sistemas de controle, autoritarismo e sujeição presente na história da maioria das UCs, sobretudo, as de proteção integral? É possível a conservação mudar a sua própria natureza e deixar de ser um mecanismo de exclusão e precarização territorial? Foi a partir destes questionamentos que surgiu a necessidade do redimensionamento do nosso olhar sobre a conservação da natureza. Isso fez com que saíssemos do plano do conflito (entre camponeses e parques) e fôssemos para o plano da historicidade da conservação ambiental na região Norte de Minas Gerais. E exigiu que a reflexão se voltasse para o caráter geopolítico e estratégico da conservação da natureza. Isto nos conduziu a três eixos de questões.

Primeiramente, é preciso considerar a lógica territorial da conservação da natureza por intermédio das UCs. À medida que as UCs ganham existência concreta, uma lógica territorial se constitui técnica e normativamente, surgem recortes espaciais distintos, fator que conduz a uma nova arquitetura espacial. A partir dessa constatação, indagamos:

a) Quais as condições históricas, sociais e econômicas permitiram a empiricização do conjunto de UCs que formam o MSVP?

b) Em que medida esta empiricização, que engendrou recortes do espaço por meio das políticas ambientais para a conservação da natureza, modifica a arquitetura espacial existente e cria novas configurações espaciais?

Em outras palavras, com esta questão queremos compreender as condições históricas que permitiram a empiricização de um conjunto de UCs que formam o MSVP, bem como, o papel destas na configuração de uma nova estrutura espacial. Esta pergunta de cunho teórico permite-nos refletir sobre os efeitos destes recortes ambientais no espaço geográfico, mas também se torna central na análise das configurações espaciais que emergem deste processo, dando origem a um novo edifício regional (ou biorregional conforme veremos nas páginas que se seguem). E permite ainda um segundo conjunto de indagações:

c) É o MSVP uma região de natureza distinta que abarca as questões ambientais, sociais, históricas e culturais? Qual conceito geográfico de região é pertinente para analisar tal amálgama?

Estas questões nasceram, sobretudo, das formas espaciais forjadas pela conservação da natureza, e têm como intuito indagar o sentido espacial imbuído nas políticas ambientais de conservação. Enquanto resultado de uma política de modulação do espaço, as políticas ambientais representam uma estratégia de controle de conservação da biodiversidade, da natureza, ou dos recursos naturais (expressões que denotam correntes analíticas distintas) e fazem parte de uma estratégia geopolítica. É devido este caráter geopolítico que acontece a politização da natureza, os Estados criam políticas de interdição ao acesso e ao uso, enfim, áreas de conservação são espaços estratégicos, política e economicamente de controle dos fundos territoriais. Nesse sentido, os conflitos são iminentes no plano local/regional, mas remetem a conflitos de ordem global: a disputa é sobre o controle da biodiversidade, os recursos genéticos, sobre os conhecimentos tradicionais da biodiversidade, etc.

Complementar a estas questões de ordem mais teórica, à medida que observamos como os sujeitos apropriam das políticas de conservação da natureza, e como estes sujeitos dinamizam e conduzem as ações relativas ao reconhecimento do MSVP, um terceiro conjunto de questões emergiu, sobretudo, no intuito de compreender no que consiste um Mosaico de Áreas Protegidas e como apreendê-lo teórica e empiricamente. Além disso, permite refletir sobre os objetivos, sujeitos, interesses e interessados que estes atendem e, sobretudo, traçar tais análises tendo como base empírica o MSVP.

d) De que modo este reconhecimento do MSVP revela uma estratégia de planejamento e gestão da conservação da natureza? Quais os fundamentos empíricos que sustentam tal reconhecimento?

Esta questão permite refletir a proposta dos mosaicos, bem como, as estratégias de gestão integrada e participativa, além de abrir caminhos para se discutir a natureza e objetivos da conservação da natureza no MSVP. É preciso considerar ainda que subjacente ao MSVP reconheceu-se também o seu Plano DTBC, principal instrumento de planejamento e gestão dos mosaicos, a questão que nos orienta diz a respeito da relação deste plano com as estratégias de planejamento e gestão biorregional.

e) De que modo o Plano DTBC do MSVP por meio dos eixos de desenvolvimento (extrativismo em bases sustentáveis, turismo ecocultural e gestão integrada) remete a ideia de planejamento biorregional?

f) As estratégias de planejamento biorregional e os eixos de desenvolvimento do Plano DTBC contribuem com alternativas plurais de desenvolvimento e conservação da natureza? Quais conflitos emergem deste processo?

É elementar a ideia dos Mosaicos e dos seus Planos DTBC pensar alternativas para integrar os territórios da conservação às estratégias de desenvolvimento regional, mas sem

desconsiderar os objetivos iniciais para os quais tais territórios foram criados e, sobretudo, pensar esta integração tendo como base a lógica conservacionista – usar os recursos de modo a assegurar a sua sustentabilidade. É pertinente também aos mosaicos a proposta da gestão compartilhada e participativa, no qual comunidades e gestores devem construir espaços de diálogos no intuito de solucionar conflitos, propor estratégias de desenvolvimento e gestão. Nesse sentido, é necessário indagar:

g) O MSVP consegue empiricizar este ideal de integração, isto é, aliar a conservação da natureza e demais dinâmicas sociais, econômicas, culturais, e etc.?

h) Como as comunidades da biorregião do MSVP são inseridas neste processo e como os mecanismos de participação são forjados?

A partir destas questões, tornou-se mais claro o fio condutor da pesquisa, o que queríamos entender e como. Nesse sentido, esta tese buscou compreender a formação histórica – territorial do MSVP, bem como, as suas estratégias espaciais e ambientais e os elementos subjacentes à produção de um edifício biorregional. Para isto, recorreremos a análises das estratégias de planejamento, gestão e dos eixos de desenvolvimento (a gestão integrada, extrativismo em bases sustentáveis e turismo ecocultural) do Plano DTBC.

E especificamente, discutimos o processo histórico da criação das UCs que compõem o MSVP, os agentes envolvidos, interesses e disputas e a forma como estes se materializam no espaço geográfico. E também analisamos o MSVP como agente precursor na formação de uma biorregião e identificamos e analisamos as características desta biorregião e seus desdobramentos no planejamento biorregional. E, por último, estudamos os conflitos, os desdobramentos das estratégias de planejamento biorregional (na análise dos eixos de desenvolvimento do Plano DTBC), mas também os desafios à consolidação deste modelo de planejamento e desenvolvimento ao analisar a questão dos conflitos ambientais e da regularização fundiária.

A escolha do MSVP como objeto de análises se deu entre outras questões: 1- o desejo de compreender as novas faces da conservação da natureza na região Norte de Minas Gerais; e também dar continuidade a pesquisa iniciada do mestrado. 2- acreditamos que as políticas de conservação da natureza representam um mote interessante para a análise geográfica, e, portanto, queremos contribuir com este debate.

No que se refere ao conteúdo próprio da geografia, evidenciamos a região como conceito norteador. A intenção é colocá-la em debate, sobretudo, como os novos paradigmas que o atual período oferece com a questão das biorregiões. Nesta perspectiva,

colocar a teoria em movimento, pensar a natureza das ferramentas teóricas com as quais estamos envolvidos, e/ou como destaca Silvio Gallo, “o conceito é [um] dispositivo que faz pensar, que permite de novo pensar” é, sem sombra de dúvida, uma questão pertinente (GALLO, 2008, p. 43).

Afinal de contas o conceito tem a sua história, mas é a história de seus componentes (DELEUZE; GUATARRI, 1992). E à medida que o movimento histórico geográfico muda, muda também a história e o número de componentes em cada conceito. A questão a se refletir é: quais componentes resistem aos avanços/retrocessos históricos geográficos? Mesmo tendo consciência destes fatos, é preciso considerar uma contribuição de Henri Lefebvre, quando ele afirma que “conhece-se o passado a partir do presente, mais que o presente a partir do passado” (LEFEBVRE, 2004, p. 73), trazer a região (ou a biorregião), a Geografia Regional, história da conservação da natureza no Norte de Minas ajuda a apreender o presente.

Em relação à sociedade e, sobretudo, as populações inseridas no bojo do MSVP, a contribuição da pesquisa é, ao mesmo tempo, o que a torna pertinente. É a criação de ferramentas teóricas e conceituais que contribua no processo de luta para o reconhecimento do direito à natureza, por direitos as políticas que os insiram como sujeitos históricos e portadores de saberes concretos no manejo do ambiente.

Nesse sentido, as políticas, sobretudo, as que se referem à conservação ambiental e ao controle da natureza, poderão ser redimensionadas para outras, humanamente sustentáveis e ecologicamente mais justas, inserindo o homem como ser da natureza num processo de retroalimentação sucessiva. Com isso, as representações, as identidades e as construções espaciais passam a ter um papel significativo no processo de recortar, de criar suas “*regio*”, suas “*regere fines*” no espaço geográfico.

Tudo isso tem implicações sobre o espaço e sobre a conservação da natureza e, sobretudo, nas vidas das pessoas que vivem dentro ou fora dos parques, dentro ou fora do MSVP, cabe, portanto, precisar quais são essas implicações ao longo da tese. Enfim, cabe dizer, que as problemáticas com quais envolvemos, assim como os objetos de pesquisa, são uma construção envolvendo a realidade concreta e a reflexão teórica. Há aqui uma primeira. A problemática é sempre um híbrido - de reflexão empírica e teórica. No item que se segue mostramos quais foram às orientações teóricas que seguimos.

1.4 Da região à biorregião: categoria ou conceito?

Região e biorregião, categorias ou conceitos? Defendemos a ideia de que o conceito de biorregião é recorrente a toda uma tradição dita “regional”. Isto é, a biorregião tem em si características que lhe são peculiares, mas também características comuns a outros conceitos de região. A ideia aqui não é explorá-la segundo uma definição, uma “escola”, menos ainda tentar reaplicar conceitos ou seguir à risca um método. Neste item, consideremos a biorregião em seu *status* epistemológico de conceito, mas ligado ontologicamente à categoria região. Consideramos, portanto, uma diferenciação e uma implicação entre a região e a biorregião, entre a categoria e o conceito. É fundamental precisar a diferença e a implicação que estamos a situar: a região enquanto **categoria** e a **biorregião** enquanto conceito. É com este objetivo que construímos este item.

No item anterior defendemos a ideia da construção do objeto. Octávio Ianni defende a “construção de categorias” (IANNI, 2011). Esta ideia foi exemplarmente explícita em um texto transcrito de uma das suas aulas de 1985. Abordando, sobretudo, como Marx elabora e explícita as categorias em suas obras, Ianni lembra que “a construção da categoria é, (...) um desfecho, (...) como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói uma explicação, (...) a construção da categoria é por assim dizer, o desfecho da reflexão dialética” (IANNI, 2011, p. 397).

A rigor, a construção de uma categoria implica necessariamente uma postura crítica do pesquisador, implica que se coloque diante do fato, ou como estamos defendendo aqui, diante do objeto de modo a interrogá-lo sob muitas perspectivas. Em outras palavras, é preciso estar atento à complexidade, às formas heterogêneas e contraditórias que constituem o real. Isto é, tal “reflexão deve observar, deve examinar esta realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo” (IANNI, 2011, p. 397).

Ianni (2011, p. 397) também parte da ideia que o real não se dá a conhecer imediatamente e para justificar tal reflexão, ele relembra uma passagem de Hegel, segundo o qual, “o fato, que é destituído de conceito, que não está categorizado, é um fato que está perdido. Solto no espaço. Esse não está articulado”. Este processo demanda um árduo trabalho de investigação que inclui tanto a pesquisa empírica quanto a reflexão teórica. A pesquisa empírica ajuda a mapear, apanhar as relações e registrar fatos, mas não é suficiente ou estaríamos condenados à análise das aparências. O fundamental é que faça uma reflexão

“obstinada” que desvende do “real aquilo que não está dado”, ou melhor, “uma reflexão sobre as relações que constituem o objeto” (IANNI, 2011, p. 399).

O sentido que a palavra “construção” recebe de Ianni é o que devemos captar para desenvolver o nosso trabalho. Dentre outras coisas, dois fatos se destacam. O primeiro é que as categorias são datadas historicamente, e Ianni traz esta reflexão de modo claro ao citar “Bonapartismo”. Bonapartismo é uma categoria criada para explicar uma dada realidade histórica francesa, mas “não pode ser transposta e aplicada de modo ingênuo aqui ou acolá” (IANNI, 2011, p. 406). As categorias são, nesse sentido, “prático-teórico ou prático-crítico” de um dado tempo histórico devido ao fato de elas guardarem “um compromisso com a realidade sobre a qual refletiu”, é “uma explicação que guarda muito a historicidade daquele momento, daquela configuração” social de sua construção (IANNI, 2011, p. 409). Em outras palavras, as categorias são criadas para explicar uma dada realidade e um dado tempo, e a transposição para outra realidade leva ao risco de engessamento do real.

A segunda questão tratada por Ianni refere-se à importância de captar o sentido reflexivo que a construção da categoria requer. A categoria surge da interrogação de um concreto e, portanto, parte deste para apreendê-lo mais profundamente. Em outras palavras, “o movimento das categorias surge como um ato de produção real” e tem a ver com o real sobre o qual se debruça o pesquisador. Por meio das categorias e da reflexão através delas “desvendam relações, processos e estruturas” que implicam em desvendar as “determinações constitutivas do real” (IANNI, 2011, p. 406).

Cada categoria pertence a um tempo histórico, e conforme o conhecimento avança, avança-se novos graus de delimitação de seu conteúdo. Existem momentos de continuidade e descontinuidade, tal como revela a região, este ir e vir é essencial para a sua construção. Alexandre Cheptulin (2004) considera que as categorias têm uma ordem de aparecimento, isto é, as categorias surgem e evoluem de acordo com a atmosfera histórica. Com isto, quando tomamos a nossa categoria de análise e a situamos historicamente, muitos pontos se esclarecem. A região surgiu em resposta a certas indagações e conforme estas indagações mudaram, também mudam os seus elementos definidores. A região natural, por exemplo, surgiu devido aos avanços dos estudos geológicos, mas naquele momento, dado a situação histórica, não havia condições para o surgimento da região como fenômeno econômico.

O surgimento de uma categoria também revela os graus de desenvolvimento das práticas sociais. Assim, conforme Cheptulin (2004, p. 137), “no curso da formação dessa ou daquela categoria, reflete-se não somente a especificidade do estágio correspondente ao

desenvolvimento do conhecimento”. Em outras palavras, o surgimento de uma categoria enquanto elemento de mediação de reflexão humana - enquanto mecanismo de mediação do conhecimento - revela “as particularidades de formas da atividade dos homens” em momento dado. E mais, esclarece as relações sociais, isto é, a forma como os homens se relacionam e como estes se relacionam com a natureza.

Cheptulin (2004) tem um objetivo claro. Quer demonstrar que as categorias não são apenas elementos da consciência de um ser-no-mundo. Este ser-no-mundo é prático, e desta prática surge elementos de mediação, isto é, as categorias como instrumento de conhecimento do mundo. Nas palavras do próprio Cheptulin (2004, p. 140), “(...) as categorias não são apenas graus de desenvolvimento da consciência, mas também graus de desenvolvimento da prática social dos homens, de suas relações entre eles e deles com a natureza”.

Partimos do pressuposto que a região é uma categoria fundamental do pensamento geográfico e que reflete as várias incursões da Geografia em busca de explicação do real. A região, enquanto tal, revela os caminhos traçados no conhecimento geográfico. Tal importância é ressaltada por Thiago M. Alves de Brito (2007, p. 9), quando lembra que as categorias exercem a função de mediação, isto é, “pontes que facilitam o conhecimento do objeto pelo sujeito”. É este mesmo autor, entretanto, que coloca que “as categorias são símbolos, signos que representam objetos do conhecimento e que, por isso, não podem estar circunscritas às disciplinas, pois perdem seu caráter emancipatório de circulação entre saberes”.

Partilhamos da compreensão de Brito (2007, p. 10), e entendemos a região como categoria estruturante do conhecimento geográfico, e como tal, contém em seu bojo “uma gama de conceitos elaborados ao longo do pensamento não só geográfico, mas também econômico, sociológico, etc.”. Há aqui uma distinção essencial em relação à proposta de Ianni (2011), e com a qual também concordamos, enquanto para este a categoria é o objeto de mediação do conhecimento, Brito considera como o resultado do conhecimento apropriado. Por esta diferenciação, a categoria região é formada por vários conceitos, como o de biorregião, pertinente a análise desta tese, e também pelo de ecorregião, região natural, histórica, geográfica, fisiográfica, cultural, etc.. Isto é, os conceitos são considerados como “o conteúdo, o significado contido no símbolo”, (BRITO, 2007, p. 10). Em outros termos, enquanto a categoria é universal e perpassam os diversos campos do conhecimento, os

conceitos são a empiricização, forma e modo como às categorias são empregadas na explicação real.

Tal como expressa Armando Correia da Silva (1986) às categorias “são algo que sobrepõe o conceito, dando-lhe conteúdo (...) os modos de ser, enquanto o conceito define a ideia ou conjunto de ideias a respeito de alguma coisa ou fenômeno” (SILVA, 1986, p. 28). A partir disso, compreendemos a região como categoria e a biorregião como um conceito. Isto é, a biorregião pertence à constelação conceitual da categoria região. E, como tal, tem características são que lhe são próprias e características da categoria.

Conforme Antonio Bernardes (2011, p.166) o uso das categorias acontece quando se quer indicar “diferentes espécies do mesmo gênero” e/ou evidenciar a diferença que existe em certos fenômenos “que apresentam a característica geral”. Do mesmo modo, o conceito faz referência a um objeto concreto e alguns de seus aspectos. Há sempre um elo entre a categoria (região) e o conceito (biorregião), ou melhor, por meio da “definição” dos conceitos, necessariamente, “remetemos” às categorias.

Um e outro, categorias e conceitos, remetem a um tecido maior de teorias que buscam a explicação do real. Conforme Silva (1999, p. 1),

O primeiro pressuposto da **teoria é a categoria, ou seja, a concreção do pensamento ao nível do universal**. Por isso, movimento do pensamento, as categorias se sucedem no decorrer da afirmação ou da interrogação. Qual sua gênese? Para responder a esta questão tem-se que perguntar qual o seu conteúdo. Ora, o conteúdo da categoria é o ser ao qual se refere, material ou imaterial. O segundo pressuposto da teoria é **o conceito, que implica em maior concretude do que as categorias**. De certo modo, **o conceito é uma descrição teórico-prática da categoria e pode implicar uma definição**. Contudo, a definição é diversa do conceito. Ela é, de certo modo, o modo como se expressa a definição do conceito (SILVA, 1999, p.1 [grifos nosso]).

Observando os pontos destacados nos parágrafos precedentes, estamos diante duas questões decisivas para este trabalho. Um: quais são os elementos da categoria região que são pertinentes ao conceito de biorregião? E mais, o conceito de biorregião é suficiente para compreender a complexidade do MSVP, que envolve tanto uma dimensão natural (ou a natureza) e como uma dimensão social (políticas ambientais, criação de UCs, políticas de gestão e planejamento)? Dois: os conceitos surgem do real concreto, ou melhor, surgem a partir da interrogação do real. É possível observar uma biorregião no MSVP? Quais são as suas características? Qual é a relação entre o Plano DTBC e a biorregião do MSVP?

O MSVP é, primeiramente, um instrumento de planejamento da gestão das UCs, mas não se restringe a este fator, sobretudo, devido aos recortes espaciais que surgem deste planejamento. Inicialmente, buscamos no conceito de região natural as repostas a estas indagações. Mas no transcorrer da pesquisa ele se mostrou insuficiente, dado o caráter histórico, os mecanismos de planejamento, gestão e desenvolvimento ligados aos MSVP. Daí recorremos a outras leituras, sobretudo, aquelas referente à biorregião e ao planejamento biorregional. A síntese concreta entre homem-natureza se expressa no MSVP, e os mecanismos de gestão colocados no Plano DTBC permitem está análise. E o conceito de biorregião tem muitas características comuns a outros conceitos de região, desde mais estritos, como, por exemplo, região natural, até os mais amplos, a região geográfica.

É preciso destacar dois pontos. O primeiro é que não pretendemos transportar conceitos ou análises para explicar o objeto em análise, o MSVP. Antes disso, pretendemos demonstrar como a própria biorregião do MSVP muda significativamente de conteúdo conforme a empiricização de um conjunto de eventos, e faremos isto desvelando as tessituras envolvidas em sua constituição concreta. O segundo ponto a se destacar tem a ver com o tratamento e o *status* que a biorregião recebe em nossas análises. Assim, como a interpretação teórica entra na construção do objeto, o objeto assume a *front* da interpretação teórica.

Nesse sentido, considerando o MSVP como resultado concreto de múltiplas determinações, o uso do conceito biorregião visa recriar este concreto em um concreto pensado. Há aqui um compromisso com o real tomado como objeto analítico, e com o teórico tomado “reflexiva e ontologicamente”. Isto é uma das dimensões desta tese, a biorregião como uma síntese concreta da totalidade materializada no MSVP, e como tal, é tomada reflexiva (ou epistemologicamente) e ontologicamente, a biorregião é tratada ao mesmo tempo como um princípio metodológico e epistemológico.

Para entender o conceito de biorregião é essencial que se compreenda alguns elementos próprios do conceito de região, como por exemplo, a face política, o sentido de unidade e o encadeamento de fatores humanos, sociais, históricos, etc.. Para isto, recorremos a ponderações teóricas e metodológicas de geógrafos regionais e apropriamos de algumas de suas contribuições para explicar o conceito de biorregião. Entre estas recorrências, situam aquelas que ligam à região a ideia de política, mas recorremos também

às ideias da região como unidade geográfica e como resultado do encadeamento de um conjunto de fenômenos⁵.

A base material do conceito de biorregião, tal como compreendido atualmente entre os planejadores biorregionais, recorre a elementos clássicos na definição conceitual de região em Geografia. A recorrência mais clara refere-se ao sentido político de região, presente, sobretudo, no verbo *regere*, remetendo ao sentido de governar. Conforme descreve Bourdieu (2010, p. 113-114), o sentido contido na etimologia da palavra região remete a “di-visão”, “ato” que impõe a descontinuidade via “decreto” na continuidade natural. Ato que consiste em traçar fronteiras entre o “interior” e o “exterior”, a “*regio* e suas fronteiras (*finis*) não passam do vestígio apagado do ato da autoridade que consiste em circunscrever a região (...) impor a definição (...) legítima, conhecida e reconhecida”.

Esse sentido original se modificou conforme a região foi apropriada pelos diversos campos do conhecimento e nas diversas conceituações. No entanto, ainda está implícita (ou explícito, depende dos casos) na maioria das políticas regionais de desenvolvimento. A relação entre região e poder, embora menos discutida, é um fato concreto e deve ser retomado no intuito de compreender como se constrói as diferenciações socioespaciais no mundo contemporâneo. Nesse sentido, quando destacamos a face política inerente a biorregião do MSVP queremos demonstrar a interconexão entre diferentes grupos, diferentes interesses e interessados. Este caráter político se expressa por meio das interdições, das normas e nos conflitos imanes a constituição do MSVP.

Outro elemento importante do conceito de região, sobretudo, em Vidal de La Blache, apropriado por nós para compreender a biorregião do MSVP, é o sentido da região como espaço no qual os fenômenos estão interconectados. Vidal de La Blache talvez tenha sido o geógrafo que mais insistiu no fato de que fenômenos estão encadeados. Uma passagem na introdução de seu *Atlas* demonstra isso, quando lembrou que a geografia se faz a partir “do princípio de conexão que une os fenômenos”, lembrando ainda que “nenhuma parte da terra porta em si a sua explicação”. A terra, aliás, é “um todo cujas diversas partes se esclarecem mutuamente”. Vidal conclui a sua leitura com as seguintes palavras: “a geografia tem diante de si um belo e difícil problema, aquele de compreender, no conjunto as características que compõem a fisionomia de uma região, **o encadeamento que os une e,**

⁵ Trata-se apenas de indicações de alguns elementos considerados importantes para a compreensão do conceito de biorregião, tal como desenvolvemos no capítulo 3.

nestes encadeamentos, uma expressão das leis gerais do organismo terrestre” (VIDAL DE LA BLACHE apud RIBEIRO, 1968, p. 642 [grifos nosso])⁶.

A geografia regional francesa praticada por Vidal de La Blache parte da ideia da Terra como um “todo”, elemento herdado de Ritter, e cujas diferenças parciais se organizam de forma “harmoniosa” e se esclarecem mutuamente por meio das relações de solidariedade. Indo da natureza ao homem e do homem a natureza, a região vidaliana é um complexo. Conforme Orlando Ribeiro (1968), o método de trabalho empreendido foi formulado nas longas viagens de Vidal, descrevia menos as formas atuais se modificando, e mais “*permanências, as inércias, tudo o que resistia de um passado*” (RIBEIRO, 1968, p 642. Grifos do autor).

Richard Hartshorne (1978) oferece alguns elementos metodológicos em sua análise para se entender o princípio de encadeamento, sobretudo, quando discute as divisões da geografia em sistemática e regional. Ao observar a variação dos fenômenos nas “áreas” e suas “interconexões” conclui que “as relações e conexões se distribuem, (...) desde as muito estreitas até as que são bastante tênues” (HARTSHORNE, 1978, p.121). Em outras palavras, o autor está ciente de que em cada região há fenômenos que estão estreitamente ligados e há também fenômenos de ordem secundária. Mas, é este processo de síntese, este encadeamento de fenômenos que cria as “diferenciações espaciais”, por ele discutidas.

O autor oferece um segundo princípio de orientação metodológica para entender os encadeamentos dos fenômenos, quando se refere à natureza das vinculações que os fenômenos criam entre si em uma mesma região e com outras regiões. Para ele existe certo “grau de vinculação entre todos os fenômenos da terra”, e “muitos fenômenos em um lugar são largamente independentes das condições em outros, enquanto que alguns fenômenos são estritamente ligados aos de outros lugares” (HARTSHORNE, 1978, p.121). A rigor, existe um conjunto de fenômenos que é específico da região, o evento de sua criação é autóctone. Mas, existe outro conjunto de fenômenos que deve a sua existência a fatores, a eventos que ocorrem em outros lugares e mesmo em outros tempos.

Quais as conclusões? As regiões são complexas, e mantêm vários conjuntos de relações e encadeamentos. A região surge da dialética entre o singular e o universal, é, ao mesmo tempo, a síntese desta dialética. Isso quer dizer que a região tem em suas tramas

⁶ A introdução deste Atlas encontra-se traduzida em um livro organizado por Rogério Haesbaert (HAESBAERT et. ali., 2012), do qual tomamos conhecimento depois da leitura do texto de Orlando Ribeiro. No entanto, nesta parte do texto, preferimos manter tal como já havia sido escrito, pois se trata de dois momentos distintos de reflexão.

aquilo que é local (singular) e também aquilo que é global (universal). Por outras palavras, a região é o elo, a *particularidade* que conecta ações de múltiplas escalas – este é o sentido de encadeamento com o qual trabalhamos na compreensão da biorregião, considerando-a como uma unidade geográfica de fenômenos encadeados. Tal unidade se formou a partir da síntese concreta entre a ordem próxima (os eventos de ordem local) e a ordem distante (eventos de outros lugares). Embora os fenômenos que a forme tenham graus diversos de vinculação - mesmo que a proximidade entre os fenômenos não signifique interconexão e que as regiões podem responder muito mais a ordens distantes - a região só existe por meio do encadeamento entre o singular e o universal.

A biorregião como unidade geográfica não quer dizer que ela seja homogênea, apesar de apresentar certo grau de coesão. Ao contrário, toda unidade tem dentro de si outras unidades parciais, contraditórias. Vista por este ângulo, a biorregião é uma totalidade aberta, é uma síntese, ou melhor, é o espaço de encadeamento “de processos de diferentes escalas não necessariamente complementares” (GILBERT, 1988, p. 220), é o espaço no qual os eventos se empirizam e produzem dão origem a nova diferenciação espacial.

Em outros termos, quando compreendemos o MSVP como uma biorregião empiricamente dada e historicamente construída, o fazemos observando esta totalidade concreta que congrega em seu interior outras totalidades parciais. A síntese, o encadeamento e a coesão (outros elementos importantes do conceito clássico de região) desta biorregião é de natureza política, sobretudo, devido ao fato de o MSVP ter sua existência mediante as políticas ambientais voltadas à conservação da natureza. Mas, é também de natureza social, histórico e cultural.

Para se entender a biorregião, para entender a dinâmica de sua criação e de sua transformação, é preciso considerar como os fenômenos de ordem local (ou aqueles que nascem na região), se ligam (encandeiam) a outros externos. É preciso entender a natureza desta ligação, indagar em que medida estes se modificam mutuamente e criam uma terceira ordem de fenômenos.

O encadeamento opera não só entre fenômenos ou eventos, o encadeamento também se dá na relação entre homem-meio. Nesse sentido, no “conceito de região”, ou a forma como se compreendia o edifício regional, “há pleno encontro do homem, da cultura com o ambiente, a natureza”, conforme destaca Paulo C. da C. Gomes (2001, p. 62). A região surge exatamente deste encontro (ou melhor, deste encadeamento), na verdade, o resultado empírico desta relação. Conforme argumenta o autor, a região (para nós, a

biorregião) “é também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza”.

A verdade é que este tipo de tratamento dado à região foi severamente criticado. E, na maioria das vezes, o intuito das análises regionais posteriores sempre foi superar esta modalidade de interpretação regional. No entanto, devemos observar o plano ambicioso que se coloca por detrás da região enquanto a síntese concreta de relação homem-meio. Aqui se inclui tanto a Geografia Humana quanto a Geografia Física, e se realiza o tão propalado sonho de conexão das duas áreas. As críticas se devem também ao fato de que, na maioria das vezes, este desejo de união fracassou.

No entanto, no período contemporâneo, quando se discute os mecanismos para o desenvolvimento sustentável ou para padrões mais equilibrados do uso dos recursos naturais, surge um movimento político e ideológico que busca justamente resgatar este sentido de região – como a síntese concreta da relação entre o homem e o meio. Entre estes, há os biorregionalista, para quem a biorregião é o espaço ótimo no qual se pode pensar uma relação de “harmonia” entre o homem e a natureza. Estes acreditam na capacidade da biorregião, assim como na Geografia Regional Clássica, de realizar a síntese “harmoniosa” entre o humano e mundo natural, entre o mundo da cultura e o mundo da natureza.

O princípio que o ambiente tem um papel fundamental nas ações humanas nasce junto com o conceito de região natural (aliás, neste conceito influenciava e moldava a vida humana), mas nunca foi abandonado totalmente, mesmo com as críticas cada vez mais severas. Isto se verifica, sobretudo, nas políticas ditas de desenvolvimento regional - deste o *Tennessee Vale Authority - TVA*, nos Estados Unidos, a criação da superintendência de desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e até as políticas de comitês de bacia hidrográficas mais recentemente no Brasil. Em lógica diferente, mesmo assim, seja a bacia hidrográfica, a seca, etc., há sempre a consideração dos elementos naturais. Isto não isenta estes conceitos e estas políticas de críticas. Apenas nos alerta que mesmo nos tempos da dita globalização e no qual as relações econômicas são os principais agentes de produção da diferenciação espacial, a natureza e a forma como o homem com ela se relaciona está presente.

É preciso refletir sobre estas questões. É preciso também pensar como estes novos conceitos, ecorregião e biorregião podem nos ajudar a compreender as diferenciações espaciais que surgem no mundo contemporâneo. Apesar da fragilidade da teoria do conceito de biorregião, acreditamos ser ele o desdobramento dos conceitos mais tradicionais

da geografia, a região natural e mesmo daqueles da geografia clássica francesa. No mundo no qual se coloca todos os dias os efeitos do uso espoliativo da natureza, no qual se propalam crises hídricas, energéticas, etc., é preciso buscar caminhos que coloquem novamente a relação-meio, ou para sermos contemporâneos, homem-natureza no centro do debate.

A biorregião, de acordo com Miller (1997), é um recorte do espaço geográfico constituído por comunidades locais, agências governamentais e científicas, todas voltadas à conservação e para criar mecanismos para o processo de desenvolvimento “sustentável”. Nesse sentido, a primeira questão importante da biorregião é o fato de se considerar os homens e sua história a junto à natureza, e pensá-los em conjunto. Aliado ao conceito de biorregião, temos também o conceito de planejamento biorregional (MILLER, 1997). Este modelo de planejamento trata-se das ações em conjunto, de modo a facilitar a resolução de problemas e criar alternativas ao desenvolvimento e preservação da natureza. Trata-se, teoricamente, de uma nova escala de ação, a biorregião, e de um novo olhar sobre esta, considerando a integração entre natureza, homens e desenvolvimento.

Esboçaremos essas análises para compreender o MSVP. Isto porque os eixos norteadores deste mosaico vêm de encontro com as linhas gerais da teoria da biorregião. Isto é, os eixos de planejamento do MSVP propõem que se faça a conservação da natureza juntamente com a promoção da cultura tradicional da região. Isto é tanto um avanço nos que se refere às políticas de conservação e gestão da natureza, como também um avanço no sentido de compreender o imbricamento entre homem e natureza, sobretudo, entre as comunidades camponesas locais.

E por fim, uma questão de orientação metodológica. Os geógrafos clássicos, como por exemplo, Hasthorne (1978), coloca como objeto da geografia a descrição da diferenciação de áreas. Isto é, “a Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da terra” (HASTHSORNE, 1978, p. 22)⁷. Talvez tenha sido esse o método de trabalho de vários geógrafos, como argumenta o próprio autor, mas a diferenciação de áreas, a sua descrição e a análise não são suficientes. É preciso compreender os eventos, os fenômenos

⁷ Acreditamos que Hasthorne (1978) tem uma contribuição metodológica importante para se pensar e se fazer Geografia Regional, porém, não concordamos com o papel atribuído a Geografia como um todo e a Geografia Regional em particular: descrever e analisar as diferenças de área. Este é um dos processos pelo qual se operacionaliza o conhecimento Geográfico, mas não é o objeto e nem o único objetivo da geografia.

que deram origem a este processo de diferenciação. Este é o princípio metodológico com qual operamos as nossas análises.

A diferenciação espacial advém de uma série de elementos tanto naturais (ventos, chuvas, climas, geologia, rios, etc.) como também da ação humana de apropriação da natureza. Dizer que uma área é diferente da outra e descrever esta diferença só trata uma parte do problema. É preciso identificar e analisar como se deu esta diferença; os processos históricos e geográficos por detrás; e mais, a quem e a que objetos esta diferenciação atende. Nosso objeto de pesquisa, por exemplo, embora envolva os elementos naturais e sua conservação, embora envolva um conjunto de relações humanas de apropriação e manejo desta natureza, o evento que deu origem a esta diferenciação socioespacial são aqueles de normatização e interdição do território.

Nesse sentido, este trabalho tem como fio condutor entender quais foram os eventos e como estes eventos criaram as diferenças espaciais. Portanto, tratamos a biorregião do MSVP como um resultado de uma série de eventos e, ao mesmo tempo, como produtoras de outros. Ao entender como fenômenos que criam a diferenciação se empirizam, a própria diferenciação se desvela.

Para finalizar este item, alguns pontos de reflexão são fundamentais:

-A região é categoria que porta dentro de si vários conceitos: a região natural, histórica, fisiográfica, cultural, ecorregião, a biorregião, e etc. Tanto como categoria e conceito, a região surge para dar respostas a problemas concretos, de um determinado tempo e de uma determinada sociedade.

-Cada conceito de região abarca um conjunto de problemáticas. E como tal não podemos simplesmente transpô-la a outros problemas concretos, ou problemas de natureza histórica diferente.

- Acreditamos que as modulações espaciais das políticas ambientais por meio da criação das UCs, e depois por meio do reconhecimento do MSVP, produz um recorte espacial diferenciado do restante da região no qual ele está inserido, um recorte voltado à conservação da natureza, normatizado e interdito a certos usos. E por ser um recorte do espaço, e produzir uma diferenciação espacial, ele é também uma forma região, ou melhor, uma biorregião.

-Para compreender esta biorregião do MSVP realizamos uma dupla imersão. Uma que considera a sua existência real, o MSVP como uma biorregião empírica. E outra que o considera do ponto de vista epistemológico, o MSVP considerado a partir de postulado teórico e metodológico.

- Embora não estejamos trabalhando com o conceito fornecido por um autor ou escola geográfica, existem alguns fatores importantes nas definições clássicas do conceito de biorregião que devem ser retomados no conceito de biorregião. Entre eles, o sentido primevo de região enquanto objeto político, a região enquanto um quadro de síntese de múltiplos encadeamentos, também como quadro de

encadeamento entre cultura e natureza. Estes elementos permitem-nos explicar como se constrói a coerência do edifício biorregional forjado com o MSVP.

As discussões aqui delineadas tiveram como objetivo demonstrar como se processou a escolha do conceito de biorregião e também os desdobramentos que a ela damos. Estas discussões são ampliadas e aprofundadas no capítulo 3. Apresentado como se deu a construção do objeto, a problemática que estamos tentando desvendar, as justificativas e a escolha do conceito em análise, cabe agora delinear como se deu a construção da pesquisa propriamente, isto é, as fontes do trabalho, as pesquisas de campo, os recursos de análise e tratamento destas fontes – a metodologia. Este é o objetivo dos itens que se segue.

1.5 As trilhas da pesquisa: pesquisa, método e metodologia

Uma frase de Lefebvre (1955), em um texto no qual discute a questão da totalidade nas ciências sociais, é fundamental para iniciarmos este item. Segundo este autor, “aqueles que querem conhecer a realidade humana (social) devem então se interessar pelos homens”. Os fenômenos, ou melhor, “as leis ou ‘as essências’ devem nos interessar, mas tão somente para compreender e servir ao humano”, (LEFEBVRE, 1955, p. 62-63 [Tradução livre])⁸.

Desde o início de nosso percurso na vida acadêmica e de pesquisa seguimos este pressuposto ético por entender o papel que as pesquisas têm sobre a vida daqueles que contribuem para as nossas análises (tanto para o bem, quanto para o mal). Conforme a natureza da pesquisa, as intenções do pesquisador, é fundamental ter a ciência da “responsabilidade (...) face aos homens e mulheres que ele estuda cujo território analisa” (LACOSTE, 2006, p. 77).

Yves Lacoste nos narra elementos importantes para refletirmos sobre a natureza dos nossos trabalhos de pesquisa, sobretudo, em Geografia e nas pesquisas de campo. E sugere que nos indaguemos a “quem as nossas pesquisas servem”. Isto porque pesquisas não envolvem apenas pesquisadores, envolvem sempre “um conjunto de cidadãos” nem sempre conscientes dos reais usos que se fazem de sua vida e dramas nas pesquisas para as quais são convidados a participar. Lacoste finaliza lembrando que mesmo aquelas pesquisas

⁸ “Celui que veut connaître la réalité humaine (sociale) doit donc s’intéresser aux hommes. (...). Les lois et les “essences” doivent nous intéresser, mais non pas tant elles-mêmes que pour comprendre et servir l’humain” (LEFEBVRE, 1955, p. 62-63).

“completamente desinteressadas podem ter importantes consequências para a população estudada” (LACOSTE, 2006, p. 77).

Estas questões são pertinentes, e na maioria das vezes se revelam o principal problema a resolver ao longo do percurso. Nesta preocupação, muito dos “ditos” não aparecem no material final. E deixar estes ditos fora do material final de trabalho revela o comprometimento “pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga” (BRANDÃO, 1999, p. 8). Estas considerações se dão porque seguimos aquilo orientado por Lefebvre de que toda pesquisa sobre o humano e sua relação com o mundo, deve interessar a estes. E por este motivo, o fio condutor de estruturação de todas as etapas da pesquisa buscou sempre observar estas questões.

Pontuadas estas questões iniciais, a partir de agora o objetivo é revelar como pensamos e colocamos em prática o edifício metodológico desta tese. Para esta demonstração é preciso uma digressão, sobretudo, para destacar o nosso entendimento de pesquisa. Ainda na graduação em Geografia, cursando uma disciplina do professor Carlos Rodrigues Brandão, lemos pela primeira vez o texto de Bronislaw Malinowski sobre sua metodologia de pesquisa, ou melhor, a constituição e corpo de uma pesquisa realizado com os nativos das ilhas do Pacífico.

Malinowski (1980) realizou uma série de pesquisas sobre um rito de troca denominado Kula. Para compreender este rito, ele constrói uma estrutura complexa para entender os múltiplos elementos que percorrem esta manifestação cultural. A partir disso, Malinowski propõe o corpo da pesquisa. Tal corpo é composto pelo “esqueleto, carne, sangue e espírito”. O esqueleto refere-se aqueles elementos importantes, estruturais para o entendimento, como o exemplo citado pelo autor, os dados censitários, mapas, etc. Trata-se de encontrar o maior número de elementos para descrever o objeto de pesquisa e para informar o olhar.

O esqueleto permite-nos ver apenas as nuances do objeto em análise, mas a pesquisa requer mais aprofundamento. E conforme sugere o autor, há várias pesquisas com excelentes esqueletos, mas não ultrapassa este primeiro momento. E por isso, sugere Malinowski, é preciso encontrar a carne e o sangue da pesquisa. A carne e o sangue são aqueles elementos não capturados pelo esqueleto, isto é, “fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou documentos quantitativos (...). Dominemo-los de *imponderáveis da vida real*” (MALINOWSKI, 1980, p. 55[grifos do autor]).

Trata-se daqueles elementos que não estão presentes nos documentos analisados e/ou mesmo nas entrevistas. É, por isso, se exige ainda mais profundidade do olhar e das análises. Buscar esta profundidade nem sempre é uma tarefa fácil, mas ela é essencial para completar o “corpo” da pesquisa. As três etapas descritas devem ser complementadas por meio daquilo que o autor chama como o “espírito”:

Além do esboço claro da constituição tribal e dos itens culturais cristalizados, que constituem o esqueleto, além dos dados da vida diária e do comportamento ordinário, que são por assim dizer, sua carne e seu sangue, resta ainda a ser registrado o espírito - os pontos de vista e opiniões e expressões dos nativos. Pois, cada ato da vida tribal, há inicialmente, a rotina prescrita pelo costume e tradição, em seguida a maneira na qual é praticada e, finalmente, há o comentário a seu respeito (...) (MALINOWSKI, 1980, p. 58).

Evidentemente, não se trata de aplicar a proposta de Malinowski a nossa proposta de pesquisa, haja vista a diferença substancial das questões com quais estamos envolvidos. Embora a proposta do autor seja intrigante, rica e oferecer uma base fundamental para se pensar a pesquisa em todas as suas dimensões, aplicá-la tal como ensina o autor é inviável. A análise do processo de pesquisa de Malinowski deu-se, sobretudo, no intuito de exemplificar a nossa compreensão de pesquisa e os mecanismos de sua execução. Aprendemos desde cedo a complexidade envolvida no conduzir neste processo, os múltiplos investimentos necessários. Investimentos empíricos e teóricos. E como definimos em nossa pesquisa de mestrado:

Há uma pesquisa que se pensa fazer e, outra, aquela que realmente se faz. A pesquisa é antes de tudo o momento de encontro e desencontros... Encontro com possibilidades e impossibilidades. É o momento de ver a composição das gramáticas sociais, os conflitos, os embates e a natureza das ações humanas no espaço. (...) pesquisar é (...) [um] processo de duplo conhecimento, (MARTINS, 2011, p. 25).

Duplo conhecimento porque vemos nossos instrumentos teóricos e metodológicos não sendo capazes de captar todas as tonalidades do real. E isto força a procurar outros caminhos, outras leituras possíveis. Isto aconteceu nesta pesquisa de doutoramento quando vimos que a proposta inicial de um longo de trabalho de campo não seria possível, ou nas múltiplas negativas que recebemos aos pedidos de entrevistas. Nem sempre a pesquisa imaginada é possível, embora reconhecer esta característica seja doloroso inicialmente, pois se trata justamente do questionamento das convicções acadêmicas. Isto revela que a

pesquisa também é um autoquestionar, esta, talvez, seja a maior tarefa dos procedimentos metodológicos.

As questões pontuadas servem de base também para refletirmos sobre a noção de trabalho de campo em Geografia que, geralmente, resume-se tão somente ao levantamento de dados empíricos. As demais fases, como por exemplo, levantamento de fontes históricas, a leitura e interpretação dos dados censitários não encontram um tratamento adequado neste campo disciplinar. Para nós, trabalho de campo refere-se a todas aquelas atividades necessárias para compor o esqueleto, a carne e o sangue da pesquisa. Portanto, a necessidade do trabalho de campo se amplia, dado a seu grau de abrangência conforme estamos pontuando.

A respeito de um olhar mais abrangente/inclusivo do trabalho de campo, Dirce M. Antunes Suertegaray (2009), por exemplo, o entende como “observação empírica e descritiva” tanto como “um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo” (SUERTEGARAY, 2009, p. 4). A autora cita também as novas tecnologias e o papel importante destas na configuração do saber geográfico e das pesquisas de campo, mas também lembra a importância do método na produção do conhecimento.

Concordamos com Bernard Kayser (2006) sobre a necessidade de colocar no escopo do trabalho de campo a união indissociável entre a teoria e a metodologia, entre teoria e empiria, e temos a ciência de que o real é sempre mais complexo do que a capacidade de nossos instrumentos de pesquisa. E, por fim, o campo é um meio de apreensão do real e não o seu fim. Enfim, acreditamos no trabalho de campo como o espaço de congregação – envolve sempre o levantamento de fontes empíricas (seja por meio de entrevistas, observação, etc.), envolve levantamentos para a produção cartográfica, mas também envolve o levantamento e a procura de documentos históricos, oficiais, etc.. Nesse sentido, o trabalho de campo revela muito das concepções teóricas e metodológicas do pesquisador.

Quer seja uma concepção de campo mais estreita ou quer seja uma concepção de campo mais ampliada, lugar no qual nos inserimos, é preciso considerar também o fato de “o pesquisador de campo basear-se inteiramente na inspiração proporcionada pela teoria” (MALINOWSKI, 1980, p. 46). Esta teoria guia o olhar para certos elementos e, ao mesmo tempo, outros não são observados. Em outras palavras, o “olhar empírico é sempre um olhar

teórico”, conforme Cássio E. Hissa (2006, p.182). Isto coloca a íntima relação, às vezes negada, entre elementos escolhidos como importantes na construção da pesquisa e todo o instrumental ideológico do pesquisador.

A pesquisa vem de um lugar de fala (esta, por exemplo, o seu lugar de fala é a Geografia), e de um olhar de mundo, e fala para um grupo específico de pessoas (geralmente, aqueles que partilham o mesmo lugar de fala), e todos estes elementos influem diretamente na concepção teórica, empírica e metodológica. Isto se coloca também nas concepções de método e de metodologia. Para Hissa (2006) métodos são as “concepções amplas de interpretação do mundo”, uma postura filosófica e política orientando tanto a concepção teórica, tanto a relação que se estabelece entre os diversos elementos de constituição de uma pesquisa. Aliás, orienta a própria compreensão do significado, sentido e abrangência do trabalho de campo. Método, portanto, são lentes a partir do qual olhamos o mundo.

Além disso, toda pesquisa traz uma concepção metodológica, ou dos encaminhamentos para se chegar ao esqueleto, à carne e ao sangue da pesquisa. Para Hissa, metodologia é um conjunto de “técnicas que apoiam [o pesquisador] na construção do conhecimento” (HISSA, 2006, p. 159). A função da metodologia é guiar o olhar para que ele não se perca em assuntos secundários. Ao nosso entender, metodologia é a mediação entre teórico e o empírico. É o lugar de encontro e, portanto, de modificação. A partir do olhar metodológico, o imediato do real (ou a aparência) torna-se menos confuso, e permite entender a coloração e as tessituras dos fenômenos. Do mesmo modo, fenômenos apreendidos em sua essência levam à modificação da arquitetura teórica. Isto é, a metodologia permite a compreensão com afinco do real e permite também construir e desconstruir as certezas (ou incertezas) teóricas.

O percurso realizado neste item deu-se no sentido de explicar o nosso entendimento de pesquisa, e os elementos que a constitui, e também apresentou a nossa compreensão de trabalho de campo. E, por fim, listamos alguns pontos sobre a nossa compreensão de método e de metodologia. Este caminho foi necessário, sobretudo, para dar fundamentação ao próximo item, quando e como procedemos à seleção das diversas fontes que serviram de base desta tese.

1.5.1 Das concepções metodológicas à pesquisa: as fontes e o trabalho campo

Compreendemos a pesquisa como um espaço tridimensional devido ao fato de envolver a teoria, a estrutura metodológica (as técnicas de pesquisa) e os instrumentos de interpretação e análise. Estas estruturas não estão isoladas, aliás, é do entrecruzamento destas que se faz as pesquisas. Os três são pautados em escolhas muito pessoais e envolve concepções de mundo e um lugar de fala. A estrutura teórica, de forma geral, foi apresentada. Resta agora apresentar a estrutura metodológica e os instrumentos de análise. É com este desejo que escrevemos este subitem, cujo objetivo é apresentar como se deu a seleção das fontes de pesquisa – para apresentar aquilo que compreendemos como o esqueleto, a carne e o sangue da pesquisa.

Quando terminamos a pesquisa de mestrado uma questão ficou clara. Embora, tenhamos usado vários instrumentos de pesquisa, sobretudo, pesquisa empírica, a análise destas fontes não se deu como pretendíamos. Isto se deve, entre outras coisas, a formação acadêmica. Em Geografia se apreende como fazer campo, mas muito pouco se aprende como tratar os resultados destes trabalhos de campo. Em outras palavras, em uma pesquisa, cuja técnica básica é a entrevista, por exemplo, apreendemos como proceder em campo, a formular as perguntas etc.. Todavia, depois da pesquisa, depois da transcrição desta entrevista, quando nos deparamos agora com um texto (haja vista que houve a transposição da linguagem falada para a escrita) para analisar, começam as dificuldades.

Vivemos isto no curso de mestrado. Desta deficiência tiramos o aprendizado da necessidade de se conhecer outros recursos metodológicos, sobretudo, no que refere à análise das fontes de pesquisa. Nesse sentido, o curso frequentado no Departamento de Letras e Linguística da UFU, Análise do Discurso, História e Memória, com o professor Cleudemar Alves Fernandes, em 2012 foi essencial. Não só aprendemos a olhar de forma diferente para as pesquisas empíricas e o conteúdo delas, mas também ganhamos instrumentos para olhar outros elementos importantes, como por exemplo, documentos históricos e oficiais, nem sempre tratados com o afinho necessário.

A partir disso, começamos a estruturar o esqueleto de nossa pesquisa. Inicialmente, a ideia era um grande trabalho de campo em todas as UCs do MVSP. Evidentemente, isto se mostrou inviável dado à dimensão deste trabalho e dos esforços necessários para empreendê-lo. Além disso, agendar as entrevistas tornou-se um trabalho Sísifo, dada as dificuldades e as múltiplas negativas. Isto nos obrigou a encontrar outra solução para responder as nossas indagações. Na busca por alternativas, surgiu à possibilidade de uma

pesquisa documental, incluindo as múltiplas fontes desde as normas jurídicas de orientação à implementação e gestão das UCs e do Mosaico, aquelas de cunho mais técnico, Planos de Manejo, por exemplo, até as ditas acadêmicas que denominamos aqui de formuladores e ideólogos. Mesmo com uma boa quantidade de documentos não abrimos mão do levantamento de fontes empíricas, mas elas tornaram-se complementares as demais fontes.

Com isso, iniciamos o levantamento e seleção dos documentos referentes ao MSVP e a legislação ambiental voltada à conservação. No entanto, surgiu à primeira dificuldade, o enquadramento destes documentos. Trata-se de uma gama muito diversa de documentos, desde Leis e Decretos até os Planos de Manejo e Planos de combate a incêndios. A partir disso, resolvemos agrupar estes documentos entre três grupos: **os normativos oficiais, as técnicas, as acadêmicas, formuladores e ideólogos.**

No primeiro grupo, as fontes normativas oficiais, se insere aquelas produzidas basicamente por instâncias formalmente reconhecidas como responsáveis pela implementação e gestão das UCs e do MSVP. Trata-se tanto da legislação propriamente dita como os instrumentos que orientam as ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Conservação dos Recursos Naturais - IBAMA e Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, na criação, manejo e regularização das UCs e dos mosaicos. As fontes enquadradas na modalidade normativas oficiais podem ser observadas no quadro 1.

QUADRO 1: Conjunto de fontes normativas oficiais

Data	Fonte	Agência	Natureza
1979	Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros	Presidência da República	Decreto
1981	Política nacional do meio ambiente	Presidência da República	Lei
1981	Dispõem sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental	Presidência da República	Lei
1992	Convenção sobre Diversidade Biológica	MMA	Decreto
2000	Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza	Presidência da República	Lei
2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Presidência da República	Portaria
2006	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas	MMA	Decreto
2009	Portaria de Reconhecimento do MSVP	MMA	Portaria
2005	Edital 01/2005	FNMA/MMA	Edital
2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Presidência da República	Decreto

Org. MARTINS, G. I., 2014.

O segundo conjunto de fontes analisadas referem-se aos documentos de natureza técnica. Estes documentos foram essenciais para se compreender a estruturação do MSVP, as demandas e os entraves do processo. Entre as fontes técnicas há Atas de reunião do Conselho Consultivo do MSVP, relatórios mais técnicos como Planos de Manejo e Plano DTBC, há também documentos referentes à cooperação entre o Brasil e a França para estruturar uma rede de mosaicos; o regimento interno do MSVP, relatórios parciais etc. Trata-se de um conjunto de documentos de natureza variada, conforme se pode verificar no quadro 2.

Dada à diversidade e a riqueza das fontes técnicas presente no quadro 2, foi necessário enquadrá-las em um “trajeto temático” – como veremos em detalhe no item que descreve como procedemos as análises destes documentos. No entanto, é preciso dizer que as Atas do Conselho Consultivo mostrou ser o material com mais detalhes e foram fundamentais na análise dos demais documentos. Isto porque nelas foi possível observar as relações entre os diferentes grupos e seus interesses na conservação da natureza e no reconhecimento do MSVP. E ainda, observar como as atividades vêm se desenvolvendo e a principal orientação metodológica do grupo gestor do mosaico. A partir disso, a análise dos demais documentos técnicos se tornou mais proveitosos devido à compreensão mais detalhada de seu conteúdo.

QUADRO 2: Conjunto de fontes técnicas

Data	Fonte	Agência	Natureza
2010 2014	Jornal do Mosaico (edições de 1 a 7)	Funatura	Jornal
2008	Plano DTBC do MSVP	Funatura	Plano de Desenvolvimento
S/d	Regimento interno do conselho consultivo MSVP	Funatura	Regimento
2010/ 2012	Atas das reuniões do Conselho Consultivo do MSVP (3ª, 5ª, 7ª e 8ª reunião)	Funatura	Atas
2009- 2010	Boletim da Cooperação Brasil-França sobre Áreas Protegidas – n.º. 1 - n.º. 10	MMA	Boletim
2011	Relatório do 1º Curso de Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas – 15 a 19 de agosto de 2011.	Rede Mosaicos	Relatório
2007	Plano de prevenção e combate aos incêndios florestais no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	IBAMA	Plano
2003	Plano de Manejo do PARNA GSV	IBAMA	Plano de manejo
2005	Plano de Manejo do PARNA CP	IBAMA	Plano de Manejo
2008	RCO-Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. MMA/FNMA –106/2005.	Funatura	Relatório

Org. MARTINS, G. I, 2014.

E, por último, há também um conjunto de fontes que estamos denominando de acadêmicas e/ou dos formuladores e ideólogos. Dentre estas fontes situam-se trabalhos mais estritamente acadêmicos, sobretudo, aqueles que desenvolveram trabalhos sobre o MSVP

ou sobre alguma UC pertencente a ele. Trata-se de um conjunto de fontes produzido por diferentes agentes de natureza não governamental. Geralmente, são textos (tese e dissertações) de pessoas ligadas a instituições de ensino, cujo discurso referente à conservação tem uma bagagem acadêmica. Trata-se, quase sempre, de um olhar exterior à região, embora carregado de representações sobre a conservação, os modelos ideais, e sobre o lugar de sua materialização – o Norte de Minas Gerais.

O uso do termo “formuladores ideológicos” deve-se ao fato destes trazerem pontos de vistas conceituais e metodológicos referentes à UCs e ao MSVP e também por pautar suas análises naquilo que compreendemos como discurso formal. O objetivo é buscar compreender a leitura que estes autores fazem dos processos de criação, gestão e manejo, a leitura que fazem a respeito dos conflitos socioambientais. Trata-se de uma modalidade de fonte cujos resultados foram baseados em trabalhos empíricos detalhados e, por isso mesmo, trazem um conjunto de informações relevantes.

Além deste aspecto formal, há outro aspecto que nos chamou atenção quando olhávamos estes trabalhos como informantes. Tratá-los enquanto fontes, e não apenas como trabalho acadêmico, nos possibilitou a compreensão de uma rede discursiva que informa e constrói uma representação sobre os instrumentos e os modelos de conservação. Como indicamos anteriormente, as UCs produzem um recorte espacial. Estes recortes reunidos sob a gestão compartilhada do MSVP produz um mecanismo de coesão, mas há também um processo complementar – uma coesão simbólica de produção de consensos. Isto é, um conjunto de práticas discursivas que vem no intuito de afirmar ou negar os recortes espaciais produzidos pela conservação da natureza. E foi este o olhar dado às fontes acadêmicas e fontes dos formuladores e ideólogos. Estas fontes se encontram no quadro 3:

QUADRO 3: Fontes acadêmicas e/ou dos formuladores e ideólogos

Data	Fonte	Instituição	Autor	Natureza
2008	Gestão integrada de áreas protegidas e estratégias de desenvolvimento territorial com base na conservação: da proposta do Mosaico Sertão Veredas- Peruaçu	Universidade de Brasília	Vânia Marques Saraiva	Dissertação
2013	Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro: a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari/MG	Universidade de Brasília	Sílvia Laine Borges Lúcio	Dissertação
2008	Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas Do Peruaçu - MG	Universidade F. de Minas Gerais	Mariana França Mungai	Dissertação
2008	Conservação no cerrado, território e política pública – Mosaico Sertão Veredas Peruaçu	Universidade São Paulo	Nilo Lima	Tese

Org. MARTINS, G. I, 2014.

Apesar das fontes tradicionais, como as oficiais e técnicas (e incluímos nestas também fontes acadêmicas e/ou dos formuladores e ideólogos), serem objeto tradicional das pesquisas em Geografia, pouco se refletiu sobre o tratamento metodológico, deixando espaços vazios. Nesse sentido, depois da seleção das fontes partimos em busca de elementos de fundamentação a nossas análises. A este respeito, Berenice Corsetti (2006) destaca que o ponto de partida de análise de um documento deve ser uma indagação. Isto é, toda a construção da análise se dá no sentido de responder uma pergunta específica.

Além disso, a autora sugere a confrontação das fontes, como os documentos tratam o mesmo tema ou mesmo acontecimento. Isto “nos possibilita uma leitura não apenas literal das informações contidas nos documentos, mas uma compreensão real, contextualizada pelo cruzamento entre fontes que se complementam, em termos explicativos” (CORSETTI, 2006, p. 36). Foi desta leitura sistematizada e da confrontação entre as diferentes fontes, que mais uma vez surgiu à necessidade de um trabalho de campo.

Em outros termos, as fontes documentais, embora bastante significativas, foram insuficientes sendo necessário complementá-las, sobretudo, no que se refere à questão da gestão integrada e da participação das comunidades locais. Os documentos apontam a necessidade da gestão integrada e da participação, como se deve fazer isso, sem, no entanto, demonstrar a real forma deste processo. Nesse sentido, determinamos três grupos focais para a realização das entrevistas, gestores das UCs, membros do conselho consultivo do MSVP e responsáveis pelos três eixos de desenvolvimento (gestão integrada, extrativismo e turismo ecocultural) e representantes das comunidades camponesas.

Dado o número de UCs e, sobretudo, a dificuldade de agendar entrevistas com os seus gestores, foi necessário enquadrá-las em três grupos: (1) gestor de unidade de proteção integral; (2) de desenvolvimento sustentável e, embora, as (3) RPPNs sejam também de desenvolvimento sustentável, as enquadrámos em um terceiro grupo dado a sua diferença em relação às demais UCs. Com este agrupamento, entrevistamos um gestor de cada grupo. Então, foram realizadas três entrevistas, uma com gestor do Parque Estadual da Mata Seca, a segunda como gestor da RDS Veredas do Acari e uma terceira com RPPN Porto do Cajueiro.

A escolha da RPPN Porto do Cajueiro deu-se devido ao fato de esta pertencer a Usina Coruripe. Queríamos entender quais os motivos levaram a criação desta área de conservação justamente na região Norte de Minas Gerais. A escolha do Parque Estadual da Mata Seca se deu por já conhecermos as experiências do PARN GSV e queríamos conhecer

quais eram as dinâmicas numa área de conservação estadual e também observar como se dá a integração destas ao mosaico. A escolha da RDS do Acari deu-se devido ao fato desta ter uma conflitualidade específica: a criação de gado à solta na área de conservação.

As entrevistas foram realizadas em três eixos temáticos. O primeiro eixo temático refere-se às características da UC gerenciada, problemas e desafios encontrados na conservação. O segundo eixo refere-se à gestão integrada e a contribuição do mosaico para efetivação deste processo. O terceiro eixo foi orientado para entender a relação das UCs com populações residentes e/ou do entorno, a questão da regularização fundiária e as possibilidades de remanejamento. Além disso, o roteiro de entrevista tinha perguntas relacionadas à presença do gado no interior da UC e questões relacionadas às queimadas. No caso específico das RPPNs, como estas não lidam diretamente com a questão do uso dos recursos naturais por populações camponesas, às indagações foi no intuito de entender os interesses subjacentes à criação de uma área de conservação de cunho particular.

O segundo roteiro de entrevista foi construído para entrevistar cada responsável pelos eixos de desenvolvimento do MSVP. Neste caso, seriam realizadas mais três entrevistas, uma por eixo. As perguntas foram pensadas também em três eixos: o primeiro enfocando as características do MSVP e as contribuições desses para o desenvolvimento regional; o segundo, com perguntas direcionadas ao eixo em específico, sobre os passos dados, as conquistas e os desafios; e o terceiro eixo focando a participação das comunidades locais nas decisões no que refere ao desenvolvimento do MSVP. É preciso lembrar que as perguntas foram feitas tendo como base a análise das fontes documentais.

No entanto, as sucessivas negativas às entrevistas desde o ano de 2012 obrigaram-nos a abandonar a estratégia das entrevistas diretas. As justificativas para não nos receber sempre foram diversas: falta de tempo; todas as informações estão disponíveis em documentos, etc.. Dos responsáveis pelos eixos de desenvolvimento, no final, somente conseguimos entrevistar o responsável pelo extrativismo em bases sustentáveis. Esta recusa, porém, criou a necessidade de mecanismos complementares para obter as informações. Daí adveio à ideia de participação nas reuniões do Conselho Consultivo do MSVP⁹. Esta participação permitiu-nos entender o desenrolar das questões envolvidas na implementação das estratégias de desenvolvimento do Plano DTBC.

O terceiro grupo de entrevistados foi justamente o grupo dos representantes das comunidades camponesas no Conselho Consultivo do MSVP onde foram realizadas mais

⁹ Participamos de 5 reuniões. Duas em 2013 e 2014. E uma reunião em 2015.

três entrevistas. As perguntas foram direcionadas no intuito de compreender as relações estabelecidas, a participação no Conselho, os conflitos e a relação entre conservação e uso dos recursos naturais. Um conjunto de perguntas foi direcionado a questão da participação das comunidades no que se refere às decisões tomadas referentes à conservação, os eixos de desenvolvimento do MSVP e questão da regularização fundiária. E foi, sem sombra de dúvidas, as entrevistas que mais se distanciaram do discurso formal dos documentos.

O fato é que os trabalhos de campo realizados tinham um objetivo bem específico, preencher as lacunas dos documentos em análise, mas de forma geral, vários outros trabalhos foram realizados. Esta pesquisa ultrapassa o período de doutoramento, haja vista que o nosso primeiro trabalho de campo foi realizado ainda em 2009, quando participamos do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Desde então, participamos mais cinco vezes deste encontro em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. É preciso destacar também a longa pesquisa de campo que realizamos em 2010 com os veredeiros remanejados para o PA São Francisco. Todas essas experiências entraram no conjunto de reflexões aqui delineadas.

Para finalizar, neste item, descrevemos as fontes de pesquisa documental, a escolha e o agrupamento destas fontes. E no final, demonstramos as características das pesquisas de levantamento de fontes empíricas. No próximo, o objetivo é descrever como foi feito o trabalho, classificação, tratamento e análise tanto das fontes escritas e das entrevistas e como se procedeu à análise.

1.6 Pressupostos teóricos de interpretação e a análise das fontes de pesquisa documental

Ao finalizar a estrutura corporal da pesquisa, ainda falta um elemento fundamental: a análise. Como proceder diante de tanta variedade de documentos? Optamos por usar Análise do Discurso - AD enquanto instrumento metodológico, e dentro da AD, uma técnica específica, o “trajetos temático” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997). Antes de demonstrar, porém, os mecanismos de análise, é fundamental precisar algumas compreensões, entre elas: **Análise do Discurso, discurso, enunciados, corpus e trajeto temático**. Nesse sentido, a primeira parte deste item discute estes conceitos e a segunda parte mostra como os usamos para a classificação e tratamento das nossas fontes.

No que consiste propriamente a Análise do Discurso? Antes de responder esta questão, cabe uma diferenciação entre o campo disciplinar e o arcabouço teórico

metodológico da AD. Primeiramente, como campo disciplinar, a AD tem origem junto a pensadores da linguística, psicanalistas e historiadores. Trata-se de um campo teórico que tem como objeto de reflexão o discurso. A partir deste objeto, surge uma gama conceitual e metodológica de pressupostos para se fazer à análise das materialidades discursivas – AD como instrumento metodológico.

Ao considerar o discurso como objeto de análise, a proposta é pensar as regras de sua existência e os sistemas que operam dentro das práticas discursivas. É também analisá-lo como prática articuladora de saberes e de jogos de estratégias. E mais, ele tem funções e *status*, logo, trata-se de pensá-lo como meio e objeto de relações de poder. Além disso, antes de ser um edifício coerente, o discurso é lugar de conflitos e de rebatimentos. Nesse trabalho, certas posições mudam: no lugar de uma história que busca uma origem para efetivar uma continuidade, há processos descontínuos, com séries e rupturas; no lugar do sujeito do discurso, têm-se sujeitos produzidos discursivamente; no espaço onde se buscava os sentidos imanentes, por detrás ou nos “não-ditos”, trata-se de pensar a formação do objeto discursivo.

O trabalho de análise situa o discurso em seu próprio nível e busca desvelar as regras de formação de uma prática discursiva. Por outras palavras, trata-se de descrever as condições de existência e, ao mesmo tempo, o modo como se repartem. Para analisar os acontecimentos discursivos, é insuficiente constatar um regime de modificações e logo correlacioná-las “ao modelo teológico e estético da criação”. É preciso antes definir em que consistem tais modificações, ou melhor, compreender o regime das *transformações*. É preciso ter claro que as práticas discursivas não têm o mesmo regime de historicidade, não se relacionam no mesmo grau com os mesmos objetos. É preciso, pois, pensá-las em sua singularidade. Ao pensar o regime das transformações, descreve-se como os elementos reaparecem depois de certo tempo sem uso, à forma, como e em que condições aparecem. E também que neste jogo de transformações, certos objetos, certos conceitos ou estratégias podem permanecer ou mudar de função. (FOUCAULT, 2012).

Porém, devemos considerar que um trabalho de análise é sempre parcial. Primeiro porque dentro de uma formação discursiva, o conjunto de relações estabelecidas está muito além da nossa capacidade de trabalho. Depois, a intenção não é uma análise “total” e exaustiva dos enunciados com os quais envolvemos no trabalho. Nesse sentido, trata-se de descrever, como demonstra Michel Foucault, o porquê deste enunciado e não outro, os pontos de encontro e desencontro, mesmo que isto se mostre de forma frágil. Com isto, a

preocupação não é encontrar um ponto de origem no qual todos os enunciados se repartem, tentando desvelar todos os percursos, todas as relações, mas quais são as condições para que este “dito” tenha ganhado uma materialidade, uma função e um *status* dentro um contexto histórico e social.

Enfim, a análise tem um objeto concreto, o discurso. O discurso é um complexo de temas, conceitos, estratégias, posições de sujeito, modalidades enunciativas e de objetos. Há uma complexidade inerente ao discurso: em relação à história, em relação à língua, em relação aos sistemas de interdições e ao jogo de sua apropriação. Ele é formado por um conjunto de elementos que dão as possibilidades de correlação com outros discursos e, também, daqueles que impõem limites em sua ação. Sabendo de tudo isto, fica a dúvida: afinal, como é possível apreender o discurso dentro do jogo de complexidade que lhe é inerente?

Há ao menos, duas respostas possíveis. A primeira: é preciso tomar o discurso como “dado”, mas que esconde por detrás de si vozes murmurantes, “os não-ditos” ou os ditos sem querer. É um edifício de longa duração construído dentro da continuidade histórica. No exercício de análise trata-se de perguntar ao próprio discurso o que ele esconde, esquecendo-se do que está “dito”. De reconstruir o que se fez, pensou e produziu em uma dada época. No entanto, este modelo de pensamento retira a complexidade inerente ao discurso.

A segunda: o discurso é determinado e determinante, determina escolhas de uma rede teórica, é descontínuo em sua própria continuidade. Em lugar de suposta coerência interna, há rupturas e apagamentos. Determinado pelo jogo de relações que formam o seu objeto, pelas modalidades de enunciação e por meio das práticas discursivas. Ora, no exercício de análise, a indagação tange o porquê desta materialidade discursiva e não outra em seu lugar. Trata-se de indagar as condições de existência dos “campos associados”, a “função” e “*status*” do discurso. Enfim, o discurso é a materialidade dada, mas esta é compreendida no tecido de relações que lhe determina.

O discurso é construído por um número limitado de enunciados sobre os quais podemos traçar suas condições de existência. O trabalho de análise situa na contextualização do acontecimento, de pensar o sujeito como histórico, mas, ao mesmo tempo, a sua descontinuidade. Trata-se de demonstrar o conjunto “de condições que regem, em um momento dado e uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, (...) laços estabelecidos, **a maneira pela qual agrupamos em conjunto estatutários (...)**, a

maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas” (FOUCAULT, 2000a, p. 95, [grifos nosso]).

O enunciado não é em si uma unidade, mas “função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz [estas] com apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 20012, p. 105). O enunciado é um conjunto de coisas ditas, estas têm um referente (do qual e a partir de onde se enuncia), uma posição de sujeito (os sujeitos mudam de lugar conforme a inscrição dentro da prática discursiva), um campo associado (enunciados em correlações) e uma materialidade (o regime concreto de existência).

i. **O referente:** a base é o próprio objeto a partir do qual se fala, ou melhor, a partir do qual se estabelece um princípio de correlação. Este correlato, porém, não é um sujeito ou uma frase em específico, mas um campo complexo sobre os quais se traçam certos domínios. Entre estes destacam os domínios de: a) “objetos materiais”; b) “objetos fictícios”; c) “localizações espaciais e geográficas”; d) objetos que existem “na mesma escala de tempo em que se formula o enunciado;” e, por último, e) “objetos que pertence a um presente” (FOUCAULT, 2012, p. 110-111).

ii. **A posição de sujeito:** dentro da função enunciativa, os sujeitos assumem posições distintas conforme os enunciados. As posições são móveis, ganham dinâmica de acordo com as práticas discursivas (quando referirmos à formação discursiva e a função enunciativa, a discussão sobre a posição de sujeito é detalhada).

iii. **O campo associado:** um enunciado tem em suas margens outros enunciados. De outra forma, eles não existem isolados, mas sempre dentro de um campo de correlações. Constituído a partir de: (a) “outras formulações” dentro do mesmo campo onde o enunciado se inscreve; (b) um “conjunto de formulações a que o enunciado se refere”; (c) um “conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão” (FOUCAULT, 2012, p. 119-120).

iv. **A materialidade:** “o enunciado precisa ter substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2012, p. 119-120). É graças a este regime de materialidade que um enunciado pode ser repetido por um ou dois sujeitos distintos ao mesmo tempo, sem, contudo, perder os elementos que lhe configuram.

Um conjunto de enunciados forma um *corpus*. *Corpus* refere-se ao conjunto de enunciados de um discurso selecionado por um analista para realizar seu trabalho. Nesse sentido, a seleção do *corpus* é primeira fase do trabalho, mas sem sombra de dúvida a mais

importante. É sobre o conjunto material, este banco de dados construído que lança o olhar do analista. Conforme Jeane Medeiros Silva (2009) “o *corpus*, em si, como respaldo empírico e objeto, sustém uma representação, sempre relativa, do fenômeno estudado” (SILVA, 2009, p. 112).

Em outras palavras, “o *corpus* **reporta-se a uma reunião, sobretudo, de fatos (...)** não apenas de dados. Deste conjunto, o analista recortará **Fragmentos** (sequências discursivas) por meio dos quais reconstituirá as singularidades **discursivas do seu objeto**” (SILVA, 2009, p. 112 [grifos da autora]). Evidentemente, dada à natureza específica do *corpus*, este é construído observando os pressupostos teóricos, haja vista que é preciso decidir o que é “meu” *corpus* de pesquisa - esta escolha, em outros termos, é uma escolha teórica. Enfim, o *corpus* é um conjunto de enunciados selecionados com um objetivo e com um pressuposto teórico, ele é base de toda análise discursiva. E conforme estes pressupostos, a construção deste *corpus* segue caminhos distintos.

Quando no item anterior apresentamos as quatro modalidades de fontes (empíricas por meio das entrevistas, as fontes oficiais, as técnicas e acadêmicas e/ou formuladores e ideólogos), não descrevemos o *corpus* desta pesquisa, apenas os documentos a partir do qual selecionaríamos este conjunto de enunciados para proceder as análises. A construção do *corpus* é por si, uma primeira análise. Isto se deve ao fato das várias escolhas que se faz... Porque este enunciado e não outro? Esta decisão pressupõe um critério de escolha.

Entre os pressupostos de escolha de enunciados que compõem um corpus, se encontra o “trajeto temático”, perspectiva que exploramos nesta pesquisa. Trajeto temático refere-se aos múltiplos sentidos que um termo (palavras, conceitos, expressões, etc.) ou conjunto de termos (teóricas e categorias, por exemplo) assume em um discurso dado. Por exemplo, a palavra conservação poderia ser analisada a partir do trajeto temático, isto é, análise daria no sentido de especificar o sentido que a conservação assume em diferentes discursos (políticos e ou acadêmicos), considerando o tempo, a orientação teórica e filosófica dos autores ou das correntes de pensamento (isto sem sombra de dúvida seria um trabalho interminável).

Trajeto temático lida diretamente com a questão da historicidade dos enunciados e dos seus enunciadorees. Se observarmos o sentido da palavra conservação, exemplo citado acima, com camponeses remanejados de seus territórios por uma UC de proteção integral, certamente, dariam a esta uma feição negativa. Enquanto o mesmo procedimento com um gestor, a palavra conservação assume o sentido positivo. Conforme muda o sujeito e a sua

posição histórica, muda o sentido da atividade discursiva. E seguir a mesma palavra nos vários discursos de um tema permite captar esta singularidade. Por isso, adotamos aqui este pressuposto metodológico.

Para finalizar esta apresentação conceitual, cabe precisar os conceitos:

–**Análise do Discurso:** conjunto de teorias, campo disciplinar e instrumental metodológico que tem como objeto de trabalho o discurso. Analisar significa compreender a produção de sentidos atribuída pelos sujeitos sociais a suas atividades discursivas.

–**Discurso:** refere-se a uma materialidade discursiva composta por conceitos, temas, sujeitos e objetos do discurso. Sempre se fala de uma coisa (objeto referente), de um lugar (posição de sujeito), um discurso sempre se refere a outros (campo associado) e tem uma materialidade (o suporte, o texto).

–**Enunciado:** recorte de um discurso. Um conjunto de coisas ditas que revela a posição ideológica, histórico social do sujeito. Um enunciado refere-se à historicidade e ao sentido do discurso.

–**Corpus:** é formado por um conjunto de enunciados selecionados por uma analista; é um banco de dados a partir do qual se faz as análises. É um conjunto de fragmentos discursivos retirados da totalidade com um pressuposto teórico e com uma intenção.

–**Trajeto temático:** os múltiplos sentidos que são assumidos por um termo/ palavra ou conjunto deles no mesmo discurso. São importantes para se compreender como diferentes grupos tratam e compreendem um mesmo tema. Seguir o trajeto temático significa seguir os múltiplos sentidos da atividade discursiva.

A partir do conjunto de fontes destacadas, das entrevistas e dos instrumentos teóricos e metodológicos da AD, seguiu-se a etapa da configuração do *corpus* de pesquisa. Este *corpus* foi configurado a partir de três trajetos temáticos. Seguir estes trajetos significou uma leitura reflexiva e técnica, pois o objetivo era formar a base para a análise discursiva. Conforme verificamos no quadro 4, os trajetos temáticos são:

QUADRO 4: Trajetos temáticos

Trajeto temático	Objetivo
Conservação, UCs, Norte de Minas Gerais e Degradação.	Observar como os temas conservação, criação de UCs e degradação ambiental produzem uma rede discursiva sobre a região Norte de Minas Gerais.
Unidades de Conservação, MSVP, região e desenvolvimento.	Aprender a produção de sentidos nestes temas e como eles unificam discursivamente na conservação, criação de UCs, do MSVP e o desenvolvimento.
Conservação, Mosaico, eixos de desenvolvimento (Extratativismo, turismo ecocultural e gestão integrada), regularização fundiária, biodiversidade e comunidades tradicionais ou camponesas.	Compreender os sentidos atribuídos às comunidades camponesas, à biodiversidade e o quadro de conflitos envolvendo regularização fundiária e conservação da natureza.

Org. Martins, G. I. 2013.

A partir destes trajetos, criamos três pastas para organizar os documentos. O processo seguinte foi à leitura e fichamento. Para cada documento em análise criamos uma ficha resumo sobre os principais temas em destaque, os conceitos mais recorrentes. Além desta ficha resumo, na leitura já procedíamos a um recorte dos enunciados mais significativos. Com isto, ao final da leitura de cada documento, tínhamos em mão um *corpus* primário de cada documento.

No que se refere às entrevistas, o primeiro procedimento foi fazer audição e transcrição dos depoimentos. Em seguida, conforme os critérios de análise definidos, selecionamos os principais enunciados que comporiam o *corpus*. Dado a diversidade de assuntos em uma mesma entrevista, geralmente, há material de análise nos três eixos de trabalho.

Os eixos temáticos se desdobram em capítulos. Assim, o eixo 1 deu origem ao capítulo 2, no qual analisamos a história da criação das UCs que compõem o MSVP. Para sua construção foi essencial às fontes oficiais e as fontes acadêmicas e/ou formuladores ideológicas. Nele refletimos a conservação da natureza como mecanismo de modulação do espaço, e como a evolução de tal mecanismo de modulação produziu um novo recorte regional.

No mesmo processo, o eixo temático 2 e também o 3 foi fundamental para construção do capítulo 3 e 4, no qual observamos a formação de um recorte regional baseado nas políticas de conservação e, depois, como o MSVP desdobra-se numa modalidade de planejamento biorregional. A base deste capítulo foi às três modalidades de fontes juntamente com as entrevistas.

O eixo 3 desdobrou-se no capítulo 5 da tese. No qual tentamos captar o olhar das comunidades sobre a conservação e sobre o MSVP, além de demonstrar os principais desafios para efetivação da gestão integrada e participativa e o planejamento biorregional.

2- DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AO MOSAICO: políticas ambientais de conservação da natureza e a modulação do espaço norte mineiro

Há uma relação muito estreita entre a conservação da natureza, uso e gestão do espaço. Há uma relação muito estreita entre conservação da natureza e materialização de um conjunto de normas e formas espaciais. E há também uma sutil correlação entre interdições, normas, formas, espaço e a criação de Unidades de Conservação. Este conjunto de elementos dá origem à modulação do espaço. Isto quer dizer que se constrói um sistema de qualificação distinta e uma materialidade específica.

A conservação da natureza por meio da criação de espaços protegidos que, no Brasil, compreende as UCs e as suas diversas categorias, tem uma historicidade complexa. É pensando nesta historicidade que discutimos a criação das UCs que compõem o MSVP, seus objetivos e estratégias. Trata-se de pensar as múltiplas determinações deste processo, e mais, responder a seguinte questão: quais elementos deram condições ou mesmo determinaram a criação das UCs que formam o MSVP? Ao responder esta questão, dois fatores são evidenciados: primeiro, a conservação é uma estratégia geopolítica e, como tal, tem como objetivo o controle e a interdição de uso dos fundos territoriais. A segunda questão revela as contradições do Estado no controle destes fundos territoriais que submete o mesmo espaço a duas lógicas distintas de uso – através de projetos econômicos de desenvolvimento (incentivando o uso) e por meio de políticas ambientais, incentivando o controle e interdições de uso por meio das UCs.

Ao refletirmos sobre a história de composição das UCs pertencentes ao MSVP, estamos também refletindo sobre a geografia histórica das políticas de conservação da natureza e como estas se materializam sobre a região Norte de Minas. A partir disso, criam-se os instrumentos para se refletir a natureza das próprias UCs e suas estratégias. Esperamos que no final deste capítulo esteja claro como este processo desencadeou novas formas espaciais com conteúdos, formas, normas e objetivos distintos. E finalmente, esperamos que este capítulo nos forneça instrumentos para se analisar a formação de uma biorregião, cujo pilar principal é a conservação da natureza e os sistemas de coesão por ela criados.

A análise das fontes demonstrou os quatro eixos da criação e gestão das UCs no Norte de Minas: primeiramente, o sentido eminente de “risco” aos diferentes elementos naturais devido aos usos espoliantes; tais usos de riscos são variados, desde as queimadas e carvoejamento até os projetos agropecuários e monoculturas, e em alguns casos, até a solta

de gado de comunidades camponesas. Aliado a este processo, há uma “espécie” de naturalização da região, isto é, a identificação da região mais pelas características naturais do que pelos fatores históricos. O terceiro eixo refere-se às políticas de compensação ambiental e a conservação em reservas particulares. E mais recentemente, a relação entre a “manutenção” dos elementos da cultura regional e a conservação da natureza por meio das UCs de uso sustentável.

Para compreender este processo, é preciso destacar a atuação de grupos externos à região (Organizações Não Governamentais – ONGs como a Funatura, The Nature Conservancy - TNC, World Wide Fund for Nature - WWF e organizações privadas Fiat Automóveis e Grupo Tércio Wanderley - Usina Coruripe). Em graus distintos de atuação, cada grupo deste atuou e atua na criação/planejamento ou manejo das UCs que compõem o mosaico.

Para dar conteúdo a este quadro interpretativo delineado, dividimos este capítulo em quatro itens. O primeiro trata, mais teoricamente, a relação entre UCs, estratégia geopolítica, fundos territoriais e modulação do espaço. O segundo item trata da relação entre projetos de desenvolvimento, globalização e a criação de UCs no Norte de Minas. O terceiro item trata da relação entre o público e o privado e os interesses na materialização da conservação ambiental e no controle dos fundos territoriais entre as UCs do MSVP. E, por fim, o quarto item trata das UCs de uso sustentável do MSVP e as suas principais características.

2.1 Políticas ambientais e Unidades de Conservação: estratégias de modulação do espaço

Criar espaços com a destinação específica de conservação de parte da biodiversidade de uma determinada área é umas das ferramentas mais utilizadas para conservar a natureza. É preciso considerar, porém, que este mecanismo constrói uma “terceira via” de uso e apropriação do espaço. Isto é, a conservação da natureza soma-se a outros usos do espaço como os da urbanização e as dinâmicas do espaço “rural/agrícola”. Com isto, inicialmente, é preciso compreender as UCs como um mecanismo de modulação do espaço. É preciso considerar que onde há Unidade de Conservação, as atividades de uso e apropriação do solo são submetidas a limites e zoneamentos específicos (MEDEIROS, et. ali., 2004).

A primeira questão que se coloca quando põem as UCs no mesmo quadro de relações de outros sistemas de produção, isto é, quando se coloca estas como elementos que disputam espaço, torna-se fundamental destacar o ideário de “conquista” enquanto instrumento da formação territorial brasileira e o papel do estado como indutor deste processo. Antônio C. Robert Moraes (2002) demonstra que nos países de origem colonial, o Estado tem o papel preponderante na produção do espaço. Isto é, ao agir como gestor e organizador do espaço, o Estado afirma a sua própria existência material. E isto se faz por meio da dotação de infraestruturas, incentivando políticas territoriais, a expansão da fronteira agrícola, etc.

Nesse sentido, a história da formação histórica e geográfica brasileira é baseada no “padrão de ocupação intensivo do ponto de vista dos recursos, e extensivo no que se refere ao espaço” (MORAES, 2005, p. 138). O Estado, ao viabilizar políticas econômicas para expansão da agricultura, por exemplo, viabiliza a conquista por meio da inserção de novas terras ao circuito produtivo, pela dotação de equipamento no território, como estradas, portos e aeroportos. Além deste caráter expansionista, a outra lógica operante é a da espoliação. Com isso, segundo o autor, é possível historicamente traçar zoneamentos de ocupação territorial conforme a exploração dos recursos naturais.

Diante do exposto, torna-se mais fácil entender a lógica conflitiva das UCs a partir do momento em que elas se materializam no espaço. Na verdade, os conflitos se dão porque mais um agente entra na disputa pelo controle do espaço, controle dos seus recursos. As UCs, aliás, pelo menos teoricamente, se colocam diante deste apetite territorial, e como poderemos observar no segundo item deste capítulo, as UCs chegam aos lugares juntamente como as marchas de modernização. Diante disso, temos a primeira característica das UCs – elas são objetos sociais e históricos que tem uma lógica territorial.

Ao considerar as UCs como parte substancial das políticas ambientais, e como tal, estas pertencem a um conjunto maior, as políticas territoriais, André Vieira Freitas (2014), afirma que as políticas ambientais têm como característica básica o intuito de intervenção na relação sociedade-natureza, cujo objetivo é “uma harmonia (do ponto de vista natural, mas também social) dessa relação” (FREITAS, 2014, p.67). O termo harmonia precisa ser relativizado. Trata-se na verdade de uma busca contínua de mecanismos de uso que permitam a capacidade de resiliência da natureza. Aliás, quando se trata das UCs de proteção integral, o que se busca é o não uso. No entanto, esta orientação parece distante,

considerando que as políticas ambientais tornaram-se muito mais uma política de compensação.

As políticas ambientais não formam um conjunto coerente de ações devido a seu amplo escopo de ação – entre as quais o planejamento, implementação e gestão de UCs - e as modalidades de intervenção sobre o espaço. Podemos considerar como premissa básica destas políticas o “ato de produzir o espaço”. Nesse sentido, as políticas ambientais deixam de ser vistas como um “vetor” da lógica científica, e tornam-se mais instrumentais e se colocam “como mais um fator a ser considerado na modelagem do espaço terrestre” (MORAES, 2002, p. 30). Este autor, portanto, compreende as políticas ambientais, entre as quais destacamos as de conservação da natureza, como políticas inerentes ao espaço, ou melhor, como políticas cujo mote básico é intervir/produzir o espaço.

Em outras palavras, as políticas ambientais se colocam diretamente diante da relação da sociedade-natureza, cujo objetivo básico é regular os usos e não usos. As UCs enquanto instrumento da política ambiental também partem deste princípio, isto é, materializar um conjunto de normas de controle de porções do espaço, e nestes recortes insere um conjunto de regras que orientam as possibilidades de uso e não uso. Geralmente, a criação de UC é mote de intensos conflitos, justamente, por este caráter territorial e devido à construção de uma malha normativa de restrições aos diversos grupos sociais anteriormente permitidos.

Normas e controle de porções do espaço é, portanto, a matriz básica que guia as políticas ambientais de conservação da natureza por meio de UC. Estas normas são técnicas, como o plano de manejo ou diversos mapeamentos das condições físicas e da biota, por exemplo; estas normas são também jurídicas - Leis, Portarias, Decretos e etc., instrumentos fundamentais para dar legitimação à área de conservação; as normas podem ser também políticas, expressas, por exemplo, nas concessões do Estado a ONGs para gerir UCs. E, finalmente, estas normas são sociais por expressarem a representação de um projeto de natureza conservada.

As normas, geralmente, sofrem do anacronismo. Ricardo Mendes Anta Jr (2005), ao refletir sobre um tipo específico de normas, as Leis, destaca que estas, por mais progressistas que sejam, falam-nos de um anseio pretérito, isto é, frutos de uma necessidade do passado. Por isso, estas, geralmente, não dão conta de acompanhar o movimento da sociedade e acabam provocando a estabilização de um “modelo” de sociedade no tempo e no espaço. Concordamos em parte com este autor, sobretudo, o fato de as normas

representarem o modelo de sociedade. O anacronismo, porém, deve ser questionado. Quando observamos às normas jurídicas das políticas ambientais de conservação da natureza, a relação que se coloca é diferente: as normas nos falam de um anseio futuro. E nascem justamente para se colocar entre os atuais padrões de uso da natureza e planejar os padrões de uso desejável no futuro.

Em outro ponto concordamos com Anta Jr (2005, p.77) na indissociabilidade entre normas (no sentido geral, jurídicas, técnicas e sociais) e o espaço geográfico. Para este autor “a norma é parte constituinte do espaço geográfico — sem ela não seria possível compreendê-lo como instância social”. As normas são, ao mesmo tempo, centrais nas mais variadas formas de produção do espaço e, em sentido contrário, regulam esta produção segundo alguns princípios. É preciso destacar que as normas são indutoras de formas, e estas por sua vez “expressam muito das relações sociais vigentes na época em que foram produzidas” (MORAES, 2002, p.34). É por este ângulo que compreendemos as UCs e a sua materialização na região Norte de Minas e também compreendemos os processos que desdobram na criação do MSVP.

E, como diria Lefebvre (1977, p. 78) “as formas se transformam em normas”, evidentemente, como estamos observando, as normas também transformam/ou produzem as formas. As UCs, enquanto um conjunto indissociável de normas e formas, para existirem precisam romper as que lhe precederam. Por isso, “toda constituição de uma nova unidade de conservação implica alterações nas relações entre grupos sociais e desses grupos com o meio ambiente”, conforme argumenta Maria Célia N. Coelho e outros (COELHO et. ali. 2009 p. 69). Conforme argumentam os autores, é um processo de mão dupla, à medida que padrões espaciais e padrões de usos são desarticulados, outros, normatizados, evidentemente, são social e historicamente constituídos. UCs influenciam práticas e configuram um dado espaço geográfico.

A inseparabilidade das normas do espaço se manifesta nas políticas ambientais destinadas a conservação da natureza em todos os sentidos. Estas normas modulam o espaço, criam diferenças e/ou, às vezes, impõem a diferença. Mas, se existe normas, há também as sociedades que as acolhem, e as torna processual. É a sociedade a responsável pela empiricização das normas. E, por fim, é preciso lembrar que as normas produzem formas geográficas. Quando se observa o mapa do MSVP, é possível ver linhas cartesianas, retas e triangulares, recortando o espaço, dando feições a formas antes não existentes. As

linhas revelam a feição de controle territorial da conservação da natureza e suas manifestações concretas.

A rigor, quando se revela o lado territorial das políticas ambientais é que se revela a capacidade que estas têm de modular o espaço. Isto é, quando pensamos as UCs como resultado de um conjunto de normas e orientações estratégicas da ação do Estado, fica claro que “ações estatais modulam o espaço, qualificando-o como condição para outras espacializações”, enfim, tais ações “produzem o espaço” (MORAES, 2002, p. 30). Esta produção tem outra lógica, e pressupõem novos arranjos institucionais, políticos e novas relações de poder e, portanto, constitui-se a terceira via de uso e apropriação do espaço. Quando se pensa as UCs enquanto recorte territorial produzido socialmente por meio de ações concretas de uma política específica, desvela a natureza histórica e os processos por detrás da conservação da natureza.

Nesse sentido, ao considerarmos as UCs como mecanismo de modulação do espaço, ou como um recorte territorial que articula outras lógicas para o território, é preciso considerar também que estas estabelecem novos conteúdos e informações nos lugares no qual se instalam. Em outras palavras, uma UC constrói um novo sentido para a natureza, constrói novos arranjos de interesse, cria mecanismos de conflitos e divergências quanto ao uso e manejo da biodiversidade. Subjacente a isto, é preciso considerar ainda estas como respostas “a influências na esfera regional, nacional e global, na medida em que o estabelecimento de normas, linhas de ação e financiamentos” estão submetidos a agentes das várias escalas de ação (BRAHINNI; VILAR, 2013, p. 3).

O intuito dos parágrafos precedentes é evidenciar o caráter geopolítico das Unidades de Conservação. Isto tem sido discutido, sobretudo, no que se refere às áreas de proteção das fronteiras, mas acreditamos que este caráter geopolítico é essencial para compreender também as UCs em outros lugares, como a região Norte de Minas Gerais. Para tal compreensão, é preciso refletir a respeito do conceito de “fundo territorial” proposto por Moraes (2002).

Os fundos territoriais são aquelas áreas não integradas ao tecido produtivo, à falta de uso produtivo não significa que estas estejam fora do controle, vigilância e domínio do Estado. Em outras palavras, podemos dizer que os fundos territoriais são aqueles espaços sem uso produtivo no período coevo, áreas de reservas de biodiversidade, água e solo, etc. Mas como demonstrou Moraes (2002), o Estado brasileiro tem em seu gene histórico a ocupação espoliativa destes fundos territoriais. Estes entraram na lógica produtiva sempre

que se precisou expandir a produção capitalista para novos lugares, como por exemplo, os Cerrados e Amazônia na segunda metade do século XX.

Como os fundos territoriais ajudam a pensar a face geopolítica da conservação da natureza por meio das UCs? Primeiramente, entendemos a geopolítica como um saber pragmático (e às vezes, utilitarista) aplicado sobre o território na condução política. Trata-se de um conjunto de ações orientadas para o controle do espaço, isto é, um conjunto de estratégias cujo objetivo é guiar e normatizar os mecanismos de apropriação dos fundos territoriais. Em outras palavras, a “geopolítica é a consciência geográfica do Estado”, a arte de aplicar “a política”, estrategicamente, “aos espaços geográficos” (MIYAMOTO, 1995, p. 22)¹⁰.

A geopolítica é um conjunto de práticas e ações, conforme Bertha Becker (1992), que instrumentaliza as ações do Estado sobre o território. Quando consideramos as UCs como recorte espacial, estamos também refletindo sobre a relação no qual o Estado imprime uma ação concreta no território. Podemos argumentar contrariamente, e observando as UCs do MSVP, que a criação de áreas de conservação nem sempre é planejado, às vezes, é resultante de fatores que fogem a lógica da atuação planejada do Estado, como por exemplo, as RPPNs e mesmo aquelas que surgiram devido às compensações ambientais. Mas estas, enquanto tal, tem estatuto jurídico orquestrado pelo Estado, são regulamentadas e aprovadas por este, isto é, quando estabelecidas, estas UCs entram na malha territorial e no Sistema de Unidades de Conservação, e estão sob sua tutela legal, jurídica e estratégica do Estado.

Enquanto mecanismo geopolítico de modulação do espaço, as UCs dispõem as atividades e os homens segundo uma lógica, e como tal, dita os usos e não usos possíveis para o lugar de sua materialização. Aliás, este é o sentido mais claro do efeito geopolítico das UCs à produção de diferenças espaciais segundo uma lógica de gestão e ordenamento do espaço.

Nesse sentido, o próprio ato de modular o espaço para a criação de UCs é um ato geopolítico. Mas, a geopolítica, por meio das políticas ambientais de conservação da natureza materializadas em UCs, não se resume apenas a isso. É preciso ponderar que as UCs são fundos territoriais (isto é, áreas de reservas estratégicas) detentoras de um elemento fundamental da geopolítica no mundo contemporâneo: a biodiversidade. Geopolítica,

¹⁰ É preciso destacar que Miyamoto (1995) adverte que cada autor conceitua geopolítica de forma distinta e que isso leva a uma gama variada de definições.

biodiversidade e UCs, por um lado, controle e normatização, ordenamento, gestão e controle de usos, por outro, culminam naquilo que estamos entendendo por modulação do espaço.

A este respeito, é preciso considerar que a biodiversidade possui uma dimensão ecológica e “uma dimensão técnico-científica”, mas não se reduzem a elas, isto é, nesta trama de relações que envolvem a biodiversidade, devemos acoplar “a questão geopolítica” (ALBAGLI 1998, p. 18). Este princípio foi expresso de outra maneira no início da década de 1980, por um filósofo russo I. Novik. Para ele, o grande problema da ciência contemporânea e da sociedade atual é tratar a natureza apenas nos aspectos ecológicos, quando o mais correto é trata-la também como elemento essencial da política (NOVIK, 1982).

A geopolítica se expressa no olhar estratégico do Estado para o plano doméstico da gestão e ordenamento do território e de seus recursos. Mas, conforme Becker (2011) há outros elementos que podemos adicionar a esta urdidura. Para a autora, a natureza tem valor enquanto “estoque de vida e condição de bem-estar”, mas esta valoração se modificou substancialmente “e a natureza passa a ser vista como capital de realização futura”. E quem apropria desses espaços enquanto reserva de valor, sem uso produtivo imediato, apropria e controla “o capital natural para o futuro”. A biodiversidade assume aqui toda a roupagem de um elemento geopolítico “na medida em que é a fonte de conhecimento dos seres vivos, o que vale dizer, fonte de poder” (BECKER, 2011, p. 293).

No cenário geopolítico contemporâneo, os elementos ligados à ecologia tornam-se parâmetros para variadas formas de pressão. Becker (2011) cita, por exemplo, a mídia, a diminuição dos créditos, a imposição de agendas internacionais das questões a serem debatidas e que excluem temas importantes. Além disso, a autora cita a conversão de dívidas externas (tema destacado no item 3 deste capítulo) “que corresponde à criação de novos recortes territoriais”, dívida em troca de natureza conservada e/ou dívida em troca do “controle de reservas da natureza” (BERCKER, 2011, p. 295).

Em sua Geografia do poder, Claude Raffestin (1991), discute os trunfos do poder – a população, os recursos, etc. Em outras palavras, trunfos são aqueles elementos que determinados sujeitos controlam no intuito de controlar o território. Atualmente, a biodiversidade pode ser pensada por esta lógica, enquanto um trunfo, e quem a controla ganha pontos importantes na competição entre Estados. E nesse sentido, o tradicional enfoque “conservação da natureza” dá espaço à “conservação da biodiversidade”.

Miguel S. Milano (2002), ao refletir a historicidade das práticas da conservação, lembra que o objetivo do Parque Yellowstone era proteger “as maravilhas cênicas e paisagens silvestres (...) contra a exploração bruta e contra as incursões industriais”, mas que animais receberam proteção somente em segundo grau. Em outros termos, o Parque Nacional, modelo copiado e criticado em todo o mundo, não tinha o objetivo de conservar a totalidade de elementos de sua área de abrangência. Este padrão modificou-se substancialmente conforme o lugar e a cultura em que foi inserido e conforme os avanços da ciência. Nesse sentido, “a conservação da natureza avançou como técnica e como ciência” (MILANO, 2002, p. 195), e isto justifica a inserção da biodiversidade como elemento chave das políticas de conservação.

Não há dúvidas a respeito das práticas de uso espoliante da diversidade genética, mas quando se pensa o valor estratégico e geopolítico da biodiversidade, uma questão paira no ar: “conservar para quem”, e como discute Sarita Albagli (ALBAGLI, 1998, p.79), “põe em cheque quem são, ao final das contas, os reais beneficiários de se delimitarem áreas de conservação”. Há uma questão a mais – por que se fala tanto em conservação da biodiversidade?

David Hathaway (1996) explica a insurgência da biodiversidade enquanto tema de debate e revela o tratamento mais funcional, e logo menos romântico da conservação da natureza. Enquanto um conjunto de coisas vivas nos ecossistemas, a tendência é **diversificação** em várias espécies, e sob muitas **variedades** de raças, linhagens etc. Diversificação e variedade biológica é fundamental na defesa, evolução e sustentabilidade de todas as formas de vida em um mesmo ambiente. Este não é um conhecimento recente. Recente é a valorização desta diversidade e desta diversificação das espécies.

Esta valorização deu-se entre os ecologistas, ambientalistas e economistas ao perceberem “que a natureza não é um recurso inesgotável a serviço do homem”. E partir disso, empreenderam esforços no intuito de criar mecanismos de proteção e preservação. Mas esta valorização se deu também na indústria quando percebeu “o imenso valor econômico potencial da própria diversidade biológica, tal como existe em abundância entre as milhões de espécies ainda disponíveis em ecossistemas intactos” (HATHAWAY, 1996, p. 2).

Estas mudanças ocorreram porque a diversidade da vida passa a ser vista como fonte “estratégica” em aplicações nas biotecnologias e na engenharia genética. Em outras palavras, a temática da conservação da biodiversidade deixa de ser um campo estritamente

científico ou ambiental, “passando a estar no centro de acirradas disputas geopolíticas, particularmente em torno do acesso a recursos genéticos e do acesso à tecnologia, como vias de acesso à informação estratégica associada à biodiversidade” (ALBAGLI 1998, p. 60-61). Isto se revela claramente quando se analisa os elementos elencados para a criação de uma UC: evitar perda da diversidade biológica; vulnerabilidade e extinção de espécies; degradação e fragmentação de espécies. Enquanto na arqueologia dos mecanismos da conservação moderna: proteção dos espaços de lazer; preservação de lugares únicos, etc.. A natureza da conservação mudou e ganhou novos conteúdos.

A rigor, os lugares da conservação são aqueles de abundância de biodiversidade, isto é, em lugares nos quais os fundos territoriais são ricos em recursos genéticos, não mais apenas belos do ponto de vista paisagístico. Daí o caráter geopolítico e modulador do espaço que se desvela por detrás de uma área de conservação ambiental. Isto demonstra como o Estado e as políticas ambientais incorporam o conceito de biodiversidade em seu bojo de ação. Em outros termos, “uma concepção estratégica do meio ambiente, na qual a biodiversidade (...), passa a ser conceito central da política de conservação” (CASTRO JUNIOR et. ali., 2009, p. 47). E esta estratégia se torna efetiva com o controle do território e dos seus recursos. E como resultado deste processo, as UCs são objetos concretos e também paradigmáticos (conjuntos de ideias aceitas em um período como a melhor forma de conservar, preservar e proteger a natureza/biodiversidade).

As intenções das áreas protegidas mudam, mais que expressões únicas das paisagens nacionais, a conservação deve proteger o maior número possível de elementos genéticos de uma área. E, por isso, países com megadiversidade biótica como o Brasil, tornam-se o foco das políticas internacionais da conservação. Daí o caráter conservador das políticas ambientais de criação de UCs, porque o que está em jogo é quem controla a riqueza genética da área protegida. E daí a insurgência de vários sujeitos políticos envolvido com a conservação, entre os quais, as ONGs internacionais como a TNC e a WWF.

O sentido da conservação muda, mas devido às mudanças da própria sociedade, sobretudo, há mudanças na concepção de natureza, e a ciência e a tecnologia têm um papel fundamental neste processo. Por um lado, “ciência e tecnologia são igualmente apontadas como os meios mais eficazes de garantir soberania sobre a biodiversidade nacional” (ALBAGLI 1998, p. 229). E por outro lado, conforme aponta Novik (1982), são agentes que permitiram o controle e mesmo o uso espoliativo desta mesma biodiversidade. Mas, o fato determinante é que graças à união indissociável entre a ciência e a tecnologia se

“descobre novos usos e aplicações para a diversidade biológica” (CASTRO JUNIOR et. ali., 2009, p. 25). Isto tem implicações diretas sobre as políticas e estratégias de conservação, e sobre as disputas pelo seu controle.

Estas considerações permitem apreciar a conservação da natureza com outro olhar. Fato é, “o Estado sempre foi o condutor da política de implementação e gestão das áreas protegidas” (CASTRO JUNIOR et. ali., 2009, p. 47). Mas, a forma como esta condução política se dá mudou significativamente ao longo tempo (BENSUSAN, 2006)¹¹. E, por isso, podemos afirmar que houve e há uma politização das discussões das questões ambientais. O mesmo ocorre com a criação das UCs, um fato político e de natureza histórica, e devido estas características “envolve disputas por interesses específicos e, muitas vezes, conflitantes, sobretudo no que diz respeito ao uso da terra” (CASTRO JUNIOR et. ali., 2009, p. 47).

Isto acontece porque a partir do momento em que se criam áreas protegidas, as formas de ordenar o espaço se modificam e geram processos conflituosos. É preciso destacar, como argumentamos em linhas anteriores, que o que está em jogo é o controle do território (ou dos fundos territoriais) e, conseqüentemente, dos seus recursos genéticos, mineiras, águas e solos. Estes conflitos podem ser de escala local, mas conforme se expande a conservação da natureza, observam-se concretudes em outras escalas: escala regional, como por exemplo, região a Norte de Minas Gerais. Nesse sentido, podemos afirmar que a conservação por meio de UCs se dá em várias escalas, articuladas por meio dos sistemas de conservação local, regional, nacional e internacional, mas nos lugares de sua materialização, há a construção de uma nova concepção de natureza, lugar, território e região¹².

Tanto as UCs como o MSVP são construções sociais e históricas e respondem a demandas da sociedade e de uma história do presente. Porém, esta sociedade é recortada por instrumentos normativos que guiam as suas ações no espaço. Isto se exemplifica naquilo que entendemos como projeto de natureza em contraposição a sacionatureza. A natureza enquanto projeto reflete um desejo de natureza, às vezes, idílico, mas sem a existência concreta. A natureza enquanto projeto é aquela das UCs de proteção integral no qual se

¹¹ A Nurit Bensusan (2006) demonstra que os objetivos e o sentido do que se conservar e como conservar mudou substancialmente. Os primeiros Parques Nacionais tinham como objetivo preservar espaços representativos de natureza intocada, as belas paisagens virgens, no caso do Brasil, a conservação surgiu também no intuito de “salvar” os elementos representantes da identidade nacional (MARTINS, 2014). Mas, isto modificou substancialmente com a entrada do conceito de biodiversidade em cena.

¹² O exemplo de como a conservação se articula em escala regional, pode ser representado através de Mosaicos.

almeja a natureza natural, e por isso há a demonização da presença humana. Em sentido contrário, o conceito de sacionatureza advém da ideia da inseparabilidade do homem (enquanto um ser da natureza) do mundo que o rodeia. Sacionatureza tem ideia de processo e de produção, o homem ao produzir a sua história produz também a natureza, enquanto que na natureza projeto, a ideia básica é a não transformação, o congelamento das formas naturais.

Para fazer uma síntese das reflexões anteriores e, ao mesmo tempo, abrir horizontes de análise nos seguintes, é preciso considerar que:

-A face mais característica das políticas ambientais de conservação da natureza, empiriciza na materialização das UCs, sua face territorial. Portanto, as UCs são espaços sob uma ordem jurídica e enredada em conjunto de normas que impõem interdições sobre o espaço.

-Por ter uma lógica territorial, elas podem ser consideradas como um ingrediente a mais na produção do espaço. E também como ingrediente a mais na disputa por espaço.

-As UCs enquanto formas espaciais criadas pela sociedade expressam muitos aspectos das relações sociais desta sociedade. Revelam muitas características de como esta sociedade se relaciona com a natureza. E como a sociedade brasileira foi fundada na lógica espoliativa, as UCs são, teoricamente, o mecanismo pelo qual se resguarda parte da rica biodiversidade em “risco”.

-Há nas UCs uma concepção de natureza enquanto projeto, ou melhor, um projeto de natureza que deve ser mantido. E enquanto tal, esta se coloca em conflito com a sacionatureza, a natureza produzida histórica e socialmente.

-As UCs, enquanto mecanismo de modulação do espaço, revelam a face geopolítica e estratégica da conservação e, ao mesmo tempo, revelam como esta modulação produz diferenças espaciais. Além disso, é preciso destacar a biodiversidade como o mais novo mote da conservação e, como tal, está é também uma face da dinâmica geopolítica.

A intenção deste item foi discutir questões teóricas que nos permitem explicar a luz de conceitos geográficos as Unidades de Conservação como mecanismo de modulação e produção do espaço. A intenção do próximo item é exemplificar como isto se deu na região Norte de Minas Gerais a partir do final da década de 1980, para que em seguida possamos compreender as características peculiares deste processo.

2.2 Políticas ambientais e Unidades de Conservação no Norte de Minas Gerais

A proposta deste item é refletir o quadro no qual se insere as políticas ambientais de conservação da natureza por meio das UCs na região Norte de Minas Gerais. Antes de

esclarecer este processo, foi necessário compreender as características e os processos que abriram espaço para inserção de tais políticas ambientais na região. Conforme veremos, conservação da natureza atua como mecanismo de mediação ou até mesmo de “antítese” a expansão dos usos predatórios, geralmente incentivados por políticas de Estado. Este quadro se empiriciza no Norte de Minas Gerais a partir da década de 1970, por meio dos projetos de desenvolvimento, no caso, específico do extremo Norte, no qual se insere o MSVP, é preciso destacar as políticas de reflorestamento e povoamento.

Quando iniciamos esta pesquisa, a primeira atividade foi buscar entender os motivos políticos, sociais, econômicos, etc., que nos ajudassem a compreender a criação de mais 20 UCs em pouco menos de duas décadas em todo o Norte de Minas Gerais¹³. Cada decreto ou portaria estudado havia sempre a descrição da riqueza biológica e da importância dos recursos hídricos, etc. No que se refere às justificativas, sempre giravam em torno dos altos índices de degradação sofridos por estes ambientes, as belezas cênicas, a importância ecológica. Até este momento, a criação de UCs no Norte de Minas Gerais não demonstrava especificidade em relação às demais regiões do Brasil como todo. Isto é, sempre que há conflito entre o uso espoliativo da natureza e a necessidade de conter este uso devido às pressões de ambientalistas e da sociedade em geral, o Estado cria uma UC.

À medida que avançamos nas análises, entretanto, um ponto específico nos chamou a atenção – a supervalorização da natureza norte mineira ou a sua positivação. Contrariamente aos eventos históricos, no qual a natureza (a falta de chuvas, o clima, o solo etc.) era o principal mecanismo pelo qual se representava negativamente a região, isto é, o “atraso” econômico da região deve-se as questões naturais (naturalização das relações sociais), na criação das UCs estes mesmos elementos mudam de *status*. A natureza sai do plano negativo e entra enquanto elemento de valorização da diversidade biológica e cultural da região, e como tais devem ser valorizados e preservados.

A partir disso, começamos a levantar textos históricos referentes à região Norte de Minas, no qual notamos três campos discursivos que faz uma sutil relação entre a natureza (os atributos naturais) e a região norte mineira: um que vê na natureza o elemento negativo da região – o clima que “castiga”, o solo “pobre”, etc., elementos que impede o desenvolvimento; o segundo que vê nesta negatividade a oportunidade para expansão de projetos de desenvolvimento econômico – o quadro natural como mecanismo estratégico

13 Além das UCs do MSVP existem mais 5 que compõem o Sistema Integrado de Proteção Ambiental do Jaíba. Além dos Parques Estaduais de Grão Mogol e Botumirim.

para expansão de monocultura e de atividades de reflorestamento; e por último, a mudança no campo discursivo, o “feio” torna-se belo, o pobre torna-se sinônimo de riqueza, o atraso torna-se mecanismo de desenvolvimento – a valorização da natureza norte mineira e a criação das UCs.

Até aproximadamente a década de 1970, a natureza da região Norte de Minas foi tratada em seu aspecto negativo. Fazia-se a correlação entre os problemas econômicos e as condições naturais. Isto se materializa em vários textos clássicos - Donald Pierson e Yves Gervaise, por exemplo– todos retratando a “guerra” do homem para romper as adversidades desta natureza no intuito de desenvolvê-la. Gervaise (1975) ao referir-se aos Cerrados como domínios de **“vasta solidão**, entrecortada, de raro em raro, por riachos magros e temporários, repetem (...) **essa impressão de seca e solidão**”, é um exemplo desta construção discursiva com base na negatividade (GERVAISE, 1975, p. 21 [grifos nossos]).

Seguindo as análises deste autor, este tratamento negativo ganha mais concretude. Ao se referir a Januária, local no qual o “contato com a zona de caatinga introduz mais um elemento de variedade (...)” e aos Cerrados que “mesmo nas condições mais favoráveis, (...) **não justificam a instalação do povoamento denso**. Domínio adaptado à criação, ele é, **pela pobreza dos solos que se renovam lentamente, bastante hostil à agricultura que se refugia ao longo dos vales**” (GERVAISE, 1975, p. 34-35-36. [Grifos nossos])¹⁴. A ideia de “solos pobres”, de vegetação “má” é uma das representações historicamente construída, mas isto tem efeitos perversos, sobretudo, na esfera do planejamento e das políticas públicas.

Esta negatividade impressiona, ao se referir ao quadro físico da região Norte de Minas como um todo, Gervaise argumenta que o “norte não é a única região **atrasada** de Minas (...) mas esta paisagem de ‘miséria’ é o resultado “do complexo isolamento, e de **condições naturais mais ásperas**” (GERVAISE, 1975, p. 21 [Grifos nossos]). Negatividade e a necessidade de dominar a natureza para romper o seu efeito sobre a sociedade regional são fenômenos indissociáveis nesta trama discursiva. Ao referir-se ao rio

¹⁴ E como aponta muito apropriadamente Carlos Eduardo Mazzeto Silva, “que esse conceito de pobreza ou deficiência de fertilidade de solo é oriundo da agronomia moderna”, sobretudo, por não atender as “exigências das principais culturas alimentares do mundo que não são iguais, as plantas frutíferas do cerrado como o Pequi, Buriti, Araticum, Mangaba, Cagaita, Cajuzinho, Bacuri etc.” (...). Plantas que historicamente pertence ao universo alimentar dos povos dos Gerais. O autor sugere que estas plantas “são ricas em nutrientes e sempre fazem parte da dieta dos povos do cerrado”. E partir delas pode ser observado a processualidade histórica e geográfica de adaptação – “inclusive ao fogo” - e que “relativiza esses conceitos um tanto reducionista do que seja riqueza e pobreza” (SILVA, 2006, p. 50).

São Francisco e a seus afluentes, rio que construiu a “unidade” do sistema econômico regional, unidade que “deve o essencial às águas do rio e ao seu ritmo”, Gervaise demonstra a necessidade de mudanças profundas. Esta unidade relatada remete mais a **“incapacidade, [de] de até hoje [1968 data da pesquisa], de vencer esta dependência e dominar o que poderia se transformar em uma fabulosa riqueza”** (GERVAISE, 1975, p. 26 [Grifos nosso]).

Esta face negativa da natureza foi embutida nas políticas de desenvolvimento imposta a região a partir da década de 1970. Para romper o quadro de pobreza gerado por uma natureza “injusta”, é preciso rompê-la, revolver o seu solo “pobre”, derrubar a sua vegetação “feia” e no lugar deve arvorecer o moderno. Modificar suas características por meio do incremento de técnicas “modernas” – produtos químicos, os correntões e a drenagem das veredas. Ao incorporar esta negatividade da natureza aos projetos de desenvolvimento, levou-se aquilo que Carlos Eduardo Mazzeto Silva (2009) denominou “modernização predatória” do Cerrado.

Isto é, a criação de um conjunto de projetos de desenvolvimento baseado nos instrumentos da modernização da agricultura, cuja base fundamental são as tecnologias da Revolução Verde. Tal processo tem como característica básica as extensas monoculturas, e no caso específico, da região do MSVP, as “florestas” homogêneas¹⁵. Conforme o autor “a linha de pensamento que dirigiu esse processo no Cerrado tem um forte viés depreciativo do ecossistema em si e enxerga a região como um ‘vazio’ econômico e social” (SILVA, 2009, p. 64).

Esta narrativa pelo viés depreciativo faz parte de um conjunto enunciativo cujo objetivo é justificar determinadas ações sobre o espaço, isto é, procede a uma modalidade discursiva para viabilizar uma legitimidade ideológica sobre a natureza e sobre o espaço que a acolhe. Em outras palavras, conforme Silva (2009, p. 64) “é como se a natureza e as populações locais, espalhadas pelos Gerais até aquele momento, não tivesse nenhum significado, nenhuma riqueza cultural e ecológica”. A ideia de “vazio” representa bem este processo, espaço no qual “nada” há, as ações de desenvolvimento não podem ser positivas. Nesse sentido, a negatividade da natureza se estende aos homens que habitam tal lugar.

Silva (2009) ao citar o ecologista Mario Guimarães Ferri demonstra este processo. Ao comparar a Amazônia, ambiente mais frágil, com Cerrado, ambiente menos frágil,

¹⁵ As aspas no termo floresta deve-se ao fato de concordarmos com Silva (2006), floresta tem diversidade, complexidade, enfim, bio-diversidade. Uma área com um único tipo de árvores não pode ser considerada uma floresta.

justifica a expansão agrícola neste bioma. Isto é, como não havia pesquisas sobre as condições ecológicas da Amazônia, era preferível a expansão da agricultura ocorrer no Cerrado, considerando que não nada há o que se “preservar” neste ambiente. Esta visão reducionista e parcial - sublinha Silva, - é um equívoco com consequências dramáticas sobre as dinâmicas biológicas, pedológicas e hidrológicas.

Nota-se com este discurso uma relação de exterioridade à natureza, ou melhor, ao Cerrado é, ao mesmo tempo, um “empecilho” ao desenvolvimento, mas com as técnicas modernas torna-se um “recurso”. Este é o paradoxo desta modalidade discursiva, esta transposição de um elemento negativo, quando ocupado tecnicamente, torna-se positivo. Aqui, é preciso algumas ponderações. Quando ocupado pela lógica de desenvolvimento, o Cerrado, o Norte de Minas, não é mais o mesmo, sua natureza mudou, é um outro Cerrado, é outro Norte de Minas. Nesse sentido, a positividade não é sobre o conjunto primeiro, mas a sua transformação em segundo conjunto de “coisas”. Coisas porque este processo se faz pela coisificação da natureza e dos homens.

Este processo foi guiado por uma série de instituições, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, criada em 1959 que ofereceu incentivos à industrialização e ao desenvolvimento de projetos agropecuários; a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS, que concedeu terras públicas para as monoculturas de eucalipto e para os projetos de assentamento e colonização. Nesse sentido, a primeira questão a se considerar é que o Estado foi o principal agente fomentador desta modernização capitalista, garantindo condições para o funcionamento das estruturas produtivas recém-instaladas.

Conforme Luciene Rodrigues (2000), é preciso considerar as ações do Estado em quatro grandes eixos: “(a) grandes projetos agropecuários; (b) industrialização; (c) reflorestamento; (d) projetos de irrigação” (RODRIGUES, 2000, p. 124). No que se refere às áreas rurais, propriamente, estas ações deram-se no sentido de transformar a base técnica da agricultura, transformando áreas até então destinadas à produção camponesa em espaços de produção capitalista da agricultura, criando grandes projetos como meio principal para atingir tal objetivo. Um exemplo que nos é pertinente nesta tese é o Projeto Jaíba, gestado neste cenário de acirramentos das relações produtivas, ajustamentos e transformações das dinâmicas do espaço regional norte mineiro¹⁶.

¹⁶ A referência ao Jaíba deve-se ao fato de o Parque Estadual da Mata Seca ter sido criado enquanto compensação ambiental deste projeto.

De acordo com Rodrigues (2001), o Projeto Jaíba está diretamente ligado às estratégias do Estado brasileiro em combinar política agrícola, uso da água e incentivos fiscais e financeiros com o intuito de dinamizar certos aspectos da economia. Nesse sentido, o Jaíba decorre do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), responsável pela criação do Plano de Desenvolvimento do Nordeste - Polonordeste, cujo intuito foi desenvolver o Nordeste do Brasil, e do Plano de Desenvolvimento do Noroeste, criado para atender as regiões Noroeste e Norte de Minas Gerais. Nesse sentido, “o Projeto, em última instância do processo de planejamento, constitui um investimento motriz. O Jaíba é um investimento para promover o Norte de Minas Gerais” (RODRIGUES, 2001, p. 207).

Grande parte das análises técnicas e científicas elaboradas a respeito do Projeto Jaíba refere-se, quase sempre, aos problemas conjunturais: atraso de créditos, infraestruturas, regularização fundiária etc. Há um vazio analítico quando se refere aos impactos ambientais, as contradições da apropriação da natureza, os embates entre populações locais e este projeto agrícola. Devido à lógica desenvolvimentista deste Projeto, a mobilização de recursos deu-se no sentido de promover um centro econômico, polo de desenvolvimento que exclui as questões ambientais do processo de planejamento.

Desenvolvimento, a palavra-chave do Jaíba, restringia-se tão somente ao crescimento econômico, e deixou em segundo plano “as questões sociais, ambientais e culturais” (RODRIGUES, 2001, p. 209). No que toca especificamente a questão ambiental, à preservação restringiu-se a uma Reserva Legal no município de Matias Cardoso, com uma área total 7.317,82 hectares – e mais tarde com institucionalização da compensação ambiental, o Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba. Com isto, o uso dos recursos naturais aconteceu sem nenhum manejo e/ou preocupação com questões ligadas ao uso sustentável dos recursos naturais. E por isso, desde o início da implementação, o Jaíba foi alvo de críticas das entidades de defesa do meio ambiente, como expresso na reportagem do Jornal Estado de Minas em 1993: “Jaíba, entre o sucesso e a ameaça ambiental” (ESTADO DE MINAS, 1993, p. 16). A “sustentabilidade” das políticas de desenvolvimento econômico dava-se graças à insustentabilidade ambiental e instrumentalização da natureza. Como consequência disso, as críticas ao Jaíba devem-se justamente “a falta de planejamento ambiental e a enorme dimensão do projeto geraram um desastre ecológico” (SANTOS; SILVA, 2010, p. 352).

Em sentido complementar, podemos situar as políticas de reflorestamento desenvolvidas no entorno do Distrito de Serra das Araras (Chapada Gaúcha), nas bacias do

rio Pandeiros, Cochá e Gibão (Januária). Desde a década de 1970, a região Norte de Minas como um todo foi palco da materialização de plantios extensivos de eucalipto e pinus. Aqui, mais uma vez, destaca-se a presença do Estado, como financiador deste processo. Conforme Maria Bárbara M. Bethonico (2009, p. 204), “os plantios de eucalipto, (...) foram valorizados no contexto histórico de sua implantação, como representantes vivos do progresso e de possibilidades de melhoria das condições de vida”.

Através das Políticas de Distritos Florestais, empresas como a Plantar S/A e Adiflor migraram suas atividades para a região. Este movimento deve-se a facilidades de créditos e terras para os monocultivos. Conforme Silva (2006, p. 185), a RURALMINAS teve importância ímpar nesse processo na concessão e arrendamento de terras públicas para estas empresas. Além disso, destaca-se o fato de que a partir da década de 1980 “a região, subordinada à SUDENE (...) seria destinatária de 50% das cotas dos recursos desse incentivo fiscal”. Terras e créditos **“reduziu o risco dos investimentos nessas regiões a praticamente zero e viabilizou a apropriação de enormes áreas”** (SILVA, 2009, p. 185 [grifos do autor]).

Junto aos monocultivos de eucalipto e pinus veio à ideia de “progresso”, a ideia de participar de algo maior “em um projeto de nação”, justamente pela negação daqueles elementos de estruturação da região – as comunidades camponesas, o Cerrado, etc.. O Cerrado em troca do desenvolvimento, a natureza bio-diversa em troca da homogeneidade da paisagem¹⁷. No entanto, “a prometida chegada do progresso com os plantios de eucalipto dentro dessa lógica capitalista gerou mais desigualdade entre as regiões mineiras e uma maior relação de mando sobre as comunidades rurais” (BETHONICO, 2009, p. 204).

Os impactos ambientais do reflorestamento são diversos. O primeiro dele é a retirada das matas nativas que acarreta perda do solo, assoreamento dos rios, perda de diversidade genética, etc. Conforme Hernando Baggio Filho (2003), os efeitos ambientais negativos começam com aumento de consumo de água pelas novas espécies inseridas no ambiente, eucalipto e pinus, e passa pela “ciclagem de nutrientes, propriedades do solo, efeitos alelopáticos¹⁸, consumo de fertilizantes e agrotóxicos”, e termina, no primeiro corte das árvores, com a erosão dos córregos e rios e secagem das veredas, fuga e/ou morte de animais (BAGGIO FILHO, 2003, p. 54).

¹⁷ Lembro-me de quando criança, morando no vale do Jequitinhonha, ao passar pelas plantações de eucalipto ver várias placas das empresas com os seguintes dizeres – “Progresso e prosperidade com reflorestamento”, “Florestas de eucalipto – substituindo o Cerrado e trazendo desenvolvimento”, etc.

¹⁸ Dano causado por plantas em outros organismos pela liberação de metabólitos tóxicos.

Os impactos negativos não se restringem ao meio natural. Na “APA Estadual do Rio Pandeiros”, por exemplo, “os plantios de eucalipto trouxeram novos atores que passam a desejar os mesmos recursos ali existentes” e, com isso, as comunidades passaram a depender de outros recursos para a sobrevivência, entre eles o próprio carvoejamento. Além disso, a chegada do reflorestamento significou a privatização das terras de uso comum, as comunidades perderam acesso às plantas medicinais, aos espaços do extrativismo e de solta do gado. Sem contar que as “questões sociais e ambientais em regiões como a bacia do rio Pandeiros tornam-se secundárias frente à força do capital” (BETHONICO, 2009a, p. 206).

Não parece crível, mas este processo de destruição foi, de certa forma, celebrado pelos ideólogos do desenvolvimento. Gervaise, por exemplo, comenta entusiasmado o “espetacular” e rápido processo de desmatamento. Para ele, “a rapidez da transformação da paisagem é realmente espantosa”. Embora o entusiasmo seja a característica deste autor, ele também demonstra a face mais perversa deste processo, “é muito comum ver os novos fazendeiros oferecer, gratuitamente, uma mata magnífica **para quem a queimar mais rápido**”. Este processo ocorre mesmo quando o carvão vegetal era o elemento mais rentável “e os rendimentos regionais com esta mata de grande porte [eram] são excelentes” (GERVAISE, 1975, p. 135-137[grifos nossos]).

Enfim, a negatificação da natureza e da região tem efeitos perversos tanto no que se refere à natureza quanto aos homens que estes lugares habitam. Estes elementos de “modernização” implicados no discurso e na prática levam aos ditos problemas ambientais regionais decorrentes da “gestão do território”, ou melhor, “do modo de apropriação e uso do território e dos seus recursos” (BECKER, 1992, p. 128). A partir desta análise, fica em evidência que os modelos de desenvolvimento pensados em uma lógica estritamente funcional e economicista, como aqueles impostos a região na qual situa o MSVP, é o elemento chave para entender a crise ambiental imposta nos mais diversos lugares que compõem o Norte de Minas - escassez de água, assoreamento de rios, etc. Estes modelos de desenvolvimento são expressão concreta de um tipo de “estrutura social”, um modo político de se pensar a apropriação “da coisa pública”.

Nesse sentido, arcabouço discursivo negatizando os aspectos naturais da região, as políticas de desenvolvimento e os problemas ambientais são indissociáveis. O discurso garante a efetividade ideológica das ações, ações por meio dos projetos de desenvolvimento produzem novos ordenamentos espaciais. Estes novos ordenamentos, porém, pela sua lógica funcional e espoliativa coloca em “risco” a bio-diversidade regional. O discurso

constrói a carga ideológica e produz consensos, as ações do Estado atendem interesses e interessados, a natureza torna mote discursivo de um e de outro. Estabelece-se a tríade natureza – discurso - interesses: ação do Estado.

Felizmente, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, com fins dos créditos para o setor de reflorestamento e escassez de créditos para os projetos de desenvolvimento, outro corpo discursivo ganha materialidade - a valorização da natureza enquanto elemento da região Norte de Minas. O discurso da negatividade começa a ser redimensionado (não em totalidade) diante dos impactos ambientais e sociais dos projetos de irrigação, povoamento e de reflorestamento. Iniciamos, portanto, uma terceira fase de construção discursiva a respeito da natureza, a sua positivação¹⁹. E deste movimento surge a proposta de proteção, preservação e conservação da natureza, surge também as primeiras UCs. O que é este discurso de positivação da natureza?

Trata-se de um duplo movimento. De um lado, a presença de ambientalistas, cientistas e críticos dos projetos de desenvolvimento abrem espaço para diálogos e críticas a estes modelos impostos. De outro lado, a própria legislação ambiental brasileira e, sobretudo, a mineira passam a reconhecer a importância da bio-diversidade devido aos tratados internacionais de proteção e conservação da natureza. O Estado de Minas Gerais aprova Leis importantes neste sentido, por exemplo, a Lei nº 9.375, de 12 de Dezembro de 1986 que torna os sistemas de veredas de preservação permanente e de interesse comum (MINAS GERAIS, 1986).

Evidentemente que este processo é mais amplo, mas o amadurecimento da legislação e das políticas ambientais contribui muito neste processo. Este processo de positivação aparece claramente entre cientistas de várias formações quando discutem a região, e também aparece nos atos de criação de UCs e nos planos de manejo. Nesse sentido, a positividade da natureza refere-se a um conjunto de elementos que lhe confere valor em si, isto é, a natureza é valorizada pelos seus atributos. Neste processo, não se demanda técnicas de intervenção para melhorá-la, ao contrário, enquanto totalidade, nenhum elemento da natureza é redutível a outro e o conjunto revela a longa história de co-evolução.

¹⁹ É interessante notar que algumas Constituições dos latinos americanos deste processo de positivação da natureza tornam-se instrumento legal. A Constituição do Equador, por exemplo, em seu capítulo 7º prevê a existência de direitos da natureza “la naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos”. (GOUVEIA et. ali. 2013, p. 99).

Um exemplo deste movimento de positivação da natureza do Cerrado pode ser encontrado nas articulações dos agroextrativistas da Rede Cerrado. Uma declaração de 2002 é sintomática deste processo:

O Cerrado não pode estar subordinado à lógica e ao valor do business (negócio). Para nós, **o valor do Cerrado é antes de tudo o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais, valor esse cujo aprendizado do seu profundo significado traduzimos em nossas múltiplas e variadas culturas enquanto povos dos cerrados.** (ARTICULAÇÃO DO AGROEXTRATIVISMO DA REDE CERRADO, 2002, s/p [grifos nossos].).

O interessante é que mesmo nestes movimentos de base, a proteção a este ambiente passa necessariamente pelas UCs. Evidentemente, que o modelo de manejo não é o mesmo exigido por ONGs preservacionistas, mas, de um lado e de outro, a conservação torna-se o eixo central da positivação da natureza do Cerrado. Temas como Reforma Agrária, regularização fundiária, meio ambiente, proteção e conservação estão imbricados nesta trama discursiva. Vejamos, pois, algumas passagens das orientações de medidas possíveis para a sustentabilidade socioambiental do Cerrado:

Articular **a política de proteção à biodiversidade/unidades de conservação com a política fundiária** e de gestão de bacias hidrográficas de forma que haja uma estratégia de correção de rumos e de reordenamento territorial **que concilie proteção** da biodiversidade, regulação do uso do solo e da água, democratização da terra e regularização fundiária (...)
Realizar discussão com a sociedade (...) sobre a política e **os modelos de unidades de conservação** que sejam simultaneamente: **capazes de proteger ecossistemas, habitats e espécies relevantes;** ser economicamente factível (para não gerar UCs abandonadas e depredadas); **não ser socialmente excludente e contar com a comunidade local na sua proteção, manejo e gestão;** (ARTICULAÇÃO DO AGROEXTRATIVISMO DA REDE CERRADO, 2003, p. 228-9[grifos nossos]).

Este movimento de positivação passa, em graus distintos, por vários setores da sociedade e revela as intenções, interesses e interessados. Este enlace discursivo de valorização coloca em cena nos sujeitos sociais. No lugar dos grandes empresários surgem as ONGs ambientalistas (nacionais e internacionais). No lugar de derrubar o Cerrado para monocultivos, demarca-se áreas para conservá-lo. No lugar de políticas de créditos demanda-se Plano de Manejo e a efetiva conservação dos ambientes protegidos. Esta

mudança discursiva não é suficiente para conter a expansão dos processos degradativos e a constituição de espaços protegidos é o caminho indicado para conter a degradação. Mas, só se pensa em conservar porque atualmente a natureza merece ser conservada pelos seus atributos. É interessante notar este movimento, a conservação colocada diante das práticas espoliativas funciona como espécie de “antítese” ao desenvolvimento, isto é, surgem em lugares no qual os impactos ambientais e o desrespeito à biodiversidade são alarmantes.

Este traço é comum em todas as regiões do Brasil, para Evaristo de Castro Junior (2009), o modelo de conservação forjado no Brasil distingue substancialmente daqueles de outros lugares, sobretudo, os modelos advindos dos Estados Unidos. A primeira diferença refere-se aos lugares destinados à conservação, nos EUA as áreas de conservação foram decretadas “preferencialmente em locais não ocupados pelos colonizadores”, enquanto que “no Brasil priorizou-se a ocupação de áreas onde havia concentração populacional e de atividades humanas para a conservação de ecossistemas remanescentes” (CASTRO JUNIOR et. ali., 2009, p. 39). Em outras palavras, a necessidade de preservar se dá devido ao avanço sistemático dos usos espoliativos da diversidade biológica do país.

A territorialização da conservação se dá justamente naquelas áreas mais dinâmicas economicamente ou para aqueles para o qual migrou a fronteira agrícola como o Norte de Minas Gerais. Com efeito, enquanto a ideia original de conservação nos grandes parques nacionais visava impedir impactos futuros, “os parques brasileiros buscaram proteger áreas de interesse ambiental de impactos imediatos, de conflitos já existentes”²⁰. As políticas e as medidas destinadas a conservação ambiental em terras brasileiras têm em seus genes traços de “conflitos territoriais e de acesso a recursos” (CASTRO JUNIOR et. ali, 2009, p. 39).

O efeito deste traço particular da conservação da natureza reflete nas formas de pensar, criar e gerir as áreas de proteção ambiental. Com isto, os mecanismos de “planejamento e ação propositiva sempre estiveram em segundo plano diante da emergência de questões de proteção, pois os parques são estabelecidos em locais de grande interferência socioeconômicas espaciais de desenvolvimento capitalista” (CASTRO JUNIOR et. ali., 2009, p. 39-40). Com isto, fica em evidência que as áreas de conservação, de uma forma ou de outra, atuam como medidas compensatórias pelo mau uso/gestão/manejo dos recursos naturais, e por isso esta rede discursiva de valorização do Cerrado passa sempre pelas UCs.

²⁰ As UCs de forma geral têm atuado para atenuação de vários conflitos desde a minimização do uso predatório dos recursos naturais até como elemento de regularização fundiária para comunidades camponesas.

Além das UCs funcionarem como espaços de antítese a usos espoliativos, é preciso ponderar também outros fatores quando se refere propriamente ao Cerrado, e ao Norte de Minas, a criação de UCs, a positivação da natureza e a sua conservação estão intricados também aos processos de globalização. A globalização abarca o Cerrado tanto no setor produtivo quanto nas medidas voltadas à conservação da natureza. Conforme Silva (2009), trata-se de um novo processo de modernização, cujas bases estão situadas em escala global. Este período é caracterizado pela presença em rede das empresas transnacionais do setor agroindustrial, mas também pela presença constante de ONGs e organismos internacionais de conservação da natureza. Tais redes de instituições supranacionais articulam o domínio sobre diversos setores e articulam o agronegócio, financiamento, fornecimento de máquinas e insumos, pesquisa, produção, etc. a lógica do capital flexível, por um lado, biodiversidade, conservação, criação de UCs etc., por outro.

É interessante notar que este processo de globalização não redimensiona os processos degradantes forjados outrora pela expansão da agricultura capitalista. Ao contrário, a expansão e a inserção dos fundos territoriais à produção agrícola é colocada em novas bases, no qual “a unidade de produção agrícola” torna-se apenas “um elo de uma engrenagem gigantesca, controlada de fora, por empresas” como a Cargill, Bunge e etc. (SILVA, 2009, p. 75). Mas, se a espoliação do Cerrado se globaliza, a questão da conservação e da biodiversidade também o faz. Nesse sentido, a globalização também se dá nos modelos de conservação; e mais, é preciso notar a simultaneidade destes processos, enquanto a lógica espoliativa se globaliza, as convenções e os tratados do que/como/e por que conservar também o faz.

A globalização da natureza e de um discurso sobre a natureza, indissociáveis no período contemporâneo, ajuda-nos também a entender os mecanismos de conservação ambiental e a sua materialização na região Norte de Minas Gerais. Se, de um lado, as presenças de empresas do capital transnacional se efetivam no setor agroindustrial, do outro, ONGs como TNC WWF também representam esta face globalizada do Cerrado. É importante frisar este duplo aspecto, no Cerrado a globalização se manifesta também por meio da presença destes agentes envolvidos com políticas ambientais de conservação da natureza.

É interessante notar ainda que junto a este processo de positivação da natureza e ao processo de globalização, o papel de relevo assumido pela biodiversidade nos mais diversos setores da sociedade. Este movimento é salutar. Albagli (1998, p. 202) comenta que há

concomitância entre a “emergência da biodiversidade como questão ambiental global”, com os processos de desflorestamento e a globalização. A temática da biodiversidade invoca questões conceituais, por exemplo, a demanda de elementos que perpetue a diversidade genética dos ambientes, mas também questões geopolíticas. Conforme argumentamos, a biodiversidade torna-se o mote principal no período contemporâneo tanto no que se refere à ação dos Estados internamente quanto na competição entre os Estados.

Isto pode ser verificado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, na Convenção da Diversidade Biológica- CDB, demais eventos e convenções internacionais que tem como pauta a questão da biodiversidade, meio ambiente e a sua proteção. Trata-se de um movimento que ao mesmo tempo globaliza as questões ditas “ambientais”, como a conservação da biodiversidade, mas busca mecanismos para concretizar estes processos nos espaços nacionais. Isto é, embora a biodiversidade e a sua conservação seja a pauta de políticas internacionais, a sua efetivação, os mecanismos concretos para realizar a sua empiricização encontra-se no local/regional ou nacional. Albagli (1998) demonstra os mecanismos de pressão construídos para atingir tal objetivo, no caso do Brasil, desde 1972 é salutar a pressão internacional para criação de medidas concretas para conservação da bio-diversidade do país.

Nesse sentido, quando deparamos com um conjunto de UCs como aquelas do MSVP, não podemos ligá-las simplesmente às logicas locais ou regionais. Evidentemente, os conflitos e a degradação ambiental a nível regional assumem relevo neste processo, mas o cenário político nacional e internacional também é salutar nesta compreensão. Em outras palavras, embora a conservação da natureza, os mecanismos de proteção à biodiversidade se deem em escala local ou regional, às vezes, os interesses e os interessados são agentes de outras escalas, nacionais e internacionais. E com isso, a conservação da natureza por meio de UCs acaba por ser a representação concreta, ou melhor, a empiricização destes interesses.

É preciso destacar mais uma vez que estes interesses têm como base “a disputa pelo controle sobre a biodiversidade, particularmente sobre a informação contida nos recursos biogenéticos” (ALBAGLI, 1998, p.72). Nesse sentido, conservar a natureza no Norte de Minas Gerais, região coberta por 7,6 milhões hectares de um bioma megadiverso como o Cerrado, vem de encontro com este cenário geopolítico esboçado a partir da década de 1990. A conservação, a sua empiricização torna-se elemento de mediação entre os interesses regionais (ou locais) e as demandas mais globalizadas. Estes estão transvertidos

em múltiplos elementos, desde parcerias firmadas entre ONGs nacionais e internacionais, conversão de dívidas externas e programas de criação de RPPNs, e são exemplificados entre as UCs do MSVP.

A partir deste quadro interpretativo podemos supor que a criação de inúmeras UCs na região Norte de Minas a partir do final da década de 1980, obedece a uma rede discursiva - a positivação dos atributos biológicos, hidrológicos, morfológico e etc. do Bioma Cerrado como um todo. Tal positivação desdobrou-se em uma série de medidas no intuito de “conter” os usos espoliativos e reservar parte desta diversidade natural por meio das UCs. Mas, considerar apenas este aspecto é reducionismo. É preciso situá-lo dentro das dinâmicas do processo de globalização das questões ambientais e das políticas e projetos de conservação da natureza. Este processo é guiado pela relevância que a biodiversidade e a sua conservação assume no cenário geopolítico contemporâneo.

Este processo contribuiu para o reconhecimento da megadiversidade da região na qual o MSVP está inserido, e também nas medidas que levaram a criação de um número relevante de UCs (conforme quadro 5). A região é um mosaico paisagístico multivariado de transição entre o Cerrado e a Caatinga, com características específicas como a Mata Seca. Na paisagem predomina cavernas, chapadas, veredas, e nascente de variados rios, etc. Enfim, se junta no mesmo lugar as duas tendências da conservação: avanço dos usos espoliantes da biodiversidade via os projetos de desenvolvimento econômico aliado à riqueza da megadiversidade norte mineira.

Dentro do quadro 5, é possível observar que as UCs que compõe MSVP estão divididas em quatro complexos paisagísticos. O complexo Grande Sertão Veredas, com o PARNA GSV, APA do rio Pandeiros, PESA, RDS Veredas do Acari, RPPN Arara Vermelha, RPPN Fazenda Porto Cajueiro, RPPN Veredas do Pacari, RPPN Aldeia, APA Cochá Gibão. O complexo do Jaíba com PE da MS e outras UCs não integrantes do MSVP. E pelo complexo do Peruaçu, tendo PARNA CP, PEVP e APA CV e o complexo do Rio Pandeiros com a APA e o Refúgio da Vida Silvestre do rio Pandeiros.

Além disso, a partir do quadro 5 é possível observar a cronologia das UCs, os tipos e as categorias de manejo, bem como, a área de abrangência. Da análise deste quadro, fica em evidência que a conservação da natureza produz uma nova totalidade, o MSVP, mas uma totalidade que possui totalidades parciais em seu interior. E esta totalidade foi construída em pouco menos de duas décadas: desde a criação do PARNA GSV em 1989 até a criação da última UC que integra o mosaico, a RPPN Porto do Cajueiro em 2005.

QUADRO 5: Conjunto de UCs que compõe o MSVP

Unidades de Conservação	Decreto/Portaria	Área/km²	Categoria de manejo	Município
Parque Nacional Grande Sertão Veredas	Decreto Nº 97.658, DE 12 de Abril de 1989.	2.308,5279	Uso indireto/proteção integral	Arinos, Cocos (BA), Formoso, Chapada Gaúcha, Januária.
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	Decreto de 21 de setembro de 1999.	564,4837	Uso indireto/proteção integral	Itacarambi, Januária, São João das Missões.
Parque Estadual da Mata Seca	Decreto Nº 41.479 de 20 de dezembro de 2000.	103,0454	Uso indireto/proteção integral	Manga
Parque Estadual Veredas do Peruaçu	Decreto nº 36.070 de 27 de setembro de 1994.	312,4958	Uso indireto/proteção integral	Bonito de Minas, Cônego Marinho, Januária.
Parque Estadual Serra das Araras	Decreto nº 39.400, de 21 de janeiro de 1998.	135,5331	Uso indireto/proteção integral	Chapada Gaúcha, Januária.
Refúgio de Vida Silvestre dos Pandeiros	Decreto nº 43.910 de 05 de novembro de 2004	0.0611	Uso indireto/proteção integral	Januária
APA Federal do Peruaçu	Decreto nº 98.182, de 26 de setembro de 1989.	1.433,5429*	Uso indireto/proteção integral	Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Januária, Miravânia, São João das Missões.
APA Estadual do Rio Pandeiros	Decreto nº 43.910 de 05 de novembro de 2004	3.804,8455	Uso sustentável	Bonito de Minas, Cônego Marinho Januária, Pedras de Maria da Cruz.
APA Estadual do Cochá e Gibão	Decreto nº 43.911 de 05 de novembro de 2004	2.848,4140	Uso sustentável	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cocos (BA), Cônego Marinho, Januária, Montalvânia.
RDS Veredas do Acari	Decreto sem número de 21 de outubro de 2003.	587,8047	Uso sustentável	Arinos, Urucuia, Chapada Gaúcha, São Francisco.
RPPN Veredas do Pacari	Portaria IBAMA nº. 26 de 8 de março de 2004	3,468**	Uso sustentável	Arinos
RPPN Arara Vermelha	Portaria IBAMA nº. 31/05N de 28 de abril de 2005	2,5443**	Uso sustentável	Arinos
RPPN Porto do Cajueiro	Portaria nº 226 de 18 de novembro de 2005.	0.09**	Uso sustentável	Januária
RPPN Fazenda da Ressaca	Portaria nº. 25/98-n de 02 de Março de 1998.	40,55***	Uso sustentável	Manga

*Partes incorporadas ao Polígono do PARNA CP

**Encontramos valores de áreas muito distintos para as RPPNs, consideramos os das Portarias de reconhecimento.

*** Incorporada ao atual polígono do PE da Mata Seca.

Fonte: IEF (2009; IBAMA (2005, 2007).

Vários eventos nos ajudam a entender a história destas UCs. Desde a compensação ambiental institucionalizada, presente nos PE MS e PANA CP, transitando pela conversão de dívida externa para fins ambientais, passando por parcerias entre ONGs para a criação de RPPNs, e chegando, finalmente, as UCs de uso sustentável, vários interesses e interessados se coadunam neste processo. Não podemos reduzir a criação desta UCs a um único elemento, como por exemplo, a degradação ambiental, as UCs representam um projeto de natureza e também a forma como se representa esta natureza em uma determinada sociedade. Isto também se verifica no quadro 5, dada a variedade de UCs criadas, cada uma tem uma representação e um projeto de natureza específico.

Além dos fatores apontados, podemos elencar outras reflexões a partir do quadro 5, sobretudo, no que se refere as categorias de UCs. A primeira delas refere-se às características das UCs de proteção integral ou de uso indireto. Estas pressupõem um conjunto de normas específicas que se materializam no espaço geográfico, entre elas: (i) o Estado deve ser o proprietário do solo no qual as UCs serão criadas, caso afete propriedades particulares deve ocorrer à desapropriação; (ii) mas, nesta desapropriação podemos englobar posseiros e comunidades tradicionais; (iii) os planos de manejo devem contemplar os objetivos da conservação e torná-la um bem social público; (iv) além das controvérsias sobre a presença humana dentro e fora dos limites territoriais demarcados como espaços de proteção.

De forma geral, tanto as UCs de uso indireto como as de uso sustentável é a expressão concreta de normatização do território, ou como preferimos nesta tese, de modulação do espaço. E como tais, sugere Evandro Bastos Sathler (2010, p.3) “é uma construção jurídica que envolve o espaço geográfico”. E institucionalizar juridicamente este espaço de conservação envolve a regularização fundiária e uma série de estratégias que coloca em pauta a questão dos conflitos socioambientais, da participação da comunidade, isto é, institucionalizar uma UC vai além da demarcação territorial do espaço a ser protegido, envolve sempre a questões territoriais e fundiárias, a presença de comunidades e uso da natureza. E na concepção de cunho mais político, envolve sempre interesses (a conservação do Cerrado e ou Gerais Norte mineiros, por exemplo) e interessados (ONGs nacionais e internacionais).

A fim de finalizar esse item, algumas questões devem ser pontuadas:

- Desde a década de 1970, ocorre um processo de (des)construção de lugares por meio da (re)construção da paisagem na região Norte de Minas Gerais. Em outras palavras, as políticas econômicas de desenvolvimento, e sua materialização concreta em projetos

agropecuários e áreas de monoculturas, desconstruiu tramas históricas que davam densidade aos lugares norte mineiros. A natureza foi o principal mote desta desconstrução – aterraram ou represaram as veredas; derrubaram o cerrado; a diversidade paisagística das chapadas deu lugar a monotonia das monoculturas, etc.

– Este processo foi ideologicamente construído por meio da negatização da natureza. Ambiente “feio”, “pobre” “improdutivo”, “seco”, “monótono” e etc. são adjetivos deste processo. Tratam-se ao mesmo tempo de uma desconstrução, das características próprias da natureza do Cerrado e da natureza Norte mineira, e uma construção de um ideal de “progresso” contido justamente pela negatização da natureza.

– Evidentemente, quando este processo se materializou, as contradições surgiram em grande escala. Os custos ambientais do processo de “desenvolvimento” são inúmeros, e isto resulta em problemas concretos – assoreamento e diminuição de vazão dos rios; erosões, perda de solo, enfim, o esfacelamento da riqueza bio-diversa da região.

– Estes problemas desencadeiam um novo mapa discursivo - a posituação da natureza. Isto é, a mesma natureza que outrora era vista como negativa e o principal empecilho ao “desenvolvimento” e por isso a necessidade de rompê-la, torna-se objeto de políticas concretas no intuito de protegê-la e preservá-la.

– Evidentemente que não podemos restringir a criação de UCs simplesmente aos conflitos ambientais e aos usos espoliativos regionais. Existe o quadro institucional e próprio processo de amadurecimento da legislação ambiental brasileira. Com referência ao quadro institucional, o exemplo, pode ser a criação do primeiro escritório do IEF na região Norte de Minas Gerais. Para o quadro jurídico podemos citar PNMA, as leis que institucionalizaram as APAs, RPPNs e, sobretudo, o SNUC.

– Não podemos deixar de mencionar o processo globalização que envolve tanto o setor produtivo como a conservação do bioma Cerrado que colocam em cena novos sujeitos e projetos de conservação da natureza. E não podemos esquecer também o papel estratégico e geopolítico que a biodiversidade assume dentro deste processo.

– Por fim, podemos afirmar que as UCs que dão existência ao MSVP é uma mescla de todos estes elementos citados. Surgem dos conflitos ambientais e dos usos espoliativos da natureza, passam pela posituação da natureza e pela biodiversidade e seu valor estratégico, e termina no intrincamento de interesses, projetos de natureza e, sobretudo, exemplificam o quadro pelo qual o espaço geográfico é modulado, as funções destas modulações e a diferenças que estas criam.

O item que se segue procura delimitar e analisar os processos inerentes à historicidade e a genealogia da criação das UCs que compõem o MSVP, cujo intuito é evidenciar a mesclagem de interesses na criação de UCs de proteção integral.

2.3 Agentes e atores da conservação da natureza: interesses e controle dos fundos territoriais

A conservação atende interesses e atende a sujeitos. Isto é uma constante quando se propõe a analisar as UCs como mecanismo de modulação e produção de diferenciação

espacial. É este o objetivo deste item, discutir, sobretudo, como o mecanismo de conversão de dívida externa e as medidas compensação ambiental são relevantes para se compreender a conservação da natureza enquanto um processo multiescalar.

Becker (1997) atenta aos processos por detrás da conservação da natureza e lembra que as políticas ambientais a partir da década de 1980 trazem em seu bojo duas questões importantes. De um lado, novos recortes territoriais devido à multiplicação das áreas de proteção ambiental e, de outro, novos atores, como por exemplo, as ONGS como agentes mediadores desta política. A autora alerta para a indissociabilidade destes novos elementos, isto é, “os novos recortes estão associados aos novos atores: as ONGs, que atuam não apenas na luta pela demarcação das áreas a serem protegidas, mas também como consultores nos planos de seu manejo” (BECKER, 1997, p. 9).

Compreendemos este fator a partir daquilo que Henri Lefebvre (1997) chama de ordem próxima e ordem distante. A conservação da natureza, ou mais recentemente, as grandes políticas de conservação ambiental tornaram-se um mote da geopolítica internacional. E nesta geopolítica estão envolvidas grandes corporações como o Banco Mundial, mas também grandes ONGs internacionais como a TNC e a WWF. Estas instituições, em graus distintos, tem uma orientação política no que se refere à conservação da natureza. São, portanto, novos atores conforme Becker (1997). E representa também a ordem distante, aqueles para qual a conservação da biodiversidade não faz por ela em si, mas pelo seu valor estratégico.

Acontece que a conservação da natureza precisa se especializar, isto é, precisa encontrar espaços para se tornar concreta. É no local e no regional, sobretudo, em países em desenvolvimento, que esta concretização vai se dar. É preciso atentar a isto, a conservação, geralmente, atende interesses alheios ao lugar no qual ela se materializa. Em outros termos, trata-se da empiricização de um discurso global no regional, o regional enquanto espaço de mediação entre os interesses e as práticas de conservação²¹. Bertha Becker (1992), ao observar a questão ambiental pelo olhar geopolítico, nos chama a atenção para a reflexão que subjaz entre a consciência ecológica e a ideológica “imposta aos países periféricos como um projeto nacional” (a materialização da face ideológica) quando na verdade este nunca foi o projeto destes países (BECKER, 1992, p. 128).

²¹ Este é o entendimento que desenvolvemos no capítulo 3. A região baseada na conservação da natureza é um espaço de materialização de múltiplas lógicas, interesse e atores.

Antônio C. Diegues (2000), ao discutir a expansão das UCs nas décadas de 1970 e 1980, chega a uma conclusão semelhante. Para ele, esta expansão se dá devido à junção de um número relevante de fatores. Entre eles, a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade (como exemplificamos com uma análise concreta do Norte de Minas), a disponibilidade de fundos internacionais de financiamento desta conservação e, por último, a possibilidade da geração de renda pelo turismo. E de encontro com estes elementos “o estabelecimento de áreas protegidas se transformou também numa importante arma política para as elites dominantes dos países do terceiro mundo” como meio de receber ajuda financeira externa (DIEGUES, 2000, p. 17).

Ao nosso olhar, a conservação materializa interesses múltiplos, estratégias diversificadas, desde a atuação de empresas, como a Usina Coruripe na criação de RPPNs, passando pelos mecanismos de compensação ambiental do Projeto Jaíba e da Fiat Automóveis, até os mecanismos de conversão da dívida externa no PARNA GSV. Estes fatores se juntam as políticas ambientais de conservação na modulação do espaço e na produção de diferenciações espaciais.

Para efeito de exposição dividimos este item em dois subitens. Um para discutir a compensação ambiental no Parque Estadual da Mata Seca e PARNA CP e segundo para discutir a conversão de dívida externa e a conservação da natureza no PARNA GSV.

2.3.1 Compensação ambiental e as UCs de proteção integral no MSVP

A compensação ambiental tem duas faces entre as Unidades de Conservação do MSVP, atuando tanto na criação como no planejamento e gestão. No primeiro caso situa o PE da MS, criado enquanto mecanismo de compensação ambiental do Projeto Jaíba através de investimentos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF; e o segundo caso, o PARNA CP que foi financiado pela Fiat Automóveis. É preciso esclarecer os mecanismos de compensação ambiental jurídica e conceitualmente, para em seguida analisar os dois casos empíricos.

A compensação ambiental está diretamente ligada ao conceito de impacto ambiental. Antes de 1980, havia um vazio jurídico analítico quando se referia aos impactos ambientais de grandes projetos de desenvolvimento. A compensação ambiental entra como

norma jurídica a partir da Lei 6.938/1981 que cria a PNMA²², na qual a reparação de um dano ambiental é um mecanismo para diminuir ou cessar o prejuízo causado a coletividade. Com isto, a premissa básica é restituir o equilíbrio anterior ao empreendimento e a tentativa de compensar as “vítimas” pelo mal sofrido, conforme Erika Bechara (BECHARA, 2009). Mas, é somente com a Resolução 10 de 1987, substituída pela Resolução 02 de 1996, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que empreendimentos de significativo impacto ambiental ficam sujeitos e responsáveis juridicamente por medidas de compensação ambiental.

A respeito das modalidades de compensação, Bechara (2009) define cinco tipos no direito ambiental brasileiro: (I) compensação por dano ambiental irreversível; (ii) por supressão de Áreas de Preservação Permanente; (iii) por supressão de Reserva Legal; (iv) por supressão de Mata Atlântica e; (v) por implementação de empreendimentos causadores de significativos impactos ambientais. Apesar das diferentes matizes de compensação ambiental, em resumo, a compensação tem o intuito de fazer com que uma atividade degradadora ou poluidora e que afete negativamente o equilíbrio ambiental “ofereça uma contribuição para afetá-lo positivamente, melhorando a situação de outros elementos corpóreos e incorpóreos que não são afetados” (BECHARA, 2009, p, 136).

Para o fim de nossa análise, somente a compensação ambiental ligada aos impactos de grandes empreendimentos e por danos ambientais irreversíveis são considerados. Como afirmamos anteriormente, a compensação ambiental torna-se elemento concreto da política ambiental brasileira a partir das Resoluções do Conama 1987- 1996 – momento em que se processava a primeira etapa do Projeto Jaíba. E com base nessas resoluções, empreendimentos de grande impacto ambiental devem:

Art. 1º. (...) o licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, (...), terá como um dos requisitos a serem atendidos pela entidade licenciada, a implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente uma Estação Ecológica, a critério do órgão licenciador, ouvido o empregador (BRASIL, 1996, s/p).

Mas, mesmo com este aparato jurídico, houve resistência dos empreendedores com argumento da não legalidade das resoluções. Este problema é resolvido com o SNUC, e

²² Conforme consta em seu artigo 1º, “é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade” (BRASIL, 1981, s/p).

reafirma as posições anteriores do CONAMA e coloca a criação de Unidades de Conservação como compensação ambiental nos seguintes termos:

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, (...), o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação (...).

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas (...), podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação. (BRASIL, 2000, s/p).

De acordo com Bechara (2009), certos empreendimentos são indispensáveis ao desenvolvimento da sociedade, mas não se pode justificar que toda a coletividade suporte os danos ambientais decorrentes de sua implementação. Quando o impacto pode ser evitado com uso de tecnologias, por exemplo, orientação geral das normas jurídicas é evitar qualquer dano ambiental. Mas, quando isto não é possível, é preciso restituir o equilíbrio ambiental, e como evidenciado nas duas passagens citadas acima, Resolução do Conama e SNUC, o objeto de compensação ambiental adotado para os grandes empreendimentos é, preferencialmente, a criação de UCs de proteção integral.

Uma questão que deve ser pontuada, é que a compensação ambiental não foi instituída juridicamente “para autorizar toda sorte de poluição e impactos negativos ao meio ambiente” (BECHARA, 2009, p. 166). Isto quer dizer que a compensação ambiental não existe para retirar do empreendedor as obrigações legais para mitigar ou eliminar os impactos negativos de suas atividades sobre o ambiente. Por isto, “para se aplicar a compensação ambiental, é preciso primeiro constatar a impossibilidade técnica ou social da extirpação dos possíveis impactos” (BECHARA, 2009, p. 167). Aqueles impactos não mitigados tecnicamente, ou quando não são evitáveis é que serão objetos de compensação ambiental.

O Acordo do Tribunal de Contas nº 2650/2009, coloca alguns pontos importantes para as questões ligadas à compensação ambiental. Dentre eles, a hipótese de aplicação da compensação na mesma microbacia e no máximo no mesmo ecossistema afetado pelo empreendimento (TCU, 2009). Esta orientação propõe que a compensação seja verdadeiramente aplicada no intuito de restituir ou mitigar danos ambientais causados a uma determinada coletividade em espaço geográfico determinado. Conforme o Acordo do Tribunal de Contas da União -TCU, o empreendedor é obrigado a destinar e empregar

recursos a fim de estabelecer a compensação ambiental por meio da criação de UCs de forma que haja equilíbrio entre os impactos causados e bens criados pela compensação²³.

Estas questões se tornam latentes na expansão do Projeto Jaíba, o Jaíba II, sobretudo, devido aos marcos institucionais ligados à questão ambiental, desenvolvidos no interstício entre primeira e a segunda etapa do Projeto. A segunda fase do Jaíba inicia-se oficialmente em 1999, mas condicionada a Licença de Operação – LO²⁴, imposta pelo Conselho de Políticas Ambientais - COPAM. Isto é, o desenvolvimento do Jaíba estava condicionado a uma série de políticas de compensação pelos impactos causados ao ambiente. De certa forma, estes condicionantes colocam as questões ambientais, questões ligadas ao manejo/preservação dos recursos naturais no bojo das questões de desenvolvimento econômico.

Observando as questões normativas no que se refere à compensação ambiental, é possível compreender as questões que se colocam para o avanço do Projeto Jaíba II. Baseado nas resoluções do Conama e, mais recentemente, no SNUC, o desenvolvimento do Projeto foi condicionado à criação de UCs de proteção integral e Desenvolvimento Sustentável, entre elas, o PE da MS. Apesar de esta UC ser o objeto de nosso interesse, a compensação ambiental do Projeto Jaíba abrange outras UCs e outros modelos de manejo, conforme quadro 6.

QUADRO 6: Unidades de Conservação do Projeto Jaíba

UCs de Proteção integral	Criação	Área/ha	Município
Parque Estadual da Mata Seca	Dec. 41.479, dez. 2000	10.281,44	Manga
Parque Estadual da Lagoa Cajueiro	Dec. 39.953, out. /1998	20.500	Matias Cardoso
Parque Estadual Verde Grande	Dec. 39.953, out. 1998	25.570	Matias Cardoso
Reserva Biológica Serra Azul	Dec. 3 9.950, out. 1 998	7.285	Jaíba
Reserva Ecológica do Jaíba	Lei: 6.12 6, jul. 1977. Lei: 11.731, dez. 1994.	6.210	Matias Cardoso
UC de Uso Sustentável			
Área de Proteção Ambiental do Lajedão	Dec. 39.951, de out /1998.	12.000	Matias Cardoso
Área de Proteção Ambiental Serra do Sabonetal	Dec. 39.952, out. 1999	82.500	Itacambira, Jaíba e Pedras de Maria da Cruz.

Fonte: (ANAYA et. ali, 2006, p.39).

²³ Conforme o parágrafo 1º do artigo 36 do SNUC “o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento” (BRASIL, 2000, s/p).

²⁴ De acordo com as normas internas do Copam LO autoriza “a operação da atividade ou empreendimento, após fiscalização prévia obrigatória para verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, tal como as medidas de controle ambiental e as condicionantes porventura determinadas para a operação” (SEMAD, 2013, s/p).

A primeira questão que se coloca ao refletir sobre o PE da MS é sobre a apropriação maquínica do conceito/prática de conservação e aos rebatimentos e conflitos que tal UC, enquanto medida de compensação ambiental gerou, isto é, não considerou “os custos” sociais da conservação para as populações camponesas locais. Carolina P. A Camenietzki (2011), desenvolvendo sua dissertação de mestrado junto à comunidade Ilha de Pau de Léguas no entorno do PE da MS, demonstrou a influência desta sobre as estratégias agroalimentares e na soberania alimentar. De acordo com a autora, a criação desta UC provocou conflito entre as três racionalidades dominantes nesta área: a tradicional, a preservacionista e a capitalista. Isto instaura espaços de incerteza no qual a “expropriação territorial, perda das relações sociais, vulnerabilidade social, repressão pelos órgãos governamentais” atuam conjuntamente (CAMENIETZKI, 2011, p.14).

Outro desafio colocado quando se cria uma UC de proteção integral, como é o caso do PE da MS é a questão da regularização fundiária. A premissa básica é que o Estado adquira as áreas atingidas pela conservação via desapropriação. Com isto, surgem os problemas para desenvolver este processo, sobretudo, no que refere à titularidade e o levantamento das áreas atingidas. Conforme Sathler (2010, p. 9), não se resolve questões territoriais que envolvem as UCs de proteção integral “sem envolver o sistema legal de terras e os conflitos e tensões que lhe são inerentes”. Isto envolve recursos para desapropriar as propriedades não pertencentes ao Estado, enfrentar os direitos de proprietários e posseiros. Esse procedimento é essencial porque uma “UC existe em pleno direito quando possui limites definidos e quando o Estado territorializa este espaço, exercendo sobre ele a soberania, o que só é possível quando a posse e o domínio sejam públicos” (SATHLER, 2010, p. 40).

Além disso, ainda há flexibilidade nos procedimentos de compensação ambiental, com a prorrogação de prazos, atenuação de multas e/ou não cumprimento dos condicionantes pelos empreendedores. Isto prolonga os efeitos negativos dos impactos ambientais sobre a vida das populações camponesas locais. Questões que podem ser verificadas pela falta efetiva de Planos de Manejo do PE da MS, que resulta na falta de clareza de como/para quem/porque e o que conservar.

Entidades ligadas aos movimentos ambientalistas e à proteção do meio ambiente vêm denunciando desde a década de 1990, a flexibilização ou o não cumprimento dos condicionantes ambientais:

A associação mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) tem feito uma série de denúncias de agressão ao meio ambiente no Projeto Jaíba. Recentemente, foi enviada correspondência ao presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAN), na qual informa que a CODEVASF não conseguiu até agora executar ações ambientais básicas dos ecossistemas naturais nos limites do empreendimento. (...) A AMDA afirma que há pouco tempo ocorreu um incêndio nas reservas naturais, que consumiu parte de sua área. (...). A área poderá ser invadida por colonos interessados na madeira ou mesmo em sua ocupação, além da continuidade dos incêndios florestais, que causam danos progressivos e irreversíveis àquele ecossistema (ESTADO DE MINAS, 1993, p. 16).

E ainda:

(...) Jaíba enfrenta a fama de ecologicamente incorreto, por se constituir em uma área contínua de desmatamento e, segundo os órgãos ambientais, extremamente resistente a medidas mitigadoras do claro impacto ambiental que represente. Afinal (...), ocupa grandes áreas desmatadas e destrói ecossistemas (ISTOÉ MINAS, 1994, p. 10).

É justamente na confluência entre a falta de regularização fundiária, à ideia de “efeito neutro” (devastar para preservar), além da flexibilização ou não cumprimento da compensação ambiental do Projeto Jaíba, que uma série de conflitos ambientais e territoriais se desenvolve. Os conflitos se desenvolvem das seguintes maneiras:

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ALMG, promove, (...) reunião para debater a invasão da Reserva Legal (RL) da Etapa I do Projeto Jaíba por sem-terra.

(...) a **invasão, permanência e destruição da RL pelos invasores é inaceitável sob todos os pontos de vista. “É ilegal, imoral e demonstra o desinteresse da CODEVASF pela sua proteção, além de caracterizar descumprimento de condicionante do Copam”.**

No requerimento aprovado pela Comissão, o deputado Fábio Avelar diz que o Parque Estadual do Jaíba foi invadido, desmatado e transformado em depósito de lixo. "A Mata Seca derrubada pelos invasores virou carvão para alimentar empresas de ferro gusa. Já a reserva legal da Etapa I, que compõe o mosaico do Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba, sofreu grave incêndio e, antes mesmo de se recuperar, foi também invadida", afirmou o parlamentar. A ocupação desordenada pelos sem-terra e carvoeiros em áreas de conservação de Mata Seca e Verde do Projeto Jaíba, (...), pode extinguir espécies ameaçadas nas próximas duas décadas (AMADA, 2009, s/p. [grifo nosso]).

Outro exemplo da relação entre a compensação ambiental e a criação e o planejamento de UCs ocorre no PARNA CP e a Fiat Automóveis S/A. O IBAMA autuou a Fiat em 1995, pelo descumprimento da Resolução nº 18 de 1986 do CONAMA que dispõe sobre a poluição do ar por veículos automotores. O Auto de Infração aplicado à Fiat (nº. 08112.000968/94-11) deu-se devido à produção e a comercialização de veículos que

descumpriam a legislação ambiental entre os anos de 1993 e 1995. A multa aplicada equivale, caso fosse quitada, em termos atuais a R\$ 4.573,535,00 ou \$ 4.318,73 por cada dia de descumprimento da legislação.

Conforme o Decreto 99.274 de 1990, as multas aplicadas podem ser suspensas quando o infrator, por meio de termo de compromisso e aprovado pela autoridade que aplicou a multa, se comprometer com medidas para cessar ou corrigir a degradação ambiental. Inicia-se então o envolvimento da FIAT Automóveis S/A com a criação e planejamento do PARNA CP em 1997, com a assinatura do Termo de Compromisso - TC com o Ministério Público Federal e com o IBAMA. Entre outras medidas que deveriam ser adotadas pela empresa, destaca-se a:

(...) Aquisição de gleba de terra e montagem de infraestrutura necessária à criação de um Parque Nacional na área de 6.000 ha. declarada utilidade pública por Decreto Presidencial de 29/12/94 e localizada no interior da Área de Proteção Ambiental 'Cavernas do Peruaçu', no Estado de Minas Gerais (...), (TC/1997, PAC/MPF, folha 284).

Além das terras, a FIAT Automóveis S/A deveria também ser a responsável pela criação do Plano de Manejo do parque que seria criado, bem como, arcar com os custos das obras infraestruturais básicas para a criação da UC. Em 1999, a empresa adquiriu aproximadamente 12.000 hectares de terras, no valor de R\$ 5.400.000,00, mas destes apenas 2.350 hectares era referente à área do polígono (área na qual se encontra os principais elementos para a conservação) como demandava o TC. Apesar disso, deu-se início a criação do PARNA CP que, oficialmente, foi reconhecido pelo Decreto de 21 de setembro de 1999. Com a área de compensação ambiental, no total, este parque tem o equivalente 56.800 ha.

Além das terras, a FIAT Automóveis S/A devia também entregar o "plano diretor" ou Plano de Manejo, mas isso se aplicava somente a área doada conforme o TC, ou seja, os 6.000 hectares. Em negociação com o Ministério Público e o IBAMA, a empresa aceitou fazer o plano de todo o Parque e, assim, em 2005, apenas seis anos após sua criação, o PARNA CP tinha o seu Plano de Manejo. Se comparado às demais UCs do MSVP, nota-se a rapidez do processo, o PARNA GSV, por exemplo, demorou quatorze anos para ter concluído o seu Plano de Manejo, e as demais UCs, exceto as RPPNS, ainda não tem o plano.

Mesmo com as terras adquiridas e com o Plano de Manejo entregue em 2009, o Ministério Público Federal convocou a FIAT Automóveis S/A e o ICMBIO para verificar o

desenvolvimento do processo. Esta convocatória aconteceu por dois motivos: a efetiva regularização fundiária e a construção dos equipamentos de infraestrutura. No que se refere à regularização fundiária das terras adquiridas pela empresa, o problema fundamental encontra-se descrito na Instrução Normativa nº. 09, publicada em 2003, estabelecendo critérios para a regularização fundiária em UCs federais.

Tal instrução demanda “a prova inequívoca da autenticidade e da legitimidade do título de propriedade ostentado e da boa-fé da ocupação e das benfeitorias edificadas, quando se tratar de domínio privado e de posse reivindicados nas unidades de conservação” (IBAMA/MMA, 2003, s/p). Em outras palavras, a posse da terra e regularização fundiária se daria mediante a comprovação de títulos da propriedade com a cópia da aquisição original ou certidão que comprove o domínio privado do imóvel. As terras adquiridas pela FIAT Automóveis S/A não possuíam tal documentação e, portanto, a regularização entrouvrou. Em consequência, todos os encaminhamentos complementares também, desde a construção das infraestruturas necessárias até a abertura do parque a visitação pública.

Conforme o Observatório Eco (2010), a publicação de uma nova Instrução Normativa em 2009, mudou estes critérios e passou adotar outros elementos para à comprovação de posse, como por exemplo, o critério vintenário²⁵. Além disso, na reunião entre as partes interessadas, um Termo Aditivo foi assinado, cuja premissa básica é resguardar o comprimento na totalidade do TC de 1997. Conforme destaca a notícia vinculada ao Observatório Eco:

A Fiat informou ainda a contratação das seis empresas que irão elaborar os projetos executivos de infraestrutura do parque. Além da construção de uma rede de abastecimento de água e tratamento sanitário de efluentes, melhoria das vias de acesso e reforma, e construção de edificações tais como centro de visitação e sedes administrativas, os projetos também irão estabelecer roteiros de visitação com adequação de trilhas e construção de equipamentos facilitadores em cavernas e sítios arqueológicos (...). O descumprimento pela Fiat de quaisquer das obrigações assumidas no novo acordo acarretará a aplicação de multa diária no valor de dez mil reais, sem prejuízo da execução específica da obrigação de fazer (OBSERVATÓRIO ECO, 2010, s/p).

A regularização fundiária foi o principal entrave na inauguração e na construção dos equipamentos de infraestrutura do PARNA CP. A inauguração foi protelada várias vezes, a proposta é que, finalmente, no ano 2015 venha acontecer – conforme nos informou a diretoria do IBAMA local. Embora a FIAT Automóveis S/A tenha sido mais efetiva em

²⁵ Documento que comprove o registro do documento de posse da terra por mais de vinte anos.

suas ações em compensação ambiental do que a CODEVASF, em ambos os casos nota-se a protelação das responsabilidades jurídicas (como podemos observar nos fragmentos noticiários citados ao longo do texto). Isto dificulta a implementação e a gestão efetiva tanto do PARNA CP quanto do PE MS.

A relação entre degradação ambiental e as medidas de compensação ambiental podem ser compreendidas dentro do paradigma da internalização das externalidades ambientais. Dentro deste paradigma, conforme Carlos M. A. Gonzaga (2013), externalidades ocorrem quando um indivíduo ou um grupo é impactado sem receber qualquer tipo de compensação. A proposta é que o Estado crie mecanismos capazes de influenciar o comportamento dos agentes produtores de tais impactos, cujo objetivo é corrigir as externalidades negativas. Este mecanismo é conhecido como “princípio do poluidor pagador”, o PNMA e as políticas de compensação ambiental derivaram deste princípio.

Conforme Gonzaga (2013), esta abordagem é vista com desconfiança tanto por aqueles que criticam a intervenção do Estado e como por aqueles que desconfiam das medidas de internalização dos custos ambientais. Para o primeiro grupo, a maneira mais adequada de resolver este problema se encontra no mercado e na competição entre as empresas (ou na competição entre poluidores). Em outras palavras, o próprio segmento causador das externalidades em competição deve encontrar as soluções para o problema. O segundo grupo, no qual destacamos Henri Acselrad (1995) que faz duras críticas à concepção de externalidades e, por consequência, a concepção de internalidades.

Para este autor, existe uma falta de precisão conceitual, e com isto fica evidente quando refletimos que um “dano ambiental” não é propriamente um “custo” no sentido econômico, haja vista que não é fácil de calculá-lo ou mesmo reduzi-lo a uma simples relação de troca. Em geral, os chamados “custos sociais” levam a “desestabilização da base natural da existência sociocultural das populações tradicionais, desestruturação de ecossistemas”. E isto coloca em cheque os cálculos econômicos como medida para se pensar as externalidades e, como consequência, o processo de internalização. Com isso, a noção de externalidade é “um buraco negro do individualismo metodológico” que fundamenta as teorias neoclássicas (ACSELRAD, 1995, p. 134-135).

Não podemos duvidar da importância das empresas públicas e privadas (como o quadro em análise, CODEVASF e FIAT Automóveis S/A) arcarem com as consequências ambientais de suas atividades. No entanto, o ponto de reflexão deve-se basear no

princípio de responsabilidade em detrimento do princípio de precaução. Isto é, dado às condições socioambientais, dado aos agravamentos dos usos espoliativos, projetos baseados no gerenciamento de riscos (ou princípio de precaução) tornam-se apenas elementos paliativos. Mais do que lidar com riscos, a demanda é que se parta do “princípio da responsabilidade” (DUPAS, 2006)²⁶. O elemento latente - e não posto nas políticas de compensação ambiental, mesmo que elas forneçam serviços ambientais como as UCs, - é se realmente os custos sociais e ambientais podem ser compensados. Em que medida as áreas degradadas pelos projetos da CODEVASF na região Norte de Minas Gerais podem ser compensadas?

Evidentemente, todas estas questões fazem parte da história da conservação ambiental, ou melhor, estão na genealogia das UCs criadas enquanto medidas de compensação. E, portanto, ajuda-nos a compreender melhor os diversos componentes conflituosos que abarcam a estrutura do MSVP e das UCs que lhe dão existência. Outra questão a ser refletida é a relação capital privado, mesmo que seja na situação apontada, e as políticas de conservação. Conforme aponta Mariana França Mungai (2008), os órgãos gestores reconhecem a importância da parceria, aliás, acreditam que sem ela a possibilidade de criação da UC de proteção integral era mínima. Isto acontece devido à falta de orçamentos que, geralmente, afetam todas as UCs no cenário brasileiro. Este fator compromete seriamente as atividades de planejamento e quando conseguem planejar, faltam os recursos para efetivá-lo. Quando há ausência efetiva do Estado no que se refere planejamento e gestão das UCs, a tendência é que parcerias como as da FIAT Automóveis S/A e outras comecem a surgir.

A rigor, esta questão nos leva diretamente aquela debatida no primeiro item deste capítulo, a conservação como instrumento estratégico de controle de fundos territoriais ricos em biodiversidade. À medida que parcerias privadas aumentam, sobretudo, com ONGs ambientalistas internacionais, a tendência é que as concessões também aumentem. Desde a década de 1980, conforme Nazira Correia Camely (2008), surgem novos sujeitos imbricados com a conservação da natureza dando origem ao “ambientalismo ongueiro” ou

²⁶ Gilberto Dupas (2006) discute o princípio de precaução e o princípio de responsabilidade. Para este autor, princípio da precaução é a criação de um conjunto de ações para precaver danos futuros, mas não identificados no estado de conhecimento atual. Em outras palavras, não se pode prever a quantidade de perdas em biodiversidade ao se degradar uma área, dada a essa impossibilidade cria-se UCs no intuito de precaução. Em sentido contrário, o princípio de responsabilidade determina que caso não possa calcular os riscos deve-se renunciar a ação.

“onguismo”. A face mais concreta deste processo é justamente a conversão de dívida externa em créditos para a conservação. Conforme a autora, “à primeira vista parece um conto de fadas o governo credor dos países pobres e endividados, (...), trocar dívida por áreas protegidas, e ainda financiar os projetos que visam à proteção ambiental dessas áreas” (CAMELY, 2008, p. 9). No final, este mecanismo se revela perverso e vem sofrendo denúncias em todo mundo.

Embora Camely (2008) reflita sobre o estado do Acre, o PARNA GSV reflete um exemplo concreto de conversão de dívida por conservação. No próximo item, refletimos sobre este mecanismo e destacamos o envolvimento de outros sujeitos voltados à conservação da natureza na região Norte de Minas Gerais.

2.3.2 Conversão de dívida externa e a conservação da natureza no MSVP

Após ter apresentado a conservação intermediada pelas compensações ambientais, suas características e fatores determinantes, cabe agora apresentar a segunda face de interseção entre planejamento, criação e gestão de UCs e o capital “privado” – a conversão de dívida externa para a conservação ambiental. Fenômeno que envolve um dos parques mais importantes do MSVP, tanto em extensão, como em implementação do Plano de Manejo, o PARNA GSV. A conversão da dívida envolveu a Funatura, ONG co-gestora do parque, e a TNC, ONG ambientalista com sede nos EUA.

Antes, todavia, de entrar empiricamente na análise concreta do PARNA GSV, as características e os desdobramentos do processo, cabe uma reflexão da relação entre a dívida externa e as políticas ambientais de conservação. Cabe ressaltar a complexidade do tema, e sua inesgotabilidade em poucos parágrafos, tal como procedemos aqui, o objetivo é apenas apresentar os meios a partir dos quais realizamos as análises. E mais, a discussão é feita com único objetivo: demonstrar os múltiplos sujeitos envolvidos na genealogia da conservação ambiental por meio de UCs na região Norte de Minas Gerais.

É muito comum a correlação entre dívidas externas e os problemas ambientais dos países em desenvolvimento. Apressadamente, criam-se relações de causa e efeito sem uma reflexão mais aprofundada do assunto. Isto pode ser verificado, por exemplo, quando se afirma que as crises financeiras devido ao endividamento externo é um dos principais elementos para explicar às crises ambientais de países latinos como o Brasil. Evidentemente, não excluimos de imediato esta correlação, mas acreditamos que tanto à

dívida quanto às crises ambientais demonstram o esgotamento de um padrão de desenvolvimento adotado por estes países em um ato mimese. A dívida e problemas ambientais têm caráter estrutural e histórico.

Conforme Fábio de Andrade Abdala (2000), de toda esta polêmica, duas questões ficaram claras. As conversões não resolvem o problema da dívida e também não resolve o problema das políticas ambientais. Mas, de qualquer forma, as conversões existiram e é preciso compreendê-las. A questão se tornou mais latente na década de 1980, quando a crise da dívida dos países latino americanos teve o ponto auge (ABDALA, 2000). Dado à situação de “insolvência financeira”, e dada às características de agroexportador de tais países, surgem às correlações entre a dívida e a degradação. Em outras palavras, os países latino americanos para arcarem com os compromissos no mercado externo tem que expandir o circuito produtivo, que equivale a usar mais terras, a desmatar mais florestas, enfim, aumentar a pressão sobre os serviços ambientais.

Conforme Abdala (2000), os “efeitos ambientais das políticas governamentais relacionadas com a dívida é a que relaciona a intensificação da exploração de recursos naturais à multiplicação de divisas para pagar os serviços da dívida externa” (ABDALA, 2000, p. 66-67). O autor, aliás, revela como estas situações se deram no Chile e Bolívia, Costa Rica, etc., e mais, esclarece como as conversões para fins ambientais ampliou a tal processo. Ao final, Abdala pondera que tais efeitos negativos têm mais a ver com estrutura política interna, e com desgoverno no que se refere às políticas ambientais, do que com a dívida propriamente.

As conversões são multivariadas. Abdala (2000) apresenta as experiências bem sucedidas e também as que foram malsucedidas. Segundo ele, para o insucesso concorrem dois fatores – a falta de acordo entre políticas ambiental e econômica e o tipo de transação realizada. A respeito das modalidades de transações, Ricardo Ubiraci Sennes (1993) destaca as mais comuns: *debt-debt swap*, *debt-equity swap*, *debt-trade swap* e *debt-for-nature swap*. Para o objetivo em análise destacamos apenas: *debt-trade swap*, *debt-for-nature swap*.

A *debt-trade swap* é quando a conversão é atrelada à exportação de algum produto, é o caso, por exemplo, da Costa Rica. O *Northwet Bank of Indiana* (EUA) converteu 10 milhões de dólares das dívidas do país costarricense visando investir no setor madeireiro. Com o dinheiro, a empresa beneficiada adquiriu 8.500 hectares para a exploração “sustentável”. Conforme Abdala (2000, p.80) “o negócio gerou polêmica e demonstrou a existência de uma grande variedade de conceitos sobre a expressão desenvolvimento

sustentável”. Este é um bom exemplo de insucesso das conversões para fins ambientais. É acaba por reforçar o padrão agroexportador e os padrões de degradação ambiental.

Outras experiências de conversão de dívida ocorreram no Chile, Bolívia, Equador e Brasil, mas dentro do padrão de conversão *debt-for-nature swap*. Esta modalidade de conversão acontece quando uma organização com fins ecológicos adquire no mercado secundário títulos dos países devedores. Em seguida, estes recursos são convertidos ao país de origem da dívida em forma de doação a uma segunda instituição que trabalhe na mesma perspectiva da doadora. A instituição que recebe os títulos, por sua vez, troca-os junto ao Banco Central por moeda nacional. Depois deste processo, o dinheiro, finalmente, pode ser investido no projeto para qual foi destinado (SENNES, 1993). Essas considerações devem ser tomadas como princípio geral, observando que, no entanto, em cada país esta modalidade de conversão assume características muito próprias. O Brasil é exemplar neste caso.

O Brasil sempre tratou as conversões com desconfiança, pelos menos até a década de 1990. Entre os argumentos para isso, encontramos desde aqueles relativos à soberania nacional, até aqueles ligados às questões inflacionárias. A proximidade da realização da Eco-92, a pressão internacional sofrida desde a década de 1970 e, sobretudo, a pressão das ONGs nacionais contribuíram para abrir as discussões referentes ao tema. Finalmente, em 1991, o governo brasileiro aprovou o “Plano De Conversão da Dívida Para Fins Ambientais”. Este objetivou adicionar recursos externos aos escassos investimentos internos às políticas ambientais.

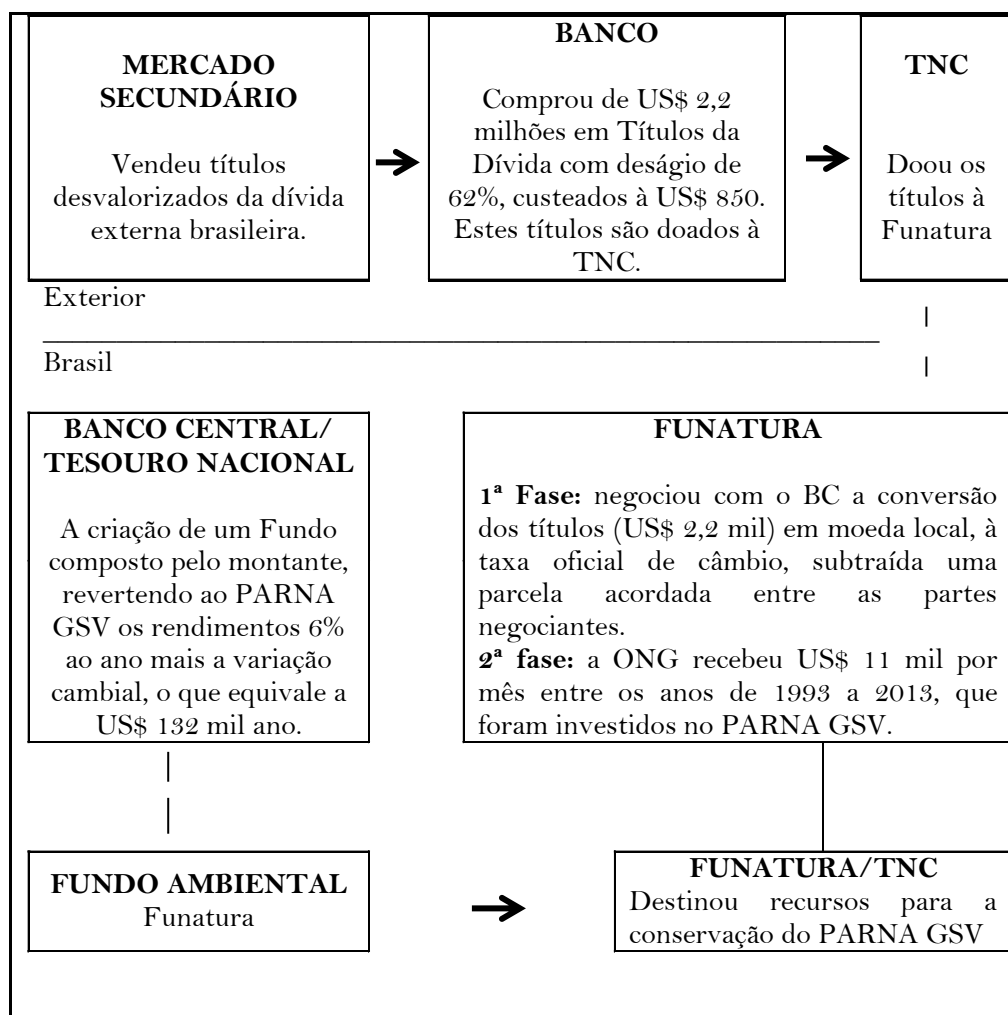
Ainda no de 1990 formou-se o consórcio de ONGs brasileiras para elaborar os projetos para os fins de conversões. Elas chegaram ao montante de US\$ 264,3 milhões de dívidas passíveis de serem convertidas. Em 16 de Julho de 1991, o Banco Central publicou a Resolução nº. 1840, no qual orientava as modalidades de conversão. Nesse sentido, ficou determinado que o programa de conversões brasileiras permitiria a entrada de fundos para geração de rendimentos para a aplicação em programas de conservação da natureza.

Conforme Abdala (2000), este mecanismo de conversão funcionaria da seguinte forma: primeiramente, instituições sem fins lucrativos, que atuassem no Brasil, poderiam receber doações de entidades públicas e privadas estrangeiras, na modalidade de créditos, títulos e depósitos. Após o recebimento das doações de títulos da dívida e depois da transferência destes ao Banco Central, que aplicaria tais títulos no Fundo Ambiental

Nacional, os rendimentos, equivalente a 6% ao ano e mais a variação cambial, seriam destinados à instituição brasileira que recebeu a doação.

A definição de quais os projetos deveriam ser contemplados ficou sob a responsabilidade de uma comissão constituída por membros do governo, ONGs e pesquisadores. A prioridade destas conversões eram os projetos ligados à conservação da biodiversidade, meio ambiente urbano, energia, conservação e uso sustentado dos recursos, educação ambiental e desenvolvimento sustentável (ABDALA, 2000). A primeira experiência de conversão de dívida para fins ambientais foi, justamente, a experiência do PARNA GSV que surgiu da parceria da Funatura com a TNC. A partir da figura 2, observamos como se deu esta conversão.

FIGURA 2: Fluxo da conversão de dívida externa para o PARNA GSV



Adaptação: MARTINS, G. I., 2014.

Fonte: Abdala (2005, p. 101).

A intenção da figura 2 é de resumir os processos e os agentes envolvidos no processo de conversão da dívida externa que se destinou ao PARNA GSV no início da década de 1990. A primeira questão a se observar é as múltiplas escalaridades dos sujeitos envolvidos. É possível verificar o encadeamento entre agentes da conservação nacional com as entidades com o mesmo propósito a nível global, e também o envolvimento de agentes financeiros. Em outras palavras, esta conversão envolveu várias instituições com objetivos e entendimentos diferentes a respeito da conservação da natureza.

Na prática, as conversões possibilitaram a Funatura orçamento para gerir o PARNA GSV por vinte anos, diante da escassez de recursos destinados as UCs isto se revela um ponto de extrema importância. Além disso, a parceria com a TNC foi essencial para o levantamento socioeconômico das populações que viviam no interior da unidade, bem como, em atividades para levantar a riqueza da biodiversidade. Somam-se a isso os programas de educação ambiental desenvolvidos pela ONG na década de 1990, e programas ligados à medicina e à saúde.

Em nível de instituição, para a Funatura, envolvida com o PARNA GSV desde os levantamentos para a sua criação no final da década de 1980, a conversão permitiu ampliar a estrutura administrativa e os equipamentos de conservação e de fiscalização. Conforme destaca Bernardo Ricupero et. ali. (1995), isto permitiu a ONG desenvolver projetos estratégicos de médio e longo prazo considerando os recursos efetivos para dar continuidades a estes (RICUPERO et. ali. 1995). Em termos de gestão, o ponto mais significativo foi o repasse da Metodologia da Avaliação Ecológica Rápida da TNC para a Funatura²⁷.

Conforme destacava Ricupero et. ali (1995), “o problema com maior destaque refere-se menos as conversões propriamente ditas, mas, sobretudo quanto à situação da população que vive neste Parque Nacional” (RICUPERO et. ali. 1995 p. 25). E quando realizávamos entre os anos de 2009 e 2011 a nossa pesquisa de mestrado, observamos o problema mais de perto. Desde o início da década de 1990, as populações atingidas pelo PARNA GSV sofreram múltiplos processos de rompimento do seu modo de vida devido ao cerceamento cada vez mais efetivo forjado pela gestão da UCs. Este cerceamento resultou na remoção das 90 famílias que viviam no parque para o PA São Francisco e Gentio no

²⁷ Mecanismo flexível utilizado para obter e aplicar, em ritmo acelerado, informações biológicas e ecológicas com o intuito de promover ações de conservação.

início da década de 2000. Tal PA tem condições precárias desde o tipo de solo e até mesmo a área de sua localização.

Este remanejamento se deu graças à fragilidade territorial das comunidades camponesas que lá viviam - em grande maioria posseiras. Quando foram remanejadas, somente as “melhorias” (isto é, as casas, os currais, etc.) foram indenizados. A saída das áreas de domínio do parque deu-se devido às imposições que foram se firmando. Entre elas, a dificuldade de abrir novas áreas para a agricultura e para a solta de gado. Dado a falta de opção somente duas eram possíveis ou migravam para as cidades mais próximas ou iam residir no PA.

A relação estabelecida por meio de ONGs nacionais e internacionais para conservação da natureza é um dos principais motes de críticas em relação às conversões de dívidas. O foco das críticas situa, sobretudo, no escopo e modelos de conservação que estas ONGs acabam que por impor as suas parceiras em outros países. Em outras palavras, a proposta de conservação destas entidades é mais conservadoras em relação ao padrão de conservação almejado, a presença de populações humanas e estratégias de manejo. Este escopo acaba sendo absorvido pelas ONGs nacionais, como a Funatura, por exemplo, e daí a conflitualidade e as contradições emergem. E umas das consequências disso, é o tratamento dado às comunidades atingidas, como é o caso dos veredeiros do PARNA GSV que viram as suas condições de reprodução diminuírem sensivelmente, à medida que a implementação do parque ganhava concretude.

Aliado e complementar a esta primeira ressalva, encontra-se uma segunda, aquela referente aos interesses nacionais da conservação. Como nos apresenta Abdala (2000), as conversões, geralmente, alocam recursos em projetos que podem atender as agendas internacionais da conservação, e colocam em segundo plano os interesses nacionais e mesmo as necessidades ambientais locais. Ao lado destas questões, colocam-se os elementos de natureza histórica, como por exemplo, ao questionar se na verdade as conversões não estariam legitimando dívidas construídas de formas perversas. Conforme Maurício Waldman (1992, p.7) “(...) os ecologistas são críticos de um modelo de desenvolvimento”, que constitui o inimigo “do equilíbrio ambiental” e do qual emerge a dívida externa.

Frederico Tobar (1992) é reticente aos mecanismos de conversão de qualquer natureza. Para ele, primeiramente, conversões não significam dinheiro novo investido, mas tão somente reembolsos que oneram ainda mais os cofres públicos. Embora, no imediato

ajude a solucionar os problemas, como a falta de investimentos na conservação do PARNA GSV, por exemplo, em longo prazo o dinheiro usado na conversão acaba por penalizar outros investimentos. Em conclusão, “a alternativa da conversão é uma solução continuísta (...) relativo aos interesses contraditórios” e acaba por diluir atenções do foco principal (quer seja a dívida e quer seja a conservação) (TOBAR, 1992, p. 199).

Waldman (1992, p.7) ao referir-se a Cândido Grzybowski, afirma que “por trás da dívida externa e da questão ambiental, está o modelo de desenvolvimento, sua base tecnológica e organização social da produção, (...), as políticas, as leis, normas e instituições sociais que regulam os conflitos inerentes ao modelo de desenvolvimento”, e aceitar a política das conversões é também legitimar este processo. É preciso ponderar também que boa parte do montante da dívida surgiu exatamente de empréstimos para se construir grandes obras lesivas ao meio. Nesse sentido, “a dívida é ecologicamente inconvertível, pois ela é, em si mesma, antiecológica” (WALDMAN, 1992, p.11).

As questões levantadas por Waldman são pertinentes, sobretudo, se observarmos a dívida externa pelo ângulo histórico. No entanto, a questão que nos move é aquela do plano empírico. Isto é, refletir como estas parcerias se materializam e quais são os desdobramentos. Em uma primeira análise, como destacamos em parágrafos precedentes, estas parcerias ajudam a fomentar os projetos de desenvolvimento das UCs, dado à falta de recurso por parte do Estado para este fim. Em uma segunda análise, e observando o PARNA GSV, trata-se de pensar os diferentes projetos para a natureza e para a conservação.

Em outras palavras, o PARNA GSV é o cenário e/ou ponto de encontro de múltiplos projetos de natureza. Primeiramente, tem-se o imbricamento entre Funatura e IBAMA, e disso surge a imagem ideal da natureza a ser conservada – a de proteção. À medida que este conjunto de relações se complexifica, novos sujeitos entram na rede de interesses, este projeto se modifica, e a conservação torna-se um campo de disputa e interesses. A disputa não é para definir o que conservar, mas a quem esta conservação vai servir e a que interesses. Vimos que as populações locais são excluídas, e com isto, o PARNA GSV tornou-se objeto de interesse alheio a qualquer relação com a escala local. Aí processa o caráter multiescalar da conservação, embora ela se dê no plano local, nela se imbricam interesses do regional/nacional e global. A conservação no PARNA GSV, finalmente, obedece muito mais a ordens distantes do que a ordens próximas.

É preciso expor este intrincamento de interesses citados. E isto pode ser feito na observação das “parcerias” entre a Funatura e outras instituições, conforme verificamos em algumas passagens do Plano de Manejo do PARNA GSV:

Desde cedo a FUNATURA, a **WWF**, o IBAMA e os novos apoiadores que depois se incorporaram ao projeto - como a **The Nature Conservancy**, a **Fundação O Boticário** e a **Pathfinder International** - viram que a situação anômala dos moradores abria uma frente social a ser equacionada, além da missão especificamente conservacionista (FUNATURA, 2003, p. 50. Grifos nossos).

Em um jornal destinado a reportagens de cunho ambiental, um dos membros gestores da Funatura comemoram as parcerias, como podemos verificar nos fragmentos abaixo:

Este grande Parque Nacional (...) criado em 1989 (...) com recursos da **ex-Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)** e do **Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF)** (...), a **Funatura**, após vários estudos, propôs (...) a criação do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas, (PÁDUA, 2000, s/p [grifos nosso]).

Nesta primeira passagem, há claros sintomas da mesclagem de interesses envolvidas na criação do PARNA GSV e o papel de protagonismo da Funatura no processo. À medida em que avançamos na leitura estas questões são reafirmadas:

Felizmente a Funatura continua presente na área, em decorrência de um convênio de cogestão com o IBAMA e, graças ao **único projeto no Brasil de conversão da dívida externa para meio ambiente**, possui recursos financeiros e humanos para manter aquele Parque Nacional até o ano 2013. A conversão da dívida externa foi realizada com a **The Nature Conservancy (TNC)**, que até hoje aporta recursos para a implementação do Parque, através da Funatura. Muitas outras instituições, **como a Pathfinder, vêm ajudando a Funatura** com projetos de saúde para a população que ainda reside nos limites do Parque. (...) (PÁDUA, 2000, s/p [grifos nosso]).

As parcerias são multifacetadas e a cada etapa do processo novos sujeitos convergem para o PARNA GSV. As ações não se restringem mais a conservação, novos elementos são adensados. E por final,

A **Fundação O Boticário de Proteção à Natureza** liberou recursos em parceria com a TNC e o IBAMA para o Plano de Manejo e, recentemente, a **The Nature Conservancy do Estado de Missouri** disponibilizou recursos financeiros para que a Funatura possa adquirir uma fazenda vizinha na qual existem importantes nascentes que precisavam ser protegidas e que se encontram fora dos limites do Parque (PÁDUA, 2000, s/p [grifos nosso]).

Das passagens acima podemos concluir que a conservação da natureza no PARNA GSV é uma mescla de múltiplos interesses. E, sem sombra de dúvida, estes interesses passam necessariamente pela Funatura. Da análise deste fragmento notamos a Funatura na condução desta mesclagem e o fortalecimento da instituição enquanto promotora da conservação do PARNA GSV. Este é um ponto a mais às críticas de conversão das dívidas externas. Apesar de ter sido a experiência pioneira, e ao lado a importância da conservação no PARNA GSV, e apesar da importância do fortalecimento da instituição (Funatura), a grande questão que gira em torno da distância que o Estado começa a tomar nos projetos da UC.

Em outras palavras, é importante o fortalecimento dos mecanismos de conservação e, sobretudo, a garantia de investimentos para isso, mas à medida que o Estado se abstém desta função, a pergunta passa a ser: a quem atende os objetivos de conservação do PARNA GSV? Não é demais salientar que o fortalecimento desejado não pode se dar de maneira pessoalizada como acontece com a Funatura – conclusão que se pode tirar das análises dos fragmentos acima. Além disso, é preciso destacar a contradição deste processo, as ONGs fortalecidas, conforme Abdala (2005, p. 103), são “aquelas com vínculos íntimos com o Estado, ou àquelas com “funcionários” em seus quadros”²⁸. Com isto, o fortalecimento requerido é parcelar, e restringiu os benefícios financeiros a instrumentalização da ONG.

A falta de investimento na efetiva implementação do PARNA GSV, e as parcerias de cogestão, abriu espaços para parcerias com a Funatura, e daí por diante abriu caminhos para a confluência de vários sujeitos interessados em subsidiar as atividades desenvolvidas nesta UC. À medida que estas parcerias aumentaram, aumentou também o distanciamento do próprio Estado na condução do interesse público que seria, no caso, a conservação para do bem comum. Assim, no PARNA GSV se mesclam os interesses daquelas instituições que Antônio Carlos Diegues (2008) denomina de as “multinacionais da conservação”, a WWF e, sobretudo, a TNC, mas os interesses nem sempre claros – Fundação O boticário, *Pathfinder*, etc.

No que se refere às “multinacionais da conservação”, é preciso ponderar que estas têm influência nas políticas ambientais como um todo, mas na relação aqui apresentada é possível percebê-la empiricamente. Conforme Diegues (2008), os modelos de conservação propostos pelas grandes ONGs tendem a excluir a participação da população interessada

²⁸ No caso brasileiro, por exemplo, a presidente do IBAMA à época da oficialização das conversões era também membro da diretoria da Funatura.

nos modelos de gestão e de manejo da natureza. Além disso, impõem modelos de ciência e de práticas conservacionistas. E, por fim, acabam influenciando as ações das ONGs locais na condução das práticas de conservação e em relação às populações residentes em áreas de parques (vejamos, por exemplo, a metodologia adotada pela Funatura em parceria com a TNC e o desfecho final da regularização fundiária do PARNA GSV).

Par concluir este item é preciso ponderar algumas questões:

- As duas partes que compõem este item mostraram o envolvimento de instituições privadas e da sociedade civil em três UCs de proteção integral. Em graus, distintos, demonstramos como se deu este envolvimento, os interesses e também as conflitualidades. A compensação ambiental e a conversão da dívida externa têm um ponto em comum – tratam a conservação em sua exterioridade e buscam fortalecer modelos excludentes como as UCs de proteção integral.

- No caso da compensação ambiental este envolvimento é forçado pela legislação ambiental. E, portanto, as conflitualidades se relacionam muito mais ao não cumprimento das punições e/ou ao cumprimento parcial.

- Quando se trata das políticas de conversão da dívida externa para fins ambientais e a forma como isto se materializa no PARNA GSV, é sintomático os interesses envolvidos. O PARNA GSV, entre todas as UCs do MSVP, é o local das mais variadas pesquisas em levantamento de répteis e catalogação de plantas e animais.

- É curioso notar que estes subsídios para a conservação não têm como o escopo o fortalecimento das UCs de uso sustentável. Justamente aquelas no qual há a possibilidade da conservação de acontecer de forma mais justa, sem precarizar as condições de reprodução de vida das populações atingidas.

- E, por fim, neste item descrevemos os acontecimentos que estruturam a genealogia de três importantes UCs de proteção integral. Demonstramos os sujeitos envolvidos, as estratégias institucionais e também a conflitualidade latente.

A intenção deste item não é desacreditar a importância das UCs de proteção integral. Longe disso. Concordamos que determinados espaços, no qual a riqueza da biodiversidade justifique, a proteção integral é necessária. O objetivo foi contar a história por detrás da história, isto é, compreender os processos nem sempre evidentes que nos ajudam explicar a materialização das políticas de conservação ambiental por meio das UCs na região Norte de Minas. Este processo nos ajuda a entender como a conservação produz diferenças espaciais. O item que se segue trata de outra modalidade de conservação, as UCs de uso sustentável. Nele discutimos os arranjos sucessivos e conflituosos operantes também nesta modalidade de conservação.

2.4 Uso sustentável e conservação: APAs, RPPNs e a RDS no MSVP

A modalidade de UCs de uso sustentável é uma proposta recente da política ambiental brasileira de conservação da natureza. Trata-se de um campo minado. De um lado, os defensores - esta modalidade é menos excludente dado a sua proposta de integrar o uso sustentável e a conservação. De outro lado, os críticos - esta modalidade não atende os objetivos da conservação, na verdade, UCs de uso sustentável são uma modalidade menor e, desde o início, condenada ao fracasso. É ignóbil considerar as UCs de uso sustentável por este ângulo.

Entre os críticos, podemos situar Milano (2002, p. 201), citando especificamente as Reservas Extrativistas, afirma que as UCs de desenvolvimento sustentável é “um misto de unidade de conservação com assentamento rural”, e, apesar das reiteradas afirmações de que estas contribuem para o desenvolvimento regional, nota-se o contrário, “pouca eficiência tanto para a conservação e como para o desenvolvimento”. Afirmações com a mesma tonalidade se sucedem. Milano busca provar a ineficiência deste modelo de conservação apontando as questões de pobreza econômica, migração, fatores que segundo ele, depõem contra esta modalidade de conservação.

O desenrolar desta argumentação é previsível. As UCs de proteção integral são a única solução, e qualquer outro modelo é falho, sobretudo, se permitir a presença humana. Tal atitude só demonstra a pouca compreensão da historicidade das UCs de uso sustentável e a importância delas no quadro da conservação ambiental brasileira, e mais, usa argumentos frágeis para sustentar esse pensamento. A título de exemplo, Milano (2002) aponta que os problemas socioeconômicos do Brasil são crônicos e os problemas enfrentados por populações quando afetadas por UCs de proteção integral deve-se mais a estas questões estruturais e menos as interdições impostas. Portanto, não podemos pôr nas contas das UCs de proteção integral todas as injustiças sociais que acometem estas populações.

Nenhum crítico das UCs de uso indireto ou de proteção integral desconhece os problemas sociais enfrentados por estas populações, as críticas voltam-se para o agravamento destas injustiças. Não é plausível supor que a expulsão e a precarização das condições de vida de comunidades inteiras sejam a solução para as políticas de conservação. Menos plausível ainda é acreditar que não é possível outro modelo de manejo, ou que o manejo sustentável é ineficiente. Além do mais, Milano (2002) confunde a

proposta efetiva das UCs de uso sustentável, o desenho teórico e sua viabilidade, com as experiências malsucedidas devido à falta de investimentos sérios para implementação efetiva destas áreas. Mas se a crítica é válida para estas, devem ser estendidas também as de uso indireto que, na maioria das vezes, também não cumpre os seus objetivos por falta de investimentos em sua efetivação.

Em contraposição a este pensamento, existem também os defensores das UCs de uso sustentável. Dada à situação das UCs de proteção integral no que se referem à ocupação humana, e dado os conflitos latentes das restrições da proteção integral, a solução é refletir sobre alternativas entre conservação da natureza e o manejo sustentável. Conforme Bensusan (2006), esta é uma discussão de longa data, mas que tem gerado frutos positivos, haja vista que a Convenção sobre Diversidade Biodiversidade reconhece a importância das comunidades locais na manutenção da diversidade biótica das áreas ocupadas.

Em um ponto devemos concordar tanto com os críticos e tanto com os defensores, o leque de UCs de uso sustentável é amplo. E isto pode ser verificado entre as UCs que compõem o MSVP, dentre as quatorze UCs, nove são de uso sustentável. Nesta modalidade de manejo se encaixam as RPPNs, as APAs e as RDS, cada qual observando um objetivo específico e uma estratégia diferente. Neste item, analisamos as condições destas UCs no MSVP, suas características, objetivos e os interesses que lhe deram materialidade. Para isto, dividimos o item em dois momentos. Um primeiro para analisar as RPPNs e o segundo para analisar as APAs e a RDS.

2.4.1 Interesses privados e as RPPNs

As RPPNs surgem na legislação brasileira em 1990, por meio do Decreto de nº 98.914, posteriormente substituído pelo Decreto de nº. 1.192 de 1996. Estas correspondem de certa forma, ao desdobramento das Reservas Particulares da Flora e Fauna criadas em 1988. As RPPNs, segundo o SNUC, “é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica”. Entre os objetivos destas destacam-se as pesquisas científicas e as atividades ligadas ao turismo, eventos recreativos e educacionais (BRASIL, 2000, s/p).

Idealmente, as RPPNs devem ser UCs complementares àquelas criadas e geridas pelo Estado, cujo intuito é criar Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos. Para os detentores das RPPNs, empresas, produtores do agronegócio, estas podem representar uma

importante estratégia, além, é claro, da conservação da natureza. Conforme Luci Ayala (2010, p. 11), “para os diversos setores empresariais, criar e manter reservas naturais (...), é uma iniciativa eficaz de direcionamento de investimentos em ações ambientais efetivas, indo além do marketing ecológico propriamente dito”.

No que se refere ao agronegócio, “a presença de reservas do ambiente natural tem impacto direto em suas atividades, pois contribui para o equilíbrio ecológico, com o controle biológico de pragas e a conservação dos recursos hídricos” (AYALA, 2010, p. 11). Segundo esta autora, as RPPNs agregam valores a produtos e serviços e isto abre espaço para o relacionamento entre as empresas e o seu público. Estas também podem representar uma estratégia e oportunidades de negócios para as empresas, considerando o quadro propício estimulado pelas mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global.

Nesse sentido, “a recuperação de ambientes florestais e a conservação de florestas em pé – desde que documentadas nos planos de manejo das RPPNs – podem ser transformadas em créditos de carbono por meio de projetos de sequestro de carbono da atmosfera” (AYALA, 2010, p. 11). Enfim, das questões apresentadas pela autora, à conservação da natureza representa uma boa estratégia para os mais diversos seguimentos empresariais.

Valeska Buchemi de Oliveira et. ali (2010) apresenta-nos o outro lado das RPPNs, enquanto instrumento importante na preservação da biodiversidade. Apesar das RPPNs geralmente ocuparem pequenas áreas, para autora, elas contribuem para a conservação em larga escala, “ou escala regional”. Isto porque eles ajudam na criação de corredores que aumentam a conectividade de paisagens em áreas fragmentadas. Em outras palavras, as RPPNs, dado as suas características, funcionam como mecanismo complementar a outras modalidades de UCs e torna-se um elemento estratégico, sobretudo, em áreas fragmentadas por funcionarem como “trampolins ecológicos”.

As RPPNs podem facilitar também a troca de sementes entre habitats permitindo o fluxo de informações genéticas entre indivíduos e populações. Argumentos ecológicos não faltam para explicar a importância das RPPNs, proteção de nascentes de córregos, lagoas, cachoeiras, micro bacias-hidrográficas, proteção da fauna e da flora, elementos geomorfológicos como grutas e cavernas. Outro argumento muito comum é que as RPPNs ajudam aumentar as áreas de conservação dos biomas e para complementar as estratégias regionais de conservação.

Cientes das questões apresentadas e concordando com algumas, adotamos duas posturas. A primeira é que não pretendemos fazer uma análise da importância ecológica das RPPNs que compõem o MSVP. Além disso, procuramos ir para além do discurso da transformação mercadológica e da mercantilização da conservação da natureza. Para nós as RPPNs, sobretudo, nas condições analisadas nas UCs do MSVP, representam uma dupla estratégia: de um lado, permite a existência de grandes propriedades de terras devido à isenção do Imposto Territorial Rural – ITR, aliado ao fato de que estas propriedades tornadas UC de uso sustentável encontram-se em áreas em que o preço do solo é relativamente baixo, dado às restrições de uso devido ao fato destas estarem em áreas de amortecimento. De outro, a criação de uma RPPN nestas condições permite carrear recursos para levantamentos científicos a respeito da flora e fauna e permitem ainda o *marketing* ecológico de empresas. Estas premissas serão desenvolvidas, mas antes é preciso uma contextualização.

Até o ano de 1998 a biorregião do MSVP não contava com nenhuma RPPN, a primeira na área de Mata Seca no município de Manga, no atual polígono do PE da MS (a RPPN Fazenda da Ressaca)²⁹. Na década de 2000, mais três RPPNs foram criadas no entorno do PARNA GSV (mais especificamente as RPPNs Arara Vermelha e Vereda do Pacari em 2004, e RPPN Porto do Cajueiro em 2005). Quais elementos nos ajudam a pensar a historicidade destas RPPNs?

Duas ponderações. Conseguir informações sobre as RPPNs do MSVP foi umas das partes mais difíceis desta pesquisa. Primeiramente, pelas sucessivas negativas de entrevistas e/ou oferecer qualquer tipo de informação. Em segundo lugar, devido a pouca documentação a respeito destas nos órgãos de regulamentação – IBAMA, Secretaria de Meio Ambiente, etc. Nesse sentido, as informações, quando obtidas, repetiam velhos jargões, como por exemplo, “preocupação com o meio ambiente”, mas sem oferecer nenhuma informação adicional.

Esta situação nos forçou a procurar outras fontes. E desta procura obtivemos a informação de um projeto aprovado pela Funatura para incentivar a criação de RPPNs em volta de dois PARNA GSV e da Chapada dos Veadeiros. Estamos nos referindo ao projeto *Establishment of Private Natural Heritage Reserves (RPPNs) in the Brazilian Cerrado*, resultante da parceria com a *United Nations Development Programme* – UNDP e com a

²⁹ É preciso lembrar que a criação do PE da Mata Seca sobrepôs RPPN Fazenda da Ressaca e, mais tarde, a incorporou em seu polígono. Devido a esta incorporação, analisaremos somente as três não incorporadas ou sobrepostas.

Global Environment Facility – GEF. Desta parceria resultou em duas das RPPNs do MSVP – a RPPN Arara Vermelha e a RPPN Veredas do Pacari.

A partir do acesso do relatório final deste projeto começamos a desenhar o quadro de análise, mas ainda faltavam informações básicas sobre a RPPN Fazenda Porto do Cajueiro. Sem acesso às informações, começamos a analisar quais eram os fatores que poderiam atrair grandes empresas como Usina Coruripe para a região e quais eram os objetivos da RPPN.

Destas indagações chegamos aos seguintes elementos: (1) empresários que possuem RPPNs tem prioridade na análise e na concessão de créditos em bancos oficiais; (2) tem prioridade na concessão de recursos do FNMA para o projeto de implementação e gestão das RPPNs; (4) a área tornada RPPN tem descontos sensíveis no ITR; (4) o proprietário mantém o título da propriedade; (5) especificamente, as RPPNs do MSVP situam em áreas de amortecimento, fator que impede desmatamento e/ou a criação de um grande projeto de agricultura; (6) o proprietário não é obrigado a realizar nenhuma atividade mesmo que seja pesquisa; (7) por situarem em área de amortecimento, o preço do solo é bem mais baixo do que em outros lugares e (7) RPPNs e as área de Reserva Legal podem se sobrepor.

Este quadro pareceu bem mais crível do que o velho discurso de proteção ao meio ambiente ou a consciência ambiental da empresa. Nesse sentido, as análises aqui desenhadas consideram o projeto *Establishment* da Funatura e o quadro de elementos expostos acima. De toda sorte, é preciso ponderar que não desconsideramos a importância estratégica das RPPNs na conservação da natureza. Apenas buscamos analisar os interesses envolvidos e como estes se desdobram na criação do MSPV.

O projeto “Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs - no Cerrado Brasileiro” teve início em 2001, e contou com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que financiou US\$ 750 mil, em contrapartida, a Funatura financiou US\$ 110 mil (PNUD, 2004, s/p.). O projeto teve como objetivo estimular proprietários rurais na criação e estabelecimento de RPPNs e estabelecer mecanismos de sustentabilidade para estas áreas. Conforme Aline Tristão Bernardes (2006, p. 5), redatora do parecer final da parceria, entre os anos de 2001 e 2005, na busca destes objetivos, foram desenvolvidas atividades de “mobilização e disseminação do instrumento RPPN” por meio de atividades de capacitação e eventos culturais” informando a importância de tais áreas para a conservação da natureza.

Entre as atividades desenvolvidas por este projeto encontram-se aquelas referentes à seleção e a demarcação de áreas potenciais para serem transformadas em RPPNs. A etapa seguinte foi o estabelecimento de parcerias formais entre a Funatura e os proprietários rurais. Cumprida esta etapa, o projeto produziu os documentos técnicos de orientação no manejo destas áreas por meio da Avaliação Ecológica Rápida, informações que subsidiaram os Planos de Manejo. Com isto, os técnicos identificaram os potenciais das áreas que seriam transformadas em RPPNs, no caso daquelas pertencentes ao MSVP. Dado a falta de infraestrutura para o turismo ecocultural, a sugestão foi o desenvolvimento de pesquisas sobre a riqueza da flora e fauna.

O padrão de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio nos municípios do entorno de Chapada Gaúcha, Arinos e Januária, no qual situa as duas RPPNs, foi o principal entrave encontrado. Bernardes (2006, p. 13) sublinha que em “territórios ocupados para expansão agrícola como no caso do entorno do PNGSV (PARNA GSV) as dificuldades são enormes”. A solução para este entrave deu-se com a averbação de Reservas Legais e a “reconstituição” das APPs. Isto porque as “RPPNs podem também serem criadas em sobreposição às reservas legais (sic) das propriedades”.

Apesar dos eventos adversos, a relatora da parceria conclui que as RPPNs Vereda do Pacari e Arara Vermelha constituem uma importante estratégia de complementaridade a conservação do PARNA GSV. Segundo a relatora, os padrões de usos e a ocupação do solo tem produzido o efeito ilha no Parque, isto é, a conservação da natureza envolta pela produção de soja e de sementes de capim. Para ela, a “paisagem plana da região favoreceu a ocupação por grandes fazendas mecanizadas produtoras de grãos”. E com isso “muito da rica diversidade da vegetação do Cerrado foi perdida neste processo” (BERNARDES, 2006, p. 13).

Além disso, dado a proximidade das duas RPPNs foi possível reformar as antigas instalações da fazenda e criar uma sede conjunta para as reservas. A contiguidade das áreas possibilitou também a ampliação e a formação de “um maciço de 595,24 hectares (...)” próximo ao PARNA GSV, “configurando corredores de biodiversidade, o que é considerado uma boa estratégia de conservação” (BERNARDES, 2006, p. 16). Enfim, o relatório destaca pontos importantes na condução do projeto *Establishment*, e o que nos ajuda a compreender a estruturação destas duas RPPNs. Evidentemente, os eventos de natureza política e os interesses envolvidos não aparecem claramente, é preciso ponderar isso, mas antes, traremos a análise da RPPN Fazenda Porto Cajueiro.

A relatora do projeto *Establishment* informa que além das duas RPPNs criadas, os trabalhos conseguiram averbar mais cinco RL e APPS, áreas potenciais para novas RPPNs. E mais, dado as atividades de êxito do projeto, a parceria com a Funatura, ficou evidente para os proprietários rurais da região (e de outras regiões) a importância estratégica das reservas. Diante disso, entendemos a RPPN Fazenda Porto do Cajueiro como um processo complementar as atividades do projeto aliado aos interesses de uma grande empresa como a Coruripe. Interesses que manifestam em crédito mais acessível, averbação de reserva legal e parcerias com outras empresas na condução de pesquisas. Vejamos, pois, este quadro de análise.

A Usina Coruripe – do Grupo Tércio Wanderley - tem como base o Estado de Alagoas, mas estendeu suas atividades a região de Cerrados do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A relação desta empresa com a criação de reservas remonta a década de 1950, com a criação de uma área 7.500 hectares para conservação da Mata Atlântica. Em uma entrevista concedida a Revista Ecológico, especialmente a respeito da RPPN Porto do Cajueiro, o diretor afirma que “não somos mais aqueles senhores de engenho” (REVISTA ECOLÓGICO, 2011, s/p). Tal afirmação se baseia nas atividades de "desenvolvimento sustentável" desenvolvidas pela empresa. Alguns trechos da entrevista ajudam-nos a compreender melhor o processo:

(Ao narrar à história da RPPN)

Temos um grande amigo, o Alberto Fonseca, que foi o primeiro Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente do MP de Alagoas. Foi ele que nos incentivou a formar a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Porto Cajueiro, em Januária, junto ao pessoal da FEAM e do IEF em Minas. (...)

Foi quando procuramos o então presidente do IEF, Humberto Candeias, e ele nos propôs o desafio de montarmos a RPPN Porto Cajueiro em Januária, onde as terras tinham escritura. Sobrevoamos a região e nos encantamos. Um compromisso que vale a pena. Há seis anos, desde quando estamos ali ajudando a preservar o que resta da paisagem descrita por Guimarães Rosa, todo ano o fogo destrói tudo em volta, chega até a entrar nas áreas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, menos onde estamos com muita fauna e flora abrigadas e protegidas. Tornou-se, inclusive, um orgulho ecológico para nós a brigada de incêndio local que mantemos. **Tudo dentro da visão maior de futuro e amor à natureza que nosso pai nos ensinou.** Temos orgulho em levar e hospedar ambientalistas e autoridades ali.

(...)

Empresário hoje que não tiver compromisso real com o desenvolvimento sustentável e a correlata preservação de ambientes naturais está fora do mercado. Não há mais lugar para ele no Brasil nem em outra parte civilizada e com essa consciência no planeta. **Pensando e agindo como num passado insustentável, ele pode até**

sobreviver mais cinco, 10 anos no mercado. Mas um dia será excluído, sairá da produção. A sociedade, a opinião pública, ninguém o perdoará. Isso é inexorável.

Que meio ambiente não é mais uma discussão radical. **Se não há mais como recuperarmos a natureza que existia no Triângulo, vamos compensar investindo e preservando o que ainda existe naturalmente em outras regiões do Estado.** A exemplo do Norte de Minas, para onde caminha o mesmo modelo de ocupação insustentável, de destruição e degradação que ocorre em quase todo o país e já fez sumir 80% do bioma que tínhamos como um presente de Deus.

[Repórter]-A maioria das empresas tem esse discurso sustentável hoje. Mas, para investir em suas diretorias e gerências de Meio Ambiente, a realidade ainda não é outra?

É. Mas somente para as empresas que, infelizmente, ainda pensam que isto é custo e não investimento a médio e longo prazos. Só pra se ter uma ideia, nós talvez sejamos hoje, entre as 400 usinas de açúcar e álcool do Brasil, **um dos poucos grupos que podem exportar etanol para a Inglaterra.** Sabe por quê? **Porque quando os empresários ingleses vêm aqui para comprar esse nosso combustível limpo, eles primeiro fazem uma auditoria ambiental e trabalhista, que é muito criteriosa.**

Eles querem conhecer de perto o que estamos fazendo, querem visitar as reservas legais, tudo. **Isso aconteceu recentemente com o pessoal do HSBC de Nova York e Rabobank da Holanda.** Eles passaram dois dias na nossa RPPN pra verificar se o que falávamos era verdade.

Ou seja, **hoje o empresário só tira financiamento junto a um banco de primeira linha se ele tiver tudo em conformidade ambiental e trabalhista.** Nós tivemos a felicidade de, há 20 anos, inspirados no exemplo do patriarca da família, facilitar a inserção do nosso produto no mercado internacional. **O que poderíamos chamar custo, e foi mesmo na época, acabou virando lucro. Isso é real, é ecológico (REVISTA ECOLÓGICO, 2011, s/p).**

Lucros, mercado e sustentabilidade são as palavras que resumem todo o conteúdo da entrevista citada. A sutileza da relação destes termos na entrevista configura um campo discursivo interessante para análise. Em perspectiva comparada, o entrevistado situa o modo como os empresários agiam no passado e como devem agir hoje para ter acesso a segmentos importantes do mercado, este modo de agir inclui indubitavelmente o “desenvolvimento sustentável”. Este funciona como elo entre as demandas do mercado e, ao mesmo tempo, desejo da “sustentabilidade” materializada empírica e discursivamente na RPPN Porto do Cajueiro.

Natália Lorena Campos (2014), ao desenvolver uma pesquisa a respeito das estratégias territoriais de expansão do Grupo Tércio Wanderley na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, demonstra as contradições deste arranjo discursivo. Para autora, a tão propalada “responsabilidade ambiental” nada mais é do que o cumprimento legal de

manter as áreas de Reserva Legal e de Proteção Permanente. E mais, tal discurso não é acompanhado na prática, e se indaga como pensar sustentabilidade diante da substituição massiva dos Cerrados pela cana-de-açúcar. E finaliza afirmando que “é necessário ressaltar que o planejamento formal para a ocupação canavieira, em tese, respeita áreas de preservação ao longo dos rios e fragmentos de matas nativas, mas o que se observa na execução do plantio, é que o desmatamento causado pela cana é direto e indireto” (CAMPOS, 2014, p.176).

Nesse sentido, quando nos indagamos quais motivos leva empresas como a Usina Coruripe do Grupo Tércio Wanderley a criar RPPN na região do mosaico, as respostas mais plausíveis são: (1) dada à degradação de áreas legalmente protegidas na região de atuação da usina, procurar outros lugares com o solo mais barato, com isenção de impostos é uma estratégia econômica; (2) além do mais, as RPPN Porto do Cajueiro abre-se espaço para o reconhecimento da empresa como “empresa sustentável”, o que permite captar novos nichos de negócios; (2) facilidade de créditos para expansão das atividades produtivas da empresa e créditos para gestão da RPPN também são elementos que atraem a empresa para a criação da reserva. Estas conclusões podem ser retiradas do trecho de entrevista citado anteriormente.

Para além das reflexões dos fatores que motivaram a criação das RPPNs, a questão mais elementar aqui é refletir sobre os novos agentes que vão se envolvendo na criação de UCs na região Norte de Minas Gerais. A cada categoria de manejo por nós discutida aparecem novos sujeitos, com novos interesses, e demonstra ao mesmo tempo uma contradição – a conservação de um lugar em detrimento da espoliação do outro, como no caso da RPPN Fazenda Porto do Cajueiro. Além disso, por mais que estas reservas sejam uma estratégia importante, é importante fazer algumas ponderações.

A primeira destas ponderações é a respeito das estratégias de conservação da biodiversidade, bem como, as práticas de manejo nas RPPNs. É preciso considerar que isto fica a intento dos proprietários e, estes por sua vez, depois de averbada a área enquanto RPPN não tem obrigação jurídica de desenvolver qualquer atividade a este respeito. Aliado a isto, existe também a falta de fiscalização e acompanhamento do atendimento dos reais propósitos declarados no ato de criação, não tendo, portanto, nenhum mecanismo de controle de impactos ambientais causados pelos usos da propriedade. E, por fim, o critério mais sensível de todos, não há garantia que as RPPNs estejam em condições prioritárias de

conservação e menos ainda a garantia da repartição dos benefícios da biodiversidade conservada.

Estas questões abrem espaço para um novo conjunto de reflexões nos capítulos que se seguem. Em que condições estas RPPNs se integram ao manejo integrado e participativo do MSVP? Por fim, ao observar a historicidade das RPPNs, notamos o imbricamento de mais um conjunto de interesses e de agentes: PNUD, GEF e Grupo Tércio Wanderley e, sobretudo, a mediação constante da Funatura. Nesse sentido, a convergência destes sujeitos para a região do MSVP demonstra a espacialização de determinadas estratégias de conservação. Enquanto lugar destinado à conservação, o MSVP, fatores econômicos ajudam a materializar este fenômeno, sobretudo, o baixo preço do solo em relação a outras regiões.

2.4.2 APAs, RDS e a conservação da natureza no MSVP

Este subitem tem o propósito de refletir sobre as características básicas de mais um conjunto UCs de uso sustentável do mosaico MSVP, especificamente, aquelas criadas pelo poder público: as APAs do Rio Pandeiro, Cochá e Gibão, e das Cavernas do Peruaçu e também a respeito da RDS Veredas do Acari. Trata-se de refletir os elementos que levaram à criação destas UCs, e também as dificuldades do processo de implementação e gestão. As UCs de uso sustentável têm por característica a relação entre populações humanas e uso dos recursos naturais, mas isso não significa falta de restrição de usos. É nestes usos que situam as principais dificuldades e as principais críticas a estas modalidades de área protegida.

APAs surgiram na legislação brasileira, com a Lei de nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e as RDS com SNUC, Lei Federal nº 9.985/2000 (que também ampliou a concepção jurídica das APAs). Embora as UCs de uso sustentável atendam a princípios distintos, conforme apresentaremos na primeira parte deste subitem, na região do MSVP elas tem uma história em comum – surgiram em lugares de antigos monocultivos de eucaliptos, sobretudo, aquelas que surgiram por iniciativa do Estado de Minas Gerais. Outra característica comum entre elas é a presença de várias comunidades camponesas em seu interior, o que oferece um elemento complementar de análise.

Conforme o SNUC, a APA “é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais

especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. Esta modalidade de UC tem objetivo básico proteger “a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, s/p). Contrariamente, as RPPNs, outra modalidade de UC de uso sustentável, que ocupam somente terras privadas, as APAs podem ocupar tanto terras públicas como terras privadas.

Apesar da possibilidade da presença humana, essa se dá de acordo com um conjunto de regras, “normas e restrições para a utilização” dos recursos bióticos e abióticos dentro da área de abrangência das APAs (BRASIL, 2000, s/p). O SNUC é claro a respeito da presença de propriedade privadas no interior desta modalidade de UC, mas não traz nenhuma referência a posseiros, tipo de propriedade muito comum na região do MSVP. De acordo com Mungai (2008, p. 76), as “APAs embora sejam UCs de uso sustentável, não tem por finalidade contemplar a presença de populações tradicionais”, função que caberia as Florestas Nacionais, Reservas Extrativas e as RDS.

No que se refere às RDS, o SNUC “informa que esta é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica” (BRASIL, 2000, s/p). Nesse sentido, o objetivo das RDS é duplo, quer, ao mesmo tempo, conservar as condições ecológicas locais e assegurar os mecanismos de reprodução de vida das populações que apropriam destas áreas secularmente.

A proposta de criação de RDS tem ganhado força em diversos segmentos da sociedade, desde organizações ambientalistas, até as comunidades locais veem nestas uma alternativa ao modelo de conservação de proteção integral. E conjuntamente tem somado esforços no intuito de demarcar um número cada vez maior destas UCs. Uma das justificativas é que estas propõem unificar as perspectivas ambientais de conservação por meio da valorização de padrões culturais. No que se refere aos Cerrados, e mais ainda a região do MSVP, as comunidades camponesas foram responsáveis pela manutenção de boa parte dos elementos da biodiversidade que, atualmente, são demandados para à conservação. Nesse sentido, criar mecanismo que permita acesso a estes elementos é questão de justiça ambiental.

Em nossas análises, não encontramos justificativas para o fato de terem sido criados três APAs em detrimento de uma RDS na região do MSVP. Em um interessante trabalho desenvolvido por Roberto Comini Frota (2013), a respeito do complexo do rio Pandeiros, que envolve o Refúgio da Vida Silvestre e APA do rio Pandeiros, informa que, atualmente, vivem no interior deste complexo aproximadamente 8.500 pessoas, divididas em mais de 60 comunidades. Apesar de não ter um levantamento exato do contingente populacional das APAs Cochá e Gibão e Cavernas do Peruaçu, o padrão de ocupação é muito semelhante, poucas grandes e médias propriedades ao lado de várias comunidades camponesas.

Cada lugar é uma mescla de camponeses proprietários e posseiros ao lado de grandes propriedades. Mesmo entre as grandes propriedades é difícil definir a sua titularidade, conforme informa um parecer técnico do IEF-MG quando analisava as condições para a expansão do PE VP, “existe um problema comum a todas elas (pequenas, médias e grandes propriedades), a comprovação de dominialidade” (IEF/MG, 2009, p. 23). Isto é, dado as condições de uso consuetudinário e a forma de ocupação desta região, a questão da propriedade torna-se relevante somente em períodos mais recentes com a chegada das políticas estatais de desenvolvimento. Com isso, a noção de propriedade é questionável quando se observa, sobretudo, as populações camponesas. Estas ocupam tais territórios secularmente, mas em sua grande maioria não apresentam a titulação formal.

Para além destas questões, é preciso refletir quais foram os fatores que deram condições de existência as estas UCs de uso sustentável. Como vimos nos itens anteriores, existem sempre interesses que recortam cada UC criada e estas também respondem a um conjunto de interesses muito específico. A criação de UCs de uso sustentável trazem em seu bojo outros fatores, sobretudo, as contradições das dubiedades das ações do Estado por meio de projeto de desenvolvimento de um lado, e conforme as contradições se materializam, criam políticas para conter as práticas espoliativas deste “desenvolvimento”. É preciso dizer que as APAs e as RDS resultam do reconhecimento político da importância biológica destas áreas no que se refere aos recursos hídricos e a fauna.

Desde a década de 1970, como vimos no item 2 deste capítulo, a região situada a margem esquerda do rio São Francisco indo em direção as Bacias do Rio Pandeiros (mais a Sudeste), e bacias do Cochá e Carinhanha (mais ao Norte) e em direção ao Distrito de Serra das Araras (a oeste) foi recoberta por monocultivos de eucalipto. Estes monocultivos chegaram a esta região via políticas do Estado, os Distritos Florestais, cujo intuito era atender a demanda de carvão vegetal da siderurgia mineira. A atuação do Estado deu-se

tanto na doação de terras, créditos e assistência técnica. No entanto, vinte anos após, os contratos das empresas findaram, estas abandonaram a região, mas os efeitos ambientais e novas práticas permaneceram.

A chegada destas empresas na região provocou várias rupturas no modo de vida das comunidades camponesas locais. Conforme demonstra Bethonico et. ali. (2009), as empresas apropriaram de terras que historicamente eram apropriadas por estas comunidades para a criação de gado a solta. Dada à situação de impedimento de reprodução da vida, e dada à demanda por carvão vegetal nas siderurgias, iniciou entre estas comunidades um novo manejo do ambiente, a produção de carvão de vegetação nativa. A situação de crise ambiental então se agrava, e isto coloca em foco a necessidade de criação de áreas protegidas no intuito de resguardar estes ambientes.

A saída das empresas e a expansão da produção de carvão de madeira nativa abriu espaçoS para discussões mais aprofundadas – sobretudo, entre ambientalistas e órgãos de defesa do meio ambiente. Fatores que levaram o Estado a reconhecer a importância ecológica destas sub-bacias hidrográficas. Em 1986, é promulgada a primeira regulamentação jurídica de proteção aos subsistemas de veredas no Estado de Minas Gerais, através da Lei nº. 9.375, de 12 de dezembro. Tal lei declara que são reservas ecológicas as áreas de veredas, e proíbe atividades de aterramento, drenagem, uso de fogo, a pecuária e agricultura, etc. (MINAS GERAIS, 1986, s/p).

Apesar de tardiamente, devido aos processos engendrados pelas plantações de eucalipto, esta Lei abre espaço para discussões a respeito da necessidade de medidas mais específicas de proteção desta região. No que se refere especificamente ao complexo da bacia do rio Pandeiros, estas medidas ganharam *status* jurídico com Lei nº. 11.901 de 1995, que entre outras coisas, objetivou “tornar efetiva a proteção do rio Pandeiros (...), manter o equilíbrio ecológico e a diversidade biológica em ecossistemas aquáticos e terras úmidas adjacentes ao rio, (...) preservar áreas de significativa importância para a reprodução e o desenvolvimento da ictiofauna” (MINAS GERAIS, 1995, s/p). Este processo se desdobrou na criação da APA do rio Pandeiros em 2004, por meio do Decreto nº 43.910 de 05 de novembro de 2004 e na criação de uma área de proteção integral, o Refúgio da Vida Silvestre do rio Pandeiros, por meio do Decreto nº 43.910 de 05 de novembro de 2004. Este mesmo processo explica também a criação da APA Estadual do Cochá e Gibão.

No que se refere à RDS Veredas do Acari, esta foi criada através do Decreto nº. 43.911 de 05 de novembro de 2003 e tem um processo histórico similar. A diferença está

justamente na modalidade de UC criada, um Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a única que levou as condições históricas e ecológicas da região em questão, isto é, considerou a existência de modos de vidas e manejo da natureza antes da criação da UC. Outros fatores chamaram a atenção na RDS Veredas do Acari, que foi à primeira da categoria no domínio de Cerrados. Situada no município de Chapada Gaúcha, e com sede no Distrito de Serra das Araras, esta RDS tem uma área total de aproximadamente 70 mil hectares.

Esta RDS situa-se no mesmo lugar no qual atuou uma empresa de reflorestamento durante as décadas de 1980 e 1990 – Adiflor Agro Comercial e Industrial. Tal empresa tinha como mote produtivo principal a monocultura de eucalipto e a criação de gado como atividade secundária. A empresa atuou, sobretudo, na privatização das “terras comuns” e na transformação destas áreas para atender as suas demandas produtivas.

Conforme argumenta Sílvia L. Borges Lúcio et. ali. (2014, p. 140), a ação desta empresa provocou um verdadeiro “encurralamento” das comunidades camponesas que habitavam secularmente a região. Isto porque as terras comuns têm este nome devido à possibilidade de uso comum, e estas eram usadas, sobretudo, na criação de gado a solta, principal atividade econômica destas comunidades. Mas, conforme se privatizava tais terras, verificava-se “um desmantelamento” do arranjo da prática de solta: fim de áreas comunais, mudança para um tipo de criação mais intensiva (...), ou o abandono da prática de pecuária”.

Mas, enquanto as áreas de chapadas apropriadas privadamente eram degradadas, as partes de encostas e veredas apropriadas por estas comunidades camponesas mantinham o uso “tradicional”. Isto é, o desmate seletivo, a variedade de espécies e a manutenção dos mananciais permitindo a diversidade biótica e abiótica. A partir da década de 1990, como fim dos subsídios, as atividades da Adiflor diminuíram até serem completamente encerradas, e as terras voltaram a ser apropriadas comunalmente e parte da diversidade natural se recuperou. No entanto, nesta mesma década, em uma área circunvizinha, foi criado o Parque Estadual Serra das Araras, e as terras ocupadas pela a Adiflor foram repassadas ao IEF que expressou o interesse de criar mais uma UC de proteção integral na área utilizada pelas comunidades.

A atuação de políticos locais, de ONGs e das comunidades conseguiu modificar este processo, e no lugar de uma área de proteção integral, em 2003 criou a RDS Veredas do Acari. No entanto, iniciou-se o novo foco de conflitos: a presença do gado a solta e uso do

fogo como mecanismo de manejo na área pertencente à RDS. Isto é, mesmo o fato de boa parte de diversidade biológica e abiótica da região ainda existir, deve-se, sobretudo, as práticas tradicionais de manejo do ambiente, e mesmo a RDS permitindo usos manejados, os custos da conservação recaí sobre as comunidades camponesas, sobretudo, por meio da interdição do uso dos espaços.

A criação de qualquer uma das UCs pertencentes ao MSVP é antecedida por algum tipo de conflito, situação que demanda a ação do Estado como mediador – este opta pela resolução dos conflitos por meio da criação de UCs. Embora, os conflitos sejam outros, a APA Federal Cavernas do Peruaçu pode ser compreendida pelo mesmo ângulo. Esta é a primeira UC de uso sustentável da região do MSVP, criada pelo Decreto nº 98.182, de 26 de setembro de 1989, abrange os municípios de Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Januária, Miravânia e São João das Missões. E surgiu no intuito de ser o elemento mediador entre os usos espoliativos dos ambientes de cavernas e dos sítios arqueológicos e das práticas predatórias do turismo.

A APA Cavernas do Peruaçu é estratégica, considerando que serve como elo entre os PE CP e PARNA VP, e faz divisa também com a reserva indígena Xacriabás. Com a criação do PARNA CP, boa parte da área originária da APA foi sobreposta, o mesmo ocorre com a expansão do PE VP. A área na qual situa a APA, conforme Cassio Alexandre da Silva (2007, p.37), é rica em elementos geológicos e também é rica em sítios arqueológicos. Tais sítios narram a própria história da ocupação humana na região do vale do São Francisco, e criar mecanismos de proteção a estes ambientes é também proteger parte da história.

Apesar da importância ecológica e geológica, antes do final da década de 1980, nenhuma medida de controle havia sido criada. Isto justifica os usos maciços que se desenvolveram, conforme Silva (2007, p.38) “a área passou a ser impactada pela ‘invasão’ em massa de curiosos, vândalos, moradores locais, estudiosos, cientistas, além de turistas, que traziam à região um impacto negativo no que tange à cultura e ao meio ambiente”. Este processo levou, inevitavelmente, a depressão das cavernas e dos painéis de pinturas rupestres das lapas. O autor argumenta ainda que abertura de trilhas, sem critérios ecológicos, colocou em risco a conservação da fauna e flora. Aliado a isto, o rio Peruaçu, “a montante do vale e em suas cabeceiras, há retirada de água por pivô central para a irrigação em grande escala”.

No intuito de mediar estes conflitos e ordenar os usos deste ambiente é que foi decretada a instituição de uma APA. É interessante notar que dada à especificidade do local, e os ambientes ameaçados, a atitude natural seria criar um parque de proteção integral, como aconteceu na década de 1990 por meio das políticas de compensação ambiental da FIAT Automóveis S/A. No entanto, optou-se pela criação de uma UC menos restritiva, a APA; conforme Mungai (2008), o quadro político local nos ajuda a compreender este movimento. Nas áreas de criação da UC havia propriedades rurais de políticos locais, e somente quando estes manifestaram o interesse em vendê-las é que foi criada uma área de proteção integral. Isto explica também a sobreposição territorial do PARNA CP a partes do território da APA CP.

Outro elemento importante na compreensão das UCs de uso sustentável do MSVP é a falta de medidas que efetive o uso sustentável. Embora seja “consenso” entre os gestores de que as práticas das comunidades que habitam estes territórios sejam “espoliativas”, questão questionável do ponto de vista histórico, nenhuma política pública foi criada no intuito de construir o uso sustentável dentro destas UCs. Isto é reflexo da setorização das políticas públicas. De um lado, as políticas ambientais demarcando territórios com interdição de usos, mas faz isso se um acompanhamento de um conjunto políticas econômicas e sociais. E de outro, as comunidades em busca dos elementos de sobrevivência usam os recursos sem qualquer política de apoio e/ou que venha ajustar estas práticas a ideia de sustentabilidade.

Tais questões se expressam na falta de Plano de Manejo tanto das APAs do rio Pandeiros, Cochá e Gibão quanto na RDS Vereda do Acari. A rigor, nem os próprios gestores tem reais dimensões do potencial de uso sustentável destas UCs, considerando que nenhum mecanismo de planejamento foi criado. Este fator nos leva aquelas críticas de que UCs de uso sustentável não atinge os seus objetivos, o que se nota é precariedade com a qual se cria esta modalidade de área protegida. Outra questão interessante diz a este respeito às parcerias. Enquanto nas UCs de uso indireto há vários agentes envolvidos, em financiamento e em pesquisas, o mesmo não se nota a respeito das APAs e RDS.

Enfim, parece que pela sua própria natureza, embora garantidas juridicamente, as UCs de uso sustentável, sobretudo, as APAs e as RDS não são mote da efetiva política de conservação. Ou ao contrário, a estrutura jurídica e práticas destas UCs não permitem mesclar interesses e atender os anseios dos interessados. Este fator explica a perda de

território da APA CP, afinal, esta deu lugar a uma proteção mais efetiva – a proteção integral.

O quadro interpretativo aqui exposto tem os mesmos ingredientes - conflitos e ou interesse. De forma geral, estes são os elementos que mesclam as UCs do MSVP - primeiramente, detecta-se um quadro de uso espoliativo (o conflito), em seguida, coloca-se em pauta a necessidade de proteção e, finalmente, da junção de sujeitos distintos, ONGs, órgãos ambientais, proprietários de terras, etc., dão materialidade ao anseio de conservação. Em observação as categorias de conflitos elencadas por Andréa Zhouri et. ali (s/d), podemos dizer que os exemplos citados levam, conseqüentemente, a três tipos de conflitos: (i) “os distributivos” aqueles advindos da desigualdade social de acesso aos recursos naturais; (ii) “os espaciais” aqueles advindos dos efeitos ou impactos causados em outros territórios, mas que acabam por determinar a conservação na região Norte de Minas Gerais; (iii) “os territoriais” relacionados “à apropriação capitalista da base territorial” e dos recursos naturais (ZHOURI; LASCHEFSKI s/d, p.6).

Quando se analisa estes conflitos por meio das práticas envolvidas na criação das UCs de uso sustentável do MSVP, a ordem se inverte, e os conflitos se dão nas seguintes formas: territoriais, espaciais e os distributivos.

Primeiramente, devido ao avanço da privatização das terras de uso comum (as chapadas) pelos projetos de desenvolvimento, os espaços ambientais importantes à reprodução da vida local ficam em risco - conflitos territoriais e espaciais. O uso espoliativo da natureza além de colocar em risco a riqueza da biodiversidade, da hidrografia e etc. coloca em risco os elementos essenciais para a sobrevivência das comunidades camponesas. Enfim, geram rupturas nas gramáticas sociais de comunidades camponesas que usavam tais espaços e tais recursos secularmente. Além disso, este processo revela “que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial” sobre o direito a mesma natureza (ZOURI; LASCHEFSKI s/d, p.6).

Em seguida, devido à lógica espoliativa das atividades econômicas instaladas, devido ao grau e a intensidade de intervenção na natureza, a própria dinâmica do mundo natural se modifica. A diminuição dos leitos de água, aterramento e drenagem das veredas, etc., colocam em risco a sociodiversidade de todo um território. Em resposta a isso, ou como medida compensatória a este processo demanda-se mais a ação do Estado como mediador do conflito- este responde com a criação de um conjunto UCs de uso sustentável.

Estas, porém, como agentes de controle e de interdição territorial, e pela falta de clareza de seus reais objetivos, ampliam e criam novas categorias de conflitos – e abre novos campos de disputa e de interesses – conflitos distributivos.

A presença do Estado se apresenta com ampla dubiedade: de um lado como agente fomentador das políticas de desenvolvimento, que por sua natureza são também políticas territoriais, cuja lógica é o uso espoliativo dos recursos naturais; por outro, como agente fomentador das políticas ambientais voltadas a conservação da natureza, que são também políticas territoriais. Isto revela um facelamento da ação do Estado, no qual as políticas setoriais são forjadas para os mesmos territórios, mas com propósitos distintos, e não se complementam. Mas, revela também a ação de modular o espaço e como esta ação leva a diferenças espaciais.

Em relação às UCs de uso sustentável, outro fator a se considerar é o tratamento dado pelos órgãos ambientais às populações em sua área de abrangência. Conforme Bensusan (2006), populações camponesas, como por exemplo, os posseiros, são tratados de forma estereotipada e preconceituosa, e considerados como “atrasados” e “primitivos” que conduz a desvalorização dos conhecimentos destas populações. Ou do contrário, criam uma espécie de naturalização, isto é, a permanência é garantida desde que se mantenha o modo “tradicional” de se apropriar da natureza. Em outras palavras, a permanência é sujeita ao processo de não modificação, a manutenção ou ao “engessamento” dos modos de vidas. Este processo não considera as gramáticas sociais destes grupos como construídas social e historicamente, e como tal, é processual.

Isto é, sem sombra de dúvida, tão perverso quanto o processo de remoção. O exemplo da APA do rio Pandeiros nos ajuda a compreender os dois processos descritos. Dada às condições do solo, a agricultura sempre foi praticada nas veredas e o gado solto nas chapadas. Com as interdições, o cultivo nas veredas foi proibido por representar uma prática danosa e “atrasada”, o gado a solta é representativo de uma prática “primitiva”. Para a solução destas questões, os gestores focam no extrativismo, também uma prática tradicional entre camponeses, mas como prática complementar a agricultura e a pecuária. Acontece que os rendimentos com o extrativismo é baixo e não oferece condições de reprodução da vida. E como tal, não deve ser a única alternativa de “desenvolvimento” e uso sustentável.

Para finalizar este item e as análises aqui desenhadas, demonstramos a configuração interna do MSVP, os elementos de sua composição e a historicidade de cada um. É interessante notar como interesses distintos são carreados para uma mesma região. E é da

materialização destes interesses, e da lógica espacial criada por eles, que vemos a conservação como um elemento de modulação do espaço e também como agente de produção de diferenças espaciais. Esta análise se desdobrará nos capítulos que se seguem.

Por ora, é preciso pontuar algumas questões para fechar este item:

–As duas APAs estaduais – do rio Pandeiros e Cochá e Gibão - e RDS Veredas do Acari tem uma história comum: situam-se em antigas áreas no qual se desenvolveram monocultivos de eucaliptos. E surgiram das políticas estaduais de conservação dos ambientes de veredas e das sub-bacias do rio Pandeiros, Carinhanha, Cochá e Gibão. Nestas UCs de uso sustentável, o carvão vegetal e a solta de gado é o foco dos conflitos hodiernos.

–Apesar das UCs de uso sustentável permitir a presença humana, estas não são acompanhadas de políticas sociais e econômicas para viabilizar este uso. E disso resultam os usos “alternativos” criados pelas comunidades locais.

– Decretar uma UC não garante a sua efetividade, isto vale para as de uso sustentável e proteção integral, isto, porém, não invalida o projeto de UC de uso sustentável.

– A partir da análise das UCs de uso sustentável, notamos um distanciamento das ONGs ambientalistas (nacionais e internacionais) de programas de financiamento de pesquisa e de “parcerias” institucionais. Evidentemente, é porque estas representam um conjunto de interesse que não atende aqueles sujeitos imbricados nas UCs de proteção integral nas demais áreas de conservação da natureza na região do MSVP.

–Isto se deve ao fato de as UCs de uso sustentável serem tratadas como categorias inferiores, que não atendem nem aos objetivos da conservação e nem aos objetivos de desenvolvimento. Este é o ponto nodal na efetivação das UCs de uso sustentável, o reconhecimento destas como um instrumento importante na gestão e na conservação da natureza.

– E, finalmente, examinamos as lógicas das diferentes UCs de uso sustentável (APAs, RPPNs e RDS) presente no MSVP, os embates/parecerias entre os sujeitos sociais envolvidos, mudanças de estratégias e táticas e como isto se materializa no espaço geográfico por meio de UCs.

Para fechar este capítulo, é preciso dizer que não há homogeneidade nas UCs que compõem o MSVP. Elas são diversas em seu conteúdo, no processo de sua criação, etc., mas entre elas há um elemento de coesão – as interdições sobre a natureza, a normatização do território. Este mecanismo é o agente da produção das diferenças espaciais, ou de recortes espaciais com conteúdos distintos que desdobra em novo edifício regional. É com este olhar que escrevemos o capítulo 3 desta tese.

3- DAS UCS A BIORREGIÃO: a conservação da natureza e a biorregião do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

Até o presente momento deste trabalho buscamos os elementos para entender a historicidade das UCs do MSVP. Para isso, indicamos como as UCs são elementos de modulação do espaço, e quais são os fenômenos que levam a sua criação. Partimos do pressuposto de que as UCs produzem a modulação do espaço geográfico e que estas são à base de diferenças espaciais. Isto é, a partir do momento em que as UCs do MSVP se materializaram, estas impuseram um conjunto de normas sobre o espaço, que produziram ordenamentos e, conseqüentemente, diferenças espaciais. Estes ordenamentos passam pelas restrições de uso e também por uma modalidade de gestão do espaço, e como tal, leva a formação de um edifício regional diferenciado e construído a partir da materialização das UCs do MSVP.

Apesar das diferenças espaciais por meio da conservação ter se dado historicamente, conforme a história de cada UC em particular, a criação do MSVP evidencia estas diferenças e, ao mesmo tempo, busca integrá-las a partir de eixos específicos – gestão integrada, extrativismo e turismo ecocultural. Em outras palavras, a conservação da natureza produziu uma totalidade, mas uma totalidade que possui dentro de si totalidades parciais e dialéticas. Este é o olhar que atribuímos ao MSVP: uma totalidade construída a partir da conservação da natureza e que integra dentro de si outras totalidades.

Desde que iniciamos as nossas pesquisas sobre o MSVP, uma questão sempre esteve presente: qual é o conteúdo destes recortes espaciais que surgem devido à ação do Estado na criação de UCs? Estes recortes espaciais, isto é, as UCs tornam-se uma modalidade de região natural? É o MSVP uma expressão concreta destas regiões naturais? Evidentemente, conforme avançamos nas análises, estas questões mudaram de tom, mas outras surgiram. O MSVP é uma modalidade de planejamento, cuja base é a conservação da natureza, e o instrumento que exemplifica este processo é o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista - Plano DTBC. Dado o fato que este plano envolve tanto as questões ligadas mais propriamente à gestão da UCs, mas também questões ligadas a fatores culturais e econômicos, o conceito de região natural se mostrou insuficiente.

Daí surgiu à necessidade de se buscar alternativas teóricas que contemplasse esta complexidade representada pelo MSVP, isto é, conservação e gestão da natureza por meio de UCs, elementos culturais e atividades econômicas como o turismo ecocultural e o extrativismo. Não abandonamos a ideia de que há uma região. Ao contrário, tratou-se de

encontrar elementos teóricos que dessem conta de explicá-la. Entre uma leitura e outra, percebemos o conceito de biorregião como horizonte possível e, a partir deste momento, surgiu à questão que nos orienta neste capítulo: o MSVP forma uma biorregião e o Plano DTBC é um planejamento biorregional? Para nós, a resposta a esta questão é positiva, e a partir dela que escrevemos este capítulo.

Em outras palavras, o objetivo deste capítulo é analisar as características da biorregião do MSVP e seus desdobramentos no planejamento biorregional. Trata-se de um duplo processo de reflexão, isto é, partimos do objeto empírico, MSVP, no intuito de encontrar elementos conceituais que dê conta de explicar a sua complexidade; em seguida, partimos destes instrumentos conceituais, a região e a biorregião, no intuito de lançar luz sobre os processos que se desenvolvem no seio do MSVP. Com efeito, o fio condutor que seguimos neste capítulo é aquele que busca um conjunto de reflexões para pensar o MSVP como uma biorregião e também os desdobramentos teóricos que daí podem surgir.

Este capítulo tem como base metodológica a análise dos documentos referentes à proposta de criação de mosaicos e sua inserção na legislação brasileira, portanto, analisamos tanto as fontes oficiais, técnicas e acadêmicas. Isto é, procedemos à leitura e a análise material cartográfica elaborado pela gestão do MSVP, os Jornais do Mosaico, Plano de DTBC e os Boletins de Cooperação entre a França e o Brasil, e também aqueles documentos de institucionalização das políticas dos mosaicos.

Para dar conta do objetivo deste capítulo, ele foi dividido em cinco itens. O primeiro delinea a genealogia da ideia de se criar mecanismos de gestão integrada das UCs e, bem como, o desdobramento destes e a formulação dos arcabouços dos mosaicos. Em seguida, analisamos como a natureza tem sido tomada como elemento básico para a compreensão e divisão do espaço geográfico, focando, sobretudo, no conceito de região natural e os recortes produzidos pela conservação da natureza. Feitas estas análises, os itens seguintes expõem o desdobramento do conceito de região natural no de biorregião e analisa como este pode ser tomado como instrumento de planejamento, e para se compreender as dinâmicas do MSVP. E, finalmente, demonstramos a formação de uma biorregião na área de abrangência do MSVP e, bem como, a indissociabilidade entre conservação da natureza e planejamento biorregional.

3.1 Das UCs aos mosaicos – gestão e planejamento da conservação da natureza

Do reconhecimento de que a conservação da natureza não é somente um processo biológico, mas também político, econômico e social é que surge a proposta e o reconhecimento dos Mosaicos de Áreas Protegidas. Em outras palavras, embora o estabelecimento de UCs tenha como base a proteção, conservação e/ou preservação da biodiversidade, estas precisam estar situadas em quadro maior de relações. Dentro deste quadro, é preciso observar às atividades desenvolvidas no entorno e dentro das UCs, as populações locais e regionais, o padrão de desenvolvimento e, sobretudo, as implicações políticas de se separar um pedaço do espaço cujo intuito é a conservação. Quando se considera estas questões fica claro que as UCs, enquanto “ilhas” de conservação, é uma estratégia necessária, mas insuficiente. Por isso, é preciso instrumentos de gestão e planejamento da conservação em múltiplas escalas.

Considerando este contexto, a intenção deste item é a de analisar como se construiu a ideia de Mosaico de Áreas Protegidas, suas características e implicações no cenário das políticas de conservação brasileira. Iniciamos apontando as críticas ao modelo tradicional de conservação, isto é, a criação de UCs como espaços estanques e separados do contexto geográfico. Em seguida, apresentamos a primeira experiência brasileira de gestão integrada e participativa de um conjunto de UCs no estado do Rio de Janeiro e Santa Catarina. Enfim, demonstramos a cooperação franco-brasileira e a sua influência na construção política dos projetos de mosaicos desenvolvidos no Brasil, entre eles, o MSVP.

A intenção é apresentar uma contextualização da ideia de mosaico e, conseqüentemente, o caráter espacial desta proposta. Primeiramente, é preciso destacar que mosaicos surgem da necessidade de superar os padrões tradicionais de gestão e conservação da natureza. Mas, dado as suas características e, sobretudo, o sentido implicado no termo gestão, os mosaicos podem ser compreendidos como mecanismo de planejamento e ordenamento do espaço.

Victor M. Toledo (2005), em uma crítica severa aos tradicionais mecanismos de conservação da natureza, demonstra que o fio condutor de criação de Áreas Protegidas (ou UCs para o Brasil) dá-se considerando apenas fatores biológicos, e como tal, torna-se “biotecnocracia”. Segundo este autor, as áreas destinadas à conservação da natureza estão diretamente ligadas a uma concepção de ciência da conservação, e como tal, sofre dos mesmos problemas daquela, “parcelamento e redução dos fenômenos, abordagens

especializadas e monodisciplinares”. Dentro desta concepção “os problemas só se resolvem mediante a aplicação crescente de tecnologias” (TOLEDO, 2005, p. 68[tradução livre]). Analogamente, conservar a natureza torna-se um mero “asilamento” de porções da superfície terrestre (que, geralmente, inclui apenas um conjunto de espécie), sem qualquer consideração pelos condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais. Fragmenta-se a natureza em espaços estanques no intuito de protegê-la, uma “falsa” crença de que o êxito da conservação depende somente de fatores biológicos.

Este tratamento dado à conservação da natureza como mecanismo puramente biológico tem conduzido, conforme Toledo (2005) a falácias, que por sua vez contribui para a formação de uma visão biotecnocrática. Um primeiro conjunto de falácias diz respeito ao imperativo “moral” que busca e exige “completa e total” preservação da biodiversidade (isto é, as áreas de proteção integral), criando um conjunto de relações, às vezes, “intolerantes e coercitivas”. A conservação por este ângulo é livre de qualquer impedimento social, econômico ou político, de tal maneira “que áreas naturais protegidas devem ser mantidas por cima dos interesses das populações locais” sem “conexão com as políticas de desenvolvimento local e regional” (TOLEDO, 2005, p. 69 [tradução livre]).

Dado a estas características, as políticas de conservação mais conservadoras têm como característica serem (a) monodisciplinares, (b) monocriterial e (c) monoescalar. Em outras palavras, os mecanismos de criação e gestão de áreas protegidas (ou UCs) observa somente um campo científico, uma escala espacial, e por isso, a conservação perde o seu caráter político e histórico e torna-se um fenômeno a-espacial e a-histórico. Com isso, busca-se a “conservação de conjuntos de espécies sem considerar os elementos vivos que integram os sistemas ecológicos e paisagísticos”. Este processo leva necessariamente a não consideração do fator escala, isto é, ignoram as “diferentes escalas nas quais devem inscrever-se as ações de conservação, cada uma das quais correspondendo a uma dimensão particular e concreta” (TOLEDO, 2005, p. 69[tradução livre]).

As críticas ao modelo conservador de se estabelecer as áreas protegidas é fator dominante nos mais diversos países. Trata-se justamente de questionar a ideia, apresentada aqui no capítulo 2, das UCs como antítese ao desenvolvimento e como espaços separados da própria sociedade. Torna-se cada vez mais claro que quando se cria uma UC sem observar o seu contorno, vejamos, por exemplo, o PARNA GSV cercado pela produção de soja e plantações de capim para fornecimento de sementes, este acaba por afetar a dinâmica da conservação. As UCs não conseguem se isolar das atividades econômicas que as

circundam, e uma prática danosa no entorno acaba por afetar o equilíbrio ecológico em seu interior (o exemplo sempre citado é o da polinização. Abelhas e outros agentes deste processo acabam sendo afetados pelos agrotóxicos das áreas de cultivo que cercam as UCs, rompendo, portanto, o equilíbrio tão desejado com a conservação). Com isto, a literatura especializada comenta muitos efeitos negativos do isolamento, tais como os efeitos de borda e a fragmentação de habitats, etc.

É exatamente nestas críticas de Toledo (2005) que vem situar as ideias do reconhecimento dos mosaicos de Áreas Protegidas. Certos de que a conservação, tal como processada, na produção de ilhas, tem eficácia limitada, dado o fato de ignorar aspectos importantes tais como os econômicos e culturais, e dada à necessidade de ampliar as escalas da própria conservação, os mosaicos representam tanto uma medida de ordenamento do espaço e uma forma concreta de gestão dos espaços protegidos. Em outras palavras, os mosaicos representam um avanço tanto no que se refere às práticas tradicionais de gestão, quanto no que refere à complexidade necessária para implementar políticas mais efetivas para a conservação da natureza.

Isto não quer dizer que os mosaicos venham substituir as UCs nas suas mais diversas categorias de manejo. Ao contrário, os mosaicos têm como objetivo ser uma política complementar e, sobretudo, nascem com intuito de situar a conservação dentro de um quadro maior, no qual conservação e desenvolvimento devem ser processos complementares. Isto é, os mosaicos não são instrumentos de conservação *stricto-sensu*, mas um mecanismo político e territorial que incorpora questões ligadas ao desenvolvimento econômico e sustentável às dimensões políticas locais/regionais aos imperativos da conservação da natureza.

Embora a proposta da criação de mosaicos seja da primeira década de 2000, a compreensão da necessidade de expandir os instrumentos da conservação para além das UCs, é um processo histórico mais longo. A ideia da gestão integrada dos espaços de conservação e de “desenvolvimento sustentável” delineou-se entre as décadas de 1960 e 1970. O programa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Homem e Biosfera (Men and biosphere) – MaB, que deu origem às Reservas da Biosfera, tinha como princípio o zoneamento e a gestão integrada. O Programa MaB nasceu em Paris, da conferência da Biosfera em 1968, e tornou-se uma proposta efetiva a partir de 1972, como um programa de cooperação voltado para as questões da interação entre o homem e o meio ambiente, com o intuito de categorizar as áreas

protegidas mundiais, e compor uma rede cooperativa voltada à conservação do patrimônio natural, cultural e de promoção do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental.

Desde a sua criação como estratégia mundial de promoção e incentivo a conservação, o MaB tem como mote principal atribuir a porções representativas dos diversos ecossistemas, o Cerrado, por exemplo, o título de Reserva da Biosfera - RB. Conforme Marie Bonnin e Sébastien Velut (2008), as RBs são “um modelo de ordenamento territorial adequado para conciliar a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável dos recursos biológicos”. Para tal objetivo “deve-se fundamentar investigações nas ciências naturais e sociais no território das reservas e sobre sua integração ao contexto geográfico”. Isto exige um plano de gestão que leve em consideração a conservação e o “ordenamento do território rural” (BONNIN; VELUT, 2008, p. 3).

Tanto as RBs quando os mosaicos, apesar de serem políticas ambientais distintas, nascem do mesmo processo – a insuficiência das UCs enquanto ilhas de conservação envolta de práticas espoliativas, cujo intuito é efetivar a conservação da biodiversidade em termos mais efetivos, mas levando em consideração o contexto geográfico. Geralmente, como demonstramos no segundo capítulo, as UCs são criadas em espaços em que o conflito pelo uso dos recursos naturais é latente, e quando criadas não conseguem se isolar deste processo. E, talvez, derive daí à insuficiência desta prática de modulação do espaço em contemplar o seu objetivo – a conservação da natureza³⁰. Considerar o contexto geográfico, dentre as dimensões espaciais, culturais e sociais e, bem como, a representação de natureza na sociedade é indispensável. Não basta um projeto de natureza, a natureza intocada e sem intervenção humana, é preciso pensar sempre na sacionatureza, isto é, um processo histórico geográfico no qual tanto os fatores sociais como os naturais se mesclam.

A primeira iniciativa de superar o caráter estrito das UCs brasileiras surgiu na década de 1990 com os Núcleos Regionais de Unidades de Conservação - NURUC. Gilberto Lamoglia Gonçalves (2000) argumenta que desde 1994 o IBAMA começou a criar mecanismos para recuperar as UCs com ações de recuperação física e com a formação do quadro funcional. Aliado a este contexto de renovação, surgiram os NURUCs cuja característica básica é ser um instrumento mais flexível e com a capacidade de adequar às exigências conjunturais. Conforme o autor “os NURUCs são as instâncias regionais do

³⁰ Aqui usamos tanto os conceitos de natureza e como o conceito de biodiversidade. Embora sejam conceitos distintos acreditamos que um está implicado no outro. Usamos natureza para se referir processos mais amplos que envolvem tanto os fatores biológicos, mas também os fatores não propriamente biológicos – solo, águas, relevos etc. E usamos biodiversidade para referir as informações e variedades de espécies de animais e vegetais.

sistema de gerenciamento das UCs federais e são responsáveis pela melhor operacionalização de um grupo de UCs (...)” e sua criação baseou-se “nos métodos modernos do desenvolvimento organizacional participativo” (GONÇALVES, 2000, p. 45).

O objetivo dos NURUCs foi o de reunir as UCs federais de uma região sob uma mesma arquitetura estrutural, isto é, o objetivo foi o de criar mecanismos regionalizados para se pensar a estrutura gerencial das UCs e os processos de conservação. E com isso, abrir espaços para se refletir sobre “o formato organizacional mais adequado ao pleno funcionamento destas e conceder maior flexibilidade e autonomia à gestão das Unidades” (GONÇALVES, 2000, p. 45). Os NURUCs foram criados ainda na década de 1990 no estado do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Embora tenha apresentado resultados concretados e mesmo o anseio de que essa ideia fosse implantada em todo território brasileiro, no início da década de 2000 o IBAMA deixou de incentivar tal prática.

Esta experiência de êxito serviu de base para a embrionária ideia de Mosaicos de Áreas Protegidas, que ganhou referência com a promulgação da Lei do SNUC em 2000. Apesar da experiência de êxito com os NURUCs, a ideia de gestão integrada e, sobretudo, o desafio de fazer isso de forma participativa eram elementos muito recentes na política ambiental brasileira. É no intuito de romper estas limitações práticas da política ambiental de gestão integrada que surgiu no início da década de 2000 a cooperação franco-brasileira para o fortalecimento e reconhecimento dos mosaicos.

O sistema de cooperação entre o Brasil e a França iniciado em 2001, teve entre os seus objetivos a cooperação técnica, cujo objetivo foi o de criar mecanismos para o fortalecimento da gestão integrada e participativa dos mosaicos brasileiros. Além disso, a cooperação franco-brasileira buscava criar as bases para o desenvolvimento territorial de base sustentável. Conforme a entrevista de Iara Vasco Ferreira³¹, publicada no Boletim da Cooperação Brasil-França sobre Áreas Protegidas, os peritos franceses ao conhecerem o SNUC e as experiências de gestão integrada no âmbito dos NURUCs, sobretudo, o de Santa Catarina, manifestaram interesse em trabalhar com os mosaicos “por considerarem que essas unidades espaciais (os mosaicos) seriam o terreno ideal para o desenvolvimento de instrumentos de gestão e desenvolvimento sustentável em territórios mais amplos que as próprias UCs” (BCBFAP, 2010, p. 4).

³¹ Iara Vasco Ferreira se envolveu com a questão dos mosaicos e de gestão integrada e participativa desde o início em Santa Catarina. Tal entrevista narra a experiência desta gestora da temática.

Na entrevista, Iara Vasco Ferreira comenta sobre a importância desta cooperação e narra todas as experiências do processo. Para ela, os franceses contribuíram com “sua expertise em desenvolvimento territorial sustentável”, com mecanismos de “articulação intermunicipal para implementação de políticas públicas no território (com foco na gestão de espaços naturais protegidos); na construção da identidade do território e no desenvolvimento da ‘marca-parque’” (BCBFAP, 2010, p. 3). Nesse sentido, o instrumental técnico francês foi fundamental para se amadurecer as orientações técnicas, instrumentos e metodologias de reconhecimento dos mosaicos brasileiros.

O resultado desta cooperação foi publicado no livro “Mosaico de Áreas Protegidas: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira” em 2010, escrito por Caroline Jeane Delelis et. ali (2010). Segundo a autora, o avanço das políticas ambientais e internacionais, bem como, a busca de formas integradoras para gestão das UCs brasileiras permitiu e aprofundou as relações de cooperação entre os dois países. O diálogo deu-se com base na experiência francesa dos Parques Naturais Regionais – PNRs e a proposta de reconhecimento e institucionalização de mosaicos no Brasil. Para Dalelis et. ali. (2010, p. 41), “os objetivos primordiais da Cooperação Técnica Franco-Brasileira de Áreas Protegidas são de apresentar, debater e experimentar os diversos mecanismos de gestão ambiental (...) embasados em processos democráticos e participativos”.

A cooperação envolveu visitas técnicas de treinamento e a partilha de experiências, sobretudo, observando a experiência francesa na gestão democrática e participativa dos PNRs. Do lado brasileiro, a parceria foi contraída pelo MMA por meio da Secretaria da Biodiversidade e Florestas, e o lado francês foi representando pelo Ministério dos Assuntos Exteriores e Europeus. Além disso, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e a Delegação da Ação Exterior das Coletividades Territoriais foram fundamentais na construção da parceria e assistência técnica do projeto.

É preciso notar que o foco da parceria franco-brasileira tinha três escopos principais. O primeiro deles refere-se à experiência dos conselhos que dão sustentação aos PNRs, no qual participam todos os interessados na conservação da natureza - sindicatos, associações, ONGs, cooperativas, etc. Este princípio deu origem ao eixo de cooperação “governança, mobilização social e formação dos conselhos”. Ainda com relação à experiência entre conservação e desenvolvimento territorial dos PNRs franceses, surgiu o segundo eixo de cooperação: “desenvolvimento territorial e criação de uma identidade territorial com bases nos recursos naturais, produtos e serviços e valorização das tradições locais”. Estes dois

primeiros eixos foram complementados pelo de “articulação de competências e de políticas de gestão” (DALELIS et. ali, 2010, p. 51). Estes eixos buscavam acoplar a experiência francesa em ordenamento territorial e gestão de áreas protegidas à embrionária ideia de reconhecimento de Mosaico de Áreas Protegidas no Brasil.

É interessante notar que justamente os PNRs franceses sejam modelo e o principal elemento de cooperação, e tratar-se justamente de um modelo de ordenamento e gestão da conservação. Um PRN, geralmente, é habitado e valorado do ponto de vista natural e cultural. Apesar destas características, os PNRs não são demarcados pelo Estado francês propriamente. Ao contrário, nasce da iniciativa das regiões “dentro de sua competência em matéria de ordenamento territorial”, isto é, inverte-se o sentido tradicional brasileiro de criar UCs no qual primeiramente se define as áreas a serem protegidas e somente depois consulta as comunidades sobre o desejo de se criar tal UC³². Nos PNRs, a sociedade convoca o Estado a criar os espaços destinados à conservação e fazem isto com o objetivo de desenvolvimento territorial³³.

Além do fato de a sociedade civil ser o principal agente na criação dos PNRs, outra característica que chama atenção são os seus objetivos. Além dos tradicionais, como por exemplo, proteger o patrimônio por meio da gestão adaptada ao ambiente, há explicitamente uma proposta de ordenamento territorial e desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades regionais, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida. A conservação, neste sentido, perde o caráter *stricto-sensu*, e é integrada aos mecanismos de desenvolvimento mais amplos. Enfim, “um Parque Natural Regional organiza-se a partir de um projeto negociado de desenvolvimento sustentável” (DALELIS et. ali, 2010, p. 129).

A gestão destes Parques é baseada em um instrumento denominado de Carta, “construída com os atores do território (legisladores, trabalhadores sociais, associações, habitantes, etc.), baseia-se na proteção e na valorização dos patrimônios e dos recursos locais e representa um contrato de compromissos entre os signatários”. Esta se assemelha aos Planos de Desenvolvimento dos mosaicos, pois traça as orientações (ou melhor, os objetivos) e as ações a serem desenvolvidas e compartilhadas pelos signatários. É

³² A França tem 26 regiões, e cada qual tem autonomia para junto ao governo central propor medidas de conservação da natureza, tais como os PNRs.

³³ Conforme Dalelis et. ali (2010), os PNRs podem ser descritos como território “com equilíbrio frágil, patrimônio natural e cultural rico e ameaçado e que é objeto de um projeto de desenvolvimento baseado na preservação e na valorização do patrimônio” (DALELIS et. ali, 2010, p. 126).

construída a partir de diagnósticos do território, isto é, do “inventário, análise das evoluções, definição da problemática” e da situação geográfica no qual o PNR será implementado. É preciso notar que a construção da Carta é um campo aberto de negociações e diálogos da sociedade interessada na conservação da natureza.

É sensível a semelhança e as influências dos PNRs franceses com a proposta dos mosaicos. A primeira semelhança é aquela referente à própria ideia de conservação, esta não se restringe a fatores meramente ecológicos, e as áreas protegidas ou, para sermos mais específicos, as UCs funcionam como elemento importante da engrenagem das políticas de desenvolvimento. E como tal, em ambos, a proposta é a de gestão e do ordenamento territorial por meio da conservação da natureza. Uma segunda semelhança refere-se ao valor atribuído à participação da sociedade civil na promoção da conservação da natureza e na promoção do desenvolvimento e na gestão integrada.

A experiência de cooperação franco-brasileira se materializou no Edital do FNMA 01/2005 (edital que selecionou os mosaicos brasileiros para serem financiados pelo FNMA), no qual fica em evidência o conceito de governança territorial. A governança territorial é tratada no âmbito dos mosaicos como um conjunto de relações que “envolve a organização de modelos de gestão que integrem as distintas redes socioterritoriais”, envolvendo também, em graus distintos, o “planejamento territorial baseado na conservação da biodiversidade”, no reconhecimento e valorização dos fatores socioculturais e no desenvolvimento sustentável (DALELIS et. ali, 2010, p. 53).

A proposta de governança dá-se no sentido de criar “espaços-fóruns” representativos, que possibilite o pleno diálogo entre os vários sujeitos interessados na conservação da natureza. Nesse sentido, a proposta de governança, presente no Edital do FNMA e também no termo de cooperação franco-brasileira, envolve processos em uma escala mais ampla do que a simples gestão integrada. E como tal, surge à demanda de que a sociedade civil tenha papel ativo no reconhecimento dos mosaicos, quer seja para tomar as decisões pertinentes à conservação e quer seja para construir pactos e estruturar as linhas gerais de desenvolvimento. É interessante notar, que os mecanismos de participação surgem embrionariamente no SNUC, por meio dos Conselhos Gestores, mas é regulamentando e expandido pelo Decreto nº. 4.340, de 22 de Agosto de 2002 e pelo PNAP de 2006, revelando mais uma vez a influência marcante dos modelos de gestão dos PNRs franceses na política de reconhecimento dos mosaicos brasileiros.

Nesse sentido, quando atentamos para a proposta de desenvolvimento do MSVP, por exemplo, e observamos o Plano DTBC fica em evidência este desejo por uma política de ordenamento e desenvolvimento territorial, tal como expresso nas Cartas dos PNRs. Evidentemente, os objetivos e anseios por detrás do reconhecimento dos mosaicos visa solucionar questões como o isolamento das UCs e as dificuldades de gestão, mas faz isso por meio de um corpo de ações cuja base é a gestão participativa, no qual as propostas de conservação da natureza se fazem em conjunto com propostas de desenvolvimento de base conservacionista, e abre espaços para que se construa, como sugere Dalelis et. ali (2010), uma política de governança.

Ampliando o escopo de análise, Dalelis et. ali (2010) sublinha o fato de que os mosaicos surgem como instrumentos “de ordenamento territorial”, sobretudo, em áreas de conflito entre as UCs de proteção integral e a população local. Ao analisar este quadro, Thiago Mota Cardoso et. ali. (2009) acredita que a proposta dos mosaicos pode “possibilitar a criação de espaços de gestão compartilhada e resolução de conflitos”, mas levando em consideração as questões da “sociobiodiversidade local” como “potenciais de desenvolvimento com enfoque nas identidades territoriais, com valorização dos patrimônios naturais e culturais (materiais e imateriais)” (CARDOSO et. ali, 2009, p. 3).

Este anseio para que a conservação (via UCs, evidentemente) seja um mecanismo de intermediação de políticas de desenvolvimento e que a sociedade civil esteja engajada neste processo, tal como nos PNRs franceses, se delineiam no próprio processo de reconhecimento dos mosaicos brasileiros. Ao contrário das UCs, no qual todos os processos são coordenados pelo órgão de gestão ambiental e sob a tutela do Estado, nos mosaicos o processo se diferencia. A iniciativa de reconhecimento pode partir da decisão compartilhada entre os vários gestores das UCs em proximidade ou pode partir da iniciativa da sociedade civil organizada, como por exemplo, as ONGs, como a Funatura e o MSVP³⁴. A proposta de reconhecimento se resume nos seguintes termos: qualquer instituição, ou o conjunto delas, que tenha atuação em uma determinada região pode mobilizar os diversos sujeitos envolvidos diretamente com a conservação da natureza para reconhecer um mosaico. E considerando as potencialidades e as limitações do quadro geográfico, delinear os eixos de seu desenvolvimento.

³⁴ Das dez propostas apresentadas ao Edital 01/2005 do MMA/FNMA, cinco foram propostos por ONGs, por uma universidade, três pelo Estado e um por um município.

Dalelis et. ali. (2010) lembra a semelhança deste processo de reconhecimento dos mosaicos com aqueles dos PNRs franceses. A “retirada” do Estado, como principal agente de condução dos mosaicos, demonstra uma flexibilização no processo, e abre espaço para ONGs e entidades de base (sindicatos, associações, cooperativas, etc.) assumirem papel relevante frente à conservação da natureza³⁵. Independente da natureza da instituição por detrás dos mosaicos, esta deve legitimar suas ações e se mostrar capaz de pactuar objetivos e conduzir ações de conservação da natureza e desenvolvimento. Esta flexibilidade apresenta pontos positivos e também pontos negativos. Para Dalelis et. ali (2010, p. 55), entre os pontos positivos está à flexibilidade e agilidade no reconhecimento das propostas dos mosaicos, o envolvimento e “vigor da sociedade civil organizada para propor a gestão integrada e participativa”. Do mesmo modo, este mesmo processo pode ter aspectos negativos, tais como, a dificuldade de institucionalizar os projetos de desenvolvimento e falta de garantias de sustentabilidade econômica.

Enquanto projeto de gestão integrada e participativa, as motivações por detrás da proposta de um mosaico podem ser multivariadas. Estas motivações, geralmente, são os elementos que dão estrutura ao Plano de DTBC. Inclui, primeiramente, a criação de mecanismos de busca por mais eficiência na gestão administrativa das UCs, por meio da gestão integrada, sobretudo, no contexto de debilidade financeira e de recursos humanos destinados para este fim no Brasil. Há também, como já destacado, a presença de mecanismos de ordenamento territorial e governança, mas o grande destaque incide sobre a possibilidade de se resolver velhos conflitos fundiários (sobretudo nas UCs de proteção integral), buscando conciliar os interesses da conservação da natureza com aqueles de populações camponesas, indígenas e quilombolas.

Geralmente, as propostas de reconhecimento dos mosaicos partem de problemas locais ou regionais, mas, no caso daqueles mosaicos financiados pelo FNMA, o edital foi instrumento básico no ordenamento das propostas, pois para que elas fossem financiadas, deveria ser apresentado um projeto de desenvolvimento focado no quadro geográfico do mosaico a ser reconhecido, isto é, o Plano DTBC. Conforme o Edital, os Planos de DTBC deveriam considerar “o fortalecimento da gestão do território”, “envolvimento e participação efetiva da equipe técnica e parceiros”, “incrementos das atividades econômicas” e a “integração das UCs componentes do mosaico com as cadeias produtivas

³⁵ O termo “retirada” entre aspas se dá devido ao fato de que o Estado não se ausenta por completo. Um dos motivos é que ele é o responsável por reconhecer e financiar os projetos de mosaicos.

de base conservacionista” (MMA/FNMA, 2005, p.25). Quando analisamos estas propostas, a primeira questão que surge é: o que é um Plano DTBC?

Segundo consta no Edital 01/2005, o Plano DTBC é um mecanismo no qual se mesclam e se articulam os interesses dos variados sujeitos envolvidos com a conservação da natureza por meio das UCs (sindicatos, associações, cooperativas, ONGs, e etc.), cujo intuito é construir mecanismo de desenvolvimento econômico baseada em “cadeias produtivas conservacionistas”. Além disso, estas atividades devem levar a criação de “uma identidade” de gestão e deve funcionar como incremento de “capital social” das comunidades envolvidas na arquitetura espacial dos mosaicos. Em outras palavras, um Plano DTBC é um mecanismo de ordenamento que tem a pretensão de tornar os mosaicos, e as UCs sob sua influência, economicamente sustentáveis e interessantes para agentes econômicos (MMA/FNMA, 2005, p. 25).

Ronaldo Weigand Jr. (2005), respondendo justamente a questão o que é desenvolvimento de base conservacionista traz algumas reflexões que permite-nos expandir as análises sobre o Plano DTBC. O autor inicia a análise observando o conceito de desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento “pode ter uma base industrial, comercial, turística ou agropecuária”, e podemos até desenvolver “uma agricultura sustentável, (...) até mesmo uma indústria sustentável, sem manter grande parte da “floresta em pé”. Devido a esta abrangência e ambiguidade, cria-se a necessidade de serem mais precisos conceitualmente, para ser desenvolvimento de base conservacionista é preciso “garantir um desenvolvimento com a conservação da floresta”, e com “a conservação da biodiversidade, da paisagem e dos processos ecológicos” (WEIGAND JR., 2005, p.2 [tradução livre]).

Quando se conjuga conservação e desenvolvimento, duas imagens surgem imediatamente. Desenvolvimento envolve “a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida”, além da “eliminação, ou pelos menos, a redução da pobreza”. Contrariando este movimento, a conservação associa-se a ideia de “estagnação econômica e não [elemento] como dinamização territorial” (WEIGAND JR., 2005, p.1-2 [tradução livre]). A ideia de desenvolvimento territorial de base conservacionista, presente nos Planos DTBC, visa justamente tornar indissociável a conservação da natureza e políticas de desenvolvimento. Isto é, visa favorecer estratégias que sejam eficientes tanto na conservação da natureza, quanto na melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas na conservação.

No lugar de situar as UCs e, especificamente, os mosaicos como antíteses dos processos de desenvolvimento, ocorre o inverso. A proposta do desenvolvimento de base

conservacionista quer colocar as UCs e os mosaicos como mecanismos/entrepostos reais para se pensar e engendrar políticas de desenvolvimento. “A conservação deve ser considerada não como uma restrição ou um obstáculo, mas como a que potencializa o desenvolvimento, o que atrai os recursos e a que fortalece identidades e a que gera renda” (WEIGAND JR., 2005, p.12 [tradução livre]). Está é a linha nevrálgica dos mosaicos e dos seus instrumentos de gestão e ordenamento, os planos DTBC.

Nesse sentido, aqueles espaços modulados pela conservação da natureza, isto é, as UCs de uso sustentável e de proteção integral, e mesmo os mosaicos, funcionam como a base territorial a partir do qual se planeja e se desenvolve as políticas de desenvolvimento de base conservacionista. Observar o caráter espacial desta proposta de desenvolvimento é fundamental para as análises desenvolvidas nesta tese. Em outras palavras, o Plano DTBC do MSVP, por exemplo, é o objeto de planejamento que orienta ações sobre o espaço, e que reconhece as possibilidades deste espaço enquanto agente de indução do desenvolvimento. É exatamente por ter esta lógica espacial, e ter por explícito em sua genealogia as premissas de desenvolvimento, que os mosaicos são também mecanismos de planejamento biorregional.

A proposta de Weigand Jr. (2005) não é exatamente pensar a sustentabilidade, mas pensar formas de associar o desenvolvimento e a conservação da natureza. De certa forma, a conservação gera produtos e serviços ambientais, entre eles a conservação da biodiversidade genética, proteção dos recursos hídricos, manutenção de ecossistemas que abrigam espécies de valor comercial, manutenção de belezas cênicas para atividades de turismo, sequestro de carbono, manutenção do clima regional e local e a sustentabilidade dos meios de vida. O principal desafio para os mosaicos é captar estas potencialidades e transformá-las em elementos de geração de renda para uma economia de base conservacionista. E, sobretudo, fazer com que estes serviços ambientais da conservação atendam aquelas populações atingidas pelas restrições da conservação da natureza.

Para que se efetivem os Planos DTBC e seus instrumentos de desenvolvimento, é preciso operar algumas mudanças fundamentais. A primeira delas é encarar a conservação não como mecanismo gerador de gastos ou empecilho ao desenvolvimento, ao contrário, deve-se situá-la dentro de um quadro político regional de desenvolvimento. O segundo grande desafio é fazer com que estes serviços ambientais gerem renda para as populações envolvidas no território dos mosaicos, e mais, que estes se mostrem mais viáveis economicamente do que aquelas tradicionalmente praticadas, como a agricultura, a pecuária

e a produção do carvão vegetal (veremos isto em mais detalhe no capítulo 4, em uma análise mais detalhada empiricamente do MSVP).

Além destes serviços ambientais prestados pela conservação, o MSVP, por exemplo, atribui importância a outros elementos de base conservacionista. Conforme consta no Plano DTBC, o extrativismo de frutos e plantas do Cerrado e o turismo ecocultural são essenciais para se pensar um desenvolvimento de base conservacionista para a região do MSVP. Além destas, Weigand Jr. (2005) propõem outras, como por exemplo, o manejo da floresta e a pesca sustentável, arrendamento de terras sob o regime de “servidão florestal”³⁶, recuperação de áreas degradadas para servir de base para o sequestro de carbono e atividades de investigação e “bioprospecção”³⁷. O grande desafio destas propostas é pensar como isto se transforma em mecanismos de desenvolvimento para comunidades locais, como as camponesas/ quilombolas e povos indígenas. E conforme Weigand Jr. (2005),

Na implementação do DTBC é muito importante **o planejamento** e a **capacitação dos atores** envolvidos e dos beneficiários. Ter base conservacionista não é o bastante, **é preciso saber distribuir os benefícios e potencializá-los. Com planejamento “participativo”, há um favorecimento das estratégias** que distribuem melhor **os benefícios** e são as mais adequadas para a região. Mas **só é “participativo” quando os participantes estão capacitados para participar, quando todos os interessados são ouvidos** (com especial atenção para gênero, idade, religião, educação nível de capitalização e outros fatores que possam diminuir a capacidade de um grupo de participar). **A participação também é importante para construir a identidade do território conservacionista, e mobilizar esforços coletivos pelos objetivos acordados por todos** (WEIGAND JR. 2005, p. 11 [grifos nossos] tradução livre).

Com efeito, é preciso ponderar que as propostas de desenvolvimento que embasam os projetos dos mosaicos propõem mudanças substanciais não somente nas bases produtivas, mas mudanças de padrões culturais. Em outras palavras, tornar um camponês que pratica agricultura e pecuária extensiva em um agente do ecoturismo e/ou elevar o extrativismo como principal ou único mecanismo de renda é um processo reducionista. A efetividade do desenvolvimento de base conservacionista e suas principais características como um instrumento de planejamento biorregional e, sobretudo, as contradições deste processo é objeto mais específico do capítulo 4. Por ora, basta situar a convergência entre as

³⁶ A servidão florestal é o mecanismo que permite ao proprietário rural com título de domínio oferecer parte de sua propriedade para a formação de Reserva Legal de terceiros. Mas, para isto a área deve estar situada na mesma bacia hidrográfica.

³⁷ Pesquisa de exploração da biodiversidade de uma região, dos recursos genéticos e bioquímicos de valor comercial.

análises de Weigand Jr. (2005), do Edital 01/2005 do FNMA com a proposta de desenvolvimento dos PNRs franceses. Evidentemente, o Plano DTBC do MSVP situa dentro deste amálgama de influências.

Das análises realizadas até este momento podemos dizer que o processo de reconhecimento e gestão dos mosaicos envolve um intrincado conjunto de elementos. O primeiro deles refere-se ao anseio por um sistema de gestão mais eficaz das UCs em suas mais variadas categorias, e por isso, os mosaicos enquanto parte deste sistema de gestão herda parte destes problemas e coloca novos. É preciso compreender que a gestão integrada e participativa tal como descrita no SNUC e nos documentos da cooperação franco-brasileira se processa dentro de um quadro de relações institucionais. Em outras palavras, por detrás dos mosaicos há um arranjo institucional, vejamos o caso do MSVP, que tem além da Funatura, ONG gestora, tem muitas outras instituições configurando este quadro institucional.

Em outros termos, quando se observa a sobreposição de interesses e a sobreposição de objetivos sobre uma mesma UC, abrem-se espaços para conflitos de poder. Para esclarecer estas afirmações é necessário um exemplo. O PE da MS é gerido pelo IEF-MG. Todas as ações referentes à conservação e o manejo da natureza nesta UC passa somente por esta instituição, mas com a entrada do PE da MS no MSVP, este também passa a ser palco de interesses dos gestores do mosaico. A rigor, a questão que se coloca é como compatibilizar estes diferentes interesses e objetivos. E mais, como romper com quadro de isolamento criado na gestão de cada UC particular para se criar uma gestão compartilhada e democrática.

Quando empirizamos a ideia de quadro institucional no MSVP, torna-se mais fácil compreender os desafios postos. O arranjo institucional que estrutura o MSVP é amplo, tem a Funatura como mediadora e proponente, mas para cada UC da biorregião há um gestor, além dos órgãos ambientais como IEF, IBAMA, ICMBio e Secretarias de Meio Ambiente municipais, e aqueles ligados as comunidades indígenas e quilombolas, além daquelas instituições mais ligadas a sociedade civil como a Cooperativa Sertão Veredas, Instituto Rosa Sertão, etc. A proposta é que estas intuições trabalhem em conjunto para atingir os objetivos do Plano DTBC, e também para que efetivem as propostas de desenvolvimento. No entanto, é preciso refletir que neste quadro, cada intuição representa um anseio específico. A grande questão é como compatibilizá-los com a legislação ambiental de conservação da natureza e com as políticas de desenvolvimento do Plano DTBC. É daí que

surge como instrumento básico de sustentação de um mosaico o quadro institucional multivariado.

Conforme Bruno de Amorim Maciel (2007) “o arranjo institucional deve existir para organizar e otimizar o trabalho de todos”, e o Conselho Gestor do Mosaico é o representativo deste arranjo institucional. Para o autor, “o Conselho do Mosaico deve ser o âmbito de discussão, planejamento e definição de estratégias” (MACIEL, 2007, p. 124). É preciso ficar claro que é este quadro institucional (materializado na figura do Conselho Gestor), que é o responsável tanto pelas atividades de planejamento, o Plano DTBC, quanto pela sua execução. Por isso, a presença de instituições dos mais variados segmentos da sociedade como um todo é fundamental, sobretudo, para não haver sobreposição e conflitos de responsabilidades e objetivos.

Um segundo quadro de reflexão sugerido por Maciel (2007), refere-se às bases técnicas para engendrar os mecanismos de conservação. Segundo este autor, a estratégia dos mosaicos vem de encontro com a proposta delineado na CDB, a abordagem sistêmica que trata da importância do manejo integrado da conservação da natureza. Embora concordemos com este autor, sobre o intuito de pensar a conservação para além das linhas geométricas das UCs, que separam a conservação dos espaços adjacentes, os mosaicos revelam a estrutura de um edifício biorregional e quer, portanto, integrar planejamento, desenvolvimento e conservação da natureza.

Enquanto recorte espacial, os mosaicos buscam complementariedade entre políticas e ações voltadas à conservação, mas, como defendemos nas linhas precedentes, soma-se a estas a iniciativa do planejamento e desenvolvimento de base conservacionista. Conforme o documento de orientação para o reconhecimento dos mosaicos, além da gestão integrada, os mosaicos contribuem “com o ordenamento territorial e valorização da identidade regional”. Este documento destaca os critérios mais importantes para a conformação e o reconhecimento de um mosaico, entre eles, destaca-se os fatores ligados a “identidade territorial”, “articulação institucional” e a “definição de objetivos mais ambiciosos do que a soma dos objetivos das áreas protegidas que o compõem” (DALELIS, et. ali. 2010a, p. 19).

É frequente em todos os documentos referentes à estratégia e ao reconhecimento dos mosaicos a referência à questão da identidade territorial. A exemplo disso, Dalelis et. ali. (2010), ao refletir sobre a cooperação franco-brasileira, conclui que a “construção da identidade territorial em um mosaico, além de facilitar o processo de governança, **oferece uma ideia de pertencimento a determinado** lugar e pode ser o ponto de apoio para a

construção da proposta de desenvolvimento territorial” (DALELIS et. ali. 2010 p. 70 [grifos nossos]). Nota-se uma mudança paradigmática, àqueles fatores que outrora eram considerados as linhas mestras dos mecanismos de conservação da natureza, os fatores biológicos, por exemplo, soma-se a questão da identidade e do pertencimento.

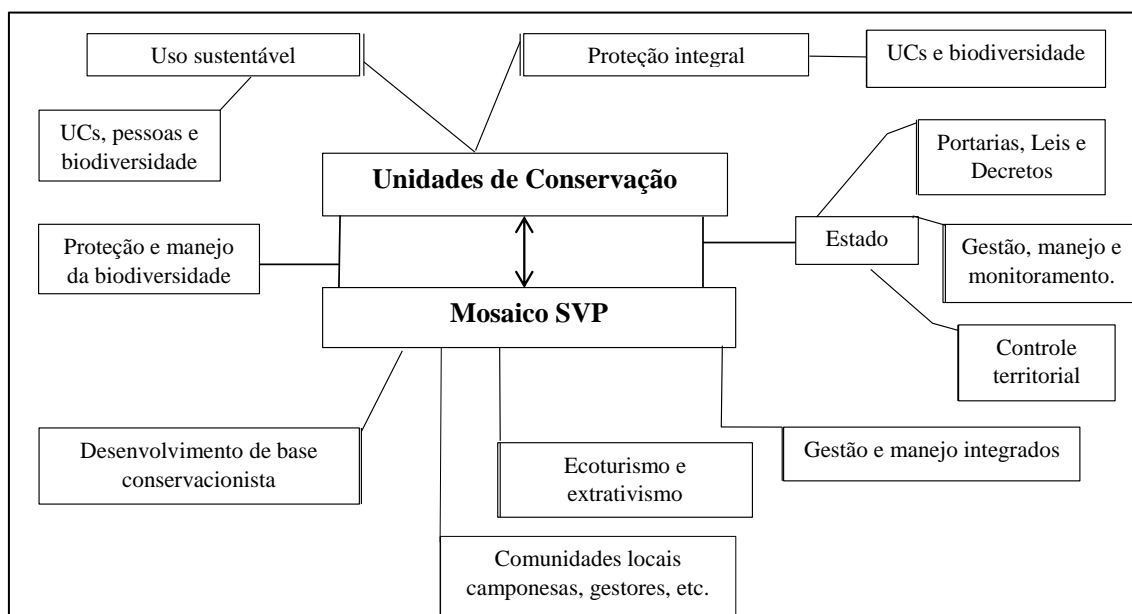
Nesse sentido, a orientação para o processo de reconhecimento é a valorização das identidades territoriais no processo de planejamento dos mosaicos, além da “valorização dos produtos, serviços e do saber-fazer” das comunidades sob a influência das ações do mosaico (DALELIS et. ali., 2010 p. 70). Este princípio, aliás, está presente no SNUC quando coloca como um dos objetivos dos mosaicos a valorização da “sociodiversidade”. Isto revela a importância das comunidades locais, sejam elas camponesas, indígenas ou quilombolas, na construção daquilo que estamos entendendo como edifício biorregional do MSVP. O patrimônio destas comunidades, natural e cultural, e evidentemente, o conhecimento acumulado por estas comunidades entram como mecanismo fundamental para se ter êxito tanto na conservação como nas propostas de desenvolvimento de base conservacionista.

Nesse sentido, conforme Cardoso et. ali (2009), “o mosaico seria um recorte geográfico (região) com certas características comuns (unidade na diversidade) que distinguem de áreas adjacentes ou de outras regiões”. E como tal, constrói uma “unidade política, histórico-cultural, econômica e ecológica” e, por sua vez, “esta unidade comum conforma a identidade territorial da região”. E por isso a necessidade de se incorporar as representações das pessoas que vivem nas UCs envolvidas no mosaico, pois estas portam o “saber” ambiental e podem contribuir para o entendimento mais aprofundado da siconatureza e, conseqüentemente, com os projetos de desenvolvimento e de gestão dos mosaicos (CARDOSO et. ali, 2009, p. 9).

Para este autor, a identidade territorial, isto é, a relação de pertencimento a determinado espaço deve ser o critério básico de delimitação dos limites de um mosaico. Isto representa uma mudança substantiva na relação entre a conservação e as comunidades locais. Aqueles elementos, outrora vistos como a principal ameaça à conservação, na proposta dos mosaicos tornam-se a chave para determinar as escalas para se pensar um edifício espacial da conservação. Esta abordagem é fundamental para se pensar uma conservação mais justa socialmente e, sobretudo, para que “as comunidades locais se apropriem da gestão do desenvolvimento e das áreas protegidas” (CARDOSO et. ali, 2009, p. 9).

Enfim, é preciso notar a complexidade envolvida na proposta de reconhecimento dos mosaicos. Observando o exemplo empírico do MSVP, sistematizamos esta complexidade na figura 3.

FIGURA 3: A configuração estrutural e as dimensões do MSVP.



Org. MARTINS, G. I, 2014.

Na parte superior da figura 3, sintetizamos as principais categorias de UCs (proteção integral e de uso sustentável) e, bem como, os elementos que lhes dão consistência. De um lado, situamos as UCs de proteção integral e seu caráter mais estrito, isto é, as relações se restringem (teoricamente) a espaços protegidos e biodiversidade, a presença humana na produção da socionatureza é desconsiderada. Do outro lado, as UCs de uso sustentável, no qual a biodiversidade e manejo humano dão complexidade a este modelo de UC. É preciso notar ainda o papel de mediação do Estado neste processo, afinal de contas, é o Estado o principal agente da modulação do espaço por meio da criação das UCs. Cada conjunto de UCs traz em seu bojo objetivos específicos de conservação da natureza, mas isoladamente encontram dificuldades para atingi-los.

A partir destas análises, na parte inferior da figura 3 sintetizamos a proposta dos Mosaicos de Áreas Protegidas, proposta que envolve gestão integrada dos mecanismos de conservação da natureza construída de forma participativa e democrática, orientada para atingir os objetivos de desenvolvimento de base conservacionista e o fortalecimento das identidades territoriais, bem como, a ampliação das escalas da conservação. A grande

diferença entre os mosaicos e as UCs é ideia de conjunto e, sobretudo, a ciência de que a conservação se dá em um quadro geográfico específico do qual não é possível isolar a conservação da natureza.

Para finalizar este item é preciso alguns pontos a mais para reflexão:

-A ideia de gestão integrada dos diversos espaços destinados a conservação da natureza, as Áreas Protegidas (ou UCs no Brasil), surge na década de 1960 com o programa MaB da Unesco e as Reservas da Biosfera. Estas resultam da acurada crítica aos modelos tradicionais de conservação e, bem como, do reconhecimento de que criar espaços estanques para proteção é insuficiente para uma conservação em maior escala.

-Aliado ao reconhecimento dos limites da conservação em espaços estanques, como o exemplo das UCs, surge também à demanda por mecanismos mais participativos e o reconhecimento da importância das comunidades locais na conservação e no manejo da natureza.

-Além disso, existe a constante crítica das UCs, geralmente, por se tornarem instrumentos de rompimento de modos de vidas das comunidades atingidas pela sua materialização e por desequilibrar os sistemas de reprodução tradicional.

-Dado este conjunto de elementos, na década de 1990, o IBAMA por meio dos NURUCs desenvolve as primeiras experiências de gestão integrada e participativa nos Estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina. Embora os êxitos dos NURUCs fossem evidentes, estes perderam força ao longo do tempo. Mas, consubstanciaram a ideia de política de conservação em escala regional, os Mosaicos de Áreas Protegidas. Para se compreender a história do reconhecimento dos mosaicos brasileiros é preciso destacar a importância dos NURUCS, mas, sobretudo, da cooperação franco-brasileira e o modelo do PNRs franceses.

-Da experiência técnica francesa com os PNRs vieram os Planos DTBC, principal instrumento de ordenamento espacial e desenvolvimento dos mosaicos. Os Planos DTBC visam integrar desenvolvimento com sustentabilidade, integrando o saber-fazer das comunidades locais, a gestão integrada e compartilhada com a conservação e manejo da biodiversidade.

-Por detrás de cada mosaico reconhecido, há um arranjo institucional no qual a presença da sociedade civil é a principal marca. A participação social ganhou concretude no reconhecimento dos mosaicos graças às influências francesa e dos PNRs. Dado a importância ímpar da participação social na condução dos projetos de mosaico, estes podem ser considerados como pactos sociais em torno da conservação, e representam um conjunto de interesses de uma determinada sociedade.

-Apontados às perspectivas e os desafios que subjaz nas propostas de reconhecimentos dos mosaicos, é preciso ponderar algumas questões referente a este processo: a) a atenção crítica da sociedade para os mosaicos, estes não vão e nem devem substituir as UCs, não devem diminuir ou “congelar os gastos públicos com o tema socioambiental”; b) estes devem-se basear na efetiva participação e as propostas de fortalecimento de identidades e da sociodiversidade não podem ser abandonadas; c) os gestores dos mosaicos devem pactuar suas ações no intuito de encontrar soluções para os conflitos, sobretudo, aqueles ligados a questão fundiária nas UCs; e,

por fim, d) a arquitetura institucional deve ser sólida e aberta permitindo a efetiva participação da sociedade civil (CARDOSO et. ali, 2009).

Ao longo deste item fizemos várias menções sobre o caráter espacial dos mosaicos, ou sobre o caráter regional/territorial e/ou biorregional. Evidentemente que estas menções se deram no sentido de mostrar a construção de uma arquitetura espacial, no qual a conservação da natureza, acoplada com desenvolvimento de base conservacionista e gestão integrada são os principais ingredientes. Consideramos os mosaicos e, sobretudo, o MSVP um edifício regional, cuja coesão foi construída pela conservação da natureza e pelos instrumentos de sua representação territorial, as UCs. O MSVP é uma unidade (mesmo que parcial) na diversidade, e tal unidade se produz por meio da conservação da natureza.

Ao afirmar estas questões, implicitamente colocamos a natureza como fundamento para a divisão do espaço geográfico, ou melhor, a conservação da natureza como fundamento de um edifício biorregional. Nesse sentido, cabe buscar as implicações destas afirmações e, sobretudo, situar a maneira como a natureza funciona como mecanismo de divisão do espaço. E situar os fundamentos de uma biorregião para que em seguida possamos detalhar as características do MSVP. Esta é a pretensão do próximo item.

3.2 A natureza como fundamento para divisão do espaço geográfico

Desde o início da pesquisa, uma questão que se fazia presente, é o MSVP como um novo recorte que dá origem a uma nova modalidade de região natural? Esta questão se tornava cada vez mais inquietante conforme o andamento das leituras, sobretudo, devido às críticas severas observadas ao conceito de região natural. Este conceito foi sempre acusado de reducionista, de não observar as relações históricas do homem com a natureza. Daí começamos a buscar leituras complementares, ou elementos que nos ajudassem a compreender o edifício regional que se constituía com o MSVP.

Evidentemente, a região do MSVP não é auto-evidente como uma bacia hidrográfica, determinado tipo de clima ou formas de relevo. Esta região foi construída historicamente à medida que as UCs iam ganhando existência. Apesar deste caráter histórico, as UCs surgem para conservar um conjunto de elementos naturais e, como tal, é uma forma de “naturalização” da região ou pelos menos o ideal que leva a sua estruturação parte deste princípio. Estas considerações acabaram por nos conduzir ao conceito de

bioregião. Isto porque uma bioregião envolve, ao mesmo tempo, a historicidade das relações da socionatureza, mas também ao reconhecimento explícito dos fatores naturais como indicativos da construção de uma coesão espacial.

Nesse sentido, este item tem por objetivo discutir os instrumentos conceituais que nos permita compreender os mecanismos de conservação e gestão da conservação da natureza no MSVP (ou dos elementos naturais) como agente de diferenciação espacial e de produção de um edifício biorregional. Para atender este objetivo, refletimos, inicialmente, sobre o conceito de região natural e, sobretudo, os desdobramentos deste conceito. Este item é a base para se compreender as questões que levantaremos no item referente à bioregião.

A primeira ideia que o conceito de região nos remete é aquele de divisão e/ou recorte do espaço geográfico. Um recorte produzido pelas diferenças espaciais ao longo da história. Estas diferenças podem ser de ordem histórica, cultural, linguística, religiosa, podem dar-se por meio de um modo de vida, ter origem política e econômica - as regiões administrativas e as funcionais. E as diferenças podem nascer graças às dinâmicas da natureza, uma vertente, uma bacia hidrográfica, um determinado tipo de clima, etc.. Referir-se a região é referir-se a este conjunto de diferenças, a esta unidade geográfica engendrada no tempo e no espaço. Dado a extensa lista dos fatores imbricados nesta diferenciação, tratar o conceito de região sempre apresenta certas dificuldades devido a esta complexidade.

A ideia de que a natureza produz diferenças espaciais, ou melhor, a ideia de que a natureza produz uma unidade de fenômenos que se diferencia daqueles a sua volta, é uma das referências mais antigas quando se trata do conceito de região. E como veremos neste item, apesar desta abordagem ter uma longa história, a natureza ainda no mundo coevo é considerada fator determinante na condução de políticas públicas regionais e na definição de regiões – embora em sentido diverso, evidentemente. Por ora basta dizer que a intenção deste item é evidenciar os fundamentos do conceito de região natural, suas determinações e características principais. Como indicamos, a ideia de região natural, adotada inicialmente nesta tese, cedeu lugar aquele conceito de bioregião. O intuito aqui é demonstrar que estes conceitos são complementares e “recorrentes”³⁸, por isso, a bioregião é o desdobramento ou lapidação do conceito de região natural.

³⁸ A ideia de recorrência vai ser explicada no segundo subitem, mas, por ora, vale dizer que se trata da retomada de antigos conceitos, mas com conteúdos novos.

Uma referência clássica quando se trata do conceito de região natural, é o livro de L. Gallois (1908), “Régions naturelles et noms de pays”. Neste livro, o autor sintetiza todo o percurso do conceito de região natural e demonstra ainda os possíveis desdobramentos do conceito. Gallois (1908) busca entender as tradicionais divisões (os pays) e suas correspondências com a fisionomia natural da paisagem. Crente de que as divisões naturais eram o quadro ótimo de análise geográfica, este aceita implicitamente o conceito de região natural, e busca ao longo do seu trabalho detalhar as características e as possibilidades deste conceito para a Geografia.

Gallois (1908) nota que a ideia de uma divisão do espaço (“do reino”) por meio de critérios naturais surge na França juntamente com a nascente geologia e com o avanço dos instrumentos cartográficos. A partir disso, o autor percebe, desde o início do século XVIII, a simbiose entre a evolução do conhecimento geológico (“a natureza do solo”) e as definições cada vez mais precisas das divisões baseadas no conceito de região natural.

No entanto, até este momento não havia nenhum contraste entre as divisões com base na “natureza do solo” e aquelas divisões oficiais, administrativas. Este contraste surgiu no século XVIII com Giraud-Soulavie que, pela primeira vez, opôs à divisão por critérios naturais (ou físicos) à divisão política e administrativa. Este observou “que a divisão física do reino era bem diferente de sua divisão política em dioceses, gerais ou governamentais”. Desta constatação, Giraud-Soulavie demandou “uma divisão verdadeira e natural da física deste grande reino” (GALLOIS, 1908, p.9 [tradução livre]).

Este projeto de “verdadeira divisão”, Conforme José M. Castilho Requena (1991-1992), tem acessão juntamente com o “naturalismo”, e teve como foco a busca por áreas terrestres distintas das utilizadas até aquele momento, isto é, a região político, administrativa e eclesiástica. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma ruptura conceitual (isto é, com o conceito tradicional de “*regio-onis*, de *regere*: governar”) e de uma ruptura metodológica (o conceito de região natural como mais científico e mais geográfico) (REQUENA, 1991-1992). Isto é, dada à imprecisão das tradicionais formas de divisão, as unidades de relevo e mesmo uma bacia hidrográfica são instrumentos mais eficazes e mais evidentes para se proceder às divisões da superfície da terra.

Gallois (1908), referindo-se a Giraud-Soulavie, afirma que para este, “a natureza é (era) sim diferente nestas regiões (referindo-se as diversas regiões francesas), que suas variações influem fortemente sobre os seres organizados que aí se encontram, e, sobretudo, na produção vegetal da vida”. Nesse sentido, para se pensar uma verdadeira divisão, deve-

se demonstrar como “a natureza do solo, a altitude e o clima” produzem estas variações na paisagem (GALLOIS, 1908, p.10 [tradução livre]). Estas ideias prosseguem. Coquebert de Montbret, por exemplo, concebeu um projeto de divisão em regiões físicas do reino da França baseada nas bacias hidrográficas. Ao longo deste século, vários outros nomes e várias outras divisões foram levadas a cabo.

Nesse sentido, Gallois (1908) e Requena (1991-1992), demonstram a importância das dorsais orográficas na mesclagem deste ideal de divisão geográfica. Isto está relacionado com o avanço dos instrumentos cartográficos e dos estudos naturalistas, identificando as cordilheiras da superfície terrestre. Deste material resultam as principais divisões em regiões naturais. De outro modo, Philippe Buache (no século XVIII), usa as mesmas dorsais para delimitar as grandes bacias hidrográficas do globo. O mesmo critério foi utilizado para delimitar aquelas no interior dos Estados. A partir desta identificação, propôs um sistema de divisão em regiões naturais, isto é, as bacias hidrográficas são regiões naturais auto-evidentes, bastando o trabalho de catalogá-las.

Fabio de Macedo Soares de Guimarães (1942), ao referir-se ao sistema de divisão de Buache e das divisões que consideram as bacias hidrográficas, comenta que esta delimitação é, às vezes, “demasiado simplista” por fazer coincidir “regiões naturais com bacias fluviais”. Para ele, esta ideia foi construída por sistemas de deduções, isto é, ao considerar uma bacia hidrográfica como uma região auto-evidente, considerava-se também que em “todo divisor de águas devia haver uma serra”. Desta forma, a bacia hidrográfica era representante de um conjunto maior de elementos e, por isso, podia servir de base para divisões geográficas. Conforme o autor, os avanços demonstram o falseamento desta ideia e, evidentemente, a imprecisão das divisões baseadas nestes princípios (GUIMARÃES, 1942, p. 14).

Gallois (1908, p. 217), explica que vários campos do conhecimento adota a expressão região natural, mas com significações distintas. Os botânicos assim denominam certa extensão de uma associação vegetal, os geólogos uma porção da superfície terrestre, acontece que em Geografia não se pode ter um princípio de divisão tão elementar. Quando observamos uma região percebemos que várias causas se coadunam e uma intervém sobre as outras, o princípio de **encadeamento**, e deste conjunto de relações surge a “impressão de **conjunto**: relevo, solo, clima, vegetação” (aqui se expressa um princípio metodológico de Gallois (1908), o encadeamento e a unidade dos fenômenos). E conforme a extensão da

superfície terrestre observada se modifica, modifica-se também a importância relativa destas causas (GALLOIS, 1908, p. 217, [tradução livre]).

Todavia, entre estes fatores, há um mais decisivo, o clima. É “o clima que comanda a vegetação e as culturas”. Certamente, um “centímetro de chuva a mais ou a menos faz uma região fértil, um estepe ou um deserto”. No entanto, “o clima determina somente as grandes regiões”. E quando se trata de países de climas tropicais, o clima só deve ser usado excepcionalmente e para fazer divisões menos extensas (GALLOIS, 1908, p. 217, [tradução livre]). Aliado ao clima, Gallois comenta a importância da altitude na produção de diferenças sobre o globo terrestre. Enfim, a ideia que o autor quer transmitir é a insuficiência de se considerar somente um fator para se determinar as “verdadeiras” regiões naturais e, sobretudo, a necessidade de se considerar o encadeamento e a unidade dos fatores.

Gallois conclui afirmando que se a consideração do fator clima permite distinguir somente “um certo número de grandes regiões”, a altitude e a constituição geológica do solo introduzem outras diferenças e “justificam uma subdivisão em regiões menores”. É a “estas unidades, grandes ou pequenas, mas todas de ordem físicas, que convém reservar o nome de região natural”. Isto porque é na “**natureza que é necessário buscar o princípio de toda divisão geográfica**”. Para aqueles países de “velha civilização”, “**não é mais a verdadeira natureza que vemos sob os olhos, mas uma natureza modificada, transformada pelo trabalho de gerações humanas**”. Isto quer dizer que as diferenças se atenuam, mas “não desaparecem” (GALLOIS, 1908, p. 217-223 [tradução livre] [grifos nossos]).

A referência a estas questões do século XVIII dá-se no âmbito de demonstrar o sentido primeiro do conceito de região natural, a busca de maior precisão (racionalidade e ciência), na divisão do espaço geográfico e, sobretudo, a tentativa de negar as divisões administrativas. Aliado a isto, a região natural ganha força à medida que a geologia se forma enquanto ciência. À medida que os métodos e as análises geológicas se aprofundavam, difundiam-se as cartas topográficas, as crenças de que a natureza do solo era o elemento fundamental de uma divisão racional e científica do globo. A verdadeira divisão, (poderíamos dizer atualmente, a verdadeira regionalização), científica e racional, dava-se sempre em consideração a natureza do solo. Podemos dizer, conforme Gallois

(1908, p. 20 [tradução livre]), que se trata da “influência da natureza do solo sobre os fatores geográficos”³⁹.

Este movimento expressa mais concretamente o encontro entre a Geografia e a geologia, ou melhor, demonstra “que a geologia é necessária para conhecer a fundo a Geografia”. Sem isso, “não podemos distinguir as regiões naturais que fornecessem as divisões e as subdivisões mais racionais que as divisões políticas” (CARNOUAILLES apud GALLOIS, 1908, p.10 [tradução livre]). A natureza do solo, geológica e/ou mineralógica (os termos são tratados como sinônimos), é o verdadeiro agente da produção de diferenças entre as diversas regiões. Isto porque, conforme se muda à configuração do solo, muda-se os aspectos da vegetação, a fauna, as formas de drenagem, e etc. Mas não se restringe a estes aspectos, o solo ao produzir estas diferenças acaba por produzir outras – os tipos de agricultura, as formas de habitação, a disposição dos grupos (isolados ou próximos), e é a esta configuração que se vai dar o nome de região natural.

Nesse sentido, os solos, conforme a sua característica, produz uma configuração territorial, e conforme se muda o tipo de solo, muda-se também esta configuração. É desta modalidade de análise que parte o conceito tradicional de região natural. Os agentes físicos, seja o solo, o clima, ou as bacias hidrográficas, são responsáveis pelas diferenças espaciais, e estas diferenças produzem as regiões naturais. É preciso notar um conjunto de questões por detrás da formulação teórica das regiões naturais. A primeira delas diz respeito a uma concepção de ciência racional, capaz de explicações mais eficazes e, portanto, mais corretas. Acoplado ainda a esta ideia racionalista de ciência, está àquela segundo o qual natureza é o principal elemento de explicação, inclusive daqueles fenômenos mais ligadas a questões humanas.

Para Gallois (1908), as divisões físicas do globo tocam diretamente sobre a concepção de Geografia. E para ele, a orientação metodológica deste campo disciplinar deve demonstrar em que medida e complexidade estes fatores naturais intervêm na atividade do homem e, sobretudo, a influência concreta do meio. Assim, “(...) é necessário, quando se quer compreender os fatos humanos, pensar sempre sobre a influência possível do meio. Pois, como reconhecer esta influência, sem um estudo prévio, independente do meio físico?” (GALLOIS, 1908, p. 217 -223 [tradução livre]). Gallois está ciente da

³⁹ Uma passagem de Michel- Ange e Bramante e exemplar neste sentido. Para eles: “Nos países no qual as leis e a língua são as mesmas, um viajante adivinha os hábitos do povo, pela aparência dos seus costumes, de suas roupas, a constituição do sol de cada região (canton), como após a constituição mineralógica, o filósofo advinda os costumes, grau de felicidade e de instrução” (GALLOIS, 1908, p.21 [tradução livre]).

complexidade em se afirmar o *status* das regiões naturais no período em que as estradas de ferro, as indústrias e a urbanização começam a moldar os modos de vida. É por isso que, para ele, as regiões naturais não se aplicam a Geografia econômica e a política.

Apesar das ponderações, a conclusão do autor não foge ao simples empirismo. Isto pode ser verificado no conceito de região natural. Para ele, “a região natural é simplesmente a expressão de um fato, pouco a pouco, colocado em evidência por meio da observação, (...) observações meteorológicas, (...) observações botânicas, (...) observações geológicas”. Elas surgem devido aos fenômenos não se distribuírem acidentalmente e, além do fato, destes se manifestam em certa extensão. Estes elementos se dão com certa regularidade e, portanto, dão origem a uma “unidade” geográfica: a região natural. Enfim, a região natural representa “uma divisão verdadeiramente racional”, considerando que elas se formam naqueles lugares no qual a “continuidade das mesmas causas produzem os mesmos efeitos” (GALLOIS, 1908, p. 235 [tradução livre]).

Dentro deste quadro teórico, Guimarães (1942), ao refletir sobre as regiões naturais e os processos metodológicos necessários, argumenta que primeiramente deve-se ter o “conhecimento exato do território”, isto deve ser aliado à “competência do geógrafo” para “explicar os fatos geográficos, descobrindo as conexões que existem entre eles, as suas **inter-relações**, as consequências que deles decorrem, chegando assim à bem definir os diversos quadros naturais que compõem cada país”. Com o conhecimento do território, dos seus quadros naturais e a interpretação dos fatos geográficos, as divisões encontram terreno fértil para sua execução (GUIMARÃES, 1942, p.4 [grifos nossos]).

Os elementos que formam este quadro natural, geralmente, são “a situação geográfica, a geologia, o relevo, o clima e a vegetação”. É preciso desacatar o encadeamento ou a interconexão entre estes, mas há sempre um elemento de comando, formando uma hierarquia, “a vegetação assume, em geral, grande importância na caracterização regional, como uma síntese de outros fatores” (é impressionante a similaridade das propostas de Guimarães e Gallois). Este encadeamento de elementos dá origem a uma “unidade” geográfica ou “unidade que uma região natural apresenta”. Conforme Guimarães (1942) “convém notar previamente que ‘**unidade**’ “**não quer dizer uniformidade**”, uma região de montanhas, por exemplo, há vales, planaltos, cristas, etc., “não havendo uniformidade”, mas “**o conjunto** (...) apresenta certa **unidade geral**” (GUIMARÃES, 1942, p.10-11 [grifos nossos]).

A grande aceitação do conceito de região natural entre os mais diversos campos disciplinares é evidente, e sua aplicação nas mais diversas regionalizações também, entre elas a do Brasil. Como explicar este amplo campo de aceitação do conceito? Para Armand Frémont (1980), “a região ‘natural’ tranquiliza o especialista. Impõem a sua unidade e os seus limites, (...) o seu relevo, (...) o seu clima, (...) a sua paisagem vegetal e a sua hidrologia, os seus subconjuntos de bastante fácil delimitação”. Enquanto isso, a “região humana” apresenta maiores dificuldades em sua delimitação. Em outras palavras, “a região ‘humana’ parece escapar a qualquer unidade” (FRÉMONT, 1980, p. 172).

Evidentemente, quando se compara os critérios necessários para se delimitar uma região natural e uma região humana, as dificuldades da segunda são maiores. Mas, não podemos reduzir a ampla aceitação do conceito de região natural a uma explicação tão simples. Conforme comentamos em linhas precedentes, a questão é mais profunda, e envolve uma concepção de ciência e o seu forte viés racionalista. E como tal, conforme demonstra Paulo Cesar da C. Gomes (2010), “este modelo de ciência procura construir sistemas explicativos”, cuja base é “explicar”, ou melhor, ligar os fatos entre si conforme - “um corpo metodológico”. A explicação é, nesse sentido, “o resultado de uma análise dos aspectos regulares de um dado fenômeno” (GOMES, 2010, p.31).

Nesse sentido, o conceito de região natural serviu de base à construção de um quadro explicativo, segundo o qual, os elementos naturais se encontram em uma ordem determinada. Esta ordem produz uma unidade geográfica distinta das outras próximas, e daí surge o seu caráter único e individual. E ao descrever esta unidade, as regras para entender as dinâmicas sociais que ali se organizavam estavam postas. Conforme Gomes (2001, p.55), o conceito de região surge desta “ideia de o que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade”.

A reação a esta abordagem, surge, sobretudo, com a consolidação do campo disciplinar da Geografia e, sobretudo, a formação da escola de Geografia Regional francesa – do qual Gallois (1908) é um dos expoentes. Segundo os críticos, “a natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas é sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade da escolha” (GOMES, 2001, p.56).

E como tal, a região natural não pode ser o fundamento da Geografia, considerando que o ambiente não consegue dar explicações sobre o movimento da sociedade⁴⁰.

Para Requena (1991-1992), apesar das críticas e das distinções entre uma região natural, determinista, e uma região geográfica, possibilista, a região natural se consolidou no seio das interpretações e análises da região geográfica francesa. Segundo este autor, “Vidal sugere partir das células regionais plasmadas no suporte natural para estabelecer relações mais gerais (...) expressas pela constituição geológica do terreno”, etc., “relações mais gerais que permitem determinar a fisionomia das regiões” Com isto, para o autor, fica em evidência a sutil correlação entre os dois conceitos que, às vezes, são considerados antagônicos. Em outras palavras, “a consolidação do conceito de região natural é uma etapa implicada no próprio processo de consolidação de região geográfica” (REQUENA, 1991-1992, p. 26-27).

A nosso ver, a grande contribuição das discussões sobre a região natural advém justamente daquela ideia, conforme Roberto Lobato Correa (1990), de combinação ou associação de diversos sobre uma mesma área, formando um encadeamento que, por sua vez, dá origem as unidades regionais. Apesar das críticas a este postulado, no período contemporâneo, é evidente que região é, sem sobra de dúvida, um espaço de intermediação de múltiplos fatores, humanos, econômicos, sociais e naturais. Ao longo do tempo, sobretudo, devido às críticas e os avanços mais sistemáticos dos campos disciplinares, sobretudo, na Geografia, o conceito de região natural deslocou-se e se enclausurou na Geografia Física. Aquela interface sugerida por Gallois (1908), entre fatos naturais e humanos foi completamente abandonada, pelo menos teoricamente.

Apesar da grande influência do conceito de região natural, sobretudo, nas divisões regionais, este conceito perdeu espaço ao longo do tempo. Requena (1991-1992), em uma arqueologia do conceito demonstra a restrição deste a Geografia Física francesa e à escola da paisagem alemã. Isto se deve, segundo o autor, à importância dos fatos humanos (econômicos, sobretudo, com os conceitos de região funcional) na explicação regional, além da progressiva busca para romper com os laços “deterministas” desta concepção. Somado a isto, o processo de especialização do conceito de região natural e da Geografia Física, levou as análises à exclusiva compreensão do “meio físico” (REQUENA, 1991-1992, p. 28).

⁴⁰ A querela sobre se o ambiente influencia ou não as dinâmicas sociais são por demais conhecidas, as distorções e as ideologias que estes debates atenderam também, portanto, não entraremos no mérito da questão.

Apesar deste “encolhimento” das análises que se pautam na região natural, é preciso ter ciência que a emergência das ditas questões ambientais, as políticas de planejamento e conservação ambiental ainda colocam em pauta tal conceito. Evidentemente, é uma região natural reatualizada, ou melhor, não parte de uma bacia hidrográfica para se compreender as dinâmicas sociais, mas a situação geográfica de uma bacia fluvial revela muito do modelo de sociedade que ali se processa. Considerando, a “questão ambiental”, por exemplo, é preciso ponderar que estas não entram na análise regional no mesmo nível da Geografia Regional clássica - o meio e sua influência sobre os homens, mas ligado aos sistemas de engenharias de planejamento e o planejamento racional dos usos destes recursos.

Conforme Manoel L. da Silva Neto (2003), atualmente vivemos um período no qual as regiões históricas tendem a se tornar “rugosidades”, físico-territorial, “prestes a ser ultrapassadas (...) pela conformação dos sistemas de engenharia”. Estes se referem à racionalidade técnica colocada sobre o território e que impõem importantes transformações em grandes porções territoriais, e, portanto, produzem novos edifícios regionais. A diferença destes para as regiões históricas é que se baseiam no agir técnico e do controle rigoroso das ações. Das regiões que se originam deste processo, o autor cita aquelas da privatização das rodovias, produção e distribuição de energia, mas dá destaque aquelas advindas do planejamento ambiental.

Para Silva Neto (2003, p. 358), “os recursos naturais, tratados como sistema a reclamar a gestão racional do território, podem ser classificados como sistemas de engenharia”. Entre as regiões que surgem deste processo estão aquelas das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos “que paulatinamente vem aumentando o seu grau de influência na organização dos investimentos públicos e privados”. Nesse sentido, sublinha o autor, “ao dispor a organização regional a partir de bacias hidrográficas, interfere diretamente na política de uso e ocupação do solo”, muda as dinâmicas sociais e muda a arquitetura espacial do lugar que acolhe este, e, como defendia Guimarães (1942), produz uma nova unidade geográfica.

Silva Neto (2003) argumenta que os novos paradigmas destes processos de regionalização se pautam na divisão entre “o natural *versus* o artificial”. As tradicionais regiões, mesmo quando partindo dos fatores naturais, como as unidades de relevo, tendiam a considerar, mesmo que superficialmente, os fatores históricos. Com as regiões tendo origem no planejamento ambiental, ou da regulação e tecnificação dos recursos naturais, a configuração territorial emergente disponibiliza sobre o território grandes conjuntos

artificiais, “os sistemas de engenharias” que, na maioria das vezes, é alheio ao lugar que lhe acolhe. Isto leva a um duplo processo, “o uso racional dos recursos ambientais regionaliza os sistemas de engenharias”, que por sua vez produz novos encadeamentos e dá origem a unidades geográficas e, em sentido contrário, quando se “regionaliza os recursos naturais”, transformando, “eles próprios, em sistemas de engenharia”, novamente produz encadeamentos e unidades geográficas distintas (SILVA NETO, 2003, p. 359).

Em resumo, os sistemas de engenharias quando depositados sobre o território comandam uma nova configuração territorial, exige novos encadeamentos e, como tal, produz unidades geográficas distintas. Isto é, o território que acolhe estes sistemas é redimensionado, novas normas exercem o comando, e como resultado, novos edifícios regionais surgem. Quando se aplica este processo ao planejamento ambiental, os recursos naturais tornam-se, eles mesmos, os sistemas de engenharias, e deste modo são os agentes de novas regiões. A natureza (ou por olhar mais funcional, os recursos naturais), torna-se objeto apropriado e comandado pela técnica, e como tal está inscrita na genealogia dos edifícios regionais que daí surge. Mas, vejamos bem, a natureza, neste sentido, é uma natureza modificada, e seu reconhecimento como conformadora de regiões dá-se de forma completamente diferente daquelas de outrora, como em Gallois (1908), por exemplo.

Em sentido complementar, Renata Bovo Peres et. ali (2012), comenta sobre a recente experiência brasileira, a formação de consórcios para o desenvolvimento regional e a atuação dos comitês de bacias hidrográficas⁴¹. Segundo a autora, “a variável ambiental” entrou na definição de políticas públicas “tendo um destaque expressivo na constituição de novas institucionalidades de caráter regional”. A preservação dos recursos hídricos, institucionalizada pela Lei 9.433/1997, e a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, “tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gerenciamento” é representativo deste processo (PERES et. ali, 2012, p. 80)⁴².

⁴¹ Este fator não é novidade nas políticas regionais brasileiras, vejamos, por exemplo, as agências regionais de desenvolvimento, a CODEVASF, a própria SUDENE e a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia-CPVEA.

⁴² Sobre a atualidade das bacias hidrográficas nas análises de fenômenos sociais o artigo de Daniel Hogan é elementar. Ao considerar “necessidade de entender a relação entre processos naturais e sociais, propomos a utilização do ecossistema como unidade de estudo. As bacias hidrográficas são um destes ecossistemas, e uma escolha estratégica para a observação e a análise das relações sócio-demográfico-ambientais. Não estando delimitadas somente por critérios político-administrativos, elas são uma unidade ‘natural’ suficientemente grande para revelar as consequências ambientais da ação humana e as consequências sócio-demográficas dos limites naturais. Ao mesmo tempo, as atividades econômicas, apesar de serem diversas, tendem a guardar uma certa homogeneidade quanto ao nível de desenvolvimento. A comparação de bacias hidrográficas nos permitiria entender melhor a dinâmica das relações no interior de cada uma delas” (HOGAM, 1993, p.6).

O planejamento regional por meio das bacias hidrográficas norteia os usos das águas, adequando-os para a gestão territorial, aliás, tais mecanismos de planejamento também são agentes de configurações territoriais. Nesse sentido, “o recorte regional por bacias hidrográficas constitui um campo fértil para o segmento do modelo de governança” e o “controle social” sobre as bacias hidrográficas representa “uma *nova abordagem de gestão*” e, evidentemente, das políticas de planejamento (PERES et. ali, 2012, p. 80 [grifo no original]). Aqui, mais uma vez, um tradicional elemento de conformar regiões naturais é retomado, mas o sentido em que isto acontece é completamente diferente. Os mecanismos de planejamento que adotam as bacias hidrográficas como escala de ação, consideram, entre outras coisas, os arranjos espaciais da estrutura geológica e morfogenética da paisagem, além dos usos sociais pelo fato destes revelarem os padrões de ocupação territorial e de desenvolvimento.

Dentro das abordagens que considera os fatores naturais como determinantes para entender as dinâmicas de uma região ou para determinar uma região, estão às áreas prioritárias para conservação da natureza, ou melhor, as ecorregiões propostas pelas ONGs internacionais como TNC e WWF. Conforme a M.S Di Bitetti et. ali (2003), um dos autores do relatório, uma “ecorregião é uma unidade relativamente grande de terra ou água contendo um conjunto distinto de comunidades naturais que compartilham grande parte de suas espécies, dinâmicas e condições ambientais” (DI BITETTI et. ali, 2003. p. 27). Nesse sentido, tal como apontava Guimarães (1942), para as regiões naturais, um ecorregião terrestre tem um elemento natural dominante, geralmente, a vegetação que deve dar o caráter de unidade a tal divisão natural do espaço.

Dado o caráter de unidade das ecorregiões, estas são adequadas para o planejamento da conservação, entre outros fatores, devido aos processos evolutivos e ecológicos que criaram e mantêm a biodiversidade e suas correlações; além disso; propicia à manutenção de espécies que demandam grandes áreas pelo o fato das comunidades biogeográficas estarem correlacionadas (diria Gallois (1908) estão encadeadas); e finalmente, a ecorregião é a escala ótima para investimentos de esforços para se conservar a biodiversidade. A ecorregião, portanto, divide o espaço geográfico por meio de fatores estritamente ecológicos ou ambientais. Mas, sem sombra de dúvida, é uma releitura das tradicionais regiões naturais, vejamos, por exemplo, a recorrência às ideias de unidade e correlação dos fatores.

Os exemplos destas abordagens ambientais ou naturais nos mais variados campos se multiplicam. Evidentemente, citamos aqui aquelas mais pertinentes a esta tese. Poderíamos

acrescentar a abordagem ecossistêmica da CDB e a abordagem biorregional (objeto específico do próximo item) como também pertinentes a tradicional região natural. Mas, por ora, basta pontuar duas questões importantes: o processo de desnaturalização e renaturalização da região evidenciados neste processo.

Conforme Ana Clara Torres Ribeiro (2003), desnaturalização e renaturalização da região são processos concomitantes no período contemporâneo. Em um primeiro momento, com a “desnaturalização”, “as regionalizações conduzidas pelas características topológicas, topográficas e fisiográficas cedem lugar àquelas relacionadas ao monitoramento da ação do homem” (RIBEIRO, 2003, p. 201). Este fator, contudo, se amplia, os elementos constituintes mudam de grau, mas não perdem o caráter explicativo. Se em um primeiro momento há “desnaturalização”, isto é, o “meio” perde lugar de explicação à região e à regionalização, no lugar, novos paradigmas surgem. Isto é, a renaturalização, ou “a absorção da questão ambiental nos processos de regionalização” e, sobretudo, “a construção de consensos alimentados pela citação de determinantes naturalizados da vida social” (RIBEIRO, 2003, p. 201).

A renaturalização da região pode aparecer também por intermédio de novos enfoques dado a região e ao planejamento regional: os comitês de bacias hidrográficas, os sistemas de engenharia, o planejamento ambiental e a proposta das ecorregiões. Primeiramente, devemos dizer que esta é uma mudança ainda em processo, mas significativa do ponto de vista teórico e metodológico. Se na Geografia Clássica a região, as regionalizações davam-se à medida que naturalizava um conjunto de relações do homem com o meio, atualmente, a tecnificação e o agir instrumental das políticas de planejamento são exemplar do conteúdo com o qual se dá esta renaturalização da região.

Não podemos esquecer que por detrás deste processo há uma densidade normativa configurando os limites e as condições desta renaturalização. O planejamento ambiental, as diretrizes legais para a preservação ambiental, a definição de espaços destinados à conservação por meio de decretos e leis, são bons exemplos. Neste caso, o papel do Estado é relevante, mas há outros atores hegemônicos em ação, as grandes ONGs internacionais, por exemplo.

O leitor que nos acompanhou até aqui, deve ter se indagado, pertinentemente, qual é o significado dessas questões para se compreender um Mosaico de Áreas Protegidas? Afinal de contas, qual é a relação da região natural com o MSVP? A pretensão aqui foi demonstrar em que medida à natureza (os fatores ou recursos naturais) tornam-se elementos

de modulação do espaço, as abordagens e os tratamentos teóricos. Além disso, há uma questão mais de fundo, quando Doug Aberley (1999), ao referir-se a biorregião, afirma que “uma biorregião pode ser determinada inicialmente por meio da climatologia, fisiografia, dos animais e pela geografia das plantas, história natural e outras ciências naturais descritivas” (ABERLEY, 1999, p. 23). Isto não é também uma região natural?

Duas questões: 1) consideramos o MSVP uma biorregião. 2) além disso, consideramos a biorregião como um conceito muito influenciado por meio daquele de região natural. Aliás, Aberley (1999) admite esta influência, e por isso, compreendemos ser fundamental entender as bases teóricas deste conceito. Além disso, operamos com um princípio metodológico, aquilo que Foucault (2012) denominou de “recorrências”. A recorrência é uma prática social e histórica dotada de complexidade. Trata-se de retomar um conceito, ou uma “categoria” do passado, no intuito de reafirmá-la ou negá-la nos tempos coevos, ou como prefere Foucault, recorrer à história no intuito de afirmar/negar a cientificidade de uma construção teórica do passado no presente (FOUCAULT, 2012).

A teoria da recorrência demonstra como os conceitos são construídos, destruídos e reconstruídos, e como “velhos” conceitos ganham novos conteúdos. É claro que esta releitura não se faz sem as contradições, apagamentos ou atomização de certos elementos. Enfim, a recorrência é a retomada de um conceito em outro contexto geográfico e no intuito de explicar outros fenômenos. Um elemento importante no que se refere às recorrências teóricas está no fato de tratar o passado como “verdade adquirida” a qual se “recorre” em busca de filiação para definir o *status* do presente. Ou, em outros casos, o mais exemplar no que se refere à região natural, recorre-se ao passado no intuito de refutar certas proposições e formular outras, mas sem abandonar a região como mote explicativo. Com isso, reconhece-se “tradição”, o processo histórico de formulação do conceito, mas a recorrência quer dar outras operacionalidades a ele.

É com este olhar que compreendemos a recente retomada da natureza (ou dos fatores naturais) como elementos importantes tanto na construção teórica (ecorregião e biorregião) quanto na proposição de ações práticas (os mecanismos de planejamento ambiental e biorregional). Para se compreender uma biorregião como parte de unidade geográfica dada, uma bacia hidrográfica, por exemplo, acopla a isto um conjunto de relações sociais. Este conceito porta contradições, assim como o conceito de região natural (sua matriz teórica), mas porta também possibilidades, sobretudo, enquanto mecanismo de

planejamento e gestão da conservação da natureza. É a fim de demonstrar isso que escrevemos o próximo subitem.

3.3 Da região natural a biorregião - as recorrências de um conceito

Partimos do pressuposto de que as políticas ambientais de conservação da natureza e sua representação mais concreta, as UCs e, principalmente os mosaicos, ao se materializarem no espaço produzem um quadro geográfico que se diferencia daqueles no qual estas políticas ambientais não estão presentes. A empiricização das políticas de conservação traz consigo um conjunto de diferenças espaciais. Conforme a escala destas diferenças, torna-se eminente a possibilidade de um novo edifício regional – esta é a ideia a partir da qual elaboramos este item. É este movimento de empiricização das políticas ambientais de conservação que deu origem às diversas UCs do MSVP, e, conseqüentemente, também produziram diferenças espaciais e uma nova unidade geográfica, a biorregião do MSVP.

Este edifício biorregional, o MSVP, porém, tem características distintas tanto da região natural e como da região geográfica. Isso se deve aos mecanismos que operam em sua estruturação, ou melhor, a junção daqueles fatores mais propriamente “naturais” (a natureza e a biodiversidade) com aqueles de natureza cultural e histórica, aquilo que denominamos de fenômenos “bioculturais” – a impossibilidade de separar aqueles elementos “ditos” naturais destinados à conservação dos fenômenos culturais. E como tal, estes conceitos de região natural/geográfico-histórica, etc. são insuficientes para explicar a complexidade do MSVP. Isto não quer dizer que abandonamos o conceito de região, ao contrário, partimos da região para compreender aquilo que é derivado de seu conceito – a biorregião. Nesse sentido, a proposta deste item é apresentar o conceito de biorregião, sua origem dentro do movimento biorregionalista, as críticas e os desdobramentos e, no final, demonstrar a nossa compreensão do conceito de biorregião e a forma como empregamos para explicar o MSVP.

É preciso distinguir, inicialmente, biorregião e biorregionalismo, isto é, entre o conceito que considera um conjunto de elementos que vai do quadro da natureza aos homens que deste apropriam, daquele movimento ideológico e cultural que surgiu no EUA na década de 1960 – o primeiro, a biorregião, é que nos interessa mais de perto – e também a correlação entre os dois. Para Jean Jacob (2007), o biorregionalismo, enquanto

movimento ideológico ou cultural, tem como o pressuposto que “toda a vida (humana e não humana) tem um valor intrínseco (...) o homem tem o direito, em caso de necessidade, de satisfazer as suas necessidades vitais”. Trata-se de um julgamento “moral” que demanda o retorno à vida comunitária e tradicional, abordagem muito similar com aquela da ecologia profunda (JACOB, 2007, p. 69[tradução livre]).

Para Jacob (2007), este movimento de “contracultura” “emergiu no contexto cultural particularmente turbulento (anos de 1959-1970)”, “o biorregionalismo traduziu assim uma certa efervescência cultural”. A rigor, para os biorregionalistas os homens pertencem ao conjunto geral dos seres vivos, e mais, cultura e natureza encontram-se indissociáveis, e não separadas como pressupõem as tradicionais abordagens do mundo ocidental. A concretude deste movimento encontra no lugar ou na biorregião a escala ótima de sua realização. Jacob ao referir-se a um dos intelectuais de movimento, Gary Sander, comenta que “ele deseja combinar uma certa forma cosmopolitismo com uma ligação às raízes locais”, dado o fato de que “a cultura emerge de um contexto comunitário delimitado (...) às comunidades humanas devem fundar as suas existências em ‘nações naturais’ **determinadas pela linha de divisão das águas**” (JACOB, 2007, p. 69[tradução livre] [grifos nossos]).

Nesse sentido, conforme Aberley (1999) o biorregionalismo enquanto movimento ideológico e cultural, “está em contraste gritante e desafia as estruturas de comando e controle colocadas na paisagem, estruturas como as fronteiras do estado e dos municípios pelas quais tentamos dizer o que os lugares são ou não são” (ABERLEY, 1999, p. 13-14 (tradução livre)). Em outras palavras, para se realizar este modo de vida baseada na íntima interligação do homem com a natureza, as estruturas tradicionais de poder devem ser questionadas, inclusive aquelas do Estado-Nação. Além disso, os limites das tradicionais regiões são insuficientes para este movimento, dado o fato de que não conseguem captar todo o envolvimento das comunidades com o seu ambiente.

Conforme complementa o autor, o “biorregionalismo é uma doutrina de base social e comunitária baseado no ativismo que evolui totalmente fora da corrente principal do governo, indústria e das instituições acadêmicas”. A pretensão deste movimento é a criação de “uma rede interdependente de culturas sustentáveis, autossuficientes”. Este esforço quer um movimento de transformação social, em dois níveis pelos menos, um que parte da conservação e das estratégias sustentáveis de vida (notemos, não se refere a desenvolvimento, mas a padrões de vida), e o outro que demanda o poder para as

biorregiões “ecológica e culturalmente definidas”, espaços de maior coesão entre o natural e social, entre a cultura e a natureza (ABERLEY, 1999, p. 14 (tradução livre)).

Nas palavras de Aberley (1999), o biorregionalismo “evoluiu em resposta aos desafios de ligar culturas humanas, de maneira durável [sustentável] aos ecossistemas em escala-regional na qual estão irrevogavelmente incorporados” (ABERLEY, 1999, p. 13 (tradução livre)). E por fim, é preciso destacar a dimensão espacial deste movimento; para os biorregionalistas “uma cultura viável deve encontrar suas raízes em algum lugar”; este lugar deve basear-se no princípio “ecológico de auto-organização (ou *autopoiesis*)” (ABERLEY, 1999, p.15 (tradução livre)). O arcabouço estrutural do biorregionalismo parte do pressuposto de que a cultura é agente organizador da vida. É preciso lembrar como destacou Jacob (2007), a cultura dá-se em quadro geográfico específico, a biorregião, e como tal, esta deve fazer escolhas econômicas e dos modos de vidas compatíveis com o espaço que lhe acolhe.

Além das questões de fundo mais ideológico, os biorregionalistas buscaram também oferecer ferramentas conceituais para sustentar o seu discurso. Para isto, eles recorreram a vários campos do conhecimento, o destaque é, sobretudo, a Geografia, a Ecologia e a Biologia. E a partir disso, demonstra a complexidade dos fenômenos a partir de uma visão mais organicista da realidade, (e, sobretudo criticando as ciências ocidentais, consideradas como reducionista). Aliado às críticas as ciências, há também as severas críticas ao Estado. Para os biorregionalistas, “o Estado contemporâneo não se inscreve verdadeiramente às práticas humanas nas biorregiões”, aliás, suas ações acontecem em sentido contrário, responde a imperativos que vão contra aos interesses das comunidades e da natureza biorregional – por isso, deve-se contestar o seu poder (JACOB, 2007, p. 72 [tradução livre]).

O caminho inverso ao do Estado é aquele dos biorregionalistas. Além de identificar “zonas culturais biogeograficamente interpretadas (...) chamadas de biorregiões”, busca-se também encontrar formas políticas que atendam os anseios das comunidades (ABERLEY, 1999, p. 22 (tradução livre)). A vida comunitária e “tradicional”, a valorização dos laços de “harmonia com a natureza”, e anseio pelo “retorno da comunidade como campo político” é o principal anseio deste movimento (JACOB, 2007, p. 72 [tradução livre]). Jacob (2007) argumenta sobre a ambivalência deste movimento que ora se expressa em termos de um “romantismo”, ora por meio de um “racionalismo” apurado. Este surge enquanto

movimento de esquerda, mas acaba por desembocar em movimentos de extrema direita – no qual a relação entre biorregionalismo e localismo é impressionante.

O conceito mais importante deste movimento, e que mais no interessa nesta tese, é aquele de biorregião. É preciso destacar, inicialmente, o profundo empirismo e mesmo o reducionismo que este conceito opera sobre aquele de região do modo em que foi elaborado entre os biorregionalistas. Nesse sentido, Jacob (2007), referindo-se ao economista Serge Latouche, comenta que para este as biorregiões “são as ‘regiões naturais onde os rebanhos [troupeaux], as plantas, os animais, as águas, a terra e os homens forma **um conjunto único e harmonioso**” (JACOB, 2007, p. 69 [tradução livre] [grifos nossos]). É preciso notar duas recorrências ao conceito tradicional de região natural - o sentido de unidades dos fenômenos, “conjunto”, e o sentido de individualidade, “único”.

De modo geral, uma biorregião não é definida por critérios políticos e/ou administrativos, mas “geográficos” (digamos, naturais: hidrografia, relevo, flora, fauna, etc.), e permite compreender as relações que se estabelece entre as comunidades humanas e a natureza. Este termo apareceu pela primeira vez em 1997, na revista “The Ecologist”, no texto “Reinhabiting California” de autoria de Peter Berg et Raymond Dasmann. A Revista Elementos (Révue Éléments) publicou uma interessante entrevista com Peter Berg denominada “as fontes do biorregionalismo”. Na entrevista Peter Berg conceitua biorregião como:

(...) um espaço geográfico formando um conjunto natural homogêneo, quer seja pelo solo, hidrografia, clima, fauna ou flora. **A população faz parte da biorregião, mas na medida em que ela vive em harmonia com os estes dados naturais e do qual ela tira sua subsistência a longa data.** Em outros termos, uma população só pode fazer parte de uma biorregião se ela proteger e manter os equilíbrios naturais. É o que chamamos de ‘re-habitação’ (...) que consiste em relação de interdependência e de troca com o ecossistema da biorregião (BERG, 2001, s/p[tradução livre][grifos nossos]).

Considerando este contexto, Jacob (2007) comenta as dificuldades para se definir as biorregiões, dado o fato de haver múltiplos critérios para isso (“as formas do terreno, por exemplo,”), e que, talvez, o método mais preciso fosse redescobrir as antigas regiões “mais naturais”, até porque as “pequenas nações respeitavam estes critérios naturais, antes da imposição pelo Estado de fronteiras artificiais”⁴³. Mas de toda forma, aquelas regiões que

⁴³ O autor não comenta o que seria estas pequenas nações, do mesmo que explica o que são estes critérios naturais aos quais se refere.

obedecem aos critérios naturais podem ser compreendidas como biorregiões (JACOB, 2007, p. 71 [tradução livre] [grifos nossos]).

É possível notar um caráter mais estrito desta concepção de biorregião. Até porque, para os ideólogos deste movimento, é sempre a indissociabilidade entre os critérios naturais e a cultural local o mecanismo para a definição de biorregião, embora dê ênfase aos critérios naturais. Mas, conforme o autor, biorregião e região natural são conceitos similares ou mesmo sinônimos. Para Kirkpatrick Sale, por exemplo, outro teórico do biorregionalismo citado por Jacob (2007), “a região natural é a biorregião que constitui um verdadeiro dom da natureza. Suas fronteiras são naturais, flexíveis e não o fruto de ditames humanos”. Para este, há outras regiões naturais, como as “ecorregiões, georegião e morforegião”, estas, porém tem dimensões menores e acabam por se enquadrar dentro das biorregiões ou dentro da “realidade geográfica” das biorregiões (JACOB, 2007, p. 74 [tradução livre] [grifos nossos]).

Em sentido mais amplo, Aberley (1997), sem abandonar as referências às regiões naturais, comenta que uma biorregião é “um território revelado por semelhanças de fenômenos biofísicos e culturais” (ABERLEY, 1999, p. 37 (tradução livre)). E que os “limites finais de uma biorregião é melhor descrito pelas pessoas que vivem em seu interior por meio do reconhecimento humano das realidades da vida no local” E como tal, uma biorregião faz referência direta ao “terreno geográfico”, mas sem perder as referências “a um terreno da consciência” – a biorregião, as representações que os sujeitos têm sobre ela e sobre as formas de vida que aí se expressam, são fatores indissociáveis (ABERLEY, 1999, p. 23 (tradução livre)).

Aliado a este “terreno da consciência” é importante considerar o papel da população na definição das biorregiões. Porém, a população de uma biorregião deve ter uma identidade e uma cultura “única” e/ou “específica”. Esta identidade é identificada como “identidade biorregional”, ou a identidade relacionada a um território. No entanto, os agrupamentos humanos não devem ser grandes, ao contrário, é preferível as múltiplas pequenas comunidades na conformação de uma biorregião. A comunidade é constituinte da biorregião (desde que mantenha o equilíbrio, conforme argumenta Berg), sobretudo, a comunidade de modelo “tradicional”, aliás, esta é o modelo ótimo de sociedade, e a biorregião é o espaço de sua expressão.

A valorização da comunidade dá-se, entre outras coisas, devido à descrença no modelo urbano-industrial da sociedade ocidental, mas também pelo fato de que, para os

biorregionalistas, uma biorregião é uma comunidade política constituindo um “mosaico de comunidades variegadas, que se justapõem (comunidades, pequenas cidades, grandes cidades, (...)) com diferentes espécies vivendo lado a lado em um ecossistema” (JACOB, 2007, p. 74 [tradução livre] [grifos nossos]). É significativo este tratamento metafórico e organicista dado ao conceito de biorregião - as comunidades tradicionais e a biorregião são reduzidas ou comparadas aos ecossistemas ou a biorregião é reduzida apenas ao terreno geográfico.

A vida na biorregião demanda um modelo de desenvolvimento novo, baseado na “vida no lugar” (vivre en place), no conhecimento das relações ecológicas para que se possa construir um sistema social ecologicamente durável. Berg et. ali. (1997) defende as bacias hidrográficas como importantes na definição de biorregião, não somente pelo seu caráter auto-evidente, mas, sobretudo, devido à possibilidade de uma gestão racional da água. Com gestão das bacias em escala regional, as águas - elemento tão essencial à gestão da própria vida e dos mecanismos para a sua manutenção – a agricultura, por exemplo - também são submetidas a este processo.

Antes de evidenciar a nossa compreensão de biorregião que, evidentemente, dista em muito da concepção dos biorregionalistas, é preciso apresentar a crítica sóbria e consistente de Georges Canguilhem (2012) a estes movimentos de contracultura que anseiam pelo retorno à comunidade e a harmonia entre a sociedade e a natureza. Crítica que pode também ser estendida as suas concepções teóricas.

Ao estudar a relação entre ecologia e as técnicas da vida, Canguilhem (2012) se indaga como certas pesquisas científicas, que se fazem pela convergência entre a biologia, a climatologia e a geografia, torna-se um campo de discurso ideológico sobre a natureza. Ideológico, ambíguo e equivocado, acrescenta o autor, e que caminha em diversas direções. Dentre estas direções se destacam duas: (a) a reivindicação anti-tecnocrática de direita (apologia à “pequena” empresa agrícola ou comercial) ou de esquerda (apologia ao comportamento “selvagem”, a “comunidade” acrescentaríamos); (b) a reivindicação anti-tecnológica, indo da apologia ingênua, do naturismo e dos produtos agrícolas e hortícolas ditos “biológicos”, à publicidade para o turismo em regiões (...) subdesenvolvidas (CANGUILHEM, 2012, p. 2[tradução livre]).

Estas posturas foram construídas ao longo do tempo com a observação da ascensão da indústria e as mudanças radicais do homem sob ou meio. Canguilhem (2012) observa, porém, que este discurso ideológico assume toda a sua roupagem somente na segunda

metade do século XX. Parte-se de um fator lógico: os homens com os progressos e conquistas atuam não só como habitantes, mas como proprietários da terra. Este discurso desemboca em outra encruzilhada: a abolição do capitalismo.

Fato é, o sistema econômico dominante cujos imperativos favoreceram o desenvolvimento e crescimento da produção de bens industriais é o grande responsável pela amplitude da exploração dos recursos naturais. A solução de tal paradigma, de tal desordem, passa necessariamente, entre estes ideólogos, por uma “ordem anterior” (felizmente abolida, acrescenta Canguilhem), dita mais “natural” ou mais “humana” da relação homem-natureza. “Toda solução de simples retorno ou de tranquila regressão indica não uma utopia, substancialmente indispensável, mas um mito, substancialmente falacioso” (CANGUILHEM, 2012, p. 3[tradução livre]). A rigor, acreditamos que algumas formulações dos biorregionalistas se encaixam neste mito de retorno.

A ideia de retorno, de uma relação mais humana ou mais natural sempre esteve presente na relação do homem com a natureza, Canguilhem (2012) exemplifica isto com as mudanças operadas na agricultura inglesa. Segundo o autor, na época da primeira revolução agrônômica, a natureza foi evocada como antídoto ao veneno da civilização. Isto se manifestou na defesa das vilas, dos campos e dos prados como alternativa às inovações que se desenvolvia, no desejo e na defesa de modos “arcaicos” de cultura. À medida que a cultura de plantas forrageiras destronava as áreas naturais, quando as terras de pousio não eram mais mantidas, quando a indústria estimulava à produção, as práticas pretéritas tornam-se mais “naturais”.

Canguilhem (2012) completa o seu pensamento ao dizer que um dos “componentes” fundamentais deste mito de retorno é a ideia de “natural” como uma qualidade “de uma relação possível ou real do homem à natureza”, ou para sermos mais específicos, tal mito acredita no discurso de uma “harmonia” homem-natureza (CANGUILHEM, 2012, p. 3[tradução livre]). Para o autor, citando Hume e Franklin, o homem é uma espécie inventiva, exatamente, por sua natureza consistir em práticas “artificiais” (apropriando da natureza tecnicamente), isto é, o homem é um produtor de instrumentos – de técnicas que media relação/apropriação com a natureza (aquilo que denominamos de socionatureza). Com isso, fica claro que “o homem não se instalou sobre as suas terras como um animal sob o seu “território”. Sobre as linhas da paisagem, é necessário saber ler o efeito das técnicas do homem, assim como a espontaneidade da natureza” (CANGUILHEM, 2012, p. 3[tradução livre]).

Não é de se espantar, nos informa Canguilhem, que as primeiras abordagens da relação homem-natureza a conceba dentro do modelo organismo-meio (vejamos, por exemplo, a força do conceito de meio na Geografia francesa), haja vista que se trata de formulações advindas de biólogos de formação ou daqueles por eles influenciados. Esta formulação, porém, se traduz em reduções porque considera “os homens fazendo parte da natureza do mesmo modo que as rãs e os bois” (...) (CANGUILHEM, 2012 p. 4 [tradução livre]). O surpreendente, porém, é a identificação realizada entre o ambiente humano e o biológico sem considerar os processos de mediação - a técnica.

Não concordamos inteiramente com o autor, sobretudo, quando propõe a separação entre o científico e o político, mas as suas críticas são válidas no intuito de repensar “as naturalizações” que estes discursos de retorno remetem. Refletindo sobre a biorregião, as recorrências que esta realiza ao conceito de região natural, e mais a sua validade explicativa das nossas problemáticas, concordamos com Canguilhem (2012), que o homem enquanto ser vivo participa ativamente da natureza (ou da biosfera como prefere Canguilhem, ou da biorregião como quer os biorregionalistas), mas ao fazê-lo ele produz o seu próprio mundo, a tecnosfera (conjunto de produções técnicas que constitui para o homem o ambiente de produção e reprodução da vida). É preciso ter a ciência de que a tecnosfera não se produz isolada, ou a parte da natureza - sempre intrincadas, uma parte da outra. Em outras palavras, para construir a tecnosfera, o homem a reconstitui a natureza artificialmente, ou melhor, tecnicamente.

Além destas críticas mais gerais, há críticas mais precisas ao biorregionalismo e ao conceito de biorregião. A mais contundente destas é aquela de Dianne Meredith, em seu artigo “The Bioregion as a Communitarian Micro-region (and its limitations)” (MEREDITH, 2005). As críticas situam na ideia de “determinismo”, “unidade geográfica”, “identidade singular” e similitudes com o conceito de “região natural”.

Para Meredith (2005), o determinismo encontra terreno fértil entre os biorregionalistas e suas definições de biorregião. Quando se referem a comunidades bioculturais para se definir as biorregiões, na verdade estão referindo-se às determinações do meio sobre os padrões culturais. Além disso, o organicismo no tratamento do conceito também leva ao determinismo, isto é, as biorregiões como entidades vivas atuando sobre a cultura humana nos remetem aquelas elementos clássicos do determinismo, como por exemplo, o clima e suas influências sobre a moral. Isto se expressa, inclusive, quando se demanda uma “única” identidade ou às biorregiões enquanto individualidades.

Além disso, Meredith (2005) critica o sentido de “unidade” com qual é tratado a biorregião. Para ela, as regiões formam uma hierarquia funcional, inclusive quando é considerada do ponto de vista biorregional. O fato de considerar as biorregiões por meio das bacias hidrográficas revela o quão os biorregionalistas então ultrapassados teoricamente. Além disso, segundo a autora, uma bacia hidrográfica não forma uma unidade, considerando que estas são afetadas por problemas alheios a ela como os problemas climáticos, a qualidade do ar, etc. Enfim, as biorregiões não conseguem se isolar dos fatores externos, ou mais, as regiões (no sentido geral) se formam na conjunção de múltiplos fatores, inclusive aqueles de ordem externa.

Do nosso ponto de vista, Meredith (2005) é muito concisa em sua crítica, sobretudo, quando toca na questão do isolamento das biorregiões demandada pelos seus teóricos. Mas, a crítica à questão da unidade é facilmente contestada. É preciso lembrar, conforme destacou Guimarães (1942), unidade não é homogeneidade, unidade refere-se à forma específica como os fenômenos, culturais e naturais, evidentemente, se encadeiam na região. Em outras palavras, o mesmo conjunto de fenômenos se empiricizam de maneiras muito distintas conforme a densidade histórica dos lugares que lhe acolhem, e como tal, estes fenômenos produzem uma unidade diferenciada, e daí que surgem as regiões e as biorregiões.

Meredith (2005) estende outras críticas ao conceito de biorregião, sobretudo, critica o fato de se considerar as regiões naturais como biorregiões. Para ela, este modelo de conceituação a tempos foi ultrapassado, e atualmente, há modelos mais eficazes para se compreender a região. Além disso, é “perigoso” tratar as regiões naturais como regiões formais. Isto porque “a região formal é sempre uma simplificação excessiva, o que implica mais homogeneidade do que a normalmente presente, e é um produto da subjetividade humana” (MEREDITH, 2005, p. 88 [tradução livre]). Enfim, para a autora, os limites de uma biorregião não podem ser estritos como nas regiões naturais, é preciso considerar que as regiões culturais nunca se mesclam com uma bacia hidrográfica, por exemplo, e que as diferenças entre os grupos sociais comandam suas formas de apropriação da natureza.

E, por fim, Meredith (2005) critica a ideia de identidade única ou singular. Demandar unicidade das identidades só revela o completo desconhecimento dos processos identitários. Desconsideram-se as múltiplas determinações deste processo, e por fim, desconsidera a complexidade do fenômeno identitário. Mais do que unidade, as identidades expressam-se em multiplicidades. Embora haja correlação entre região e identidade, este

não é o único fator determinante, é preciso considerar a religião, os padrões culturais, a língua, etc..

Apresentado a pertinência das críticas ao conceito de biorregião, o intuito a partir deste momento é demonstrar o nosso entendimento deste conceito, considerando como referência o MSVP. Apesar da influência ideológica do biorregionalismo na conformação deste conceito, a partir da década de 1990 ele assume novo *status*, sobretudo, entre aqueles que visam criar políticas de planejamento da conservação da natureza. Kelton Miller (1997) foi expoente desta retomada da biorregião, mais especificamente daquilo que denominou de “gestão biorregional”. Para ele, a gestão biorregional é “um processo organizacional que capacita as pessoas a trabalharem juntas, a adquirir informações, a refletir (...) sobre o potencial e problemas da região”. Além disso, a gestão biorregional permite “estabelecer metas e objetivos, a definir atividades, a implementar projetos e ações acordados pela comunidade, a avaliar processos e a ajustar sua própria abordagem” (MILLER, 1997, p. 19).

Com este autor, o conceito de biorregião torna-se mais conciso e ganha caráter mais funcional – a biorregião como escala de planejamento. Para ele, uma biorregião é um espaço geográfico que acolhe um ou mais ecossistemas, mas acolhe na mesma medida as atividades produtivas (indústria, agricultura, pesca, etc.), e todas as populações que, direta ou indiretamente, depende dos elementos naturais para reproduzir seu modo de vida. A biorregião não obedece a divisões políticas e administrativas. Para encontrar a coesão do edifício biorregional torna-se necessário observar os elementos naturais (o ecossistema) e também os fatores culturais. A biorregião, assim como, a gestão biorregional manifesta-se em várias escalas – provincial, nacional e internacional (MILLER, 1997).

Gonzaga (2013) destaca que Miller trata a biorregião e a gestão biorregional dentro de uma abordagem ecossistêmica, que procura coadunar sociedade e natureza no mesmo conjunto de análises, ou melhor, incorpora “o fator ambiental aos processos decisórios de uma comunidade a partir de interesses comuns que incitem à ação”. Para o autor, o biorregionalismo de Miller busca manter o equilíbrio entre “as necessidades de sustento” da comunidade e o potencial que os recursos naturais da biorregião representam para esta própria comunidade (GONZAGA, 2013, p. 53). Em outras palavras, a sustentabilidade econômica de uma biorregião depende da conservação dos seus atributos naturais. Por isso, conservação da natureza e biorregião são processos indissociáveis em sua análise.

Uma das abordagens mais consistentes ao tratar do conceito de biorregião é aquela de Roberto P. Guimarães (2001), tendo como objeto de análise os fundamentos do planejamento biorregional, para ele a biorregião e o planejamento biorregional surgem do encontro entre os vetores “naturo-social”, da “síntese ou resultado (com sua conseguinte expressão territorial) dos diferentes setores sociais e as forças naturais que participam dentro de uma determinada região”. Em outras palavras, “trata-se de um processo no qual o espaço vai se construindo” na medida em que constroem um conjunto complexo e relações que dão consistência a biorregião (GUIMARÃES, 2001, p. 10 [tradução livre]). Se considerarmos as políticas ambientais de conservação da natureza como políticas de ordenamento territorial, podemos considerá-las também como indutoras de biorregiões – esta é a conclusão possível a partir da leitura de Guimarães (2001).

Toledo (2005) sugere que o reconhecimento do espaço nas políticas de conservação da natureza tem implicações diretas no conceito de biorregião. Para ele, a ciência da conservação, ao abandonar os paradigmas monocriteriais e monodisciplinares e reconhecer as transescalaridades da conservação, produz mudanças de paradigmas. Estas mudanças permitem integrar as dimensões sociais e culturais do qual carecia as políticas de criação de Áreas Protegidas, quer dizer, passam a “conceber então a criação de áreas naturais protegidas como partes integrantes de uma determinada região, o qual supõe sua integração com zonas sob o uso humano”. Este processo se desdobra no reconhecimento da íntima correlação da conservação da natureza com “os fatores econômicos, culturais, demográficos e políticos do desenvolvimento social regional” (TOLEDO, 2005, p. 77).

Para o autor, com esta abordagem mais ecossistêmica, “a proteção da biodiversidade se logra mediante a promoção e manejo de mosaicos de paisagem que inclui toda uma gama de zonas de diferentes tamanhos, formas e distintos graus de intensidade de manejo e (...), imersas em diversas dinâmicas ecossistêmicas e paisagísticas” (TOLEDO, 2005, p. 77). É notável a sutil correlação entre proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e biorregião, aliás, parece que um é indutor do outro. Para este autor, a biorregião tem relação direta com o manejo da biodiversidade por grupos humanos, bem como a memória biocultural destes povos, e pensa a conservação e o manejo da natureza a partir deste ângulo. Toledo não foge à regra de Miller (1997) e Guimarães (2001), em que o objetivo de uma biorregião é o de criar mecanismos de manejo e de desenvolvimento.

A partir disso, dúvidas surgem: quando se pensa as biorregiões dentro dos paradigmas da conservação da natureza, estamos referindo a biorregião enquanto conceito,

isto é, instrumental de análise ou a biorregião como fato, aquela que tem existência concreta? Para nós, trata-se de um duplo movimento. As biorregiões tem uma existência empírica concreta, mas também uma existência conceitual. Isto fica claro quando Toledo (2005) expõe os “axiomas” da conservação biorregional – o axioma biossocial, biocultural e bioprodutivo. É preciso destacar estes axiomas para se entender a compreensão de biorregião do autor.

O axioma biossocial pressupõe que a conservação da natureza se processa em íntima correlação com o desenvolvimento social (em suas mais variadas escalas: local, regional, nacional, internacional e global). Esta concepção considera “os esforços protetores [da natureza] como parte integrante de um conjunto de atos que tendem a lograr uma interação entre a sociedade e a natureza”. Por sua parte, o axioma biocultural, trata da impossibilidade de proteger a biodiversidade sem proteger a diversidade cultural e vice versa. E, por fim, o axioma produtivo, trata das ações “que buscam combinar a criação de um sistema de regiões que combinem as áreas protegidas com áreas sob o manejo da biodiversidade (...) sob o princípio geral de ‘produzir conservando e conservar produzindo’” (TOLEDO, 2005, p. 78).

Em Toledo (2005), as biorregiões existiram **antes** da criação das áreas protegidas (ou para usar um termo mais específico, as UCs), **com estas e a partir** destas - esta distinção é importante. Antes: as áreas de maior riqueza biológica são justamente aquelas manejadas por populações humanas secularmente, vejamos, por exemplo, o processo descrito por Darell A. Posey et. ali (1985), tratando do manejo e conservação do Cerrado pelos Kayapó, e da filosofia ambiental destes povos, demonstra a diversificação do número de espécies nas áreas manejadas. Toledo (2005, p.78) complementa esta ideia, para ele há uma sobreposição “geográfica entre a riqueza biológica e a diversidade linguística”. Isto quer dizer que a produção de uma socionatureza, ou melhor, de apropriação simbólica e funcional da natureza leva a identidade biocultural e, conseqüentemente, a produção de diferenças espaciais - a uma biorregião. A criação de uma UC ou de um mosaico pode sobrepor a esta biorregião e modificar a sua natureza substancialmente, mas não produz uma nova biorregião, dado o fato de que ela existe historicamente.

Mas, uma biorregião pode surgir com a criação de um conjunto de Unidades de Conservação e também com o reconhecimento de um mosaico. Como observamos no capítulo 2, as UCs tem como característica a modulação do espaço a partir das interdições, além de produzir o zoneamento do uso do solo e dos demais recursos naturais. Estas podem

ser incluídas também em políticas de desenvolvimento mais amplas, como o desenvolvimento regional, desde que se leve em consideração o anseio do “equilíbrio”, e mais, podem ser incluídas em mecanismos mais específicos como os mosaicos. Neste caso, mesmo não havendo uma biorregião anteriormente, as possibilidades de sua concretização são reais. Ao empirizar estas reflexões no MSVP, notamos este duplo processo – há uma biorregião que é anterior ao mosaico e o mosaico também é indutor de uma biorregião por meio daquilo que Miller (1997) denominou de gestão biorregional (conforme veremos em detalhes no capítulo 4).

Com intento de síntese, das análises até aqui realizadas, é preciso deixar claro a necessidade de dois termos na construção de uma biorregião – a sociedade e a natureza e o processo de imbricamento entre elas. Acontece que, às vezes, as abordagens tendem mais para a natureza. Isto acontece, entre outros fatores, devido à falta de distinção entre os conceitos de ecorregião (mais restrito a ecologia para definir áreas de grande quantidade de espécies) e biorregião. J. S. R. Pires et. ali (2004), aponta a distinção entre os conceitos, e afirma que com a biorregião a estratégia posta é “integrar as dimensões ecológicas e sociais, com base no desenvolvimento de estratégias de uso da terra para a produção de bens e serviços (...), incluindo aqueles relacionados à restauração e à manutenção da biodiversidade” (PIRES et. Ali, 2004, p. 26.).

Das questões levantadas até aqui ficou claro uma dupla concepção de biorregião, sobretudo, quando se refere à conservação da natureza: uma mais simbólica e ou outra mais funcional. A mais simbólica que trata das questões da identidade, da memória biocultural e que passa necessariamente pelas questões da socionatureza. Nesse sentido, a biorregião surge junto com as práticas históricas de apropriação da natureza, e desta apropriação surge os mecanismos de co-evolução que dão caráter distinto a estas áreas e conforma as biorregiões. A visão mais funcional vê na biorregião a possibilidade de criar políticas de planejamento e gestão dos recursos naturais, aliado a políticas de desenvolvimento e manejo da biodiversidade.

Evidente, estas dimensões não são antagonicas e mesmo, conforme poderemos ver no caso MSVP, se mesclam ou se complementam. Mas, para definir conceitualmente uma biorregião é preciso ter em conta alguns critérios a mais. No primeiro capítulo, quando narramos à forma como compreendemos a categoria região, destacamos algumas premissas, entre elas, a relação entre região e poder, a região como espaço de mediação entre o singular e o universal ou o lugar no qual os fenômenos se encandeiam. Destacamos a região como

uma síntese concreta de fenômenos encadeados, e como tal, esta síntese cria uma coesão (sempre parcial) da região. Além disso, quando discutimos as questões referentes à região natural, apontamos um ponto importante, a questão da região como unidade geográfica graças aos processos de diferenciação espacial. Para compreender a região enquanto categoria, estes processos são fundamentais, assim como, para se compreender a biorregião enquanto conceito.

Um esclarecimento é necessário. Compreendemos a biorregião enquanto conceito recorrente a categoria região (a região natural e histórica), e como tal, tem muitos dos elementos estruturantes das tradicionais conceituações. Por isso, recorremos a teorias referentes à região para explicar o conceito de biorregião. Enfim, se as regiões de polarização surgem devido ao comando de uma metrópole, a região natural de um elemento natural, etc., podemos dizer que o evento que comanda uma biorregião tem relação direta com o encadeamento entre a sociedade e a natureza, seja de modo mais simbólico como entre os camponeses, indígenas, quilombolas do Cerrado, seja de forma mais funcional, a partir de um conjunto de políticas ambientais destinadas a criação de espaços para a conservação da natureza.

A biorregião é uma síntese concreta de um conjunto de fenômenos que, em condições históricas dadas, se correlacionam ou se encadeiam – fenômenos sociais e naturais. Cada biorregião tem um conjunto de eventos empíricos que oferece a coesão de seu edifício estrutural. Fizemos várias menções a biorregião como unidade geográfica, vejamos bem, unidade não tem relação com homogeneidade ou isolamento, trata-se mais da relação dialética entre os múltiplos fatores que concorrem entre si para formar uma configuração territorial, estes fenômenos são distintos uns dos outros, ora se complementam ora se excluem. Esta processualidade é fundamental para formar a síntese do edifício biorregional e também os elementos que lhe dão coesão.

Pode parecer estranho falar de coesão espacial ao referir a biorregião. Argumentos contrários a isso podem surgir, como, por exemplo, aqueles referentes aos processos globalização. A globalização age justamente em sentido contrário, rompendo as coesões e impondo a desordem espacial. Tal ideia é facilmente contestada, a globalização rompe um conjunto de coesões para criar outras mais pertinentes a sua expansão. Rompe a coesão das regiões históricas para dar lugar às regiões funcionais comandadas pelas grandes metrópoles. Com isto, afirmamos que não há região e, portanto, não há biorregião sem um conjunto de elementos que fornece a coesão a seu edifício (mesmo que seja parcial). No

caso das biorregiões, é a relação concreta da sociedade e natureza, e mais especificamente, a da biorregião do MSVP que a coesão é dada pela empiricização das políticas de conservação da natureza em UCs.

Portanto, a biorregião enquanto configuração espacial é dada pelo imbricamento entre o social e o natural tem uma coesão. Encontrá-la é aprender a própria natureza da biorregião. Milton Santos (2014) nos diz “que a história atribui funções diferentes ao mesmo lugar”, conforme estas funções diferenciam e/ou conforme se empiricizam um conjunto novo de funções, uma arquitetura espacial distinta surge (SANTOS, 2014, p. 54). Podemos dizer que estas funções, a função de conservar a natureza, por exemplo, são as responsáveis pela coesão (funcional e simbólica) das regiões e/ou das biorregiões. E mais, podemos dizer que elas são as responsáveis pelas sínteses concretas que são as biorregiões em cada período histórico.

Uma biorregião tem uma configuração territorial específica, aliás, é esta configuração que oferece a sua unidade geográfica⁴⁴. Uma configuração territorial “é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível” (SANTOS, 2014, p. 85). Para nós, uma configuração territorial é sempre “um sistema” de eventos (para usar uma palavra de Milton Santos) encadeados em um tempo e um espaço determinado, em certas condições e com certos interesses. A conservação da natureza, com as interdições e controle de usos, elabora uma configuração territorial. E é justamente esta configuração que dá origem as diferenças espaciais que conformam a biorregião do MSVP.

A ideia de encadeamento é uma das mais ricas advindas dos clássicos, sobretudo, de Paul Vidal de La Blache. Segundo este raciocínio, todas as coisas mantêm um conjunto de relação entre si, e conforme aumenta ou diminui estas relações, as diferenças surgem. Nesse sentido, Vidal de La Blache (2012), no Prefácio de seu Atlas, comenta sobre a importância de olhar o “conjunto” dos traços que compõem uma região. Para ele, é questão metodológica considerar “o princípio de conexão que une os fenômenos geográficos”, até porque “é nessa ligação que consiste a explicação geográfica de uma região”. Vistos isoladamente, os fenômenos não tem valor de “fato” (científico, evidentemente), é preciso

⁴⁴ A forma como os eventos geográficos se empiricizam por meio das políticas ambientais de conservação da natureza, com as UCs e/ou MSVP, por exemplo, produz uma configuração espacial distinta, e dada à natureza destes eventos e a forma como eles se processam, formam uma unidade. A forma como os eventos se empiricizam, ou melhor, a forma como se dá o encadeamento dos eventos no espaço, produz a biorregião enquanto unidade espacial.

situar os fenômenos no encadeamento “do qual fazem parte” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p. 43).

Para Vidal de La Blache, “as características de uma região [*contrée*] é algo complexo, resultado do conjunto de um grande número de aspectos e da maneira como eles se combinam e se modificam mutuamente” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p. 44). Acreditamos que este princípio vale também para as biorregiões, o encadeamento de vários fatores, de ordem natural, política, econômica, social e cultural, e as formas como estes se combinam modifica substancialmente a gramática espacial, e por isso mesmo, é responsável pela produção de diferenças que formam as unidades espaciais biorregionais. Acontece, conforme demonstra Milton Santos, que fenômenos encadeados na região (e na biorregião) são de ordens diversas. Em outras palavras, a região atua como espaço de mediação entre aqueles fenômenos de ordem distante (global ou mundial) e aqueles da ordem próxima (local, regional ou nacional).

É preciso ampliar esta questão. As biorregiões, a configuração do edifício biorregional, se dá por meio dos eventos internos e externos (de ordem próxima e de ordem distante)⁴⁵. A face interna dos eventos refere-se a “tudo o que, num momento dado, está presente num lugar determinado (...), as suas variáveis tem as dimensão do lugar (...) o interno é aquilo que (...) aparece como local”. Por sua vez, os eventos externos referem-se aquelas ações que se dão fora do lugar, àqueles processos alheios e que tem uma escala maior de ação (SANTOS, 2014, p. 104-105).

Nesse sentido, os encadeamentos entre aqueles eventos internos e externos produzem a configuração da biorregião. É preciso considerar este processo de intermediação, sendo a biorregião a síntese desta, ou melhor, o resultado da espacialização e empiricização de um conjunto de eventos. É imprescindível considerar estes fatores, sobretudo, à forma como os eventos se distribuem no espaço, e como a biorregião acolhe e os transforma. Ao se referir à natureza dos eventos e seu poder de transformação, Milton Santos destaca que os “eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão novas características”. Por esta característica, ao se confrontar com as dinâmicas locais “os eventos dissolvem as coisas”, mudam a natureza do lugar e de sua

⁴⁵ Milton Santos cita vários autores e várias concepções de eventos, mas sem definir claramente o seu conceito. Para nós, um evento é similar a um acontecimento histórico e geográfico, portador da atualidade, os eventos são sempre do tempo presente e carrega em sua genealogia esta condição. Em cada evento há normas, técnicas, interesse e interessados. O evento se torna concreto quando se empiriciza.

configuração e coloca diante de nós outra “geografia e uma nova história” (SANTOS, 2004, p. 146).

A compreensão de uma biorregião pressupõe um duplo processo de análise. Primeiramente, parte-se do princípio que os eventos internos têm uma história para contar, a história do seu processo de empiricização, o conteúdo de um evento e também o modo como este ganha concretude revela os diversos interesses e interessados. Apesar de sua importância primeva, os eventos internos são insuficientes para se compreender uma biorregião enquanto totalidade, é preciso destacar aqueles de ordem distante, e a maneira como a biorregião os acolhe, os transforma e, finalmente, os empiriciza. Atualmente, conforme Milton Santos (2013), o número de mediações que se dão no quadro regional é grande, daí a necessidade de refletir sobre os processos que unem os eventos de diversas naturezas.

A partir disso, podemos dizer que uma biorregião é composta por dois movimentos complementares. Na genealogia das biorregiões há elementos que advém de suas próprias características, fator que expressa a sua singularidade diante outros espaços. Mas, para modificar esta estrutura genética primeira das biorregiões, há aqueles elementos advindos da sua inserção na totalidade. Em outras palavras, as biorregiões surgem do processo de mediação entre o singular e o universal, entre o local e o global. Conforme Thiago Alves Macedo de Brito (2007), a “região [a biorregião para nós] não pode abrigar, ao mesmo tempo, a causa e o efeito dos fenômenos nela contidos, pois a dinâmica do mundo atual mostra (...) que a conexão entre os fenômenos, em muito ultrapassa, seus limites” (BRITO, 2007, p. 55).

Esboçamos este princípio de conexão ou de encadeamento dos fenômenos, mesmo sem dizer claramente, quando descrevemos os múltiplos fenômenos imbricados na história particular de cada UC da biorregião do MSVP. Nenhuma das UCs descritas respondem propriamente a interesses internos, apesar de internalizar múltiplos interesses – voltaremos a esta questão com mais detalhes ao discutir a configuração da biorregião do MSVP no próximo item. Isto quer dizer que além daquela “solidariedade orgânica” dos tradicionais edifícios regionais, é preciso levar em consideração também as “solidariedades mecânicas” e sua empiricização para se compreender a configuração do edifício biorregional (SANTOS, 2013).

Carece dizer que a coerência de uma biorregião, o que lhe confere *status* de unidade, é o encadeamento dos eventos internos e externos, que faz com que cada biorregião/ região

seja a combinação dialética incessante de variáveis, com historicidades distintas que nem sempre coadunam de forma perfeita. Por isso, é sempre uma coesão parcial, instável no tempo-espaço. É preciso dizer que justaposição de eventos (arsenal técnico, normas, etc.) dota as biorregiões com o caráter de unidade - devido à natureza histórica, à natureza dos eventos e da articulação que estes realizam.

Resta um último ponto de análise, o tradicional sentido etimológico da palavra região – *regere*. O que confere a este conceito uma dimensão política e uma dimensão de poder. Tadeu Alencar Arrais (2007), aliás, sugere a região como “arena política” ao discutir a formação da região Centro-Goiana. Para ele, quando qualificamos a região com o adjetivo “política”, ou melhor, ao propormos a região como instrumento político, são as relações de poder, de gestão e controle do espaço que estamos explicitando. Assim, “o controle, que pode ou não ser coercitivo, se opera com pressupostos políticos em uma determinada base territorial”. Este controle envolve três dimensões, a “dimensão material” (presente nos processos de produção da região), “a dimensão normativa” (“ou as normas jurídicas que regulamentam as relações sociais”) e a “dimensão discursiva” (o discurso enquanto objeto de construção de uma representação da região) (ARRAIS, 2007, 32).

Quando descrevemos a conservação da natureza pela sua face geopolítica ou como agente de modulação do espaço, é esta face política envolvida na biorregião do MSVP que visávamos. É evidente, que o sentido de ordenar o espaço para geri-lo conforme os princípios da conservação liga-se sutilmente o sentido primeiro de região. Mas isto se dá sobre uma base material, o espaço, e busca impor interdições de uso e acesso. Este controle do espaço dá-se com base na densidade normativa por detrás da conservação, e ao empiricizá-las tem tanto a modulação (e a produção de formas espaciais diferenciadas) como também o ordenamento do espaço. Mas, as normas e os controles que estas permitem não existem sem uma base discursiva que crie “os consensos” necessários a sua justificação. O instrumental ideológico do discurso enquanto ferramenta para explicar e justificar a própria existência de UCs e também do MSVP.

Portanto, quando pensamos a biorregião, sobretudo, estas mais funcionais ligadas à conservação, gestão e manejo da natureza, esta face política de controle do espaço é explícita. Isto quer dizer que a biorregião e relações de poder (político, sobretudo) são cognatos. E como tal, a biorregião se modifica conforme mudam estas relações, é um dado de um momento histórico em mutação, não está presa a seus limites propriamente ditos, mas naqueles processos que nela se realizam e a ela dão concretude. Mariana Vercesi de

Albuquerque (2003, p. 538), ao referir-se a região, diz que “regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão”, para nós, a biorregião do MSVP, tal como a vemos no período coevo, existe porque se empirizou um conjunto de normas, de eventos, de interesses e interessados, elementos que lhe dão coesão funcional.

Para finalizar este item, cabem algumas reflexões finais:

- O conceito de biorregião tem mais a ver com aqueles tradicionais conceitos que refletiam a região a partir da perspectiva homem-meio do que podemos imaginar. Há esta recorrência a elementos “tradicionais”, mas aliados a outros, como por exemplo, a temática ambiental da conservação da natureza.
- Embora os primeiros teóricos biorregionalistas tendessem a considerar a biorregião como um conceito sinônimo ao de região natural, os avanços, sobretudo, nas disciplinas ligadas a conservação da natureza demonstrou a ineficiência deste conceito, e propôs uma abordagem mais ecossistêmica.
- A biorregião é um conceito rico de possibilidades, mas para isso devem-se colocar em debate os seus problemas estruturais, especialmente, aqueles ligados ao determinismo geográfico. Para isso, colocar a face política e as relações de poder imbricadas no edifício biorregional é essencial.
- Para nós, uma biorregião é uma unidade geográfica construída no tempo-espaço graças à empirização de um conjunto de eventos internos e externos. Este encadeamento de eventos materializa as diferenças espaciais, e também produz a coesão do edifício biorregional.
- Tratar de biorregião é tratar da natureza e da sociedade, e de seu processo de imbricamento, é, portanto, tratar da socrionatureza como indicativo na produção de recortes espaciais com conteúdo distintos.
- A conservação da natureza por suas próprias características de ordenamento e gestão do espaço, é um agente que produz diferenças espaciais graças às interdições e controle do uso e acesso à natureza, e também é um indutor na produção de edifícios biorregionais.
- A biorregião é, portanto, a síntese concreta de múltiplos fenômenos, e no caso do MSVP, esta síntese se deu graças à materialização das políticas de conservação da natureza por meio das UCs.

Neste item apresentamos, teoricamente, o conceito de biorregião. No próximo item a intenção é demonstrar como as ideias aqui apresentadas se dão empiricamente na análise da formação da biorregião do MSVP.

3.4 Características e fundamentos da biorregião do MSVP

Conforme apresentamos no item anterior, o conceito de biorregião foi retomado, sobretudo, para explicar as políticas de planejamento e manejo de UCs (ou das áreas protegidas). Este princípio pode ser aplicado também para se compreender os processos que se engendram na estruturação do edifício biorregional do MSVP. Nesse sentido, o objetivo deste item é demonstrar as características e fundamentos da biorregião deste mosaico, analisando desde o quadro biofísico até os mecanismos de planejamento e gestão que orientaram o reconhecimento do MSVP. Trata-se de explicar quais fenômenos estão imbricados na formação desta biorregião, as suas características e os seus elementos fundamentais.

Carece fazer duas ponderações iniciais; a primeira delas é que vários fatores concorrem para formar a biorregião do MSVP - aqui privilegiamos aqueles fatores considerados importantes na constituição de um mosaico, entre eles, o quadro biofísico e a identidade biorregional, UCs e a conservação da natureza; a segunda questão é referente à existência de uma biorregião anterior à chegada das políticas de conservação, isto para nós, é um fato, as diversas gramáticas sociais presentes nesta área é indicativo deste processo. Partimos destas análises para refletir como estes elementos são absorvidos com a biorregião do MSVP, por exemplo, como a identidade territorial e o manejo do ambiente das comunidades camponesas são inseridos na proposta de desenvolvimento do Plano DTBC. No quadro 7, buscamos sintetizar os dois itens precedentes, aquele que trata teoricamente dos mosaicos e aquele referente ao conceito de biorregião.

O intuito do quadro 7 é de realizar uma comparação entre os principais elementos elencados ou demandados como justificativas e explicação para um mosaico e uma biorregião. Há uma convergência substancial entre as duas propostas, e a partir deste quadro e dos desdobramentos escrevemos este item.

Ao seguir a proposta de síntese esboçado no quadro 7, fica em evidência a convergência dos conceitos. É preciso entender que os mosaicos foram pensados dentro da abordagem ecossistêmica do CDB, e como tal, traz um conjunto de experiências pretéritas, entre elas a gestão biorregional, para as suas orientações. Isso não quer dizer que CDB tenha um esboço claro de gestão biorregional, apenas deixa alguns indícios que revelam esta influência. Também não podemos deixar de lembrar a influência do PNRs franceses, que tem uma abordagem eminentemente regional para a conservação. Em outras palavras,

parece que a proposta dos mosaicos procura fazer uma síntese de diversas influências pretéritas, cujo intuito é pensar uma política de conservação em escala regional.

QUADRO 7: Comparação entre a proposta dos mosaicos e os eixos norteadores de uma biorregião

Mosaicos	Biorregião
Unidade biocultural Conservação da natureza aliado a cultura e modos de vida das comunidades locais (indígenas, quilombolas e camponesas).	Unidade biocultural Biodiversidade e os múltiplos sistemas de manejo desenvolvidos pelas comunidades ao longo da história.
Identidade territorial Pertencimento ao lugar, ao mosaico e a seus múltiplos espaços.	Identidade biocultural Pertencimento e reconhecimento do lugar.
Quadro biofísico/natureza e biodiversidade A bio-diversidade da natureza é o principal mote de ação.	Quadro natural e ou biofísico /ecossistema A representatividade do ecossistema dentro dos mecanismos de conservação.
Unidade geográfica A unidade geográfica é dada por meio dos diversos territórios de sua composição: das UCs, a terras indígenas e quilombolas.	Unidade geográfica Nem tão pequena que não permita os processos de co-evolução e não tão grande que as pessoas não se reconhecem como pertencentes.
Relação de equilíbrio entre sociedade e natureza As UCs de um mosaico, de distintas formas, visam manter o equilíbrio entre sociedade e natureza por meio de políticas de desenvolvimento de base conservacionista.	Relação de equilíbrio entre sociedade e natureza A gestão biorregional busca criar mecanismos de desenvolvimento e manejo dos recursos.
Gestão e desenvolvimento de base conservacionista Desenvolvimento baseado nas práticas que mantenham o equilíbrio da natureza e gera renda para as comunidades envolvidas com a conservação.	Desenvolvimento com sustentabilidade A biorregião vista pela ótica do desenvolvimento é mais funcional; e é o espaço ótimo para mecanismos de gestão e desenvolvimento sustentável.

Org. Martins, G. I., 2015.

Estas questões foram pontuadas no item 1 deste capítulo, agora a proposta é demonstrar como o quadro biofísico, identidade territorial ou biorregional, unidade geográfica, a gestão, planejamento e desenvolvimento confluem para a estruturação do edifício biorregional do MSVP. Os elementos elencados no quadro 9 são os pilares de sustentação da teoria das biorregiões e dos mosaicos. Quando situamos o MSVP dentro desta contextualização teórica, compreendemos as características de seu edifício biorregional, e abrimos o caminho para analisar mais aprofundadamente os próprios mecanismos de gestão, planejamento e desenvolvimento tão caros a proposta do Plano DTBC.

O primeiro elemento indicativo de uma biorregião refere-se ao “quadro biofísico” (ou poderíamos dizer, a socionatureza) e/ou diversidade biótica e abiótica de uma

determinada área. Podemos dizer que este quadro biofísico é à base de sustentação do edifício biorregional, sobretudo, aquele do MSVP. Trata-se de um empreendimento importante na complexidade de uma biorregião, isto é, o entendimento do papel dos elementos naturais na produção de diferenças espaciais e, ao mesmo tempo, enquanto alternativa possível para se pensar uma política de gestão e planejamento.

Nesse sentido, a ação da natureza na conformação de uma heterogeneidade biótica e abiótica exerce importância fundamental na diferenciação de áreas (na diferenciação entre as biorregiões), e como tal, para se compreender esta biorregião é preciso entender esta diferenciação. Nesse sentido, quando observamos atentamente o Plano DTBC, há sempre uma referência ao ambiente de Gerais. Para nós, a denominação “Gerais” é por si, um recorte espacial, isto é, dentro da complexidade do Domínio de Cerrados, os Gerais, enquanto quadro biofísico, é, desde o início, o indicativo de uma diferenciação espacial baseada em critérios “naturais”.

A rigor, os Gerais, é uma unidade de paisagem diferenciada e é, portanto, o quadro biofísico no qual se assenta a biorregião do MSVP. Quando procuramos determinar a historicidade do termo “Gerais” (ou “Geraes”, como se escrevia no pretérito), nos deparamos com o sentido de complexidade paisagística. E mais, conforme Paulo Bertram (1999), ao descrever historicamente aquilo que ele denomina de território do grande sertão, os Gerais é:

O sinônimo antigo para Cerrado – os Gerais – parece-nos descrever melhor a complexidade paisagística do ecossistema. Gerais implica em junção de gêneros – matos, campos, várzeas – nessa harmônica unidade na diversidade que é exatamente o Cerrado. Metade ou mais de Minas é Cerrado, é Gerais. (...) os Gerais cerratenses, as chapadas, o universo de João Guimarães Rosa (BERTRAN, 1999, p. 44).

Para Gervaise (1975), “os Gerais podem ser considerados como uma forma extrema do domínio morfoclimático dos Cerrados (...). Eles podem ser estendidos, também, aos chapadões de arenito que margeiam o São Francisco (...)”. A fisionomia da paisagem se modifica conforme muda a natureza do solo. Além disso, nos Gerais há uma forma singular por meio do qual as formas de relevo se associam, “cujo aspecto plano parece quase perfeito” (GERVAISE, 1975, p. 34). Os Gerais se situam, sobretudo, na margem esquerda do rio São Francisco e, se estendem por outros estados como Goiás e Bahia. A sua principal característica é a grande extensão de chapadas, com o relevo pouco elevado, com cobertura vegetal arbustiva e rasteira, tem na maioria dos lugares “solos arenosos” e secos formados

por areias quartzosas. O principal, porém, dos Gerais, é que ele é entremeado por outras formações: as Veredas, as Matas Ciliares que acompanham um número relativo de rios e riachos, as encostas e as chapadas. Em outras palavras, os Gerais é por si, um mosaico paisagístico diverso em sua unidade. Mais do que a predominância de um elemento e/ou a homogeneidade, prevalece à diversidade. A seguir, citamos mais longamente Gervaise (1975) para descrever a complexidade paisagística dos Gerais:

[Nos Gerais] Um andar de gramíneas cobre o solo de maneira imperfeita, dominado por um andar arbustivo pouco denso de arbustos retorcidos típicos. O aspecto do cerrado muda bastante quanto à cor do solo, mais escura indica maior fertilidade; (...).

O cerrado aparece, então, com fisionomias variadas e o cerradão forma manchas compactas. O aspecto arbóreo se completa pela introdução de espécies de mata de várias palmeiras, como o a do típico “catolé”. Essa variedade vegetal é devida a dois fatores complementares:

- A topografia exerce uma influência considerável sobre a riqueza dos solos e conseqüentemente já foi reconhecida como elemento de primeira importância na distribuição da vegetação; muito mais variadas nas baixas chapadas e zonas onde a erosão desmantelou as superfícies anteriores, (...) onde os solos foram rejuvenescidos.

- Ao nível de Januária, o contato com a zona de caatinga introduz mais um elemento de variedade (...) a distribuição espacial das formações vegetais.

Domínio adaptado à criação, ele é, pela pobreza dos que se renovam lentamente, bastante hostil à agricultura que se refugia ao longo dos vales. É da importância dele que vai depender, então, a variação e a densidade do povoamento. (...) Nas chapadas e nos Gerais, os vales constituem ilhas agrícolas (...).

Nas chapadas, os vales tomam frequentemente o aspecto característico de Veredas. Essas depressões de origem discutida, são famosas, sendo muitas das vezes, objeto de uma espécie de afeição popular, talvez por causa da presença da elegante e útil palmeira buriti (*Mauritia vinífera*), mas sobretudo, porque a presença de água, mesmo se o seu excesso e a má drenagem podem transformar certas depressões em pântanos, criar as condições necessárias à concentração da população (GERVAISE, 1975, p.34-35-36).

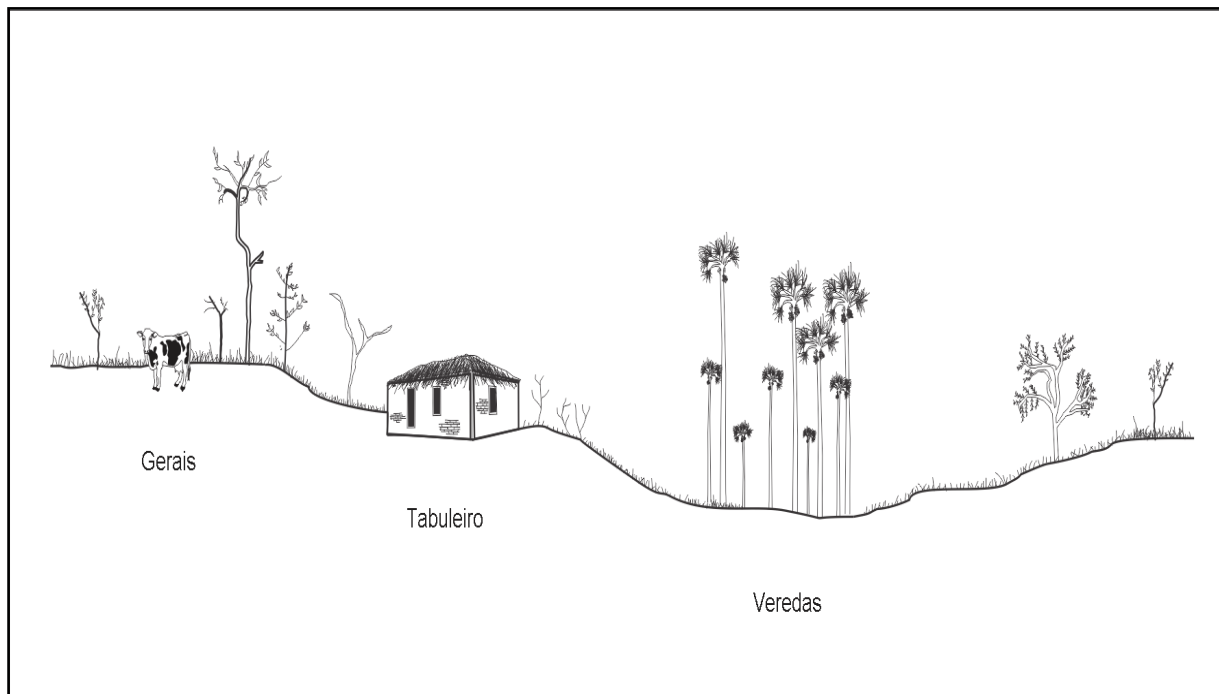
Em uma de suas cartas, João Guimarães Rosa destaca que: “você sabe, desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e sobretudo Noroeste), aparecem os “Campos Gerais”, ou “Gerais” – paisagem geográfica que se estende, pelo Oeste da Bahia, e Goiás (onde a palavra vira feminina: as Gerais)”. E completa:

O que caracteriza esses Gerais são as **Chapadas** (planaltos, amplas elevações de terreno, chatas, às vezes serras mais ou menos tabulares) e **os chapadões** (grandes imensas chapadas, às vezes séries de chapadas). (...) **É tão poroso, que, quando bate chuva, não se forma lama nem se veem enxurradas, a água se infiltra, rápida, sem deixar vestígios,**

nem se vê, logo depois que choveu. A vegetação é a do cerrado: arvorezinhas tortas, baixas, enfezadas (só persistem porque têm longuíssimas raízes verticais, pivotantes, que mergulham a incríveis profundidades) (ROSA, 2003, p. 40-41 [grifos nossos]).

É preciso ter a ciência que vários fatores concorrem na formação da fisionomia da paisagem dos Gerais. Entre eles, os índices de precipitação, geomorfologia, litologia, pedologia e a vegetação. No caso dos gerais, as chapadas resultantes deste conjunto de fatores é um elemento essencial para se compreender as dinâmicas do quadro biofísico da biorregião do MSVP. As chapadas são constituídas por Arenitos do Cretáceo da Formação do Urucuaia, e são fundamentais para todo o ciclo ecológico biorregional, pois funcionam como “área de carga” abastecida pelas águas “meteóricas”. Conforme escreve Guimarães Rosa (2003), o solo é “poroso”, isto permite que boa parte das águas das chuvas se infiltre para abastecer as áreas de “descarga”: Vereda de Superfície Tabular e de Encosta, rios e riachos. Isto é, as chapadas tem papel fundamental na regulação do ciclo hidrológico, portanto, de todas as formas de vida. Para pautar as reflexões sobre este ambiente elaboramos a figura 4, no qual procuramos descrever este quadro paisagístico dos Gerais.

FIGURA 4: Perfil (esquemático) transversal do complexo Gerais - Norte-Sul



Fonte: Pesquisa de campo- Chapada Gaúcha, 2009.
Org. MACHADO, Henrique Amorim, 2011⁴⁶.

⁴⁶ A figura foi elaborada tendo como base o território que hoje pertence ao PARNÁ GSV durante a pesquisa de campo de mestrado em 2009, tendo como os relatos de campo, ela representa o complexo Gerais.

Além das chapadas, as Veredas, em suas distintas classificações, também assume relevância tanto ecológica como paisagística. Para Idelvone Mendes Ferreira (2005, p. 6), as veredas exercem o papel de “filtro” que regula o fluxo da água, a circulação de nutrientes e sedimentos entre os terrenos mais altos (as chapadas) e todo o sistema aquático. Além deste papel no ciclo hidrológico, as Veredas atuam como “refúgio para a fauna, numa área de ocupação agrícola e pecuária muito intensa”. As Veredas por regularem o ciclo hidrológico acabam que a regular o ciclo da vida biótica de toda uma região⁴⁷.

A figura 4 mostra, com uma redução de escala e, por isso, de detalhes, os Gerais, ou melhor, o complexo de elementos paisagísticos dos Gerais. Complexo pela diversidade de ambientes e formas que nele estão contidas. Esta diversidade paisagística é o principal mote das políticas de conservação, e como tal é o elemento que dá sustentação a biorregião do MSVP. O Plano DTBC, por exemplo, traz uma descrição detalhada deste quadro natural, conforme podemos verificar nas passagens que se seguem:

(...) A região do Mosaico e, como se percebe, é uma área de grande importância para conservação da biodiversidade no estado de Minas Gerais.

A área do Mosaico está dentro da região designada como “Gerais”, área que engloba a margem esquerda do Médio São Francisco, abrangendo o norte/noroeste mineiro, sudoeste da Bahia, indo até o sul do Piauí. A região do Mosaico localiza-se, em termos fitogeográficos, na Província Central, Sub-província do Planalto Central.

(...) A região do MSVP encontra-se na unidade fisiográfica “Espigão Mestre do São Francisco”. Geomorfologicamente, a chapada do “Espigão Mestre do São Francisco” localiza-se na região denominada de “chapadão central”. Sua declividade é suave, pois o relevo é pouco movimentado. As altitudes variam de 540 m a 600 m na borda leste e de 600 a 800 m no lado oeste. A área mais ao leste do Mosaico, no vale do Peruaçu, é de grande relevância espeleológica, arqueológica e paleontológica.

Predominam na região do Mosaico as areias quartzosas e latossolo vermelho-amarelo. Apesar dessa relativa simplicidade de solos, **estabeleceram-se sobre eles diferentes formações vegetais em um complexo mosaico fitofisionômico.** Ao longo da calha dos rios, o material advindo da erosão à montante deposita-se e forma solos hidromórficos, sobre o qual assentam-se as veredas.

A região está localizada em uma área com dominância de arenitos da Formação Urucuia, rochas formadas no período Cretáceo, sob clima desértico. O sistema hidrográfico do Mosaico drena para a bacia do rio

⁴⁷ ⁴⁷ Conforme Ferreira (2005, p. 9), Vereda de Superfície Tabular e de Encosta são as “Veredas que se desenvolvem em áreas de planaltos, que subdividem em Veredas de Superfícies Tabulares e de Encosta – originadas do extravasamento de lençóis aquíferos superficiais. Geralmente as Veredas de Encostas são restos das mais antigas Veredas de Planalto, sendo, portanto mais jovens que estas”.

São Francisco e tem como principais rios, o Carinhanha, o Cochá, o Peruaçu, o Pandeiros e o Pardo. O sistema hidrológico da área é abastecido pelo grande aquífero formado pelo arenito Uruçuaia, com grande capacidade de armazenamento de água.

O clima regional é característico da Savana do Centro-Oeste, em condições sub-úmidas. As temperaturas médias anuais são altas, em torno de 23°C. As máximas absolutas atingem 37 a 40°C, mesmo no topo das chapadas. As médias das mínimas ficam entre 16°C e 19°C, mas as mínimas absolutas chegam próximas a 0°C (...). **O regime de chuvas é tropical, com duas estações bem marcadas.** O período seco inicia-se em maio e se prolonga até setembro/outubro. As chuvas concentram-se no verão: mais de 80% caem de novembro a março. Os registros de pluviosidade na região indicam chuvas da ordem de 1.400mm anuais (dados registrados no município da Chapada Gaúcha), crescendo para oeste e decrescendo no rumo do rio São Francisco, a leste. O declínio da umidade relativa do ar, entre maio e setembro, é um dos aspectos climáticos mais marcantes da área, permanecendo abaixo de 70% e, muitas vezes, abaixo dos 35%.

O cerrado apresenta-se com todas as suas diferentes fitofisionomias, ou seja, Cerrado sensu stricto ou cerrado típico, Campo Sujo, Campo Limpo, Matas de Galeria, Veredas, Carrasco, Mata Seca. Parte da região é caracterizada como de transição do bioma Cerrado para a Caatinga, possuindo elementos de ambos os biomas. (...) O cerrado típico é muito rico em espécies da flora e predomina sobre areia quartzosa na interface com a vegetação da caatinga. (...). As matas de galeria ocorrem formando uma rede florestal ao longo dos cursos d'água, sendo geralmente bordeadas pelos campos, aos quais se seguem os cerrados. São importantes repositórios de biodiversidade e consideradas corredores de fauna silvestre. **As veredas são formações dominadas por palmeiras arbóreas perenifólias e outras espécies adaptadas a solos permanentemente alagados.**

A mata seca, também denominada floresta estacional, pode ocorrer sobre afloramentos de rochas calcáreas ou derramamentos basálticos, de elevada fertilidade. Predominam espécies que perdem as folhas na estação seca. Com relação à fauna, na região ocorrem às espécies típicas do cerrado e, por estar em uma área de transição, ocorrem, também espécies típicas da caatinga, além de espécies da mata atlântica e da Amazônia. Várias destas espécies são endêmicas, raras ou estão ameaçadas (...). O carrasco é a fitofisionomia mais rica em répteis na área.

Com relação aos mamíferos, há várias espécies na listagem de ameaçadas nacionalmente, (...) a presença de diversos predadores de topo de cadeia indica um ambiente bem estruturado. Para os pequenos mamíferos, os cerrados apresentaram baixa riqueza de espécies, enquanto o carrasco se apresentou como a fitofisionomia mais rica. (PLANO DTBC/FUNATURA, 2009, p. 14-16 [grifos nossos]).

O desenho regional feito pelo Plano DTBC recorre aos fatores naturais como ingredientes importantes para a conformação do MSVP, portanto, de sua biorregião. A descrição começa por situar os Gerais dentro de uma totalidade maior, o Cerrado. Em seguida, detalha o quadro dos Gerais, localização e áreas de abrangência, bem como, os

domínios fitogeográficos e geomorfológicos. Até este ponto não parece haver distinção sensível entre recorte da totalidade e a própria totalidade. As diferenças começam a surgir com as citações referentes à natureza dos solos, “as areias quartzosas e latossolo vermelho-amarelo”. É a partir da natureza do solo que se configura uma diversidade de formações vegetais, ou a complexo quadro biofísico da biorregião. Enfim, a conclusão que podemos retirar deste fragmento do Plano DTBC é que os Gerais é uma unidade espacial diferenciada graças às suas características naturais.

Ao acompanhar esta descrição do Plano DTBC notamos a sequência elementar das descrições: com quadro físico, ou mais propriamente, o relevo e o solo; depois descreve o regime de chuvas e as temperaturas; descreve as características de cada fisionomia da paisagem e termina por descrever a riqueza da flora e fauna. Apesar da heterogeneidade, os elementos deste quadro biofísico conformam uma totalidade diferencial. A partir das fotos 1, 2 e 3 buscamos sintetizar alguns elementos descritos como pertencentes ao quadro natural dos Gerais, e alguns de seus componentes essenciais, com destaque para as Veredas e as chapadas.

FOTO 1: Ambiente de Veredas - a paisagem dos Gerais



Fonte: MARTINS, G. I., 2009.

FOTO 2: Fisionomia típica dos Gerais – biorregião do MSVP



Fonte: SALGADO, Hebert Canela, 2006.

FOTO 3: Os Gerais: Parque Nacional Grande Sertão Veredas- Chapada Gaúcha



Fonte: MARTINS, G. I., 2009.

As fotos 1, 2 e 3 demonstram de ângulos distintos o complexo paisagístico dos Gerais. A foto 1 trata em específico do ambiente de uma Vereda, a foto 2 mostra no primeiro quadro a vegetação típica dos Gerais e no segundo quadro da foto (mais ao fundo

foto) a síntese paisagística e, por fim, a foto 3 mostra o quadro geral dando destaque a vegetação de uma das UCs do MSVP, o PARNA GSV. Evidentemente, estas fotos não retratam a complexidade paisagística discutida anteriormente, apenas dá mostras de alguns elementos importantes do quadro biofísico da biorregião do MSVP.

O geógrafo José Veríssimo da Costa Pereira, ao escrever sobre os Gerais em 1945 na “Revista Brasileira de Geografia” diz que “a geografia herdou a maioria dos seus termos da língua popular de cada país” (PEREIRA, 1975, p. 180). Com isso, podemos dizer que, além de um espaço físico e natural, como escreve Yves Gervaise e também João Guimarães Rosa, os Gerais é uma categoria histórica e cultural. Este termo se refere ao processo histórico, elaborado por intermédio de longa relação do homem com a natureza circundante. A questão não posta inicialmente, sobretudo, no início da criação da UCs do MSVP, é que este ambiente é apropriado humanamente, e como tal foi à base para a formação de uma identidade biorregional.

A formação desta identidade biorregional ocorreu por intermédio da apropriação funcional e simbólica do ambiente Gerais, e ao transformá-lo em espaços humanizados por intermédio das técnicas e do trabalho. Este mecanismo configura um rico processo de conhecimento dos ciclos reprodutivos da vida neste ambiente, e permitiu aos homens e mulheres que historicamente viveram nestas paragens aprender aquelas dinâmicas mais singulares da natureza, e como tal, tornam-se importantes na configuração da identidade.

Com isso, conforme Andrea Borghi Jacinto (1998), os Gerais se desdobram em outros territórios, simbólicos e funcionais, “espaço da diversidade infinita, espaço da ambiguidade, espaço do deslocamento, espaço do entrelaçamento” (JACINTO, 1998, p. 36). Na citação a seguir, apropriada de Pereira (1975), demonstramos os usos e as possibilidades de uso dos Gerais. E destes usos que, para nós, se delineia aqueles processos de uma conformação do ideal de pertencimento a um ambiente, e deles também que se forja uma representação espacial entre os homens e as mulheres que habitam os rincões dos Gerais secularmente.

No sentido econômico, os Gerais (...) além de abrigarem regularmente manadas de gado bovino, representam áreas de grandes possibilidades que, lentamente, vão entrando em maior exploração. (...) Por seu turno as várzeas existentes nas zonas mais baixas, com suas Veredas cobertas de capim viçoso e nutritivo, constituem, como constituíram outrora, uma garantia para o florescimento e a permanência das fazendas. (...). [Nos Gerais] Ai-(...)-vivem os “geralistas”, isto é, habitantes dos “Gerais”, morando em casas simples, feitas de “buriti”, tirando, assim, melhor

proveito de uma zona de arenito, porém, servida de água suficiente para alimentar os extensos “buritizais”. (PEREIRA, 1975, p. 183).

Na perspectiva de Pereira (1975), os Gerais deixam de ser um ambiente estritamente ecológico e ganha as cores da apropriação humana. Ele também insere algumas manifestações identitárias, os “Geralistas”, homens e mulheres camponesas que apropriam deste ambiente historicamente dos Gerais. Mas, se a complexidade paisagística é elemento de caracterização dos Gerais do ponto de vista ecológico, a diversidade de manifestações culturais e identitárias é a regra quando se trata de uma geografia mais humana desta biorregião. O Plano DTBC reconhece este fator, e mais, o coloca como fundamental para se pensar uma política de gestão e desenvolvimento de base conservacionista de modo mais eficiente.

Conforme o Plano DTBC “no poligonal do MSVP” há grupos variados de comunidades tradicionais, entre elas, os geraizeiros, veredeiros, quilombolas e indígenas. Há na biorregião do MSVP pelos menos 37 comunidades, sendo que os municípios de Manga e Januária possuem 19 comunidades. Das muitas características destas comunidades, a mais singular refere-se à toponímia, que conjuga as características do mundo biofísico àqueles de ordem mais humana para dar nomes aos lugares. Assim, conforme a formação paisagística (Vereda, Chapada, Brejos - ou “Resfriado” como é conhecido popularmente entre aqueles habitantes dos Gerais - ou rios) existe a comunidade dos Buracos, Campo Redondo, Ilha do Retiro, Morrinhos, Ilha Valerinha, Lapinha, Ressaca, Tamboril, Buriti das Mulatas, Barro Vermelho, Água Viva, São Félix, Rio dos Bois, Vereda D’Anta e Prata, Costa Barbosa, Balaieiro, Ilha da Capivara, Brejo do Amparo, Gameleira, Posto do Cavalo, Cajueiro, Retiro dos Bois, Brejo de São Caetano, Ilha da Ingazeira, Justa, Pedra Preta, Puris, Riacho da Cruz, Bebedouro, Espinho, Malhadinha, Vila Primavera e Baixa Funda; e mesmo as velhas fazendas contribuem na toponímia, Fazenda Picos, Gentio/e São Francisco.

Rios e Veredas se tornam elementos de referência de moradia e de identidade. Este padrão de ocupação territorial disperso e envolta das Veredas, rios e resfriados revela um duplo movimento: a) de um lado a adequação da vida material as condições da natureza, mas, de outro lado, um processo histórico de formação territorial. Para Bertram (1999), a ocupação humana dos Gerais, pelo menos até a década de 1970, dava-se na forma de “semi-despovoamento” ou povoamento esparso que, na maioria das vezes, “lembra o índio”. Assim, “cada ramo de ribeirão – o galho sertanejo – lembra um embrião de nação, de reino,

de famílias aparentadas em torno à (...) manancial d'água. A estratégia de locação espacial é muito parecida" (BERTRAN, 1999, p. 48).

Bertran (1999) desataca o "telurismo" deste processo, ou melhor, a influência do quadro biofísico no processo de ocupação e formação desta biorregião. Movimento tão denso que se torna incompreensível ao "homem urbano". Sem claramente dizer a sua compreensão de telurismo, Bertran apenas compara o homem dos Gerais aos indígenas em suas formas de apropriar do ambiente e na "vida familiar simples, pelo gosto de viver, despido da patrimonialidade como essência" (BERTRAN, 1990, p. 48).

João Batista de Almeida Costa (2006), ao refletir sobre o papel dos elementos biofísicos, tal como o telurismo descrito por Bertran, na conformação de identidades propõem o conceito de "etnicidade ecológica". Baseando-se na leitura de Pramod Parajuli, este autor reafirma a vinculação entre a sociedade e o sistema ecológico, e argumenta que isso produz uma forma singular de identidade e de prática territorial (COSTA, 2006). As identidades buscam representações nos objetos que mediam a vida cotidiana, a terra de trabalho é um destes elementos. Edward Paul Thompson escrevendo sobre os cercamentos de terras na Inglaterra nos tempos de Revolução Industrial, traz-nos uma contribuição importante para esta análise. Para ele "a terra carrega sempre outras conotações – de *status*, segurança e direitos – mais profundos que o valor da colheita" (THOMPSON, 1987, p. 64). Conforme Costa (2006), ao refletir sobre as diversas identidades das populações rurais Norte Mineiras,

A terra não é somente lugar de produção e reprodução, ela é transformada no próprio corpo social, dado que nela estão enterrados os seus ancestrais que instituíram os seus '*mundus*', suas especificidades estão pautadas nas formas como se relacionam com o ambiente, os seus ancestrais e mitos, expressando a sua historicidade (COSTA, 2006, p.83).

As condições ambientais do território como as pastagens naturais dos Gerais, bem como, as estratégias sociais no uso do território, como nas terras "comunais", foram fundamentais na configuração desta etnicidade ecológica. Lara Moutinho da Costa (2010), afirma que o conceito de etnicidade ecológica refere-se as "culturas de habitat". Para ela, este conceito engloba mais de 500 milhões de nativos e cerca de 2 milhões de camponeses espalhados por todo o globo terrestre. Neste caso, os indígenas são os sujeitos mais importantes, mas inclui outras categorias como caçadores, pescadores, coletores e outras tantas comunidades distintas. Esta categoria foi criada para suprir uma lacuna, "as

categorias convencionais baseadas tão somente na raça, casta, tribo ou língua não são adequadas para descrever suas agonias e suas lutas de hoje” (COSTA, 2010, p. 24).

Ao buscar interpretar este conceito de forma mais efetiva, a autora afirma que a “etnicidade ecológica refere-se a qualquer grupo de pessoas que deriva seu sustento e sobrevivência (material ou cultural) da negociação cotidiana com o meio ambiente imediato” (COSTA, 2010, p. 24). Este conceito refere-se, portanto, as formas de usar a natureza e, evidentemente, trata-se também daquilo que entendemos por identidade biorregional. Esta modalidade de identidade categoriza uma série de conhecimentos adquiridos ao longo do processo histórico sobre a diversidade biológica dos ambientes aos quais estão integrados e adquirem, também, conhecimentos sobre as formas mais concretas e efetivas de como manejar este ambiente.

Embora o conceito de etnicidade ecológica não tenha sido empiricamente contextualizado e amadurecido, ele é importante, sobretudo para se pensar os conflitos socioambientais entre comunidades camponesas e a conservação da natureza em UCs. É importante porque revela a íntima relação entre o homem e a natureza, e mais, este conceito vem de encontro com aquilo que denominamos de produção da sacionatureza. Diante disso, a etnicidade ecológica (para nós, a identidade biorregional) não existe apenas a presença de seres humanos em domínios naturais, de forma mecânica, há, como nos alerta Costa (2010), conhecimentos técnicos e experiências que “acompanham o sistema de produção de uma determinada sociedade” (COSTA, 2010, p. 24).

Para Kathryn Woodward (2003), na formação das identidades há sempre um conjunto de condições “sociais e materiais”, “culturais e simbólicos” e “envolve sistemas classificatórios” que revelam as relações dos homens com o mundo biofísico (WOODWARD, 2003, p. 14). Nas identidades, o passado e o presente se conjugam e oferecem determinações nas práticas concretas, cultura e natureza se mesclam, há produção da sacionatureza, e o mundo biofísico é, ao mesmo tempo, o espaço de referência e de produção de um modo de vida.

A forma de relacionar com o meio físico forja uma trama cultural que espalha pelos rincões da biorregião do MSVP. Conforme o Plano DTBC, este padrão cultural disperso espacialmente e concentrado culturalmente, só pode ser compreendido com um “mergulho nas relações sociais locais e da busca em perceber como diferentes grupos humanos se relacionam com o ambiente” (PLANO DTBC/FUNATURA, 2009, p. 14-16). Estas relações com o ambiente são multifacetadas, tendo exemplos concretos na medicina

tradicional, o uso das Chapadas para a solta do gado e para a coleta dos frutos, até a exploração das Veredas e Brejos para as atividades agrícolas, como entre as comunidades veredeiras do PARNA GSV, APAs do gibão e Cochá e do rio Pandeiros.

A relação com o mundo biofísico é singular para cada grupo camponês da biorregião do MSVP. Assim, aquelas comunidades mais próximas aos leitos dos grandes rios exploram as áreas de inundações ou ilhas para desenvolver a agricultura (os vazanteiros), as áreas de Chapadas mais afastadas tem importância complementar na economia. Em sentido contrário, aqueles grupos territorializados em áreas mais interioranas, e na falta de grandes rios, usam as terras de Veredas como principal base para desenvolver as atividades agrícolas, as Encostas para a criação de gado e chapada para o extrativismo e solta de gado nos tempos de seca (estes são os veredeiros ou geralistas). Estas identidades e o tipo de ambiente apropriados por elas podem ser observadas no quadro 8.

O quadro 8 mostram múltiplas categorias de sujeitos sociais e identidades territoriais na biorregião do MSVP. É preciso observar a confluência entre estas identidades, por exemplo, o Plano DTBC refere-se as “comunidades sertanejas” enquanto conjunto identitário macro, mas este movimento de identificação territorial é mais complexo, e conforme se diversifica o modo de apropriar concretamente dos subespaços dos Gerais, modifica as relações com a natureza como um todo e também os processos identitários.

Quadro 8: Identidades e modos de vida nos Gerais do biorregião do MSVP

Classe Social	Enquadramento espacial	Identidade Territorial	Ambiente	Características do modo de vida
Camponeses	Sertanejas	Veredeiros	Veredas	Agricultura nas veredas, criação de gado à solta e extrativismo.
		Geraizeiros ou Geralistas	Gerais	Agricultura em brejos criação de gado à solta e extrativismo.
		Vazanteiros	Beira de rio	Agricultura em ilhas e áreas de inundação e pesca.
		Quilombolas	Gerais	Agricultura em brejos ou veredas criação de gado à solta e extrativismo.
		Indígenas	Gerais	Agricultura em brejos ou veredas criação de gado à solta e extrativismo.

Fonte: Pesquisas de campo, 2009-2014.

ORG. Martins, G. I.

Para Antônio Cândido (2001), as estratégias dos grupos camponeses para obter os bens necessários à alimentação “ilustra” uma sequência “ininterrupta” interligando o homem a seu meio (CÂNDIDO, 2001). Mais do que qualquer determinismo, a natureza é, ao mesmo tempo, sujeito, porque entra em relação direta com o homem, e objeto, na medida em que se extrai dela elementos necessários à vida. O fato de ser sujeito-objeto é que determina todas as representações que estes homens produzem da/e a partir das relações com a natureza. Neste caso, a natureza é para o homem da biorregião do MSVP “o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica” (CÂNDIDO, 2001, p. 36).

Com isso, podemos dizer que embora esta relação seja uma constante essencial, ela não determina as ações humanas, no máximo, cria determinações nos usos sociais. Isso porque “o meio se torna deste modo um *projeto* humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com suas necessidades e planejamento e função destas” (CÂNDIDO, 2001, p. 36). Apesar do lado funcional que a natureza assume entre estes vários grupos camponeses da biorregião do MSVP, não havia, antes das políticas de modernização e das políticas de conservação, uma visão utilitarista da natureza transformando-a em mero “recurso”. Este movimento permitiu a diversificação paisagística e, sobretudo, permitiu a permanência e sobrevivência de grande parte do quadro biofísico dos Gerais.

A natureza dos homens se entrelaça com a natureza dos Gerais e, deste entrelaçar, surge aquilo que estamos compreendendo como identidade biorregional. Carece ressaltar que este aspecto era mais evidente antes das políticas de modernização da década de 1970, desde então estas gramáticas sociais sofrem rupturas e este modo de vida camponês foi, aos poucos, sendo “encurralado” pelos grandes monocultivos ou pelas UCs a partir da década de 1980. Isto não quer dizer que ele não exista mais, ao contrário, é da sua re-existência a todos estes processos que, finalmente, a proposta do MSVP os reconhece como portadores de uma identidade e de conhecimentos importantes à conservação da natureza. E como afirma o Jornal do Mosaico (2010), “em uma região de fortes tradições culturais e ainda conservada até mesmo nas áreas externas às UCs (...)” ao valor ecológico dos Gerais deve-se somar “os valores históricos e culturais”. (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p. 4-5).

É preciso deixar claro que a proposta do mosaico acolhe estes padrões culturais e, em determinados pontos, este modelo “tradicional” de manejo do ambiente tornou-se a orientação de desenvolvimento de base conservacionista. O Jornal do Mosaico (2010) aponta, por exemplo, que “inúmeras atividades e eventos valorizam, atualmente, a cultura

regional contribuindo para divulgação das tradições e manifestações artísticas de suas comunidades”. Entre estas atividades podemos citar o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, destinado a discutir questões mais ligadas à cultura regional, processos de “valorização” e “reconhecimento” das identidades e, bem como, a inserção das comunidades nas políticas de conservação da natureza. Este evento acontece na cidade de Chapada Gaúcha, um dos núcleos do MSVP, anualmente, desde 2001, e tornou-se um espaço de encontro entre as várias comunidades espalhadas pelos rincões da biorregião do MSVP.

Conforme o Jornal do Mosaico (2010), o evento “cresce a cada ano e abre espaço para que a cultura seja reconhecida como instrumento de valorização e afirmação da autoestima das populações locais e do fortalecimento dos laços de solidariedade comunitária”. Além disso, o envolvimento das comunidades camponesas no evento abre espaço para que se estimule “utilização de matéria-prima natural com o extrativismo sustentável para a produção de artesanato e culinária típica, além de promover a organização dos artesãos locais, artistas e pequenos produtores de alimentos” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p. 4).

Outro evento que coloca como base a “valorização” da identidade biorregional das comunidades do MSVP, é o Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente, realizado na cidade de Formoso (Município situado próximo à cidade de Chapada Gaúcha, mas na região Noroeste de Minas Gerais). Este encontro acontece anualmente desde 2006, e conforme o Jornal do Mosaico (2010), “as comunidades participam cada vez mais” e “passam a ser protagonistas da organização e realização de suas próprias comemorações”. O papel deste evento na afirmação da identidade biorregional é evidente, considerando que nele trabalha-se a questão da memória biocultural e as “manifestações culturais do passado, para fortalecer seus saberes e valores, apresentando-os e proporcionando a troca de experiências e o intercâmbio cultural entre as comunidades regionais” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p. 4).

Para nós, há duplo processo neste movimento de reafirmação das identidades biorregionais e, conseqüentemente, a busca para por uma identidade referente ao MSVP. Estas demandas por uma identidade específica, uma identidade referente ao espaço regional, é tema recente, e atinge o Norte de Minas como um todo, inclusive a margem esquerda do rio São Francisco, espaço no qual situa a biorregião do MSVP. Este movimento considera que o Norte de Minas sofreu, historicamente, influências dos currais

da Bahia e Pernambuco e que as lógicas sociais de construção das identidades são distintas, sobretudo, daquelas da região mineradora. Com isto, o principal mote deste processo é a defesa de certa especificidade identitária (“tradicional”), especificamente, das comunidades camponesas, em suas mais variadas matizes, quilombola, indígenas, posseiros, etc.

A partir disso, ocorre um segundo movimento, as tentativas de “valorização” destas identidades, conforme podemos ver nas passagens do *Jornal do Mosaico* (2010). O grande problema desta valorização é o tratamento reducionista que é dado à complexidade do fenômeno identitário. As identidades não são estagnadas no tempo-espaço, aliás, acontece justamente o contrário, há processualidade, transformações substanciais no fenômeno identitário. Reconhecer as identidades e colocá-las na base das políticas de gestão e desenvolvimento de base conservacionista, ou melhor, enquanto elemento fundamental de uma biorregião, também requer reconhecer este movimento ininterrupto de transformação. Acontece que, na maioria das vezes, o processo é inverso. Há uma espécie de “naturalização” e estancamento identitário, ou seja, as tratam as identidades como fenômenos perenes e qualquer modificação representa um “risco”.

Quanto à análise dos documentos referentes ao MSVP, está é principal conclusão que se pode tirar. A relação entre os termos “tradicional” e uso “equilibrado” da natureza são termos complementares a de identidade, ou melhor, o Plano DTBC do MSVP faz uma sutil correlação entre o tradicional (a vida camponesa, sem grandes intervenções técnicas no ambiente e a prática de policultivos) e aquilo que entendem como desenvolvimento de base conservacionista. Dois problemas daí resultam, qualquer modificação nesta gramática significa “deixar de ser tradicional”, e deixar de ser tradicional não atende mais aos objetivos do Plano DTBC. É um tratamento conservador e que tem consequências, entre elas, o processo de imobilização no tempo-espaço do fenômeno identitário. Por ora, basta dizer que este movimento de imobilização das identidades é subjacente aos discursos de “valorização” e “reconhecimento” conforme vimos na reportagem do *Jornal do Mosaico* (2010).

É preciso, afinal, considerar as identidades biorregionais como referente a um espaço (os Gerais), e que conforme este se modifica, modifica também estas referências, e a conservação da natureza por meio das UCs é um agente importante nesta modificação. E, sobretudo, é preciso considerar nesta dinâmica biorregional, o papel das cidades e da imigração para os projetos de desenvolvimento, questões nem sequer tocadas nos vários documentos que dão sustentação ao plano de desenvolvimento de base conservacionista. E,

talvez, situe aí, o grande desafio para se forjar uma identidade cuja referência é o MSVP, e tornar o Plano DTBC um instrumento concreto de desenvolvimento.

O que subjaz por detrás das questões da identidade e mesmo na produção de um recorte específico sobre o domínio morfoclimático do Cerrado, os Gerais, é o intuito de referenciar uma unidade geográfica diferenciada, tanto física quanto humanamente. Uma passagem do Jornal do Mosaico ajuda-nos a compreender este movimento:

Os Gerais - pela sua grandiosidade, belezas naturais e riqueza cultural - sempre despertaram interesse e curiosidade, embora sejam pouco conhecidos (...). Extensos campos e magníficas veredas, chapadas, nascentes, rios e cachoeiras formam um painel único de beleza natural **com características muito próprias e exclusivas dessa região** (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p.4).

Os termos usados na reportagem não deixam dúvidas, há um conjunto de elementos que são “exclusivos” ou “próprios” dos Gerais, e com tal, podemos concluir que formam uma unidade espacial bem definida, dotada de singularidade ambiental e cultural. Esta unidade por si é um elemento essencial para demonstrar a existência de uma biorregião. Mas, o foco se dá mais em observar como a proposta do MSVP absorve estes elementos para construir a sua representação discursiva. Nesse sentido, é preciso ter a ciência que as UCs, na medida em que ganhavam concretude, produziram diferenciações espaciais, estas foram acopladas as diferenças biofísicas e culturais da região na constituição do edifício biorregional do MSVP.

Nesse sentido, podemos dizer que na unidade biorregional do MSVP há uma síntese entre aqueles fatores de ordem local (ou os eventos internos como discutimos no item sobre biorregião) - o quadro biofísico e cultural - com aqueles advindos de outras escalas (os eventos externos) – a própria ideia de conservação, órgãos ambientalistas, ONGs, etc. Conforme estes elementos se mesclam empiricamente, as diferenças espaciais são redimensionadas, e aqueles eventos locais mais ligados a ordens históricas anteriores são resinificados, inclusive a natureza (como demonstramos no capítulo 2) e as identidades. Nesse sentido, um conjunto concreto de relações anteriores é modificado, e surge daí uma nova síntese concreta – a biorregião do MSVP.

É preciso dizer que esta biorregião existia antes mesmo do reconhecimento do MSVP. Não é o mosaico que imprime esta síntese concreta de relações no espaço, aliás, a proposta de reconhecê-lo enquanto unidade espacial e de identidade e reorientá-las em um sentido específico – a gestão integrada e o desenvolvimento de base conservacionista. Para

aprofundar estas ideias é preciso entender como a conservação da natureza imprime diferenças espaciais e como esta é essencial para se compreender a ideia de unidade geográfica como representativo de uma biorregião.

A primeira questão a se colocar é que a participação das comunidades locais, sobretudo, as comunidades camponesas atingidas pela UCs, começam a ser considerada somente com o SNUC. A rigor, questões relativas à identidade e a cultura (o modo de vida camponês) não estavam em pauta em nenhuma das UCs de proteção integral (Parques Federais e Estaduais) criadas na biorregião do MSVP. Aliás, os processos desencadeados no PARNA GSV, os conflitos com gestores e a realocação no PA São Francisco e Gentio, revelam justamente o contrário, a total desconsideração por qualquer manifestação cultural e identitária. Mas, com SNUC antes mesmo de propor qualquer medida de conservação da natureza, as comunidades devem ser consultadas a respeito de seu interesse neste processo.

No entanto, mesmo com SNUC tornando a conservação um mecanismo mais democrático, as UCs ainda são instrumentos de normatização e interdição do território, de interdição de usos da natureza. Uma Unidade de Conservação produz o ordenamento do espaço e, portanto, o ordenamento dos usos possíveis e não possíveis. Isso quer dizer, por exemplo, que práticas como a agricultura e a criação de gado à solta, elementos indicadores de um padrão de uso da natureza e também de um padrão cultural, com a criação de uma UC, e qualquer que seja a categoria de manejo, pode tornar-se (e tornou, na RDS Veredas do Acari a principal fonte de conflito apontada pelos gestores é a solta de gado) uma prática não sustentável e de risco para a conservação da biodiversidade. Este processo leva a “espaços de incerteza”, conforme Sathler (2010), ou melhor, o conflito entre o uso consuetudinário e aqueles advindos com a conservação da natureza.

Este aspecto está presente tanto nas UCs de proteção integral, isto é, os PARNAs GSV e CP, PE da MS, SA e VP e no Refúgio da Vida Silvestre do Rio Pandeiros, mas estão também naquelas UCs de uso sustentável criadas pelo poder público, especificamente, RDS Veredas do Acari, APA Cochá e Gibão, Cavernas do Peruaçu e do rio Pandeiros. As interdições de usos e normatização do território é comum a todas elas. O que muda é o grau em que isto se dá, bem mais restrito nas de proteção integral e um pouco mais flexível nas de uso sustentável. Por outras palavras, as normas e interdições postas no espaço, demarcando e delimitando inclusive o acesso das pessoas, atua por si na produção de diferenciação no espaço.

A rigor, a própria concepção de natureza se modifica (como vimos no capítulo 2), no lugar da mediação técnica do trabalho humano na produção de uma socionatureza, surge uma natureza como um projeto que deve atender a objetivos diferentes daqueles que atendiam no pretérito. Em outras palavras, na medida em que as UCs da biorregião do MSVP se materializavam, com elas o próprio sentido dos Gerais se modificava, isto é, os Gerais deixam de ser o espaço de confluência entre o humano e o natural para se tornar um lugar de agir mais instrumental e mais racional. O agir racional dá-se porque a conservação da natureza é mediada por uma concepção de ciência (a ciência da conservação e/ou a biologia da conservação), conforme demonstrou Toledo (2005), ciência que, aliás, reduz a própria complexidade da conservação da natureza e dos elementos por ela considerado mote para se conservar.

Este raciocínio conduz a reflexão a respeito das instituições que acompanham a empiricização da conservação. Instituições como a Funatura, IBAMA, ICMBio, WWF, TNC, Fundação O Boticário, FIAT Automóveis S/A, CODEVASF, IEF, as Secretarias Municipais do Meio Ambiente e inclusive aquelas instituições mais ligadas às comunidades locais, Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativistas Sertão Veredas e Instituto Rosa Sertão- CoopSertão-Veredas. Isto significa a complexificação das relações sociais e também das relações de poder. Cada instituição tem uma concepção de natureza e uma concepção de conservação, e cada UC da biorregião do MSVP mescla estas concepções e também interesses nem sempre explícitos.

A ideia segundo a qual biorregião é a síntese concreta entre os eventos de ordem interna e aquelas de ordem externa ganha concretude quando observamos a atuação destas instituições na conservação da natureza. Entre as UCs da biorregião do MSVP, nenhuma surgiu de uma proposta local, isto é, seja as UCs de proteção integral ou de uso sustentável, elas nasceram de demandas que são externas a biorregião. Mesmo as RPPNs podem ser incluídas nesta constatação, afinal de contas a Funatura e a Usina Coruripe são instituições externas a biorregião. Apesar desta exterioridade, a conservação só tem existência concreta no quadro biofísico biorregional. Portanto, esta é a primeira face da biorregião enquanto escala de mediação entre aquilo que é propriamente local e aquilo que vem de outras escalas.

Estes elementos não podem ser desconsiderados da biorregião do MSVP, aliás, eles são fundamentais em sua explicação. A subordinação da biorregião a interesses externos a coloca dentro de uma totalidade maior – a crise ambiental internacional, os tratados e as

convenções, etc. E isto acaba por determinar as condições sob as quais se deu a empiricização da conservação da natureza e, evidentemente, da biorregião forjada a partir disso. Nesse sentido, quando tomamos o MSVP como uma biorregião, consideramos o que lhe é próprio, como por exemplo, o quadro biofísico dos Gerais, as identidades biorregionais, mas fazemos levando em consideração os eventos externos, desde conversão de dívida externa, políticas de compensação ambiental até cooperação internacional para se criar RPPNs – conforme o capítulo 2.

A ação em concomitância destes elementos é o que dá a biorregião do MSVP o caráter de unidade geográfica. Este conjunto de relações lhe é próprio, e se dá em condições não encontradas em outros lugares. E como tal, há uma diferenciação espacial evidente, mas há também um conjunto de relações sociais, um conjunto de relações de poder mescladas em instituições e na própria conservação da natureza. E a biorregião enquanto mediação deste conjunto de relações, empiricizando-os, é uma síntese concreta. A rigor, quando comparada a outras biorregiões próximas ou distantes, a biorregião do MSVP é uma unidade geográfica com certo grau de coesão espacial, mas quando o olhar se volta para dentro da biorregião, desvela-se a heterogeneidade, inclusive do quadro biofísico, dado que os Gerais é, antes de tudo, diversidade na unidade.

O MSVP, embora seja o resultado de processo histórico mais longo, coloca em pauta o controle do espaço, o controle de acesso à natureza por intermédio da gestão política da natureza. Além disso, considerando o mosaico formado a partir de uma densidade normativa, decretos, portarias, leis etc., e mais, que a ele acopla outras densidades normativas como os Planos de Manejo e a regulamentação jurídica de cada uma das UCs que lhe forma, o controle territorial é uma estratégia geopolítica, estratégia de modulação e ordenamento do espaço que coloca distintos sujeitos em relação, relações em sua maioria de natureza conflituosa – PARNA GSV e as comunidades camponesas; RDS Veredas do Acari e o IEF; APA Cochá e Gibão e do rio Pandeiros, a produção de carvão vegetal e as comunidades camponesas. Isto é, devido a sua própria natureza, os conflitos socioambientais são iminentes e são constituidores da biorregião do MSVP (como veremos no capítulo 5).

Os conflitos desembocam no regional, mas fazem parte de um conjunto de relações que interligam o regional ao global. A conservação da natureza embora incida sobre o regional/ou local tem uma lógica global. Isto é, a conservação não é um projeto endógeno, mas sempre a fusão de ordens distantes com as lógicas mais pontuais. O encontro destas

ordens impõem questões ao biorregional, no qual a conservação da natureza, como descrevemos, é uma das expressões concretas, e o MSVP enquanto biorregião é a síntese de todo o processo desenrolado ao longo do tempo histórico. A conservação não se restringe a criação de UCs, avança com o controle e normatização do espaço, controle e normatização da bio-diversidade biorregional. Isto quer dizer que biorregional é chamado no intuito de atender as demandas externas a ele e, neste caso, o próprio espaço muda de função, a natureza ganha conotação política, as UCs tornam-se espaços estratégicos e de interesses e, com isso, uma série de imposições se acoplam: ambientais, econômicas, sociais e culturais, enfim, biorregionais.

A partir disso, é possível compreender a biorregião do MSVP como entrecruzamento e/ou encadeamento das lógicas globais e regionais/locais, atendendo a interesses e interessados. A biorregião do MSVP é um recorte do espaço com um fim determinado; é uma parte de uma totalidade maior, mas enquanto tal tem a sua própria lógica de funcionamento, de mudanças, enfim, de empiricização. A biorregião do MSVP é uma síntese concreta de múltiplas determinações, que passa pelo quadro biofísico, pelas UCs e a conservação da natureza, sujeitos e instituições e acaba por institucionalizar um projeto de desenvolvimento como o Plano DTBC.

O quadro delineado com estas análises é, por si, representativo daquilo que compreendemos por biorregião. Mas, há mais elementos que dão complexidade a este quadro, sobretudo, aqueles elementos advindos da institucionalização do MSVP, a gestão integrada e desenvolvimento de base conservacionista e busca pelo equilíbrio entre a conservação e o desenvolvimento. A ideia de que a biorregião é o espaço ótimo para um modo de vida mais equilibrado ou em “harmonia” em relação ao quadro biofísico, surgiu entre os primeiros teóricos do biorregionalismo, com a retomada do conceito para se pensar a conservação da natureza, acoplou-se a esta ideia aquela de gestão para o desenvolvimento sustentável.

Da institucionalização do MSVP e, evidentemente, da base espacial que lhe dá sustentação – a biorregião - surge alguns elementos a mais para a sua compreensão. A primeira face desta institucionalização revela-se com a ressignificação da natureza, vista de um ângulo mais funcional, ou melhor, “racional” e servindo de instrumento para mecanismos de gestão e planejamento. Para François Ost (1995), o homem como qualquer outro ser vivente “retira os recursos [da natureza] para assegurar a sua sobrevivência”. Mas, ao contrário de outras espécies, o homem “simboliza” ou atribui a natureza funções não

iminentemente “naturais” a esta. “Não se contentando nunca em registrar o espetáculo da natureza, ele forja uma representação dela, um conjunto de imagens que condicionaram os usos que se achará autorizado a fazer dela” (OST, 1995, p.30). Este é o motivo pelo qual cada modelo de sociedade em um espaço-tempo determinado tem uma concepção de natureza.

Aliado a este processo, há um duplo movimento de instrumentalização: da natureza e também da própria concepção de mosaicos, evidentemente, se os elementos que dão sustentação a biorregião são instrumentalizados, o mesmo acontece a esta. A instrumentalização dá-se devido ao fato de que para “gerir” a natureza é preciso ter métodos “racionais”. Este é o sentido embutido nas concepções de gestão biorregional e/ou de planejamento biorregional. A gestão biorregional ou o planejamento biorregional trata a natureza em sua exterioridade (talvez o conceito mais aplicável a esta concepção seja o de recursos naturais e/ou o de meio ambiente) e tem na técnica e na ciência a orientação básica. O intuito é efetuar intervenções “territoriais” inteligentes tornando a biorregião um instrumento e um ator de seu próprio desenvolvimento.

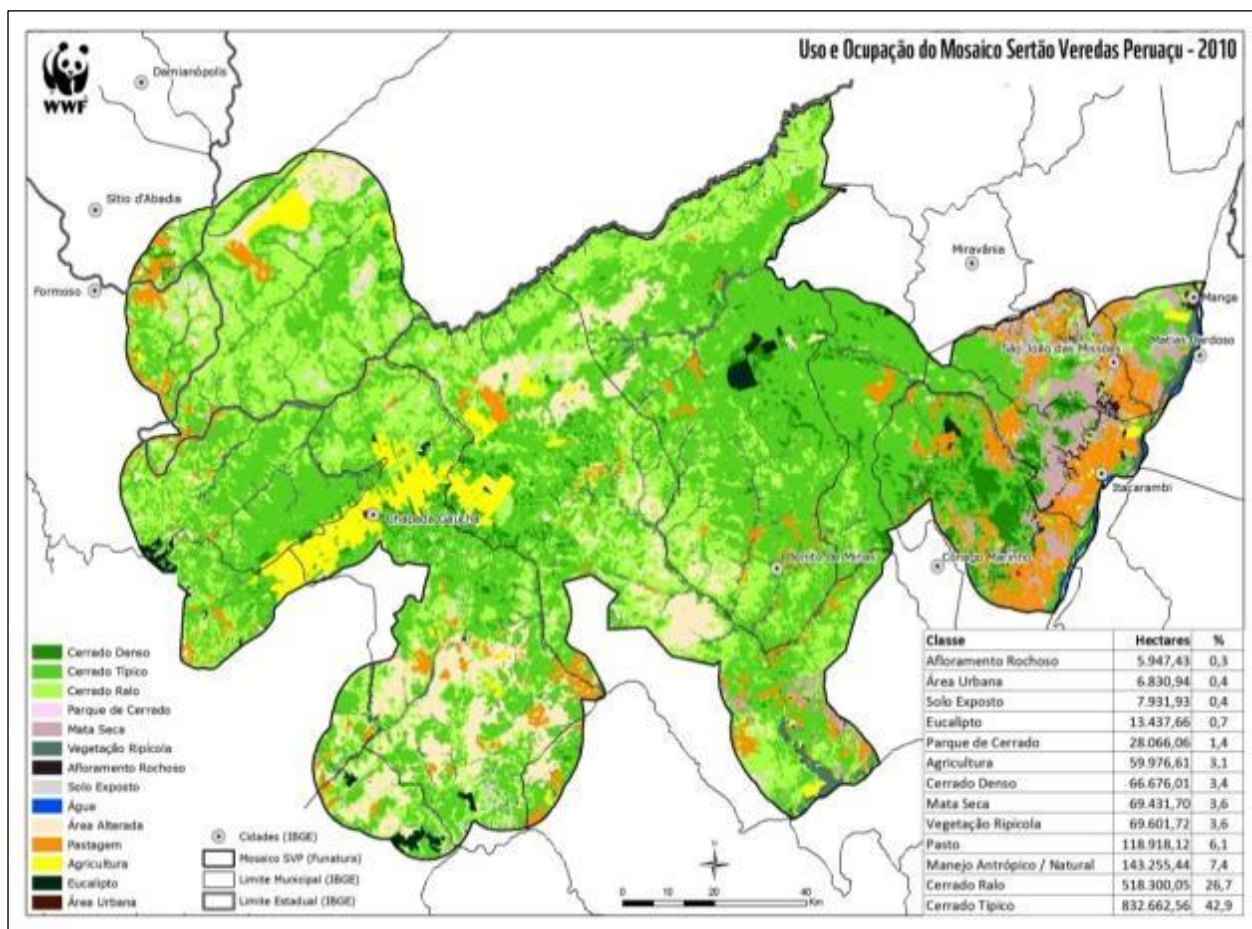
A biorregião, nesse sentido, é uma ferramenta que visa atender objetivos específicos, seja eles de conservação, de gestão e/ou de desenvolvimento. Este é outro olhar com o qual podemos compreender a biorregião do MSVP, sobretudo, o eixo de desenvolvimento de gestão integrada. Existe uma concepção de desenvolvimento, de gestão e planejamento subjaz ao reconhecimento e institucionalização do MSVP. Desde os mais evidentes, como, por exemplo, tornar a conservação mais efetiva em termos de escalas, evitando fragmentação de habitat, efeito de borda, e outros mais sutis, quem controla esta biorregião, controla um banco genético relevante, enfim, controla a bio-diversidade biorregional.

Conforme Dalelis et. ali. (2010), refletir sobre os mosaicos é pensar no enquadramento da biodiversidade para além das “ilhas” isoladas que ignora tanto o cenário ecológico como o cenário político e econômico. Por isso, a aplicação de instrumentos mais ligados à questão da gestão ambiental aliado aqueles de ordenamento territorial é base para se pensar o desenvolvimento de base conservacionista. E para tal, o conceito de biorregião ganha força enquanto “estratégia [para] se estabelecer zonas que, integrando objetivos ecológicos, econômicos e socioculturais, buscam promover o desenvolvimento sustentável de grandes territórios” (DALELIS et., 2010, p. 17). Por isso, os mosaicos de forma geral e o

MSVP mais especificamente, é (ou pretendem ser), antes de tudo, uma “ferramenta” institucional de desenvolvimento no qual o sentido do termo “gestão” assume todo o relevo.

Gestão refere-se não somente a racionalização das ações para tornar a conservação da natureza mais efetiva, tanto em termos administrativos como em termos ecológicos. Para isto, é preciso um instrumental técnico, como por exemplo, os levantamentos socioeconômicos e o georreferenciamento dos mais diversos usos do quadro biorregional. Nesse sentido, antes de qualquer decisão mais prática é necessário conhecer o território para o qual se planeja uma ação. A biorregião MSVP conta com este instrumental, inclusive o Plano DTBC é um exemplar importante desta instrumentalização, mas o georreferenciamento do uso e ocupação do solo, das áreas propícias ao extrativismo e ao ecoturismo assume relevo neste quesito. Vejamos, por exemplo, o mapa 3 referente aos usos e ocupação do solo na biorregião do MSVP⁴⁸.

MAPA 3: Uso e ocupação do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu



Fonte: FUNATURA, 2010.

⁴⁸ Os demais mapas serão analisados no capítulo 4.

Conhecendo os usos e ocupações dos espaços da biorregião, o mapa 3 é fundamental para isto, a ação de gerir e planejar a conservação da natureza torna-se mais eficaz. Ciência e técnica são fundamentais neste processo, tanto no que se refere ao conhecimento necessário para se projetar as ações e quanto para analisar e medir as eficácias destas medidas. Conforme podemos analisar no mapa 3, os desafios para implementar estes mecanismos na biorregião do MSVP são grandes, sobretudo, com a presença significativa de áreas do agronegócio no município de Chapada Gaúcha (produção de soja e semente de capim), e as áreas de pastagens nos municípios de Matias Cardoso, Itacarambi, São João das Missões e Cônego Marinho.

A partir deste ângulo, podemos considerar a biorregião do MSVP também como “ferramenta” de gestão como o qual se territorializa um projeto de conservação da natureza e desenvolvimento, é também um recorte espacial concreto e com uma historicidade concreta, é também um agente de produção do espaço e resultado desta produção. Em outras palavras, a biorregião do MSVP é o produto de diferenciação espacial advindas com a conservação da natureza por meio de UCs, mas a partir do momento da sua institucionalização é também o agente por detrás de novas diferenciações espaciais. E quando tratamos a biorregião MSVP como uma ferramenta (de gestão, planejamento e desenvolvimento), estamos observando o campo de ação e os mecanismos pelos quais estas ações se processam e, sobretudo, o seu processo de empiricização.

O Plano DTBC é o que orienta esta ação direcionada da gestão biorregional empreendida no MSVP. Conforme o RCO (2007), o Plano DTBC tem como foco à “indução de práticas (...) que além de ter como objetivo a geração de renda para a comunidade da região”, é “o instrumento necessário à gestão do território”. Quando se discutiam as estratégias nas quais se baseariam este plano, conforme destaca do RCO (2007), estabeleceu “o consenso” de que “não pode haver gestão integrada sem que haja instrumentos práticos de gestão que sejam capazes de unir administradores das UCs, as comunidades e as diferentes instituições políticas ou privadas” (RCO, 2007, p. 8). A biorregião do MSVP enquanto mediação de interesses.

Estes instrumentos práticos destacados pelo RCO representam as ações prioritárias definidas no âmbito do Plano DTBC. Entre elas, se destacam a gestão integrada e participativa, mobilização, organização e capacitação das comunidades para obterem renda com o extrativismo e turismo ecocultural. Carece dizer que entre as estratégias

fundamentais do Plano DTBC, não há se quer referência ao papel das cidades ou aqueles elementos que não se enquadram dentro do padrão de “desenvolvimento sustentável” requerido, ou seja, não há referência ao agronegócio, aos projetos de reflorestamento, etc. Em função disso, a tão propalada consideração do contexto geográfico como todo, no qual se baseia o ideal da política dos mosaicos, não é levada em consideração ou/é de maneira fragmentária.

A forma como se processa e se estabelece as diretrizes de gestão, planejamento e desenvolvimento biorregional é objeto do quarto capítulo desta tese. Por ora, carece alguns pontos de reflexão para finalizar este item.

–A primeira questão a se pontuar refere-se à identidade biorregional. Trata-se de um processo complexo, e nem sempre fácil de determinar. Mas, dentro do projeto de desenvolvimento da biorregião do MSVP, a identidade biorregional pode ser compreendida através daquelas características do quadro biofísico, isto é, os Gerais e, bem como, a forma como os homens se apropriam deste quadro biofísico. O resultado desta relação é responsável pela construção da representação de si e também pela produção da sionatureza.

–A biorregião do MSVP pode ser compreendida de modo mais simbólico a partir das questões ligadas a identidade e as formas de relacionar e representar a natureza, por meio dos modos de vidas e práticas espaciais distintas. Pode ser compreendida de modo mais funcional, sobretudo, se observamos as estratégias de desenvolvimento, gestão e planejamento institucionalizadas juntamente com o MSVP.

–Mais funcional ou mais simbólica, a biorregião do MSVP é o resultado de um processo histórico que envolve a criação de UCs e a conservação da natureza, instituições das mais variadas escalas e comunidades camponesas. Enfim, a biorregião do MSVP é a síntese concreta de interesses de múltiplas naturezas, desde aqueles ligados aos sistemas de reprodução dos modos de vida entre as comunidades camponesas, até os mais funcionais, ligados a conservação da biodiversidade e controle dos fundos territoriais. Os interesses passam também pela tentativa de potencializar a natureza, ou melhor, as UCs enquanto mecanismo de/e para o planejamento, gestão e desenvolvimento de base conservacionista.

A intenção deste capítulo foi de evidenciar a construção da ideia de mosaicos, as determinações e as suas características. Em seguida, recorreremos uma estrutura conceitual para explicar o conceito de biorregião. Mas o conceito de biorregião tem a sua própria historicidade. Compreendê-la e desvelar as contradições e as potencialidades foi fundamental para se pensar um conceito mais operacional para nossas análises. No final do capítulo, analisamos os fenômenos estruturais da biorregião do MSVP, desde o quadro biofísico e as questões ligadas à identidade biorregional, passando pela análise do MSVP como a síntese concreta de determinações internas e externas e, finalmente, demonstramos que o MSVP enquanto um edifício biorregional tem uma face institucional e instrumental.

Trata-se da gestão, planejamento e desenvolvimento biorregional. É preciso aprofundar estas questões e, sobretudo, esclarecer como elas se processam no MSVP, este é o objetivo do capítulo 4.

4- MOSAICO SERTÃO VEREDAS - PERUAÇU: os eixos do planejamento biorregional e da conservação da natureza

No capítulo anterior procuramos delimitar a concepção teórica subjacente a ideia de criação de Mosaico de Áreas Protegidas. Em seguida, demonstramos nosso instrumental teórico para compreensão do MSVP, o conceito de biorregião e, por fim, alguns fenômenos que nos permite identificar e analisar o MSVP enquanto uma biorregião. Aliado a este processo, apontamos o Plano DTBC como o principal instrumento de gestão, planejamento e desenvolvimento deste mosaico. A proposta deste capítulo é aprofundar estas análises, isto é, discutir os eixos daquilo que compreendemos como planejamento biorregional no MSVP.

A rigor, o planejamento biorregional parte da biorregião como principal substrato, a partir do qual se busca encontrar alternativas tanto para a gestão da conservação da natureza, como também alternativas que alie esta conservação a mecanismos de desenvolvimento. Para isto, é necessário o envolvimento dos vários grupos sociais da biorregião, desde as comunidades locais que dependem da natureza para reprodução do seu modo de vida, até os órgãos ambientais, ONGs, Fazendeiros, Prefeituras, Sindicatos, enfim, todos aqueles envolvidos diretamente ou indiretamente na conservação da natureza.

Em outras palavras, o planejamento biorregional é um processo dialógico que capacita as pessoas a trabalharem juntas, a refletir e buscar soluções para aqueles problemas de sua biorregião, inclusive aqueles relativos ao uso e conservação da natureza. O planejamento biorregional parte do reconhecimento de que há um conjunto de elementos ecológicos ou naturais próprios à biorregião e que estes podem/e devem ser substancializados na busca de empoderamento das populações locais, considerando a capacidade de resiliência do ambiente e, bem como, colocando questões ligadas à identidade biorregional e aos padrões culturais.

Para nós, o Plano DTBC do MSVP é exemplar deste processo. Em primeiro lugar, a conservação da natureza, a criação e a gestão das UCs a nível biorregional tornam-se o ponto de partida e de chegada. Em seguida, coloca-se a questão da participação das comunidades biorregionais, a questão de distribuição de poder entre os diferentes grupos da biorregião no que se refere à gestão da conservação: planejamento integrado e participativo. Para além destes princípios teóricos mais gerais, o Plano DTBC do MSVP é um mecanismo de ordenamento da conservação da natureza, ou melhor, é uma ferramenta para se pensar a

conservação dentro da complexidade geográfica da biorregião, considerando o dinamismo tanto dos sistemas ecológicos e culturais e preconizando a participação social das comunidades locais.

Nesse sentido, o que subjaz ao Plano DTBC do MSVP é o sentido de complementariedade ou de integração entre os eixos de desenvolvimento. Em outras palavras, para que a conservação da natureza nas UCs atinja os seus objetivos, para que a conservação da natureza se torne um elo a partir do qual se possa pensar os mecanismos de desenvolvimento de base conservacionista, é preciso refletir sobre a indissociabilidade entre a gestão integrada e participativa, o turismo ecocultural e o extrativismo. Este é o olhar com qual elaboramos este capítulo, no qual analisamos aqueles elementos próprios da gestão, planejamento e desenvolvimento biorregional presentes no Plano DTBC do MSVP.

Consideramos como principal material de trabalho o Plano DTBC do MSVP, e a partir dele elaboramos algumas questões fundamentais: Quais são as características do planejamento biorregional no MSVP? Como ele foi construído? De que forma o planejamento biorregional do MSVP pode se tornar uma alternativa de desenvolvimento de base conservacionista? As questões apontadas nos levam ao presente capítulo, cujo objetivo é analisar as principais características do planejamento biorregional no MSVP, bem como, os eixos de desenvolvimento e as estratégias para aliar a conservação e o desenvolvimento de base conservacionista.

Para dar conta deste objetivo, dividimos o capítulo em cinco itens. O primeiro deles, de natureza mais teórica, analisamos os princípios subjacentes ao planejamento e a gestão biorregional. A partir disso, buscamos demonstrar como este processo se desdobra na biorregião do MSVP. Primeiramente, analisamos a criação do conselho gestor e o papel deste na elaboração do Plano DTBC. Em seguida, tomamos como objeto de análise o próprio Plano DTBC. E, finalmente, no quarto e quinto momento do capítulo, analisamos os eixos de desenvolvimento do MSVP: a gestão integrada e as estratégias de desenvolvimento de base conservacionista baseadas no turismo ecocultural e extrativismo sustentável.

4.1 Planejamento biorregional e conservação da natureza no MSVP

Quando se coloca em análise a questão (ou a problemática) do planejamento, o primeiro ponto que emerge é aquela do devir, planejamento tem relação direta com um futuro, significa, portanto, um conjunto de ações forjadas no presente cujo intuito é orientar as ações para um porvir desejado. Em outras palavras, planejamento quer dizer direcionar um conjunto de ações, aplicando os conhecimentos adquiridos sobre o que se quer planejar, analisando os elementos contraditórios e os empecilhos para a execução da ação desejada, enfim, trata-se de construir no presente as bases de um futuro desejável.

A este respeito, Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 46) afirma que planejar “significa tentar prever a evolução de um fenômeno (...), tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas”. Complementar a este sentido colocado pelo autor, está o exercício imaginativo de tentar desvendar os traços de um futuro provável. Não há dúvidas de que o planejamento parte (ou deveria partir) de uma série de conhecimentos acumulados, e que destes se retira a matéria-prima para se pensar o futuro, mas não podemos negar também que este prognóstico é factível de ser alterado pela própria dinâmica da sociedade.

Quando analisamos o planejamento por esta ótica, fica em evidência que este se pauta na construção de cenários possíveis. É preciso ter a ciência de que “construir cenários não significa (...), na verdade, tentar ‘prever’ o futuro, em sentido forte, como se a história fosse passível de completa determinação” (SOUZA, 2013, p. 48). Na construção destes cenários, conforme argumenta Souza (2013), busca-se tão somente simular os possíveis desdobramentos, sem a preocupação central de quantificar as probabilidades ignorando a contingência da história.

Não há um único caminho a se seguir. Ao contrário disso, quando se fala de planejamento, refere-se a uma multiplicidade de estratégias e de ações. Aliado a este processo, sobretudo, nos tempos coevos, há certa desconfiança em relação ao termo e em relação as suas consequências. Isto se deve a associação que se estabelece entre o termo e as práticas autoritárias imbuídas no planejamento (e, evidentemente, em sua crise), sobretudo, no caso brasileiro a partir da década de 1980. Conforme Souza (2013), para alguns analistas, a palavra planejamento deveria ser banida do vocabulário técnico e científico, dado a sua carga ideológica.

Em contramão a este desejo de negação, a partir da década de 1990 surge uma gama variada de estratégias e teorias do planejamento, entre eles, situamos o planejamento biorregional. Kelton Miller (1997) foi o teórico que expressou concretamente as orientações tanto para o planejamento, quanto para a gestão biorregional. Este autor não busca uma macroteoria de planejamento, mas tão somente busca pensar como as Áreas Protegidas (ou as Unidades de Conservação no Brasil) podem ser situadas em um contexto mais amplo do ponto de vista geográfico, do uso dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável, etc.. Em outras palavras, Miller (1997) busca situar aqueles espaços destinados à conservação da natureza como alternativas para se pensar estratégias de desenvolvimento aliadas a conservação e a gestão da natureza.

O planejamento biorregional parte da biorregião como escala de ação. Esta escala não é determinada de uma vez por todas, mas conforme o reconhecimento ou vínculo da comunidade local ou dos objetivos de manejo e conservação da natureza. Nesse sentido, “é provável que uma biorregião com dezenas a centenas de milhares de hectares seja apropriada para alguns ecossistemas”, mas em contrapartida “poucos milhares de hectares podem ser suficientes para manejar e recuperar alguns habitats” (MILLER, 1997, p. 75). Apesar da maleabilidade das escalas da biorregião para o planejamento, é preciso ter a ciência que uma biorregião “reflete a percepção da comunidade humana residente, através de seu senso de territorialidade ou de terra natal” (MILLER, 1997, p. 19).

Conforme Miller (1997, p. 76), a escala é um dos primeiros elementos do planejamento biorregional. Nesse sentido, a escala deve ser determinada “pelo diálogo e por considerações científicas, tecnológicas e informações”. Esta deve ser viável do ponto de vista ecológico, mas, sobretudo, do ponto de vista da gestão. A determinação de uma escala de planejamento, não exclui as possibilidades de estabelecer outras subdivisões. Em outras palavras, outras escalas (menos abrangentes) podem ser definidas para trabalhar “com objetivos mais específicos”. A questão da escala e da sua subdivisão é importante, sobretudo, nas análises dos núcleos de gestão criados na biorregião do MSVP. Isto é, dada à dimensão do mosaico, e dado os desafios de gestão desta ampla biorregião, criou-se três núcleos para orientar a implementação das estratégias.

Partindo da biorregião, o planejamento biorregional “é um processo organizacional que capacita as pessoas a trabalharem juntas, a adquirir informações, a refletir cuidadosamente sobre o potencial e problemas de sua região” (MILLER, 1997, p. 19). A partir deste prognóstico inicial, os grupos interessados no planejamento definem as

atividades necessárias para atingi-lo, implementa projetos e ações acordados por meio de diálogos entre os múltiplos sujeitos envolvidos. O planejamento biorregional associa a base física (ou a base ecológica) sobre o qual os homens reproduzem o seu modo de vida, considerando a sua complexidade e dinamismo dos processos sociais e ecológicos, criando medidas para proteger, recuperar e sustentar a natureza e os modos de vidas a ela associado.

Nesse sentido, subjaz a ideia de planejamento biorregional “conservar a natureza e os recursos naturais, sem desprezar a possibilidade de produção de bens e serviços que possam ser desenvolvidos sustentavelmente” (GONZAGA, 2013, p. 53). Aliado a este primeiro princípio, o autor acredita que junção entre a conservação e a produção de bens e serviços ambientais permite ampliar os programas de conservação da natureza, abrangendo ecossistemas inteiros. Trata-se de uma abordagem iminentemente política, considerando que a conservação não se faz isolada dos processos sociais, culturais e econômicos.

Na interpretação de Roberto P. Guimarães (2001), pensar o planejamento biorregional requer também pensar em um projeto de desenvolvimento sustentável para a biorregião. Para isto, demanda-se tratar de forma conjunta a eficiência econômica, a equidade social e as liberdades políticas ligadas diretamente às políticas voltadas à conservação ambiental. Trata-se de um processo global que busca integrar os elementos ecológicos àqueles de ordem social e histórica, isto é, trata-se de colocar em análise como as dimensões humanas e ecológicas se coadunam na biorregião e, sobretudo, criar estratégias de sustentabilidade social e ecológica para esta relação complexa.

Este tratamento global requerido pelo planejamento biorregional pressupõem, necessariamente, que se considere o potencial das biorregiões como agentes do desenvolvimento. Isto é, de analisar sistematicamente a capacidade das biorregiões em transformar o “crescimento em desenvolvimento (...), capacidade para passar do plano abstrato institucional ao plano concreto das pessoas, capacidade para mobilizar e coordenar os recursos internos” (GUIMARÃES, 2001, p. 39 [tradução livre]). Diferentemente de outras abordagens, em Guimarães (2001), tanto a biorregião como o planejamento biorregional expressam relações políticas concretas, ou melhor, embora este autor considere as dimensões ecológicas, sociais e históricas como indissociáveis na constituição da biorregião, este olhar integrador é construído no intuito de pensar a biorregião como um agente ativo a partir do qual se desenha as políticas de planejamento.

Este olhar de Guimarães (2001) é singular, sobretudo, por não considerar a biorregião apenas com aquele espaço acolhedor das ações de planejamento, ao contrário,

parte-se das condições ecológicas, sociais e econômicas, parte-se das determinações encontradas na biorregião para se pensar uma estratégia de planejamento. Em outras palavras, a biorregião tem uma historicidade, uma dinâmica geográfica e ecológica e é somente considerando estes fatores que é possível pensar em termos de planejamento biorregional. Destas considerações chega-se a constatação da necessidade de se considerar o planejamento biorregional como um mecanismo articulador de diversos fatores presentes na biorregião.

A este respeito, Guimarães (2001) sublinha a necessidade de o planejamento biorregional articular os fatores “materiais e não materiais”; os atores “individuais, corporativos e coletivos”; as instituições, “sistemas de normas e as organizações”; os procedimentos de “gestão, administração e informação”; a cultura observando as questões ligadas à identidade e os “sistemas de valores”; a inserção externa da biorregião e a busca de garantia de “sobrevivência econômica da comunidade” (GUIMARÃES, 2001, p. 39 [tradução livre]). A articulação destes elementos permite colocar em relevo as oportunidades, os problemas e os pontos fortes da biorregião e, bem como, daqueles elementos indispensáveis a uma política de planejamento e desenvolvimento biorregional.

Estes elementos descritos por Guimarães (2001) podem ser considerados a matéria-prima básica a partir do qual se pensa uma estratégia de planejamento biorregional. Mas, é preciso ter a ciência da complexidade deste modelo de planejamento. Por um lado, quando se refere a planejamento biorregional, sobretudo, quando este se dá em Áreas Protegidas ambientalmente ou em espaços destinados a maior eficiência e eficácia da conservação, como, por exemplo, os Mosaicos de Áreas Protegidas, este modelo de planejamento refere-se também a outros elementos complementares: a gestão e o manejo de ecossistemas. O planejamento é a base para estas demais dimensões, e o mecanismo a partir do qual se pensa a integração entre eles. De outro lado, articulado a esta dimensão da gestão e manejo, há também a complexidade da base espacial a partir do qual se elabora estas estratégias de planejamento, a biorregião, que, como argumentamos, é a síntese concreta entre as dimensões ecológicas, sociais e históricas.

Diante disso, a primeira questão que toma relevo é que o planejamento biorregional não se restringe às dimensões ecológicas, isto é, pensar as estratégias mais eficazes de conservação da natureza (embora passe por esta dimensão), não se restringe às dimensões sociais, históricas ou culturais, pensando as estratégias de empoderamento das comunidades levando em conta as identidades e os modos de vida (embora também trabalhe com estas

questões). O planejamento biorregional não trabalha com estes elementos desarticulados, ao contrário, é da junção desta complexidade que se propõem uma estratégia de trabalho. Com isto, é preciso pensar as próprias estratégias e as articulações necessárias, os sujeitos, as escalas, os objetivos etc., e a proposta de Guimarães (2001) é, nesse sentido, fundamental.

A importância de Guimarães (2001) deve-se ao fato deste ter percebido as questões fundantes para se pensar a “estratégia biorregional e territorial” do planejamento em bases sustentáveis. Para este autor, o planejamento biorregional é essencialmente dialógico e participativo. Isto quer dizer, entre outras coisas, ter em consideração tanto os “marcos institucionais e políticos” no qual os governos, comunidades e corporações e interesses privados criem espaços de mediações para debater e encontrar soluções para os problemas da biorregião. Este movimento de mobilização é essencial para encorajar todos os grupos sociais a participarem efetivamente da proposta de planejamento. Sem o envolvimento das comunidades locais, sem determinação clara dos problemas e das soluções possíveis, ou caso os interessados não aceitem ou não se envolva efetivamente nas ações, as possibilidades de falhas são evidentes.

Para criar este espaço de mediação e mesmo criar as condições para as quais os diferentes grupos possam participar do processo e das estratégias de planejamento, um segundo processo é fundamental: o acesso real as informações. Em uma biorregião há múltiplas categorias de sujeitos – ONGs, ambientalistas, empresários, camponeses, etc., cuja capacidade de acessar a informações para efetiva participação é desigual. Por isso, a informação precisa ser democratizada e, sobretudo, criar mecanismos que diminua os desequilíbrios entre os sujeitos e sua efetiva participação. A democratização das informações e dos mecanismos de acesso a elas habilita as pessoas na tomada de decisões e para que contribua efetivamente nas propostas de planejamento.

Para Miller (1997), a democratização das informações é o principal mecanismo e o principal desafio no que se refere à participação dos diversos grupos que atuam na biorregião. Mas isto é enfrentado quando há “manutenção de negociações justas e fornecimento de informações, de modo equitativo, a todos os grupos (...)” (MILLER, 1997, p. 81). Para o autor que estudou vários exemplos de programas de planejamento biorregional, em todos eles, os parceiros ou os potenciais parceiros, demandam informações essenciais, tais como, informações sobre os recursos, usos da terra, economia, ecologia, enfim, todas aquelas informações pertinentes a biorregião. Isto porque algumas eram tecnologicamente inacessíveis ou requeriam treinamento avançado no uso de computadores,

Sistemas de Informações Geográficas etc.. Isto se resolveu com a divulgação de informações científicas, mapas e dados censitários preparados pelas instituições que comandavam as propostas de planejamento.

Aliado as questões dos marcos institucionais e políticos e a democratização das informações inerentes a biorregião, Guimarães (2001) situa um terceiro elemento importante no planejamento biorregional. As iniciativas de planejamento biorregional, geralmente, tem origem externa às comunidades, surgem da atuação de ONGs, Agências Governamentais etc.. O ideal é que as propostas partissem das comunidades, mas quando isso não acontece é preciso identificar e valorizar as iniciativas de “liderança e gestão” comunitárias. Este processo é essencial para que as estratégias tenham a “aceitação social” e, sobretudo, para que elas tenham continuidade mesmo com a retirada dos sujeitos externos.

Este desafio posto por Guimarães (2001) leva a outro elemento complementar: o caráter multi-setorial do planejamento biorregional. A adesão às ações requeridas, ou mesmo como prefere o autor à “aceitação” das atividades de planejamento, envolve, necessariamente, a compreensão profunda da proposta de planejamento. Miller (1997) demonstra que na biorregião há grupos distintos, com interesses difusos, e “a menos que todos os grupos de interventores ambientais sejam parceiros integrais no planejamento e implementação” das atividades do planejamento biorregional, “um ou outro grupo provavelmente poderá achar que seus interesses próprios serão prejudicados” (MILLER, 1997, p. 80). Talvez seja este o maior desafio deste modelo de planejamento, como, por exemplo, compatibilizar os interesses de produtores de soja e de semente capim com os interesses das comunidades camponesas e a conservação no MSVP?

Para Miller (1997) e Guimarães (2001), a resposta a esta questão, e para romper os desafios elencados nas linhas precedentes passa, necessariamente, pela participação das comunidades biorregionais, dos atores privados e públicos, pelo Estado e pela ONGs, sujeitos essenciais no planejamento, gestão, manejo e desenvolvimento biorregional. Um planejamento verdadeiramente participativo permite a mobilização integrada “do capital natural, humano e social latente na comunidade”, além de integrar “dimensões culturais que vem aliado à participação, aumentar o sentido de pertencimento dos atores locais”, contribui ainda para aumentar os níveis de confiança entre os diversos sujeitos envolvidos (GUIMARÃES, 2001, p. 55). A participação efetiva permite ainda aumentar a organização

e a autonomia daqueles agentes não ligados diretamente ao Estado ou a ONGs, abrindo espaços para diálogos efetivos para se pensar os problemas e as soluções para a biorregião.

Estes fatores subjetivos são importantes, mas a participação em estratégias de planejamento na maioria das vezes acontece em forma de “consulta”. Em outras palavras, todo o processo é realizado por agentes externos e somente depois disso se consulta a comunidade biorregional sobre o real interesse nas atividades propostas. Isto, por um lado, revela o mascaramento da participação efetiva e, por outro, é um dos principais elementos para explicar a falha em tentativas de planejamento biorregional. A participação deve ser à base de todos os processos, da concepção, à execução e à avaliação, a comunidade biorregional não é acessória as estratégias de planejamento, ao contrário, a sua ação ativa contribui para que haja êxito nas atividades propostas.

Nesse sentido, quando se demanda a participação social como estratégia para se pensar o planejamento biorregional, demanda-se uma participação em sentido amplo. Isto quer dizer, por exemplo, que as comunidades são o principal agente social a ser considerado quando discute o controle dos recursos naturais e, bem como, dos serviços ambientais prestados. Isto se aplica em estratégias de conservação como nas UCs ou nas estratégias territoriais da conservação como os Mosaicos de Áreas Protegidas. Lembrando sempre que o principal objetivo do planejamento biorregional é a busca pelo equilíbrio entre as comunidades biorregionais e os sistemas ecológicos que estas usam como meio de reprodução dos seus modos de vida.

Não podemos esquecer de um elemento essencial subjacente às estratégias de planejamento biorregional: conservar a natureza e, ao mesmo tempo, criar mecanismos de desenvolvimento. Conforme Miller (1997, p. 80), “as metas para a conservação da biodiversidade dificilmente podem ser apartadas das necessidades e perspectivas dos componentes locais”. Isto é, indo em sentido contrário as abordagens verticalizadas das políticas de conservação ambiental, que, pela sua lógica, levam a injustiças, deterioração dos recursos e dos meios de reprodução dos modos de vida e, conseqüentemente, torna-se o principal mecanismo dos conflitos. O desafio posto é integrar o desenvolvimento com as metas de conservação.

O primeiro passo para vencer este desafio é, para Miller (1997), permitir que as comunidades biorregionais tenham poder efetivo de decisão e, sobretudo, criar os mecanismos para habilitá-las nesse sentido. Quando colocamos esta questão, implicitamente colocamos em análise a desigual distribuição de poder nas atividades de

planejamento. Klaus Frey (2001, p. 13), em um excelente texto sobre as dimensões político-democrático do desenvolvimento sustentável, coloca que quando refletimos sobre os problemas ambientais e sobre as estratégias de planejamento para se resolvê-los, sempre demandamos a participação popular. Acontece que “a função da participação popular se restringe à ampliação da base de conhecimento e ao aumento da responsividade da ação estatal”. Isto é, a participação é parcial e fragmentária.

Em outros temas, conforme sublinha o autor, “entre os planejadores e boa parte dos políticos encontram-se ‘consideráveis reservas no tocante a tentativas de conceder mediante amplos direitos de participação, mais influência sobre o planejamento’” (FREY, 2001, p. 13). Com isto, observa-se sempre a tendência de uma participação parcial, “controlada e caracterizada pela cooptação dos participantes”. A conclusão de Frey (2001, p. 13) não difere daquela defendida aqui: em qualquer modalidade de planejamento, a participação é uma peça fundamental, indispensável para mudanças mais fundamentais. Assim, o planejamento, inclusive as estratégias de planejamento biorregional, deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades latentes das comunidades, mas “também devem ser conduzidas a elas”. Enfim, para o efetivo planejamento biorregional em base participativa e democrática a questão da distribuição do poder deve ser redimensionada.

Um segundo processo, especialmente, quando se coloca a questão do desenvolvimento é “assegurar que os interventores ambientais individuais ou grupais recebam uma parte justa dos benefícios” (MILLER 1997, p. 82). O grande interesse do planejamento biorregional é a conservação da natureza ou adequação da produção nas metas de manejo. Isto quer dizer que práticas agrícolas, turísticas, madeireiras, pesqueiras etc., de algum modo devem ser alteradas para atender os objetivos propostos. É preciso compensá-los por tais serviços. Miller (1997) cita alguns exemplos bem-sucedidos, como pagamento pelos serviços ambientais, criando estratégias de incremento do turismo etc..

A conclusão do autor é que não há uma solução global, estas precisam ser encontradas na própria biorregião, pois é justamente o terreno no qual as pessoas constituem suas vidas cotidianas, trabalham e vivem. Encontrar as soluções para os programas de planejamento e manejo que estejam necessariamente aliados aos desafios do desenvolvimento é uma das linhas mestras para se construir um programa de planejamento biorregional. Como destacamos anteriormente, o planejamento biorregional é construído sobre uma tríade: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Para tornar tal premissa operacional é preciso conhecer as culturas e os ecossistemas na qual elas se

desenrolam, é preciso compreender como as pessoas apropriam concretamente dos ambientes nos quais vivem.

Ainda na década de 1980, as análises de Ignacy Sachs vinham de encontro com alguns elementos do planejamento biorregional. Sachs (1986) propõe o conceito de ecodesenvolvimento, ou melhor, “um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião [diríamos, em cada biorregião], insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo” (SACHS, 1986, p. 77). Este autor reage contrariamente às soluções universalistas e as formas generalizadas encontradas nas políticas de desenvolvimento. Para ele uma proposta de desenvolvimento alternativo confia e promove às capacidades das populações locais em identificar e resolver seus problemas.

A similaridade entre as propostas de planejamento biorregional e ecodesenvolvimento impressiona, sobretudo, quando se refere à questão do desenvolvimento e do manejo do ambiente. Estas tornam-se mais claras quando analisamos a configuração geral proposta por Ignacy Sachs para a execução do ecodesenvolvimento. Aquilo que o autor denomina de cinco dimensões da sustentabilidade: a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e sustentabilidade cultural.

Sachs (1986) não tem uma proposta de planejamento biorregional, as preocupações deste autor eram outras. No entanto, é possível notar que alguns dos elementos destacado para o conceito de ecodesenvolvimento estão presentes nas preocupações daqueles que defendem o paradigma da gestão e do planejamento considerando a biorregião como escala de ação. Nesse sentido, e observando as escalas da sustentabilidade de Sachs (1993), para que haja planejamento biorregional é preciso ponderar da sustentabilidade social e ecológica, buscando estratégias para melhorar a qualidade de vida e o empoderamento das pessoas sem destruir a capacidade de recuperação da natureza.

Para isto, o quadro cultural, biofísico, humano e econômico deve ser pensado em seu intrincamento. Esta é, talvez, a maior diferença entre a proposta do planejamento biorregional e as demais perspectivas: o fato de pensar a biorregião em todas as dimensões. Disso resulta a conclusão de que não é possível criar estratégias de conservação da natureza diante de um quadro de pobreza, da falta de mecanismo de geração de renda e de empoderamento das pessoas. Resulta ainda que os problemas ditos ecológicos envolvem outros, tais como, as questões econômicas, sociais e culturais. O planejamento biorregional

reconhece este quadro e parte dele para encontrar as estratégias de desenvolvimento e conservação da natureza; acredita na capacidade das pessoas para encontrar a solução para os problemas da biorregião, sejam ecológicos, econômicos ou sociais; e defende a democratização das informações, do poder e, sobretudo, defende a participação efetiva da comunidade na tomada de decisão nas atividades de planejamento.

Quando se pensa uma estratégia de planejamento biorregional, sobretudo, em UCs ou nos Mosaicos de Áreas Protegidas é preciso notar a indissociabilidade entre planejamento, gestão e manejo biorregional, mas tendo a ciência que cada um destes representa um conceito e um conjunto de ações específicas. Para Miller (1997, p. 20), o manejo biorregional é parte integrante do planejamento, e como tal “é um conceito integrador, que combina a aprendizagem e perspectivas de várias abordagens similares para o manejo dos recursos”. Em sentido complementar, a gestão refere-se às formas concretas de como administrar, ou melhor, as regras concretas de gerenciamento e controle dos recursos. Conforme Pires et. ali. (2004, p. 27), a “gestão biorregional implica a definição de políticas públicas voltadas à proteção, à recuperação e ao uso sustentado da biodiversidade e dos recursos naturais”.

Conforme Souza (2013), embora algumas abordagens proponham gestão e planejamento enquanto sinônimos, ou contrário, quando propõem que atividades de gestão devem substituir o planejamento, revela a incompreensão de que estes conceitos são complementares. De acordo com o autor, gestão e planejamento não são “intercambiáveis”, no sentido de que um substitui o outro ou vice e versa, dado o fato de referirem-se a tempos e a atividades distintas. Gestão é administrar uma determinada situação “dentro dos marcos” e dos “recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades do presente”. Em outras palavras, enquanto o planejamento (e aqui está incluído o biorregional) trabalha com prognósticos, conforme argumentamos nas linhas precedentes, a gestão trabalha com a realidade tal como é; a gestão é “efetivação, ao menos em parte (...), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir”. Com isto, estes processos não são concorrentes ou intercambiáveis, mas “complementares” (SOUZA, 2013, p. 46).

Fany Davidovich (1991) faz uma ressalva importante quando situa que o “conceito de gestão, levando, desde logo, a assinalar que o termo não se confunde simplesmente com gerenciamento ou com administração, ainda que estes representem suportes imprescindíveis para a sua prática” É preciso pensar a gestão como um saber específico, argumenta o autor,

aliado aquele de governança ou governabilidade, tal saber tem como base no “progresso técnico científico e na racionalidade”. Nesse sentido, enquanto “prática ‘inteligente’ de poder, misto de ciência e arte”, o conceito de gestão trata do tempo presente, ou melhor, “acha-se historicamente situado, em termos de sua atualidade” (DAVIDOVICH, 1991, p. 7).

Para nós, basta simplesmente situar a sutil complementariedade das ações, isto é, basta colocar em análise a indissociabilidade entre planejamento e gestão. As questões levantadas nos parágrafos precedentes tem este objetivo, de construir uma argumentação para que possamos definir teoricamente o nosso entendimento de gestão biorregional. Conforme Pires et. ali. (2004), a gestão biorregional herda muito das estratégias de gestão ambiental. Isto quer dizer, sobretudo, que as normas jurídicas que dão sustentabilidade a gestão ambiental também estão intrincadas naquela referente à biorregião.

Eduardo Pagel Floriano (2007) destaca as quatro estratégias da gestão ambiental: comando e controle; econômicas; autorregulação; macro políticas com interface ambiental. As estratégias de normas e controle referem-se a um conjunto de normas criadas para influenciar o comportamento do agente impactante, indicar as diretrizes e padrões a seguir para evitar os impactos ambientais (as Resoluções do Conama sobre a compensação ambiental é um bom exemplo). As estratégias econômicas “visa beneficiar o agente impactante que reduz os impactos, ou punir aquele que causa impactos negativos”, estas visam “recompensar e incentivar, continuamente, melhorias no campo ambiental” (FLORIANO, 2007, p.43-44). As estratégias de autorregulação apostam na força do mercado como principal mecanismo de regulação dos impactos ambientais. Aliado a estas três estratégias, a que nos interessa mais de perto, as macropolíticas com interface ambiental referem-se a mecanismos de desenvolvimento, tais como, o regional ou o biorregional.

Pires et. ali. (2004, p. 29) destaca a necessidade de determinar “unidades para o gerenciamento do sistema ambiental”, pois para “a implementação da gestão biorregional é necessário compreender e avaliar o papel dos diferentes usos da terra, não somente como causa das questões mais significativas para a sustentabilidade, mas como componentes dos ecossistemas que devem estar sujeitos a administração sustentável”. Enquanto atividade prática ou enquanto saber prático, a gestão biorregional deve apreender e repensar o uso da biorregião no sentido de diminuir aqueles impactos que colocam em risco a capacidade de resiliência da natureza. Trata-se, portanto, de identificar aqueles usos da terra incompatíveis com as propostas de manejo biorregional, isto é, que considere a sustentabilidade social e

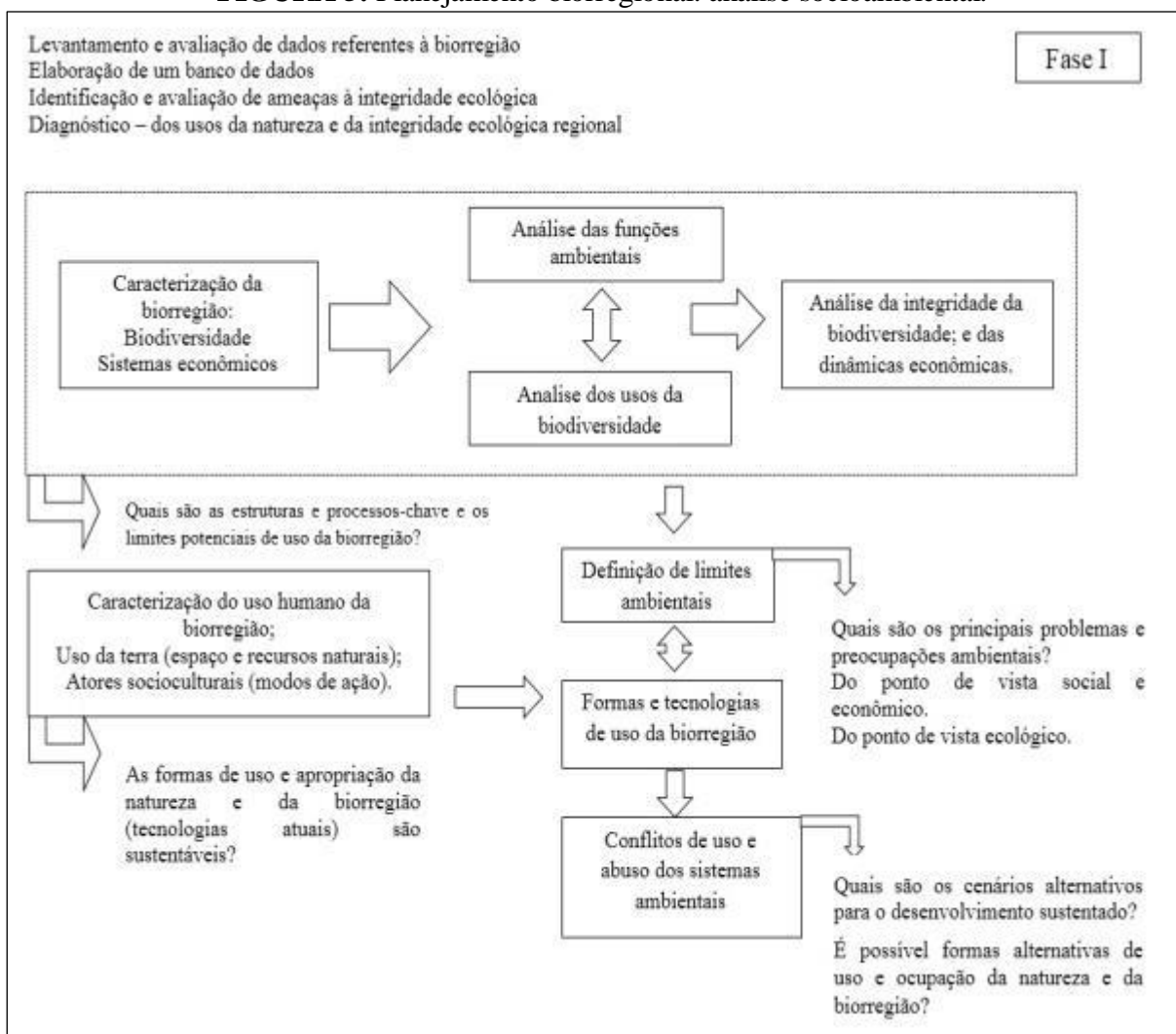
ambiental, atuando, conforme o autor, no sentido de evitar “tendências atuais do crescimento populacional desordenado”.

Quando se fala em gestão biorregional, ou quando se fala que está herda muito da gestão ambiental, duas questões precisam ser situadas. A primeira delas é que o termo gestão biorregional é pouco recorrente em textos acadêmicos. Miller (1997), por exemplo, prefere o termo manejo biorregional, enquanto Pires et. ali (2004) os considera enquanto termos distintos. Trata-se, portanto, de um campo aberto, e no qual é necessário grande investimento teórico. A segunda questão importante tem relação direta com o conteúdo restrito dado ao termo. Nesse sentido, Pires et. ali. (2004), embora destaque a importância de uma abordagem ecossistêmica para se pensar a gestão biorregional, acaba por situá-la apenas na dimensão ecológica. Isto não quer dizer a recusa a suas contribuições. Este autor na verdade tem umas das propostas mais sistematizadas quando se refere à gestão biorregional, mas tão somente situamos a necessidade de ampliar as suas análises.

Até aqui demonstramos em separado a nossa compreensão sobre planejamento e gestão biorregional, mesmo que destacando a complementariedade entre elas. A título de ampliação das análises e, ao mesmo tempo, de síntese de algumas orientações conceituais seguidas neste item, sintetizamos nas figuras 5 e 6 algumas ponderações essenciais.

A proposta de Pires et. ali. (2004, p. 29), embora com algumas adaptações, sobretudo, quando o autor trata teoricamente gestão e planejamento como sinônimos, é interessante para se pensar a prática do planejamento biorregional. A partir da figura 5 observamos que o primeiro desafio deste modelo de planejamento é a análise das condições em que se encontra a biorregião, econômica e ecologicamente. Nesta proposta de análise das características biorregionais, Pires et. ali. (2004, p. 30) sugere a identificação daquelas atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, dos recursos naturais, sobretudo, focando os problemas e impactos gerados por esta exploração. O passo seguinte é focar o olhar sobre as comunidades biorregionais, a forma como elas apropriam do ambiente biorregional, bem como, as percepções que estas forjam. A partir da “identificação dos grupos socioculturais e de suas influências individual e/ou coletiva sobre a biorregião”, a próxima etapa do trabalho de planejamento é a análise sistemática dos conflitos de uso dos sistemas ambientais e, bem como, a busca por soluções destes conflitos.

FIGURA 5: Planejamento biorregional: análise socioambiental.



Fonte: Pires et. ali. (2004, p. 30).

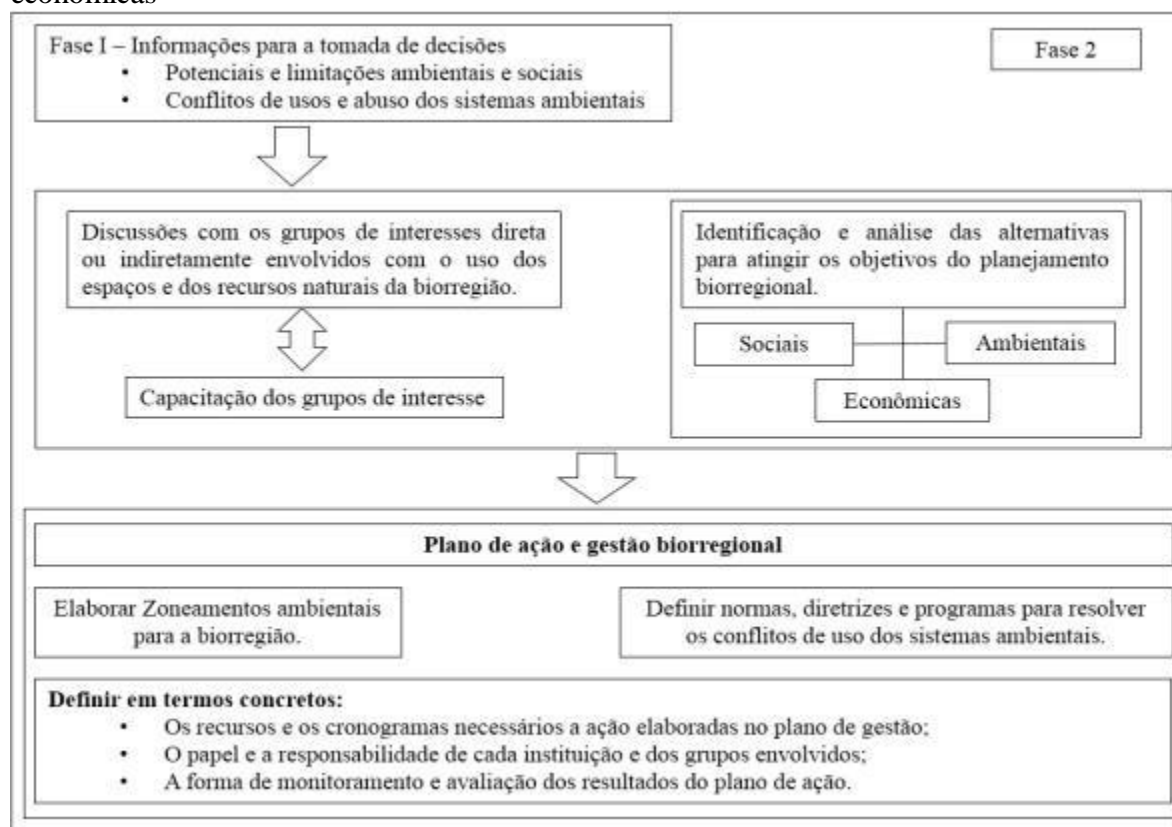
Adap.: Martins, G. I., 2015.

Esta primeira fase do planejamento também deve se preocupar com as questões ecológicas, sobretudo, na “verificação da existência de comunidades bióticas e populações de espécies nativas da biorregião” (PIRES ET. ali., 2004, p. 30). Neste primeiro momento, no qual ainda se discute as propostas de planejamento, questões tais como recuperação das áreas degradadas e das funções ambientais, preservação de áreas de alta densidade de biodiversidade e, bem como, as estratégias de manejo e conservação dos ciclos ecológicos da biorregião devem ser debatidas com todos os interessados. Além disso, devem colocar em análise aqueles sistemas de suporte a vida, considerando que estes sistemas incluem os “sistemas agrícolas em harmonia com sistemas naturais ecologicamente íntegros, ambos desenvolvendo processos ecológicos fundamentais para suportar todos os processos biológicos” (PIRES et. ali., 2004, p. 31).

O quadro delineado por Pires et. ali. (2004) centra-se, sobretudo, sobre os sistemas ecológicos. As questões de cunho econômico, cultural e social ficam em segundo plano. Conforme discutimos nas linhas precedentes, o planejamento biorregional tem por característica básica pensar a biorregião em sua totalidade. Por isso, falta em seu esquema uma reflexão mais ligada às questões de natureza humana. Para nós, este primeiro momento deve, evidentemente, fazer uma análise criteriosa das condições ecológicas, mas sem desconsiderar os demais fatores que compõem a biorregião. Se este primeiro momento é o debate, questões ligadas às atividades econômicas, a repartição dos benefícios da conservação e, bem como, como estes podem se converter na melhoria da qualidade de vida e na geração de renda devem ser situados e debatidos com aprofundamento.

Compreendida a natureza da biorregião e, bem como, os anseios, os problemas e alternativas chega-se ao segundo momento do planejamento biorregional, conforme a figura 6.

FIGURA 6: Planejamento e gestão biorregional: discussão das alternativas ecológicas e econômicas



Fonte: Pires et. ali. (2004, p. 30).

Adap.: Martins, G. I., 2015.

A figura 6 descreve o planejamento biorregional em si, partindo das análises de identificação e caracterização das condições ecológicas, sociais, econômicas e culturais da biorregião, as estratégias podem ser propostas. Neste sentido, conforme Pires et. ali. (2004), este cenário delineado é sempre mutável, ou melhor, adaptável às condições da biorregião, sobretudo, considerando o efeito positivo das ações, novos planejamentos deverão ser realizados. Apesar desta maleabilidade e processualidade, os gestores do planejamento não podem abrir mão do monitoramento periódico das condições ambientais, da efetividade das ações tanto no que se refere às estratégias de desenvolvimento econômico e quanto às estratégias de conservação e preservação da natureza.

A título de conclusão, algumas ponderações devem ser realizadas, elas concernem a alguns elementos discutidos recentemente na teoria do planejamento e que podem contribuir com o planejamento biorregional: a questão planejamento descentralizado; da inovação, negociação e aprendizagem. John Friedmann (1992) discutindo as questões relativas aos desafios do planejamento é quem propõe estas questões. Para ele, qualquer modelo de planejamento não deve se restringir a função tecnocrata, dadas as conjunturas sociais e econômicas em constante transformação no período contemporâneo, “necessitamos então conceber uma forma de planejamento que seja capaz de funcionar dentro de uma desordem e uma complexidade crescente”, no qual o “vínculo entre o conhecimento e a ação” seja a principal base de trabalho (FRIEDMANN, 1992, p. 82).

Precisamos pensar as novas condições sob as quais é possível pensar e realizar atividades de planejamento. Para o autor, o “colapso” da continuidade tempo-espço, a ruptura das comunidades políticas, a fragmentação e perda do poder político dos Estados são questões importantes e que devem ser ponderadas. Diante disso, o tempo de planejamento deve o tempo dos processos cotidianos, isto não quer dizer que prognósticos sejam desnecessários, a preocupação com o futuro continua um elemento essencial, mas o foco é o processo que se desenrola em tempo real. Além disso, este processo requer também a revisão das escalas das atividades de planejamento, conforme o autor a “prioridade” passa a ser os espaços regionais e locais. Estes fatores levam-nos, conseqüentemente, ao imperativo da descentralização do planejamento.

Devemos estar “mais atentos (...) a variedades e as diferenças regional e local. Os problemas do planejamento não são os mesmo em todos os lugares, é a especificidade do lugar [da biorregião, diríamos] que deve nos guiar no planejamento”. Não há novidades na proposta do autor, recentemente proliferam propostas políticas de desenvolvimento local,

endógeno etc., mas, certamente este princípio é singular quando se propõe refletir sobre o planejamento biorregional e, por isso, deve ser considerado. Em outras palavras, no lugar de pensarmos estratégias globalizantes de planejamento, a proposta é que se parta da realidade local, regional ou biorregional. Isto porque “as regiões e as localidades são os espaços da vida diária das pessoas (...), espaços no qual pessoas normais [isto é, aqueles não pertencentes aos centros decisórios] podem influir muito nos acontecimentos” (FRIEDMANN, 1992, p. 86).

O planejamento descentralizado não passa necessariamente pelo Estado, embora este seja fundamental, além de dar poder as comunidades biorregionais e, sobretudo, democratiza as ações. Além disso, “o planejamento descentralizado (...) [contribui para] maior distribuição dos riscos, com experimentação social e com a reanimação das práticas democráticas” (FRIEDMANN, 1992, p. 86). Aqui mais uma vez a questão que se coloca é aquela da distribuição do poder. Isto é, a descentralização das decisões, a participação das comunidades regionais na elaboração e condução das estratégias de desenvolvimento.

Quando se demanda a capacidade de inovação no planejamento, demanda-se a capacidade de solucionar problemas sociais, físicos, econômicos e ambientais. E como tal, a possibilidade de decisão é distribuída entre vários sujeitos, ou melhor, para ser inovador, o planejamento deve possibilitar mecanismos de negociação, mediação e construção de compromissos entre os diferentes sujeitos. Nas atividades de planejamento contemporâneas há duas modalidades de conhecimento indissociáveis: o conhecimento técnico e o cotidiano. A capacidade de negociação se delinea quando estes conhecimentos se dialogam na busca de solução para os problemas do planejamento. “Nas negociações frente a frente”, conforme sugere Friedmann (1992), “entre o planejador e a população afetada é onde podemos encontrar uma base de conhecimento adequado aos problemas” (FRIEDMANN, 1992, p. 88).

Neste sentido, quando se considera a capacidade de negociação envolvida nas atividades de planejamento, mais uma vez a questão da escala é colocada. Em outras palavras, “o planejamento negociador é específico a uma situação”, “busca uma diversidade de soluções para a escala regional ou local”. O pressuposto básico desta modalidade de planejamento é a participação e, sobretudo é uma “resposta a questão da responsabilidade democrática”. (FRIEDMANN, 1992, p. 88).

As questões apresentadas por Friedmann (1992) são importantes para se compreender e se pensar estratégias de planejamento biorregional. Este autor coloca

questões importantes, sobretudo, quando coloca o planejamento como estratégia não restrita a ação do Estado, quando coloca que este deve basear-se nas necessidades locais e regionais e, sobretudo, por compreender como essencial a capacidade de negociação e da construção de pactos. Estes elementos destacados aparecem de certa forma na estruturação do planejamento biorregional, a intenção foi de precisa-los com mais afinco. Diante das questões levantadas e para finalizar este item, algumas questões merecem destaques:

-Diante do exposto fica em evidência que para haver o planejamento biorregional é preciso: a) a capacitação de lideranças: entidades públicas, comunidades biorregionais e usuários, etc.; b) a pesquisa e a aplicação do conhecimento científico, local e tradicional devem ser incentivadas, aliado à democratização das informações; c) ter a ciência da necessidade do envolvimento (em sentido amplo) e a aceitação dos grupos de interesse; d) e considerar que não há modelos prontos, cada biorregião deve ser pensada em sua especificidade; e) devem-se incentivar as técnicas de cooperação, de integração entre instituições nacionais e internacionais.

-Na exposição aqui delineada, buscamos demonstrar a indissociabilidade e a complementariedade entre o planejamento e a gestão biorregional. Enquanto o planejamento biorregional parte do princípio de futuro desejável, das escolhas necessárias para atingi-lo e avaliação das potencialidades concretas para tal; a gestão é a efetivação deste processo, as escolhas estratégicas para tal.

-A efetivação deste processo requer o reconhecimento das potencialidades da biorregião, das condições ecológicas, econômicas, culturais e históricas, sobretudo, requer reflexão e mudanças na distribuição do poder. Em outros termos, enquanto elemento construído na base do diálogo e na efetiva participação, é preciso apostar na capacidade das comunidades biorregionais em encontrar a solução para os seus próprios problemas, mas isto passa necessariamente pela reconstrução da arquitetura das relações de poder.

-Quando se refere à escala de ação do planejamento biorregional surge à primeira imprecisão. Os processos não podem ser amplos, pois correm o risco de não atingirem os objetivos; mas, também não podem ser restritos, considerando que o planejamento biorregional parte do princípio que a conservação da base ecológica é essencial para se pensar estratégias de desenvolvimento em bases sustentáveis. A rigor, para conservar a base ecológica de uma determinada biorregião é preciso conservar uma área.

-A determinação da escala passa necessariamente pelo conhecimento da biorregião, conhecimento não só das questões ecológicas, mas também das econômicas, sociais, culturais e históricas.

-Os objetivos do planejamento e, bem como, os caminhos para atingi-los devem estar claros a todos os envolvidos. Por isso, a democratização das informações e dos processos envolvidos no planejamento biorregional é essencial. Aliado a isto, é necessário que as comunidades sejam capacitadas para trabalhar com estas informações.

E, por fim, o planejamento biorregional aposta na capacidade de inovação das comunidades biorregionais para a solução daqueles problemas ligados tanto a base

ecológica, quanto aqueles de ordem econômica e social. A principal característica deste planejamento é a descentralização das ações, embora a presença do Estado seja indispensável, a comunidade se empodera da biorregião e busca as condições alternativas para solucionar os seus problemas. Neste item demonstramos à base teórica do planejamento biorregional. A intenção foi a de delinear um cenário para que em seguida possamos refletir sobre o Plano DTBC do MSVP, sobretudo, dando destaque naquilo que compreendemos como característico do planejamento biorregional.

Nesse sentido, nos itens que se seguem, a intenção é demonstrar a genealogia dos processos por detrás da elaboração do Plano DTBC, suas características e eixos de desenvolvimento, plano que acreditamos ser o principal indicador de estratégias de planejamento biorregional. Para isto, primeiramente destacamos as condições nos quais o Plano DTBC foi elaborado, bem como, suas principais orientações para o desenvolvimento de base conservacionista. Em seguida, analisamos os fundamentos e características do Conselho Consultivo do MSVP. E finalmente, nos últimos itens, analisamos os eixos de desenvolvimento. Todas as análises empreendidas buscam mostrar a roupagem do desenvolvimento biorregional do MSVP.

4.2 Do Plano DTBC, eixos de desenvolvimento e o planejamento biorregional

Para se pensar aqueles processos por detrás da construção do Plano DTBC, é preciso situar um conjunto de relações materializadas na biorregião do MSVP. No capítulo 2, quando descrevemos os interesses e os interessados na conservação ambiental e na criação das UCs, destacamos o papel ímpar da Funatura na articulação política e econômica envolvendo as RPPNs, o PARNA GSV etc. Nesse sentido, todas as atividades ligadas ao MSVP, ao seu plano de desenvolvimento, passam pela intermediação da Funatura, seja na formação de pactos institucionais, seja na condução dos trabalhos técnicos, etc.

Considerando este contexto mais amplo, o objetivo deste item é descrever e analisar os processos envolvidos na construção do Plano DTBC do MSVP, bem como as suas principais características. Para atender este objetivo delineamos dois momentos neste item. Um primeiro que descreve as reuniões, os Grupos de Trabalhos, as oficinas, enfim, todas as atividades desenvolvidas na construção do Plano DTBC. Em seguida, descrevemos e analisamos as características e as orientações do Plano DTBC propriamente.

Conforme argumentamos no capítulo 3, apesar da inserção da categoria Mosaico de Áreas Protegidas como instrumento de gestão no SNUC em 2000, e a reafirmação desta categoria no Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, as ações destinadas para tal fim começaram a se delinear somente com o Edital 01/2005, do MMA e FNMA. Este Edital, que por sua vez, reflete um conjunto de ações, sobretudo, reflete os resultados da parceria Franco-Brasileira. Nesse sentido, tal Edital é um divisor de águas quando se trata do reconhecimento e financiamento dos mosaicos. É também divisor quando se trata do conceito de “desenvolvimento territorial de base conservacionista”.

O objetivo central do Edital foi selecionar os projetos para o reconhecimento de mosaicos em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, bem como fortalecer aquelas diretrizes de gestão, manejo e conservação da natureza expressas no SNUC. Tal documento traz ainda as orientações básicas “para gestão” dos mosaicos e, sobretudo, orientações para a incorporação “da abordagem do conceito de DTBC”. Em outras palavras, “a abordagem do DTBC consiste em estabelecer formas de associação entre desenvolvimento e conservação, estabelecendo e fortalecendo cadeias produtivas e econômicas que têm, como base, os produtos e serviços gerados pelas atividades conservacionistas” (MMA/FNMA, 2005, p.5).

A ideia de desenvolvimento de base conservacionista foi também desenvolvida no capítulo 3. Neste capítulo a intenção é esclarecer como este conceito foi absorvido pela equipe de planejamento do Plano DTBC do MSVP. Apesar das orientações do Edital, cada equipe de trabalho conduziu a proposta de DTBC de forma diferenciada, adaptando as condições de trabalho das equipes, mas também as condições ecológicas, econômicas e sociais. Para isto, analisar como se construiu as equipes de trabalho, os objetivos seguidos e os mecanismos para viabilizar a participação das comunidades revelam muito da proposta. É pelas características especiais que isto assumiu no Plano DTBC do MSVP, a forma dialógica e horizontal das atividades, que acreditamos que tal documento releva muitas estratégias do planejamento biorregional.

Além destas questões de ordem teórica, o Edital do MMA/FNMA trazia as orientações mais práticas, como, por exemplo, as condições de concorrência, as características das instituições proponentes etc. Nesse sentido, para tal Edital, somente as instituições públicas pertencentes à administração direta ou indireta (em todos os níveis) e as instituições privadas brasileiras, mas sem fins lucrativos poderiam participar da seleção. Para as instituições privadas e sem fins lucrativos obterem o apoio financeiro FNMA, era

pré-condição o cadastro no Cadastro Nacional das Entidades Ambientais. Outra regra importante é que somente uma proposta seria aprovada, evidente, se houvesse sobreposição de propostas.

Por adequar as exigências do Edital, como capacidade técnica de execução, uma equipe técnica executora e, sobretudo um conjunto de intuições parecerias, como por exemplo, ADISC, Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Urucuia – ADISVRU, Cáritas Januária, IBAMA, IEF/MG, o projeto proposto pela Funatura foi aprovado. O projeto apresentado pela Funatura tinha como escopo básico dar continuidade e expandir os trabalhos já realizados na biorregião, como, exemplo, a parceria de cogestão com o PARNA GSV e desenvolvimento sustentável de seu entorno, cursos de educação ambiental etc.. A grande novidade deste projeto, indo contra inclusive algumas ações da Funatura na gestão do PARNA GSV, foi à proposta de aprofundamento das relações com as comunidades locais, buscando alternativas sustentáveis de desenvolvimento, com equilíbrio entre a conservação, agricultura camponesa e agronegócio.

O projeto apresentado ao Edital, como pré-requisito aos financiamentos do FNMA, tinha como justificativa “a existência de um grande número de Unidades de Conservação contíguas” e áreas prioritárias de conservação da biodiversidade (requisito básico para concorrer ao Edital); além de áreas adjacentes as UCs “em bom estado de conservação”. Outros elementos destacados como justificativas é o fato de a biorregião possuir grandes atrativos turísticos, “tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista cultural”, destacou ainda as “atividades iniciadas relacionadas com o desenvolvimento em bases conservacionistas” e, sobretudo, “o bom entrosamento entre as várias instituições” parceiras na proposta (FUNATURA, 2005, p. 47).

Neste sentido, com a aprovação do projeto e com o reconhecimento do mosaico, as atividades desenvolvidas teriam a pretensão de:

- a) gestão integrada do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu;
- b) fortalecimento de parcerias já existentes e estabelecimento de novas;
- c) contribuição para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação fazendo com que o mosaico possa estar realmente integrado à estratégia nacional de conservação dos recursos naturais do país, em especial da biodiversidade brasileira;
- d) Plano de DTBC elaborado de forma participativa;
- e) comunidades mobilizadas e melhor organizadas;
- f) conselho do mosaico criado e em funcionamento, com regimento interno aprovado;
- g) projetos prioritários previstos no plano com suas implementações iniciadas. (FUNATURA 2005, p.49).

A proposta apresentada pela Funatura foi aprovada, e esta assinou o convênio com o FNMA para a execução do projeto ainda em 2005. Entre os anos de 2006 a 2009, desenvolveram-se todas as atividades necessárias para o reconhecimento do mosaico, sobretudo, aquelas destinadas à elaboração do Plano DTBC.

A principal característica do Plano DTBC elaborado pela Funatura junto com o Conselho do mosaico é a visão ecossistêmica sobre a biorregião do MSVP. Embora, o principal objetivo seja o de encontrar estratégias para se pensar a conservação da natureza para além das UCs, isto é, pensar a conservação como parte integrante da biorregião, outros elementos aparecem de forma ímpar. Isto pode ser observado no objetivo geral do Plano DTBC que é o de “promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das Unidades de Conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu” (SANTO, 2012, s/p).

Há que se considerar também aqueles objetivos ligados à conservação e gestão das UCs, como, por exemplo, a promoção da gestão integrada das UCs e demais áreas protegidas e, bem como, considerar as estratégias de desenvolvimento de base conservacionista. Isto é, a “implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradora de renda para os produtores e compatíveis com a proteção das Unidades de Conservação”; e “o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região, de forma a valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais” (SANTO, 2012, s/p).

A preparação e a aprovação do Plano DTBC foi pré-requisito do Edital FNMA/MMA para a aprovação/reconhecimento e financiamento dos projetos de mosaico. Apesar destas pré-condições, todo o processo de planejamento ficou a encargo da instituição proponente do projeto de mosaico, no caso do MSVP. Como afirmamos em linhas precedentes, a Funatura foi a responsável pela coordenação dos trabalhos. Aqui se expressa à primeira característica da estratégia do planejamento biorregional, a descentralização das atividades de planejamento. Embora o Estado esteja presente no financiamento, enfim, na viabilização das condições para que as propostas de desenvolvimento dos mosaicos aconteçam, a construção das propostas, as estratégias, os objetivos e a execução é calcada na biorregião por meio das instituições nela presente.

Nesse sentido, todas as atividades desenvolvidas na construção do Plano DTBC teve como pressuposto básico “a participação da comunidade e no intuito de valorizar as opiniões, práticas e modos de vidas dos habitantes da região do Mosaico” (FUNATURA,

2008, p. 7). Para dar conta desta proposta, foi construída uma ampla metodologia de trabalho, envolvendo desde o levantamento de dados secundários, como, por exemplo, identificação e levantamento de pesquisas realizadas tanto que no se refere às UCs do MSVP, como aqueles que se referem aos modos de vidas, sistemas econômicos, culturais etc., como também análise de documentos fornecidos pelos parceiros envolvidos no projeto.

Além deste momento mais pragmático, a equipe de elaboração realizou extensas pesquisas de campo para conhecer a realidade de cada UC, buscando identificar os conflitos, a situação fundiária, a existência de planos de manejo e, bem como, a situação das áreas de amortecimento, etc. Esta pesquisa de campo serviu de base também para conhecer “as comunidades, seus modos de vida, as formas de exploração dos recursos naturais dentre outros aspectos” (FUNATURA, 2008, p. 8). Podemos dizer que esta etapa de pesquisa teve como principal objetivo reconhecer as UCs e suas condições ambientais e de gestão e, evidentemente, as comunidades biorregionais. Etapa fundamental, sobretudo, na proposição de objetivos e estratégias de desenvolvimento para o futuro Plano DTBC.

Depois desta pesquisa de reconhecimento, outra pesquisa de campo foi realizada, mas esta mais focalizada, sobretudo, porque o seu objetivo foi o de realizar um conjunto de entrevistas com os gestores das UCs e líderes das comunidades. Com as entrevistas, a equipe de trabalho buscou “reconhecer as peculiaridades e práticas locais a partir de perguntas abertas e conversas informais”. Feito o tratamento das informações colhidas em campo, identificados os principais desafios, pode-se então iniciar a quarta fase dos trabalhos, a realização das oficinas internas. Este momento teve o objetivo de “socializar as informações entre os consultores (...) traçar estratégias para a elaboração do plano e sistematizar as colaborações das oficinas externas” (FUNATURA, 2008, p. 8).

O passo seguinte foi à composição dos Grupos de Trabalhos – GTs que foram formados pelos membros parceiros da Funatura na condução do projeto, além de representantes das comunidades e consultores técnicos. É preciso ter ciência da dimensão da proposta do reconhecimento do mosaico, que exigia conhecimento técnico, científico e organizacional, além de conhecimentos empíricos sobre a biorregião. A criação dos GTs teve como objetivo captar estes conhecimentos dos parceiros. Conhecimentos necessários para sustentar três grandes eixos de desenvolvimento propostos para o MSVP: a gestão integrada, turismo ecocultural e extrativismo vegetal sustentável. Cada eixo de desenvolvimento contou com uma equipe plural, isto é, buscou dar representatividade aos diversos setores da biorregião do MSVP, conforme o quadro 9.

Esboçam-se nos GTs os primeiros indícios da construção de um pacto em torno do MSVP, conforme podemos verificar no quadro 9. Além disso, é preciso considerar o caráter dialógico e plural destes GTs, que aliaram o conhecimento técnico ao conhecimento das comunidades. A importância dos GTs não se resume a parte prática, a elaboração do Plano DTBC, mas, sobretudo, por envolver e permitir a efetiva participação das comunidades biorregionais em todas as etapas do trabalho – surge aqui a ideia embrionária do futuro Conselho Gestor do MSVP. Enquanto trabalho feito a muitas mãos, os GTs deram a complexidade e profundidade necessária ao Plano DTBC.

QUADRO 9: A composição dos Grupos de Trabalho do Plano DTBC

Plano de trabalho	Grupo de trabalho	Instituições representantes
Plano DTBC do MSVP	Extrativismo sustentável	Prefeitura Municipal de São José das Missões; Curso de Geografia da Faculdade CEIVA; Moradora do Município de Brejo Amparo e Januária; FUNATURA; Coop. de Extrativistas do Cerrado; Coop. de Chapada Gaúcha; Coop. Grande Sertão; CoopSertão Veredas Associação Indígena do Xakriabá; Morador do PARNA CP; Câmara de Chapada Gaúcha; extrativistas; Bióloga e Agente da Associação de Agentes Ambientais do Peruaçu; Técnicos do IBAMA; produtores de doces a base de frutos do cerrado; Centro alternativo de Agricultura do Norte de Minas; Instituto Agrônomo e Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
	Turismo ecocultural de base comunitária	Estudantes da Faculdade Ceiva; FUNATURA; proprietários de Pousadas; Secretaria de Turismo das Prefeituras da área de abrangência do MSVP. SESC e SEBRAE.
	Gestão integrada	Associação Várzea Grande; IBAMA de Belo Horizonte; IEF de Januária; Biotrópicos; FUNATURA; Representante do PARNA GSV e CP e Associação dos Moradores do Município de Fabião I.

Org. Martins, G. I.

Fonte: Trabalhos de Campo, Jul. de 2012. FUNATURA (2008).

E, por fim, a última etapa da criação das condições para se pensar e construir o Plano DTBC foi à realização das oficinas externas. Estas tiveram objetivos muito semelhantes às oficinas internas, sociabilizar as informações do projeto e as pretensões com o reconhecimento do mosaico. Além disso, nestas oficinas, os resultados das pesquisas de campo, os diagnósticos socioambientais foram divulgados as intuições parceiras e ao público de forma geral. Outro objetivo das oficinas foi captar novos colaboradores para elaboração do Plano DTBC e apresentar o plano de trabalho.

Ao observar as etapas descritas nas linhas precedentes fica claro o empreendimento de preparação daquelas ações destinadas à elaboração do Plano DTBC do MSVP. Os trabalhos de campos e as entrevistas serviram de base para o diagnóstico situacional, isto é, permitiu a equipe de trabalho chefiada pelos técnicos da Funatura conhecer mais

profundamente as condições em que se encontravam as UCs que formam o mosaico, bem como, conhecer os modos de vida e as formas de reprodução das comunidades biorregionais. Deste diagnóstico situacional (ou socioambiental, tal como definidos nos documentos relativos ao Plano DTBC) permitiram algumas conclusões importantes.

A primeira delas é que embora a biorregião contasse com um número relevante de UCs de várias categorias de manejo – de uso sustentável e proteção integral – estas se encontravam em situação de vulnerabilidade. Isto é, a grande maioria não tinha planos de manejo e nem zoneamentos, nem tinha plano de combate a incêndio, programas de fiscalização e monitoramento; os processos de levantamento e regularização fundiária estavam estagnados. Isto demandava um conjunto de ações específicas no intuito de tornar as UCs operacionais do ponto de vista da gestão e, sobretudo, na criação de instrumentos de gestão mais eficazes. Destas conclusões surgiu o primeiro eixo de desenvolvimento do mosaico: a gestão integrada.

Um segundo conjunto de conclusões refere-se à forma como as comunidades biorregionais reproduziam seus modos de vida e utilizam os recursos do Cerrado. Apesar das comunidades biorregionais utilizarem secularmente elementos do Cerrado (tais como frutos, folhas, madeiras e plantas medicinais) enquanto elemento básico do modo de vida, isto é, apesar do extrativismo ser uma atividade essencial para as comunidades biorregionais, há um subaproveitamento deste potencial extrativista. Isto acontece, por um lado, dado à dificuldade destes produtos advindos do extrativismo adquirir espaço no mercado, e, por outro, devido ao abandono do extrativismo tradicional para explorar a produção de carvão vegetal, devido à expansão do agronegócio e das pastagens que diminuem os serviços ambientais do Cerrado etc. Há uma potencialidade de desenvolvimento no extrativismo que permite aliar a conservação e a geração de renda para as comunidades, portanto, é preciso potencializar este processo: surge daí o eixo de desenvolvimento extrativismo em bases sustentáveis.

Deste diagnóstico situacional chegou-se um terceiro conjunto de conclusões: as UCs da biorregião do MSVP conservam e preservam uma grande diversidade paisagística, desde extensas veredas, áreas com arranjos geológicos únicos, cavernas, rios e riachos de singular beleza; as comunidades do entorno destas UCs têm expressões culturais específicas, tais como o padrão culinário com o uso dos frutos do Cerrado, o arranjo arquitetônico das casas, enfim, há toda uma gramática social, cultural e histórica que dá densidade a estas comunidades. A junção destes dois elementos – as belezas naturais e as belezas culturais –

pode potencializar um turismo típico, gerar trabalho e renda e contribuir com a conservação da natureza. Desta constatação surgiu o terceiro eixo de desenvolvimento do MSVP – o turismo ecocultural⁴⁹.

É a partir destes diagnósticos e da definição dos caminhos necessários para se chegar ao desenvolvimento em base conservacionista (como proposto no Edital do FNMA/MMA) que se iniciaram os trabalhos de elaboração do documento final do Plano DTBC. Este plano foi construído em mais cinco etapas. Na primeira, realizou-se a apresentação dos projetos às comunidades e aos interessados, além de contratar equipe técnica para gerenciar os trabalhos de planejamento. Este primeiro momento pode ser compreendido como etapa da preparação no qual o principal objetivo era o de encontrar os parceiros suficientemente envolvidos com a questão da conservação da natureza e com as estratégias de desenvolvimento de base conservacionista.

Na segunda etapa, realizou-se a atividade reconhecimento da área de abrangência do MSVP, ou melhor, os trabalhos deram-se no sentido de reconhecer os limites da biorregião do mosaico. Para isto, foi necessária a elaboração do material cartográfico, aprofundamento do levantamento das condições socioeconômicas, além de pesquisas relativas ao turismo ecocultural e relativas às atividades de extrativismo vegetal, além do detalhamento das condições de cada UC pertencente ao MSVP. A terceira etapa de desenvolvimento do Plano DTBC ocorreu no intuito de sistematizar as pesquisas realizadas nas etapas anteriores. Além disso, este foi o momento de adequação do material cartográfico e dos limites do MSVP.

A quarta etapa do trabalho teve como produto a primeira versão do Plano DTBC (esta primeira versão foi elaborada em uma oficina na cidade de Januária em novembro de 2007). Após a construção desta versão preliminar, realizou-se uma oficina interna para debater as características dos eixos de desenvolvimento, apontar as fraquezas e contradições e, bem como, encontrar soluções para os impasses que surgiram ao longo do processo. Vencidas estas etapas, os processos seguintes foram à elaboração da versão final do plano e, finalmente, no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas em 2009, divulgaram-no para o público em geral (FUNATURA, 2008)⁵⁰.

⁴⁹ Apesar de o Plano DTBC trazer a expressão turismo ecocultural, nos projetos desenvolvidos este conceito foi ampliado e tornou-se “turismo ecocultural de base comunitária”.

⁵⁰ Quando realizava as pesquisas de campo para a minha pesquisa de mestrado sobre as populações camponesas do PARNA GSV em 2009, participei do primeiro Encontro dos Povos do Grande Sertão-Veredas. E foi justamente neste encontro que foi apreciado e aprovado o Plano DTBC. Apesar de naquele momento a proposta dos mosaicos não me interessar de perto, fiz algumas

É preciso lembrar que todas estas atividades aconteceram durante três anos - extrapolando em 2 anos o prazo estipulado pelo FNMA. Após estes processos, o MSVP foi reconhecido oficialmente em 2009. Mas, a questão ainda em aberto: depois de levantamentos, mapeamentos, oficinas, encontros, redação preliminar e definitiva, que tipo de documento foi produzido pela Funatura e parceiros? Quais as suas características? Qual a relação do Plano DTBC e o planejamento biorregional?

O plano de desenvolvimento aprovado pela Funatura tem três características básicas. Primeiro, ele é um levantamento das condições em que se encontram as UCs, as relações destas com as comunidades biorregionais, isto é, buscou-se “um razoável conhecimento sobre o imenso território [para nós da biorregião] do mosaico e suas Unidades de Conservação” (RCO, 2007, p. 11). Conhecendo a situação, a premissa básica do Plano DTBC é que esta situação pode ser alterada por meio de uma efetiva participação das comunidades e da identificação “de alternativas para o desenvolvimento sustentável do território do mosaico” (RCO, 2007, p. 11).

Para atingir este objetivo, é preciso definir as estratégias de desenvolvimento – e, como apontamos anteriormente, apostaram no turismo ecocultural, extrativismo em bases sustentáveis e a gestão integrada.

Dos diagnósticos realizados, ficou claro os usos do “Cerrado para a alimentação, indústria de cosméticos, geração de energia limpa e fins medicinais” entre as muitas comunidades camponesas (SARAIVA, 2008, p. 87). Subjaz a este eixo, a ideia do grande potencial de desenvolvimento com a conservação do Cerrado, é seu potencial, que pode ser explorado de maneira sustentável por meio das práticas extrativistas. Além da importância biológica, quando se propõem o aproveitamento dos serviços ambientais do Cerrado, propõem-se também a valorização de elementos culturais típicos da biorregião. Isto porque estas atividades fazem parte das gramáticas sociais das comunidades biorregionais, como bem reconhece um dos relatórios da Funatura, quando observa que “praticar o aproveitamento de produtos do cerrado (...) não é algo tão distante da prática das populações do território do mosaico” (FUNATURA, 2008, p. 14).

Além do extrativismo, o Plano DTBC propõe outras atividades ligadas à conservação e ao uso sustentável, sobretudo, aquelas ligadas ao turismo ecocultural. A

anotações sobre a plenária, do qual destaco uma parte: “participei de uma reunião para aprovação de um projeto, percebi um duplo sentimento: desconfiança – por parte das comunidades – e otimismo – por parte das lideranças, líderes de cooperativas e gestores das UCs” (Caderno de Campo, 12 julho de 2009).

aposta no turismo ecocultural dá-se, sobretudo, porque este remete aos elementos da natureza e também da cultura em sua formação. Com isto, busca-se “atrair turistas interessados em comprar os serviços que permitam contemplar, conviver e usufruir, aprender e intercambiar com os patrimônios culturais e naturais” da biorregião do MSVP (FUNATURA, 2008, p. 31).

A rigor, o Plano DTBC reconhece todos estes elementos como potencialidades, “porém esses não se constituem ainda tecnicamente em atrativos turísticos, porque há ausência quase total de equipamentos e serviços” que permitam o pleno desenvolvimento do turismo ecocultural. Para esta potencialidade tornar-se efetiva, é necessária a construção de roteiros turísticos (os Circuitos Turísticos Regionais) para a biorregião do MSVP, além da necessária infraestrutura. Apesar disso, conforme a proposta de reconhecimento da Estrada-Parque Guimarães Rosa, “um dos meios para o desenvolvimento econômico na região está vinculado ao turismo ecocultural, não como uma solução imediata, mas somado a outras iniciativas, que indiquem um caminho norteado por ações propostas em bases sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida das comunidades”. (FUNATURA, 2012, p. 22).

Todos estes processos de desenvolvimento passam por um conjunto de atividades que pensam a biorregião como uma totalidade. Nesse sentido, “os processos das relações humanas, políticas e administrativas devem estar relacionados à garantia da manutenção das unidades de conservação e dos demais ambientes naturais, à proteção da diversidade da flora e da fauna e de todos os aspectos culturais existentes” (FUNATURA, 2012, p. 22). Notamos com isto que o Plano DTBC demanda a capacidade de inovação ao sugerir novos mecanismos de desenvolvimento, além disso, demanda a capacidade de solucionar problemas sociais, físicos, econômicos e ambientais. E como tal, ele coloca a necessidade da capacidade de negociação, mediação e construção de compromissos entre os diferentes sujeitos. Para nós, estas características dotam o Plano DTBC de estratégias típicas do planejamento e gestão biorregional.

Os problemas não são os mesmos em todos os lugares, o mesmo ocorre com as soluções. Quando o Plano DTBC foca as potencialidades ecológicas, culturais e históricas em sua indissociabilidade, o planejamento ganha ares mais autênticos, as soluções encontradas são democráticas e abre espaço para que todos tenham o poder de decidir o futuro da biorregião do MSVP. Acreditamos que o Plano DTBC cumpre esta função, por

isso, ele remete as características do planejamento biorregional. E mais, ele é essencial para que possa realmente pensar o desenvolvimento de base conservacionista.

Aliado ao turismo ecocultural e extrativismo em bases sustentáveis, o terceiro foco do desenvolvimento do MSVP é a gestão integrada. O conceito de gestão integrada passa necessariamente pelo “aperfeiçoamento do funcionamento das Unidades de Conservação existentes (...), a possibilidade da elaboração de políticas definidas de forma participativa (...) e a potencialização dos recursos (técnicos e humanos) entre unidades e instituições envolvidas” (FUNATURA, 2008, p. 40). A necessidade de uma política de gestão integrada deve-se, entre outros fatos, a vulnerabilidade das UCs da biorregião do MSVP.

As atividades propostas para este eixo de desenvolvimento visam, justamente, “aprimorar iniciativas de fiscalização, monitoramento e implementação dos planos de manejo e pesquisas científicas”. Isto é, ações necessárias para o efetivo funcionamento de cada UC do mosaico. É preciso ponderar a indissociabilidade dos eixos de desenvolvimento. Apesar de a gestão integrada parecer um eixo a parte, na prática isto não se processa. Para que o extrativismo e o turismo ecocultural aconteçam, a boa qualidade da conservação ambiental é fundamental. À medida que UCs tornam efetivas, menor é o risco da derrubada do Cerrado para a produção de carvão, por exemplo, resguardando assim a possibilidade de extração de frutos, flores, sementes, etc. pelos extrativistas. Os exemplos da indissociabilidade podem ser multiplicados, mas por ora basta situar mais uma característica que nos permite afirmar que o Plano DTBC é uma estratégia de planejamento biorregional – a indissociabilidade entre conservação e desenvolvimento, entre o econômico e o ambiental.

A terceira característica do Plano DTBC é o pacto institucional construído em torno da proposta de desenvolvimento do MSVP. Por isso, entre as ações práticas previstas, além daquelas ligadas ao desenvolvimento em bases conservacionista, uma das prioridades é a “formação de conselho consultivo formado por instituições francamente interessadas em um programa de gestão do território não só inovador, mais que ao mesmo tempo desafiasse a inteligência e a criatividade das comunidades que fazem parte do mosaico” (RCO, 2007, p. 11). É a partir da estruturação de um Conselho que todas as ações previstas no Plano DTBC podem se efetivar. Um conselho ativo e que represente toda a comunidade biorregional.

Neste item delineamos a construção do Plano DTBC e as suas principais linhas de orientação. O item que se segue tem a pretensão de aprofundar as ideias aqui esboçadas,

entre elas, o eixo de desenvolvimento gestão integrada, dentro deste analisamos o papel e o funcionamento do Conselho Consultivo.

4.3 Gestão integrada, Conselho Gestor e o desenvolvimento do MSVP

O principal eixo de desenvolvimento do Plano DTBC é a gestão integrada. Algumas questões são essenciais para desenvolver este item. Entre elas, o que é na verdade gestão integrada? Em que ela contribui para o desenvolvimento dos projetos ligados ao MSVP? Qual a relação da gestão integrada com os demais eixos de desenvolvimento do Plano DTBC? Responder estas questões, e analisar as ações subjacentes à ideia de gestão integrada no MSVP é o objetivo deste item. Neste sentido, temos como plano de trabalho para este item apresentar e analisar o conceito de gestão integrada. Em seguida, discutir como este conceito aparece no Plano DTBC e sua operacionalização em termos práticos.

Segundo Manuela Tambellini (2007, p.80), subjaz a ideia de gestão integrada uma mudança de paradigmas no qual as Áreas Protegidas em geral (e as UCs de forma mais específica) até então entendidas como “ilhas”, “espaços autossuficientes tanto administrativas quanto ecologicamente, sem gestão territorial integrada”, passam a ser vistas como parte de um sistema maior. Em outras palavras, as Áreas Protegidas são compostas por ecossistemas, e como tais, estes mantêm inter-relações ou interconexões, a vida em um lugar depende da vida em outro. Isto quer dizer que pensar a conservação enquanto a criação de ilhas isoladas é contra os objetivos da conservação – manter a capacidade de reprodução dos ambientes e das espécies que neles habitam. Se os sistemas ecológicos são interdependentes, a administração e os mecanismos voltados a sua conservação também devem ser.

A gestão integrada busca justamente colocar estas dinâmicas e estas inter-relações em pauta, planejando estratégias e construindo pactos em contornos mais amplos, a biorregião, por exemplo. A rigor, para que a conservação tenha êxito, tanto no sentido ecológico quanto no sentido administrativo, faz-se “necessário uma cooperação administrativa entre os diferentes atores presentes na região, para que possam garantir os processos ecológicos essenciais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais” (TAMBELLINI, 2007, p.81). Nesse sentido, quando se fala em gestão integrada dos mosaicos, isto pode significar, por exemplo, ações simples como comunicação e diálogo constante entre os diversos gestores das UCs do mosaico, mas pode referir-se a objetivos

mais amplos como a consolidação das diversas UCs, ou o levantamento e mapeamento da situação fundiária etc.

Tambellini (2007, p. 82) defende a ideia de que um mosaico “deve ser entendido como um organismo vivo, no qual suas partes dependem uma das outras para viver”. Integrar estas diversas partes que, teoricamente, parecem separadas é o grande desafio da gestão integrada. A gestão, enquanto condução de uma organização a uma meta específica, considerando as normas e as condições para isto, contribui para se pensar a complexidade dos mosaicos. Nesse sentido, na “gestão integrada, esta condução deve ser feita de maneira compartilhada, onde suas metas e objetivos levam a uma visão de futuro comum”. Evidentemente que para efetivar tal processo é preciso notar os possíveis conflitos, interesses e, sobretudo, as dificuldades de relações entre as instituições e as pessoas. Gestão integrada tem relação direta com posturas administrativas abertas ao diálogo, com a resolução de conflitos, enfim, tem a ver com pensar os mosaicos enquanto totalidade.

No seminário sobre Mosaicos de Áreas Protegidas, Marcos Pinheiro (2009, p.7), representante da ONG WWF, destaca que entre as vantagens de se trabalhar a gestão integrada em mosaicos está “a possibilidade de elaboração de ações conjuntas, otimização de recursos e integração de infraestrutura”. Para ele, apesar de destacar este plano mais operacional (otimização dos recursos e integração de infraestruturas), a gestão integrada é um elemento estratégico que permite ampliar as escalas de ação das políticas de conservação ambiental. Mas nem todos os fatores são positivos, sobretudo, porque a gestão integrada coloca também a questão do compartilhamento do poder. Outro desafio é os recursos financeiros para operacionalizar as ações da gestão integrada.

Conforme o Decreto nº 4.340/2002, o modelo de gestão integrada subjacente aos mosaicos visa compatibilizar, integrar e aperfeiçoar as atividades empreendidas em cada UC, considerando, em especial, os diversos usos nas fronteiras entre as unidades, o acesso às unidades. Além disso, a gestão integrada deve monitorar e avaliar os planos de manejo, pensar a respeito do alocamento de recurso referente a licenciamento ambiental de impactos significativos. Outro objetivo subjacente a ideia de gestão integrada é o estreitamento das relações das comunidades do mosaico.

Para analisar a forma como o conceito de gestão integrada é empregado no Plano DTBC, sistematizamos o quadro 10. Nele apresentamos os focos principais da gestão integrada e os objetivos esperados. Neste quadro detalhamos as linhas gerais da proposta de gestão integrada do MSVP. Alguns programas, por exemplo, a operacionalização do

Conselho Consultivo, conforme veremos no próximo item em detalhes, funcionam plenamente e tem a sua própria dinâmica. Há, ainda, entre as metas da gestão integrada, programas voltados a maior eficiência da fiscalização das UCs e eficiência no combate a incêndios. Evidentemente, a avaliação da efetividade destes eixos torna-se difícil, sobretudo, pela falta de dados anteriores ao reconhecimento do mosaico. No que se refere ao levantamento fundiário das UCs, este, talvez, seja o maior desafio para o programa de gestão integrada 5. É preciso detalhar um pouco mais estas metas.

QUADRO 10: Ações e metas da gestão integrada no MSVP

Estratégia	Metas	Instituição responsável	Objetivos
Gestão integrada	Programa de Fiscalização Integrada.	Funatura/IEF	Visa proporcionar ao MSVP um conjunto integrado de ações integradas para monitorar as UCs biorregionais.
	Programa Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.		Visa à execução de um conjunto de atividades capazes de prevenir e combater focos de incêndios.
	Programa Integrado de Pesquisa Científica.		Difundir as pesquisas realizadas na biorregião do mosaico, sobretudo, aquelas com foco em Áreas Protegidas.
	Programa de Levantamento da Situação Fundiária das UCs.		Conhecer de maneira detalha a situação fundiária de cada UC do MSVP.
	Programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico.		Visa o fortalecimento do Conselho Consultivo do MSVP.

Fonte: Plano DTBC - Funatura (2008).
Org. MARTINS, G.I. 2014.

A primeira meta descrita no Plano DTBC é o programa de fiscalização integrada do MSVP. Esta meta visa potencializar os esforços a fim de encontrar uma solução viável ambiental e economicamente para os principais desafios no que refere à gestão e consolidação das UCs, desafios identificados durante as pesquisas de campo de elaboração do Plano DTBC. Entre estes desafios estão àqueles ligados às “atividades impactantes no entorno das Unidades de Proteção integral e de forma generalizada nas de uso sustentável” (FUNATURA, 2008, p. 41). A rigor, os principais problemas das UCs referem-se à conversão das áreas de vegetação do Cerrado para monocultivos de grãos, bovinocultura e para produção de capim – atividades essencialmente ligadas ao agronegócio. Um segundo conjunto de problemas refere-se à exploração do Cerrado para a produção de carvão, na maioria das vezes, sem qualquer licenciamento ambiental. E, por fim, estão os problemas das queimadas na renovação de pastagens e o tráfico de animais silvestres.

Boa parte dos problemas descritos, além do fator ambiental, inviabiliza também o êxito dos demais eixos de desenvolvimento do mosaico, isto é, o aproveitamento da biodiversidade para o turismo ecocultural e para o extrativismo. Estes desafios referem-se diretamente aos conflitos entre as diversas lógicas e formas de apropriação da natureza. Este contexto é complexificado, se considerarmos que boa parte das UCs tem infraestrutura insuficiente, número insuficiente de funcionários, ocupações irregulares, etc. A maioria sequer tem um plano de gestão e desenvolvimento. Assim, temos de um lado o uso expropriante da natureza, e de outro, aqueles espaços destinados a proteger e conservar a natureza precarizados. O resultado disso é que boa parte da biodiversidade utilizada amplamente de várias formas (remédios, alimentos, corantes, aromas, cosméticos, utilitários etc.) pelas comunidades biorregionais fica em risco. Portanto, esta primeira meta coloca a necessidade iminente de encontrar soluções viáveis econômica e ambientalmente para tais problemas.

Complementar a esta primeira meta, um dos desafios da gestão integrada, conforme o Plano DTBC, é um programa integrado de prevenção e combate a incêndios. A proposta subjacente a este programa é o “envolvimento de todas as comunidades, instituições públicas, órgãos de assistência técnica, associações da sociedade civil (...) em um conjunto de esforços para redução das queimadas” (FUNATURA, 2008, p. 54). Apesar do caráter ambicioso desta proposta e de sua efetividade, teoricamente falando, ela tem desafios complexos. O primeiro deles é a relação quase sempre conflituosa entre gestores e comunidades locais, entre comunidades e as imposições da legislação ambiental. Durante as nossas pesquisas de campo, em 2010, com os camponeses remanejados do PARNA GSV, notamos uma negatividade atribuída às UCs. O fogo nas UCs é sinônimo de protesto a precarização dos modos de vida das comunidades, sobretudo, pelas restrições impostas pela conservação.

Nesse sentido, ao observar as propostas do Plano DTBC, o programa de combates a incêndios e os mecanismos destacados para este fim, encontro anual de brigadas e oficinas de planejamento estratégico, por exemplo, é notável o distanciamento entre o que se propõem enquanto o objetivo e as ações empreendidas para tal. A questão de base não é tratada: qual é o sentido das queimadas para as comunidades locais? Quais alternativas às queimadas podem ser oferecidas? Estas questões não aparecem, e isto depõe contra a

própria proposta dos mosaicos⁵¹ – pensar as UCs integradas a um contexto histórico, econômico, geográfico, político, ambiental, etc.

Outro programa meta da gestão integrada do MSVP é o incentivo a pesquisas científicas nas UCs do mosaico. Tal meta visa apoiar pesquisadores “interessados em trabalhos científicos na região do mosaico e a realização de encontros com a presença de especialistas em espécies ameaçadas” (FUNATURA, 2008, p. 55). Certamente, este eixo é um dos mais ambiciosos, mas também um dos mais necessários. A biorregião do MSVP conta com ambientes e paisagens muito diversas, a expansão do agronegócio, o tráfico de animais, etc., coloca em risco toda esta riqueza. É preciso conhecê-la profundamente, sobretudo, para que os planos de manejo de cada UC possam focar seus objetivos em proteger e conservar estes ambientes e espécies.

Para além desta função mais geral das pesquisas científicas na biorregião do MSVP, elas também podem ter uma função mais pragmática. A maioria das UCs não tem se quer um plano de manejo, estas podem contribuir na formação de um banco de dados para subsidiar a elaboração de tais planos. Apesar desta dupla importância, é preciso ter ciência de que estas pesquisas envolvendo a biodiversidade devem também incluir o conhecimento das comunidades biorregionais a respeito da riqueza biótica e abiótica da biorregião. Além disso, é preciso colocar em análise o lado geopolítico da biodiversidade, conforme apontamos no capítulo 2.

Complementar a todos estes programas da gestão integrada, situa-se aquele que pretende realizar levantamento da situação fundiária das UCs do MSVP. O objetivo é conhecer “de maneira detalhada, a situação fundiária” de cada UC, fazendo georreferenciações e revisando aquelas existentes (FUNATURA, 2008, p. 56). Evidentemente que o levantamento da situação fundiária é necessário para a consolidação das UCs, é necessário para efetivar o programa de fiscalização integrada e também parte da solução dos problemas das queimadas.

Mas, nele também observamos um distanciamento entre os objetivos propostos e os caminhos apontados para atingi-los. O exemplo das UCs, no qual este processo de levantamento fundiário aconteceu, como o PARNA GSV, ajuda-nos a analisar esta questão. Nesta UC o principal problema encontrado foi aquele da titularidade formal (o proprietário

⁵¹ É preciso considerar o fogo enquanto elemento cultural das comunidades biorregionais. Esta é a principal estratégia de renovação de pastagens, de controle de pragas, etc. Mais do que a proibição do fogo, mais do que a criação de sistemas de vigilância, o que se necessita é o entendimento da negatividade do fogo para a conservação e, sobretudo, o impacto dele nos mananciais de água, etc.

jurídico) e o proprietário de direito (o posseiro). Boa parte das propriedades existentes juridicamente não existia de fato, isto é, uma fazenda apesar de existir documentalmente, empiricamente era formada por uma gama variada de famílias camponesas ocupantes seculares de tais territórios, mas sem qualquer tipo de documentação. A cartografia do PARNA GSV não conseguiu captar toda esta complexidade.

Nesse sentido, mais do que a situação fundiária, isto é, o levantamento dos tipos de propriedades e proprietários, quando se observa a complexidade de ocupações da biorregião do MSVP, a questão latente que se coloca é os tipos de uso das terras, tendo em vista que a relação dono e usuário nem sempre se coadunam. Portanto, mais uma vez, a questão que se revela é a falta de um olhar histórico sobre a biorregião, olhar sobre a história da formação territorial e dos sujeitos desta formação. Este programa da gestão integrada é importante, mas ele deve ser complementado por estudos históricos de uso e ocupação da terra. Estas questões mais elementares não são contempladas pelo Plano DTBC, apesar de reconhecer a importância das comunidades biorregionais no planejamento da conservação e, sobretudo, em sua consolidação, não toca em temas essenciais como as metas de garantia de justiça ambiental, a garantia da terra de trabalho, por exemplo.

Além destes programas metas da gestão integrada, há outros objetivos, tais como a “capacitação de gestores e conselheiros visando (...), a participação efetiva e qualificada dos diversos atores que atuam no território e que tenham assento do Conselho”, além da divulgação “das ações desenvolvidas no território do Mosaico que estejam em consonância com o Plano de DTBC” (SANTO, 2012, p. 25). Estes objetivos estão contemplados no Conselho Consultivo do Mosaico do MSVP, formado por instituições públicas e da sociedade civil, e no Jornal do Mosaico, principal instrumento de divulgação das ações empreendidas pelo conselho no âmbito do MSVP.

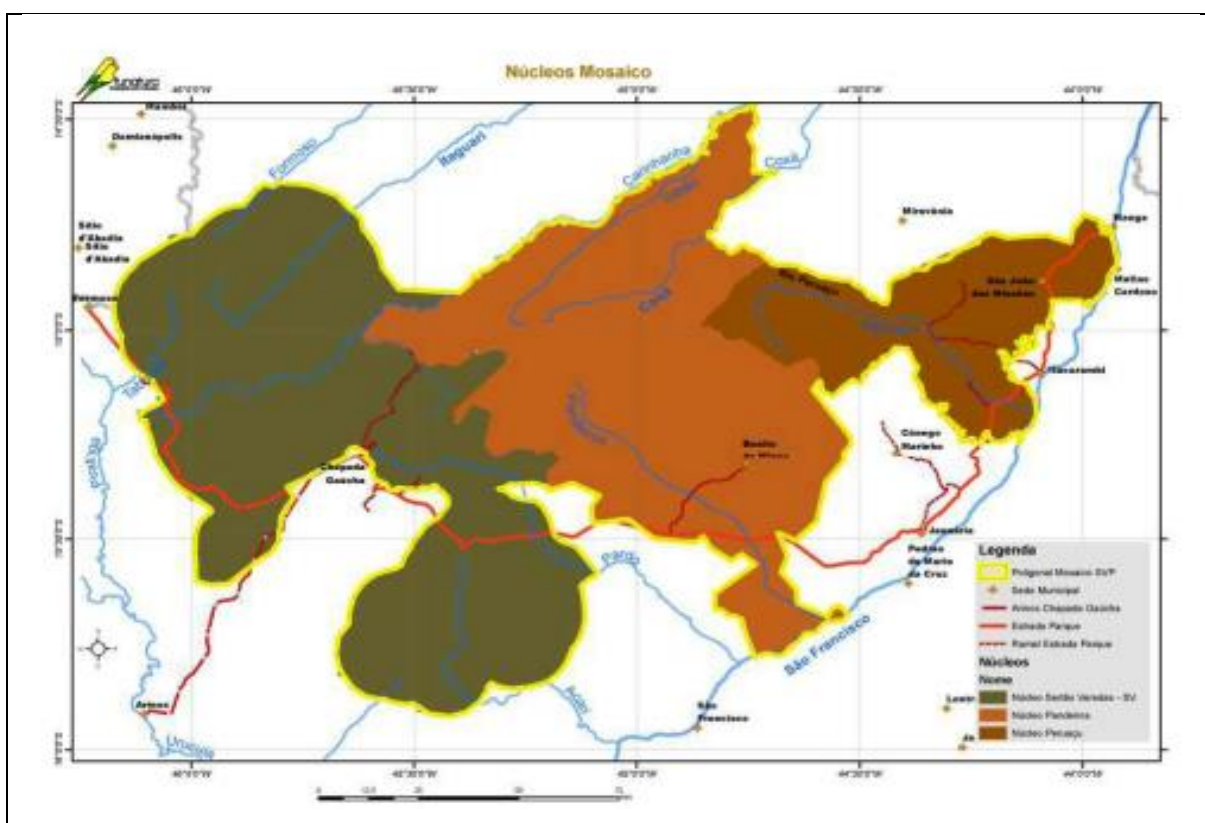
Uma crítica detalhada dos eixos de desenvolvimento e, sobretudo, às orientações teóricas do Plano DTBC é importante, sobretudo, em pontos específicos: reforma agrária, justiça ambiental, regularização fundiária *versus* direitos consuetudinários – estes pontos são o foco em específico do capítulo 5. Por ora, é necessário aprofundar nos demais pontos, metas e programas do Plano DTBC, sobretudo, nas estratégias apontadas para a execução das metas propostas.

A principal estratégia apontada é disseminar entre as comunidades biorregionais do MSVP, os objetivos do Plano DTBC, sobretudo, demonstrando o efeito deste nas “atividades econômicas tradicionalmente praticadas”. A rigor, estas estratégias podem

contribuir com “redução gradativa de atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, como a pecuária e os monocultivos de exportação” (FUNATURA, 2008, 41). Apesar de tratar estes processos como linha mestra da gestão integrada, em todo o texto não fica claro os meios técnicos e econômicos para tal fim.

Ao se refletir os mecanismos para efetivar estes programas metas, dois problemas se colocaram - a extensão da biorregião do MSVP, a diversidade de paisagens e a necessidade de otimização das estratégias de gestão em uma área tão ampla. Para solucionar tal problema, criaram-se três núcleos de gestão: Núcleo Sertão Veredas; Núcleo Pandeiros; Núcleo Peruaçu. Estes núcleos de gestão podem ser observados no mapa 4.

MAPA 4: Núcleos de gestão do MSVP



Fonte: LIMA (s/d, p.13).

A divisão do MSVP em três grandes núcleos, conforme o mapa 4, revela uma estratégia importante não somente para ao eixo de gestão integrada, mas para o desenvolvimento de todas as estratégias do mosaico – em especial o turismo ecocultural. A estratégia dos núcleos deu-se, primeiramente, no sentido de resolver a questão da extensão territorial envolvida. Outras questões também são iminentes, embora não destacadas pelo Plano DTBC, entre elas, a grande quantidade de municípios e a diferença entre eles, a

dificuldade de conduzir às ações de forma centralizada, a própria exequibilidade do plano, a questão da participação e da gestão democrática etc. Isto, para nós, vem de encontro com as estratégias do planejamento biorregional, pois estes núcleos contribuem para a descentralização das ações mesmo na biorregião, integra a diversidade ambiental, política e humana nos programas de gestão.

Conforme o mapa 4, o núcleo principal é o Núcleo Sertão Veredas, com sede na cidade de Chapada Gaúcha, abrange parte dos municípios de Formoso (Noroeste de Minas Gerais), Arinos, Urucuia e Cocos (no Estado da Bahia). Nele se encontra o PARNA GSV, PE SA, RD Veredas do Acari, RPPNs Arara Vermelha e Veredas do Pacari. O segundo núcleo é o Núcleo Pandeiros, tem como base o distrito de Pandeiros, envolve os municípios de Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho. Neste núcleo situam-se as principais UCs de uso sustentável, tais como as APAs do Pandeiros e Cochá e Gibão, além de uma UC de proteção integral, o Refúgio da Vida Silvestre do Pandeiros. O terceiro núcleo é o Núcleo Peruaçu, tem como base a cidade de Januária, envolve a Vila do Fabião, além dos municípios de São João das Missões e Manga. Nele situa o PARNA CP, PE VP e a APA Federal do Peruaçu. Estes núcleos não consideram apenas as UCs, mas também o potencial turístico, conforme veremos no último item deste capítulo.

Conforme Rosa Vásquez Cedillo (2013, p. 39 [tradução livre]), a subdivisão do mosaico em núcleos permite “uma constante mobilização de pessoas para participar das atividades produtivas e culturais, criando capacidades, mas também resgatando a identidade sertaneja”. Mas, de que forma foram pensados e construídos estes núcleos? Os núcleos foram pensados tendo como base primeiramente as infraestruturas técnicas e operacionais para execução do Plano DTBC, mas também para operacionalizar os demais eixos de desenvolvimento, turismo ecocultural – sobretudo, a Estrada-Parque Guimarães Rosa - o extrativismo em bases sustentáveis - sobretudo para os cursos de capacitação.

Além de fórum institucional (o Conselho expressa esta característica), o mosaico é também fundamentalmente territorial, os núcleos buscam justamente articular as diversas dimensões territoriais do MSVP e é, sobretudo, por meio destas articulações que a ideia de biorregião ganha concretude e que se pode pensar uma estratégia de planejamento mais abrangente. Apesar disso, durante as pesquisas de campo, notamos que existe certa centralização no Núcleo Sertão Veredas, sobretudo, se observamos que os primeiros projetos de desenvolvimento realmente executados tiveram como base este núcleo. E os

demais núcleos, até o momento, foram beneficiados somente com cursos de capacitação e oficinas.

É preciso notar que cada núcleo possui um técnico mobilizador das comunidades, mas a falta de infraestrutura e mesmo de um projeto mais específico para os demais núcleos limita as ações no que se refere ao Plano DTBC. A ideia inicial dos núcleos é de operacionalizar todas as atividades de gestão do MSVP, mas além do técnico e uma reunião anual do Conselho, somente aquelas atividades voltadas à Estrada-Parque, os cursos de capacitação e de combate a incêndios ganham alguma operacionalidade.

A proposta deste item não foi de avaliar a efetividade dos objetivos e as metas do eixo de gestão integrada do MSVP, mas apenas descrever algumas de suas características e orientações. Antes de terminar esta parte do item, algumas ponderações são necessárias, entre elas:

- Gestão integrada refere-se aos sistemas de cooperação entre gestores das UCs e equipes técnicas a fim de construir instrumentos em comum para dar mais efetividade aos projetos de desenvolvimento da conservação da natureza no âmbito de um mosaico. Tal sistema de cooperação visa melhor utilização dos equipamentos e infraestruturas (geralmente, raros nas UCs), dos recursos econômicos, mas, sobretudo, dar maior efetividade as políticas de conservação da natureza.

- A gestão integrada, portanto, pressupõe cooperação administrativa entre gestores das UCs, instituições e sociedade civil a fim de assegurar a sustentabilidade dos recursos e a consolidação das Áreas Protegidas em geral.

- A ideia de gestão integrada no MSVP visa colocar em debate e procurar soluções para problemas específicos, como, por exemplo, a questão do desflorestamento do Cerrado por meio da produção de carvão vegetal e da expansão do agronegócio; além de criar mecanismos de combate e controle de incêndios; mas, ao mesmo tempo, visa questões de cunho mais geral como o levantamento fundiário e o fortalecimento de pesquisas referentes as UCs do mosaico.

- A estratégia para êxito destas metas é o envolvimento das comunidades biorregionais e o fortalecimento do Conselho. Em termos territoriais, a criação dos núcleos de gestão busca integrar as dimensões políticas, ambientais, etc. da biorregião, e descentralizar os objetivos e os projetos de desenvolvimento do Plano DTBC.

Na ideia original dos mosaicos, enquanto instrumento de gestão integrada e participativa, a gestão integrada destina-se a promover a articulação entre instituições, à participação de gestores e comunidades, cabendo ao Conselho por meio da Secretaria Executiva, Câmaras Temáticas - CT e Grupos de Trabalho este processo de articulação. Nesse sentido, é preciso pensar a indissociabilidade entre o Conselho Gestor do MSVP e os processos de gestão integrada, pois passam por ele a gestão do MSVP e a efetividade dos

projetos ligados ao Plano DTBC. É dada a importância do Conselho que o dedicamos o subitem seguinte, cujo intuito é tratar de suas principais características, organização interna e o âmbito de trabalho dos conselheiros.

4.3.1 Da gestão integrada ao Conselho Gestor

Nos itens anteriores traçamos as principais características do planejamento biorregional. Deste percurso, ficou evidente que o planejamento biorregional é um processo de aprendizagem, de negociação e, sobretudo, é um modelo de planejamento que considera as condições ecológicas, econômicas e sociais da biorregião. Defendemos a ideia de que o MSVP forma uma biorregião, cujo princípio de coesão é forjado pela conservação ambiental, mas sem desconsiderar os traços das identidades biorregionais, os fatores ecológicos etc. Em seguida, descrevemos os processos por detrás da construção do Plano DTBC e do reconhecimento do MSVP, bem como as orientações de desenvolvimento do mosaico. E, finalmente, descrevemos o principal eixo de desenvolvimento do MSVP, a gestão integrada.

A gestão integrada como um elemento essencial para se compreender como se processam as estratégias de planejamento biorregional no MSVP, sobretudo, às formas de atuação do Conselho Consultivo. Ao pensar este Conselho temas como a participação, a gestão participativa e democrática, são colocados em análise (considerando que este é um requisito básico do planejamento biorregional). É preciso partir do princípio de que os Conselhos são uma imposição legal desde a aprovação e regulamentação do SNUC e exigência para o reconhecimento dos mosaicos. No entanto, o artifício jurídico não é suficiente para que se construa uma gestão verdadeiramente participativa, não é suficiente para que todos tenham a possibilidade de influenciar nas decisões referentes à conservação da natureza e os seus desdobramentos. Por isso, a análise de como se estrutura tal conselho no MSVP e, sobretudo, os mecanismos criados para que a gestão tenha ares participativo é essencial.

No que consiste um Conselho? De que modo este pode contribuir com a gestão participativa? Quais as características do Conselho Gestor do MSVP? Para Gohn (2011, p.7), conselhos são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos”. Apesar deste caráter de inovação imbuído no conceito de conselhos, é preciso ponderar algumas questões. Conforme a autora, existem duas posições diferentes quando o

assunto são os conselhos: uma primeira que os trata mais como instrumentos de consultas e defendem que estes sejam auxiliares ao poder Legislativo; e uma segunda que defende a atuação dos conselhos como órgãos de fiscalização colocando a participação e a cidadania como diretrizes fundamentais.

Eduardo G. M. Gomes (2003, p. 39), lembra-nos que “os conselhos constituem-se normalmente em órgãos públicos de composição paritária entre a sociedade e o governo, criados por lei, regidos por regulamento aprovado por seu plenário (...), e que assumem atribuições consultivas, deliberativas e/ou de controle”. Enquanto “canais de participação que propiciam um novo padrão de relações entre o Estado e a sociedade, ao viabilizarem a participação dos diferentes segmentos sociais”, os conselhos dão possibilidades à população de acessar aqueles espaços nos quais as decisões políticas são tomadas e criam, com isso, as “condições para um sistema de vigilância sobre as gestões públicas” (GOMES, 2003, p. 39).

Uma primeira conclusão é possível: subjacente à ideia de um conselho, há também uma ideia de participação. Mas no que consiste participar? Conforme Demo (1999), não devemos pensar a participação como uma dádiva concedida, ao contrário disso, participar é uma conquista. Conquista, que na verdade, significa uma mudança em termos de igualdade democrática, considerando que a participação não se resume a reivindicação de direitos, mas também na orientação e definição das políticas públicas.

A rigor, “participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo”. E como tal, é uma questão que perpassa todas as esferas da sociedade e, sobretudo, um fenômeno processual. Nesse sentido, “não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir” (DEMO, 1999, p. 18).

Os conselhos e a participação têm um papel importante quando se refere às questões das políticas públicas de conservação ambiental, sobretudo, quando se coloca a questão das comunidades atingidas pelas interdições de uso da natureza. Quando se refere à criação de UCs a participação é pré-requisito, pois estas não podem existir se as comunidades atingidas não concordarem com a sua criação. Quando se refere a Mosaicos de Áreas de Protegidas, os Conselhos tornam-se instrumentos obrigatórios, mas também o principal espaço de mediação e de gestão das ações de planejamento. Conforme o Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, no artigo 9, “o mosaico deverá dispor de um conselho [...], com

caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem” (BRASIL, 2002, s/p).

Em termos gerais, a principal função de um Conselho Gestor de um Mosaico é criar as condições para que se efetive a gestão integrada. Isto é, o conselho deve funcionar como o principal espaço de diálogo no qual se debate os conflitos, promove reflexões relativas à conservação, sobre as interdições e as possibilidades de uso da natureza. Além destas questões mais funcionais, o conselho deve ser o ponto de mediação entre os diversos gestores das UCs que compõem o mosaico, mas também o local no qual os gestores mantêm diálogo com as comunidades. Para nós, em gesto de antecipação, ao considerar o exemplo do MSVP, o conselho é mais do que um instrumento jurídico normativo, é o lugar do conflito e do consenso e, sobretudo, o lugar de integração e de construção de estratégias para se pensar os problemas biorregionais ligados à conservação da natureza, as identidades biorregionais e também estratégias de desenvolvimento.

Boa parte das discussões sobre mosaicos e seus conselhos remetem aquelas funções determinadas normativamente, mas é preciso notar que os Conselhos precisam ter um escopo de ação diferenciado. Não é somente a questão da conservação ou estratégias da conservação que está em jogo, é preciso ter a ciência que os mosaicos devem integrar as atividades econômicas regionais e, ao mesmo tempo, atuar como indutores de desenvolvimento de base conservacionista. Além destas questões, outras como os conflitos entre as normas impostas pela conservação ambiental e as comunidades que vivem no interior ou no entorno das UCs também é um espaço no qual os conselhos exercem papel importante.

É por ser este espaço dialógico que a participação das comunidades biorregionais, das entidades de classe, ONGs e órgãos ambientalistas tornam-se a principal matéria-prima do trabalho. É com este olhar que analisamos o MSVP, sobretudo, porque o Conselho (ou pelos o embrião do que seria o Conselho) deste mosaico foi um dos responsáveis pela construção do Plano DTBC que, para nós, reflete uma estratégia de planejamento e gestão biorregional. Conforme o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu – RICCMSVP, o Conselho do MSVP tem “por finalidade contribuir para a efetiva implantação e gestão integrada do mosaico”, além de atuar como “instância de gestão integrada das Unidades de Conservação” e contribuir “para a preservação e conservação dos recursos naturais, bem como para o desenvolvimento sustentável deste território” (FUNATURA, 2009, p.1).

O RICCMSVP aponta que o Conselho do MSVP é formado por quarenta e cinco “assentos” e mais quarenta e cinco suplentes. Estes assentos podem ser ocupados por instituições diferentes desde que elas representem interesses semelhantes. Nesse sentido, os assentos são preenchidos por indicação, isto é, cada instituição oficialmente credenciada ao MSVP deve indicar o seu representante, delegando-lhes competência decisória. Conforme observamos no Decreto 4.340 de Agosto de 2002, a presidência do Conselho é ocupada somente por um gestor de UC, os demais representantes atuam como conselheiros.

De acordo com o RICCMSVP, é de competência do presidente do Conselho convocar e presidir as sessões, representar, homologar e fazer cumprir as decisões do Conselho. Do mesmo modo, os conselheiros devem eleger presidente e secretário executivo para um mandato de 2 anos, orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades e projetos, propor e aprovar a criação de Câmaras Temáticas-CT, propor ações e temas para atuação do Conselho. Do ponto de vista organizacional, além da presidência, o Conselho do MSVP se divide em mais três segmentos: Plenária, Secretaria Executiva e CT.

A plenária é a instância que aprecia, discute e aprova matérias e assuntos ligados ao MSVP e ao Plano DTBC. Apesar das reuniões do Conselho serem abertas ao público em geral, somente membros do Conselho podem submeter pautas para a apreciação da plenária. A secretaria executiva do MSVP tem por incumbência manter a estrutura organizacional, seja contribuindo com o presidente ou com os conselheiros, seja na elaboração de relatórios, de atas e, sobretudo, apoiar o trabalho das CTs. Conforme o RICCMSVP “as Câmaras Temáticas” podem ter caráter temporário ou permanente e “tem por finalidade estudar, analisar e emitir parecer e resumo sobre assuntos específicos que lhes forem encaminhados pelo Plenário” (FUNATURA, 2009, p.3).

Do ponto de vista da participação, o Conselho do MSVP é o principal mecanismo que permite a participação das comunidades biorregionais. Basta olhar a arquitetura Institucional representada no Conselho para verificarmos este processo. Podemos definir o Conselho do MSVP como um pacto de cooperação entre a sociedade civil, por meio das ONGs, sindicatos e cooperativas, e o Estado, por meio dos órgãos de gestão ambiental, ICMBIo, IEF e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, mas também pela presença de Universidades e Secretarias Municipais de Turismo, etc. Pacto construído no intuito de fortalecer e dar suporte as atividades e as ações referentes ao MSVP.

Maciel (2007, p. 124), referindo aos Conselhos de forma geral, defende a ideia de que o “Conselho do mosaico deve ser o âmbito de discussão, planejamento e definição de

estratégias”. É interessante notar, sobretudo, quando empiricizamos o MSVP, novamente a questão da escala. Este mosaico abrange uma extensa área, formando aquilo que estamos defendendo como a biorregião do MSVP. Esta biorregião é formada por um conjunto variado de sujeitos “interessados” diretamente na condução da conservação da natureza, “interessados” nas políticas de desenvolvimento etc. Dada a esta complexidade, o Conselho Gestor torna-se um importante arranjo institucional para intermediar interesses tão diversos.

Conforme argumentamos em linhas precedentes, a existência legal dos Conselhos não é pré-condição para que este atue de forma efetiva. Esta condição ganha complexidade, considerando que os Conselhos legalmente assegurados pelo o SNUC e o decreto de regulamentação são consultivo, esta característica diminui a escala de ação e de intervenção prática. Isto requer ainda mais esforços das instituições que formam a arquitetura dos Conselhos, dada à limitação jurídica e dada a limitação do escopo de ação concreta. Apesar disso, sobretudo, quando observamos o caso concreto do Conselho do MSVP, notamos que a construção do pacto em torno de instituições da sociedade civil e daquelas ligadas mais propriamente ao Estado contribui em muito para diminuir estas restrições.

Nesse sentido, no quadro 11 elencamos as instituições com representação no Conselho Consultivo do MSVP. Este quadro de instituições é importante, pois revela de forma concreta aquilo que estamos denominando de pacto institucional. Neste quadro, notamos a presença da sociedade civil por meio das ONGs, da comunidade científica, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Moradores, de Quilombolas e dos Índios Xacriabás, além das Cooperativas mais ligadas a camponeses, mas também aquelas ligadas instituições voltadas à questão do desenvolvimento local, do turismo, etc. No quadro 11, é possível ainda notar a atuação de Instituições de Ensino Superior, Órgãos de Gestão Ambiental, Chefes e Administradores das UCs, além das prefeituras municipais da biorregião do MSVP.

É preciso destacar que este arranjo institucional do Conselho do MSVP (representando no quadro 11) deu-se baseado no artigo nove do Decreto 4.340 de Agosto de 2002. A partir disso, ficou estabelecido que “o conselho de mosaico terá como presidente um dos chefes das unidades de conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros” (BRASIL, 2002, s/p). Apesar de determinar a presidência do Conselho a um gestor de UC, não há nenhuma definição neste Decreto no que se refere aos demais conselheiros. Dalelis et. ali (2010), argumenta que o Conselho do mosaico não é o somatório dos conselhos das UCs existentes. Isto porque é necessário

assegurar “a participação e a representatividade dos diferentes setores” da sociedade da área dos mosaicos. Neste sentido, podemos afirmar que o Conselho gestor do MSVP é representativo da biorregião, isto é, é representativo dos diversos segmentos sociais presentes na biorregião, conforme apresentado no quadro 11.

QUADRO 11: Instituições componentes do Conselho Consultivo do MVSP

Tipo	Instituição*
Representação Governamental ***	Chefes e/ou administradores das Unidades de Conservação Federais ou Estaduais**. IBAMA de Minas Gerais Fundação Nacional do Índio – FUNAI Polícia Militar do Meio Ambiente de Minas Gerais Ministério Público Estadual EMATER- Regional de Januária UNIMONTES CEFET/Januária Prefeitura de Chapada Gaúcha. Prefeitura de Formoso Prefeitura de Bonito de Minas Prefeitura de Januária Prefeitura de Itacarambi Prefeitura de São João das missões
Representação da Sociedade Civil****	FUNATURA Instituto Biotrópicos Centro de Espeologia e Estudos Orientados a Januária CoopSertão Veredas Instituto Rosa Sertão Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Chapada Gaúcha Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada Gaúcha Instituto Grande Sertão Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco – CEIVA Associação dos Agentes Ambientais do Vale do Peruaçu Associação Indígena Xacriabás Serviço Social do Comércio- SESC/Januária Associação de Pequenos Produtores Rurais de Várzea Grande – Itacarambi/MG Associação de Pequenos Empreendedores de Januária Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais – CAANMG Cáritas Diocesana de Januária Associação de Moradores de Pandeiros Associação Quilombola Vó Amélia Comitê da Bacia do Urucuia Circuito Turístico Velho Chico Casa de Cultura de Januária Representante das UCs privadas na biorregião do MSVP
*A partir de 2014 a ONG WWF também se integrou ao Conselho Consultivo do MSVP. **Esta é a única categoria com mais de um representante. *** Vinte e três conselheiros representam aquelas instituições ligadas ao Estado. **** Vinte e dois conselheiros representam as instituições ligadas à sociedade civil.	

Org. Martins, G. I., 2014.

Fonte: RGICCMSVP (2009).

Esse arranjo institucional demandou muitos esforços para a sua construção, de acordo com o Relatório de Cumprimento de Objeto Parcial, divulgado pela Funatura (2008), ONG gestora do MSVP. A proposta do mosaico foi apresentada aos potenciais parceiros em maio de 2005. Naquele momento, a intenção era a participação no Edital do MMA/FNMA que selecionou as principais propostas de mosaicos. Nesse sentido, “foi discutida com os parceiros, as prováveis metas do projeto, dentre as quais constava a formação do Conselho Consultivo do Mosaico [...], a estratégia para a formação desse conselho (...). A sugestão [...] é que fosse formado, [...], um conselho preliminar ao conselho consultivo” (FUNATURA, 2008, p. 3).

Com aprovação do projeto e a disponibilidade de recursos, realizou-se em agosto de 2006, a primeira reunião para “constituir e ativar um conselho do projeto, embrião do conselho consultivo” (FUNATURA, 2008, p. 3). Tal reunião aconteceu em paralelo ao Encontro dos Povos do Grande Sertão-Veredas, na cidade de Chapada Gaúcha, Norte de Minas Gerais. De acordo com a Funatura (2008), a escolha do evento deu-se devido ao fato de que este mobiliza várias instituições e comunidades ligadas aos ecossistemas do Grande Sertão-Veredas. A primeira reunião contou com a presença de 29 entidades, na segunda este número mudou substancialmente, contando com a participação de 40 entidades. A rigor, este aumento significativo de instituições interessadas em participar da proposta do MSVP demonstra, por um lado, a abrangência das propostas subjacentes à criação do mosaico e, por outro lado, o interesse nas ações do futuro conselho. Destas reuniões realizadas ao longo do ano de 2006, surgiu o Conselho provisório do projeto do MSVP.

Este conselho provisório contou com a presença de representantes das comunidades biorregionais, órgãos ambientais, de prefeituras e ONGs. Conforme destaca a Funatura (2008, p. 4), “por orientação dos próprios participantes, o conselho deveria contar com um número não muito grande de instituições, já que a perspectiva de um conselho mais ‘enxuto’ poderia dar mais operacionalidade ao monitoramento das metas e atividades do projeto”. A partir disso, iniciaram-se os trabalhos para a criação do Conselho Consultivo. A ideia inicial era que este fosse formado em um ano, mas dado o fato do Plano DTBC não ter sido apresentado ao Conselho do projeto, a decisão foi prorrogada, sendo que, finalmente, em outubro de 2007, este foi criado.

Apesar da estrutura organizacional do Conselho ter sido criada ainda em 2007, apenas em março de 2010, em reunião ordinária na cidade Januária, que o regimento interno deste foi aprovado. Conforme a primeira edição do Jornal do Mosaico, na reunião

de aprovação do regimento, o então presidente Cesar Victor chamou a atenção para os desafios sistematizados no regimento. O presidente lembrou que, entre outras atribuições, coloca-se como desafio ao Conselho a “ampla participação em projetos e ações na área de abrangência do Mosaico, buscando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo órgão gestor” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p. 4).

A reportagem destaca outras atribuições pontuais do Conselho, sobretudo, aquelas ligadas a “promoção da integração das UCs com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno, harmonizando e mediando a solução de conflitos, estabelecendo formas de cooperação entre órgãos públicos e sociedade civil”. Apesar dos limites de competência e de ação no que se refere ao âmbito de ação dos Conselhos dos Mosaicos sistematizadas no Decreto nº. 4.340, as pretensões do Conselho do MSVP revelam um caráter mais deliberativo. Acreditamos que este Conselho é consultivo quando se refere a temas de uma determinada UC, considerando, sobretudo, que as competências dos Conselhos não se sobrepõem. Isto acontece, sobretudo, para que cada UC tenha autonomia para conduzir o seu plano de manejo. Em contramão a este âmbito mais restrito, quando se refere a assuntos ligados diretamente ao MSVP este ganha ares mais deliberativos.

Isto foi expresso na edição do Jornal do Mosaico de instalação e aprovação do regimento interno, quando destaca que além das atribuições já destacadas, o conselho deve acompanhar e manifestar “sobre obra ou atividade de significativo impacto ambiental sobre o Mosaico, propondo, quando couber, medidas mitigadoras e compensatórias”. Além disso, o Conselho deve “atuar na realização de audiências públicas na hipótese de licenciamento ambiental de obras ou atividades que resultem em significativo impacto ambiental” e estimular na área de abrangência do MSVP “o processo participativo envolvendo todos os setores da sociedade” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p. 3-4).

Esta possibilidade de manifestar-se sobre temas mais amplos, como por exemplo, sobre o uso de agrotóxico e construção de pequenas centrais hidrelétricas, reforça o caráter deliberativo do Conselho do MSVP. Isto pode ser exemplificado nas ações de solicitação “aos órgãos competentes sanções sobre o uso indevido de agrotóxicos na região do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu” e/ou quando o conselho se manifesta “contrariamente à implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas no rio Carinhanha que afetam o Mosaico de Sertão Veredas – Peruaçu” (CCMSVP, 2010, s/p.).

As justificativas para tais ações se baseiam na importância do MSVP “para a conservação da biodiversidade no bioma Cerrado” e na “importância da conservação dos recursos hídricos”, ambos em ameaça dado aos sistemas agrícolas de uso intensivo de produtos químicos na biorregião do MSVP. No que se refere à ação do Conselho em opor-se a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas, a justificativa é construída considerando que “cinco unidades de conservação” do MVSP “que protegem trechos do rio Carinhanha serão afetadas pelos [construção destes] empreendimentos”. Este processo leva necessariamente “a redução do tamanho populacional e da diversidade genética de peixes (...) perda de habitats associados com a dinâmica de seca e cheia do rio Carinhanha”, além da forte “descaracterização regional, com alteração impactante na paisagem, na vida e no cotidiano das comunidades locais” (CCMSVP, 2010, s/p.).

Outro instrumento de ação do conselho na biorregião do MSVP são as Câmaras Temáticas. Conforme argumentamos em linhas precedentes, estas têm por característica ser o espaço de aprofundamento de questões pertinentes ao MSVP. As CTs são um único espaço que permite a presença de outros setores não representados no Conselho, desde que estejam acompanhados de pelo menos dois Conselheiros. Conforme a primeira edição do Jornal do Mosaico do ano de 2010, as duas primeiras CTs foram aprovadas pelo Conselho para acompanhar o processo de licenciamento “com significativos impactos ambientais no território do Mosaico” e outra “que tratará da abertura dos parques dessa região” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p.3).

A grande preocupação dos Conselheiros, e o que justifica a criação das CTs, é a retomada dos licenciamentos dos monocultivos de eucaliptos, sobretudo, nas APAs que pertencem ao MSVP. O jornal do Mosaico traz depoimentos que explicam a preocupação dos Conselheiros com a retomada dos monocultivos, como por exemplo, do representante do IBAMA, segundo o qual “precisamos nos preocupar com todos os monocultivos – de soja, capim e outros – e não apenas do eucalipto”. Atentar a este problema é essencial, explica o representante das RPPNs no Conselho, considerando que “outra grande empresa pretende reflorestar cerca de 500 mil hectares com eucalipto na região” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p.3).

O problema da retomada do reflorestamento dá-se, segundo a conselheira representante do Instituto Rosa Sertão, sobretudo “porque as áreas abandonadas [áreas que outrora foram usadas pelas empresas para cultivo de eucalipto] estão se recuperando naturalmente e muitas produzem os frutos do Cerrado aproveitados pelas comunidades

locais”. É diante desta preocupação que Conselho promoveu na cidade de Januária, no terceiro trimestre de 2010, um seminário para debater sobre o plantio de eucalipto na biorregião MSVP. Este seminário reuniu conselheiros, lideranças comunitárias, Ministério Público, representantes governamentais e representantes das empresas reflorestadoras. Do seminário surgiram dois encaminhamentos: o primeiro é que o IEF-MG construiria um documento técnico com as condicionantes e os critérios para servir de base para os licenciamentos, tal documento deveria ser submetido ao Conselho⁵². O segundo encaminhamento determinava a elaboração, em caráter de urgência, de planos de gestão das APAs do Pandeiros e do Cochá e Gibão.

A preocupação do Conselho com o licenciamento de monocultivos é significativa, sobretudo, pela falta de normas técnico-científicas para tal fim. As APAs devem-se destinar exclusivamente a atividades econômicas sustentáveis, e conforme argumentamos no capítulo 2, os monocultivos de eucalipto de outrora geram impactos ambientais e econômicos. A retomada destes monocultivos pode, conforme constatamos nas Atas do Conselho, aprofundar este processo. Conforme expressou um conselheiro, representante de uma comunidade quilombola, “acho um absurdo essa retomada dos plantios, e desde a década de 1970 a região vem sendo muito prejudicada pelo mesmo motivo” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p.3). Diante disso, as comunidades solicitaram a intermediação do Ministério Público, conforme a Ata 5^a. Reunião Ordinária do Conselho, que em ação direta suspendeu algumas ações de licenciamento ambiental para o monocultivos de eucalipto. Segundo a Secretária Executiva do Conselho (e gestora Rio Pandeiros, e Cochá e Gibão) informou ao Jornal do Mosaico

Em consequência do encontro [seminário realizado na cidade de Januária], após analisar os prós e os contras, o MP decidiu emitir uma recomendação ao IEF-MG e aos conselhos consultivos das unidades de conservação (UCs) para que não seja feito nenhum licenciamento acima de 100 hectares (ha), até que cada UC tenha seu plano de manejo ou o zoneamento ecológico-econômico (ZEE).

Como essas áreas são de uso sustentável e ainda não possuem plano de manejo, estava muito difícil licenciar o plantio de eucalipto. Não tínhamos embasamento técnico para negar ou dar anuência. Recebi solicitação de licenciamento de 4.791 ha de eucalipto, mas licenciar quase 5.000 ha, em um ano, é uma escala muito grande. Os produtores reagiram negativamente, mas não recebi nenhuma manifestação formal. O processo de licenciamento é feito a partir da anuência que assino e encaminho o documento ao setor que prossegue com o processo. Não

⁵² Até o nosso último trabalho de campo em julho de 2014, este documento não havia sido submetido ao Conselho.

tenho contato direto com o empreendedor e, até o momento, não recebi informação sobre mandados de segurança contra a decisão do MP (JORNAL DO MOSAICO, 2011, p.3).

Além desta CT mais preocupada com a retomada dos monocultivos de eucalipto que, apesar de não resolver a questão, conseguiu frutos positivos, existe uma segunda que busca elaborar propostas para a expansão das UCs do MSVP. A UC em análise é o Parque Estadual Cavernas do Peruaçu que, desde 2009, passa por análises técnico-científicas para a sua ampliação. Conforme o Jornal do Mosaico, no segundo semestre de 2014 começaram-se as discussões “sobre a ampliação da unidade”, mas esta “esbarra em um conflito bastante comum: a criação de unidades de proteção integral em territórios tradicionalmente ocupados por comunidades de geraizeiros e pequenos agricultores” (JORNAL DO MOSAICO, 2014, p. 5). A expansão de uma UC de proteção integral cria uma conflitualidade específica, a necessidade legal de remoção (considerando que as UCs de proteção integral não permitem a presença humana em seu interior) das famílias camponesas que habitam secularmente as áreas afetadas pela expansão.

Nesse sentido, a intermediação do Conselho do MSVP foi essencial para a discussão e detalhamento dos processos necessários, as consequências sociais e econômicas de tal expansão e, bem como no apontamento de uma solução mais viável para tal problema. Nesse sentido, das reuniões do Conselho com as lideranças locais e gestores da UC, surgiu uma proposta de intermediária, conforme explica a Edição do Jornal do Mosaico relativo à temática, a criação de uma RDS no lugar de uma UC de proteção integral. Isto aconteceu, sobretudo porque “na área prevista para a ampliação, existe um extrativismo (...), as comunidades vivem na parte mais baixa da bacia, mas soltam o gado e extraem frutos da área mais alta. Utilizam o cerrado de maneira direta, mesmo não morando na área (...)”. A sugestão de uma RDS deu-se devido à consideração de que esta atende tanto as necessidades da conservação, quanto aquelas das comunidades locais que vivem do extrativismo (JORNAL DO MOSAICO, 2014, p. 5). Com isto,

(...) a área preservada seria aumentada em 120 mil hectares, sem necessidade de reassentar comunidades, ou de encerrar suas atividades produtivas. O Conselho deliberou pela publicação de uma moção que pressione pela realização de estudos na área adjacente ao parque, realizados com a participação das comunidades e seguidos de processos de consulta pública (JORNAL DO MOSAICO, 2014, p. 5).

A ação do Conselho se estende a outros segmentos (que analisaremos com mais detalhamento quando analisarmos os eixos de desenvolvimento do mosaico) como, por exemplo, em sua sexta reunião em 30 de setembro de 2010, quando aprovou um Comitê para acompanhar projetos de extrativismo e turismo ecocultural. Apesar do extrativismo e o turismo ecocultural de base comunitária ser a principal orientação de desenvolvimento de base conservacionista, as Atas apontam a preocupação do Conselho com alternativas de geração de trabalho e renda para as comunidades biorregionais. Para fomentar tais atividades, o Conselho apontou a necessidade de qualificação profissional “voltados à prática do turismo e de ações de divulgação dos atrativos naturais e culturais do território. Buscando (...) contribuir para o fortalecimento das comunidades” (...) (JORNAL DO MOSAICO, 2013, p. 5).

Até aqui apresentamos ideias subjacentes ao Conselho Gestor do MSVP, sua organização e objetivos, sobretudo, os principais campos de atuação, mas a grande questão que ainda continua em aberto é: o Conselho, tal como estruturado, permite a participação em sentido amplo tal como defendido teoricamente pelo planejamento biorregional? De que modo o Conselho é representativo da comunidade biorregional do MSVP? De que modo o conselho contribuiu/contribui com o planejamento biorregional?

Responder a estas questões é objeto de todo este capítulo, mas por ora algumas indicações são basilares, entre elas: a) analisar o modo como às instituições são selecionadas para participar do Conselho e, sobretudo, destacando o sentido de participação aliado a este processo; b) embora ainda de modo embrionário, o Jornal do Mosaico, aqui citado algumas vezes, representa um instrumento de democratização de informações, dado ao fato que ele é destinado a divulgar as ações empreendidas no desenvolvimento do MSVP; c) embora tenha surgido antes do reconhecimento do MSVP, o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas também vem de encontro com olhar dialógico e democrático exigido no planejamento biorregional.

No que se refere aos processos para preenchimentos dos assentos destinados a sociedade civil no Conselho, primeiramente, é preciso lembrar que o mandato destes conselheiros é de dois anos. Neste processo, as instituições presentes podem mudar, assim como os seus representantes. A seleção do novo Conselho compete ao Presidente, que deve selecionar entre as instituições envolvidas com o MSVP, aquelas mais ligadas à proposta de gestão integrada, turismo ecocultural e extrativismo sustentável. A título de exemplo,

analisaremos o Edital de seleção de novas instituições e novos conselheiros para a gestão do biênio de 2014 a 2016.

A cada dois anos um novo Edital é lançado, obedecendo aos artigos vinte e sete e vinte e oito do Regimento Interno do Conselho Consultivo do MSVP. Estes artigos tratam da periodicidade dos mandatos dos conselheiros, bem como da vacância e renovação do conselho. Segundo o Regimento, o Edital de seleção deve fixar as características demandadas às instituições para se cadastrarem ao Conselho. Para o Edital aqui em questão, ele demanda que as instituições tenham “atuação comprovada no território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu”, tenha, “no mínimo, 2 (dois) anos de existência”, **“personalidade jurídica e ser legalmente registrada em cartório”** e que não seja “órgão colegiado” (FUNATURA, 2014, s/p [Grifos nossos]).

Embora tenhamos ao longo deste item defendido a ideia da arquitetura institucional como essencial para o bom funcionamento do Conselho e, sobretudo, sublinhamos que esta arquitetura dá legitimidade as ações de desenvolvimento do MSVP, é preciso algumas ponderações. Por um lado, estas instituições representem, de certo modo, a comunidade biorregional, ou pelo menos parte dela, mas, por outro, acaba por limitar aquilo estamos compreendendo por participação em sentido amplo. É preciso ter ciência da diversidade humana da biorregião do mosaico, ter ciência, sobretudo, das diferenças e das desigualdades entre elas. As cooperativas, as associações representam parte destas diferenças e parte destas desigualdades. No entanto, este processo de normalização (isto é, a exigência jurídica) dificulta que outras comunidades que não tenham tais instrumentos possam participar do processo.

Outra complexidade que deve ser ponderada é geográfica. A circulação de informações, e mesmo de pessoas na biorregião do MSVP sofre algumas limitações. As cidades ficam em distâncias consideráveis umas das outras, as estradas são precárias, etc.. Isto dificulta ainda mais o envolvimento daquelas comunidades mais distantes nas atividades ligadas ao Conselho. É preciso ponderar também que a maioria das comunidades da biorregião do MSVP ainda residem no campo. Apesar de não considerarmos estes fatores como determinantes, evidentemente, eles dificultam o engajamento das pessoas em qualquer instituição.

Considerando este cenário, quando se analisa o regimento interno e, sobretudo, quando se analisa o Edital de Convocação para seleção de instituições e conselheiros, este aspecto formal ganha nuance e torna-se o principal entrave à participação em sentido

amplo. Sofreria o MSVP, portanto, de um excesso de institucionalismo? A resposta é negativa. Para nós, o problema é justamente o contrário. Apesar do número relevante de instituições presente na biorregião do MSVP, Rodrigo Burkowski e Ana Alice Vilas Boas (2007) sublinha que existe aproximadamente 100 (entre associações, sindicatos, etc.) instituições ligadas à sociedade civil na biorregião. Destas, apenas 22 estão presentes no Conselho do MSVP - o que falta é uma teia de relações mais concretas no qual as comunidades se envolvam mais ativamente com os seus problemas cotidianos. Em sentido estrito, existe um vácuo de representatividade das diversas comunidades biorregionais no Conselho do MSVP. Mas, não podemos deixar de ponderar que as atividades forçadas a partir do Plano DTBC criam novas instâncias de envolvimento direto das comunidades, as Cooperativas, por exemplo.

É preciso detalhar as ideias do parágrafo precedente. Não negamos este excesso de formalidade demandado pelo Conselho do MSVP, ele existe, mas para nós o problema é mais complexo. É preciso ter ciência que as políticas públicas, inclusive aquelas ligadas à criação e implementação das UCs sempre se desenvolveram de forma hierárquica, as comunidades biorregionais sempre foram “avisadas” das mudanças vindouras. Este processo não criou as condições necessárias nas comunidades para engendrar formas concretas de organização mais democráticas e mais efetivas. Com a proposta do MSVP, inaugura-se outro modo das instituições e órgãos ambientais se relacionarem com as comunidades, a passividade, em lentos passos, é substituída por uma participação mais ativa. Isto pode ser verificado no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas (que a cada ano atrai mais moradores das comunidades rurais para as plenárias) e, sobretudo, na leitura das Atas do Conselho.

Evidentemente, mesmo com a criação do Conselho Consultivo representativo das diversas instituições e sujeitos da biorregião do MSVP, nem toda a comunidade biorregional é representada. Conforme aponta a Funatura (2008), “a experiência tem demonstrado que a criação de instrumentos econômicos presentes” no Plano DTBC “transformou o mosaico e a gestão integrada em algo tangível”. No entanto, não podemos deixar de considerar as representações das comunidades biorregionais no que se refere às UCs e a conservação da natureza. Estas são vistas, quase sempre, como instrumento negativo, responsável pelos principais conflitos subjacente ao uso da natureza. Isto também explica o engajamento parcial das comunidades na proposta. Por isso, “existem mitos que precisam ser derrubados. O mais forte desses mitos” é a “[...] visão de que áreas protegidas

impedem o desenvolvimento e dificultam a vida das comunidades” (CCMSVP, 2008, p. 14).

Nesse sentido, em nossas entrevistas com os conselheiros sempre surgia à palavra “desinteresse”. Este desinteresse não se refere aqueles não representados no conselho, ao contrário, como revela o entrevistado “o Conselho tem 45 membros, e nas reuniões nem a metade se faz presente. Alguns são obrigados a participar, [os chefes das UCs], o que não quer dizer que eles queiram. Têm algumas instituições que aprovam projeto, estas também são obrigadas a participar”⁵³. Outro entrevistado revela, “podemos ir ou não nas reuniões, posso ir se quiser (...), algumas pessoas estão lá obrigadas, por isso, não se sentem à vontade de manifestar, (...) outros não se sentem preparados para participar”⁵⁴. Desta última fala é preciso destacar o termo “preparado”, um dos desafios do planejamento biorregional é torna-lo participativo, mas de que forma tornar os Conselheiros e as comunidades de formal aptas a uma participação efetiva? Da análise dos fragmentos em destaque fica claro que este é um dos desafios colocados ao Conselho e todas as atividades desenvolvidas no âmbito do MSVP.

Além disso, nos fragmentos acima fica nítido o sentido de obrigação em participar do Conselho. Mas, conforme avançamos nas entrevistas, outras justificativas surgem como explicação do sentido negativo imbuído na participação: “falta de prestígio”, “falta de incentivo econômico”, etc. Outras entrevistas revelam um processo díspar deste descrito, embora a participação do Conselho tenha se revelado desinteressante inicialmente, o reconhecimento da “importância do trabalho da gente para a região”, o fato de o Conselho “abrir portas” e, sobretudo, as “redes de amizades construídas” aumentou o interesse de envolvimento mais concreto com as atividades.

A primeira sensação diante destas questões é que a tão propalada participação, como verificamos em diversos documentos referentes ao MSVP, entre eles o próprio Plano DTBC, se desconfigura, ao menos, parcialmente, e torna-se mais formal do que prática. Esta sensação aumenta quando na leitura das Atas de reuniões deste conselho, nos deparamos com a seguinte questão: “o Sr. Ak, morador da APA Cochá e Gibão, colocou que acha a representação dos moradores é pequena no Conselho” (CCMSPV, 2010, p. 3). Na verdade, numa interpretação literal, não é somente a representação o grande problema,

⁵³ Entrevista concedida a Rodrigo Burkowski e Ana Alice Vilas Boas (2007)

⁵⁴ Entrevista concedida a Rodrigo Burkowski e Ana Alice Vilas Boas (2007)

mas o sentido atribuído a esta, muito mais formal do que prática. Muito mais voltado às instituições com existência formal àquelas do cotidiano das comunidades biorregionais.

Não podemos concluir antecipadamente que a participação em sentido amplo é falha na condução das ações concretas do MSVP, sobretudo porque devemos considerar o Conselho como uma instância entre outras, como, por exemplo, as Cooperativas, Associações, mesmo o encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas também faz parte deste processo. O Conselho é o aspecto formal da participação, mas esta se constrói também por meio de outras redes.

Para finalizar este item, destacamos dois pontos: o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas (2013) e o Jornal do Mosaico. O Encontro nasceu com intuito de reunir as diversas comunidades biorregionais para debater aquelas questões ligadas diretamente à conservação da natureza, os problemas daí advindos, como por exemplo, os conflitos dado as restrições impostas pela criação das UCs biorregionais. Mas é preciso notar que para além deste aspecto formal, o Encontro tornou-se ao longo do tempo muito ligado as manifestações culturais, um momento de troca de experiências, de construção de pactos e, sobretudo, um momento de afirmação identitária. Conforme apontou uma das idealizadoras deste evento ao Jornal do Mosaico “a palavra que usamos não é festival, mas sim ‘encontro’ o encontrar com o outro e consigo mesmo em um espaço de troca” (JORNAL DO MOSAICO, 2013, p. 8).

Em resumo, “os quatro dias de evento podem ser entendidos como uma síntese de uma série de discussões e encontros que acontecem ao longo do ano, configurando um diálogo expandido entre lideranças comunitárias de diversos municípios da região” (JORNAL DO MOSAICO, 2013, p. 9). Apesar de este Encontro ser destinado aquelas comunidades ligadas as UCs do Complexo grande Sertão Veredas (ou ao Núcleo Sertão Veredas), ao longo do tempo, comunidades de outros núcleos do mosaico tem se envolvido de forma efetiva. É preciso olhar este evento em seu duplo sentido. O primeiro é aquele ligado a reafirmação identitária – espaço no qual as comunidades afirmam seus saberes e sabores; e, sobretudo, no qual elas se afirmam diante dos órgãos de gestão ambiental e se afirmam enquanto sujeitos de direito. O segundo sentido é aquele de mediação política (apresentação da proposta do Plano DTBC, por exemplo) e de conflitos (regularização fundiária e solta de gado em UCs é um bom exemplo).

Este evento foi de fundamental importância para a construção da proposta do Plano DTBC (conforme veremos em detalhes mais adiante neste capítulo) e torna-se, portanto, um

espaço de debate e proposições muito mais aberto e acessível às comunidades biorregionais do que o próprio Conselho. Nesse sentido, a proposta é “um olhar para o sertão em sua inteireza, articulando a dimensão cultural à realidade dos conflitos ambientais e à necessidade de fortalecimento das comunidades da região”. Entre as atividades desenvolvidas estão às manifestações culturais (conforme a foto 4), feira de produtos da agricultura camponesa e do extrativismo e, sobretudo, mesas redondas “que buscam trazer discussões acerca da agenda política da região” (JORNAL DO MOSAICO, 2013, p. 9).

FOTO 4: Apresentação Cultural no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas



Fonte: TAVARES, Wanderleia, 2014.

Na foto 4 podemos observar um destes momentos de expressão cultural do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Este momento do Evento é destinado a expressões culturais distintas, desde a apresentação de folia de reis e danças típicas da região até apresentação de causos e músicas regionais. Em resumo, este momento de comunhão entre as comunidades biorregionais é útil na expansão dos processos de participação, mas também funciona como instrumento de mobilização de sujeitos e redes institucionais e comunitárias para além dos processos formais do Conselho. No entanto, este caráter de afirmação identitária é fundamental para se pensar as demais questões desenroladas na biorregião do MSVP nas últimas décadas.

E, finalmente, é preciso destacar a importância do Jornal do Mosaico. A primeira edição deste Jornal foi lançada em 2010. Inicialmente, ele teve caráter quadrimestral, mas, atualmente, é lançada duas edições ano. Ao longo das nove edições, temáticas muito distintas foram tratadas; Conselheiros, políticos e representantes da sociedade civil emitiram opinião sobre assuntos mais restritos como o regimento interno do conselho, e também assuntos de interesse de toda a comunidade biorregional, expansão das UCs, licenciamento ambiental, etc. Conforme o editorial da primeira edição, a “proposta é divulgar a um público amplo, (...) matérias sobre o Mosaico (...), [ele] objetiva a difusão de ações relacionadas com o desenvolvimento sustentável (...); ações de gestão integrada das unidades de conservação (...)” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p.1). A proposta aqui é observar um aspecto essencial que defendemos quando tratamos o planejamento biorregional: a democratização das informações.

A primeira questão a se notar é que o Jornal é instrumento do Conselho usado, sobretudo, para divulgar as suas ações. Há uma similitude entre os temas debatidos nas plenárias do Conselho e presente no conteúdo das Atas das reuniões e aqueles temas debatidos e aprofundados pelo Jornal Mosaico. Em outras palavras, os mesmos conteúdos encontrados nas Atas, às vezes de forma dispersa e mal elaborada, ganha corpo nas edições do Jornal. Logo, aqueles assuntos debatidos e acordados entre os Conselheiros, de modo mais restrito, com Jornal um público maior é atingido. Isto quer dizer que o Jornal do Mosaico cumpre uma função essencial: ampliar o debate, informar a comunidade biorregional e, sobretudo, dá contornos mais objetivos as atividades do Conselho.

Evidentemente, que o efeito deste Jornal é restrito, sobretudo, se considerarmos aquelas dificuldades geográficas (distância, isolamento das comunidades rurais, estradas precárias), e sua circulação atinge um público específico. Isso se complexifica quando observamos os dados de alfabetização das comunidades rurais, o acesso às tecnologias digitais como a internet (principal mecanismo de divulgação do Jornal). Para nós, estas dificuldades são relativizadas quando focamos o princípio básico subjacente ao Jornal, à divulgação das ações do Conselho, portanto, um mecanismo de democratização de informações. Evidentemente a democratização exigida no planejamento biorregional é mais profunda, e referem-se tanto as questões políticas quanto àquelas de ordem econômica (dimensão não tratada no âmbito do Jornal do Mosaico).

As ações empreendidas no Conselho, no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas e no Jornal do Mosaico são complementares. Isto se considerarmos, como foi

apontado, o Encontro como o momento de síntese e reflexão dos diversos encontros realizados ao longo do ano pelo Conselho, e se considerarmos o Jornal como o principal meio de divulgação dos pactos construídos. Estes processos são embrionários para se pensar uma participação em sentido mais amplo, uma participação ativa não pode ser construída somente por meio de canais formais, por isso, a importância do Encontro. Mas caso queiramos uma participação verdadeiramente ativa, ela se construirá pelo aprofundamento e aperfeiçoamento dos canais existentes – o Jornal é essencial neste processo.

A fim de conclusão deste item, alguns pontos são essenciais:

–O Conselho é o principal canal formal no qual a comunidade biorregional pode participar efetivamente. Apesar de que para isto necessite da intermediação de Instituições de natureza jurídica. Isto, por um lado, dá legitimidade as ações do Conselho, mas por outro, sobretudo, se considerarmos as características geográficas, torna a participação muito mais formal do que prática.

–Apesar da busca por pluralidade de representação, o excesso de formalidade engessa as ações do Conselho. Além disso, as instituições com assentos não dão conta de toda a complexidade da biorregião do MSVP. Com isto, o próprio sentido do participar é relativizado.

–Outros canais contribuem para se pensar formas mais ativas de participação, como por exemplo, o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Mas, ainda assim é incipiente, pois não se trata de um canal de comunicação e debate contínuo, considerando que tal evento ocorre apenas uma vez a cada ano.

–Quando se trata da democratização das ações empreendidas pelo Conselho, o Jornal do Mosaico é o principal instrumento. Apesar de uma iniciativa embrionária, o Jornal exerce uma função importante, sobretudo, porque ele faz uma contextualização tanto no que refere à gestão integrada empreendida como objetivo do Plano DTBC, como também contextualiza as ações ligadas aos demais objetivos do Plano DTBC, aquelas ligadas ao turismo ecocultural e ao extrativismo.

–Evidentemente, a participação em sentido amplo requer um longo processo de construção. Apesar das iniciativas empreendidas com o Conselho Gestor, e todas aquelas atividades ligadas ao Plano DTBC e ao reconhecimento do mosaico, como, por exemplo, o Encontro, Jornal do Mosaico, Oficinas, Seminários, estes processos são embrionários. Mas isto não quer dizer que as ações não tenham gerado frutos concretos. Entre eles, o mais evidente é que as comunidades biorregionais começam a se reconhecer enquanto portadoras de direitos diante às UCs (e dos conflitos advindos com elas), e, sobretudo, que a conservação não pode ser um elemento estanque diante de um quadro geográfico de expropriação territorial e precarização dos modos de vida.

O Conselho de gestão do MSVP é o principal instrumento da gestão integrada. É nele que todos os processos são pensados, isto também inclui aqueles elementos ligados as alternativas de desenvolvimento voltadas às comunidades biorregionais – extrativismo e turismo ecocultural. Portanto, é preciso pensar na indissociabilidade dos eixos de

desenvolvimento, e o Conselho é que forja esta coadunação. Dando continuidade as análises dos eixos de desenvolvimento do Plano DTBC, no próximo item discutimos as alternativas de desenvolvimento.

4.4 Desenvolvimento de base conservacionista: o turismo ecocultural e extrativismo no MSVP

No item anterior, delineamos as características do Conselho Gestor do MSVP institucionalizado, isto é, enquanto espaço e instrumento de gestão do MSVP com um regimento aprovado que orienta as ações dos conselheiros. Pautados nestas orientações, na parte final do item buscamos demonstrar os principais campos e características das ações deste Conselho. É preciso lembrar que o Conselho é parte importante do eixo de gestão integrada e, portanto, tem relação direta com os demais eixos de desenvolvimento.

Neste item, no qual discutimos as alternativas de desenvolvimento de base conservacionistas apresentadas pelo Plano DTBC, à intenção é delinear as principais características das propostas de desenvolvimento baseadas no turismo ecocultural de base comunitária e no extrativismo de bases sustentáveis. Buscamos responder algumas questões: de que forma o eixo de turismo ecocultural e de extrativismo atende a demanda por desenvolvimento em base conservacionista? Qual é a relação destes eixos com o planejamento biorregional?

Para efeito de análise, dividimos o item em dois subitens, cada qual destinado a um eixo de desenvolvimento. No primeiro, descrevemos e analisamos a proposta de extrativismo em bases sustentáveis descritas no Plano DTBC e a sutil relação desta proposta com o modo de vida das comunidades biorregionais, mas também apresentamos a atuação da CoopSertão na execução da proposta do Plano DTBC. No segundo subitem, além de apontar teoricamente as implicações do conceito de turismo ecocultural de base comunitária, discutimos as alternativas apresentadas pelo Plano DTBC, como por exemplo, os roteiros turísticos e a Estrada-Parque Guimarães Rosa, e como estas propostas são concretizadas.

4.4.1 O MSVP e o extrativismo em bases sustentáveis

A proposta de colocar o extrativismo como eixo de desenvolvimento do Plano DTBC é significativo, considerando que tal atividade é importante na reprodução dos modos de vida das comunidades biorregionais. O extrativismo é uma atividade complementar a agricultura e a pecuária entre as muitas comunidades camponesas dos rincões da biorregião do MSVP. Ele é um dos meios pelos quais as comunidades realizam o manejo concreto do ambiente e, para tal, fazem uso de conhecimentos profundos sobre a flora e fauna do Cerrado.

Conforme expressa o Plano DTBC, “a prática extrativista vegetal já vem de longa data, e o lugar-comum que geralmente é mencionado é o uso dos frutos do Cerrado por índios que habitavam a região, para alimentação e manutenção do seu modo de vida” (FUNATURA, 2008, p. 22). Este modo tradicional de apropriar e manejar a natureza foram incorporados às gramáticas sociais das comunidades camponesas que, aliado a agricultura e a pecuária extensiva, formava um complexo econômico importante. Deste modo, dado às condições ambientais, e dado os sistemas econômicos adaptados a estes, há um conjunto de interdependências entre comunidades e natureza.

Para o desenvolvimento do extrativismo ao longo dos tempos, as comunidades desenvolveram um conhecimento ecológico profundo das dinâmicas do Cerrado. Não se extrai certos frutos em qualquer lugar ou tempo, é preciso conhecer o ritmo da natureza e de sua reprodução, conhecer as fisionomias e características do ambiente, portanto, na prática do extrativismo há uma criteriosa seleção de espécies, tempos e de lugares. É preciso considerar que estas “populações desenvolveram ao longo dos séculos, modos de vida com uma relação orgânica com os ecossistemas, baseados na sua produção biológica primária (extrativismo, caça, pesca)” e em “estratégias agropecuárias” focadas na otimização do ambiente (SILVA, 2009a, p.57). Para este fim, as comunidades camponesas estratificam o Cerrado em diferentes unidades de paisagem conforme as suas funcionalidades: Chapadas, áreas úmidas (encostas, veredas e brejos).

A ideia subjacente a este processo é aproveitar com eficiência a potencialidade de cada ambiente. Assim, as áreas mais úmidas são destinadas a agricultura e a criação de pequenos animais (veredas, encostas e chapadas), ou para a coleta de determinados frutos, como, por exemplo, o Burti. O mesmo critério vale para as Chapadas (ou Gerais, conforme o nome dado na biorregião do MSVP) destinadas à solta do gado em determinadas épocas

do ano, mas também o ambiente no qual se recolhia alimentos, remédios e madeiras. Este modelo econômico surgiu da mescla de diferentes influências no processo de colonização - mescla de influências indígenas, do colonizador branco e dos negros.

A junção destas diferentes gramáticas sociais permitiu, ao longo dos séculos, adaptação às adversidades climáticas, desenvolvendo “diferentes estratégias produtivas para garantirem a sua sobrevivência”. Carlos Alberto Dayrell (1998, p. 75) cita como estratégias mais evidentes a “associação da diversidade de cultivos (...) com a diversidade de variedades (genética) desenvolvidas e adaptadas para uma diversidade de agroambientes, reconhecidos em função da fertilidade, profundidade, textura dos solos, posição no relevo, proximidade do lençol freático”.

Estas estratégias dizem a respeito à reprodução dos modos de vida, cujo aproveitamento da “biodiversidade presente na vegetação nativa” relaciona-se diretamente com “as adversidades climáticas [que] afetam, com frequência, os seus cultivos anuais”. Trata-se de uma racionalidade que envolve lógicas sociais e também lógicas ecológicas, uma racionalidade que se coloca diante da imprevisibilidade da sociedade e do ambiente. Diante deste quadro, as comunidades recorrem aos ambientes circundantes seja para buscar o “fornecimento de forragem para o gado”, seja para a coleta de frutos para a alimentação humana e animal, e “para produção de óleos e sabões, plantas medicinais, madeiras para lenha, construções e cercas, e fibras para confecção de chapéus, esteiras e vassouras” (DAYRELL, 1998, p. 75).

Dayrell (1998) compreende estas estratégias como um “jogo de sobrevivência” das comunidades camponesas, que dado às adversidades sociais e econômicas, e dado às adversidades climáticas e ambientais criam estratégias para manter o fluxo de bens, matérias e energias necessários à reprodução da vida. Portanto, apostar na diversidade, seja na exploração dos ambientes, dos elementos a serem explorados, seja apostando na diversidade genética e na pluralidade dos cultivos é garantir-se diante de um contexto de imprevisibilidade seja ambiental ou da dependência excessiva do mercado (DAYRELL, 1998).

Com um olhar sobre a história da formação territorial da região, que atualmente forma o Norte de Minas Gerais, Bernardo N. da Mata-Machado (1991) destaca que a “utilização dos recursos naturais foi à alternativa da população sertaneja para obter os produtos necessários à subsistência” diante do isolamento econômico. Conforme destaca o autor, entre os recursos de origem vegetal indispensável a este processo estavam os frutos

silvestres, as ervas medicinais, as madeiras de lei e as palmeiras, sobretudo, o Buriti. Ao comentar a obra de Spix e Matius, lembra-nos “que a importância econômica desta palmeira era tal que famílias de São Romão costumavam dar em dotes às filhas um certo número de buritis” (MATA-MACHADO, 1991, p. 63).

Ao Buriti, este autor acrescenta outras espécies e utilidades como a Carnaúba e Macaúba, utilizadas na produção de cera, óleos para sabão e para alimentação; entre as espécies madeireiras, o Pau-Podre também para a produção de sabão, e entre as madeiras de lei, o Cedro, a Aroeira, o Jacarandá, o Vinhático, o Balsamo e o Tamboril, usados na produção de canoas e barcas ou conduzidas à Bahia para produção de navios. No final do século XIX e início do século XX, “a extração do látex da Mangabeira e da Maniçoba” inscreveu na história do Norte de Minas Gerais, sobretudo, na região de Januária, como um novo ciclo de exploração dos recursos florestais (MATA-MACHADO, 1991, p. 118).

Dos fatores mencionados ficou em evidência a importância histórica do extrativismo vegetal para compreender a formação territorial na região Norte de Minas como todo, e a biorregião do MSVP, especificamente. O Plano DTBC reconhece este processo histórico importante, e reconhece também o potencial extrativista do Cerrado. O princípio seguido é que este potencial aliado ao conhecimento histórico, tanto do ambiente como das técnicas de explorá-lo pode tornar-se um meio para gerar e trabalho para muitas comunidades. E contribuir diretamente com a conservação, com a proteção da diversidade de plantas e animais, das nascentes e cursos de água, sem perder a potencialidades ligadas a geração de trabalho e renda.

O Plano DTBC parte de outra constatação, com o avanço das tecnologias houve, conseqüentemente, avanço nas técnicas de beneficiamento de frutos e sementes, isto agregou novos sabores e permitiu a criação de novos produtos. O avanço das tecnologias deu-se também entre os órgãos de pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, que “tem estudado e divulgado o potencial extrativista das espécies do cerrado” (FUNATURA, 2008, p. 22). Ao analisar este eixo no Plano DTBC, notamos pelo menos três princípios que justificam a sua importância enquanto mecanismo de desenvolvimento em bases conservacionistas: serviços ambientais; serviços biológicos; serviços culturais e sociais.

Considerando que o extrativismo tem como pressuposto básico a manutenção da capacidade de resiliência dos ambientes, portanto, a conservação e a preservação das áreas utilizadas para tal fim tornam-se consequência. Nesse sentido, ao manter o Cerrado em pé e

gerar renda e trabalho para as comunidades, mantém-se também capacidade de captação de água do solo e dos mananciais; além disso, contribui no controle da erosão e conservação do solo. Em outras palavras, há uma série de serviços ambientais diretamente ligados às práticas de extrativismo que, geralmente, não entra nos cálculos econômicos.

A este conjunto de serviço, podemos aliar um segundo, ao garantir a capacidade de resiliência dos ambientes, outros serviços biológicos, como a manutenção da biodiversidade, o controle de pragas e predadores, serviços de polinizadores e a bioprospecção advém em complementariedade. Evidentemente que o Plano DTBC não foca somente nestes serviços ecológicos, mas pressupõem o fortalecimento do extrativismo garante também a reprodução das identidades culturais das comunidades, conserva os espaços que podem ser utilizados no turismo ecocultural de base comunitária, mas, sobretudo, gera renda e trabalho às comunidades camponesas⁵⁵.

Diante deste cenário, durante as pesquisas de campo realizadas para a elaboração do Plano DTBC e, sobretudo, graças ao GT criado para refletir sobre o potencial do extrativismo na biorregião do MSVP, observou-se a possibilidade de quatro frentes para exploração sustentável do Cerrado: a coleta de frutos, folhas e sementes; a produção artesanal; os fitoterápicos; e as práticas de manejo. Conforme o Plano DTBC, “os frutos do Cerrado apresentam uma multiplicidade de usos, sendo explorados principalmente na alimentação, artesanato e fitoterapia”. Para a biorregião do MSVP, Buriti, Pequi e a Favela “merecem destaque porque são utilizados e explorados em quase praticamente em toda a região” (FUNATURA, 2008, p. 22). Apesar da predominância destes, isso não quer dizer que o Coquinho Azedo, Coco Indaiá, o Cajuí, a Cabeça de Negro e o Umbu tenham menos importância.

Algumas das espécies utilizadas na alimentação têm outros usos como na produção artesanal. Conforme o Plano DTBC, na exploração deste potencial ecológico, isto é, folhas, frutos, galhos etc., o “artesanato sustentável pode ser uma alternativa viável de incremento da renda”. Neste caso, o Buriti é o principal destaque, dada a multiplicidade de utilidades na confecção de móveis, redes, esteiras, cestos, chapéus, etc. (FUNATURA, 2008, p. 22).

⁵⁵ Roberto B. Cavalcanti (2005, p. 434) relativa algumas questões referentes ao extrativismo. Para ele, a relação entre atividade extrativista e conservação é apenas temporária, considerando que a produtividade biológica é insuficiente diante à pressão extrativa. Este processo leva a “um processo de consumo dos estoques e degradação ao longo prazo”. Nas áreas de extração em longo prazo, citando o exemplo da coleta de castanhas na Amazônia, geralmente, “não há plantas jovens de menor diâmetro o que indica que a população não está se regenerando localmente”.

Complementar ao extrativismo para alimentação e produção artesanal, o Plano DTBC destaca a “flora do Cerrado” e o “considerável número de medicamentos (...) conhecidos e utilizados”. Apesar desta importância, os saberes sobre o uso das plantas encontram-se disperso em feiras populares, raizeiros, farmácias caseiras, etc. Para a biorregião do MSVP “merece destaque (...) o extrativismo da favela (...) que consiste em uma atividade econômica e socialmente importante para as comunidades locais”. Tal leguminosa, por ser rica em vitamina C, é muito procurada pela indústria farmacêutica. O princípio subjacente ao extrativismo para fins fitoterápicos passa pelo amplo conhecimento das comunidades biorregionais sobre o uso da biodiversidade que pode ser essencial para a descoberta de princípios ativos para novas drogas e novos usos de plantas na produção de remédios (FUNATURA, 2008, p. 24)⁵⁶.

Todas estas práticas extrativistas devem ser pensadas dentro de padrões de manejo sustentáveis. Embora haja “crescente exploração dos frutos do Cerrado, não se verifica o desenvolvimento de estudos ecológicos que avaliem o impacto da extração sobre as populações naturais”. Esta carência de estudos, sobretudo, no que se refere à capacidade de carga dos ambientes pode colocar em risco a sustentabilidade do extrativismo. Por isso, em termos de precaução, “a coleta dos frutos deve ser feita garantindo a reprodução natural e alimentação para a fauna” (FUNATURA, 2008, p. 24). Isto é, a exploração do ambiente não pode comprometer a sua capacidade de auto-organização. Isto se deve primeiramente aos princípios de sustentabilidade e prudência ecológica subjacente a este eixo de desenvolvimento, mas também de sustentabilidade econômica, pois ao garantir a capacidade de resiliência dos ambientes, garante também longevidade das práticas extrativas.

Além disso, as atividades extrativistas devem também considerar outras possibilidades de manejo sustentável. Como por exemplo, o uso das RL para a extração dos frutos, a recuperação de áreas degradadas, plantios de árvores do Cerrado no entremeio das áreas de cultivo tradicional; além da adoção de Sistemas Agroflorestais, permacultura e o controle biológico das pragas. Apontada às orientações, possibilidades e os cuidados com a prática extrativista, o Plano DTBC traz um quadro síntese da potencialidade extrativista de

⁵⁶ Apesar de o Plano DTBC tocar na questão da biopirataria, mas uma vez a questão do controle da biodiversidade fica em evidência. Como evitar que estes saberes sejam apropriados inadequadamente? Esta questão não ganha resposta no Plano DTBC. Veremos em detalhes este ponto no capítulo 5.

cada UC do MSVP, destacando as plantas que podem ser exploradas economicamente, conforme podemos observar no anexo 1.

Os fatores apontados, históricos e econômicos, e, sobretudo, o mapa 5 com a espacialização das áreas potenciais para o extrativismo contribui para compreender a escolha desta atividade como eixo de desenvolvimento. O Plano DTBC considera esta potencialidade ecológica, mas também a econômica, social e cultural do extrativismo, e pauta-se também na definição do SNUC, segundo o qual extrativismo é um “sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis” (BRASIL, 2000, s/p). Nesse sentido, este eixo de desenvolvimento tem características ímpares, conforme podemos observar no quadro 12, no qual buscamos delinear tais características, indicando os programas e as metas propostas no Plano DTBC.

QUADRO 12: Ações e metas do eixo extrativismo em bases sustentáveis

Estratégia	Metas	Instituição responsável	Objetivos
Projeto de extrativismo sustentável	Capacitação	CoopSertão Veredas	Permitir condições de trabalho aos extrativistas para o manejo adequado, coleta e beneficiamento dos frutos.
	Educação ambiental		Aumentar o nível de conscientização da importância da preservação do patrimônio ambiental.
	Organização comunitária		Motivar e organizar as comunidades do projeto de extrativismo, criando condições para grupos de extrativistas e artesões.
	Assistência técnica		Promover ações que incentivem o extrativismo sustentável.
	Implementação de infraestrutura		Apoiar a estrutura e o funcionamento das unidades de beneficiamento existentes.
	Visitas de intercâmbio		Intercâmbio de experiência e formação de alianças.

Fonte: Plano DTBC - Funatura (2008).

Org.: Martins, G. I, 2014.

Fica mais fácil agora, a partir do quadro 12, compreender como o Plano DTBC pretende explorar o extrativismo, ao mesmo tempo, potencializando as práticas existentes e criando as condições para organizar a produção em bases sustentáveis. As ações previstas revelam um misto de aperfeiçoamento técnico, capacitação, infraestrutura e assistência técnica, com programas de natureza mais organizacional, visitas de intercâmbio e organização comunitária. Paralelo e complementar a estes, a educação ambiental, cuja função nestes programas é demonstrar a importância do patrimônio ambiental e de sua preservação. Cada programa visa aprimorar determinada fase ou aspecto do extrativismo,

consolidando e dando novas dinâmicas a produção, enfim, visa aperfeiçoar toda a cadeia produtiva – da colheita, ao beneficiamento à comercialização.

A proposição destas metas e programas deve-se a presença de um conjunto de dificuldades na exploração de modo sustentável e economicamente viável. Entre eles, conforme o Plano DTBC, “a falta de apoio às comunidades”, sobretudo, no que se referem às “oportunidades de acesso a conhecimentos sobre técnicas, processos, instrumentos e estrutura apropriada e sustentável para a coleta e beneficiamento dos frutos e seus derivados”⁵⁷. Alguns outros problemas são citados, como as dificuldades de escoamento da produção, super-exploração das áreas, além do fato de que na maioria das atividades são realizadas em terras alheias (FUNATURA, 2008, p. 24)⁵⁸.

Diante deste quadro, os programas e as metas descritas no quadro 12 buscam intermediar os problemas através de parcerias e cooperações. Cada meta foi pensada com o potencial dos Núcleos, e considerando também os equipamentos existentes, tais como a CoopSertão, no Núcleo Sertão Veredas, no Núcleo Pandeiros e Peruaçu, o Centro Comunitário de Extrativismo e Artesanato do Cerrado – CCEAC que tem unidade de beneficiamento na Vila dos Pandeiros e no Distrito de Fabião I, ambos no município de Januária.

Nesse sentido, uma das metas deste eixo é criar condições de trabalho para extrativistas, visando, sobretudo, aperfeiçoar os conhecimentos existentes por meio de oficinas e intercâmbios a experiências bem-sucedidas como, por exemplo, a rede de cooperação com a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativista Grande Sertão, de Montes Claros. O passo seguinte é fortalecer as organizações existentes, como a CoopSertão e CCEAC para que estas atuem de maneira mais efetiva na intermediação dos trabalhos. Isto pode acontecer através da assistência técnica, capacitação e na dotação de infraestrutura básica dando condições de funcionamento as unidades de beneficiamento.

Partes destas propostas foram executadas, entre os anos de 2012 e 2013, pela CoopSertão, em uma parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal e acompanhado pelo FNMA / MMA. Os valores iniciais destinados para tal fim totalizaram R\$1.105.299,00. Segundo o Termo de Referência do FNMA, nº 01/2010, o objetivo desta parceria é “estabelecer e fortalecer cadeias produtivas/econômicas (produtos e serviços)

⁵⁷ Acesso a conhecimentos e técnicas de processos ligados a exploração econômica voltada ao mercado, é preciso dizer, pois, tal como mostramos, o extrativismo faz parte das gramáticas sociais.

⁵⁸ É evidente que estes problemas existiriam, dado o fato de que o extrativismo nunca teve um cunho comercial, sempre foi uma atividade complementar a agricultura e a pecuária.

com base no manejo sustentável dos recursos naturais, trazendo para os atores sociais do território, alternativas sustentáveis de geração de renda” (MMA, 2010, p. 7).

Os recursos do FNMA destinado à CoopSertão visaram “capacitação das comunidades para uso sustentável dos frutos do Cerrado”, tendo como base cursos e oficinas sobre estratégias sustentáveis de exploração de frutos. Além disso, a parceria contou também com “cursos de capacitação sobre gestão de unidades de beneficiamento e comercialização”, “cursos de associativismo e cooperativismo”, sendo um curso para cada Núcleo de gestão. Além destas atividades voltadas às comunidades, os recursos destinavam-se também a contratação de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas para orientar os cooperados. No que se refere à instalação de infraestruturas, a parceria contava com recursos para reestruturação das unidades de beneficiamento existentes (MMA, 2010, p. 7-13).

Os efeitos deste processo esboçam-se na reestruturação da CoopSertão Veredas. Neste sentido, em 2011, o Jornal do Mosaico traz uma reportagem especial a respeito da reinauguração da cooperativa. Naquele momento, o então presidente argumentou que “atualmente, 100 cooperados e mais cerca de 100 extrativistas não cooperados levam seus produtos para comercialização por meio da CoopSertão Veredas” (JORNAL DO MOSAICO, 2011, p. 6)⁵⁹. O potencial de renda, as redes de cooperação também foram destacadas.

Na média, chega a um salário mínimo e meio mensal, ou seja, cerca de R\$ 800,00, de acordo com os períodos de safra dos produtos. Além de vender aqui na região, também mandamos produtos para a Central do Cerrado, em Brasília, que repassa para outras cidades. As escolas do município também estão comprando esses produtos para a merenda escolar (JORNAL DO MOSAICO, 2011, p. 6).

A CoopSertão, dado a sua estrutura técnica, e dado os projetos e as parecerias firmadas exerce influência em toda a biorregião do mosaico. Nesse sentido, uma das metas é construir uma rede técnica de cooperações. A título de exemplo, em 2012, um passo importante foi dado neste sentido, a CoopSertão firmou contrato de cooperação com Associação da Reserva Indígena Xakriabá. Outras redes de cooperação estão sendo construídas, como por exemplo, “a parceria para comercialização de polpa de frutos do

⁵⁹ Ao longo dos anos o número de cooperados não aumentou significativamente, apesar da expansão da cooperativa. Em sentido contrário, o número de agroextrativistas vendendo sua produção à cooperativa aumentou significativamente.

Cerrado” entre a CoopSertão com a Cooperativa Grande Sertão, do Centro de Agricultura Alternativa-CAA, em Montes Claros. Esta parceria envolve as comunidades de Fabião I, Brejal, Araçá, Vargem Grande, Janelão e Retiro, todas pertencentes às Áreas de Proteção Ambiental do MSVP (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p. 4).

Dado os êxitos das atividades desenvolvidas, o interesse dos grupos envolvidos aumentou, conforme o Jornal do Mosaico, sobretudo no que tange aquelas atividades de “desenvolvimento regional sustentável a partir de projetos com frutos e plantas medicinais”. Entre os êxitos “estão à troca de informações a partir das experiências adquiridas com os encontros, o aumento do número de proprietários interessados na criação e implementação de reservas particulares” (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p. 4). Os resultados aumentam ao longo do tempo, conforme podemos notar na passagem a seguir:

Um dos aspectos positivos da iniciativa é o fortalecimento das parcerias e a oportunidade de negócios para os pequenos produtores rurais e artesãos, que utilizam as flores e os frutos da região na elaboração de seus produtos, o que demonstra o verdadeiro valor do “Cerrado em pé”, favorece a economia local, a preservação dos recursos naturais e a geração de renda. Além das comunidades, participam prefeituras, escolas, cooperativas, e outras instituições regionais, estaduais e federais (JORNAL DO MOSAICO, 2010, p. 4).

Um dos grandes desafios que se coloca entre as comunidades extrativistas e as unidades de beneficiamento é a distância, agregado a isto, a falta ou as más condições das estradas e meios de transportes adequados. Na maioria das vezes, toda a cadeia produtiva da CoopSertão fica condicionada a estes problemas estruturais. Este ponto em específico abre espaço para se pensar um pouco mais sobre a efetividade do Plano DTBC, enquanto um mecanismo de planejamento biorregional. Questão a que voltaremos no final deste subitem.

Apesar das dificuldades técnicas e operacionais, as redes de cooperação entre as cooperativas, destas com outras instituições como, por exemplo, Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, e com os extrativistas tem dado dinamismo a este eixo de desenvolvimento. Um bom exemplo são os cursos e oficinas de aperfeiçoamento oferecidos pela CoopSertão em parceria com Fundo Socioambiental da Caixa. Entre os anos de 2012 e 2014 foram realizados alguns cursos de capacitação voltados ao beneficiamento e tratamento da Cagaita, Buriti, uso sustentável da Favela e Coquinho Azedo etc. A justificativa para tais cursos de capacitação e aperfeiçoamento é que “as famílias que se envolvem em processos de produção a partir do extrativismo amadurecem a visão sobre a

preservação e passam a acreditar que é possível tirar parte do sustento da mata nativa preservada” (COOPSERTÃO, 2012, s/p).

As fotos 5, 6, e 7 referem-se a uma destas oficinas, mais especificamente, um curso sobre “boas práticas de manejo e fabricação para produção sustentável da raspa de buriti (*Mauritia flexuosa*)”, realizado em outubro de 2012, na comunidade Cabeceiras de Macaúbas, município de Cônego Marinho.

FOTO 5: Primeira parte do curso-apresentação, fundamentos e orientações



Fonte: CoopSertão, 2012.

FOTO 6: Tratamento do Fruto do Buriti



Fonte: CoopSertão, 2012.

FOTO 7: Estratégias para produção de raspa de buriti



Fonte: CoopSertão, 2012.

As fotos demonstram as várias fases da oficina que tiveram como conteúdo básico o processamento dos frutos, práticas de higiene na produção da raspa seca de Buriti. As oficinas foram realizadas na Associação Comunitária de Cabeceiras de Macaúbas. Elas foram ministradas pelos técnicos da CoopSertão e das Instituições cooperadas como, por exemplo, o ISPN. O público alvo destas oficinas são as comunidades locais, mas também os técnicos e mobilizadores da própria cooperativa que tem função de multiplicadores das técnicas aprendidas em outras comunidades (COOPSERTÃO, 2012).

Entre as redes de cooperação construídas em torno da CoopSertão, uma das mais importantes é com a ONG estadunidense WWF. Desta parceria surgiu um importante instrumento para se pensar o planejamento do extrativismo na biorregião do MSVP, o mapeamento participativo das atividades de extrativismo, iniciado em 2012, dentro da proposta de desenvolvimento do Plano DTBC. As informações que sustentam tal mapeamento foram colhidas durante a realização de 18 oficinas com 48 comunidades do MSVP. Uma das justificativas para tal mapeamento é a busca pela estruturação da cadeia produtiva, dando foco no potencial produtivo de cada comunidade e, com isso, permitir a CoopSertão direcionar as ferramentas de planejamento desta atividade.

A WWF atua na região do MSVP desde a cada de 1990, em parceria com a Funatura, mas os trabalhos em torno do mosaico fazem parte do “Programa Cerrado-

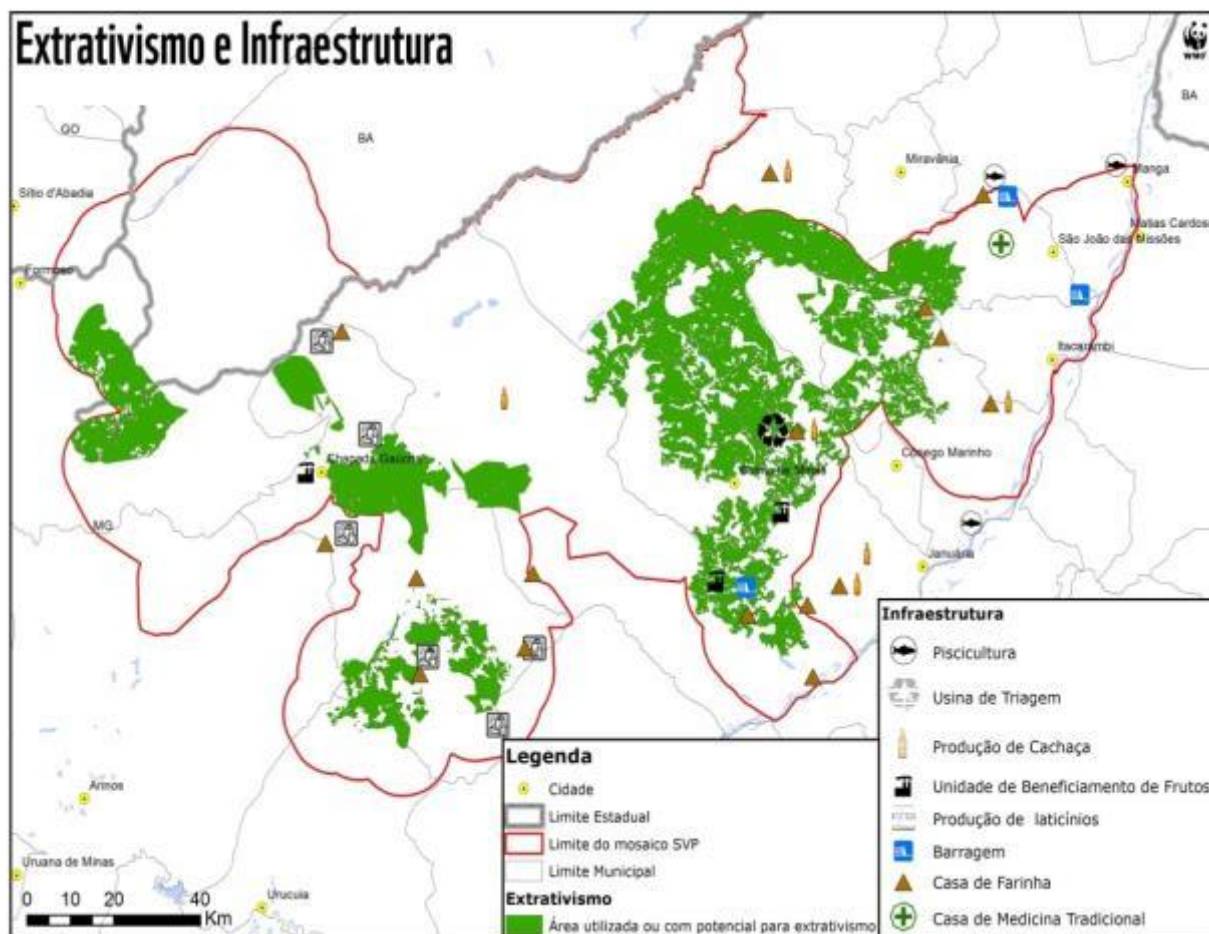
Pantanal”. Este programa iniciou os trabalhos no mosaico com o intuito “de promover a conservação mediante o fortalecimento regional e de práticas sustentáveis de produção”. O primeiro resultado foi a elaboração do mapeamento de uso e ocupação do solo (o mapa 3, no capítulo 2), a partir deste, ficou em evidência outras necessidades “como a localização de comunidades, áreas de extrativismo e as questões referentes à infraestrutura” (WWF/BRASIL, 2012, p. 3).

Nesse sentido, em 2011 a WWF apresentou ao Conselho do MSVP a proposta de “mapeamento e cruzamento das informações referentes à ocupação e uso da terra, com participação de setores produtivos, populações tradicionais, pesquisadores e demais interessados no uso e futuro sustentáveis da região”. Aprovada a proposta e firmadas as parcerias, sobretudo no que se refere ao extrativismo sustentável e ao turismo ecocultural de base sustentável, a WWF deu início a um conjunto de oficinas, “Mapas colaborativos do Sertão Veredas e Peruaçu”, destinados a produzir uma cartografia aprofundada da biorregião (WWF/BRASIL, 2012, p. 3). A metodologia utilizada para construir tal mapeamento baseou-se na sobreposição de mapas técnicos com o conhecimento das comunidades a respeito da biorregião, e contou com a participação das comunidades biorregionais, sobretudo, as camponesas e membros do Conselho.

Destas oficinas resultou uma cartografia diferenciada do MSVP, sobretudo, porque parte do olhar das comunidades. Nesse sentido, a partir de informações das comunidades sobre as espécies tradicionalmente utilizadas no extrativismo, bem como as áreas de maior ocorrência, construiu-se o mapa 5 que demonstra a distribuição das espécies próprias ao extrativismo no MSVP, e também as infraestruturas disponíveis.

Há, no mapa 5, uma dupla espacialização, das áreas utilizadas para o extrativismo ou com potencial para tal, mas também a espacialização dos equipamentos. Apesar da extensa área com potencial, há apenas três unidades de beneficiamento de frutos. Destas, duas estão concentradas no Núcleo Pandeiros, além disso, a pertencente ao Núcleo Sertão Veredas às áreas com potenciais de exploração fica muito distante do posto de beneficiamento. No mapa 5, há ainda outro fator importante, imensas áreas não catalogadas enquanto potencial para o extrativismo. Estas áreas referem-se, geralmente, para o caso do Núcleo Sertão Veredas, áreas de monocultivos ou pertence às UCs de proteção integral que não permite nenhuma atividade de exploração. É possível observar que o maior potencial para tal atividade se concentra, principalmente, no Núcleo Pandeiros e de forma mais esparsa no Núcleo Sertão Veredas.

MAPA 5: As potencialidades do extrativismo no MSVP



Fonte: WWF/Brasil (2012, p. 35).

Este mapa das potencialidades do extrativismo é complementado pela distribuição das comunidades em todo o MSVP, conforme o mapa 6. Para nós, este mapa tem um efeito para além da exploração da cadeia produtiva do extrativismo dos frutos do Cerrado. Ele serve, sobretudo, para especializar e localizar as comunidades da biorregião do MSVP. Apesar dos longos trabalhos de levantamentos das condições ecológicas e econômicas na elaboração do Plano DTBC, apesar do reconhecimento das comunidades existentes, em toda cartografia do MSVP não se encontra os lugares ocupados pelas comunidades, o mapa elaborado pela WWF em parceria com as comunidades é o primeiro que coloca em cena as comunidades biorregionais.

O mapa 6 é acompanhado por uma tabela com período de frutificação, também pelos dados de produção referente ao ano de 2013, e as espécies exploradas economicamente em cada comunidade situada no mapa. Conforme os dados apresentados foram extraídos aproximadamente 494 toneladas de frutos em 2013, destas, 450 toneladas

referem-se à exploração da Favela e do Pequi. Em seguida, entre os produtos mais explorados está o Buriti, com 16,5 toneladas; o Coquinho Azedo, com 9,5 toneladas; o Cajuí com 6,5 toneladas; Umbu, Araçá, Tamarindo, Cagaita, Caju e Jatobá totalizam aproximadamente 5,5 toneladas do total (WWF, 2014).

De certa forma, a parceria entre a WWF com o Conselho do MSVP e com a CoopSertão permitiu um diagnóstico situacional do extrativismo do MSVP mais aprofundado. Este aprofundamento permitiu cruzar dados referentes ao suporte ecológico, isto é, as espécies usadas no extrativismo e sua concentração geográfica, com dados sobre os lugares ocupados pelas comunidades. É preciso destacar também que este trabalho de mapeamento foi complementado pela coleta de dados a respeito dos fluxos de comercialização e dados referentes às dificuldades identificadas para o extrativismo de frutos nativos na região do MSVP.

Estes dados colhidos a respeito das dificuldades e fluxos de comercialização deram origem a dois quadros que traçam o panorama geral a respeito do extrativismo no MSVP, conforme observamos nas figuras 7 e 8. Na figura 7, observamos a rede de comunidades e centros de beneficiamento tendo como base a CoopSertão. Trata-se, na verdade, de uma intrincada teia de relações, cujo eixo básico é a exploração, beneficiamento e comercialização de derivados dos frutos do Cerrado. Este quadro é complementar ao mapa participativo elaborado pela WWF juntamente com as comunidades, onde nele procurou-se demonstrar as interdependências entre as comunidades, destas com intermediários e com as cooperativas e centros de beneficiamento.

MAPA 6: Mapeamento participativo do extrativismo no MSVP

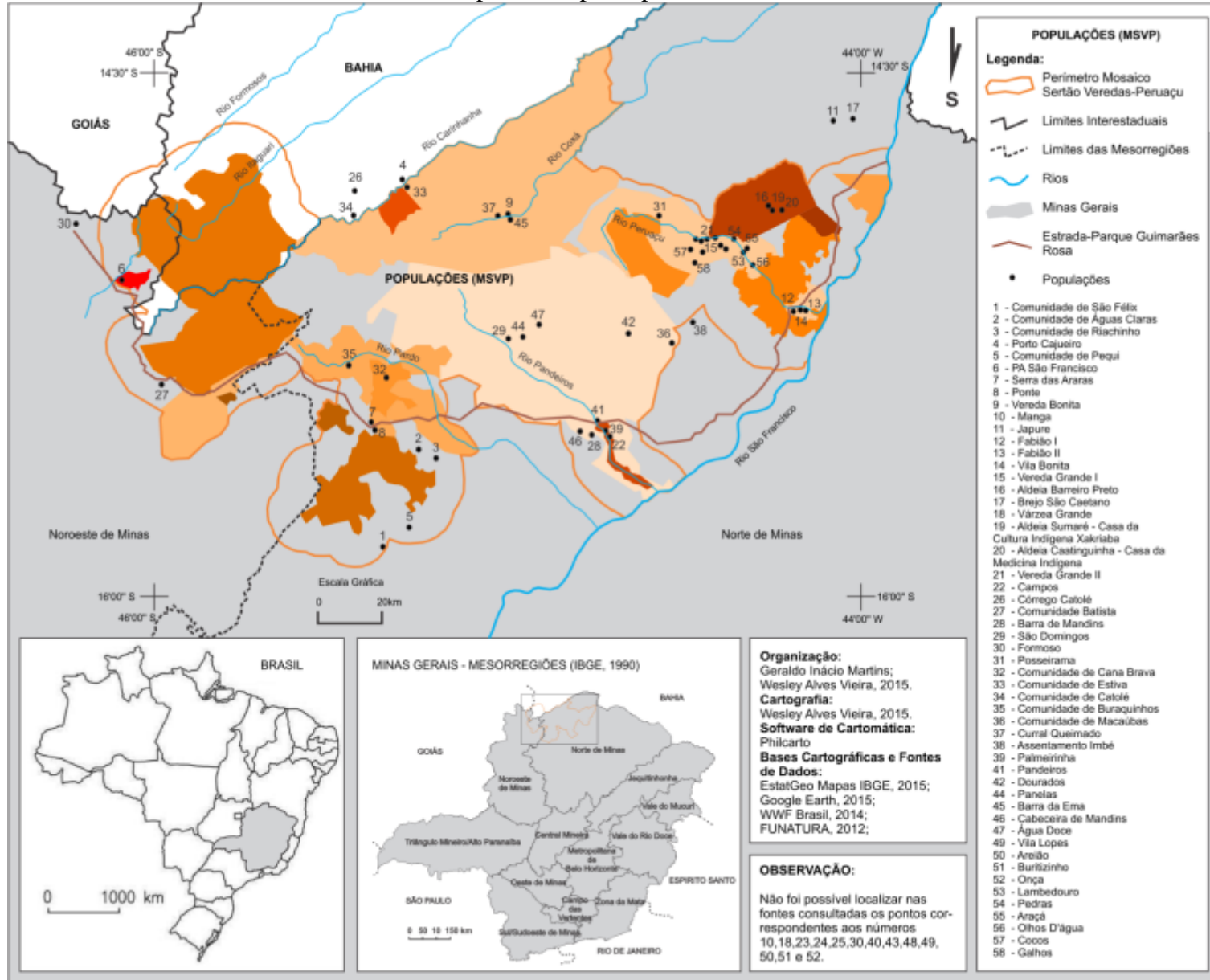
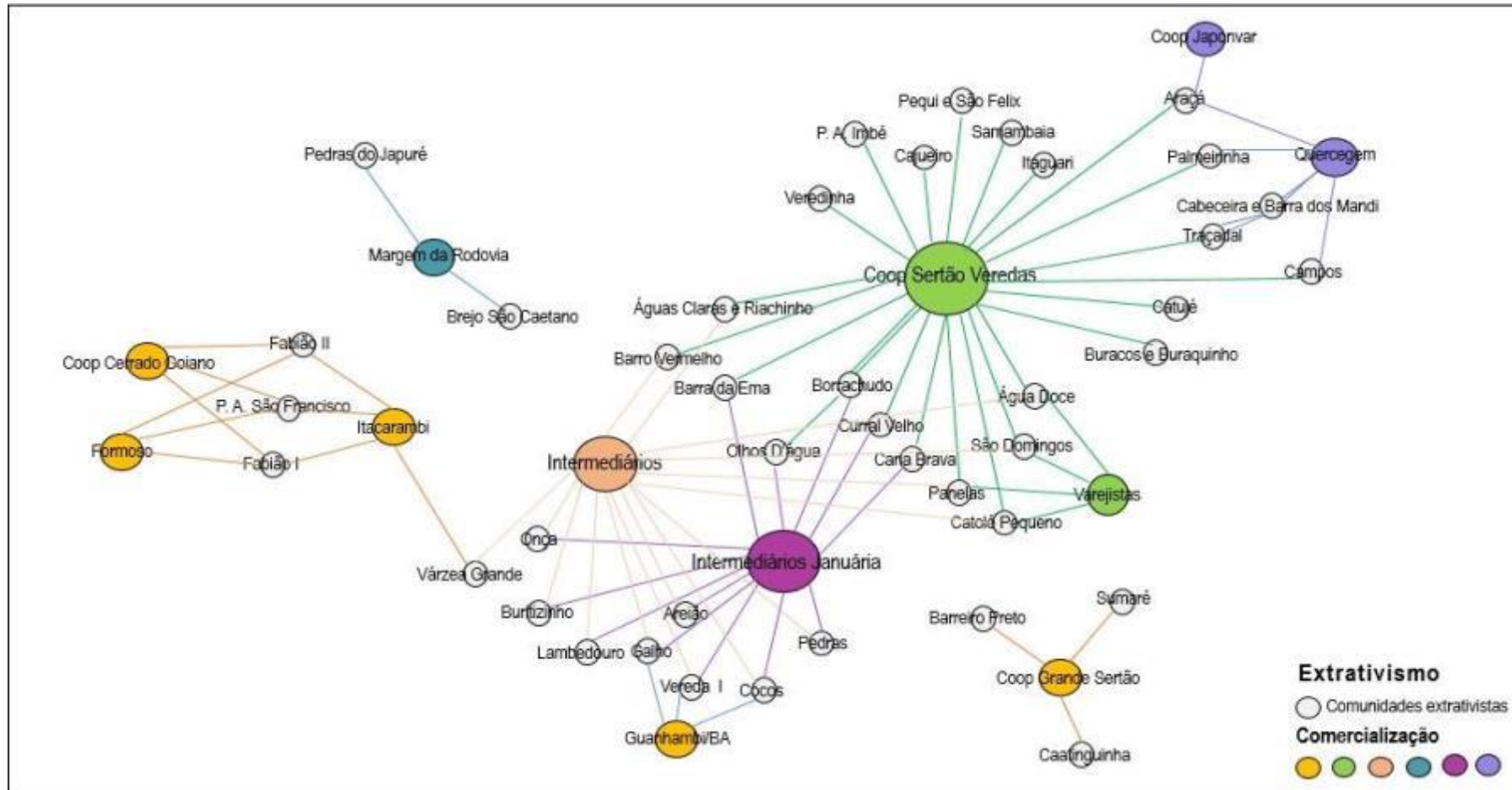
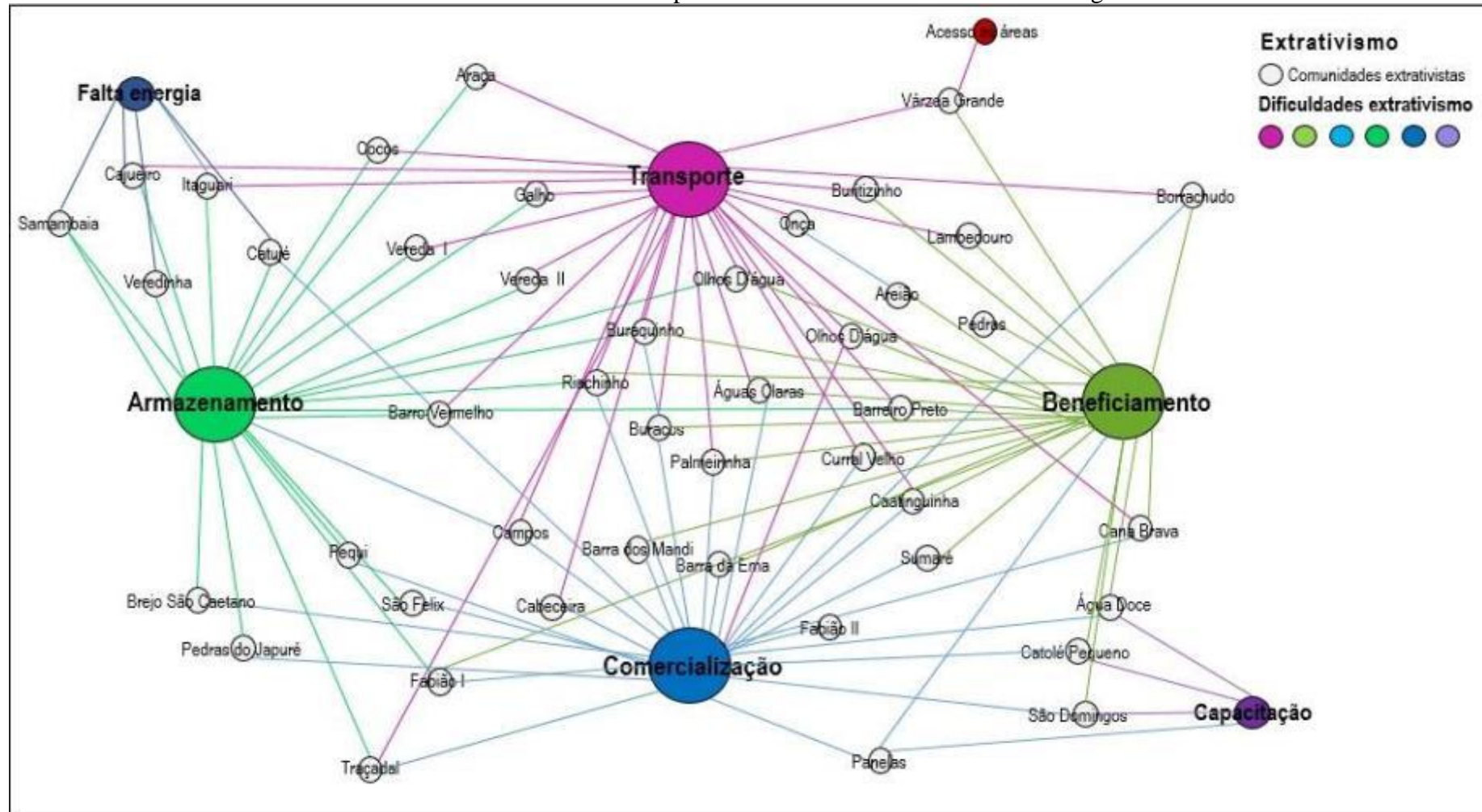


FIGURA 7: Fluxo de comercialização de produtos do extrativismo de frutos nativos na região MSVP



Fonte: OLIVEIRA, R. M. de (2015, p.71).

FIGURA 8: Dificuldades identificadas para o extrativismo de frutos nativos na região do MSVP



Fonte: OLIVEIRA, R. M. de (2015, p.72).

Segundo Robson Munhoz de Oliveira (2015), desde a sua fundação em 2006, a CoopSertão tinha atuação restrita ao município de Chapada Gaúcha, mas que a partir de 2011, com o Plano DTBC, a ação desta cooperativa ampliou-se para toda a biorregião do MSVP. Desse modo, a CoopSertão torna-se a “principal representante coletiva dos agroextrativistas das comunidades tradicionais da região, tanto cooperados, como não cooperados” (OLIVEIRA, 2015, p. 275). Este escopo biorregional pode ser verificado na figura 7, sobretudo, se observamos que boa parte dos fluxos de comércio passa pela cooperativa.

Para Oliveira (2015, p. 306), “a Cooperativa vem desenvolvendo um importante papel socioambiental ao qualificar esses agroextrativistas para o manejo sustentável na coleta dos frutos nativos”. Para nós, a CoopSertão tornou-se um elo entre a produção e beneficiamento dos frutos do Cerrado, mas também um ponto estratégico no que se refere a participação. As reuniões mensais da cooperativa para debater os interesses e desafios dos cooperados, ou para apresentação dos novos projetos, torna-se um ponto de encontro para a formação de novas redes de solidariedade, de trabalho e de condução política e econômica das estratégias de desenvolvimento ligadas ao extrativismo.

Apesar do papel importante da CoopSertão e da sua atuação, a fim de apoiar o extrativismo enquanto mecanismo de trabalho e renda, enquanto mecanismo de mediação entre conservação e desenvolvimento, a figura 8 expressa os desafios postos. Alguns desafios são mais estruturais, como a falta de energia ou de espaço para armazenar as colheitas, meios de transportes adequados, outros são mais conjuntarias, como por exemplo, a falta de capacitação e problemas de comercialização. Mas, não podemos deixar de mencionar que os problemas afetam toda a cadeia produtiva, da colheita à comercialização do produto final.

O intuito aqui não é aprofundar na análise das questões mais ligadas às práticas do extrativismo, da cooperativa e/ou dos problemas por elas enfrentados, mas compreender como a biorregião pode tornar um elemento na indução de práticas de desenvolvimento, e mais, como o Plano DTBC compreende isso. Os mapeamentos e os fluxos de comercialização refletem esta questão diretamente, mas também colocam em análise os desafios para potencializar a biorregião em torno de um projeto de desenvolvimento que tenha como base o extrativismo em bases sustentáveis.

A primeira questão a se notar a respeito da escolha dos frutos e de outros elementos do Cerrado como base do desenvolvimento de base conservacionista é a sensação de estranhamento que isto provoca. Vivemos em um período no qual a junção da ciência e

técnica procura simplificar os processos produtivos, seja em poucas espécies e seja mesmo pela busca sucessiva de romper com ciclos ecológicos, sementes mais produtivas e em menor tempo. Nesse sentido, ao apostar no extrativismo, atividade realizada em moldes muito similares aqueles de outrora, pode soar como opção retrógrada “superada nos dias atuais, especialmente em face das profundas e aceleradas mudanças impulsionadas pelas inovações tecnológicas inerentes ao campo, seja no tocante à forma de gestão da propriedade rural, seja no tocante aos processos produtivos” (OLIVEIRA, 2015, p.255).

Ao propor o extrativismo enquanto mecanismo de desenvolvimento, o Plano DTBC vai contra esta lógica imperativa de mais tecnologia, de mais ciência e de mais produtividade. Enquanto a lógica produtiva do agronegócio que cerca as UCs e as comunidades camponesas apostam na derruba do Cerrado para efetivar a mais produção, a lógica operante no extrativismo é outra. Para fundamentar esta ideia, citamos a seguir um texto (apesar de longo, é muito significativo) divulgado no ambiente on-line da CoopSertão que nos ajudar a entender este processo.

Vamos acompanhar o seguinte raciocínio:

Tomemos um pé de buriti. Calcula-se, em média, que um pé de buriti pode produzir 4 cachos que totalizam até 160 kg de frutos. Estes 160 kg de frutos podem produzir até 30 kg de raspa. Um quilo de raspa está sendo comercializado para a cooperativa Sertão Veredas ao preço de R\$10,00. Então um pé de buriti pode render até R\$300,00. Outros produtos como a palha, a seda e os braços podem ser utilizados para o artesanato e construções.

Mas não para por aí.

Se considerarmos que um pé de buriti com suas folhagens ocupa uma área de pelo menos 20 metros quadrados. Tomando a média anual de chuvas na região, 1.200 mm, o que equivale a 1.200 litros de água por metro quadrado. Temos então que na área correspondente ao pé de buriti vai chover 24.000 litros de água. Uma cisterna de placas que coleta água da chuva armazena 16.000 litros de água que é suficiente para suprir as necessidades domésticas de uma família de 6 pessoas por até 8 meses.

O nosso buriti que consegue coletar 24.000 litros durante o período das chuvas, armazena esta água entre o sistema radicular e vai liberando para a vereda ao longo do ano. Concluimos que um pé de buriti produz frutos, material para artesanato e água.

Por outro lado, se retiramos este pé de buriti e no seu lugar plantamos feijão. Vamos ter a seguinte situação: Em 20 metros quadrados, em boas condições de cultivo podemos obter até 6 quilos de feijão. Plantando feijão nesta área por três anos, que é o tempo que o buriti demora a repetir a safra, vamos colher 18 quilos de feijão. Vendendo este feijão ao preço de R\$3,50 o quilo, vamos ter uma renda de R\$63,00.

Então temos:

Um pé de buriti a cada três anos pode render R\$300,00. Além da água e material para artesanato. A mesma área cultivada com feijão durante três anos rende R\$63,00. Dá para fazer uma comparação e ver qual

empreendimento é mais vantajoso. Mas então agora alguém poderia perguntar: “o que isso tem a ver com sustentabilidade e meio ambiente?” A sustentabilidade está em saber que dos frutos que o buriti produz nós precisamos dividir em três partes: Uma parte deve ser deixada na natureza para alimentação dos animais e para servir de semente para formação de novos buritizeiros. Uma segunda parte precisamos guardar para alimentação familiar durante o período de entressafra. A terceira parte podemos vender para a cooperativa e obter uma renda de R\$100,00, ainda assim superior ao rendimento que se poderia obter com o cultivo de feijão por três anos (MIGUEL, 2014, s/p).

A racionalidade subjacente a este texto é bem diferenciada da lógica produtiva imposta em boa parte da biorregião do MSVP. Oliveira (2015), ao analisar este mesmo texto coloca outros serviços ambientais importantes ao compararmos a cultura do feijão (também cultivado nas veredas) e manutenção do Buriti. O primeiro serviço ambiental da manutenção do Buriti diz respeito à manutenção da flora, fauna (dado o fato de que a base da alimentação de animais também é o fruto do Buriti) e dos recursos hídricos, isto é, tem contribuição direta na reprodução dos ciclos ecológicos. Agrega-se a isto que ao manter as Veredas e os Buritis, outras plantas de uso medicinal e ornamental consorciadas podem ser exploradas. O Buriti não demanda nenhum trato cultural, como por exemplo, o uso de insumos, não demanda trabalho na preparação da terra e na campina etc.

Este processo ajuda-nos a entender a escolha do extrativismo enquanto eixo de desenvolvimento: a) é uma prática muito comum entre as várias comunidades da biorregião; b) fomentá-la exige pouco investimento de recursos financeiros; c) o extrativismo não entra em conflito direto com a conservação da natureza por meio do estabelecimento das UCs; d) o extrativismo produz uma série de serviços ambientais não monetarizados; e) criar infraestruturas básicas e fomentá-lo ajuda na melhoria da renda das famílias camponesas; f) investir no extrativismo é também garantir o potencial para o turismo ecocultural de base comunitária. Enfim, é apostar naquilo que é mais singular na biorregião enquanto possibilidade de desenvolvimento.

Apesar disso, as políticas de desenvolvimento conduzidas na segunda metade do século XX e início do século XXI foram, justamente, contra este potencial ecológico. O Cerrado sempre foi visto em sua negatividade - e só muito recentemente, e em alguns setores, isto tem se modificado, e como tal, precisava ser conquistado e modificado. No Plano DTBC, o Cerrado, as comunidades camponesas e suas técnicas são vistos enquanto potencialidades de desenvolvimento. Trata-se de um movimento contrário, conforme descreve Oliveira (2015, p. 255), “onde alguns veem áreas improdutivas, não utilizadas e

desabitadas, outros percebem um pomar amplamente produtivo e permeado por relações sociais”.

Perguntas, porém, são necessárias: qual é o potencial do extrativismo enquanto indutor de um desenvolvimento mais humano e mais sustentável? O extrativismo tem a potencialidade de empoderar às comunidades camponesas diante dos processos de precarização territorial imposta tanto pela conservação por meio das UCs e do avanço do agronegócio na biorregião? O extrativismo resolve os conflitos entre comunidades e UCs? Como os projetos de planejamento e desenvolvimento conduzido por ONGs, como a Funatura, tratam as questões estruturais como a educação, transportes, saúde, saneamento básico, etc.? Em outras palavras, pode instituições da sociedade civil realmente conduzir um projeto de desenvolvimento? Enfim, o Plano DTBC pode realmente conduzir o desenvolvimento de base conservacionista? Em que condições? Qual é o papel do estado neste caso? Estas questões não terão uma resposta de imediato, por isso mesmo voltamos a elas no capítulo 5. Por ora, basta destacar que o Plano DTBC não trata da maioria das questões levantadas.

Neste subitem apenas procuramos descrever um dos eixos de desenvolvimento do Plano DTBC do MSVP, o extrativismo de bases sustentáveis. Inicialmente, demonstramos as orientações deste plano, os objetivos e metas. Na parte final, descrevemos o desdobramento prático das ações propostas, dando destaque a atuação da CoopSertão enquanto mediadora e condutora deste eixo de desenvolvimento. No subitem seguinte, analisamos o terceiro eixo de desenvolvimento do Plano DTBC, o turismo ecocultural de base comunitária.

4.4.2 Turismo ecocultural e a Estrada-Parque Guimarães Rosa

A partir de uma primeira leitura do Plano DTBC, sobretudo do eixo turismo ecocultural, fica claro que este propõe tratar a biorregião do MSVP em sua totalidade, no qual natureza e cultura são elementos indissociáveis, considerando as comunidades camponesas como os principais agentes de mediação desta modalidade turística, dado o fato de que isto pode gerar trabalho e renda, potencializando as estratégias de desenvolvimento. Diante deste quadro, algumas questões são necessárias: qual é o sentido atribuído aos conceitos de turismo ecocultural no Plano DTBC? De que forma esta proposta se desenvolve na biorregião do MSVP? Quais os mecanismos adotados para instrumentalizá-

la? O turismo pode contribuir com empoderamento das comunidades, sobretudo, as camponesas?

As questões apontadas nos levam ao presente subitem, cujo objetivo é analisar a proposta de desenvolvimento de base conservacionista a partir do turismo ecocultural no Plano DTBC. Antes, é preciso uma ressalva importante, no documento do Plano DTBC, este eixo de desenvolvimento é descrito apenas como “turismo ecocultural”, mas os projetos aprovados e desenvolvidos neste âmbito ganharam a adição do termo “de base comunitária”. Esta mudança teórica conceitual reflete um duplo movimento, de um lado, as parcerias com a WWF, que tem em seu escopo de ação o desenvolvimento desta modalidade de turismo, e de outro, reflete o aprofundamento das propostas do Plano DTBC.

Neste sentido, para dar conta do objetivo deste subitem, analisamos primeiramente o sentido de turismo ecocultural; depois a questão do turismo de base comunitária. Esta abordagem teórica é necessária para que possamos compreender as orientações do Plano DTBC e, sobretudo, os desdobramentos e a empiricização das propostas de desenvolvimento tendo como base a atividade turística. É preciso considerar que a escolha do turismo ecocultural deve-se a diversidade cultural e natural da biorregião do MSVP, mas também a possibilidade de tal atividade contribuir na inclusão social com a geração de trabalho e renda para as comunidades, daí advém à proposta de turismo ecocultural (cultura + natureza) e de base comunitária (+ as/ e para as comunidades biorregionais).

A compreensão inicial do Plano DTBC é de que o “turismo ecocultural é um segmento turístico composto dos elementos da natureza e da cultura em sua formação”. O turista desta modalidade procura “comprar serviços” que permita “contemplar, conviver, usufruir, aprender e intercambiar” com/e dos patrimônios culturais e naturais (FUNATURA, 2008, p. 33). A biorregião do MSVP tem potencialidade para esta atividade, pois além das riquezas naturais representadas em suas UCs, cavernas, grutas, lapas, veredas, rios etc., conta também com diversidade cultural e religiosa, padrão culinário típico, enfim, todo um amálgama cultural riquíssimo em manifestações. A junção destes fatores pode contribuir para se pensar uma estratégia de desenvolvimento que considere a conservação da natureza, a valorização e o fortalecimento das identidades das comunidades biorregionais.

Quando se pensou a estratégia do turismo ecocultural como mecanismo de desenvolvimento de base conservacionista para a biorregião do MSVP, três grandes questões serviram de norte. A primeira delas refere-se a “compartilhar a presença da biodiversidade – considerando que esta é um direito de todos”, e como tal deve servir ao

bem-estar coletivo. A segunda questão tange a “valorização da sociodiversidade”, sobretudo porque adotaram o “entendimento de que a diversidade biológica é indissociável da diversidade cultural”, valorizá-los é, sem sombra de dúvida, um modo de promover o desenvolvimento de base conservacionista. A terceira questão remete a necessidade de “desenvolvimento sustentável em contexto regional” que deve respeitar as particularidades locais, agregar benefícios “às formas sociais dos sujeitos envolvidos” (FUNATURA, 2008, p. 31).

Subjaz a este eixo de desenvolvimento, a ideia de que “natureza e cultura devem ser pensadas em conjunto”, do mesmo modo que conservação e desenvolvimento. Em outras palavras, não há possibilidade de separar o “patrimônio” natural dos processos culturais de uso e ocupação dos recursos naturais na biorregião do MSVP. E como tal, é preciso reconhecer os modos de vida das comunidades, a forma como elas apropriam do ambiente, e mais, é preciso reconhecer a indissociabilidade destes modos de vida dos ambientes circundantes. A proposta do turismo ecocultural, tal como tratada inicialmente pelo Plano DTBC, pretendia tornar esta totalidade “homem-meio” como o principal ingrediente da atividade turística.

É preciso destacar que apesar do Plano DTBC sempre se referir à necessidade da participação, do envolvimento das comunidades, enfim, à necessidade das comunidades tornarem-se os sujeitos do turismo ecocultural e não o seu objeto, não faz nenhuma menção ao turismo de base comunitária. Nos projetos aprovados e desenvolvidos, no entanto, o termo “turismo ecocultural” ganha o complemento “em bases comunitárias”. Qual o significado desta mudança? E no que isto se diferencia da proposta original do Plano DTBC?

Antes de responder estas questões, é preciso compreender a proposta teórica subjacente à ideia de turismo de base comunitária. Natália Hallack et. ali. (2006), defende a ideia de que o turismo de base comunitária não é um segmento específico do turismo, mas uma prática, cuja característica principal é a busca pela conciliação entre o desenvolvimento local e a conservação da natureza. Trata-se alternativa “que mantém vínculos não só com a dimensão ambiental, como também como dimensão sociocultural” (HALLACK et. ali., 2006, p. 10).

Conforme a autora, um elemento comum às diversas abordagens (e conceitos) do turismo de base comunitária refere-se à defesa das comunidades como sujeitos ativos tanto na concepção, desenvolvimento e gestão das práticas turísticas. A verdade é que, comenta Hallack et. ali (2006), não há consenso em termos conceituais, mas alguns princípios

básicos como, por exemplo, a autogestão, associativismo e cooperativismo, democratização das oportunidades e benefícios, valorização da cultura local e protagonismo das comunidades locais relativos ao turismo de base comunitária. Enfim, turismo de base comunitária refere-se diretamente a autonomia das comunidades em conduzir as atividades turísticas, bem como um conjunto solidário de pré-condições que deve permitir o empoderamento e a valorização das comunidades e de suas identidades.

Entre os elementos essenciais para criar estas capacidades de empoderamento, três são essenciais. O turismo de base comunitária deve permitir a “qualificação e a posse”, isto é, garantir a participação das comunidades tanto no planejamento como na gestão. Além disso, deve pautar em bases sustentáveis, cuja característica básica é a conservação dos recursos naturais, o turismo impactando positivamente as políticas de conservação, como, por exemplo, as UCs. Estes dois primeiros elementos devem ser complementados pelo “desenvolvimento econômico e social” que deve contribuir no empoderamento das comunidades locais (HALLACK ET. ali., 2006, p. 13).

Conforme aponta Marta de Azevedo Yrving (2009, p. 115), “o tema da geração de benefícios diretos à população local representa efetivamente um dos pré-requisitos para o turismo de base comunitária”. Mas certamente existem outras questões como, por exemplo, não ceder a velhos estereótipos de um “grupo social desfavorecido que recebe *‘outsiders curiosos’*” que demandam exotismo das comunidades locais e, em consequência, melhora a vida daqueles. Outro fator lembrado pela autora refere-se a real demanda das comunidades, embora as iniciativas de turismo de base comunitária sejam, às vezes, fomentadas por sujeitos externos, se as comunidades não se sentirem motivadas ou não havendo o desejo destas para com tal atividade, dificilmente haverá êxitos.

É preciso, portanto, que as comunidades se identifiquem com a proposta do turismo comunitário. Para isto, Yrving (2009) lembra que a participação e a capacidade das comunidades exercerem influência sobre os processos de decisão, ou melhor, somente quando os grupos sociais se reconhecem como agentes ativos na tomada de decisões no planejamento e execução de projetos haverá turismo de base comunitária. Nesse sentido, “o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico (...), não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa” (YRVING, 2009, p. 112). A eficiência do turismo de base comunitária, isto é, suas implicações sociais, ambientais e econômicas, dependem diretamente da endogeneidade dos processos, quer dizer que não é possível tal atividade se desenvolver onde não há distribuição de poder.

Em 2001, a WWF divulgou um material de orientação para as práticas de turismo comunitário, no qual coloca doze princípios fundamentais. Alguns comuns aos autores aqui citados, mas outros trazem alguns elementos inovadores. A WWF ora se refere a turismo, ora a ecoturismo de base comunitária, em ambos, o amálgama é o controle substancial das comunidades no desenvolvimento e manejo das atividades turísticas. A maioria dos autores faz referência ao termo comunitário sem a preocupação de defini-lo. Para a WWF “a definição de comunidade dependerá das estruturas sociais e institucionais (...) mas a definição supõem alguma forma de responsabilidade coletiva”, algum grau de solidariedade (WWF, 2001, p.2). Isto quer dizer que o conceito de comunidade depende das estruturas históricas e humanas é, portanto, um conceito relativo.

O turismo de base comunitária deve fortalecer os vínculos e os laços de solidariedades existentes, mas também dar nuance a outros. Em outras palavras, é preciso considerar as vantagens de tal atividade para a conservação da natureza, adequando os modos de vida aos princípios da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, criar condições para que as comunidades participem de forma mais direta da conservação e dos benefícios diretos que esta pode gerar a estrutura social e econômica das comunidades envolvidas.

A grande contribuição do tratamento dado ao turismo de base comunitária pela WWF é o realismo. O turismo de base comunitária só pode se desenvolver em conjunto com outras estratégias de desenvolvimento, cujo princípio da sustentabilidade seja a linha mestra. Isto quer dizer que antes de propor um plano turístico, é preciso haver um programa de conservação ambiental consolidado, programas voltados ao desenvolvimento local. É preciso que haja uma demanda real para tal produto turístico e, sobretudo, é preciso oferecer um serviço de qualidade. Enfim, só há turismo de base comunitária naqueles lugares no qual há uma estratégia comum tanto para desenvolvimento em bases sustentáveis, como para a conservação da natureza.

Estas implicações teóricas são retomadas ao longo deste item, à medida que formos detalhando a proposta do Plano DTBC e seus desdobramentos. Para aprofundar as análises, sintetizamos no quadro 13 as principais diretrizes de desenvolvimento para o turismo ecocultural no MSVP.

QUADRO 13: Ações e metas do eixo turismo ecocultural

Estratégia	Metas	Instituição responsável	Objetivos
Turismo Ecocultural	Capacitação	Instituto Rosa Sertão	Proporcionar bases sustentáveis e tornar as comunidades protagonistas do turismo.
	Visitas de intercâmbio		Intercâmbio de experiência e formação de alianças.
	Valorização da cultura tradicional		Aumentar o nível de conscientização da importância da preservação do patrimônio cultural e ambiental.
	Fortalecimento da organização comunitária		Fortalecer a organização dos grupos para as atividades de guias turísticos, empreendimentos de pousadas e restaurantes.
	Melhoria da infraestrutura		Apoiar a melhoria da infraestrutura em aspectos importantes para o turismo ecocultural.
	Valorização da cultura Tradicional		Desenvolver educação ecocultural em parceria com associações locais, escolas, etc.
Estrada-Parque Guimarães Rosa	Elaboração do projeto	Funatura	Diagnóstico e impactos da implementação da estrada.

Fonte: Plano DTBC - Funatura (2008).

Org.: Martins, G. I, 2014.

Para compreender as metas e os programas descritos no quadro 13, antes é preciso discutir o quadro situacional descrito pelo Plano DTBC a respeito das atividades turísticas no MSVP. Apesar dos “atrativos [turísticos] incidentes no território do Mosaico, (...) esses não constituem tecnicamente, ainda, em atrativos turísticos, porque há ausência quase que total de rede de equipamentos e serviços” (FUNATURA, 2008, p.32). Isto é, apesar de toda a potencialidade natural e cultural da biorregião do MSVP, a falta de equipamentos básicos como hospedagem e hotéis dificulta a realização deste potencial. Em outras palavras, é preciso uma intervenção direta tanto no que refere aos equipamentos tanto no que se refere à criação de uma cultura turística.

Para isso, “a melhor estratégia para o Mosaico será a consolidação dos atrativos naturais e culturais em roteiros” cujo fundamento é torná-los atrativos turísticos. Há uma processualidade por detrás desta estratégia. Primeiro, houve a constatação de que não há nem um produto turístico consolidado e nem equipamentos para tal. A criação dos roteiros visa, justamente, criar tal produto turístico (tornar os aspectos naturais e culturais um objeto de desejo e de consumo de turistas). Estes ao atrair pequenos fluxos de visitantes demonstraram as demandas por equipamentos e serviços. A demanda turística é a principal aposta do Plano DTBC para efetivar tanto o produto, quanto os equipamentos turísticos.

Diante deste cenário “o mais recomendável (...) [é] fixar um estabelecimento de serviços mais essenciais e básicos que permita o surgimento da economia do turismo”. Entre estes serviços básicos o Plano DTBC situa “a hospedagem, a alimentação, o

deslocamento dentro do destino e o guiamento” (FUNATURA, 2008, p.37). Em outras palavras, para que o turismo ecocultural se torne viável, é preciso uma série de empreendimentos que vão desde os equipamentos para acolher o turista até a preparação das comunidades para oferecer tais serviços. Este quadro se complexifica se observamos que há falhas em serviços bancários, as estradas em condições precárias etc.

De acordo com o Plano DTBC para o caso do guiamento, “a solução é simples e reside na capacitação de atores locais em guias de turismo”. No entanto, os serviços de hospedagem e alimentação “a situação é um pouco mais grave”. Isto porque “os padrões habitacionais presentes no Sertão são relativamente baixos e hotéis, pousadas e pensões seguem esta tendência” (FUNATURA, 2008, p.37). Parece-nos à primeira vista que para desenvolver este potencial turístico, a demanda por investimentos ultrapassa a capacidade do Plano DTBC, ultrapassa inclusive a capacidade técnica da Funatura e das instituições parceiras. Isto porque não se trata de desenvolver o turismo ecocultural em si, mas de criar condições técnicas, econômicas e sociais bem mais amplas que atende o turismo e outros aspectos sociais e econômicos. Apesar da clareza quanto aos objetivos e as metas no Plano DTBC, não fica claro de onde virão tais equipamentos e serviços, ou investimentos para tais, se ficará a cargo do Estado ou do próprio mercado, se as comunidades atuarão em todas as etapas da cadeia produtiva do turismo ecocultural ou serão apenas guias turísticos etc.

Além dos equipamentos turísticos, é preciso destacar a compreensão do Plano DTBC a respeito do produto turístico ofertado. Este “(...) deverá ser formado contendo as unidades de conservação e seus entornos, os elementos urbanos e rurais, o elemento natural e o cultural, o tradicional e o novo, o literário e o real cotidiano” (FUNATURA, 2008, p.32). Este conjunto “singular” é o principal diferencial e o que torna o turismo ecocultural do MSVP um mecanismo de desenvolvimento. É preciso considerar que este quadro humano e natural permite ao turista conhecer um processo humano singular, “o sertanejo”, e a forma como este apropria dos ambientes, Cerrado e Caatinga, além dos eventos culturais, como, por exemplo, as festas típicas e o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas.

Este quadro situacional descrito pelo Plano DTBC permite-nos compreender as metas e os programas propostos para este eixo de desenvolvimento, conforme o quadro 13. Cada meta procura ir de encontro a um desafio específico, no intuito de saná-lo e, ao mesmo tempo, de criar as condições para a execução do Plano DTBC. Como não há cultura ou uma economia turística no MSVP, o primeiro dos desafios é capacitar as pessoas, tanto

para que elas possam compreender os desafios postos para o desenvolvimento do turismo ecocultural, quando para que possam torna-se “protagonistas” dos processos decisórios.

Esta capacitação envolve outros pontos como, por exemplo, empoderar as pessoas de capacidades ligadas ao “empreendedorismo relacionadas com hospedagens e alimentação”, como também na formação de pessoas para guiar os turistas e para desenvolver os roteiros. Além destas questões mais práticas, o Plano DTBC propõe ainda a partir de oficinas e cursos de capacitação refletir sobre “noções de turismo, conceitos e operações turísticas, tendo como alvo os chefes das unidades de conservação, técnicos das prefeituras e de outras instituições” (FUNATURA, 2008, p. 48).

Complementar as capacitações, o Plano DTBC considera essencial para se pensar as estratégias do turismo ecocultural na biorregião do MSVP promover visitas de intercâmbio dos membros das comunidades a outras experiências bem-sucedidas. Isto serviria para instrumentalizar as comunidades de conhecimentos práticos, além de permitir a construção de parcerias. Outra ideia proposta é desenvolver atividades ligadas a “educação ecocultural”, isto é, demonstrar as comunidades o potencial e as riquezas do mosaico, bem como, a imprescindível necessidade da conservação. Trata-se de um movimento no intuito de construir uma cultura turística entre as comunidades do MSVP e, ao mesmo tempo, colocar em prática atividades que ajudem no fortalecimento das identidades e no desenvolvimento em bases sustentáveis.

O segundo escopo de ação, no que se refere à educação ecocultural, trata-se justamente de fortalecer o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, considerando que este é um dos principais meios nos quais as diversas comunidades se reúnem, debatem e trocam experiências. Trata-se, na verdade, de uma proposta que pretende tornar o Encontro um evento de cunho mais regional, integrando outras comunidades além das daquelas do Núcleo Sertão Veredas. Conforme argumentamos no item anterior, este evento é importante para os processos desenrolados no MVSP, sobretudo, por tornar-se um espaço de afirmação identitária.

O terceiro grande eixo de ação proposto pelo Plano DTBC para o turismo ecocultural refere-se ao fortalecimento e a organização comunitária. O intuito desta meta é “fortalecer a organização dos grupos (...) envolvidos nas atividades de guiagem de turistas e empreendedorismo relacionado com pousadas e restaurantes” (FUNATURA, 2008, p. 50). Complementar a este, o Plano DTBC traz dois outros subprojetos – a Estrada-Parque Guimarães Rosa e as Pousadas Comunitárias. Trata-se no primeiro caso da elaboração do

projeto Estrada-Parque e o seu reconhecimento, e no segundo trata-se de criar espaços multiusos como função de operar como meio de hospedagem.

Em síntese, a proposta do Plano DTBC para o turismo ecocultural se divide em três seguimentos: a) capacitação e educação ecocultural por meio de cursos, oficinas e do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas; subjaz a esta proposta a formação de guias turísticos, orientar as comunidades e demais interessados sobre as oportunidades ligadas ao turismo; b) provimento de infraestruturas com a proposta de pousadas comunitárias; c) a criação de um produto turístico no qual a elaboração de roteiros com as riquezas culturais e naturais, a elaboração e reconhecimento da Estrada-Parque Guimarães Rosa ganham destaque.

Assim como no eixo extrativismo em bases sustentáveis, algumas ações planejadas para o eixo de turismo ecocultural ganharam concretude, sobretudo, com as parcerias formadas e com o financiamento de fundos públicos. A este respeito, cabe desatacar o projeto e o reconhecimento da Estrada-Parque Guimarães Rosa, desenvolvido pela Funatura, e o projeto “Turismo Ecocultural de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas”, financiado pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal em parceria com o Instituto Rosa e Sertão (ONG com sede na cidade de Chapada Gaúcha) e FNMA, além do mapeamento participativo desenvolvido pela WWF.

A Estrada-Parque Guimarães Rosa é uma das propostas do Plano DTBC para fortalecer e integrar as atividades relacionadas ao turismo ecocultural. A ideia subjacente a esta estrada é criar um elo entre as diversas UCs e as riquezas culturais e ambientais e os municípios do MSVP. Conforme o Jornal do Mosaico, entre as várias estradas que cortam as UCs, em sua grande maioria sem pavimentação, a “estrada-parque que margeia, praticamente, toda a extensão do Mosaico foi batizada como Estrada-Parque Guimarães Rosa” (JORNAL DO MOSAICO, 2011, p. 5). Tal estrada teria uma extensão de aproximadamente 400 km, e percorria o MSVP de Formoso a Manga, passando pelos municípios de Chapada Gaúcha, Bonito de Minas, Januária, Cônego Marinho, São João das Missões e Itacarambi.

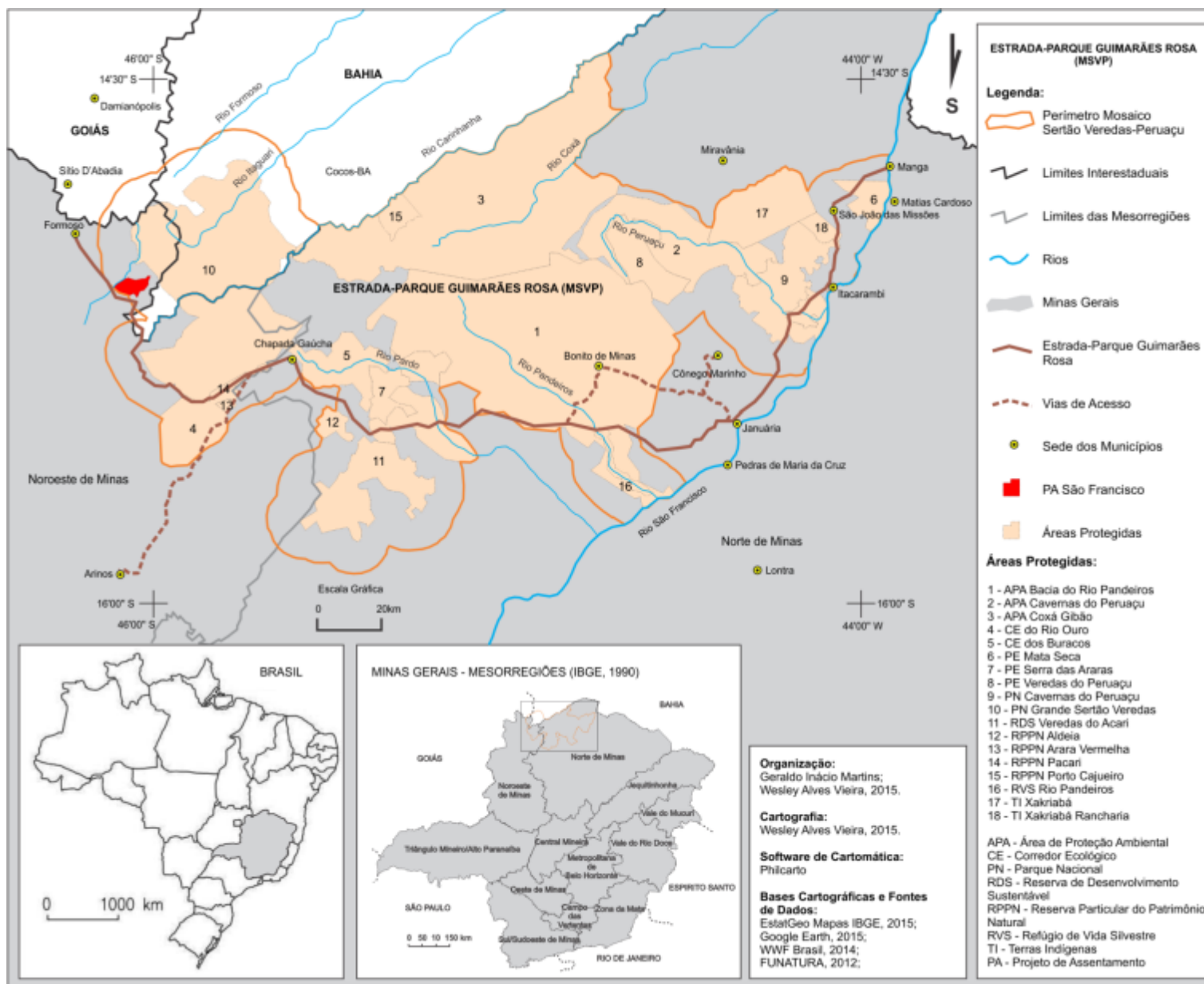
O projeto da estrada foi apresentado, inicialmente, ao Conselho Consultivo do Mosaico em uma reunião na cidade de Chapada Gaúcha, em 2011. Conforme o Jornal do Mosaico, em síntese desta reunião, “o projeto enfatiza a criação de um modelo próprio de gestão e manutenção da estrada-parque, com patrulhas mecanizadas distribuídas por trechos e absorção da mão de obra local com a geração de postos de trabalho para a população” (JORNAL DO MOSAICO, 2011, p. 5). Durante este item, demonstramos que um dos

principais problemas a execução dos objetivos do Plano DTBC é falta de meio de transporte e vias adequadas. As estradas que cortam boa parte da biorregião do mosaico sofrem de má conservação, impedindo qualquer fluxo de veículos durante as épocas mais chuvosas.

Em uma primeira análise, tal estrada, mesmo com as obras infraestruturais, visaria simplesmente dar condições para que os turistas se locomovam entre os atrativos turísticos dispersos na biorregião. Mas, é preciso um olhar mais aprofundado, e observar que todas às metas de desenvolvimento do Plano DTBC necessita de vias com melhores condições de circulação para se tornarem efetivos. Desde o transporte da produção extrativista das comunidades em áreas rurais mais afastadas até as unidades de beneficiamento, passando pelo escoamento final da produção, até a fiscalização e integração das UCs, etc. estão limitadas a falta de condições estruturais das vias.

Por isso, subjaz a Estrada-Parque uma soma de “esforços das instâncias governamentais e das populações que vivem na sua área de influência para a conservação ambiental e valorização do patrimônio do seu entorno” (JORNAL DO MOSAICO, 2011, p. 5). Estas questões não são detalhadas na proposta inicial do Plano DTBC. Tratou-se, na verdade da apresentação de um projeto para se pensar a viabilidade e as características desta estrada. A concepção de Estrada-Parque, os objetivos, o mapeamento e definição da extensão foram expostos no projeto de reconhecimento, apresentado em 2012 com o título “Estrada-Parque Guimarães Rosa – Proposta de reconhecimento oficial: uma via em benefício do turismo ecocultural e do fortalecimento da identidade territorial do Mosaico Sertão Veredas”. A partir deste projeto, a estrada ganha um nível de detalhamento, inclusive cartográfico, conforme o mapa 7.

MAPA 7: Estrada-Parque Guimarães Rosa



A partir do mapa 7, é possível observar a função estratégica da Estrada-Parque não somente para o turismo ecocultural, mas também para os demais eixos de desenvolvimento do Plano DTBC. Boa parte das UCs tem vínculo direto com a estrada, o que facilita o uso desta para as práticas turísticas, mas também ajuda na fiscalização quanto a usos irregulares. Além disso, é preciso notar outras funções desta estrada, conforme o Jornal do Mosaico, a ideia é que melhorias advindas com o seu reconhecimento atendam as comunidades, “com o transporte coletivo adequado, que facilitará o acesso, deslocamento, circulação de mercadorias e integração das unidades de conservação (UCs) do Mosaico, além da comunicação e integração de inúmeras cidades, comunidades rurais e tradicionais” (JORNAL DO MOSAICO, 2011, p. 5).

Em complementariedade a esta ideia, o projeto de reconhecimento da Estrada-Parque esclarece que além fortalecer as “atividades relacionadas ao turismo”, a “valorização dos aspectos naturais e culturais da região do Mosaico”, “a melhoria dos acessos, com o deslocamento, a circulação de mercadorias (...)” pode contribuir com a melhoria da qualidade de vida, sobretudo, das comunidades rurais dadas as dificuldades de locomoção e/ou isolamento nos rincões do sertão (FUNATURA, 2012, p. 31).

Este projeto foi apresentado à Assembleia do Estado de Minas Gerais para o reconhecimento. Entre as justificativas para tal, está o “caráter inovador” (reconhecida, esta terá um selo de qualidade que poucos destinos turísticos têm); “reconhecimento da cultura” (a estrada percorre boa parte das paisagens descritas na obra de João Guimarães Rosa, e conta com modos de vida e cultura singulares); “Integração de paisagens” (ações ligadas ao turismo e a educação podem ser desenvolvidas, as diversas UCs ganham um elo entre elas, surge um mecanismo de integração cultural e ambiental); “fortalecimento do turismo” (torna-se viável a exploração sustentável dos atrativos turísticos, ambientais e culturais, abre espaço para todos públicos e idades, e gera trabalho e renda às comunidades locais); e, por fim, “fortalecimento da gestão das unidades de conservação” (melhora os acessos às UCs, viabiliza ações de pesquisa e da gestão integrada do MSVP).

Em termos práticos, o que muda com o reconhecimento da Estrada-Parque, considerando que esta existe, apesar das precárias condições? Primeiramente, muda-se a relação da estrada com as UCs, no lugar de ser uma ameaça, espaço pelo qual animais são traficados e mecanismo pelo qual as UCs são ocupadas irregularmente, a Estrada-Parque torna-se um ponto de apoio à fiscalização das UCs. Em termos infraestruturais, há a possibilidade da preservação e/ou construção de passagens de animais silvestres, além da implementação de elementos mais técnicos, como o controle de velocidade, instalação de

sistemas de comunicação, infraestrutura turística como mirantes, pontos de parada de transporte coletivo, instalação de equipamentos de acessibilidade.

Para Paulo dos Santos Pires e Aline de Almeida Tiagor (2010, p.1-2), as Estradas-Parques são “construídas de maneira a proteger e tornar possível que as pessoas aproveitem a beleza cênica e pontos históricos interessantes ao longo da rota”. Além de serem instrumentos importantes para o turismo em bases sustentáveis, pois nestas mesclam-se práticas e “conceitos de preservação do ambiente natural, valorização de culturas e estruturação de empreendimentos turísticos, (...) a partir de sua implantação se tornam atrativos turísticos por si só”. Esta modalidade de estrada é pouco explorada no cenário brasileiro, daí o caráter inovador descrito no projeto da Funatura. Enfim, a proposta do Plano de DTBC, reafirmado e expandido pelo projeto de reconhecimento, é apropriar de uma estrutura existente, mas também dando-lhe de aspectos específicos, desde infraestruturais até simbólicos (a estrada enquanto objeto turístico), no intuito de fortalecer as iniciativas de um modelo de turismo diferenciado.

Esta proposta da Estrada-Parque encarna princípios fundamentais do planejamento biorregional, a capacidade das biorregiões (ou de alguns de seus elementos), enquanto agentes ativos, de promover o seu próprio desenvolvimento. Isto é, tornar algo corriqueiro, como uma estrada de terra, em um objeto de atração de pessoas, de geração de renda e trabalho. A potencialização da biorregião para o desenvolvimento ajuda a concretizar as estratégias do turismo ecocultural, mas também da gestão integrada e do extrativismo em bases sustentáveis. Apesar do caráter inovador da Estrada-Parque e, sobretudo as referências explícitas a uma estratégia de planejamento e desenvolvimento que considera as potencialidades endógenas para o desenvolvimento, a Estrada-Parque ainda não foi reconhecida oficialmente.

Além da Estrada-Parque, outras estratégias planejadas no Plano DTBC ganharam certo grau de empiricização e desenvolvimento, por exemplo, as estratégias do turismo ecocultural. É preciso notar um processo interessante no MSVP, sobretudo no Núcleo Sertão Veredas Peruaçu, desde o surgimento da proposta de reconhecimento do mosaico, em 2005, surgiu em paralelo algumas instituições ligadas à sociedade civil. Entre elas a CoopSertão, principal mediadora do projeto de extrativismo em bases sustentáveis, além do Instituto Rosa e Sertão, responsável pela aprovação do projeto de turismo ecocultural. Tanto a Cooperativa quanto o Instituto tornaram-se peças fundamentais na empiricização das metas e programas do Plano DTBC. Mas, ao mesmo tempo, demonstra um novo grau de

organização social, considerando que são as pessoas dos lugares os principais gestores destas instituições.

O Instituto Rosa e Sertão ocupa um dos assentos do Conselho Gestor e sua escolha para desenvolver o projeto de turismo ecocultural deu-se devido às experiências desenvolvidas em torno do projeto “Araras Vermelhas”, cuja proposta foi de criar roteiros turísticos de base comunitária no PESA. O projeto iniciou-se em 2010, fomentando as iniciativas turísticas em 5 comunidades (Buracos, Buraquinhos, Morro do Fogo, Serra das Araras e Pequi) “buscando integrá-las ao contexto das unidades de conservação locais no intuito de gerar renda a partir de atividades sustentáveis” (INSTITUTO ROSA E SERTÃO, 2013, s/p).

Esta experiência inicial e a parceria com a Funatura permitiu ao Instituto Rosa e Sertão submeter um projeto ao Instituto Socioambiental da Caixa Econômica Federal para execução dos programas e metas do Plano DTBC. A proposta de parceria previu as seguintes ações concretas:

- I) Formação nas áreas de empreendedorismo relacionados a hospedagem e alimentação, condução de turistas, desenvolvimento de roteiros ecoculturais, operadores locais de turismo, noções de turismo;
- II) Visitas de intercâmbio em localidades que realizem trabalhos bem-sucedidos relacionados com ecoturismo e turismo ecocultural, objetivando a troca de experiências e estabelecimento de parcerias;
- III) Valoração da cultura tradicional por meio de educação ecocultural nas escolas e comunidades e, realização do Encontro Anual dos Povos do Grande Sertão Veredas;
- IV) Fortalecimento da organização comunitária;
- V) Melhoria da infraestrutura por meio da implementação de três pousadas comunitárias (INSTITUTO ROSA E SERTÃO, 2013, s/p).

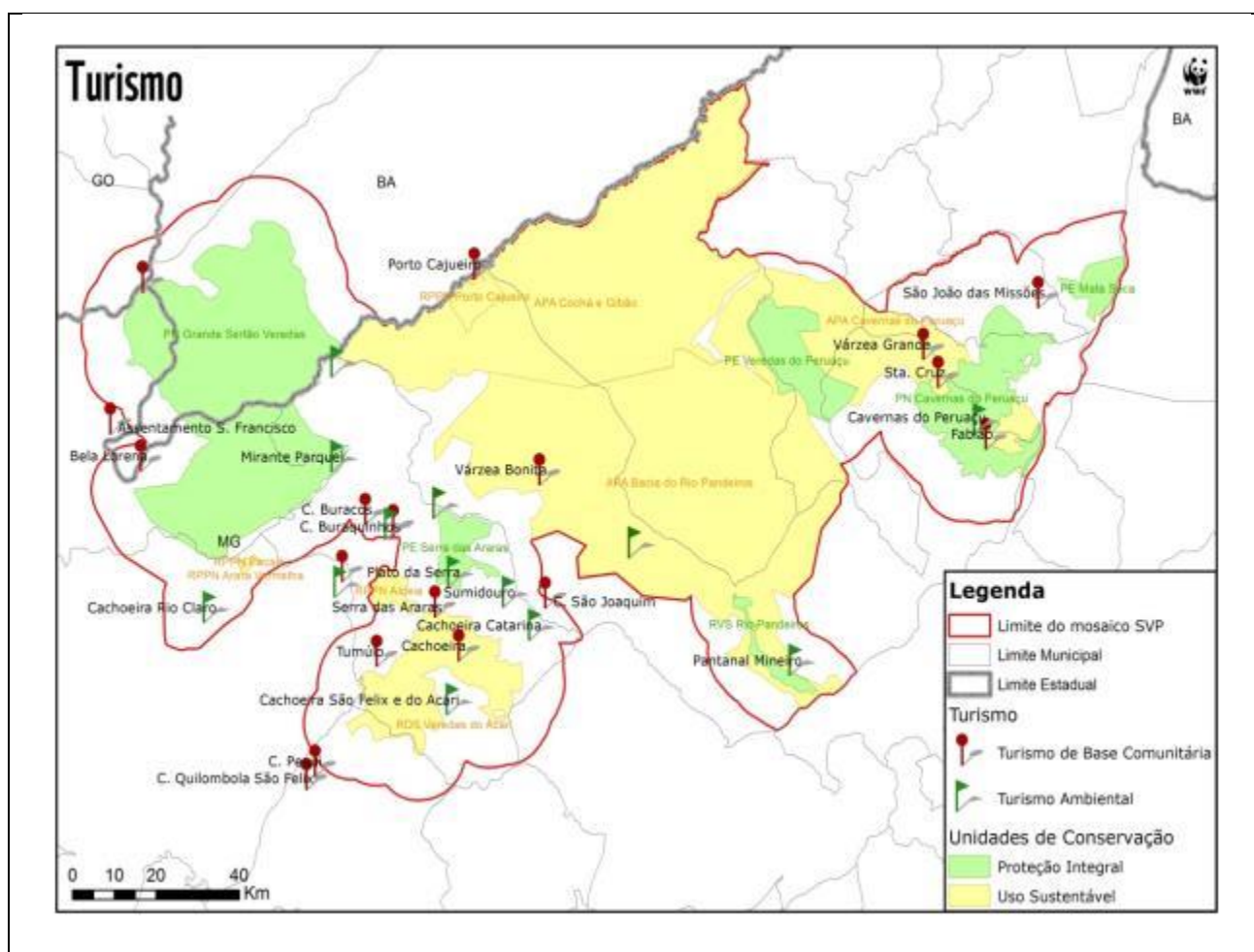
De forma geral, o projeto aprovado pelo Instituto prevê quase a totalidade das ações previstas no Plano DTBC, conforme podemos observar nas passagens acima. Conforme o Edital divulgado pelo Instituto, este projeto aprovado tem como objetivo “promover o desenvolvimento do Turismo Ecocultural de Base Comunitária na região do Mosaico, de forma a valorizar as riquezas naturais e as tradições culturais garantindo a participação de diferentes atores, considerando as relações de gênero, etnia e geração”. Em complementariedade a este objetivo, pretende ainda criar redes de cooperação e de ação conjunta aos demais eixos de desenvolvimento (gestão integrada e extrativismo em bases sustentáveis) (INSTITUTO ROSA E SERTÃO, 2015, p.2).

Conforme descrevemos em linhas precedentes, o desenvolvimento de práticas turísticas no MSVP se esbarra em dois problemas essenciais, a falta de infraestrutura e de

uma cultura/economia de turismo. Por isso, entre as ações previstas no Plano DTBC, reafirmadas no projeto aprovado pelo Instituto, coloca-se como primordiais ações voltadas à capacitação das pessoas e criação de infraestruturas como, por exemplo, as pousadas comunitárias. Dos objetivos propostos, a maioria encontra-se encaminhados, entre eles, o mapeamento dos potenciais turísticos em parceria com a WWF, conforme o mapa 8.

Este mapeamento foi produzido juntamente com aqueles destinados a identificar o potencial para o extrativismo, cuja análise apresentamos no subitem anterior. No mapa 8 é possível observar a separação de dois potenciais turísticos, o turismo desenvolvido nas comunidades – denominado simplesmente de turismo comunitário; e o turismo desenvolvido nas UCs – destacado como turismo ambiental. Conforme as informações colhidas em campo, esta separação é mais metodológica do que prática. Isto é, com esta separação buscou-se tão somente identificar no mapa a característica do turismo, e não dos segmentos turísticos.

MAPA 8: Levantamento do potencial turístico do MSVP.



Fonte: WWF/Brasil, 2012.

Conforme discutimos no início deste item, entre a elaboração do Plano DTBC e a execução dos projetos propostos houve uma mudança conceitual. Inicialmente, todas as práticas turísticas foram denominadas simplesmente de “turismo ecocultural”, mas conforme o andamento dos trabalhos acrescentou-se “de base comunitária” nos projetos. Conforme um informativo publicado no Jornal do Mosaico, de autoria dos técnicos contratados para o projeto, denominado “Mosaico discute: por um outro modelo de turismo”, “o turismo de base comunitária é uma forma de se planejar, gerir e monitorar uma atividade turística, dando prioridade para as comunidades conduzirem o processo” (JORNAL DO MOSAICO, 2013, p. 4).

Esta preocupação também é comum aos conselheiros do Mosaico. Na Ata da quinta reunião, por exemplo, encontramos alguns indícios deste processo: “o conselheiro AF manifestou preocupação sobre a capacidade reduzida de pessoas da região investirem em pousadas, restaurantes, passeios etc., o que daria muito espaço para quem vem de fora dominar esse mercado na região” (CCMSVP, 2011, s/p). A rigor, a tentativa é buscar uma forma de turismo que envolva a cultura e a natureza, como previsto no Plano DTBC, mas também criando oportunidades às comunidades. Conforme expressou um dos técnicos do projeto ao explicar a escolha do turismo de base comunitária, “a gente identifica nesse processo uma forma mais justa, equilibrada e capaz de trazer alguns benefícios para essas comunidades” (JORNAL DO MOSAICO, 2013, p. 4).

A rigor, o fortalecimento das práticas turísticas centradas nas comunidades podem levar a mecanismos de “empoderamento e o fortalecimento comunitário”. Subjaz a isto, a ideia de “inclusão e participação da comunidade local nos processos de tomada de decisão e gestão da atividade turística” (JORNAL DO MOSAICO, 2013, p. 4). De forma complementar, na Ata de reunião do Conselho, encontramos preocupações e orientações similares: “o conselheiro (...) disse que acredita que a gestão integrada entre as UCs do Mosaico **com a participação das comunidades poderá facilitar a visita**” (CCMSVP, 2011, s/p [grifos nosso]).

Enfim, mais do que uma mudança conceitual, a escolha do turismo de base comunitária tem relação direta com o desejo de se criar mecanismos voltados às comunidades, ou melhor, criar capacidades nas comunidades de modo que haja possibilidades de desenvolvimento. A escolha desta metodologia de turismo deu-se diante de um amplo debate: no encontro dos Povos do Grande Sertão, entre os técnicos dos projetos, nos cursos de capacitação e na plenária do Conselho. Não podemos deixar de mencionar que as parcerias com a WWF também tem efeito direto nestas escolhas, dado as

experiências pretéritas em outros projetos e as cartilhas de orientação publicadas pela ONG. O exemplo desta influência é o mapeamento desenvolvido por esta ONG juntamente com as comunidades e o Conselho, apostando nos conhecimentos das comunidades para identificar os atrativos turísticos.

Os efeitos destas escolhas têm resultados diretos. O Instituto Rosa e Sertão trabalha na construção de uma rede de hospedagens, cuja característica básica é o morador da comunidade receber o turista em sua residência. Tal rede envolve as Comunidades de Buracos e Buraquinhos e Retiro dos Bois no Núcleo Sertão Veredas, comunidades de Fabião I no Núcleo Peruaçu (que tem 12 moradores habilitados para tal processo, formando uma associação não formal de pousadas). A proposta é “hospedar turistas em pousadas e receptivos familiares, estabelecendo uma relação mais próxima entre visitante e anfitrião” (JORNAL DO MOSAICO, 2013, p. 4). Esta rede de hospedagens ainda é pouco usada, sobretudo, porque o fluxo turístico ainda é baixo, dado o fato de a principal atração de turísticas, as cavernas do PARNA CP, ainda ser fechado à visitação.

É preciso notar que esta rede de hospedagens comunitárias foi forjada sem nenhum investimento direto. Os cursos com noções de empreendedorismo em turismo, desenvolvidos em cada Núcleo, contribuíram muito nesta direção. Apesar da incipiência do processo, ele revela mais uma vez a potencialidade da biorregião em produzir os instrumentos de seu próprio desenvolvimento. Assim como a estrada pode transformar em Estrada-Parque fortalecendo o turismo e, ao mesmo tempo, tornando-se um objeto turístico, as estratégias desenvolvidas pelo Instituto Rosa e Sertão em parceria com Conselho e demais instituições, tem potencializado outros pontos, como as pousadas comunitárias.

Além das ações ligadas ao empreendedorismo, outros cursos de formação foram/e estão sendo desenvolvidos. Entre estas ações, estão os cursos sobre guiagem turística em cada Núcleo do mosaico; cursos de desenvolvimento de roteiros ecoculturais; cursos para operadores locais de turismo; cursos de noções sobre turismo e tipologias. Entre os anos de 2012 e 2013 o Instituto, em parceria com outras instituições, sobretudo as prefeituras municipais, realizou 21 cursos de educação ecocultural e dois Encontros dos Povos do Grande Sertão Veredas. Enfim, as ações empreendidas pelo Instituto centram-se muito mais na formação de profissionais para o turismo e/ou na valorização das identidades, sobretudo devido à escassez de recursos.

Os recursos destinados pelo FNMA, em parceria com Fundo Socioeconômico da Caixa, para execução do eixo de desenvolvimento do Plano DTBC nos projetos aprovados pelo Instituto, somam um montante de R\$ 1.563.217,00. Apesar do valor parecer alto,

inicialmente, ele é destinado às atividades em 11 municípios de toda a biorregião⁶⁰. Além disso, com estes recursos há ainda a previsão de três pousadas comunitárias. Estas ainda estão em execução, conforme o “Edital de Consulta as Comunidades do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu de nº 001/15”, destinado a “consulta, adesão, levantamento de documentação e construção do planejamento de gestão e implementação” de pousadas comunitárias nas proximidades das UCs do MSVP (INSTITUTO ROSA E SERTÃO, 2015, s/p).

Cabe agora, para finalizar, conectar os pontos teóricos levantados no início do capítulo a respeito do planejamento biorregional e as análises desenvolvidas posteriormente. Para isto, pontuaremos cinco pontos básicos: democratização dos processos de decisões e a participação da comunidade biorregional; a relação direta entre a conservação e o desenvolvimento; a capacidade da biorregião em promover o seu próprio desenvolvimento; a ideia de integração entre o natural, cultural e o econômico; e, por fim, a questão da identidade biorregional. São reflexões conclusivas, mas também a base a partir do qual escrevemos o último capítulo.

A primeira questão: nos processos desenvolvidos na elaboração do planejamento biorregional do MSVP houve realmente participação efetiva? E no desenvolvimento das metas planejadas? Para responder esta questão é preciso ponderar dois pontos. O primeiro deles é que todo este processo envolvendo as comunidades e a sua efetiva participação é tema muito recente na biorregião do MSVP. Todas as decisões referentes à conservação, políticas de desenvolvimento, em geral, sempre foram hierarquizadas, e sempre excluindo as comunidades dos processos decisórios. Basta observar os processos desenrolados na regularização fundiária do PARNA GSV. A segunda questão é complementar a esta primeira, quando começou a desenvolver as atividades ligadas ao Plano DTBC, precisou-se inicialmente criar uma estrutura para a participação, estas estruturas são os GTs.

Com o reconhecimento do mosaico, os GTs foram substituídos pelo Conselho Gestor, principal canal de participação nas estratégias de implementação das ações propostas. Todavia, o surgimento e o fortalecimento da CoopSertão e do Instituto Rosa e Sertão, ligados diretamente aos eixos de desenvolvimento do Plano DTBC, dão sobrevida a ideia de participação criadas com os GTS. Isto é, nestas organizações há uma mescla de sujeitos em graus superiores ao Conselho, e as preocupações com a formação técnica e cultural das comunidades ampliam a capacidade de efetiva participação. Portanto,

⁶⁰ O Conselho do MSVP é o principal agente de fiscalização das ações e do uso dos recursos juntamente com FNMA.

concluimos que dentro das condições estruturais e conjunturais, o Plano DTBC e sua execução aconteceram de forma “participativa e democrática”. Aqui, surge uma questão basilar do capítulo 5: Não é o Plano DTBC, e as estratégias desenvolvidas em seu escopo, uma aposta em novos consensos, uma proposta de silenciamento das vozes destoantes no MSVP?

Segunda questão: a relação direta entre a conservação e o desenvolvimento em bases sustentáveis ou conservacionistas. O eixo voltado ao desenvolvimento e fortalecimento das práticas de extrativismo e do turismo ecocultural em bases comunitárias é uma clara tentativa de tornar a biorregião o principal indutor de seu empoderamento. As estratégias implementadas buscam isto de todas as maneiras: é preciso conservar a natureza, fortalecer as UCs diante do quadro de expropriação imposto a biorregião, mas esta conservação não pode se dar de modo a produzir novas expropriações, sobretudo, das comunidades camponesas. É preciso encontrar alternativas, e o Plano DTBC apostou nos eixos analisados neste capítulo.

A questão não levantada é: o turismo ecocultural em bases comunitárias e o extrativismo são suficientes para gerar empoderamento das comunidades biorregionais, as camponesas, sobretudo? Esta questão é retomada também no capítulo 5. Mas, uma resposta provisória é necessária. O extrativismo não é desvinculado de outras práticas produtivas, tais como a agricultura e a pecuária extensiva. Tais populações são camponesas, e todo seu modo de vida é baseado nesta lógica. Qualquer alternativa que busque desenvolvimento (sustentável ou em base conservacionista) deve assegurar o principal bem pelo qual o camponês reproduz o seu modo de vida: a terra de trabalho. A partir dela, outras cadeias produtivas podem se desenvolver, inclusive aquelas ligadas ao turismo, tema estrangeiro a estas comunidades.

Diante disso, indagamos: quais são os objetivos por detrás dos processos de regularização fundiária nas UCs do MSVP? A regularização fundiária refere-se à questão agrária ou a questão ambiental? Como fica a questão da justiça ambiental? Parece que a regularização fundiária, sobretudo, nas UCs de proteção integral, coloca em risco justamente a terra de trabalho. E mais, em todo o Plano DTBC não há se quer menção a Reforma Agrária, outra pauta essencial para efetivar as ações propostas. Questões também detalhadas no capítulo 5.

Terceira questão: a capacidade da biorregião em promover o seu próprio desenvolvimento. Apesar de toda a roupagem teórica envolvendo o Plano DTBC, ao longo deste capítulo tornou-se evidente um duplo processo. Por um lado, o desenvolvimento de

base conservacionista nada mais é do que potencializar aquelas estratégias mais basilares das comunidades, o extrativismo, por exemplo, mas segundo a lógica da conservação dos recursos. De todas as estratégias descritas, a grande maioria tinham concretude empírica, as ações empreendidas pela CoopSertão foram no sentido de criar mecanismo de mediação entre a produção, beneficiamento e o consumidor. Por outro, o Plano DTBC apostou em alternativas diferentes, o turismo, mas mesmo este é um amálgama entre inovação e o concreto existente – a estrada que conduzia as populações às cidades transforma-se em Estrada-Parque, as casas das famílias camponesas tornam-se pousadas comunitárias – investimentos muito mais simbólicos do que práticos.

Em outras palavras, todas as ações empreendidas no âmbito dos projetos aprovados a partir do Plano DTBC não tiveram como base criar algo realmente “novo”, mas tão somente potencializou aqueles elementos mais comuns da biorregião. Nesse sentido, o Plano DTBC revela-se tipicamente uma estratégia de planejamento biorregional, pois considera o existente, natural e o cultural, o cotidiano, a vida das pessoas e seus modos de vida, como principal mecanismo de desenvolvimento. Além daquilo que é local, o Plano DTBC aposta, pelo menos no plano do discurso, nas pessoas do lugar, enquanto agentes ativos no planejamento e execução das ações destinadas a promover o desenvolvimento. Apesar disso, é preciso indagar de que modo o Plano DTBC rompe com as demais lógicas de desenvolvimento impostas a biorregião do MSVP?

Quarta questão: a ideia de integração entre natural, cultural e o econômico. A principal aposta do planejamento biorregional é a totalidade, ou melhor, a indissociabilidade entre a base ecológica da região, o modo de vida das comunidades e os meios usados para reprodução da vida. Em outras palavras, não é possível dissociar o econômico do cultural, pois estes formam um amálgama, e estes não podem ser dissociados da base natural no qual se desenvolvem. É preciso pensar a implicação dos modos de produção e dos modos de vida sobre a natureza, e a partir disso produzir um conjunto de ações que garanta a sustentabilidade da totalidade “homem-meio” – a socrionatureza.

Em outros termos, o Plano DTBC e todas as estratégias subjacentes ao MSVP encarnam estas questões. Os eixos de desenvolvimento são representativos disso: modo de vida + práticas de manejo sustentável + desenvolvimento de base conservacionista: extrativismo e turismo ecocultural. A expressão pode ser inversa: extrativismo e turismo ecocultural + desenvolvimento de base conservacionista + conservação e manejo sustentável = Plano DTBC = planejamento biorregional. Estes princípios estão expressos

nos eixos de desenvolvimento e, portanto, revelam, mais uma estratégia de planejamento biorregional.

Quinta questão: a questão da identidade biorregional. Das ações desenvolvidas no âmbito das atividades planejadas para o desenvolvimento do MSVP, boa parte delas referem-se à afirmação das identidades. Desde as ações voltadas à organização das comunidades em torno do projeto de extrativismo ou do turismo ecocultural em base comunitária, os cursos de formação ecocultural destinados à valorização do patrimônio natural e cultural, até o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas giram em torno do fortalecimento e afirmação identitária.

Evidentemente, que em todo o processo envolvendo a afirmação identitária há falseamentos e escalonamentos nem sempre condizente com o real empírico. Com isto surgem nomenclaturas até então estranhas às práticas concretas do MSVP, agroextrativistas, por exemplo, uma mistura de agricultura e extrativismo, colocando em suspenso identidades pretéritas, veredeiros, chapadeiros, quilombolas, indígenas etc. Afinal de contas, as comunidades do MSVP são agroextrativistas ou camponesas? Ou camponesas agroextrativistas? Quais as implicações práticas destes conceitos nos projetos desenvolvidos no âmbito do Plano DTBC?

As questões deixadas em aberto é a base a partir do qual escrevemos o último capítulo desta tese. Trata-se de um capítulo com duplo intuito: avaliar criticamente todas as questões apontadas no que se refere às ações de planejamento e desenvolvimento empreendidas no Plano DTBC; e, ao mesmo tempo, discutindo as limitações e implicações de projetos de desenvolvimento conduzidos por ONGs, os desafios colocados e, sobretudo, buscando entender a quem e que interesses atende este projeto de desenvolvimento.

5. DESAFIOS A CONSOLIDAÇÃO DO MSVP: Conflitos ambientais, regularização fundiária e a sustentabilidade do Plano DTBC

O caminho percorrido nesta tese nos levou a diferentes direções. Inicialmente, procuramos demonstrar os eventos, os interesses e interessados por detrás da criação das UCs, e o papel destas na formação da biorregião do MSVP. Em seguida, delineamos as características dos Mosaicos de Áreas Protegidas, seus fundamentos teóricos e suas implicações práticas. Neste mesmo capítulo, delimitamos a confluência entre a ideia de mosaico e a de biorregião. Trilhado estes percursos, enveredamos na discussão a respeito do planejamento biorregional e como este se manifesta na construção do Plano DTBC no MSVP. E, finalmente, apresentamos e discutimos as principais características dos eixos de planejamento e desenvolvimento deste mosaico.

Doravante, o desafio posto para este capítulo é realizar uma avaliação crítica dos diversos temas e questões levantadas nos capítulos anteriores, questões que ora demos uma resposta provisória, ora apenas indicamos a necessidade de uma reflexão mais aprofundada. Diante disso, este capítulo busca refletir sobre as implicações das estratégias de desenvolvimento de base conservacionista, estratégias pensadas e executadas no escopo de ação do Plano DTBC do MSVP. Em outras palavras, neste capítulo tratamos especificamente dos desafios postos ao Plano DTBC, bem como, as perspectivas e desdobramentos. Em efeito, pontuamos e discutimos questões relativas aos processos de regularização fundiária nas UCs de proteção integral e as implicações disso nas estratégias de desenvolvimento; apresentamos e discutimos os conflitos ambientais entre agronegócio, UCs e comunidades camponesas. Indagamos ainda o papel das ONGs na condução de planos de desenvolvimento, a inserção de novos grupos sociais na biorregião do MSVP.

Nesse sentido, análises empreendidas giram em torno da compreensão do Plano DTBC enquanto instrumento de planejamento biorregional. Um modelo de planejamento que aposta em alternativas endógenas para se pensar o desenvolvimento, que coloca a necessidade de participação e a descentralização das ações e, sobretudo, coloca a questão da necessidade da distribuição do poder. Mas como modelo de planejamento biorregional, qual é o alcance prático do Plano DTBC no desenvolvimento de práticas que permitem o empoderamento das comunidades biorregionais, integrando a base ecológica às econômicas, sociais e culturais, enfim, o

quadro geográfico como um todo? Como se processa os conflitos ambientais no bojo do Plano DTBC?

Responder a estas questões significa questionar o próprio Plano DTBC, questionar as instituições da “sociedade civil” enquanto agente de condução de um projeto de desenvolvimento e, sobretudo, refletir o papel do Estado neste processo. A rigor, as questões retomadas ou ampliadas neste capítulo buscam colocar o Plano DTBC dentro de quadro de análise mais amplo, especialmente, no que tange o papel das ONGs, a Funatura em especial, na condução de políticas voltadas ao desenvolvimento e, sobretudo, os limites práticos destas instituições. Enfim, esperamos ao final deste capítulo ter demonstrado que projetos e planos de desenvolvimento conduzidos por instituições da “sociedade civil”, por mais capacidade técnica e de logística que tenham, são sempre limitados e conjunturais.

O desenvolvimento de base conservacionista requer investimentos mais concretos, ações mais diretas em todas as dimensões da biorregião (econômica, social, ambiental, e etc.), as ONGs não conseguem atingir esta profundidade estrutural. Com isto, os projetos por elas desenvolvidos não conseguem abarcar a complexidade de uma biorregião. As análises desenroladas neste capítulo apontam a necessidade do Estado, e de ações democráticas do Estado, enquanto agente fundamental do planejamento e, sobretudo, no fortalecimento de outras vias de desenvolvimento. Aponta também que para haver desenvolvimento em base conservacionista o quadro biorregional deve ser compreendido em sua totalidade. Isto quer dizer que questões ligadas a Reforma Agrária, agronegócio, o uso e espoliação da natureza e a função das cidades devem ser consideradas em seu imbricamento. O Plano DTBC não consegue captar todas as dimensões da biorregião, daí decorrem as limitações da sua proposta de desenvolvimento.

5.1 Conservação, biodiversidade e conflitualidades socioambientais no MSVP

Constitui-se como principal eixo do Plano DTBC do MSVP e das ações empreendidas a fim de empirizá-lo o intuito de aliar a conservação da natureza com práticas mais sustentáveis de manejo do ambiente. A base conceitual forjada para explicar este processo é o conceito de desenvolvimento de base conservacionista. Atingir o desenvolvimento de base conservacionista demanda esforços que ultrapassam

a capacidade técnica, política e econômica das ONGs envolvidas no processo. Isto é, apesar da importância de estratégias de planejamento tal como desenvolvida no Plano DTBC, apesar da importância de criar alternativas de desenvolvimento, sobretudo, com a inclusão de populações camponesas, todo o processo é muito germinal e tem grandes desafios.

Um dos desafios imperativos é a conflitualidade latente na biorregião do MSPV. Conflitualidade, aliás, tripartite: Unidades de Conservação, Agronegócio e Comunidades camponesas. Este item pretende descrever esta conflitualidade, analisando as formas antagônicas de apropriação da natureza e os desdobramentos deste processo em conflitos socioambientais do MSVP. Ao final do item, esperamos ter demonstrado como esta conflitualidade torna-se um desafio na concretização das metas de planejamento e desenvolvimento do Plano DTBC. Inicialmente, analisamos os conceitos basilares deste item: conflitualidade e conflitos socioambientais. Em seguida, demonstramos como na biorregião do MSVP desenrola uma conflitualidade muito específica e como esta se desdobra em conflitos ambientais.

É preciso dizer que é inerente à conservação conflitualidades e conflitos ambientais, sobretudo, quando estes tem caráter territorial como no caso das UCs, dado as interdições e o conjunto de normas depositadas sobre território. Normas que, aliás, apropriam funcional e simbolicamente do território, criando tessituras e densidades históricas, às vezes, contraditórias aquelas de outrora. Há uma modalidade específica de conflitualidade ligada à conservação, as interdições de uso da natureza e do território, ou melhor, refere-se diretamente a questão da “distribuição ecológica” dos recursos. Mas, ela se desenrola distintamente conforme o grupo social (para camponeses, por exemplo, há um processo intenso de precarização territorial), a região, a estrutura fundiária e, sobretudo, as lógicas produtivas e o manejo concreto do ambiente. E nem toda conflitualidade desdobra-se em conflitos socioambientais.

Antes de aprofundar as questões apontadas é preciso definir teoricamente conflitualidade e conflitos socioambientais. A noção de conflitualidade é tema caro as teorias recentes da geografia agrária brasileira, sobretudo, em pesquisas referentes aos movimentos sociais e o enfretamento do agronegócio no escopo da questão agrária. Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 5), por exemplo, compreende a conflitualidade “processo de enfretamento perene” inerente ao modo de produção capitalista.

Fernandes (2004) destaca alguns pontos importantes para se analisar as conflitualidades. Primeiramente, é preciso ponderar que relações sociais contraditórias

atuam na produção de distintas territorialidades. Em outras palavras, sobre um mesmo território, grupos com lógicas distintas atuam, cada qual apropria do território criando, portanto, um cenário de tensão entre as lógicas de apropriação. Nesse sentido, a conflitualidade refere-se ao tensionamento das relações, refere-se às disputas por território e, evidentemente a disputa por natureza: terra, água, biodiversidade, etc. Fernandes destaca um tipo específico de conflitualidade, a do agronegócio, campesinato e os processos históricos de disputa por território.

Outros autores tratam a noção de conflitualidade em sentido mais amplo, Porto-Gonçalves (2005), apesar de tratar também da questão agrária e do enfrentamento entre campesinato e agronegócio, aponta as condições históricas para a sua produção. O autor destaca que, além da violência física, há no Brasil um intenso processo de subjetivação que desenlaça outras violências, a simbólica, por exemplo. Esta violência é consubstanciada pela imprensa que “inventa um mundo” a sua maneira, produzindo uma versão acrítica do que seja progresso e pelo modo que retrata “povos que são diferentes”, camponeses, caboclos, indígenas, etc. Tais populações são “referenciadas” por sua cultura, mas quase sempre reduzida ao “folclore” e, ao mesmo tempo, são delineadas “como estorvo do desenvolvimento”. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 150). A mesma imprensa e outros mecanismos de conformação de subjetividade veiculam e alimentam ideias de avanço sobre o Cerrado e a Amazônia, retratando estas regiões como vazios demográficos a serem ocupados.

Tal processo de subjetivação busca o esvaziamento dos processos de auto-organização e de resistência, conforme descreve Porto-Gonçalves (2005, p. 151), “no interior onde quase sempre o desenvolvimento vem de fora, a própria pobreza e miséria da população, inclusive quanto à informação, são manipuladas de tal modo que ela não se veja como protagonista de seu próprio destino e desenvolvimento”. Além disso, este processo atinge o processo de organização e legitimação de lutas por direitos. Isto se expressa, por exemplo,

Quando a população se organiza para lutar por seus direitos, como se vê pelas inúmeras entidades que surgiram no campo nos últimos anos, estas não são vistas como protagonistas da cidadania, mas muito mais, como promotoras de desordem. Na verdade, quando analisamos o modo como foi constituída essa ordem-que-aí-está, vemos que nela não há espaço público, nem cidadania. Assim, a simples presença de organizações indígenas, de afrodescendentes, de camponeses e de mulheres, enquanto protagonistas, já é por si mesmo o indício de que uma outra ordem está em curso e que a ordem estabelecida está em questão. As tensões são parte desse parto. Na verdade, nossa formação social e política, desde os primeiros momentos, não se pautou pela

mediação pública na resolução de conflitos (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 151).

A conflitualidade é processual. Isto é, ela é determinada em cada momento histórico e geográfico. Por ser processual, à medida que a sociedade se modifica, na medida em que se modifica o contexto histórico e geográfico, uma conflitualidade específica surge renovada. O termo conflitualidade é sintomático, sobretudo, porque indica um processo em desenvolvimento, indica também multiplicidade. Em outras palavras, conflitualidade tem relação direta com conjunto de tensionamentos que podem se desdobrar em conflitos, desde os mais simbólicos aos encontros propriamente ditos, tem relação também com o processo histórico. Não há uma conflitualidade de uma vez por todas, ela se desfaz e se refaz junto com o movimento de reprodução da sociedade. Para António Teixeira Fernandes (1993), “pela sua constituição e pelo seu funcionamento, as sociedades vivem em estado de permanente conflitualidade, tanto mais acentuada quanto mais complexas se apresentam” (FERNANDES, 1993, p. 789). A conflitualidade é o embrião de um conjunto de uma tensão mais latente – os conflitos propriamente ditos.

Apesar de o termo conflito ter uma carga negativa no cotidiano, no campo das ciências humanas e sociais é uma noção importante. De acordo com Fernandes (1993) “o conflito é um agente importante na afirmação da identidade” entre os teóricos da psicologia e psicanálise; do mesmo modo que nas ciências sociais, na perspectiva de Georg Simmel, “delimita os grupos, reforçando a sua consciência e a sua autonomia”. Isto porque grupos sociais, geralmente, tendem a se identificar pela oposição. Em efeito, o conflito atua como elemento de sedimentação dos grupos, ou melhor, “desempenha uma função criadora e integradora (...)” e tem uma “capacidade fundadora” (FERNANDES, 1993, p. 789).

O conflito é atrelado às mudanças que operam no seio das sociedades, que colocam sujeitos ou interesses distintos no mesmo campo de relação. Isto pode ser verificado, por exemplo, na biorregião do MSVP, os conflitos têm como base as lógicas distintas de apropriação da natureza que colocam em posição antagônicas as comunidades locais, agronegócio e as UCs. Todo este processo iniciou com as políticas de Estado voltadas ao reflorestamento e na criação de assentamentos dirigidos para a produção capitalista da agricultura. Conforme mostramos no capítulo 2, este cenário se complexifica, sobretudo, a partir da década de 1980, quando começam a surgir as primeiras UCs. As mudanças engendradas levaram a uma conflitualidade sobre usos da

natureza, conforme tais conflitos se aprofundaram, originaram os conflitos mais intensos – os ambientais.

Além de ter relação direta com processos de mudanças, não podemos deixar de mencionar que “o conflito social é, (...), inerente à própria vida das sociedades e a sua existência aparece, de ordinário, como sinal de vitalidade da atividade colectiva” (FERNANDES, 1993, p. 790). Em outros termos, o dissenso é o principal motor da história, dele é que surgem as configurações sociais mais distintas. As instituições, sobretudo, o Estado tem um papel fundamental neste processo. Vejamos, por exemplo, as ações empreendidas ao longo das últimas décadas na biorregião do MSVP, o Estado, ao mesmo tempo em que fortalecia, expandia as áreas destinadas às monoculturas e, ao mesmo, atuava em sentido contrário com os espaços territoriais de proteção à natureza, dando origem aos processos de tensionamento.

A ação do Estado pode funcionar em sentido contrário, por exemplo, pela sua falta. Ao tratar a biorregião do MSVP como “lugar do vazio”, desconsiderando a história dos processos territoriais e as populações que historicamente habitam tais rincões, ao Estado funciona pela falta de ação. A negligência do Estado em reconhecer tais comunidades como portadoras de direitos, direito à terra de trabalho e à natureza, é o principal elemento de conflito. A negligência coloca tais populações no limbo, no bojo de uma disputa com a expansão das áreas de reflorestamento e das monoculturas. De um modo ou de outro, o Estado funciona como impulsionador de conflitos, seja pela sua atuação mais direta ou pela falta de ação. Mesmo nos tempos coevos, como vimos, a falta do Estado abre espaço para atuação de novos grupos sociais na biorregião, abrindo ainda mais o leque das tensões.

Nesse sentido, o conflito é relacional, histórico e socialmente produzido. Um mesmo lugar acolhe múltiplos conflitos. Quando se observa a biorregião do MSVP, o principal ingrediente de um campo de conflitos encontra-se nas distintas lógicas de apropriação da natureza. No capítulo 2 apresentamos alguns indicativos teóricos para se pensar especificamente esta modalidade de conflitos, sobretudo, com referências as contribuições teóricas de Andréa Zhouri et. ali (s/d), e a sua tipologia de conflitos ambientais: distributivos; espaciais e territoriais. Aqueles apontamentos podem ser ampliados, sobretudo, com a discussão da “distribuição ecológica” dos recursos.

O conceito de distribuição ecológica foi apresentado por Joan Martínez-Alier (2002) em um texto a respeito do ambientalismo dos pobres. Conforme o autor, distribuição ecológica refere-se às “assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e

temporais na utilização pelos humanos dos recursos e serviços ambientais (...), isto é, ao esgotamento dos recursos naturais (incluindo a perda de biodiversidade), bem como as cargas de poluição” (MARTÍNEZ-ALIER, 2002, p. 217). Roberto José Moreira (1999, p. 257), ao comentar o conceito de Martínez-Allier, destaca que “a compreensão da ‘distribuição ecológica’ implica reconhecer (...) que a qualquer tempo e espaços históricos do capitalismo está, esteve e estará associada a uma ‘distribuição ecológica’ relativa”. Em outros termos, a base dos conflitos ambientais está na forma desigual como os diferentes grupos apropriam da natureza, com a propriedade dos recursos e com as assimetrias advindas deste processo.

Moreira (1999) aprofunda tais ideias ao afirmar que mesmo naqueles lugares no qual o esgotamento dos recursos naturais e cargas de poluição não têm visibilidade e significação social, há uma distribuição ecológica (relativa) “legitimada”. A ideia de distribuição ecológica está “associada à distribuição da **propriedade** dos recursos produtivos, portanto, das relações fundamentais **entre proprietários e não-proprietários, entre capitalistas, proprietário de terras e de recursos produtivos naturais e os trabalhadores, não-proprietários**” (MOREIRA, 1999, p.257 [grifos nosso]).

Aliado a questão da distribuição ecológica, ou como os grupos sociais tem acesso desigual aos recursos, ou como certos grupos usam os espaços ambientais alheios, portanto, os processos que desenrolam na escala local, há também aqueles elementos advindos de um globalismo localizado. Trata-se dos efeitos daquelas ordens mais distantes, as ordens globais, e a sua empiricização na biorregião do MSVP, no qual “o uso e o valor do local são transformados para atender a uma valorização global” (MOREIRA, 2003, p. 125). Este processo se configura em decorrência da consolidação da biorregião na produção de *commodities* (soja, sobretudo, mas também semente de capim e café), ou da recente retomada das monoculturas de eucaliptos.

As emergências destes conflitos demonstram uma dupla contradição. De um lado, observamos grupos sociais (camponeses, sobretudo) que são excluídos “do chamado desenvolvimento”; de outro, são, sobretudo, estes grupos que assumem o ônus das transformações engendradas. No bojo dos conflitos ambientais “evidenciam situações de injustiça ambiental, (...) onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento” a certos grupos (MOREIRA, 2003, p. 125).. Na biorregião do MSVP, as diversas populações camponesas, veredeiras, geraizeiras, vazanteiras, são as que sofrem diretamente com o

processo de injustiça ambiental advindo com a questão da distribuição ecológica relativa dos recursos (desde a terra de trabalho até, mais recentemente, água). Estrutura-se, com isto, uma desigualdade ambiental, de um lado, um grupo que ganha com a degradação ambiental, de outro, os que arcam com custos desta degradação.

Quando se coloca em análise os conflitos ambientais, tem-se a possibilidade de conhecer os muitos projetos de sociedade que acionam racionalidades distintas ao produzir e reproduzir seus modos de vida. Ainda é permitido analisar as assimetrias que recortam tal sociedade e, sobretudo, as assimetrias que recortam a apropriação da natureza. Nesse sentido, quando tomamos como objeto de análise as práticas discursivas referentes aos conflitos ambientais, a tensão e os diferentes projetos de sociedade se desvelam. E mais, a conflitualidade (isto é, a forma germinal das tensões), a desigual distribuição ecológica dos recursos e o desdobramento disso em conflitos ambientais se expressam em tons dramáticos.

Na biorregião do MSVP, os conflitos ambientais emergem de forma tripla. O processo de tensão é constante e envolve o agronegócio, UCs e as comunidades camponesas. Ao indagar um dos conselheiros a respeito da ausência de representantes do setor do agronegócio no Conselho, sobretudo, porque boa parte dos conflitos giram em torno da expansão deste setor, a resposta foi singular: “a entrada deles só se fosse para gerar conflito, porque ele já existe na prática, mas não precisa estar no Conselho”. Quais os efeitos de sentido produz este enunciado? Outras passagens ajudam-nos a aprofundar esta questão:

[Fragmento 1] (...) Qualquer espaço para se atribuir a ele significados é preciso atribuir a ele conflitos, seja entre o homem e a natureza ou dos homens entre si (...).

[Fragmento 2] Então, assim, tem o conflito da questão do agronegócio, tem, mas tem também o conflito das Unidades de Conservação, nada contra o agronegócio, nada contra as unidades de conservação porque eu acho importante, é lógico, mas eu fico indignado de ver que de todos os projetos que vem, eles excluem o morador tradicional.

Em todo material empírico advindo das entrevistas ou das reuniões do Conselho ficou evidente a força do enunciado “conflito”. Parece-nos o contraponto a materialidade discursiva do Plano DTBC, enquanto este se pauta pela justificação, isto é, o intuito de validar aos consensos formados entre sujeitos com interesses distintos, as entrevistas tem como base o dissenso. Nos enunciados em destaque acima, o primeiro

enunciador recorre à base espacial para justificar o conflito, “qualquer espaço”, enquanto o segundo busca empirizar a ideia, demonstrando inclusive os sujeitos envolvidos, “morador tradicional, agronegócio e unidade de conservação”.

Ao situar o espaço e os sujeitos, o enunciado “conflito” permite uma imersão na prática discursiva. Nele podemos verificar o posicionamento ideológico dos sujeitos em relação a tais processos, como a lógica conflituosa tripartite em destaque. Inicialmente, o enunciador pondera - “então, assim, tem o conflito da questão do agronegócio”, indicando outros processos semelhantes; em seguida, amplia a escala e inclui outros sujeitos e espaços: a “exclusão dos moradores tradicionais” e as “Unidades de Conservação”. É inerente a arquitetura da biorregião do MSVP, conforme demonstramos ao longo do capítulo 2, um conjunto de conflitualidades entre os múltiplos sujeitos – conservação e comunidades; agronegócios e conservação. O enunciador, porém, atualiza a memória e demonstra a indissociabilidade entre os múltiplos sujeitos da biorregião e suas implicações concretas.

Ao analisar os enunciados em destaque, algumas conclusões parecem pertinentes. Cada sujeito dota o espaço com certos significados, estes advêm das gramáticas sociais construídas historicamente e do posicionamento ideológico dos sujeitos. Ao dotar o espaço de significado, há também produção de sentidos, ou melhor, ao apropriar do espaço empírico e culturalmente, produzem-se tessituras, estas informam as condições em que se deu a sua produção. Este processo, porém, é mediado por conflitos, sobretudo, quando há disputa por território, disputa por natureza. Portanto, é inerente ao espaço significado e conflito, entre os homens e destes com a natureza. No MSVP estes processos se expressam por meio do agronegócio (conflito entre a sociedade e a natureza) entre o agronegócio e as comunidades camponesas (conflitos entre homens) e, finalmente, entre comunidades camponesas e Unidades de Conservação (mais uma vez conflito entre a sociedade e natureza).

Conforme o enunciador e seu posicionamento ideológico, a fonte do conflito e a forma de significar o espaço (para nós a biorregião) ganhou leituras distintas.

[Fragmento 3] (...) Nosso território que é o mosaico é um território que tem cerca de 1 milhão e 500 mil hectares e a **partir da década de 1970 começou a entrar também nesse desenvolvimento do cerrado, também os grandes agricultores dos monocultivos ocuparam aqui, produtores que vieram do sul do país.** Uma parte deles se instalou aqui na Chapada Gaúcha, outra lá no outro lado no Ipiratinga e pegando o mapa a região (...) **são as regiões que já tem esses grandes monocultivos e em 2012 representa 20% do território do mosaico.** Mas, essa região aqui do território é a

região mais conservada ainda do estado de MG, e em função disso e da pouca ocupação, chegou um novo movimento na região que é também a questão da conservação da biodiversidade. Então, a partir do final dos **anos 1980** a questão **da expansão da fronteira agrícola** se deu nos **anos 1970** aqui **na região** e **no final dos anos 1980** começaram as medidas conservacionistas iniciadas pelo Parque Grande Sertão- Veredas e na sequência vieram outros parques que deu essa consideração do **mosaico**. **Então é essa a configuração toda que está aí** e está convivendo com as comunidades que já existiam aqui e também com os produtores de monocultivos que representam o agronegócio e que plantam basicamente soja e café.

Nos enunciados em destaque, a primeira questão a se notar é o processo de rememoração do passado. O sujeito enunciator busca na história as explicações para os conflitos ambientais em torno da expansão do agronegócio. Desde a década de 1970, com a imigração gaúcha via projetos de Assentamento, instaurou-se na biorregião uma nova racionalidade no qual a natureza torna-se o principal mote de ação. Apesar da intensidade deste processo, “a região ainda é bem conservada”, informa o enunciator, mas esta condição modifica-se em grande intensidade e, atualmente cerca “20 %” das áreas sob a influência do MSVP foram convertidas em pastagens, produção de soja ou café.

Os dêiticos espaciais têm uma função discursiva importante, delimita períodos e dá conteúdo as ações desenvolvidas. Os dêiticos temporais são complementados por referências espaciais, “fronteira, configuração do mosaico e região”. Estes permitem identificar o lugar de onde enuncia (a partir de um olhar sobre a conservação da natureza), bem como, a sua leitura dos processos entorno da conservação e dos conflitos com a expansão do agronegócio. Nesse sentido, o enunciator informa que simultaneamente a expansão do agronegócio, um processo complementar ganha concretude, as “medidas conservacionistas” com a criação do PARNA GSV. Instaura-se com isto o embrião de uma configuração territorial, o MSVP, mas também as conflitualidades em torno da apropriação da natureza.

Ao recorrer à memória histórica, o sujeito procede também reatualizações dos processos de constituição da biorregião do MSVP – “é essa a configuração toda que está aí”. Em seguida, o enunciator informa as contradições desta configuração:

[Fragmento 4] (...) então são ações que a gente precisa levar e precisamos discutir de forma responsável, **de forma com que ninguém aqui está querendo acabar com o agronegócio, o que queremos é que ele seja feito de forma mais organizada, mais responsável e o que vemos aqui é uma grande operação onde floresta em uma fazenda está sendo destruída sem nenhuma**

autorização do IEF e estão desmatando tudo. Não pode acontecer isso e queríamos que fosse feito de forma mais organizada, tivessem um debate para **que a região possa ter um desenvolvimento sustentável.**

Apesar da leitura crítica a respeito do agronegócio, o enunciador tem um tom de conciliação – “de forma com que ninguém aqui está querendo acabar com o agronegócio”. O efeito de sentido produzido por este enunciado remete aquilo que Andréa Zhouri et. ali (s/d,) descreveu como “paradigma que pretende ‘adequar’ o pleito socioambiental ao modelo clássico de desenvolvimento”. Isto é, não há um movimento de contestação, ao contrário disso, busca-se a conciliação entre interesses econômicos e ambientais. Em efeito, isto se revela com todas as nuances no enunciado em destaque – “o que queremos é que ele seja feito de forma mais organizada, mais responsável”. Trata-se, portanto, de uma “espécie de pedagogia do capitalismo”, e de suas manifestações mais concretas, o agronegócio, por exemplo, com “ações voltadas para o esverdeamento do empresariado, no sentido de seu convencimento para adoção de planos e gestão ou manejo ambiental” (ZHOURI; LASCHEFSKI, s/d, p. 1-2). Este tom conciliador se expressa em outros momentos:

[Fragmento 5] Mas, a questão do agronegócio, achamos que tem que ter uma forma de trabalhar no agronegócio mais respeitosa ao meio ambiente. Por exemplo, os monocultivos que são muito extensos poderiam ser permeados entre eles por faixas de cerrados, corredores ecológicos. Não há um respeito realmente à questão ambiental de um grupo, ou qualquer grupo, tenho conversado com produtores, mas é difícil ter um debate de forma responsável para tentar resolver esse problema, o que sempre escutamos é que estamos tentando atrapalhar a vida deles, mas não é, **queria tentar levar esse debate e tentar encontrar soluções.** Para regularizar o uso de agrotóxico e propomos que seja proibido o uso de agrotóxicos em um raio de 2 quilômetro da cidade [Chapada Gaúcha], já tivemos aqui um trabalho incentivando o uso de soja orgânica, quer dizer, sem a utilização de agrotóxico.

Parece-nos que o agronegócio e sua expansão nas últimas décadas é o principal agente de dissenso na biorregião do MSVP (isto, evidentemente, considerando a posição de sujeito deste enunciador específico). A utilização excessiva de agrotóxico, mesmo nas proximidades das cidades, é um bom indicativo deste processo. Um segundo indicativo está nas referências ao enunciado “respeito”. A conclusão que a análise deste enunciado permite é a seguinte: o agronegócio é uma realidade, não há condições para contestação; diante disso, é preciso criar mecanismos de minimização dos efeitos

negativos, como por exemplo, com a criação de “faixas de cerrados, corredores ecológicos” e regulamentação do uso dos agrotóxicos. Apesar do tom consensual do fragmento, nele está latente uma das dimensões dos conflitos ambientais da biorregião do MSVP. A análise dos depoimentos a seguir caminha nesta direção:

[Fragmento 6] Os principais problemas com essa ocupação, o desmatamento que é induzido pela expansão da fronteira agrícola, pela exploração do carvão, pela construção de hidrelétricas (...).

[Fragmento 7] A questão do agronegócio faz essa transformação rápida do território, mas junto dele vem uma série de questões, um pacote de muito agrotóxico, sementes transgênicas, a forma de colheita do capim, a poluição física do ar por causa dos tratores, então isso tudo gera uma poluição (...).

[Fragmento 8] São problemas acarretados pelo agronegócio que está levando a diminuição de recursos, por que tem desmatamento de veredas, desmatamento de porta de chapada, (...) [inaudível]. Então... é, borda de chapada, a gente vê aí várias agressões, voçorocas que ocorrem que chega quase na borda da chapada ou em área de paredões, ou o desmatamento em veredas, ou o desmatamento em cabeceiras, isso tudo acontece pela falta de respeito.

[Fragmento 9] (...) O agronegócio chega e realmente transforma a paisagem de forma drástica (...). É por isso que a gente fala aqui, **respeitando a legislação** já seria uma grande coisa.

O discurso em análise vem repleto de termos referentes às contradições entre sociedade e natureza na biorregião do MSVP. À medida que enuncia as contradições, novos elementos surgem como justificativas para explicar os conflitos. O agronegócio impõe transformações rápidas à paisagem, isto é, à medida que a diversidade do Cerrado é convertida em monocultivos um novo padrão paisagístico surge. Este processo de conversão da mata nativa em pastagens ou monocultivos é por si o agente de grandes transformações, mas atrelado a ele outras transformações advêm, sobretudo, com a inserção cada vez mais intensa de produtos químicos e/ ou resultante destes: agrotóxicos, sementes transgênicas, poeira na colheita da semente de capim, etc.

É preciso notar, porém, que estas transformações descritas pelo enunciador não se dão em toda a biorregião⁶¹. Cada município tem um padrão específico de ocupação

⁶¹ Os elementos destacados pelo enunciador, isto é a transformação da paisagem, é possível ser observada de muitas maneiras. Uma delas é cruzando a rodovia que liga Chapada Gaúcha a Brasília: o percurso de Chapada Gaúcha em direção a Brasília acomete o observador uma estranha sensação, dado a linha tênue que separa as áreas dominadas pelo agronegócio e as áreas de conservação da natureza. Após andar quilômetros na monotonia dos cultivos de soja ou capim nas proximidades da cidade norte mineira, abruptamente, se entra nos domínios do PARNA GSV. Trata-se de dois lugares muito distintos. Enquanto nos monocultivos é impossível observar a linha do horizonte devido à extensão dos cultivos, sem se quer uma árvore para quebrar a monotonia, gerando, portanto, um mal estar, sobretudo, quando se reflete os efeitos ambientais deste processo. Ao entrar nos domínios do Parque a sensação é diversa,

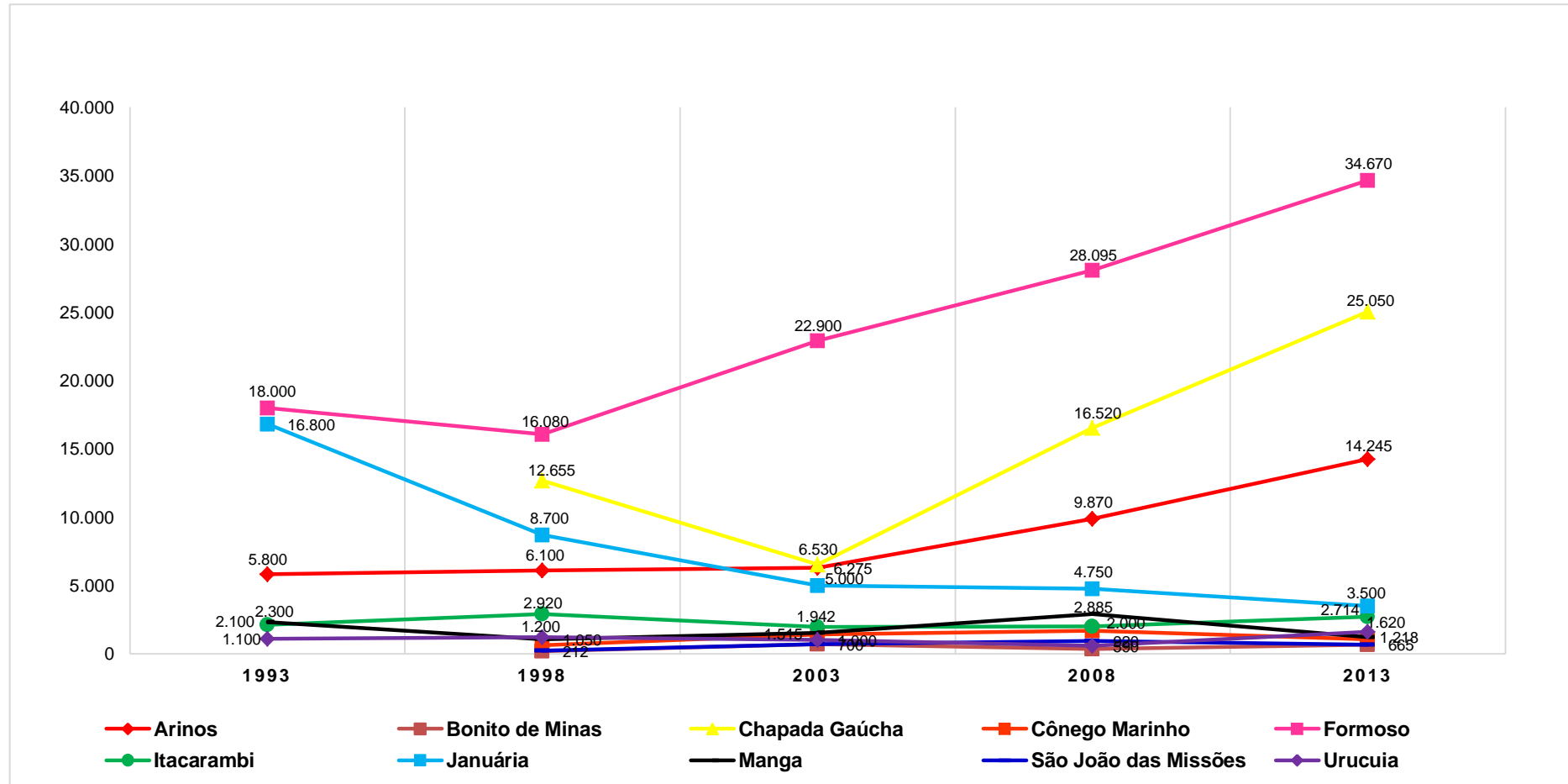
territorial. Enquanto que em Núcleo Sertão Veredas as transformações advêm, sobretudo, com atividades mais típicas do agronegócio: em Chapada Gaúcha, Arinos e Formoso destaca-se a produção de soja, sementes de capim e sorgo; em Urucuia a produção de café. Nos Núcleos Pandeiros e Peruaçu os conflitos advêm coma retomada dos monocultivos de eucalipto e a conversão do Cerrado em carvão vegetal. Em outras palavras, apesar da descrição das transformações engendradas pelo agronegócio, é preciso ter ciência da seletividade operada pelo enunciador. Os conflitos em análise pertencem mais diretamente aos municípios de Chapada Gaúcha e Arinos.

Para compreender a preocupação do enunciador, antes é preciso compreender o lugar do qual ele enuncia. Pelos dêiticos usados, a referência à falta de “responsabilidade” e, sobretudo, a incessante demanda por práticas mais sustentáveis ecologicamente, permite dizer que ele enuncia do ponto de vista dos agentes ligados as UCs. Isto explica algumas de suas preocupações, mas é preciso destacar os fundamentos subjacentes a ela. Em outras palavras, o Núcleo Sertão Veredas possui as UCs mais consolidadas do MSVP – o PARNA GSV, PE SA e as RPPNs – e a expansão do agronegócio coloca em risco justamente as áreas que se conseguiu consolidar um programa de manejo.

As rápidas transformações da paisagem descritas pelo enunciador no fragmento sete, é corroborada pelos dados de lavouras temporárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ao analisar as áreas de cultivo, sobretudo, daqueles produtos típicos do agronegócio, soja, sorgo, cana-de-açúcar e milho, nos municípios da biorregião do MSVP é possível notar a sensível expansão das áreas destinadas a estes. Evidentemente, esta expansão não é homogênea, o destaque é o município de Formoso e Chapada Gaúcha, seguido pelo município de Arinos, conforme o gráfico 1.

momentaneamente surgem formas e cores muito fortes. À medida que adentra, surge no horizonte traços de Veredas; além disso, é possível notar a alternância entre uma vegetação mais esparsa e uma mais densa. A divisão fica evidenciada na paisagem de forma muito clara, fica também claro a divisão entre os territórios do agronegócio e da conservação.

Gráfico 1: Evolução da lavoura temporária* em hectares nos municípios do MSVP



Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE, 2015.

*Entende-se por lavoura temporária os cultivos do agronegócio: Arroz, Cana-de-açúcar, Feijão, Mandioca, Melancia, Milho, Soja e Sorgo; no entanto, para efeito de nossas análises consideramos somente a Cana-de-açúcar, Milho, Soja e Sorgo.

Ao analisar o gráfico 1, fica em evidência a expansão das áreas destinadas de cultivos temporários, tendo como destaque, como mencionamos anteriormente, os municípios de Chapada Gaúcha e Formoso. Chapada Gaúcha não tem dados consolidados antes de 1993, sobretudo, porque seu processo de emancipação ocorreu somente em 1995. Isto explica em partes também a redução drástica das áreas de cultivo em Januária, pois as áreas antes pertencente a este município passam a pertencer a Chapada Gaúcha com seu processo de emancipação. A partir de 1998, porém, é possível notar a expansão relatada. Chapada Gaúcha, Formoso e Arinos converteram, conjuntamente, ao longo de 20 anos, mais de 37.000 novos hectares a lavouras temporárias.

Em Chapada Gaúcha os cultivos temporários ocupavam pouco mais 12.500 hectares em 1998, reduzindo sensivelmente em 2003 para pouco mais de 6.500 hectares (deu-se graças a conversão de áreas de soja para o cultivo de capim destinado a produção de sementes). Porém, a partir de 2008, estes dados mudam novamente, com crescimento das áreas ocupadas atingindo 16.520 hectares e, finalmente, em 2013 atinge mais de 25.000 hectares de terras convertidas em lavouras temporárias. No prazo de quinze anos, as áreas ocupadas por lavouras temporárias teve um aumento de mais de 100%.

Formoso em 1993 tinha uma área significativa destinada aos cultivos temporários, 18.000 hectares, mas o município também experienciou um aumento significativo, pois em 2013 tais áreas equivalia a 34.670 hectares. Arinos também vivencia um aumento significativo, em 1998 contava com pouca mais 6.000 hectares, em 2013 contava com mais 14.000 destinados a lavouras temporárias. As áreas destinadas a estes cultivos nos demais municípios é relativamente significativa, mas sem aumentos significativos. Januária, por exemplo, tem em 2013 o equivalente a 3.500 hectares. Bonito de Minas, Cônego Marinho, Manga, Itacaranbi e São João das Missões, juntos em 2013 equivaliam a uma área aproximada de 6.000 hectares.

No que se refere as áreas de pastagem, os dados do IBGE demonstram uma redução sensível, entre 1996 e 2006 nos três principais municípios da biorregião, conforme a tabela 1. No entanto, a falta de dados mais atualizados dificulta a compreensão da expansão, sobretudo, em Chapada Gaúcha que se tornou um dos principais produtores de semente do capim Braquiára no Brasil. Este município não tem dados consolidados em 1996, pois boa parte de seu território pertencia a Januária e a São Francisco, mas em 2006 apresenta 21.610 hectares convertidos em pastagens.

Tabela 1: Evolução das áreas de pastagens naturais e artificiais nos municípios de Arinos, Chapada Gaúcha e Formoso segundo os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006

Municípios	1995/96	2006
Arinos	229.677	152.581
Chapada Gaúcha	-	21.610
Formoso	134.675	50.110

(-) Sem informação.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2015.

Em 2003, em reportagem publicada pelo Jornal Correio Brasiliense relatando o processo de criação de RPPNs no município de Chapada Gaúcha, encontramos alguns indícios importantes para compreender a substituição da soja pelo capim destinado a produção de sementes. Segundo a reportagem, em 2003 “o cultivo de capim ocupa uma área de 10 mil hectares” . Isto é, entre 2003 e 2006, considerando os dados do IBGE e os fornecidos pelo Jornal, mais de 11.000 hectares foram então convertidos a tal cultura. A reportagem informa ainda que a cada safra, são colhidos cerca de 12 mil toneladas de sementes. A escolha do Capim Braquiária deu-se devido a fatores climáticos, sobretudo, dado a diminuição das chuvas anuais. Apesar da lucratividade por hectare ser a mesma para soja e capim, “R\$ 500,00(...), o capim tem menos riscos, (...) [ele] se adapta com menos chuvas e dá por quatro anos sem precisar de novo plantio” (CORREIO BRASILIENSE, 2003, p. 15). Conforme informa o Jornal, cerca de 10 % da produção de sementes era voltada para a exportação, o restante destinada a produtores do Paraná, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Apesar de ser uma opção econômica aos grandes produtores, atrela-se a produção de campim um conjunto relevante de problemas ambientais. Na colheita do campim há grande emissão de poeira que afeta, sobretudo, a cidade de Chapada Gaúcha. Além disso, há o processo de queima, conforme podemos observar na foto 11.

Na foto 8 é possível duas observações complementares. No primeiro plano evidencia-se a extensão das áreas destinadas ao cultivo do campim. No segundo plano é possível observar o principal mecanismo de tratamento de tal cultura, a queima no período de secas, cujo intuito é a renovação. Este processo de queimada é duplamente prejudicial. Primeiramente, afeta a qualidade do ar com a produção de fumaça e, sobretudo, afeta a saúde das comunidades que vivem no entorno, especialmente, na cidade de Chapada Gaúcha. O segundo problema refere-se as UCs situadas nas proximidades das áreas de queimadas, apesar de o fogo ser controlado, há a

possibilidade real de propagação do fogo em áreas protegidas. Sem contar que a queima tem efeitos diretos no solo e sobre a biodiversidade.

Foto 8: Queima das áreas destinadas ao cultivo de semente capim- Chapada Gaúcha



Fonte: COOAPI, 2009.

Há mais um conjunto de dados importantes, aqueles referentes ao avanço do desmatamento na biorregião do MSVP. Dados divulgados pela Funatura ajuda-nos a compreender este processo, descrito em algumas passagens de entrevistas. Conforme estes dados, em 2002, a vegetação nativa cobria aproximadamente 55,73% da biorregião do MSVP, mas este número diminuiu para 51,54% em 2008. Em números absolutos, a cobertura vegetal foi reduzida de 1.136.521 km² para 1.051.182 km² entre 2002 a 2008, o valor médio desta redução anual é de 14.179 km². Os indicadores de 2009 demonstram uma nova redução, a área coberta com mata nativa na biorregião representava então 51,16%, valores que diminuíram em 2010 para 50,84%. Estes números indicam uma redução absoluta de 1.043.346 km² para 1.036.877 km², ou seja, 6.469 km² suprimidos, uma redução de 0,32% entre 2009 e 2010 (FUNATURA, 2012, p. 13).

Quando se trata das Ucs, sobretudo, as de desenvolvimento sustentável, os dados revelam um processo semelhante. Segundo a Funatura (2012, p. 13), até o primeiro semestre de 2012, “o desmatamento acumulado no território foi na ordem de 281.025 hectares, quase 15% da área total”. Do total das áreas desmatadas, 90,83% do total

ocorreram entre os anos de 2002 a 2007; 1,99 % ocorreram em 2008 e 7,18% em 2009, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Desmatamento acumulado por ano na biorregião do MSVP

Ano	Desmatamento/ha	% Desmatado	% Mosaico
2002 a 2007	255.262	90,83%	13,54%
2008	5.582	1,99%	0,30%
2009	20.182	7.78%	1,07 %
Total	281.025	100%	14,91 %

Fonte: Relatórios/IBAMA, CSR 2009 e 2011.

Org.: Funatura, 2012.

Adp. MARTINS, G.I., 2015.

Conforme podemos observar na tabela 2, quase 15 % da vegetação nativa do MSVP foi desmatada em apenas 7 anos. Em grande parte, estes desmatamentos devem-se a retomada dos monocultivos de eucalipto, sobretudo, nas APAs de Cochá e Gibão e Pandeiros. De um lado, o desmatamento permite questionar o próprio funcionamento dessas APAs enquanto indutoras de práticas mais sustentáveis, apesar de sua importância do ponto vista econômico e social, sobretudo, para as comunidades camponesas. Do outro, revela a ineficiência do Estado em consolidar tais espaços e destiná-los aos fins para os quais foram criados. Além dos problemas ecológicos advindos com o desmatamento, os eixos de desenvolvimento do MSVP podem sofrer impactos, considerando, sobretudo, a necessidade do Cerrado em pé para as práticas do extravismo e, evidentemente, das práticas turísticas ligadas ao consumo de natureza. Estes dados da tabela 2, são complementados pelos da tabela 3 que demonstram o desmatamento por município.

Tabela 3: Desmatamento dos municípios mineiros pertencentes a biorregião do MSVP – 2002-2012.

Município	UF	Área Municipal total Km ²	Área Mosaico ao município Km ²	% desmatamento município
Arinos	MG	5.279,41	241,76	0,10
Bonito de Minas	MG	3.904,90	3.895,38	11,90
Chapada Gaúcha	MG	3.255,18	2.801,25	11,30
Cônego Marinho	MG	1.641,99	875,82	11,84
Formoso	MG	3.685,70	1.387,57	2,78
Itacarambi	MG	1.225,27	739,13	13,30
Januária	MG	6.661,65	4.970,35	12,76
Manga	MG	1.959,18	524,31	1,6
São João das Missões	MG	678,27	678,27	16,44
Urucuaia	MG	2.076,94	353,15	2,85

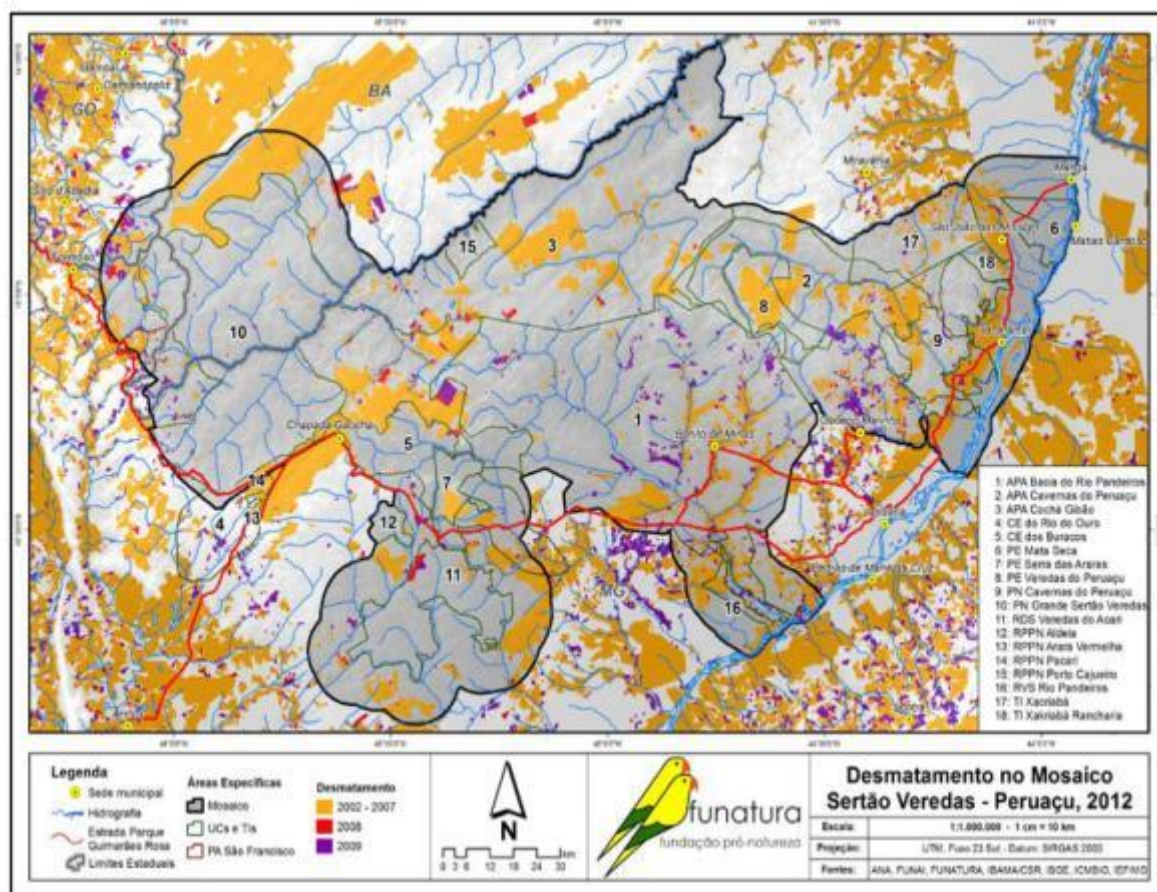
Fonte: Relatórios/IBAMA, CSR 2009 e 2011.

Org.: Funatura, 2012.

Adp. MARTINS, G.I., 2015.

Quando se espacializa os índices de desmatamento por município, conforme observamos na tabela 3, é possível notar que as maiores áreas devastadas ficam em São João das Missões (16,44%), Itacarambi (13,30%), Januária (12,76%) e Bonito de Minas (11,90%). Do mesmo modo os menores percentuais podem ser verificados em Arinos (0,10%), Manga (1,63%), Formoso (2,78%) e Urucuiá (2,85%). A Funatura informa que “mais de 80% ocorreram dentro das três áreas de proteção ambiental (APA [Gigão e Chochá, Carvenas do Peruaçu e Pandeiros]), que são unidades de conservação de uso sustentável” (FUNATURA, 2012, p. 13). Um dos elementos explicativos para este quadro é falta de zoneamento e de plano de manejo das APAs da biorregião do MSVP. Estes dados do desmatamento entre os anos de 2002 a 2009 foram espacializados no mapa 9.

Mapa 9: Desmatamento na biorregião do MSVP entre 2002-2009.



No mapa 9, os dados apresentados na tabela 2 e 3 são espacializados e permite uma análise mais detalhada da expansão do desmatamento. Em um primeiro momento, é preciso notar que o desmatamento aumentou de uma forma mais geral, sobretudo, observando as áreas adjacentes ao MSVP, que revela um processo bem mais intenso do

que aqueles vivenciados no interior da biorregião do mosaico. Em efeito, entre 2002 e 2007 o desmatamento se deu de modo mais intenso, inclusive no interior do mosaico. É preciso ponderar também que boa parte destes processos se deram antes do reconhecimento do MSVP em 2009, quando as propostas de gestão integrada começaram a se delinear. Apesar disso, os números do ano de 2009 revelam um novo avanço das áreas desmatadas.

Quando se trata de desmatamentos, sobretudo, dado a intensidade com qual se desenvolve, carece-se de dados mais atualizados. Estes, porém, não estão disponíveis. Há indicativos da situação, mais de forma muito esparsa na grande Imprensa. O Jornal Estado de Minas, por exemplo, vem divulgando dados importantes. Citaremos aqui três reportagens: 1- “Áreas do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha correm risco de desertificação”; 2- “Devastação agrava a falta de água no Norte de Minas Gerais”; 3- “No Norte de Minas, corte de matas é feito apenas para liberar terreno”. Os títulos das reportagens são sintomáticos, neles estão expressos as consequências do avanço do desmatamento, mas é preciso adentrar em seu conteúdo.

O cenário descrito pela primeira reportagem é o seguinte: o foco do desmatamento é, sobretudo às margens dos grandes rios, áreas mais conservadas até recentemente; a intensidade deste processo tem como consequência provável o processo de “desertificação”⁶². Especificamente para a biorregião do MSVP, “região vista como fronteira agrícola”, produtores “recorre[m] a tratores e equipamentos pesados, com vestígios até do uso de ‘correntão’, prática de desmatamento que provoca sérios danos por arrancar pela raiz” (ESTADO DE MINAS, 2015, s/p).

A linha de raciocínio da segunda reportagem é muito semelhante:

O desmatamento acelerado agravará a falta de água no Norte de Minas, região historicamente castigada pela seca. ‘Sem a cobertura vegetal, aceleram-se os processos de erosão, com perda de solos orgânicos, carreamento e assoreamento de nascentes, várzeas, córregos e rios. Isso gera um efeito cascata catastrófico: a água deixa de ser absorvida mais lentamente, não repondo os lençóis freáticos que, conseqüentemente deixam de abastecer nascentes e cursos d’água’ (...) (ESTADO DE MINAS, 2015, s/p).

⁶² Segundo o Dicionário de Geografia desertificação é a “evolução bioclimática que tende a transformar uma região em deserto com o desaparecimento progressivo da vegetação”. Trata-se, geralmente, de um fenômeno natural, mas que pode ser engendrado ou agravado pela deflorestação, queimadas e solta de gado e outras atividades agrícolas (GEORGE; VERGER, 2013, p. 18 [tradução livre]).

Na terceira reportagem temos, então, dados relevantes a respeito do desmatamento. Nesse sentido, os “registros do sistema de monitoramento do IEF revelam que, em dois anos, entre maio de 2013 e de 2015, foram desmatados 25.468 hectares de Cerrado”. E mais, há uma mudança no padrão de desmatamento, se outrora primeiramente a vegetação nativa era transformada em carvão e somente em seguida o solo convertido em monoculturas. Atualmente, dado a queda do preço do produto e com o avanço da fiscalização, a atividade deixou de ser atrativa. “Mas o desmatamento continuou para plantação de eucalipto (...). ‘Os proprietários estão derrubando a vegetação nativa com interesse exclusivo de ‘limpar a área’. Como a produção de carvão não é mais atrativa, **eles enterram o material lenhoso**” (ESTADO DE MINAS, 2015, s/p [grifos nosso]).

Dos 25.468 hectares desmatados entre 2013 e 2015, “4,2 mil hectares de desmatamento ilegal [aconteceram] na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pandeiros”. Além disso, na “área próxima às margens do Rio Pandeiros, a fiscalização localizou uma área de desmate de 250 hectares, onde estava sendo feito o plantio de eucalipto, sem licença ambiental” no qual “foi constatada a derrubada de 130 pequizeiros, árvore símbolo do cerrado, imune de corte” (ESTADO DE MINAS, 2015, s/p). A conclusão decorrente destes dados é que os processos identificados pela Funatura entre 2002 e 2009 se expandiram e ganharam novas nuances.

A grande questão subjacente aos dados relativos ao desmatamento e diz respeito justamente a distribuição ecológica relativa dos recursos. Isto é, boa parte dos dados apontados refere-se a um setor particular ao agronegócio, seja ele ligado a produção de soja e capim, seja ligado aos monocultivos de eucalipto. Em outras palavras, uma questão distributiva de recursos é latente, quem controla e usa os recursos de forma exarceba é, sobretudo, o agronegócio. Isto está expresso tanto nos depoimentos quanto nos dados apresentados. O agronegócio, em suas muitas manifestações, não consome apenas o espaço ambiental que lhe é subjacente, isto é, o lugar no qual ele se materializa, ele consome outros espaços ambientais, sobretudo, das comunidades camponesas. Os depoimentos que se seguem ajudá-nos a compreender a estas afirmações, sobretudo, porque revelam o agravamento da situação ambiental e social devido a contaminação de cursos d’água e revela os efeitos de escala do agronegócio.

[**Fragmento 10**] Recentemente, em análise feita no rio Pardo, que é um rio muito importante que passa e vai para o rio São Francisco, ele foi poluído com alguns elementos, inclusive **elementos proibidos**,

uma coisa absurda, tem gente usando DDT que já é banido a mais de décadas, mas foi encontrado no Rio Pardo. **E esse rio tem comunidades tradicionais que estão bebendo água dele, então, esse DDT só pode ter vindo de contrabando**, por que ele está banido, então vem de onde? Será que isso é uma coisa isolada?

Além da transformação física da paisagem, em tempos recentes, sobretudo, com o uso de produtos químicos proibidos, às águas também entram no limbo das transformações com a presença “inclusive **elementos [químicos] proibidos, uma coisa absurda (...)**”. A presença de diclorodifeniltricloroetano-DDT no rio Pardo, responsável pelo abastecimento de comunidades camponesas é o principal indicativo deste conflito, sobretudo, porque nesse “**rio tem comunidades tradicionais que estão bebendo água dele**”. O conflito em torno da água não se restringe a poluição química, com avanço do desmatamento sobre áreas de Veredas e mesmo sobre as Chapadas (conforme descrevemos no capítulo 3, as chapadas tem função essencial no Cerrado) diminui a vazão dos rios, criando novas contradições. Isto pode ser observado no fragmento 11:

[Fragmento 11] Igual nós estamos aqui nessa dificuldade, agora eu vou falar da minha defesa em nossas comunidades, o que tá **acontecendo porque nós estamos em falta de água**, moramos no Barranco do Carinhanha, eu estou na Carinhanha (...) mas no Carinhanha se você entrar [no rio] dá no meio da canela. Nós tínhamos o Pato, que era chamado Pato Fazenda, Pato que era um córrego que você entrava e mergulhava... **e se você hoje for lá e mergulhar, não dá para tampar a sandália...** aí hoje eu vejo que é até um sinal que tem uma pedra cá e outra lá mas no barranco do rio...**nós lavamos roupa lá em cima dessa pedras e hoje nós estamos aqui dentro da margem do rio...**por que que essas coisas fez assim? **Por que os povos que vieram desmataram as cabeceiras, abriram porto e fizeram desmato, seu coronel comprou o direito lá, fez o desmato na beira do rio**, nós fomos reclamar, eles falaram assim vocês não tem nada a ver... Que aqui é nós é que mandamos, eu que sou nascido e criado que é herança do meu avô, é herança do meu bisavô... As madeiras que tinha lá, se fomos abrir os braços não dava conta de abraçar porque elas eram bem criada bem formada... **e nós estamos até com medo da falência que é igual aquele rio que vai para São Francisco. Pensa que o São Francisco ia ter aquela falta?**

Um novo sujeito discursivo, com lugar de fala distinto, remete a mesma problemática, o esgotamento dos recursos dado as práticas espoliativas engendradas pelo avanço do agronegócio. No fragmento em análise, diferentes temporalidades se coadunam. Primeiramente, o enunciador recorre a memória para informar as condições ambientais e as estratégias sociais de apropriação da natureza. De forma geral, fica em

evidência o contraste entre um tempo passado, de recursos fartos e disponíveis a todos, e o tempo presente, de recursos escassos e cada vez mais restritos aos não-proprietários.

Opondo-se no discurso, o enunciador contrapõem diferentes momentos históricos, que resultam, evidentemente, em formas distintas de apropriação da natureza. Para além da construção discursiva, as formas do discurso, é preciso notar o conteúdo da narrativa. Nele encontramos contornos daquilo que estamos compreendendo como conflitualidades, a tensão latente entre diferentes grupos sociais, mas também a exarcebação deste processo e, conseqüentemente, o desdobramento em conflitos em torno de apropriação dos recursos e espaços ambientais. A leitura e análise dos fragmentos a seguir ajudam neste trabalho.

[Fragmento 12] E hoje tá tendo falta, do Carinhanha porque está vazio (...) quando passamos lá, fazemos que nem a música, choramos, sai água do olho que [porque] a lagoa secou, as lagoas que tomávamos banho, tinha aqueles zilhão de lagoas lá, fora do Carinhanha ... Passa lá está mais seco do que esse concreto da salinha... Será que é fácil ver essas coisas todas? Pra mim que sou nascido e criado lá, fazendo 60 anos nasceu e criou lá, é minha cultura, lá eu tenho vivência, lá eu percebo a natureza, ensino a meus filhos que não se pode fazer, **dou lição para outras pessoas que começou fazer o desmato, não faz isso que vai ser problemático...** Mas lá está largado, lá está abandonado e eu porque eu cuido do meu terreiro, do meio ambiente também, **mas se brincar os senhores não vão me dar nem o meu direito de lei que eu poderia ter.**

[Fragmento 13] Sempre falo isso em casa, sempre falo isso na hora de celebrar o culto em casa, sou católico de verdade, na hora de celebrar eu entrego a Deus: - toma conta desse lugar porque **nós não temos uma lei, não temos uma... Lei que poderia tomar providência por nós para ver se consertava isso... Será que a gente poderia abrir mão e largar de mão para lá, não!** Podemos isso? Então é essa coisa... Mas sempre acompanho as leis, **sou uma pessoa que vive na minha fraqueza.** Então é isso que falo, todos temos de respeitar direito [do outro] (...) **cada um tem seu direito... Será que podemos passar em cima de todo mundo aqui? O que significa as coisas que acontecem lá na nossa roça?**

[Fragmento 14] O rio Carinhanha que está com menos água do que já teve historicamente, o desmatamento de veredas e do desmatamento de cabeceiras, essas práticas somadas vão diminuindo a quantidade de água. E ainda há a proposta das PCHs no rio Carinhanha e é tudo com aquela visão desenvolvimentista sem respeitar as reservas sem respeitar as comunidades locais, são coisas que a gente não pode aceitar, inclusive, a intenção de criar mais especificidades dentro das políticas públicas seja até mais interessante.

Nos fragmentos em destaque há dois sujeitos de enunciação, mas remetem a mesma prática discursiva – esgotamento dos recursos graças ao manejo inadequado do

ambiente. Inicialmente, o sujeito recorre à memória no intuito de traçar distinção entre as condições do presente e a aquelas de outrora. Faz isto no intuito de indagar as razões utilitaristas subjacentes à apropriação da natureza. Não há um ambiente apropriado sem sujeito, no caso em análise, os sujeitos deste modelo de apropriação são os agentes do agronegócio. E a forma de apropriar da natureza destes é através do “desmato” – informa o enunciador. “Desmato” deve ser compreendido em sentido amplo, não apenas se retira a vegetação, desmato atinge a qualidade e quantidade de água em rios e lagoas; interfere na possibilidade de realização do extrativismo, enfim, afeta a vida como um todo.

Na segunda parte do depoimento há uma conclusão muito sóbria: apesar de a natureza ser apropriada privadamente, às comunidades camponesas sobram os riscos (água contaminada) e os efeitos ambientais (a diminuição da vazão dos rios), ou melhor, os custos ambientais desta apropriação privada são distribuídos de forma desigual, impactando, sobretudo, aquelas comunidades que dependem de tais recursos. Apesar da apropriação privada, os custos ambientais são coletivos e afetam uns mais do que outros. A distribuição desigual dos efeitos negativos tem relação direta com a capacidade econômica e social de cada grupo em minimizar ou escapar das situações que lhe são impostas⁶³. Diante disso, informa o enunciador, a falta de água, com a diminuição do fluxo do rio Carinhanha, dificulta a vida camponesa, e mais, as lagoas marginais, outrora as responsáveis pelo reabastecimento dos rios, secam na medida em que se avança a degradação da vegetação. Diante deste quadro o enunciador demanda “uma lei que defenda seus direitos” e conclui: “sou uma pessoa que vive na minha fraqueza”.

Há questões de fundo nos fragmentos 12 e 13, pois neles estão expressas as lógicas distintas de apropriar e significar a natureza: o modo camponês e o modo estrangeiro do agronegócio. Apesar de ser a mesma base material, o Cerrado, cada grupo atribui a ele um sentido, um mais utilitário o outro mais simbólico funcional. Há uma percepção de mudança que, na concretude do discurso, ganha tons de denúncia, denúncia relativa aos direitos de certos sujeitos sociais prevalecerem sobre os outros. Diante disso, o sujeito enunciador indaga: “Será que podemos passar em cima de todo mundo aqui?” Indicando o imperativo da propriedade privada sobre a lógica dos direitos

⁶³ Migração é uma das soluções postas, como é o caso, por exemplo, do enunciador dos fragmentos 13 e 14, possível de identificação pelos usos dos dêiticos espaciais “lá”, remetendo ao distanciamento do lugar de origem.

coletivos. É dessa lógica de direitos consuetudinários e dos direitos capitalistas sobre a propriedade e seus recursos, do confronto entre elas, que emergem as conflitualidades da biorregião do MSVP. Nos enunciados ficam subentendidos também concepções de natureza e projetos de sociedade distintos.

O fragmento 14 tem mais a função de demonstrar a concretude dos conflitos em torno do ambiente, ou melhor, como a desigual distribuição ecológica dos recursos e dos efeitos negativos influi de forma distinta na vida das pessoas. E mais, o fragmento coloca novos ingredientes na conflitualidade já latente, a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs. O mesmo sujeito enunciadador esboça as razões subjacentes a estas propostas, “aquela visão desenvolvimentista sem respeitar as reservas, sem respeitar as comunidades locais”. O que se delineia, progressivamente, sobretudo com as PCHs, é o aprofundamento das contradições, aprofundamento das desigualdades relativas à água, à terra de trabalho, enfim, à natureza.

Apesar desta conflitualidade latente, há um tom consensualista que pode ser observado nos fragmentos a seguir:

[Fragmento 15] Então **que haja o agronegócio, mas de forma mais organizada, respeitando as comunidades rurais, respeitando os corredores ecológicos, respeitando as bordas de chapada, e também fazendo o uso de agrotóxicos de forma mais responsável, não dispersando agrotóxico por avião ainda mais do lado do parque nacional...** Isso não pode, a gente vê que o pessoal faz... Faz desmatamento sem licenciamento, então enquanto houver essas posturas vai ser difícil haver essa convivência.

[Fragmento 16] Então, é isso que a gente defende, é essa discussão que é **parte para tentar chegar a um planejamento baseado em formas mais adequadas, o uso de agrotóxicos de forma mais responsável, isso sim a gente defende.**

Este fragmento é indicador daquilo que Henri Ascelrad (2010) chama de “ambientalização”. Ambientalização refere-se ao “processo de adoção de um discurso ambiental genérico por diferentes grupos sociais, com a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas e científicas” (ASCELRAD, 2010, p. 103). Em outras palavras, ambientalização tange diretamente a questão da interiorização pelos grupos sociais de diferentes facetas da chamada “questão ambiental”. Segundo o autor, é por meio deste processo que questões vão sendo construídas e expostas à esfera pública, às vezes, serve também para mascarar certas contradições.

Acontece que, conforme, podemos observar no fragmento em análise, esta ambientalização no MSVP dá-se no intuito de produzir consensos. Isto é, no lugar da contestação, há o princípio de apaziguamento das contradições, no lugar do enfrentamento teórico e prático, há aquilo que Ascelrad denomina de “modernização ecológica”. Isto é expressivo no ideal de um agronegócio “mais organizado” e “respeitoso” ao ambiente e as comunidades. Portanto, é um discurso que legitima o agronegócio, sem questionar seus fundamentos ambientais, sociais e econômicos. Apesar do aparente tom crítico, o discurso desemboca na mesma questão: é preciso conciliar. No lugar de um ecologismo combativo, há um ecologismo reformador, fundamentos presentes também do Plano DTBC, conforme veremos mais adiante neste capítulo.

Observada estas questões, é preciso destacar alguns pontos a mais do fragmento 17. Vejamos: há uma conflitualidade latente na biorregião do MSVP, dado o avanço do agronegócio, da retomada dos plantios de eucalipto e do crescente desmatamento. Isto tem como consequência poluição, contaminação de mananciais, diminuição da vazão de rios, etc. Isso conduz a custos ambientais altíssimos, tanto à conservação da natureza como às comunidades camponesas. Diante deste quadro complexo, o sujeito enunciador informa que se carece de mais “planejamento”. Esta é a face reformadora do discurso ambientalista do fragmento em análise, preocupações ecológicas subsumidas ao agronegócio, pois no lugar do “confronto” busca-se a cooperação entre práticas contraditórias.

Certamente, criar formas para controlar o uso de agrotóxicos, os desmatamentos, etc., é fundamental, mas isto não resolve o problema, apenas há o redimensionamento. Conforme sublinha Ascelrad (2010), é preciso indagar a fonte do esgotamento dos recursos, pensar na qualidade das relações que fundamentam os usos sociais da natureza. Portanto, é preciso colocar sobre a mesa como usamos os recursos e repensar o próprio modelo de sociedade subjacentes a eles. Quando se demanda planejamento, algumas questões pairam: não é o Plano DTBC, os planos de manejo de cada UC uma forma de planejamento? Qual é o sentido da total exclusão do agronegócio de seu escopo de ação? Como estes encaram a retomada e crescimento do agronegócio? Há uma clivagem evidente no fragmento discursivo, sobretudo, pelo tom reformador e consensual. Isto indica o posicionamento do sujeito, indica, sobretudo, que embora haja um discurso ambientalista, e talvez uma luta ambientalista, é uma luta travestida em soluções “paliativas”.

No início do item indicávamos um conflito ambiental tripartite – agronegócio, comunidades e conservação. Neste item dedicamos somente aqueles conflitos ligados mais diretamente ao agronegócio, o conflito entre comunidades e UCs é objeto do próximo item. Mas, antes é preciso pontuar algumas questões:

- A conflitualidades é processual, e refere-se às tensões sempre em construção em qualquer grupo social. Conflitos referem-se ao desdobramento deste processo, o fato concretizado. Na biorregião do MSVP, há uma conflitualidade histórica – a forma como diferentes grupos apropriam da natureza. Coevamente, isto se desdobrou em conflitos ambientais – encurralamento de comunidades, produção de escassez, poluição de água, ar e solo, retirada desordenada de vegetação.
- Isto se deve tanto a expansão do agronegócio com a ocupação de novas áreas, como também a retomada dos plantios de eucalipto. Ambos produzem efeitos diretos na paisagem, diminuição da vegetação nativa, empobrecimento da biodiversidade, diminuição da vazão de rios, etc.
- A despeito deste processo, há dois discursos em disputa. Um mais consensualista e reformista, representativo, sobretudo, entre membros das ONGs e do próprio agronegócio, outro mais crítico, sobretudo, entre as comunidades camponesas que sofrem os impactos diretos deste processo.
- Estes discursos em disputa tem relação direta com a distribuição ecológica relativa e com os custos ambientais. Enquanto o consumo de recursos e dos espaços ambientais aumentam gradativamente no agronegócio, os custos ambientais de tal processo atingem de sobremaneira as comunidades camponesas.
- E, por fim, é preciso destacar que o Plano DTBC em execução desde 2009 no MSVP não tem um conjunto de ações para tais conflitos, o Conselho do Mosaico realizou algumas ações, como, por exemplo, uma discussão sobre os efeitos do plantio de eucalipto e das PCHs. A Funatura tem apontado os índices de desmatamento, e apontado à necessidade de um enfretamento mais direto para controlar tal processo. Mas, não há no horizonte imediato nenhuma solução desejável, o fortalecimento do extrativismo e turismo ecocultural procura criar medidas para equilibrar conservação e desenvolvimento. No entanto, a expansão deste processo de espoliação coloca em dúvida, inclusive, a sustentabilidade destes eixos de desenvolvimento.

Para complementar este quadro delineado neste item, é preciso compreender os conflitos entre as UCs e as comunidades camponesas. Esta é a intenção do próximo item.

5.2 Regularização fundiária e os desafios da justiça ambiental

Compreende-se por regularização fundiária um conjunto de medidas de cunho administrativo, judicial, social e ambiental, etc., que tem por objetivo regularizar as ocupações estabelecidas no interior das UCs. Trata-se de um amplo processo que visa definir situações dominais e possessórias de imóveis rurais situados dentro dos espaços territoriais destinados legalmente à proteção ambiental. Evidentemente que este é um desafio complexo, considerando, sobretudo, a complexidade histórica de ocupação territorial no Brasil. No entanto, a efetiva implantação e consolidação de uma UC, seja de proteção integral, seja de uso sustentável, demanda o processo de regularização fundiária.

Quando se coloca a necessidade de regularização fundiária para consolidação das UCs, quando se demanda o efetivo reconhecimento da situação fundiária para se consolidar, os planos de manejo tem-se, em primeira instância, um olhar técnico. No entanto, à medida que se adiciona novas questões, como, por exemplo, a presença de comunidades camponesas no interior de UCs, populações que, aliás, quase nunca possuem o título formal da terra, a questão ganha complexidade. De que modo proceder à regularização fundiária sem que esta se converta em um processo de precarização territorial e injustiça ambiental?

Um dos grandes desafios do desenvolvimento de base conservacionista, isto é, o desafio subjacente à proposta de consolidação deste modelo de desenvolvimento passa necessariamente pela questão da regularização fundiária no MSVP. Diante disso, neste item procuramos, primeiramente, delimitar fundamentos teóricos e legais subjacente aos processos de regularização fundiária, apontando os desafios deste processo na consolidação das UCs dos MSVP. E por último, demonstramos alguns exemplos empíricos deste processo, bem como, as contradições inerentes, como, por exemplo, a intensificação dos conflitos entre as UCs e as comunidades camponesas. A questão que nos guia é a seguinte: a regularização fundiária refere-se à questão agrária ou a questão ambiental? Quais as consequências dos processos de regularização fundiária em curso no MSVP? Como fica a questão da justiça ambiental e do reconhecimento de direitos consuetudinários?

Conforme Ludmila J. Duarte Oliveira (2010, p. 153), o “processo de consolidação da unidade de conservação sob o enfoque da titularidade da área é usualmente denominado ‘regularização fundiária’”. Este processo é essencial para que as

medidas propostas no plano de manejo tenham a possibilidade de ser concretizadas. No entanto, é preciso pensar a regularização fundiária para além da mera adequação e/ou transferência de títulos. Em primeiro lugar, é preciso considerar as categorias de manejo – as UCs de proteção integral exigem a completa desapropriação de propriedades privadas e a sua transferência ao Estado; bem como, remanejamento de posseiros; as UCs de uso sustentável não exige o processo de transferência, mas o levantamento da estrutura fundiária é essencial para garantir os processos de zoneamentos e formalização dos Contratos de concessão de direito real de uso.

Embora cada categoria de manejo exija um processo distinto no que se refere à regularização fundiária, conforme argumentam Ana Cláudia Graf e Cíntia Oréfice “a efetiva implantação de uma unidade de conservação seja de proteção integral, seja de uso sustentável, passa necessariamente pela ordenação dos direitos e deveres dos titulares de domínio ou de posse sobre as áreas respectivas” (GRAF; ORÉFICE, 2002, p. 803). Em efeito, para consolidar uma UC, isto é, para que os fins para os quais ela foi criada possam se consolidar, há dois mecanismos principais, ou desapropria as áreas afetadas passando a titularidade ao Estado, ou se limita e regulamenta os usos permitidos da área afetada.

Em segundo lugar, é preciso refletir sobre os fundamentos jurídicos subjacentes aos processos de regularização fundiária em UCs. Conforme Sebastião Azevedo (2002), “regularização fundiária no sentido adotado pelo direito agrário consiste na definição de situações nominais e possessórias de imóveis”. No plano ambiental há um sentido diverso, embora os fundamentos sejam os mesmos, isto é, com a definição das situações nominais e possessórias, não se procura reconhecer e manter “intocáveis” as propriedades. Ao contrário disso, procura-se “incorporar as terras ocupadas a justo título ou não ao patrimônio do órgão gestor da unidade de conservação” (AZEVEDO, 2002, p. 37).

A regularização fundiária, neste sentido, tem dois objetivos. O primeiro deles é criar condições efetivas para as práticas de manejo, evitando o prolongamento de conflitos e usos inadequados da área protegida. Segundo, conforme Oliveira (2010), quando uma área é decretada de interesse para a conservação, um conjunto de restrições é colocado sobre o território. Isto pode implicar no “completo esvaziamento econômico do direito e, ainda que a função socioambiental atualmente integre o próprio conceito de propriedade, a proteção da biodiversidade não pode representar expropriação vedada pela Constituição” (OLIVEIRA, 2010, p. 153).

Nesse sentido, “a adequação da titularidade da área à espécie de unidade de conservação – inclusive com a desapropriação e indenização nos casos de unidades de conservação de posse e domínio públicos – proporciona a distribuição equitativa dos custos da proteção ambiental” (OLIVEIRA, 2010, p. 153). É preciso notar que na prática este caráter positivo descrito por Oliveira, que aponta inclusive a regularização fundiária como atenuante de conflitos, é bem mais tênue. Consolidar uma UC do ponto de vista fundiário é sempre um processo lento, com várias nuances e conflitos. Regularizar, às vezes, significa deslegitimar modos de vida, aumentar a precariedade territorial de certos grupos, etc. Questões aprofundadas durante este item.

De forma geral, o processo de regularização fundiária é mais conflituoso nas UCs de proteção integral, Parques Nacionais e Estaduais, por exemplo, e a forma como este processo acontece pode envolver diversos institutos jurídicos, a saber: desapropriação de um bem particular tornando-o público, a transferência de um bem público de uma esfera a outra, processos de compra e venda e doação. Uma das dificuldades deste processo, conforme Karla Aguiar Kury (2009) é que tais procedimentos não estão previstos “de forma completa em apenas um diploma legal, e nem mesmo em todos os diplomas que tratam do tema é possível obter a visão clara de suas etapas e minúcias” (KURY, 2009, p. 86).

Quando uma UC é criada, inicialmente, é delimitado os seus limites. Diante desta delimitação, inicia-se o levantamento da situação de posse e propriedade, este trabalho resulta no diagnóstico da situação fundiária. Conforme Kury (2009), este diagnóstico é considerado o primeiro passo de um longo processo para resolução da questão fundiária de uma UC. Ele é elaborado por uma equipe multidisciplinar, com a presença de pelo menos dois órgãos representantes do Estado: “(i) o ambiental; e (ii) o jurídico, devidamente aparelhado por advogados especialistas em questões de terras”. Trata-se de um levantamento prévio, cujo intuito é especializar e mapear as terras públicas, particulares, ocupações e aquelas que não possuem proprietário formal. Constrói-se, portanto, “o ‘esboço’ do mosaico fundiário da UC, que será aprofundado por uma pesquisa cartorial” do qual resulta a identificação dos instrumentos jurídicos necessários ao processo de regularização (KURY, 2009, p. 87).

O levantamento cartorial da titularidade é uma das etapas mais complexas de todo o processo. O intuito é identificar o real titular da propriedade em questão. A pesquisa cartorial busca levantar a cadeia sucessória do imóvel por meio das análises de certidões solicitadas aos cartórios. O problema advém, sobretudo, no MSVP, da

sobreposição de áreas. Conforme relato, uma mesma área tem até três registros de titularidade, sobrepondo-se. Além disso, as áreas ocupadas são maiores do que as descritas em documento, envolvendo várias outras propriedades. Este levantamento documental ocorre em Cartórios de Registros de Imóveis, no INCRA, no setor de cadastro da Prefeitura e na Secretaria do Patrimônio da União, etc.

As dificuldades deste processo dão-se “não só pela heterogeneidade da malha fundiária nacional, (...) mas também porque todo esse levantamento deve ser georreferenciado, para dar veracidade e confirmar quais as propriedades realmente estão no interior da unidade” (KURY, 2009, p. 89). Definida a situação fundiária, os trabalhos subsequentes visam detalhar cada parcela territorial, dando origem ao “laudo fundiário”, no qual são especificadas as características dos títulos. Para isto é considerado os dados de registro, a área total registrada, a área calculada a partir dos trabalhos de georreferenciamento e também a área que incide sobre os limites da unidade de conservação.

Com a consolidação destes dados da situação fundiária, inicia-se então, conforme Inah S. Guatura et. ali (2006, p. 6), os “estudos técnicos e jurídicos” para encaminhar as “propostas de aquisição de parte do patrimônio imobiliário que não seja de domínio do Estado”. Disso decorrem dois processos complementares: as ações discriminatórias para os domínios indefinidos⁶⁴; e ações desapropriatórias – quando houver domínio particular. A ação discriminatória busca “tornar possível o conhecimento das propriedades públicas, de particulares e das terras devolutas”, enfim, definir o quadro fundiário da UC, sobretudo, quando há sobreposição de titularidade. Nestas ações, trata-se também a questão das ocupações irregulares e até mesmo processos de grilagem de terra.

No caso da desapropriação judicial seguem-se os parâmetros do Decreto-Lei n°. 3.365/1941 e a Instrução Normativa do IBAMA de 2009. Segundo tal normativa, “a desapropriação dos imóveis rurais e a indenização das benfeitorias identificadas no interior de unidades de conservação federais de domínio público serão precedidas de processo administrativo instaurado de ofício ou a pedido do interessado” (BRASIL/IBAMA, 2009, p.1). As etapas que seguem este processo são: vistoria e avaliação das benfeitorias; avaliação da legitimidade jurídica da documentação; em

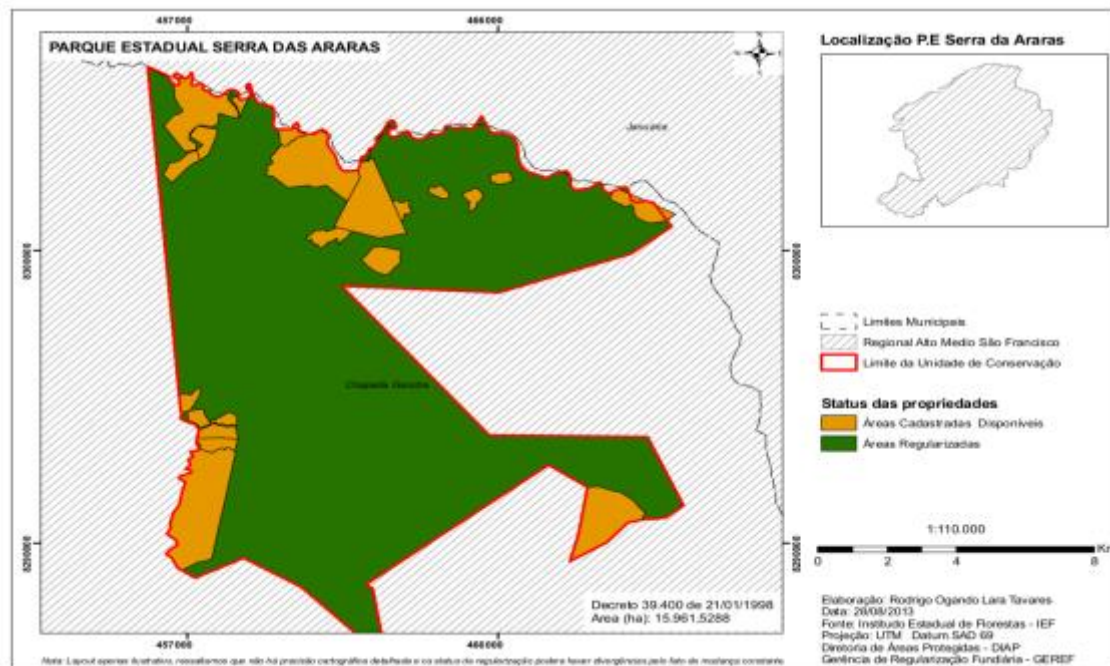
⁶⁴ “Ação discriminatória - ação real imobiliária declaratória; visa esclarecer o domínio das terras numa certa área (denominada perímetro), declarando quais são devolutas e demarcando-as” (GUATURA ET. ali, 2006, p. 6).

seguida, é aberto o processo para que o proprietário se manifeste a respeito do valor do imóvel.

Desapropriadas as áreas, entra-se, finalmente, no processo de consolidação territorial das “áreas abrangidas pela UC para que todas figurem com um único registro como propriedade do ente federativo correspondente” (KURY, 2009, p. 91). Trata-se na verdade da transferência de domínio dos bens particulares, ou públicos de outras esferas de governo, para o órgão responsável pela gestão da UC. A situação que descrevemos é a ideal, no campo prático, porém, os processos descritos sofrem com pelo menos cinco grandes desafios: estrutura administrativa; recursos financeiros; problemas documentais/cartoriais; problemas legislativos; e presença de comunidades no interior das UCs, em especial, posseiros.

Em outras palavras, a regularização fundiária esbarra-se na falta de corpo técnico nos órgãos de gestão ambiental, técnicos capacitados tanto no levantamento de documentos, quanto na questão jurídica e territorial. Além disso, a falta de recursos é uma constante, mesmo com a previsão legal das compensações ambientais. A falta de recursos prolonga a indefinição fundiária e a consolidação das UCs por décadas. A falta de uma legislação específica para a regularização fundiária em UCs também complexifica o quadro, além, como apontamos, dos problemas documentais referentes à titularidade das terras sob afetação. Apesar destes temas serem relevantes, a nossa análise incide mais diretamente na questão da regularização fundiária e a presença de comunidades no interior das UCs.

De forma geral, todas as UCs públicas do MSVP têm problemas relativos à regularização fundiária. Em algumas, como PARNA GSV, tal problema se arrasta por décadas; em todas, há também um processo de indefinição territorial. Nas UCs estaduais esta indefinição afeta a consolidação territorial em graus distintos, conforme podemos observar no anexo 2, (que aponta a situação fundiária das UCs estaduais), nas federais, apesar dos problemas, os desafios são menores. Uma das UCs mais consolidadas é o PE AS (conforme o mapa 10), mesmo neste há conflitualidades latentes – a presença de comunidades em seu interior. Este, aliás, é mais um denominador comum: a presença de comunidades camponesas, posseiros ou não.

Mapa 10: Situação fundiária do Parque Estadual Serra das Araras

Fonte: IEF, 2015.

No mapa 10 é possível notar que boa parte da estrutura fundiária do PE SA foi regularizada, característica, aliás, incomum às UCs do MSVP. Este grau de consolidação deve-se, sobretudo, ao fato de o parque abranger terras que outrora foram compradas pelo Estado de empresas reflorestadoras. Com o enfraquecimento da atividade e, conseqüentemente com o abandono das terras, estas voltaram para o domínio do Estado que as convertermos em parque. As áreas não pertencentes ao Estado não foram consolidadas, e mais, nas áreas não consolidadas encontram-se comunidades encurraladas, como é o caso, por exemplo, das Comunidades do Barro Vermelho e Morro do Fogo [Ver box 2].

BOX 2: Latifúndio, Parque e conflitos

Um exemplo das contradições subjacentes à regularização fundiária encontram-se as comunidades Morro do Fogo e Barro Vermelho sob a afetação da RDS Veredas Acari e do PESA, respectivamente, ambas no município de Chapada Gaúcha. As áreas ocupadas por estas UCs foram, em tempos pretéritos, destinadas a produção eucalipto e pinus. À medida que se expandia as áreas de monocultivos, estas adentravam ao território das comunidades camponesas. Diante deste quadro, tais comunidades entraram na justiça com o pedido de “interdito proibitório” com a finalidade de restringir as ações das empresas reflorestadoras. Este processo serviu também de incentivo às famílias para iniciarem o processo de usucapião das áreas ocupadas.

A partir deste processo, o latifundiário reconheceu as posses das comunidades, mas logo em seguida as terras foram vendidas em sua integralidade ao IEF para a criação das duas UCs. Na comunidade Barro Vermelho, a posse de 20 famílias foi reconhecida, mas somente quatro possuem registros de suas terras, as demais tem apenas a Declaração de Posse. Na

comunidade Morro do Fogo, as famílias tem a documentação da terra, mas mesmo assim enfrentam problemas com afetação da UC.

Com a criação do PESA, por exemplo, a comunidade Barro Vermelho, que possui 50 famílias e situa-se às margens do rio Pardo, ficou dividida ao meio devido ao polígono da UC. Destas 50 famílias, 20 ficam à margem esquerda do rio, portanto, não foram atingidas pelo parque. As demais ficam à margem direita e tiveram as suas terras sobrepostas. Conforme descrição do Plano de Manejo do PESA:

Barro Vermelho é uma comunidade que se reconhece (e é reconhecida pelos vizinhos imediatos) formada há várias gerações, com relações de parentesco, compadrio e vizinhanças antigas e definidas no território. Os mais velhos nasceram e sempre moraram ali, onde constituíram família e estão vendo nascer os bisnetos. Conta com aproximadamente 40 casas, esparsas. As águas e praias do Rio Pardo dividem espacialmente os moradores, ficando a maior parte ao longo da margem esquerda das águas do Pardo (...). Parte ou totalidade desta comunidade na direita do Pardo está inserida nos limites do Parque Estadual de Serra das Araras.

É certo que os moradores não desejam que a área onde vivem esteja localizada no interior do Parque, o que, na opinião deles, significa futuros problemas e conflitos. Depoentes não imaginam deixar aquele território (terras com valores sócio-culturais incutidos), como têm notícias que ocorreu com famílias de pequenos produtores residentes em áreas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Não querem enfrentar as mesmas dificuldades e transtornos de um possível reassentamento em outra área. Um líder de Barro Vermelho afirmou, categoricamente: “daqui não saio e quero morrer aqui” (FUNATURA/IEF, 2005, p. 126).

Conforme Oliveira (2015, p. 193), “O IEF deverá propor uma indenização para que todas as famílias da comunidade Barro Vermelho atingidas pelo PESA saiam de suas posses”, mesmo a comunidade Barro Vermelho sendo reconhecida oficialmente como remanescente de Quilombo (conforme a Portaria da Fundação Cultural Palmares nº. 59, de 27 de abril de 2010).

Quais fatores ajudam-nos a compreender este processo de insegurança territorial das UCs? E como as UCs engendram insegurança territorial, ou melhor, por que as UCs engendram o encurralamento das comunidades? Qual a relação deste processo com a regularização fundiária? A análise dos depoimentos que se seguem conjuntamente a dados auxiliares delinea questões importantes para as nossas análises. O depoimento a seguir indica a principal característica da biorregião do MSVP, no que refere à regularização fundiária e comunidades camponesas – trata-se daquilo que o enunciador denomina de “encurrallamento”.

[Fragmento 17] (...) A gente tá vivendo é uma situação com a **população tradicional** que tá bastante complexa e qual seria a definição? Por um lado, **a gente tem a pressão sobre as populações (...)** com avanço do agronegócio, da retomada do eucalipto e, do outro lado, é outra pressão das unidades de conservação que estão criando (...) além das que já foram criadas. Os parques Nacionais, as reservas, além do fato que o Estado vem negociando as áreas de reflorestamento, negociando suas áreas no sentido de ampliação do parque [PESA]. Toda vez que vai ampliando uma unidade vai

encurralando uma comunidade. Cada vez que amplia, encurrala uma comunidade.

[Fragmento 18] Eu fico pensando assim, é realmente é muito confuso, né? Mas eu que estava no Barro Vermelho [ver boxe 2] há pouco tempo e as pessoas falaram bem assim um morador, “**aqui só serviu pra ser parque por que da forma que nós trabalhamos durante séculos preservou e isso foi usado contra nós que agora eles tão querendo fazer um parque e nós não podemos ficar aqui**”. Olha para você ver que depoimento triste, né?

Quais análises este fragmento permite? Primeiramente, é preciso situar a historicidade do processo descrito: a criação de UCs na biorregião do MSVP incide sobre as áreas mais conservadas que, geralmente, são aquelas ocupadas por comunidades camponesas. Estas populações vivem nas encostas das chapadas e beira de veredas ou córregos, áreas não ocupadas pelo agronegócio. A forma como desenvolveram seus modos de vida, o manejo concreto do ambiente permitiu ao longo do tempo a permanência da diversidade paisagística e biológica.

As comunidades reconhecem este processo, reconhecem que se deve formas de manejos forjadas historicamente à existência da diversidade biótica e abiótica naquelas áreas ocupadas - “aqui só serviu para ser parque porquê da forma como trabalhamos durante séculos preservou” as condições ecológicas do ambiente. Deve-se também a existência de um conjunto de saberes que buscam adequar as necessidades humanas a qualidade do ambiente. É preciso identificar neste processo aquilo que Martínez-Alier (1996) denomina de ambientalismo ou ecologismo dos pobres.

No ecologismo dos pobres não há a defesa do meio ambiente *stricto sensu*, tal como nos movimentos ambientalistas urbanos, as ações buscam assegurar a capacidade de reprodução dos modos de vida. Mas ao fazer isso, criam estratégias, práticas de manejo ou regras sociais de uso dos espaços ambientais que asseguram a capacidade de resiliência dos ambientes e sua diversificação. Ao manter partes do Cerrado em pé para a prática do extrativismo, ou não derrubar certas áreas de vegetação para obtenção de madeira, ou fazer rotação de cultura para diminuir a degradação do solo, por exemplo, há indícios do ambientalismo dos pobres. As comunidades camponesas do MSVP agem sob um duplo princípio: a racionalidade ambiental segundo o qual é preciso assegurar as condições ecológicas do ambiente e a sua diversidade; e a memória biocultural que resulta das observações e experiências no manejo do ambiente. Trata-se, portanto, de um conjunto de saberes aliado ao manejo e adequação do ambiente a um modo de vida.

O enunciado “preservação” em destaque no fragmento, não se refere aquela dos ecologistas, segundo qual parte da natureza deve ser reservada e não pode sofrer qualquer uso humano. Ao ordenar ecologicamente os processos produtivos através de complementariedade dos espaços (Chapadas, brejos, encostas e veredas), parte da riqueza ecológica de seus territórios foi mantida ao longo do tempo - este é o sentido de preservação entre as comunidades. Preservação e diversificação dos sistemas ecológicos é, portanto, a expressão concreta do manejo do ambiente historicamente forjado entre as comunidades camponesas do MSVP. É também a forma concreta do ecologismo dos pobres.

Nesse sentido, ao referirem-se as muitas comunidades camponesas da América Latina, Enrique Leff et. ali. (2002) destaca que “articulação produtiva de diferentes ecossistemas (...) provém da percepção da natureza como um processo sinérgico integrado e não como um acervo (estoque) de recursos” (LEFF et. ali, 2002, p. 497 [tradução livre]). Tais estratégias levaram tanto a otimização do trabalho através da diversificação da produção e dos lugares de produção, quando a diversificação dos ambientes. Nesse sentido, a história ambiental dos lugares ocupados pelas comunidades camponesas só pode ser compreendida à medida que consideramos a ação humana, simbólica e funcional, adaptada, modifica e diversifica a natureza através do manejo e dos sistemas agroflorestais.

Diante deste quadro temos duas contradições: a existência de áreas de preservação sem a presença humana é relevante para a conservação da biodiversidade. Evitando problemas como aqueles recorrentes nas APAs do MSVP, no qual o Cerrado vem sendo substituído pelos cultivos de eucalipto ou convertido em carvão. Mas, é bom notar que este processo está muito mais ligado à expansão do agronegócio do que às práticas camponesas de reprodução. O encurralamento ou a remoção engendra rupturas nos modos de vida, precariza as condições de trabalho, etc. E mais, coloca em risco a memória biocultural – o vasto conhecimento sobre práticas agrícolas, sobre espécies nativas, etc. Este quadro leva a insegurança territorial e a sensação de punição – aqueles que mantêm as condições ecológicas de seus territórios correm o risco de perder a terra de trabalho, enquanto aqueles que usam o Cerrado de forma predatória continuam onde estão e, às vezes, até recompensados com políticas públicas.

Ainda nos fragmentos em destaque há mais um o enunciado importante: “trabalho”. Este pode ser traduzido como expressão concreta do modo de vida destas

comunidades. Modo de vida que, aliás, integra princípios ecológicos às relações sociais e produtivas. Conforme podemos analisar no próximo fragmento discursivo.

[Fragmento 19] (...) **Ia para o brejo, para as veredas tirar [Capim] Ouro para fazer esteira por numa sacola para manter a vida e o estudo de meus filhos e hoje consegui formar o mais velho, consegui formar.** Hoje saíram do barranco do Carinhanha e moram em Brasília. Um casou tem casa própria com esse dinheiro de esteira nós conseguimos comprar um lote em Brasília, mas vocês acha que é fácil? Acha que é fácil? Mas para mim foi uma riqueza do mundo, foi uma riqueza do mundo (...).

Neste enunciado, primeiramente, é preciso situar o dêitico temporal representado pelo verbo “ia”. Em seguida, pensar este enunciado como complementar ao demais, citados, sobretudo, no fragmento 17 e 18. A partir disso, é possível reconstruir a memória discursiva e compreender os processos narrados. As comunidades camponesas atingidas pelas UCs, sobretudo, Barro Vermelho e Morro do Fogo no PESA, vivem um duplo dilema. De um lado, por questões documentais, o processo de regularização fundiária se arrasta por décadas. Este processo provoca o “encurralamento”: a comunidade fica em seu território, mas não pode usá-lo tal como outrora, com, por exemplo, retirar o Capim Ouro para produção de esteira. De outro, das 50 famílias da comunidade, 30 são posseiras, a falta de regularização fundiária assegura, mesmo que temporariamente, um território, até que sejam remanejadas.

Este duplo dilema pode ser explicado de outra maneira. O processo de regularização fundiária, entre outras coisas, tem como consequência a remoção das comunidades de seus territórios, pagando a elas apenas as benfeitorias, casas, currais, engenhos, etc. Portanto, significa perda de território, da terra de trabalho. Mas o prolongamento da permanência no interior de um Parque, sem regularização fundiária significa um conjunto de restrições amplas: a impossibilidade de abrir novas roças, de extrativismo em algumas áreas, etc. O enunciador do fragmento 17 e 18 pontua esta dualidade – “a gente tem a pressão sobre as populações”. Esta pressão, porém, advém tanto do avanço do agronegócio (com diminuição dos lugares no qual se praticava extrativismo, ou a solta do gado) como das UCs, sobretudo, as de proteção integral. Á medida que as UCs se consolidam “as comunidades são encurraladas”. Isto porque, de um lado, há o agronegócio territorializado sobre a lógica da propriedade privada e, de outro, as UCs e o seu padrão territorial de interdições de uso e manejo da natureza. Cria-se, portanto, uma condição entremeio: agronegócio ->comunidades<- UCs.

A questão da regularização fundiária abre leque para múltiplas contradições. Caso ela se concretize, haverá o processo de expropriação, sobretudo, porque a grande maioria das comunidades camponesas não tem o título formal da terra. Quer dizer que somente receberão pelas benfeitorias que realizaram na terra. O exemplo disso é o processo do PARNA GSV. Em 2002 ocorreu à remoção (ou reassentamento) de 90 famílias, grande parte delas de posseiros, no PA São Francisco, mas esta nova alocação territorial não resolveu o problema, dado as condições em que projeto de assentamento foi criado (ver boxe 3). Mas, se ao contrário, não ocorre o processo de regularização fundiária, haverá então o encurralamento, quando o território da UC sobrepõe o território camponês e cria uma série de restrições à reprodução do modo de vida.

BOX 3: PARNA GSV e o processo de encurralamento das comunidades camponesas

Um exemplo ajuda-nos a aprofundar as análises, sobretudo, pelo fato de ser uma UC de proteção integral - PARNA GSV. O PARNA GSV é a primeira UC criada na região Norte de Minas (e abrange também partes do território da região Noroeste do Estado e o Sul da Bahia), foi criado em 1989. Inicialmente este contava com uma área total 84.000 hectares, mas em 2003 a área original foi expandida para 230.853,4200 hectares. A área inicial do Parque era habitada por aproximadamente 500 pessoas distribuídas em 90 famílias (MARTINS, 2011). Com a expansão, mais 50 famílias foram atingidas pela área de conservação.

A região do PARNA GSV era habitada por grupos de camponeses que tinham como base econômica a agricultura nas veredas e a criação de gado nas terras de uso comum, as chapadas.

A partir de década de 1970, as chapadas foram ocupadas pelo Programa de Assentamento Dirigido Serra das Araras-PADSA, cuja base principal foi às áreas de grandes cultivos. Mais uma vez, mediado por políticas de desenvolvimento, as terras comunais foram privatizadas e se iniciou uma nova lógica de uso dos recursos naturais.

No entanto, as áreas próximas àquelas ocupadas pelo PADSA são ricas em veredas, nascentes de rios, com variedade de espécies de aves, répteis e etc. A Funatura no intuito de resguardar parte desta diversidade ecológica iniciou os estudos para a criação de uma UC. Efetivado este processo, iniciou-se aquilo que denominamos de “precarização territorial” dos veredeiros, isto é, devido às interdições de uso imposto pela criação da UC, como por exemplo, o cultivo da vereda, a solta do gado, etc., o modo de vida veredeiro passou por transformações profundas (MARTINS, 2011). A rigor, houve o processo de desterritorialização sem os veredeiros saírem dos seus territórios. Isto porque foram despojados de suas terras, de seus territórios, enfim, de toda a sua gramática social em nome da conservação.

Mas este processo se complexifica. No início da década de 2000, por meio da atuação conjunta da FUNATURA e do INCRA deu-se início ao Projeto de Assentamento São Francisco, local para o qual os veredeiros foram remanejados. Se o processo de desterritorialização constituído ao longo de mais doze anos, período que os veredeiros permaneceram dentro da área da PARNA GSV, era latente, com a remoção para o PA a situação tornou-se ainda mais grave. As terras do PA são impróprias para o cultivo devido os solos serem muito arenosos, e mesmo a criação de gado é inviabilizada. A migração e o trabalho de Guarda Parque tornam-se os poucos horizontes possíveis a estes camponeses. Em relação aos demais veredeiros atingidos pela a expansão do Parque, nada de concreto se desenvolveu, estes vivem sob as mesmas interdições que outrora foi aplicado ao primeiro grupo.

Quando se trata da regularização fundiária do primeiro polígono do PARNA GSV, cerca de 21% – correspondente a 17.372,29 hectares – já foi consolidada. Na área de expansão,

o ICMBio formalizou a desapropriação da Fazenda Trijunção, no município de Cocos-BA, com uma área de 825,9 hectares. Considerando a área total do Parque, cerca de 10% foi consolidado. Aqueles posseiros que não aceitaram o reassentamento permanecem no Parque em situação de precariedade territorial.

O encurralamento das comunidades nada mais é do que torná-las estrangeiras em seu próprio lugar, conforme podemos verificar no depoimento a seguir:

[Fragmento 20] [Referindo ao PESA e a comunidade Barro Vermelho]. Agora lá acabou de colocar uma corrente, né? Agora eles têm que passar na corrente, na guarita, tem que se identificar para ir a casa dele, acho isso um absurdo sabe?

Consoantes às considerações arroladas nas linhas precedentes, o encurralamento modifica a vida camponesa e gera insegurança territorial. Em outras palavras, a regularização fundiária incide de forma muito distinta sobre os diferentes grupos, às vezes, a conservação cria condições de “exclusão” territorial. As fotos, 9, 10 e 11 são daqueles camponeses que resistiram à remoção ao PA São Francisco, elas revelam o sentido concreto do termo “encurralamento” e servem de indicativo para compreendermos o processo de insegurança a exclusão territorial que estamos a descrever.

FOTO 9: Camponesa e o abastecimento de água na Vereda do Barbatimão



Fonte: ANDRIOLLI, Carmen Silvia, 2010.

FOTO 10: O curral da criação extensiva de gado

Fonte: ANDRIOLLI, Carmen Silvia, 2010.

FOTO 11: Casa Camponesa – espaço de vida das comunidades camponesas da biorregião do MSVP

Fonte: ANDRIOLLI, Carmen Silvia, 2010.

As fotos 9, 10 e 11 referem-se aos camponeses remanescentes no interior do PARNA GSV. A escolha destas fotos deu-se devido às condições territoriais e sociais nas quais vivem estes remanescentes. Trata-se de um movimento de resistência, “resistência silenciosa”, porém, esta resistência tem as suas implicações. A primeira delas é o total isolamento destes camponeses no interior do parque, com remoção de

compadres e vizinhos em 2002, estratégias de solidariedade e compadrio foram rompidas, estes se encontram “excluídos” do próprio grupo social. Além disso, com o ordenamento territorial imposto pela UC, às práticas mais cotidianas como abrir um roçado, por exemplo, são completamente impossíveis.

Apesar das contradições, do isolamento econômico e social imposto a estes camponeses, não podemos deixar de notar o ato de resistência diante do quadro de expropriação vivenciado nos últimos 27 anos, desde a criação do PARNA GSV. Permanecer no território de direito significa não ter acesso a bens básicos como estradas, luz elétrica, acesso à saúde, etc. Significa também que ingredientes básicos como a madeira para reformar a casa de morada ou a palha do Buriti para cobri-la, não estão mais acessíveis dados às interdições ambientais. Nem todos estão dispostos a viver neste limbo, o processo de isolamento e de insegurança territorial pode resultar em migração, conduzindo aquilo que um dos entrevistados denominou de “ex-comunidades” – os depoimentos a seguir narram às condições nas quais este fenômeno forjou-se.

[Fragmento 21](...) Ela [Ruralminas] veio para organizar o território porque entendia que aqui tinha muita terra devoluta, muita comunidade tradicional vivendo sem escritura e tinha que legalizar essas coisas. **Mas as comunidades tradicionais estavam como agregados e posseiros há séculos e isso vai gerar um conflito.**

[Fragmento 22] O próprio estado de Minas causou assim para gente um transtorno grande né quando ele legaliza terra devoluta e que as pessoas estão lá dentro e **nós temos muita grilagem de terra, documento sobreposto dois documentos na mesma terra ou 3 ou até, mais né? E cria as comunidades nessa situação, eles são o verdadeiro dono e depois passa não mais ser dono...** Nós temos aqui Rio dos Bois, por exemplo, **comunidade de quase 100 famílias eles são moradores tradicionais**, aí vem a proposta a medida judicial legaliza toda aquela terra, aí foi um conflito de deixar louco, aí depois o próprio governo compra a terra e pra fazer um assentamento... Então olha que situação que vai se formando né?

A sequência dos enunciados coloca em relevo um longo processo de expropriações das comunidades da biorregião do MSVP nas últimas décadas. No primeiro plano o enunciador destaca o papel do Estado neste processo, sobretudo, o papel da Ruralminas e a questão das terras devolutas. Apesar das grandes propriedades, havia grandes quantidades de terras devolutas ocupadas por posseiros secularmente. Tais terras eram fundamentais na reprodução do modo de vida destas comunidades – sobretudo, porque permite a diversificação dos sistemas produtivos, enquanto as áreas

mais úmidas eram destinadas aos cultivos, as áreas de chapadas eram destinadas à solta de gado e extrativismo. A privatização das terras devolutas (ou “organização do território”, conforme o enunciador) cria uma série de restrições a tais comunidades.

Na ação de privatizar as terras ou ocupar o “vazio” econômico e demográfico, conforme a ideologia justificadora deste processo, as comunidades que viviam sem a posse formal da terra – “sem escritura”, vivendo como agregados ou posseiros - começam a ser encurralados no fundo dos vales. Então, inicia-se aquilo que o enunciador denomina “disputa na terra” ou luta contra os latifundiários e reflorestadoras para garantir as posses sobre os quais tais camponeses ergueram e construíram seus modos de vida. Este processo, sem sombra de dúvidas, produziu um primeiro esvaziamento das comunidades, sobretudo, dos mais jovens, com as migrações aos centros urbanos. “Hoje saíram do barranco (do rio Carinhanha) e moram em Brasília. Um casou, tem casa própria com esse dinheiro de esteira; conseguimos comprar um lote em Brasília, mas vocês acha que é fácil? Acha que é fácil?” [Fragmento 23].

Este processo ganha complexidade, à medida que as UCs vão se territorializando. Neste sentido, “o parque fica ali, no fundo do quintal, você vai jogar casca de banana, joga dentro do parque e também eu perguntei: ‘mas não tem que discutir isso com a comunidade’? - Não, não.” [Fragmento 24]. Inicia-se com uma conflitualidade específica entre pessoas e parques, entre distintas territorialidades e compreensões de território. Este conflito dá-se porque “moradores do Parque incomodam, porque eles soltam gado, criam porcos, estão dentro da vereda [cultivando], eles pescam (...)” [Fragmento 25]. Viver dentro do parque (ou dentro da UC) e conviver com as restrições ambientais, mas, sobretudo com o isolamento. Isolamento leva à falta de escola, de saúde pública, programas sociais, etc., condições narradas nos depoimentos em destaque a seguir.

[Fragmento 26] O estado também, o estado de Minas quer pregar para gente que ele já foi exemplo pro Brasil, para nós ele não é exemplo de nada, porque nós estamos numa comunidade ali com 100... **É ali no Parque Januária com 100 famílias que não tem acesso à educação, nem o ministério público deu conta, foi feita a denúncia até hoje não tem resposta. Quase dois anos depois, então ele não tem acesso à educação simplesmente, (...) eles não têm o título da terra porque teve fraude aí cancelou, cancelou tudo não dá título pra ninguém mais.**

[Fragmento 27] (...) **Então nós temos pessoas aí que tão em disputa na terra. Nós temos a comunidade de Barro Vermelho (...) lá tem 40**

famílias morando dentro do parque e não podem morar lá dentro, eles vão morar onde? Então o estado comprou a terra de um latifúndio para criar o parque, imagina como se lá não tivesse morador; não podendo morar lá, eles estão sem energia elétrica, eles não podem receber um programa do minha casa, minha vida rural porque lá é uma unidade de conservação e não sabe qual fim deles, o que vai acontecer com eles.

O avanço do agronegócio produziu um primeiro encurralamento, as UCs ampliam este processo e impõem a precariedade territorial e social a estas comunidades. A solução deste processo, teoricamente, é a regularização fundiária, mas é preciso considerar que legalmente estas comunidades em sua grande maioria não tem direito a indenização pelas terras que ocupam dado o fato de serem posseiras. É preciso notar que este cenário é comum a grande parte das UCs públicas do MSVP, mas também na maioria das UCs em países latinos e africanos. Dada à complexidade do tema, há uma disputa teórica em relação a melhor solução para o problema da convivência entre pessoas e parques.

Entre estas, há posturas ortodoxas, por exemplo, John Terborgh e Carlos A. Peres (2002), em um artigo intitulado “O problema das pessoas nos parques”. Em um primeiro momento estes autores levantam algumas questões controversas. Primeiro, segundo eles, a presença de pessoas em parques é antiética com as metas da conservação e com as pessoas. Isto porque independente do grau de “aculturação” tais habitantes, estes têm o direito ao progresso econômico, melhorar suas condições de vida e “participar do mundo moderno”. Em seguida, tais autores argumentam que a prática mais comum entre os gestores é “ignorar” a existência de tais moradores (“porque eles fazem parte do sistema natural”). Em efeito, esta escolha é duplamente desvantajosa: para a conservação e para os habitantes que sofrem uma série de restrições. Diante deste quadro é preciso criar mecanismos para minimizar os impactos humanos sobre a conservação (TERBORGH; PERES, 2002, p. 336).

Para isto é preciso partir do princípio que “parques sem pessoas deve ser a meta final”, mesmo que no início a presença humana não imponha riscos à conservação, à medida que seu número crescer e seu modo de vida mudar, elas se tornarão. Assim, existem somente três saídas: reduzir o número de seres humanos vivendo em parques; reduzir o consumo *per capita* de recursos; restringir o acesso à tecnologia. Antes da escolha de um destes critérios é preciso ponderar, porém, que estas pessoas vivem abaixo “do nível de subsistência”, não permitir o acesso à tecnológica é torná-las um

“museu vivo”, portanto, estas alternativas não são viáveis “moralmente”. Resta então a opção de reduzir o número de pessoas, sobretudo, através do “controle de natalidade”. (TERBORGH; PERES, 2002, p. 338).

Segundo os autores, “limitar o crescimento da população é indolor, leva ao aumento da disponibilidade de recursos *per capita* e é moralmente aceitável na maioria das sociedades” (TERBORGH; PERES, 2002, p. 338). As estratégias de restrição à tecnologia ou a redução do consumo de recursos, de uma forma ou de outra, são aplicadas às comunidades do MSVP. Nos muitos depoimentos citados, isto ficou em evidência – falta energia elétrica, a impossibilidade de cultivar nos brejos e veredas, retirar folhas do Buriti para reformar as casas, etc. A terceira estratégia, controlar as taxas de natalidade é uma violência em todas as suas dimensões. Não basta excluir os direitos, os meios de reprodução da vida, é preciso restringir o nascimento de filhos. Concordamos com Bensusan (2006, p. 131): - “por que não pregar uma redução das taxas de natalidade de toda a população humana? Por que não defender a diminuição da pressão global sobre os recursos naturais?” E, sobretudo, por que mais uma vez sacrificar tais populações que já perderam o direito sobre o território, sobre a natureza, etc.?

Há também outra vertente que defende as possibilidades de conciliação entre gente e parque, entre comunidades e UCs. Bensusan (2006, p. 130), por exemplo, é uma das autoras a apontar a necessidade conciliação. Segundo ela, “a conciliação aumenta as chances de as áreas protegidas persistirem”. É preciso ponderar que não são as populações camponesas residentes em UCs o principal risco às estratégias de conservação. O exemplo descrito no primeiro item deste capítulo é sintomático, nele demonstramos o avanço do agronegócio e junto dele a contaminação das águas e o avanço do desflorestamento – portanto o risco a conservação está no entorno. As UCs estão situadas em um mar de degradação, situação que, às vezes, é incentivada pelo próprio Estado. É o entorno das UCs que promovem pressão sobre os recursos, diminui a vazão dos rios, etc., enfim, a conservação está diretamente ligada a um quadro geográfico e histórico, portanto, a um projeto de sociedade baseada na crença do crescimento infinito. Este é o principal risco às UCs, a biodiversidade, etc.

Considerar camponeses como risco a conservação é penalizar os mais pobres (conforme relatou um entrevistado, os mais “fracos”), criando contradições e conflitos. Apesar da necessidade de ampliar o olhar sobre a conservação e sobre as estratégias para aliar pessoas e parques, a resposta no campo empírico nem sempre segue nesta

direção. Situação que se revela no encurralamento das comunidades e na consequente produção de um quadro geográfico e social novo – as “ex-comunidades”, conforme o fragmento discursivo a seguir.

[Fragmento 28] Do ponto de vista ambientalista, (...) do próprio sertanejo então **nós temos ex-comunidades**, por exemplo, nós temos ali a **Vereda das Quebradas no município de Chapada que já foi comunidade e agora não tem nenhum morador, acabou a comunidade. Cajueiro ali reduziu, na Bahia e em Minas Gerais, (...) reduziu que acabou, não tem mais um morador.** Do lado da Bahia **os 200 moradores que tinha lá deve ter 50**, então por quê? **Por que estão abandonando? Porque tem que ter acesso à escola, a luz (...).** A região dos [Comunidade dos]Patos **está passando por isso (inaudível).** **Cansei de brigar com Januária, a gente não tem perna pra isso e fomos embora, não tem outra saída para gente não, eu queria ficar lá, mas vê a mesma situação tem que deixar os filhos fazer outra coisa.**

Esta situação geográfica, de produção de ex-comunidades, conforme argumentamos em linhas precedentes, deve-se ao desenvolvimento e consolidação da agricultura capitalista, mas também às estratégias de conservação via a criação das UCs e às restrições impostas ao território. Nesse sentido, o enunciado explica este processo como subsunção às diversas pressões que as comunidades sofreram/sofrem nas últimas décadas – “cansei de brigar com Januária, a gente não tem perna pra isso e fomos embora, não tem outra saída para a gente não”. Estamos diante da empiricização dos conflitos ambientais e suas consequências. Apesar disso, este processo prolonga-se no tempo e no espaço – “a região dos [Comunidade dos]Patos está passando por isso”.

Quando tomamos em separado ou em conjunto os diversos fragmentos discursivos expostos neste item, é possível algumas ponderações sobre os desafios colocados ao Plano DTBC, sobretudo, para se pensar em estratégias sustentáveis social e ambientalmente para se estruturar a conservação da natureza. Os conflitos encetados pelo avanço e consolidação das UCs expõem uma tripla conflitualidade: conflitos distributivos, espaciais e territoriais. A primeira questão a se notar é que são conflitos por natureza, sobre quem tem direito de apropriar da natureza. De um lado, os camponeses, consideram-se guardiões do patrimônio ambiental e cultural da biorregião, pois foram às estratégias de manejo adotadas secularmente que permitiu a manutenção das condições ecológicas do ambiente. Diante deste raciocínio, estes tem o direito de controle e de uso da natureza. De outro, respaldado juridicamente, as UCs são criadas

também para resguardar o mesmo patrimônio, dado o risco de sua total extinção. A ação humana tem uma essência antiecológica, portanto, é preciso assegurar certo distanciamento da natureza destas ações.

É do confronto ou do encontro entre estas duas lógicas de direito que surge os conflitos distributivos, pois eles resultam ou aprofundam a desigual distribuição ecológica dos recursos. Isto porque a conservação impõe restrições de uso, normatiza o território segundo lógicas que impõem o distanciamento entre as comunidades e seu ambiente. Em qualquer sociedade, a natureza é fonte da riqueza e o lugar no qual se reproduz o modo de vida, sob a lógica da conservação à natureza presta-se a outros fins, criando, portanto, situações de vulnerabilidade econômica, social e territorial. Este conflito desdobra-se em injustiça ambiental.

Além de ser conflito pela distribuição desigual ou pelo acesso desigual aos recursos da natureza, este se desdobra também em conflitos territoriais no qual há a sobreposição de territórios e de direitos. Este se manifesta quando as comunidades vêm suas terras de trabalho sendo convertidas em parque (conforme vimos nos enunciados), e isto coloca em confronto diferentes representações de território. Uma consequência deste processo é o encurralamento das comunidades em pequenos fragmentos de terras. Não podemos esquecer, porém, que as comunidades e as UCs são afetadas diretamente pelas lógicas expropriativas sedimentadas no agronegócio que domina o entorno. Temos aí a terceira via de conflitos: conflitos espaciais. Estes surgem quando, Conforme Zouri (s/d), impactos ambientais, desmatamento ou contaminação de rios, por exemplo, ultrapassam os limites dos territórios. Esta distinção é meramente teórica, no campo empírico, na vida prática das pessoas, eles se coadunam e se apresentam enquanto totalidade.

Uma questão é importante: não atribuímos valor negativo ao conflito. Concordamos com a afirmação de D. Cohn-Bendit (1981, p. 86), segundo o qual “uma sociedade sem conflitos não me interessa, a boa sociedade de segurança não me interessa. Seria o tédio mortal, verdadeiramente algo de horrível. O que eu quero é uma sociedade onde as coisas explodem de todos os lados; sem isso, a gente vai dormir”. E concordamos com Cornelius Castoriadis (1981, p. 85), para o qual “o que dizemos sobre a ecologia só toma sentido no contexto de um movimento muito mais amplo e muito mais profundo que visa à transformação radical da sociedade e para o qual a questão do poder não poderia ser posta entre parênteses”.

No conflito tem-se a oportunidade de se pensar um novo projeto de sociedade, de encontrar soluções para os problemas sociais e ambientais. É possível notar este movimento de contestação, de organização e de luta emergindo nas comunidades camponesas da biorregião do MSVP. Vejamos, por exemplo, os fragmentos discursivos em destaque a seguir.

[Fragmento 29] São situações assim realmente preocupantes porque eles não veem saída, **se realmente não unir forças**, não ampliar [as ações] porque esse povo está ali não tem acesso à educação, à saúde, a saúde então eles não sabem nem quando vem saúde, então se quebrar a perna de um lá se picar uma cobra, eles não sabem, quem está numa estrutura assim precária, quem tiver sentindo falta, assim, de um apoio numa forma geral, então realmente nós precisamos dar uma reviravolta. Espero que novos projetos surjam, que a gente consiga achar coragem porque no meio do caminho dá um desânimo tão grande para gente, porque você anda... Anda ... E imagina que avança, mas é tão pouco, precisava de avançar mais.

[Fragmento 30] Talvez seja o momento da população ter uma participação como essa pra discutir esses planos de ação do governo. Então tem muita coisa para ser discutido, como políticas públicas, acho que cabe a nós, aos moradores (...). São essas colocações né a gente sabe que são essas as condições que a população está vivendo. De um lado uma pressão de outro lado outra pressão e do outro lado à mudança (...).

[Fragmento 31] Vamos pensar [inaudível] (...) então a importância da gente viver esse equilíbrio, a gente precisa do meio ambiente, precisa também do controle ambiental, **mas precisa também da vivência não tem como viver num ambiente saudável sem população.**

[Fragmento 32] Eu tive a oportunidade de tá representando o Brasil num encontro que foi lá na Itália no dia 14 onde os países de todos os continentes do mundo se reuniram para de fato discutir essa questão **do direito à vivência das populações, direito a terra, direito à vida, direito ao alimento.** Por que isso reflete na nossa vida e é de fato o que a gente busca. E do outro lado vem à outra pressão. **Então eu acho que a gente tem que retomar essa discussão que só existe ambiente saudável onde tem populações que o protege (...).**

Que análises estes fragmentos permitem? Primeiramente, é preciso notar, sobretudo, no fragmento 29, a demanda pela integração das diversas comunidades da biorregião – é preciso “unir forças”. Apesar das resistências se multiplicarem a cada foco de conflito, estes são localizados. Em efeito, o conflito entre as comunidades do PARNA GSV se restringe a estas, sendo que no PESA um conflito da mesma natureza desenrola-se. Para o enunciador, é preciso engajar múltiplos sujeitos em uma luta

comum, a luta pelo direito à terra, à saúde, à educação, enfim, direito a uma vida mais justa social e ambientalmente. Neste enunciado fica em evidência a necessidade de encadear as ações e construir um movimento de contestação mais amplo.

Apesar de iniciar com o tom de dúvida, no fragmento 30 há a manifestação concreta daquilo que compreendemos como desdobramento positivo dos conflitos, a auto-organização e o envolvimento mais direto nos processos de decisão relativos à biorregião. O poder de decisão é igualmente repartido entre os diversos grupos e, portanto, as comunidades, sobretudo, em tempos pretéritos, não decidiam sobre as ações, planos, projetos de desenvolvimento que afetaram e modificaram as suas vidas. É preciso “unir” forças, “participar” e “discutir planos e ações de governo”, é preciso, portanto construir um quadro geográfico de reconhecimento de direito às comunidades.

Este projeto de luta parte do reconhecimento de que é preciso um “ambiente saudável”, mas também que este só é possível quando se coloca em debate o direito das populações à “vivência”, “à terra”, “à vida e ao alimento”. Não é possível pensar um projeto de sociedade que busque um ambiente saudável excluindo aqueles que historicamente contribuíram com este projeto. Não é possível pensar a conservação, desenvolvimento de base conservacionista, a consolidação do MSVP sem pensar que nele habitam pessoas concretas, com demandas e desejos concretos. Neste sentido, para o enunciador é preciso “a gente (...) retomar essa discussão, (...) só existe ambiente saudável onde tem populações que o protege (...)”. Este processo revela um movimento de contestação mais amplo, envolvendo múltiplos direitos, coloca desejos e aspirações, as relações contraditórias entre a sociedade e a natureza, entre as múltiplas lógicas de apropriação desta natureza, enfim, a teia conflituosa constitutiva da biorregião do MSVP.

Primeiro passo para concretizar este movimento é se reconhecer como sujeito portador de direitos, e lutar por reconhecimento destes direitos. Os fragmentos a seguir indicam este processo.

[Fragmento 33] Bom, Guimarães Rosa disse que sapo não pula por boniteza, pula por precisão (...). **Então já há em curso um reconhecimento**, mas eu acho que é lento demais. Para se ter uma ideia, a **Política Nacional de Comunidades Tradicionais é de 2007, a lei, o Decreto Federal, Minas veio editar agora em janeiro do ano [2014] passado a Política Estadual de Comunidades Tradicionais.** (...).

[Fragmento 34] Existe uma lei (...) de defesa do direito de reconhecimento e permanência das comunidades tradicionais e na situação que vai a gente corre o risco de ter a lei que garante, mas não ter população nessas comunidades e isso corre muito o risco e ninguém falou.

A principal referência do fragmento discursivo é a importância da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, e como esta ajuda a concretizar direitos. A importância desta lei deve-se ao fato desta garantir o direito ao território, considerado como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas” (BRASIL, 2007, s/p). No entanto, o fragmento 34 expõe uma contradição, o risco de ter uma lei de defesa dos territórios, mas dado o esvaziamento das comunidades pela pressão advinda das UCs e do agronegócio, as comunidades não mais existem física e socialmente.

Este processo revela a necessidade da consolidação e da ampliação dos movimentos de contestação emergentes nas comunidades camponesas. Felisa Cançado Anaya (2014) descreve este movimento de ambientalização das lutas camponesas expressas, por exemplo, no Movimento dos “Vazanteiros em Luta”, como movimento análogo aquele dos camponeses indianos, compreendidos como “resistência silenciosa” ou arma dos “fracos”. No qual “o vínculo com o território expropriado é mantido através da prática de pequenos atos de insubordinação, sem confronto direto, garantindo assim, a segurança dos praticantes pelo anonimato” (ANAYA, 2014, p. 4043).

O enunciado “encurralamento” referido, sobretudo, pelos entrevistados mais ligados às comunidades, tem conotação política, de denúncia e resistência. Conforme Anaya (2015, p. 4042), embora a origem destes movimentos de resistência esteja na margem esquerda do rio São Francisco, eles estão “incorporando outros povos e comunidades tradicionais da região, tal como remanescentes de quilombos, catingueiros e vazanteiros”. A teia comum a todas as reivindicações é a luta por reconhecimento, “reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas vinculadas à defesa de seus territórios”.

Estes movimentos que emergem em diferentes pontos da região Norte de Minas Gerais, contrapondo a diferentes ordens econômicas, políticas e ambientais começa a se estruturar também entre as comunidades do MSVP. Isto, por um lado, reflete a expansão e a consolidação das contradições, territoriais e ambientais, mas também a um

processo de auto-organização em defesa dos direitos à terra de trabalho, à natureza, enfim, direito a um vínculo territorial. Por outro, resistir a estas ordens hegemônicas significa a compreensão de que a biorregião é formada por diferentes territorialidades, as diferentes formas de se apropriar da natureza.

Os enunciados a seguir ajudam-nos a compreender este processo:

[Fragmento 35] [indagação minha: Neste quadro de tensão, de diferentes projetos de sociedade, de modelos de desenvolvimento é possível a convivência? Há como conciliá-los?] - É possível conviver esses diferentes modelos de políticas públicas e territorialidades? **Eu tenho uma proposta: entender a região como habitada por diferentes atores com diferentes discursos e interesses, reconhecer o espaço como multiterritorial.** Na globalização não adianta uma territorialidade querer destruir a outra territorialidade porque é isso que faz o capitalismo. **Eles chegam às comunidades e quer mandar embora, então a gente tem que entender que entre nós há diferentes atores e que num mesmo espaço tem diferentes territorialidades e cada um tem uma concepção.** A política ambiental, a política cultural, a política pública municipal, o estado. **Agora é importante esse conceito de território de espaço multiterritorializado.** Seu (___) sugeriu que as comunidades têm que discutir as políticas públicas eu também compreendo que a PN [Política Nacional], a Política Nacional de Comunidades Tradicionais sozinha não resolve. Ela tem que estar articulada com as demais políticas públicas.

[Fragmento 36] Espaço tem várias definições, para Milton Santos, ele usa o nome espaço usado, são as paisagens dotadas de materiais e objetos que o homem atribui significados. Para Michel de Certeau, francês, o espaço é espaço praticado, é aquele que é resultado da interlocução entre homem e natureza, esse conceito é melhor do que o Milton Santos, apesar de ser brasileiro, negro e nosso e orgulho. Prefiro esse conceito do Michel de Certeau do espaço praticado que é **isso que faz a comunidades tradicionais e a sociobiodiversidade e a relação dela com a diversidade biológica é a ressonância do significado do espaço praticado.**

Alguns enunciados merecem destaque nestes fragmentos discursivos, em especial, “**diferentes** discursos e interesses”, “há **diferentes** atores e que num mesmo espaço tem **diferentes** territorialidades”, respectivamente. No segundo capítulo descrevemos os interesses e os interessados por detrás da consolidação das UCs do MSVP. Estes interesses captam as demandas biorregionais e suas contradições (espoliação dos recursos, necessidade de conservar a biodiversidade) e constitui-se o principal mote explicativo para compreender a biorregião do MSVP enquanto biorregião da conservação.

Estes enunciados permite-nos uma ampliação desta compreensão, pois insistem em pontuar os “diferentes” interesses e também os interessados – Comunidades, ONGs, agronegócio, UCs, etc. Parece que os interesses se prologam no tempo, apesar de ganhar novas roupagens e novos sujeitos. Em outras palavras, a empiricização destes conduz às territorialidades díspares, torna a biorregião “multiterritorial” - conforme a expressão do enunciador; enfim, coloca no mesmo lugar, sobre relações contraditórias, sujeitos, racionalidades, representações, projetos de sociedade que quase nunca se convergem. A biorregião, e as normas que lhe estruturam, é a mescla desses “interesses” divergentes. É desta mescla contraditória, porém, que surge os conflitos ambientais e que se prologam as conflitualidades no tempo e espaço.

Para direcionar algumas considerações, é preciso dizer que sob a roupagem da regularização fundiária emerge pelos menos três processos complementares: um referente à questão agrária; outro referente à questão ambiental; ambos demandam a necessidade de refletir sobre a justiça ambiental. A questão agrária diz respeito “a disputa por terra”, por território, ou como o processo de formação territorial implicou em contradições que se prologam ao longo do tempo. Em outras palavras, a forma como se deu a estruturação e a distribuição das terras é o principal mote dos conflitos ambientais coevos. Isto se exemplifica tanto na concentração de terras no agronegócio, mas também na luta de posseiros pelo direito à terra de trabalho. A contradição original: concentração de terras em grandes latifúndios e a manutenção das comunidades camponesas às margens desta estrutura agrária se prolonga e ganha novos ares com a criação das UCs.

As UCs se “empiricizam” sobre este terreno de contradições e, na grande maioria das vezes, tais contradições são o principal empecilho à consolidação das metas e fins de manejo. É preciso notar ainda que as UCs aprofundam estas contradições, sobretudo, devido às interdições sobre o território e seus recursos, isto é, sobre o acesso e uso da natureza. As comunidades camponesas ficam neste limbo. De um lado, as contradições históricas subjacentes ao acesso à terra de trabalho, por outro, os processos de regularização fundiária, a iminência da desapropriação, as restrições ambientais, enfim, o processo de insegurança e precarização territorial. Em conjunto, estas contradições se desdobram na distribuição ecológica desigual, em conflitos ambientais dando origem as injustiças ambientais, questões não captadas pelo Plano DTBC do MSVP. Por isso, há uma necessidade de se pensar na questão da justiça ambiental e, sobretudo, questionar o silêncio do Plano DTBC em relação a estas contradições.

Discutir a questão da justiça ambiental pressupõe considerar que nenhum grupo social deve, “seja ele étnico, racial ou de classe, suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas”; e, ao mesmo tempo, colocar em análise os mecanismos “de acesso justo e equitativo” aos recursos ecológicos, favorecendo a construção de “sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento” (ACSELARD, 2010, p.112). Em outras palavras, é preciso discutir as formas desiguais de distribuição de poder e como isto engendra novas desigualdades - de acesso à terra de trabalho, à natureza e ao território.

Reconhecer as demandas das comunidades camponesas da biorregião do MSVP enquanto portadoras de direitos sobre os seus territórios, reconhecer que na construção destes territórios há a produção de uma sociodiversidade, de uma memória biocultural é uma das primeiras medidas necessárias à justiça ambiental. Estes elementos iniciais conduzem a outros, a Reforma Agrária, recategorização e redimensionamento das UCs, por exemplo. Carece a este processo esforços para que as políticas de ordenamento do território e conservação da natureza identifiquem e promovam processos sociais que permitam as muitas comunidades camponesas conservar a biodiversidade, mas como parte indissociável dos seus modos de vida. Evidentemente, o reconhecimento do MSVP é um primeiro passo a este processo, passo pequeno, aliás, dado o conservadorismo das ações propostas em seu escopo de ação.

Este conservadorismo do Plano DTBC tem impacto direto, inclusive, na escolha dos eixos de desenvolvimento, planos e projetos dirigidos por ONGs dizem mais sobre elas (os seus interesses imediatos) do que das demandas sociais para os quais se voltam.. Não há um enfretamento do quadro social, ambiental e econômico, as ações têm caráter reformista e conciliador. Esta é uma das características do Plano DTBC, pois nele não há uma proposta de transformação. Portanto, é preciso discutir alguns limites: os limites das ONGs em conduzirem ações mais efetivas em direção a um modelo de desenvolvimento alternativo; e os limites do Plano DTBC enquanto agente de desenvolvimento de base conservacionista. Esta é a intenção do próximo item.

5.3 ONGs, participação e projetos de desenvolvimento

O reconhecimento do MSVP, e mesmo os processos anteriores a ele, introduziu na biorregião um conjunto de novos sujeitos sociais, o destaque, evidentemente, volta-se para as ONGs. Estes novos sujeitos complexificam as relações sociais, as relações de poder, etc., enfim, engendra novas dinâmicas tanto para a conservação da natureza quanto ao espaço geográfico que lhe acolhe. Estes novos sujeitos tendem a comandar os processos decisórios, e comandam no ideal de representar toda a “comunidade biorregional”.

Quando chamamos a atenção para o papel das ONGs, Funatura, ADISC, Biotrópicos, WWF, Instituto Rosa e Sertão, entre outras, a intenção é discutir as ações destas organizações no que concerne ao Plano DTBC. Para isto, é preciso considerar três linhas de reflexão: i) as possibilidades e os limites de projetos de planejamento e desenvolvimento conduzido por ONGs e, sobretudo, a pretensão destas, enquanto instituições da “sociedade civil”, em opor-se ou aliar-se ao Estado; ii) examinar a potencialidade do Plano DTBC enquanto mecanismo de desenvolvimento em bases conservacionistas, isto é, a capacidade do Plano DTBC (e seus eixos de desenvolvimento) em promover o empoderamento das comunidades biorregionais; iii) e, por fim, articulação do local, regional e global por meio das ações empreendidas em torno do Plano DTBC, a construção de redes de cooperação e a forma como isto se empiriciza na biorregião do MSVP.

Grosso modo, podemos dizer que se forma uma rede em torno do MSVP e do seu Plano DTBC, rede de instituições e de sujeitos sociais. É preciso destacar a forma singular como as ONGs se apropriam dos espaços públicos e, sobretudo, observar o potencial de construção de redes, abrangendo espaços locais, regionais e globais, incluindo, às vezes, “organizações internacionais”. Nesse sentido, considerando o Plano DTBC e a rede ONGs que forma o plano de sua sustentação e execução, este item pretende abordar as possibilidades e o limites das ONGs na condução de planos e projetos de desenvolvimento.

Joana Aparecida Coutinho (2011) tem uma contribuição importante para se compreender o papel das ONGs no cenário político brasileiro. Fugindo do romantismo de que as ONGs vieram para contrapor-se ao Estado, esta autora mostra os muitos meandros que estas organizações percorrem. Segundo ela, o uso do termo ONG “mais oculta do que revela as ações e projetos políticos, o que são e o que fazem estas

organizações”. Discursivamente, estas se definem pela negação: “não governamental”, “sem fins lucrativos”, enfim, fora tanto do Estado quanto do mercado (COUTINHO, 2011, p. 16). Este caráter polissêmico presta-se a muitas apropriações ideológicas, o que explica a expansão e diversificação destas organizações, sobretudo, para o caso brasileiro a partir da década de 1990⁶⁵.

Conforme Coutinho (2006), as ONGs brasileiras surgiram no seio dos movimentos sociais, mas ganham dinamismo próprio a partir da década de 1980. Nesse sentido, “as ONGs cresciam na medida em que os movimentos sociais perdiam sua força mobilizadora e adotava uma política integradora (...) através de parcerias com o poder público que, na maioria dos casos, mantém o controle dos processos” (COUTINHO, 2006, p.1). Este processo descrito revela a transformação paradigmática no escopo das ONGs. Se antes da década de 1980 estas funcionavam juntamente com os movimentos sociais na promoção de atividades focadas na politização e formação política, a partir desta década as ONGs se afastam dos movimentos e tornam-se mais centros de assessoria.

Conforme Coutinho (2006), esta transmutação coincide com a volta ao Brasil “dos exilados políticos, principalmente os cristãos e os marxistas”. Subjaz esta transformação um conjunto de argumentos, tais como: o foco marxista nas classes sociais é reducionista; as classes sociais “estariam se dissolvendo”; “não existem mais classes”, mas grupos específicos “(identidades e localidades)”; “o Estado é corrupto e ineficiente”, por isso, é preciso dinamizar uma “sociedade civil” enquanto agente da “democracia e de melhoria social” no qual deve prevalecer “menos burocracia e mais eficiência”. Soma-se a estes argumentos aqueles referentes às escalas de ação: “as lutas sociais locais são o único meio democrático de mudança” (COUTINHO, 2006, p. 1-2).

Em um trabalho mais amplo, Coutinho (2011) aprofunda estes argumentos. As transformações descritas demonstram o intuito de substituir as lutas de classes pela democratização dos espaços públicos. Subjaz a esta orientação ideológica, um duplo objetivo: a descentralização do Estado na regulação da vida social, no qual o estatal é visto como ineficiente, burocrático, privado, corruptor e opressor; e a dinamização de um “terceiro setor” capaz de atuar agente intermediário entre a esfera política e a

⁶⁵ Embora seja quase impossível definir teoricamente o que seja verdadeiramente uma ONG, de modo geral, elas têm algumas características. Primeiramente elas estão fora da estrutura do estado; não tem “fins lucrativos”; são constituídas por membros da sociedade civil; produzem bem, serviços e/ou atuam a favor do bem coletivo; estas organizações tem um corpo técnico-científico considerável.

econômica. Na maioria das vezes, o “terceiro setor” (ou sociedade civil) é a forma encontrada para preencher as lacunas deixadas pelo Estado no atendimento às demandas sociais⁶⁶.

À medida que as ONGs se expandem, expandem também às críticas. Coutinho (2006), por exemplo, acredita que elas desmobilizam e despolitizam os movimentos de contestação em nome da autoajuda concedida. E mais, uma das ações mais concretas das ONGs é integrar os pobres na economia neoliberal, revelando o caráter conservador destas instituições. Uma questão reveladora deste processo é aquela do financiamento, segundo a autora “quando não estão na folha de pagamento do Estado local, as suas financiadoras (as agências internacionais) estão”. A questão do financiamento remete a uma segunda crítica: “quanto mais dependente do financiamento institucional, mais limitada é a atuação das ONGs” (COUTINHO, 2006, p. 1-2).

Evidentemente, existem as ONGs mais progressistas (que para Coutinho (2006 e 2011) mantém relações diferenciadas com os movimentos sociais), mas também existem aquelas ligadas diretamente ao neoliberalismo. Dependentes ou não, progressistas ou conservadoras, a fonte de recursos diz muito sobre o escopo de ação, as redes forjadas; da fonte de financiamento das ações de uma ONG, compreendemos muito de seu escopo ideológico, seu grau de dependência das ONGs internacionais e suas relações com o Estado. Embora, se denominem anti-lucros e sem fins lucrativos, “estes aparecem na busca frenética por financiamentos e garantia de emprego” (COUTINHO, 2011, p. 26).

Apontamos ao longo desta tese algumas questões referentes a interesses e interessados, é preciso dizer, porém, que quando se trata das ONGs, estes interesses nem sempre são financeiros. Conforme Daniel Compagnon (2008, p. 85), as ONGs defendem “um interesse que não é propriamente material (...), trata-se de um interesse moral ou simbólico no sentido que está na ordem das ideias e não na ordem material”. A defesa de um interesse moral tem vantagens, sobretudo, do ponto de vista da legitimação das ações. Dificilmente alguém questionaria ou apontaria como inválido as ações voltadas ao combate à pobreza, a promoção de um ambiente limpo e saudável, etc.

Apesar de toda uma gama discursiva subjacente as ONGs, dos interesses mais propriamente morais, e de colocarem a “serviço de defesa de uma causa” quase sempre

⁶⁶ Entre aqueles que discutem as ONGs não há uma distinção clara e nem uma explicação para escolha e uso dos termos terceiro setor e sociedade civil.

de cunho social, nas ONGs prevalecem uma “lógica organizacional próxima à de uma empresa”. As causas modificam-se, mas no escopo das ações “a coleta de fundos torna-se função cada vez mais vital na medida em que a organização cresce”. É preciso considerar ainda que **“da mesma maneira que as grandes empresas prestam conta a seus acionários, as ONGs prestam conta àqueles que as financiam e de forma secundária a seus sócios”** (COMPAGNON, 2008, p. 86-87 [Grifos nosso]).

James Petras (1996) amplia as críticas ao que ele denomina estrutura “pós-marxista”, referindo-se à relação dos intelectuais de esquerda com as ONGs. Este cenário pós-marxista tem na sociedade civil a “fonte de liberdade”, mas para o autor estas é a “face comunitária do neoliberalismo”. Segundo ele, as intenções das ONGs (certamente as multinacionais, como, por exemplo, a WWF) e do Banco Mundial convergem em uma oposição comum ao “estatismo”. Em efeito, “as ONGs criticavam o Estado de uma perspectiva de “esquerda”, defendendo a sociedade civil enquanto a direita fazia em nome do mercado” (PETRAS, 1996, p. 21). Para um e para outro, o Estado é visto como um “inimigo”, assim como as suas expressões como o planejamento centralizado.

A convergência entre ONGs e políticas neoliberais parece ser um ponto comum de crítica. A partir disso, é preciso algumas ponderações para compreender este processo. A primeira ponderação refere-se ao fato de que a maioria das ONGs transnacionais (com sede nos países do Norte) com sede própria ou em parcerias com as ONGs do Sul impõem a estes receituários que nem sempre vem de encontro com os interesses das populações locais. Conforme Petras (1996), “enquanto os ricos acumulavam vastos impérios financeiros resultantes da privatização, os profissionais das classes médias das ONGs obtinham pequenas somas para financiar oficinas, transportes e atividades econômicas de pequenas escalas”. Em outras palavras, as ações das ONGs têm uma função ideológica importante, sobretudo, por despolitizar setores no qual os mecanismos de contestação estava em eminência.

A segunda ponderação referente à relação entre o neoliberalismo e as ONGs diz respeito às elites do Sul, saídas das classes médias, e sua propensão a criar novas instituições não governamentais. Segundo Compagnon (2008), estas novas instituições não têm “grande base social” e parecem “mais a escritórios de estudos”, mas tornam “para seus dirigentes, empresas no sentido econômico” (COMPAGNON, 2008, p.86). Empresas que surgem, na grande maioria das vezes, para capturar recursos do Estado. Em efeito “as organizações não governamentais não são não governamentais. Elas

recebem fundos de governos externos ou trabalham como subcontratadas de governos locais” (PETRAS, 1996, p.22). Diante deste quadro, as ONGs não defendem o interesse público em geral, mas o interesse de um grupo e de uma temática em específico.

Para Petras (1996, p. 22), “o não governamental’ traduz-se em atividades anti-gasto público, liberando a maior parte dos fundos para os neoliberais subsidiar exportadores capitalistas, enquanto pequenas somas gotejam dos governos para as ONGs”. Este processo libera os Estados de investirem em projetos e programas de longo prazo e que promovam transformações estruturais na sociedade. Em outras palavras, as ações conduzidas pelas ONGs têm efeitos conjunturais, e se modificam conforme a fonte de financiamento. Mesmo naquelas ações mais eficazes, os programas e projetos conduzidos por estas instituições são limitados a pequenos grupos o que diminui a escala dos efeitos.

Em resumo, as críticas de Petras (1996) podem ser acopladas em três grupos. Primeiramente, as ONGs minam os processos democráticos porque retira das comunidades locais o controle dos programas e projetos desenvolvidos em seus territórios; as pessoas não elegem os membros das ONGs; não controlam os recursos e a forma como são gastos. Quando se pensa o papel das ONGs, quando se coloca a questão da democratização das ações, conforme Compagnon (2008) devemos fazer isto de forma radicalmente diferente, considerando que estas não precisam ser representativas das demandas sociais, das populações locais, desde que sejam eficientes.

Em segundo lugar, Petras (1996) acredita que as ONGs minam a atenção e o processo de luta e a contestação, “desviando-as do orçamento nacional para a auto-exploração para assegurar serviços sociais locais”. Isto abre campo para ação de políticas neoliberais, como por exemplo, corte do orçamento de programas sociais para transferir fundos a fim de subsidiar débitos de banco privados, etc. Em terceiro lugar, “a ideologia de ‘atividade voluntária privada’ das ONGs corrói o sentido de público”. Segundo o autor, o Estado deve cuidar das pessoas, propiciando qualidade de vida, liberdade e bem estar aos seus cidadãos. No entanto, as “ONGs criam a ideia neoliberal de responsabilidade privada para com os problemas sociais” e coloca também sobre o privado a responsabilidade de solução de tais problemas (PETRAS, 1996, p.22)⁶⁷.

⁶⁷ Virginia Fontes (2010) acredita que o conceito gramsciano de “aparelho privado da ideologia” é mais claro, mais preciso teoricamente do que o termo ONG. Isto porque ele permite demarcar o terreno das lutas sociais, no qual se sedimentam as organizações e as formas de organização social defendendo posições que podem ser meramente corporativas ou avançar para outros campos sociais. Em efeito, “os aparelhos privados da hegemonia são vertebração da sociedade civil, e se constituem instâncias

Do exposto até este momento do texto, uma questão ficou evidente: a dubiedade das relações entre as ONGs e o Estado, ONGs e outras ONGs e, sobretudo, a relação destas com as fontes de financiamento. Para Liszt Vieira (2011), estas instituições têm desenvolvido uma política de aliança de caráter duplo. De um lado, aliam-se ao Estado para demandar do mercado o equacionamento dos custos sociais e ambientais da produção que, atualmente, exige as políticas de desenvolvimento sustentável. De outro, aliam-se ao mercado para pressionar o Estado na realização de reformas democráticas que aumente a eficácia administrativa.

É neste jogo de múltiplas alianças contraditórias que assuntos e problemas outrora tratados exclusivamente no âmbito do Estado tornam-se função das ONGs. Estas relações de parceria surgem diante do avanço de novos problemas e que revela os limites institucionais: as questões ambientais – ameaças ao sistema ecológico global – desigualdades sociais – graças ao avanço da precarização e a flexibilização das relações de trabalho. Trata-se da “descentralização” das ações estatais, fenômeno que se aprofunda na medida em que se aprofunda a globalização. Neste cenário histórico e geográfico, as ONGs enquanto organizações da sociedade civil assume relevo nos processos decisórios.

A rigor, a globalização é fundamental na afirmação da identidade política das ONGs. Para Vieira (2011, p.116), contribui para isto a “crise global e a constatação de que somente o Estado e o mercado não vão resolvê-la”. A ação das ONGs, porém, é permeada de dubiedade. Segundo o autor, “elas participam fazendo *lobby* nas grandes organizações internacionais”, ao mesmo tem as que contribuem com a formulação de políticas e projetos. Apesar de serem atores da globalização, não conseguem atuar de forma eficaz no plano internacional, sobretudo, no que refere “à construção de uma nova institucionalidade política global”. A inexorabilidade da globalização, ou como prefere Coutinho (2011), o “mito da globalização” atingiu militantes das ONGs, e disso resultam as principais contradições.

Segundo Coutinho (2011), quando se trata do papel e da atuação das ONGs (ou do terceiro setor), três equívocos emergem. O primeiro deles consiste em estabelecer que o público se esgota no Estado, que o político não permeia a sociedade civil e que o

associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade sob inúmeros formatos” (FONTES, 2010, p.133). Os aparelhos privados da ideologia são homogêneos em sua constituição, mas também não são descolados da organização econômica e social da sociedade, tal como fazem crer os ideólogos da ONGs.

mercado não perpassa todas as esferas da sociedade. O segundo refere-se à compartimentação: esfera política, econômica e civil. Na sociedade de homens concretos, há o encadeamento entre sujeitos e esferas da vida social. O terceiro equívoco refere-se ao fato de que ao não “gerarem lucro diretamente não significa que sejam anticapitalistas o que trabalhem na lógica contrária à do Estado capitalista” (COUTINHO, 2011, p. 35).

Concordamos com boa parte das críticas apontadas as ONGs, algumas delas, aliás, são elucidativas para se compreender algumas das dimensões do Plano DTBC. As ONGs, sejam elas ambientais ou não, não representam o interesse coletivo, interesses universais, mas tão somente interesses de um grupo restrito. Por isso mesmo, por mais que certos autores as defendam como agentes da globalização, agentes da democratização e descentralização das ações do Estado, as ONGs não têm meios e nem legitimidade suficiente para assumir o lugar do Estado. E joga contra a legitimidade destas instituições o fato de

- a) Elas não são democráticas, uma vez que seus membros não são eleitos nem escolhidos pela sociedade. A associação às ONGs é voluntária, mas seletiva – nem a maior das ONGs terá a participação expressiva de cidadãos de um determinado país, muito menos da humanidade (...).
- b) São, em geral, grupos minoritários que permanecem como tal sempre. Embora investidos de uma “missão”, percebida socialmente como válida, importante e nobre, dificilmente conseguem uma participação interna maciça e significativa(...).
- c) São suscetíveis de sofrer influências externas, principalmente de ordem financeira, que podem comprometer seu trabalho e, no longo prazo, fazer com que percam a legitimidade original(...).
- d) A mudança do papel das organizações não-governamentais, que assumem cada vez mais funções de execução de políticas públicas. O problema aqui é a transformação das ONGs em empresas de fato, com o agravante de receberem vultosas somas, sem controle algum. (...).
- e) As organizações não-governamentais não seriam passíveis de controles, de fiscalização, ou seja, haveria um grande déficit de *accountability* e de transparência nelas (GONÇALVES, 2006, p.14-15).

A intenção não é esgotar as análises a respeito do papel ideológico e geopolítico das ONGs, nem aquilatar profundamente as ONGs envolvidas no Plano DTBC. As indicações teóricas, sobretudo, as indicações críticas a respeito destas organizações, quer tão somente indicar os caminhos trilhados na busca de compreender os limites e as limitações do Plano DTBC. O Plano DTBC sofre do pecado da origem, foi formatado por um Edital, desenvolvido com ONGs de natureza muito distintas. Isto explica em

partes suas limitações. Outra questão central deste plano é uma velha questão do ambientalismo brasileiro, como engajar e desenvolver planos de proteção e conservação da natureza desconsiderando a pobreza e a desigualdade social latente. Em outras palavras, a questão que recorta o plano do MSVP é a busca por legitimidade para as questões ambientais diante dos grupos sociais excludentes, da questão ambiental vista como obstáculo ao desenvolvimento, geração de renda e emprego.

Considerando este quadro, as análises que se seguem buscam evidenciar as contradições inerentes ao Plano DTBC, contradições, aliás, que impõe limites claros a sua eficácia enquanto agente de promoção de um modelo alternativo de desenvolvimento. A primeira destas contradições a se destacar é a parcialidade deste plano: ele é pensado para parte da biorregião, os camponeses, mas deixa de tratar do agronegócio, das grandes propriedades. Em uma das reportagens do Jornal do Mosaico, o então presidente da ADISC, considerando os dois grupos de agricultores da biorregião do MSVP, propôs uma divisão interessante: “os produtores de cima da chapada”, os representantes do agronegócio e os “que plantam em volta ou abaixo da chapada”, os camponeses (JORNAL DO MOSAICO, 2011, p. 8). Esta divisão é explícita também no Plano DTBC.

Em outras palavras, o Plano DTBC embora se defina enquanto estratégia de planejamento e desenvolvimento para o MSVP enquanto totalidade, os eixos de desenvolvimento estão voltados a quem “planta em volta ou abaixo da chapada”, as comunidades camponesas. À primeira vista esta parece ser uma das qualidades importantes do Plano DTBC, afinal de contas, as comunidades camponesas nunca são contempladas em planos ou projetos de desenvolvimento. Mas, basta aprofundar as análises para que as contradições deste processo se desvelem. Descrevemos neste capítulo as contradições da expansão do agronegócio que coloca em risco, inclusive, as UCs, então o que explica esta negligência em relação a ele?

Ao analisarmos os efeitos de sentido em alguns fragmentos discursivos é possível notar o tom conciliador dos discursos, mas ao mesmo tempo uma dicotomia latente. Em efeito, ao descrever as principais ameaças a conservação do Cerrado no âmbito do MSVP, o Plano DTBC destaca que “as atividades que caracterizam o agronegócio e a produção de carvão são, por sua natureza, altamente impactantes ao Cerrado” (FUNATURA, 2008, p.16). Em linhas posteriores, acrescenta que “nas áreas onde não há os grandes monocultivos, o padrão de uso do solo adotado pelos agricultores familiares refere-se à criação extensiva(...), nestas áreas é comum à

utilização do fogo para renovação das pastagens” (FUNATURA, 2008, p.16). Pelo padrão discursivo adotado, ambos os modelos de uso e gestão da natureza produzem impactos, ambos podem solapar as estratégias de conservação.

Essas explicações tocam em problemas importantes – é preciso criar mecanismos para assegurar o manejo mais adequado do Cerrado – mas o que se nota no Plano DTBC é a construção de uma dicotomia. Isto é, apesar de em termos de escala e intensidade, os impactos advindos do agronegócio ser superiores àqueles da agricultura familiar camponesa, o foco do Plano DTBC não é o agronegócio. Não se nota nenhum projeto ou programa a fim de discutir a questão do desmatamento, para repensar a questão do licenciamento ambiental para o cultivo de eucalipto e pinus, a fim de analisar o avanço dos monocultivos de soja e capim⁶⁸. Isto porque estas questões fogem ao campo do Edital, mas também da capacidade técnica, econômica e política das ONGs parceiras em levantar tais questões e propor medidas de transformação.

Sob este ângulo encontramos o primeiro limite do Plano DTBC, o primeiro limite dos planos e projetos de desenvolvimento conduzidos pelas ONGs. A capacidade de intervenção das ONGs e das ações por elas conduzidas não são ações estruturais, que busca modificar o modo de sociedade vigente. No caso, do Plano DTBC as ações não buscam alterar as dinâmicas de degradação do ambiente, busca apenas encontrar medidas mais “sustentáveis” para tal modelo expropriativo. Isto fica em evidência quando observamos o seguinte enunciado: “de forma com que ninguém aqui esta querendo acabar com o agronegócio, o que queremos é que ele seja feito de forma mais **organizada, mais responsável [Fragmento 37]**”

Enquanto o agronegócio é colocado às margens, uma série de ações são elaboradas e colocadas em práticas para as comunidades camponesas. Inclusive um sistema de restrição e aprofundamento das desigualdades referente à distribuição ecológica dos recursos. Estas buscam evitar a degradação advinda das comunidades camponesas, inclusive o eixo de desenvolvimento extrativismo em bases sustentáveis é o maior indicativo deste processo. Vejamos a título de exemplo o fragmento discursivo a seguir:

[Fragmento 38] Agora, o modelo que está ai que é baseado em uma agricultura familiar a gente defende, esse é recurso entre o agronegócio e a agricultura familiar. Também tentamos trabalhar com a perspectiva do aproveitamento sustentável da biodiversidade do

⁶⁸ Embora o Conselho tenha atuado nas discussões em questões referentes às PCHS e retomada do plantio de eucalipto.

Cerrado, ecoturismo, gestão integrada de Unidades de Conservação e a questão da elaboração de um planejamento em educação ambiental.

O planejamento é, sem sombra de dúvidas, um instrumento necessário aos muitos usos e apropriação da natureza. Acontece que o Plano DTBC é um modelo de planejamento parcial. Embora o aproveitamento sustentável da biodiversidade do Cerrado signifique ativar a memória e os saberes bioculturais das comunidades camponesas, criar estratégias para integrá-las as estratégias de desenvolvimento, todo este trabalho é parcialmente inócuo diante de um quadro expropriativo maior, como aquele imposto por meio do agronegócio.

As referências a um modelo ideal de planejamento, aquele baseado na produção familiar e que busca aliar o uso sustentável da biodiversidade é o mote discursivo do enunciador. Parece implícito em seu ato de enunciação o enfrentamento entre os modelos de sociedade operantes na biorregião, o conflito entre modelos distintos de desenvolvimento e de uso da natureza. Em sentido complementar, a produção familiar é indicada como mecanismo de mediação entre o agronegócio e as UCs⁶⁹. Isto ajuda-nos a entender a escolha ideológica do Plano DTBC, ajuda-nos entender os apagamentos e os esquecimentos realizados neste plano de desenvolvimento. A questão que permanece em aberto é, no entanto, a capacidade política, técnica e econômica da rede de ONGs em efetivar tal modelo de desenvolvimento.

Em efeito, podemos afirmar que o Plano DTBC é resultado de uma visão de mundo e de um projeto de sociedade de um grupo muito restrito. Grupo, aliás, investido do desejo de criar mecanismos que, ao mesmo tempo, dê condições reais a conservação dos Cerrados via as UCs, mas também consiga integrar as comunidades locais neste projeto. Mas, dada às restrições técnicas, econômicas e políticas e, sobretudo, os quadros geográficos e históricos da biorregião do MSVP dificilmente conseguirão a aderência dos grupos dominantes locais. E quanto mais isolado se torna o trabalho, menos efeitos estruturais ele atingirá. Além disso, como todas as ações empreendidas deve-se a financiamentos externos, o Plano DTBC e as ações de desenvolvimento de base conservacionista estão suscetíveis a eles.

Apesar da importância de ações como as desenvolvidas no escopo do Plano DTBC, não há garantias de que findando os financiamentos, não findam também os

⁶⁹ Pulula aqui mais uma contradição: se a produção familiar camponesa é o principal agente da produção de modelo sustentável de uso da biodiversidade, o que explica o enfrentamento cotidiano entre UCs e as comunidades camponesas?

projetos e programas de desenvolvimento. Portanto, é o Plano DTBC, apesar de suas características de planejamento biorregional e apesar do seu desejo de abranger a totalidade, é um plano parcial e suscetível, restrito temporal e economicamente. Estas restrições explicam também o total silêncio em relação ao agronegócio. Para ordenar o agronegócio precisa de uma intervenção profunda, intervenção política e legislativa. Questões fora do âmbito de competência da Funatura e das ONGs parceiras.

Na ordenação deste quadro, o Estado mais uma vez funciona, mas funciona enquanto falta. Apesar de os críticos das ONGs afirmarem que estas ocupam interstícios deixados pelo Estado, cabe-nos esclarecer de que modo isto acontece. O movimento empreendido no seio do Plano DTBC conseguiu resgatar uma questão importante, chamar a atenção para o fato de que há problemas concretos na biorregião do MSVP, que tais problemas precisam de políticas de planejamento e desenvolvimento. Mas, este movimento não foi acompanhado pela ação concreta do Estado, ações que permitissem tanto a execução das metas do Plano DTBC, quanto na mediação dos conflitos socioambientais. A falta, o vazio da ação do Estado é sintomático, pois é justamente nestes lugares que as ONGs locais em parceria com a Funatura encontraram o terreno de ação. Não há qualquer problema na ação das ONGs, o problema está no isolamento destas ações.

Parece que as ações empreendidas no âmbito do Plano DTBC, no âmbito do Conselho Consultivo são isoladas dos demais processos políticos e econômicos desenvolvidos na biorregião. Este isolamento pode ser notado inclusive na “Avaliação de Efetividade de Mosaicos de Unidades de Conservação”, elaborada pela WWF. Alguns indicadores apresentados foram considerados não efetivos, como por exemplo, a atuação do Conselho nos processos de licenciamento ambiental da biorregião, na alocação dos recursos advindos de compensação ambiental e se os objetivos do mosaico são considerados em programas e políticas de desenvolvimento para biorregião (WWF, 2015).

Isto pode ser explicado se considerarmos alguns problemas fundamentais do Plano DTBC. Ele não dialoga com outras formas de planejamento: zoneamentos, planos diretores, etc. Concorre para aprofundar este quadro, a divisão política da biorregião, embora haja uma unidade ambiental, histórica e cultural, não há uma unidade política, e o Plano DTBC seja por meio do Conselho ou pelos eixos de desenvolvimento não consegue construir esta unidade. Maciel (2007), por exemplo, ao defender a ideia de um arranjo institucional como base essencial para consolidação das políticas dos mosaicos,

destaca que tal arranjo é necessário para compatibilizar as diferentes ferramentas de gestão territorial. Para tal autor, “não são os planos de manejo, zoneamentos territoriais e outras ferramentas que se adaptam ao sistema de gestão do mosaico, mas a gestão do mosaico que deve se adaptar à realidade já existente” (MACIEL, 2007, p. 123).

Em outras palavras, a gestão e o planejamento dos mosaicos não devem ocorrer de forma isolada e setORIZADA. É preciso criar um ambiente de encadeamento das diversas formas de ordenamento e gestão do território. Esta não é a característica do Plano DTBC, nele somente as UCs ganham relevância, mas outros mecanismos, como por exemplo, Planos Diretores das Cidades, os Comitês de Bacias Hidrográficas, etc., não são nem mencionados. Isto revela mais uma vez a parcialidade deste plano de desenvolvimento, e coloca em evidência os seus limites. Esta é, aliás, a função do Conselho Consultivo, mesmo que não esteja no escopo inicial, é preciso assegurar a integração do Plano DTBC a outros mecanismos de ordenamento e desenvolvimento da biorregião.

Revisar e atualizar as estratégias de ação é também um princípio subjacente ao planejamento biorregional. É preciso considerar que novos rumos devem ser traçados, erros corrigidos, enfim, planejar é fazer escolhas, mas tais escolhas mudam conforme a dinâmica da sociedade. O MSVP enquanto instrumento de planejamento e gestão territorial não deve ficar aquém do Estatuto das Cidades (e das cidades), da Gestão das Bacias Hidrográficas (e da Política Nacional de Recursos Hídricos), dos Zoneamentos Ecológicos Econômicos, etc. Como os mosaicos em geral carecem de uma estrutura legislativa que sustentem as suas ações, apoiar nos mecanismos legislativos de planejamento existentes é abrir novos horizontes de ação.

A este respeito, Maciel (2007, p. 132) sublinha que “a normatização do território, por meio de planos diretores, é fundamental para que os mosaicos possam se apoiar em bases legais, facilitando a gestão com objetivos conservacionistas e propiciando oportunidades de negociação”. Este é o desafio ou o limite posto ao Plano DTBC do MSVP, a capacidade de dialogar com outros mecanismos de gestão do território. E mais, dado a carência legislativa e jurídica dos mosaicos, da incapacidade destes de interferir nos demais instrumentos de planejamento, é preciso buscar sustentação para ações do Conselho Gestor naqueles mecanismos existentes. Isto dá legitimidade jurídica, mas, sobretudo, permite a criação e o fortalecimento da “identidade do mosaico”.

Conforme Dalelis et. ali. (2010, p.70), a conservação da natureza, sobretudo, a conservação mediante o estabelecimento de UCs, deve ser encarado “um instrumento portador de um potencial real para o desenvolvimento e inclusão social e não como um entrave aos processos econômicos e sociais”. Os mosaicos além de fortalecer este processo devem ter como meta básica estimular “laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger” a natureza. Contribui para isto a ideia de identidade do mosaico, ou a ideia de pertencer uma unidade regional ecológica, economicamente e socialmente distinta. De tal modo, é preciso considerar as especificidades paisagísticas, “tipicidades, natureza enquanto recurso e patrimônio cultural, práticas produtivas e potencialidades econômicas”.

Demonstramos que o MSVP forma uma unidade geográfica, cuja coesão foi elaborada historicamente. Neste arranjo biorregional estão às características históricas e ecológicas, econômicas e sociais, mas que a criação das UCs e as normas com elas advindas serviu para plasmar esta unidade. Em outras palavras, a biorregião do MSVP existe enquanto fato, a questão, porém, é que preciso aprofundá-la enquanto objeto político de ação, percebê-la enquanto objeto de planejamento. Além da sustentabilidade ecológica, é preciso construir uma agenda política de ação em comum, esta agenda política é essencial para se pensar na questão da identidade e na consolidação das metas de desenvolvimento. O Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial, elaborado pela Funatura (2007) reconhece as dificuldades de construção desta identidade do mosaico, conforme podemos observar na passagem em destaque:

A experiência demonstrou que os entes que hoje se debruçam sobre a tarefa de promover o desenvolvimento na região do Mosaico SVP, **ainda estão fortemente relacionados a um processo de gestão que compõe a linha demarcatória dos onze municípios existentes.** Há um razoável conhecimento do território pelas comunidades locais, gestores públicos, técnicos envolvidos em execução de políticas públicas, lideranças sindicais e associativistas **que dificilmente vai além da linha divisória do município da qual fazem parte.** **Quando provocados por qualquer processo que envolva uma visão de um conjunto que extrapole a divisa do município,** passa a ser difícil o estabelecimento de um diálogo que possa ter como consequência um conjunto de ideias e estratégias para a **construção de um projeto** que envolva um programa de desenvolvimento. Em nosso caso, a situação se complica na medida em que falamos de um conjunto de ações que foram agrupadas em uma denominação, no mínimo diferente da que normalmente chega aos habitantes da região do Mosaico SVP (FUNATURA, 2007, p. 13 [Grifos nossos]).

Neste fragmento estão expressos os limites e os desafios concernentes à construção de uma identidade biorregional, uma identidade de mosaico. Pensar o MSVP

enquanto unidade biorregional é, sobretudo, romper com este olhar parcial. A proposta de gestão integrada é um primeiro movimento no sentido de perceber esta unidade geográfica, mas é preciso um movimento mais amplo. O reconhecimento do MSVP, as ações empreendidas no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, a itinerância das reuniões do Conselho é, sem sombra de dúvida, um primeiro passo. Acreditamos, porém, que a consolidação do MSVP está diretamente ligada à questão desta identidade biorregional, mas esta ainda encontra-se em forma germinal.

Posto isto, é preciso destacar outros limites do Plano DTBC: ele não questiona a estrutura agrária, muito menos coloca em pauta a urgência de uma Reforma Agrária, também não trata de problemas sociais mais estruturais, como a educação e a pobreza, etc. As questões ligadas aos problemas sociais fogem ao escopo do Edital, mas a questão da Reforma Agrária tem relação direta com os eixos de desenvolvimento proposto.

No item sobre regularização fundiária e conflitos socioambientais descrevemos problemas importantes no que se refere à questão agrária e a questão ambiental da biorregião do MSVP. A consolidação das UCs impõe uma série de restrições ambientais que engendram insegurança e precariedade territorial, produzindo, inclusive, um fenômeno denominado por um dos entrevistados de “ex-comunidades”. Exploramos este problema da perspectiva dos conflitos ambientais, como um desafio a consolidação das estratégias de desenvolvimento do Plano DTBC. Porém, é preciso notar que nenhum destes problemas aparecem no Plano DTBC, nem mesmo indiretamente.

Disso decorrem dois problemas: as estratégias de desenvolvimento do Plano DTBC são voltadas, como vimos, exclusivamente para as comunidades camponesas, como excluir a questão territorial das estratégias de planejamento? A segurança territorial é imprescindível para execução e continuidade dos eixos de desenvolvimento. É preciso assegurar o direito das comunidades, do contrário, caso os processos de regularização fundiária se concretizem como remoção das comunidades de seus territórios, todos os esforços empreendidos nos eixos desenvolvimento do turismo ecocultural de base comunitária e do extrativismo em bases sustentáveis tornaram-se inócuos.

Ao longo desta tese apontamos repetidas vezes o fato de não haver nenhuma menção no Plano DTBC a questão da Reforma Agrária. Esta questão tem relação direta com a regularização fundiária, mas revela também o caráter reformista e conjuntural do Plano DTBC. Talvez o principal meio para resolver a questão da regularização fundiária

seja justamente o investimento em projetos de Reforma Agrária (como, por exemplo, o PA São Francisco), sobretudo, para aquelas comunidades formadas essencialmente por posseiros. Negar a emergência desta, é colocar em segundo plano todos os problemas fundiários da biorregião do MSVP. É, sobretudo, desconsiderar as lutas históricas destas comunidades pelo direito à terra de trabalho.

Citamos ao longo deste item alguns silenciamentos latentes no Plano DTBC: conflitos socioambientais, Reforma Agrária, agronegócio e o isolamento em relação a outros mecanismos de ordenamento territorial. Quais elementos permite a compreensão deste processo? Um dos elementos explicativos a este processo é o fato de o Plano DTBC ser conservador em sua essência. Isto é, ele parte de novos conceitos e estratégias de planejamento (planejamento biorregional), mas novas formas de planejar, sob velhas bases conduz a velhos resultados. Portanto, ele é conservador, ou melhor, renova certos conservadorismos. Isto significa excluir ou silenciar sobre aqueles pontos mais progressistas e contestatório. Mas, aquilo que não é dito, diz muito sobre o seu enunciador. De que forma isto procede no Plano DTBC?

Primeiramente, é preciso reafirmar a nossa tese básica nesse item: as ONGs e as ações por elas empreendidas não representam a vontade comum, desejos universais; ao contrário, nelas operam a visão de mundo de um grupo restrito. O Plano DTBC sofre desta limitação, a limitação das instituições proponentes. Há nele dois movimentos que se contradizem reciprocamente: de um lado, a afirmação da importância das comunidades camponesas enquanto agentes para consolidar o desenvolvimento de base conservacionista; comunidades que possuem conhecimentos aprofundados sobre as dinâmicas naturais, conhecimentos forjados historicamente nas estratégias de manejo do ambiente. E disso concluímos: desenvolvimento de base conservacionista tem relação direta com estes saberes, com estas práticas de manejo. De outro lado, porém, no mesmo Plano DTBC, é possível notar uma trama discursiva negativa, a respeito dos malefícios advindos das práticas tradicionais de manejo: fogo, à solta de gado, a agricultura itinerante, etc. Parecem-nos ideias conflituosas, mas na verdade há uma disputa latente no intuito de produção de sentidos.

Para fomentar estas ideias, recorreremos à tese de Nilo Lima (2008). A tese deste autor foi elaborada ainda quando se discutia as estratégias de desenvolvimento do mosaico. Situada no mesmo momento histórico, ela traz alguns pontos importantes para se compreender as orientações teóricas e técnicas do Plano DTBC. Os fragmentos em

destaque foram retirados de um grupo de discussão entre os membros proponentes do projeto apresentado ao FNMA/IBAMA. Vejamos algumas passagens:

Estou trabalhando em um pequeno mapeamento de raizeiros e benzedoras aqui do Grande Sertão, com o objetivo de expor este material durante o VI Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas (...). (GRUPO WEB MOSAICO_SVP apud LIMA, 2008, p. 234).

Em resposta a esta solicitação, outro membro da equipe de trabalho respondeu:

Este tipo de iniciativa é muito importante para que o **Mosaico que está em construção respeite os territórios tradicionais que antecedem o território de unidades de conservação**. Isso traz a dimensão necessária de que só se garante a riqueza e preservação da biodiversidade por meio do respeito e preservação da diversidade cultural, onde se inclui a diversidade de saberes. (GRUPO WEB MOSAICO_SVP apud LIMA, 2008, p. 234 [Grifos no Original]).

Um terceiro membro comenta as questões levantadas, e coloca novos ingredientes ao debate:

Acho salutar a discussão. No entanto, gostaria de acrescentar, **sem polemizar, que quando pensamos na conservação da biodiversidade de uma determinada região, temos que levar em consideração uma visão ecossistêmica na questão** [sic.].

(...) O atual Sistema de Unidades de Conservação (...) prevê várias categorias de manejo, onde são perfeitamente encaixados os diferentes objetivos da conservação, desde a proteção integral, ou seja, mais restritiva em relação à presença humana (...), até as unidades onde é possível o uso sustentável dos recursos (...).

Em todos os casos, **as comunidades tradicionais tem um papel fundamental, seja dentro ou no entorno das unidades. Ressalto, no entanto, que a biodiversidade (...) que está sendo literalmente exterminada em função da ação humana, sendo o cerrado a bola da vez, precisa sim, tem uma ação protetora eficaz e, em alguns casos, sem presença humana por perto**. Trata-se, inclusive de uma questão ética, pois, muitos antes do ser humano, eles já estavam por lá. (...).

Não quero dizer, no entanto, que as comunidades tradicionais não devam ser objeto de políticas que garantam as suas tradições e territórios. (GRUPO WEB MOSAICO_SVP apud LIMA, 2008, p. 235-236 [Grifos nosso]).

À medida que novos elementos surgem, novos efeitos de sentido são produzidos, novas questões são postas.

Acredito que este assunto, pela visão que tenho de comunidade tradicional e seu meio, pode sim polemizar, mas acredito também que este grupo foi criado com a intenção de estarmos **também debatendo assuntos ligados ao Mosaico, às instituições parceiras (...). Gostaria de propor este tópico e estar colocando-o no Plano (...)**;

de estarmos levando esta ideia a futuras políticas ligadas a este saber designado também de manejo sustentável do ambiente (GRUPO WEB MOSAICO_SVP apud LIMA, 2008, p. 236 [Grifos nosso]).

Nos fragmentos em destaque, é possível notar clivagens, antes mesmo da elaboração do Plano DTBC. Tais clivagens dizem respeito à compreensão das relações entre sociedade e natureza, mas dizem também a respeito à produção de sentidos sobre a biorregião e seus sujeitos. A parte final do diálogo entre os membros da equipe de trabalho é singular:

(...) Por falta dessa dimensão socioambiental com a qual estamos trabalhando, nós todos do Mosaico, felizmente, é que o patrimônio natural do Brasil está indo para o espaço (...). Tantas vezes debaixo de gestão policialesca, burocrática, autoritária e preconceituosa, excluindo justamente aqueles que nos permitiram ainda ter patrimônios para preservar, os sertanejos, no nosso caso específico.

Vivo repetindo, os entornos das UCs têm que crescer e se expandir para além dos limites delas, com economias e práticas sustentáveis, e não ocorrer o que ocorre hoje, com os entornos espremendo-as cada vez mais. (...).

(...) Fica cada vez mais patente que a conservação do patrimônio no interesse da sociedade como um todo só será possível com o saber e a participação das nossas comunidades, que sempre souberam lidar com a natureza de forma sábia (...).

O que é bom em tudo isso é que um dia vamos entender que também somos natureza (...). (GRUPO WEB MOSAICO_SVP apud LIMA, 2008, p. 237 [Grifos nosso]).

Os fragmentos em destaque demonstram além das clivagens em torno da elaboração do Plano DTBC, a multiplicidade de ideais a respeito da conservação, das estratégias de integrar as comunidades locais a este processo. No entanto, esta multiplicidade é menos clara no Plano DTBC, na verdade é uma ambiguidade latente, inclusive, nos eixos de desenvolvimento, sobretudo, porque neles imperaram mais fundamentos da modernização ecológica ou paradigma da adequação ambiental do que uma ecologia contestadora. Isto tem relação direta com as questões levantadas no início deste item relativo às ONGs e os projetos por elas conduzidos. Isto é, apesar do aparente intuito democrático e inovador, as soluções são mais paliativas do que estruturais. E mais, o que parece ser o interesse de todos na verdade é interesse de um grupo, e dentro da multiplicidade de ideias deste grupo restrito poucas se tornaram metas do Plano DTBC.

De modo geral, o tom conciliador adotado pelo Plano DTBC visa produzir consensos. Sobre a ideia de consenso, Carolina Padilha (2007), por exemplo, parte do

princípio de que aliado a ele subjaz “como consequência a segregação, o apagamento das contradições sociais como uma proposta de igualdade, seja de oportunidades, de necessidades, de direitos” (PADILHA, 2007, p.12). As particularidades desta concepção ganham nuances, sobretudo, porque a ideia de consenso é colocada no plano da produção de desigualdades. Isto é, no lugar da diversidade de vozes em busca do bem comum (tal como em Habermas), surge o destoante, tonalidades distintas, as diferenças históricas que abarcam os sujeitos, portanto, o consenso aparece em sua negatividade primeira.

E na produção de consenso há o processo de silenciamento de vozes destoantes, as oposições. Isto é, decisões tomadas em nome de um grupo social, geralmente são decisões das lideranças que nem sempre representam os interesses de seus grupos, sobretudo, quando se sobressaem os interesses pessoais. Vejamos, por exemplo, que das muitas expectativas em relação ao Plano DTBC, conforme os fragmentos do Grupo de Debate, apenas a mais pragmática prevaleceu. Nesse sentido, o consenso do Plano DTBC não se deu pelas diferenças, mas pela imposição de uma visão de mundo de um determinado grupo.

Parece-nos interessante a perspectiva da produção de consensos (ou “fabricação” conforme Orlandi (2010)): o consenso como agente plasmador das diferenças; como agente de inclusão e exclusão; como agente produtor de efeitos de sentidos produzidos que, geralmente, giram em torno da ideia de “amenizar” as desigualdades impostas à sociedade. Esta é a forma como compreendemos o consenso formado pelo Plano DTBC: como produção de uma lógica discursiva a fim plasmar conflitos e criar a ideia de unidade entre desiguais. Isto é, o Plano DTBC produz um arsenal simbólico sobre a biorregião do MSVP, mas também sobre a conservação da natureza, sobre as comunidades biorregionais. Este arsenal simbólico se expressa em termos muitos amplos, como, por exemplo, “sustentabilidade”, “desenvolvimento de base conservacionista”, “integração entre comunidades e conservação da natureza”, etc. No entanto, nele se escondem questões de base: precarização territorial das comunidades camponesas pelo avanço do agronegócio e das interdições da conservação; o conflito entre a lógica desenvolvimentista imposta pelo Estado e os modos de vida camponesa, etc. O Plano DTBC produz consensos sobre a biorregião do MSVP, ao mesmo tempo em que busca tecer uma rede discursiva que atenua as conflitualidades.

Os efeitos de sentido produzidos pelo Plano DTBC impregnam as gramáticas sociais dos diversos grupos, e das suas diversas práticas sociais— desde as culturais até

às mais funcionais. Isto se expressa nas práticas discursivas dos múltiplos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com os eixos de desenvolvimento do mosaico, mas também se materializa no cotidiano. Este processo penetra nas representações, no imaginário, ações e projetos antes estrangeiros a grande maioria das comunidades que, atualmente, tornam-se próximos, impregnados na prática discursiva. Isto gera o consenso de que é preciso “preservar a natureza” (mesmo que isto signifique encurralar comunidades inteiras); de que as práticas camponesas são danosas ao ambiente (mesmo que elas sejam à base do desenvolvimento de base conservacionista). A trama discursiva do Plano DTBC visa desconstruir uma representação, aquela historicamente forjada, e construir outra no qual se opera os consensos sobre as “práticas sustentáveis para manejar a natureza”, sobre “turismo ecocultural”. Antes de tudo, o Plano DTBC é um produtor de sentido sobre a base material e sobre os homens que nela habitam.

Não estamos tratando o consenso como falsas ilusões ou falsas ideologias. Ao contrário disso, compreendemos o consenso como um processo dialético que coloca pessoas desiguais no campo das relações de poder. O reconhecimento do MSVP, e mesmo os processos anteriores a ele, introduziu na biorregião um conjunto de novos sujeitos sociais, o destaque, evidentemente, volta-se para as ONGs. Estes novos sujeitos complexifica as relações sociais, as relações de poder, etc., enfim, engendra novas dinâmicas tanto para a conservação da natureza, quanto ao espaço geográfico que lhe acolhe. Estes novos sujeitos tendem a comandar os processos decisórios, e comandam no ideal de representar toda a “comunidade biorregional”.

Nesse sentido, as evidências de consensos do Plano DTBC se revelam na defesa em enunciados como “sistemas de cooperação”, isto é, dada a diversidade de sujeitos presentes na biorregião do MSVP (quase sempre em conflito), é preciso encontrar um objeto de interesse comum. Este desejo imanente de encontrar um objeto de interesse comum visa escapar da conflitualidade inerente a biorregião. Sistema de cooperação pode ser analisado como o processo no qual o dissenso, o contraditório, o conflituoso é subjugado em nome de “um interesse maior”. Neste sistema de cooperação se coadunam uma rede de sujeitos desiguais, principalmente, quando se trata da distribuição de poder. Imbricados em um mesmo campo de relações de poder estão desde aqueles sujeitos ligados ao Estado (como os gestores das UCs), aqueles da sociedade civil até instituições como a WWF, mas também as comunidades, as ONGs locais, etc.

Para concluir, é preciso dizer que um verdadeiro desenvolvimento de base conservacionista não vai de encontro com a ideia de consenso, mas com aquela de conflito. Um verdadeiro desenvolvimento de base conservacionista não é apenas a busca para se inserir nos projetos das coisas vigentes, mas sim a busca de formas para alterar tal projeto. Um verdadeiro desenvolvimento de base conservacionista não vê a sociedade e natureza como coisas estanques, mas como socionatureza. Enfim, o desenvolvimento para que se faça em base conservacionista precisa compreender a totalidade das coisas que existem, e depois operar uma transformação estrutural. E para tal, é preciso compreender que a sociedade é formada por homens concretos, que são operários ou industriais, camponeses ou latifundiários, administradores e administrados, etc. É na teia destas relações que se encontram as possibilidades de transformação, da produção de outra socionatureza. Isto, porém, escapa em muitos sentidos as pretensões do Plano DTBC.

Ao colocar estas questões não significa, porém, a recusa em compreender as questões afirmativas advindas com o Plano DTBC, o CoopSertão, por exemplo. É preciso ter um olhar mais prospectivo do que retrospectivo em relação às ações do Plano DTBC, esta é intenção do próximo item. Isto é, no item que se segue buscamos traçar os desdobramentos possíveis do Plano DTBC, mesmo após os mecanismos de financiamento. Algumas ideias apresentadas neste item, ganha prolongamento no próximo, outras são somadas, no fim, esperamos ter conseguido delinear alguns traços do futuro do MSVP.

5.4 Sustentabilidade, desenvolvimento e empoderamento – outra lógica de desenvolvimento? Desafios e perspectivas

Este item é escrito com o propósito de responder duas questões básicas. Uma de ordem teórica e empírica, outra mais empírica do que teórica: O Plano DTBC rompe com as demais lógicas de desenvolvimento impostas à biorregião do MSVP? Após os financiamentos da Caixa Econômica Federal e do FNMA qual é o futuro reservado ao Plano DTBC e as ações empreendidas no seio do MSVP? Responder a estas questões significa ir em direção a três temas muito recorrentes no Plano DTBC e nos projetos desenvolvidos em seu escopo: “desenvolvimento, empoderamento e sustentabilidade”. Tais noções assumem uma densidade muito peculiar na prática discursiva formada a partir do MSVP, e servem como base de análise neste item de fechamento desta tese.

Para dar conta deste objetivo, dividimos o item em duas partes. Uma primeira dedicada a discutir as questões relativas desenvolvimento, empoderamento e sustentabilidade (e sua sutil relação com a noção de desenvolvimento de base conservacionista) nos projetos desenvolvidos no escopo do Plano DTBC, sobretudo, aqueles mediados pela CoopSertão. E um segundo, dedicado à análise das perspectivas futuras do Plano DTBC, isto é, como se desenvolverão as ações empreendidas em torno do MSVP após o fim dos financiamentos.

5.4.1 Sustentabilidade, desenvolvimento e empoderamento: outra lógica de desenvolvimento?

Conforme Acselrad (2001, p. 31), “as práticas e as instituições que se pretendem portadoras da sustentabilidade são ficções sociais. Não são, por isso, menos reais. Mas sua existência dependerá de que alguma posição obtenha hegemonia entre as visões alternativas”. Conforme o autor, sustentabilidade não é um conceito analítico voltado à explicação do real, mas subsumido à lógicas práticas. Em outras palavras, articula-se a ela fatos sociais desejáveis e a funções práticas que se pretendem objetivas. Porém, dizer que tal ou qual prática é sustentável depende de um jogo complexo de legitimação e deslegitimações, e mais, é preciso recorrer a uma comparação tempo-espacial: entre o presente e o passado, entre o presente e futuro.

Pensar em sustentabilidade requer colocar em análise diferentes tempos, diferentes projetos de sociedade, e como estes se relacionam com a natureza. Disso resulta que a comparação presente-passado, dentro do modelo corrente de desenvolvimento, evidencia-se a insustentabilidade (o uso excessivo dos recursos, o avanço dos desmatamentos, a diminuição da vazão dos rios, por exemplo, na biorregião do MSVP). A partir disso, parte-se para a comparação presente-futuro, ou melhor, das condições em que estamos e aquelas em que pretendemos estar. Deste quadro de comparação múltipla, a relação entre um presente conhecido e um futuro desconhecido e desejável, é sustentável àquelas “práticas que pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável”. É deste jogo regressivo-progressivo que surgem distintos projetos de sustentabilidade.

A sustentabilidade é um campo aberto à produção de sentidos. Acselrad (2001), por exemplo, identifica pelo menos quatro matizes: a da eficiência; da escala; da equidade; da autossuficiência e a que parte do pressuposto do ético. Segundo o autor, “são discursos em disputa pela expressão que se pretende mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a

que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideais” (ASCELRAD, 2001, p.28).

Carece dizer que se acoplam ao Plano DTBC pelos menos três noções de sustentabilidade, àquela atrelada à ideia de desenvolvimento de base conservacionista (tendo como mediador deste processo extrativismo e turismo ecocultural) - atrela-se sobremaneira a ideia autossuficiência e/ou eficiência ecológica; àquela ligada à ideia de conservação (tendo como símbolo máximo as UCs) - diz respeito ao princípio de prudência ecológica. E, por fim, a sustentabilidade mais ligada a uma questão ética que debate sobre a apropriação material pela sociedade da base material e suas contradições (o exemplo, mais concreto refere-se às críticas atribuídas ao agronegócio). Esta distinção é meramente analítica, na prática discursiva elas encontram-se coadunadas.

Além destas características descritas, é preciso pensar o intrincamento entre a sustentabilidade e a temática do desenvolvimento. Denis Goulet (2002) coloca como necessário pensar três conflitos de valores inerentes ao desenvolvimento, sobretudo, quando colocamos este como um processo de construção de um “bom viver”. De um lado, em qualquer projeto de desenvolvimento sempre está em relevo à relação entre “igualdade e equidade”. Em outras palavras, “o que é melhor para qualquer sociedade é igualdade ou equidade?”. Por outro lado, existem também no período contemporâneo a necessidade de se colocar em destaque os dilemas em torno do tema da justiça, ou melhor, a relação entre o “direito público e o privado”. Complementar a estes dois conflitos descritos há aquele referente à relação sociedade e natureza – a natureza é um estoque de matéria-prima ou o “útero maior da vida no qual os humanos tem o seu ser e cujos ritmos e leis devem respeitar?” (GOULET, 2002, p. 76).

No primeiro dilema de valor, isto é, entre a igualdade e a equidade, a escolha a se fazer é entre uma sociedade que preza luxos materiais, egoísmo individual e competição econômica, “obtidos numa situação de abundância e resultando em grandes desigualdades”; ou um modelo de sociedade baseada nos princípios de solidariedade, alto grau de igualdade econômica “alcançados num regime comunitário de uso disciplinado de recursos” (GOULET, 2002, p. 76). Escolher entre os pontos dialéticos propostos por Goulet é, sem sombra de dúvidas, escolher um modelo de desenvolvimento.

Parece-nos que a proposta tanto de uma sociedade baseada nos princípios da sustentabilidade, quanto à questão do empoderamento parte de uma sociedade mais equitativa. Nesse sentido, é preciso considerar, conforme Eduardo Viola e Leila da Costa Ferreira (1996), que uma sociedade equitativa é aquela no qual todos os sujeitos

(independentes do gênero, classe, idade, credo, etc.) têm as mesmas oportunidades para ampliar as suas capacidades. Neste modelo de sociedade, o herdado é menos importante do que o adquirido.

Equidade, aliás, conforme Acselrad (2001, p. 34), é uma das matrizes discursivas fundamentais do discurso da sustentabilidade. Para o autor, o tema da equidade se faz subjacente aquele da inseparabilidade analítica entre justiça e ecologia. A raiz da degradação do ambiente é a mesma da desigualdade social, embora “ecologicamente interligado, o mundo é socialmente fragmentado”, daí advém a desigualdade entre as classes, regiões, etc. Em outras palavras, a pressão sobre os recursos é recortada pela “desigualdade distributiva, da dependência financeira, da desigualdade no controle dos mecanismos do comércio e dos fluxos de tecnologia”. A partir deste quadro, a temática da equidade surge em relação direta com as questões da autonomia e não subordinação, da equidade “emergem as propostas de preservação e construção de condições de autossuficiência econômica de comunidades de produtores ameaçadas pela difusão homogeneizadora das relações mercantis e monetárias” (ACSELRAD, 2001, p. 35).

Na equidade prevalece o princípio da autonomia em detrimento do princípio de subordinação. É preciso ter ciência de que a “lógica de mercado” operante é responsável, simultaneamente, pela destruição das bases reprodutivas da natureza e dos grupos sociais que dela dependem. Em outras palavras, ao longo deste capítulo, quando descrevemos o avanço do desmatamento para atender a demanda por novas áreas de pastagens, monocultivos e para expansão dos reflorestamentos, descrevemos este processo de simultaneidade: destruição da natureza e das bases de reprodução das comunidades biorregionais. Nesse sentido, quando se pensa a questão da sustentabilidade e, sobretudo, a equidade como força motriz deste processo, coloca-se então a necessidade de “submissão do mercado às leis de rendimento da natureza, das quais depende, por sua vez, a economia da sobrevivência dos povos” (ACSELRAD, 2001, p. 35).

A questão da sustentabilidade e da equidade são princípios básicos do desenvolvimento de base conservacionista. Os projetos desenvolvidos no escopo deste plano são exemplares, sobretudo, se observamos as ações da CoopSertão. A ênfase na necessidade de manter o Cerrado em pé e conservar os processos ecológicos, na geração de renda e na tentativa de integração das comunidades biorregionais no ciclo conservação e desenvolvimento é representativo deste processo. Os fragmentos que se seguem ajudam-nos a aprofundar tais análises.

[Fragmento 41] O público-alvo são as comunidades tradicionais quilombola, indígenas, ribeirinhos e Projeto de Assentamentos de Reforma Agrária (...); São agricultores familiares extrativistas⁷⁰.

[Fragmento 42] **Com o foco de geração de renda e promover o desenvolvimento sustentável**, a CoopSertão, **o que se pensou foi justamente ajudar a pensar o homem do campo com o aproveitamento dos frutos do cerrado** que muito se perdia (...)

[Fragmento 43] **O bom aproveitamento da nossa biodiversidade**, a nossa proposta é que **o Cerrado pode trazer uma renda para o agricultor familiar, para o produtor tradicional no sentido de que se mantenham áreas de Cerrado [preservadas], que sejam importantes e estejam fora das unidades de proteção**. E, essa questão de estar incentivando para que as cooperativas se fortaleçam, as cooperativas da região que trabalham com produtos do Cerrado possa ter uma renda com produtos do cerrado para essas cidades.

[Fragmento 44] (...) **Os frutos do Cerrado proporcionam essa diversidade de alimentos naturais e saudáveis** e, às vezes, as pessoas tem o preconceito cultural desses frutos.

O enunciador ao enumerar a relação entre a conservação da natureza e geração e renda coloca, pelo menos, três questões importantes: a necessidade da conservação para além das UCs; aproveitamento sustentável da biodiversidade e do potencial nutritivo dos frutos do Cerrado. Proposição básica que recorta estes enunciados é a ideia de que o aproveitamento adequado da biodiversidade, ou melhor, o uso de modo mais eficiente, respeitando os limites e a capacidade de resiliência do ambiente é o principal mote para a sustentabilidade. O tema equidade aparece de forma mais instrumental nos enunciados, no sentido de criar oportunidades para as pessoas.

Almejar a equidade requer projetos sociais mais subversivos e radicais, evidentemente, que ações empreendidas no bojo do Plano DTBC não conseguem este efeito. Mas, colocar na preservação o principal mote do desenvolvimento, colocar as comunidades camponesas como “protagonistas”, aliado a geração de renda e alimentação mais nutritiva para as comunidades envolvidas, não é, de certo modo, uma proposta subversiva?

⁷⁰ As comunidades abrangidas em Cocos, na Bahia, são as comunidades de Cajueiro, Samambaia, Itaquari, Catolé, Catolé do Meio, Catolé da Barra, Veredinha e Canguçu. No município de Formoso (MG), PA São Francisco; em Arinos a comunidade Batista. Januária as comunidade de Largas, Suçuarana, Piripiri, São Joaquim, Pandeiros, Campo; em Buriti de Minas as comunidades de Área Doce, Barra da Ema, Cochá, Vereda Bonita e Curral Velho, Dourado, Ibé, Queimada Andante e Cabeceira do Macaú. Em Chapada Gaúcha as comunidades Rio dos Bois, Buraco, Buraquinho, Ribeirão de Areia, Barroão, Morro do Fogo, Serra dos Andradas, (...) Riachinho, Águas Claras, Pequi, Mandalo e São Pedro.

Aliado a questão da equidade (equidade como força motriz de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade), Goulet (2002, p. 76) destaca um segundo conflito de valor importante: “os fundamentos de justiça da sociedade”. Este conflito de valor situa-se, sobretudo, na relação entre os direitos políticos e liberdades individuais e direitos coletivos, sociais e econômicos. Quais destas racionalidades devem ser operantes para se pensar uma boa sociedade tanto econômica quanto ambientalmente? Ao citar L. J. Lebreton o autor indica que “uma sociedade permanece subdesenvolvida ou pseudodesenvolvida enquanto um número de indivíduos ou grupos privilegiados permanecer alienados em uma abundância de bens (facilidades) de luxo à custa de muitos que estão (...) privados de suas necessidades essenciais”. A rigor, o desenvolvimento tem relação direta com a promoção dos direitos coletivos, segundo o qual uma “sociedade é desenvolvida não quando seus cidadãos ‘têm mais’, mas quando todos podem ‘ser mais’”.

O terceiro conflito de valor descrito por Goulet (2002) refere-se ao papel que a natureza assume no desenvolvimento. A relação que uma sociedade qualquer estabelece com a natureza ou o modo que tal sociedade apropria da natureza para promover políticas de desenvolvimento é indicativo de questões éticas e morais, históricas e culturais, sociais e econômicas. Nesse sentido, para esclarecer este conflito de valor fundamental, é preciso retomar o conceito de socionatureza apresentado no capítulo 2.

Quando referimos a socionatureza, fazemos no sentido de pensar a indissociabilidade entre a sociedade e natureza, e como esta engendra metabolismos entre o que é propriamente natural e aquilo que é social, buscando destacar as implicações práticas e simbólicas deste processo. Conceber esta indissociabilidade, prática e discursiva, é, conforme Erik Swyngedouw (2001), aceitar que “tanto a sociedade quanto a natureza são produzidas, consequentemente maleáveis, transformáveis e transgressivas” (SWYNGEDOUW, 2001, p.87).

Há muito que se afirma a indissociabilidade entre a natureza e a sociedade, sobretudo, através das relações de trabalho, responsáveis por unificar estas instâncias “distintas”. Acontece que este processo sempre se realiza com algumas reduções: ou se reduz a natureza aos anseios dos modos de produção, no qual o trabalho é o agente mediador desta relação, e a natureza torna-se apenas um “suporte”; ou se reduz a sociedade aos efeitos da natureza, recorrendo ao “determinismo”. Swyngedouw (2001, p.86) reconhece este processo e suas limitações, e propõem ultrapassá-lo a partir da compreensão da “produção da natureza”. Para isto, é preciso ter ciência que “qualquer abordagem

materialista necessariamente adota uma perspectiva que sustenta que a ‘natureza’ é parte integral do ‘metabolismo’ da vida social’.

Considerar este processo é, ao mesmo tempo, considerar que “as relações sociais operam metabolizando o meio ambiente ‘natural’ do qual tanto a sociedade quanto a natureza são transformados” e que disso resulta à produção de “novas formas sacionaturais”. Por um lado, a natureza fornece o “fundamento”, de outro, as relações sociais produzem “a história da sociedade e da natureza” (SWYNGEDOUW, 2001, p.86). Pode-se dizer, diante do quadro descrito, que a natureza é parte integrante de “um processo de produção”. Swyngedouw (2001) recorre a Henri Lefebvre para explicar este processo e, sobretudo, o sentido de produção envolvido na sacionatureza. Para o autor, esta expressão sugere que “a própria natureza é um processo histórico-geográfico (em termos de tempo/lugar)”. Isto porque tanto a sociedade quanto a natureza são produzidas, dentro de uma indissociabilidade dialética.

Identifica-se e compreende-se a produção da sacionatureza a partir da análise das transformações “socioecológicas de sistemas ecológicos inteiros” que inclui tanto “processos materiais” como também “múltiplas representações simbólicas e discursivas da natureza” (a descrição realizada no capítulo 2 é exemplo disso). Diante disso, tanto os elementos sociais como os naturais tornam-se históricos e geográficos. É preciso ponderar, porém, que a ideia de sacionatureza não designa um “produto” qualquer, coisa ou objeto em específico, mas um conjunto de relações, histórica e socialmente determinados, no qual tanto a natureza como a sociedade interfere no processo de produção.

Ao referir-se a produção ou a produção da sacionatureza, Swyngedouw (2001, p. 89) recorre ao “mundo” como um processo histórico-geográfico de perpétuo metabolismo”, neste mundo em transformação “os processos ‘sociais’ e ‘naturais’ se combinam”. Apesar da dialética iminente deste processo, o resultado é uma “natureza histórica” que “incorpora processos químicos, físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais de maneiras altamente contraditórias, porém inesperáveis”. Em outras palavras, a sacionatureza é produzida histórica e geograficamente à medida que sociedade realiza-se enquanto agente histórico, e faz isso por meio da apropriação tecnológica, política, econômica, simbólica e discursivamente etc. Isto não quer dizer que a natureza seja subsumida à sociedade, nem tampouco a sociedade à natureza, daí advém à dialética constante deste processo, e daí advém o conflito de valor descrito por Goulet (2002) nas políticas de desenvolvimento.

Em resumo: a sacionatureza não se restringe à produção restrita de aspectos materiais, na formação de objetos híbridos (mistura de sociedade e natureza), mas também

se relaciona diretamente a uma prática discursiva sobre a natureza, formando imagens e símbolos, enfim, representações. A parte material da formação da sacionatureza, isto é, a formação de objetos híbridos, ou na junção sistemática de aspectos humanos e naturais se exemplifica na paisagem da biorregião do MSVP. A prática discursiva e representacional é menos evidente, embora tão latente quanto à primeira. Alguns fragmentos discursivos contribuem para exemplificar este processo.

[Fragmento 45] Nesse século XXI a gente tem alguns projetos **que são contra-hegemônicos, que são alternativas a esse sistema de integração com o capitalismo internacional, e eu vou citar esses projetos que são interessantes. O Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (...), esse mosaico é uma instância deliberativa importante,** embora seja consultiva, onde se tem representantes da sociedade civil da região e do poder público.

[Fragmento 46] Então é uma **nova concepção de territorialidade dentro do nosso território,** o mosaico, é importante, (...) **que é a produção de significado do espaço (...).**

Mais do que um conjunto de ações concretas, o enunciador compreende o mosaico como agente de produção de significados ao espaço, portanto, há a subsunção do material ao discursivo/representativo (fragmento 45). É preciso compreender este enunciado em sua densidade histórica, pois isto ajuda-nos a perceber o sentido que atribuímos à expressão sacionatureza utilizada ao longo desta tese. Além disso, contribui efetivamente para se perceber o sentido dado à natureza, ou melhor, a sacionatureza nas estratégias de desenvolvimento do Plano DTBC.

É preciso considerar que os homens não se relacionam entre si e com a natureza de forma direta, o homem, antes de tudo, é um animal simbólico. Em outras palavras, quando referimos à prática representacional e discursiva relativo à produção da sacionatureza, implicitamente afirmamos que as relações que os homens estabelecem com a natureza são mediadas por significados que comandam as suas práticas. Estes significados modificam-se substancialmente de uma sociedade para outra, de um grupo social para outro. Quando descrevemos os conflitos em torno da apropriação e uso da natureza na biorregião do MSVP ficou evidente como os grupos sociais percebem, apropriam e usam a natureza. Desta lógica distinta de apropriação, aliás, advêm os conflitos. Não há apropriação material que não se desdobre em apropriação simbólica, e isto é importante para se compreender a produção da sacionatureza.

Conforme a fala de um conselheiro “(...) os frutos do Cerrado proporcionam essa diversidade de alimentos naturais e saudáveis” cabendo às comunidades apropriar desta riqueza e torná-la o mote de outro projeto de desenvolvimento. O esforço empreendido pelo enunciador é o de demonstrar à lógica distinta com a qual as comunidades camponesas compreendem, representam e apropriam dos ambientes naturais. Enquanto para os camponeses o Cerrado é fonte de diversidade, o Cerrado em Pé e em suas muitas manifestações paisagísticas, nas ordens “hegemônicas” a destruição desta diversidade é a lógica operante. É necessário pensar a CoopSertão e todas as ações advindas com o eixo de desenvolvimento extrativismo sustentável para além do plano da conservação da natureza. E compreender que ações empreendidas tornam afirmativas as práticas tradicionais de manejo do ambiente, e mais, torna afirmativo um modelo de socionatureza.

É preciso aprofundar as análises de alguns enunciados dos fragmentos em destaque, entre eles, o sentido de contra-hegemonia atribuído ao MSVP (que também é um modo de significar a natureza). A contra-hegemonia deve-se, primeiramente, a construção de uma “nova” territorialidade, isto é, diferente daquela operante via o agronegócio e/ou mesmo via as UCs. Não iremos enveredar em direção ao conceito de contra-hegemonia, mas apenas tentar analisar o sentido que ele assume neste fragmento discursivo.

O foco de todas aquelas políticas advindas do Estado para a biorregião do MSVP sempre foi o subsídio e financiamento daquelas atividades ligadas ao agronegócio, desde a criação dos projetos de Assentamento Dirigido até a recente retomada aos monocultivos de eucalipto. Estes estão alinhados e em “integração com o capitalismo internacional”, com o setor agroexportador. O agronegócio, apesar de sua territorialização em escala local, de impor uma lógica de uso e apropriação dos recursos naturais na escala local - conforme demonstramos ao longo deste capítulo - responde a ordens hegemônicas globais.

O sentido de contra-hegemonia, portanto, se expressa a partir da percepção da contradição entre aqueles elementos da ordem próxima (mais localizada) e da ordem distante (mais globalizada). Em outras palavras, o enunciador coloca na prática aquelas contradições mais concretas. De um lado, a compreensão das ações voltadas mais especificamente para as práticas locais, determinantes de uma territorialidade. A seu modo, e colocando em segundo plano os interesses e interessados, o Plano DTBC consegue estabelecer relações de proximidade, criar mecanismos que permite a compreensão mais nítida do viver junto. Em sentido inverso, o mesmo lugar que acolhe este viver junto, acolhe também aquelas ações mais globais, hegemônicas, destoante das gramáticas locais, a produção de *commodities*, por exemplo.

Esta análise, no entanto, não coloca em questão as relações de poder, interesses e interessados subjacentes à conservação da natureza, a formação de uma rede de instituições ligadas ao Plano DTBC. Carece dizer que instituições como a WWF e a TNC são também representantes desta ordem distante, global; e mais, considerando que a própria ideia de conservação se construiu em outras escalas além da biorregião do MSVP; e os sujeitos envolvidos na empiricização das UCs são também externos, a ideia de ordem próxima fica comprometida. Conforme defendemos, a biorregião é uma mescla destas distintas ordens. Ora, ela se volta mais para o local quando, por exemplo, se pensa em estratégias de desenvolver práticas extrativas em bases sustentáveis, ora, ela se volta mais para o global, quando consideramos que a ideia de sustentabilidade responde aquelas ordens mais distantes.

A contra-hegemonia destacada pelo enunciador, portanto, pressupõe que aquelas ações advindas com o Plano DTBC e os projetos desenvolvidos em seu escopo, em certos sentidos, “foge” a esta lógica, sobretudo, porque é voltado essencialmente as comunidades camponesas e as suas práticas tradicionais. Com este processo, algumas questões afirmativas começam a ganhar contorno, dentre elas a consolidação e expansão da CoopSertão.

É preciso pensar estas questões dentro de dois paradigmas destacados pelo Plano DTBC: “empoderamento e sustentabilidade”. Em outras palavras, as ações voltadas para as comunidades biorregionais visam, antes de tudo, autonomia e promover capacidades nas pessoas, seja por meio de novos processos de aproveitamento dos frutos do Cerrado, seja por meio de incentivos ao desenvolvimento de um modelo de turismo em bases comunitárias. A força motriz do Plano DTBC e das ações desenvolvidas em seu escopo visam promover a indissociabilidade entre o desenvolvimento (ora entendido como “empoderamento” e ora como relação sustentável entre produção e uso dos recursos) e a conservação visam, sobretudo, romper à lógica dominante entre desenvolvimento e degradação ambiental.

Para Sérgio U. S. Jatobá (2006, p. 24) há uma relação direta entre “alterações ambientais cotidianas e também episódicas” e o reforço das “desigualdades sociais e econômicas já existentes entre atores sociais”. Se os efeitos negativos sobre a natureza, por um lado, tende a “diminuir ainda mais o poder e os recursos dos atores marginalizados”, por outro, “aumentam simultaneamente o poder e os recursos dos atores dominantes”. Impor-se contra este ciclo vicioso é fundamental para se pensar a questão da equidade, da justiça, mas

também para se repensar a função da natureza dos projetos de desenvolvimento. Perante a este quadro, o empoderamento das pessoas é fundamental.

Klaus Frey (2001), discutindo os diferentes paradigmas do desenvolvimento sustentável e os modelos de planejamento para se enfrentar tal problemática, levanta uma série de questões imperativas para se compreender tanto a questão do empoderamento quanto da sustentabilidade. Segundo ele, Friedmann apontando caminhos para se chegar a um “desenvolvimento” alternativo coloca a ênfase na necessidade de autonomia e poder de decisão das comunidades. Empoderar as pessoas é a tentativa de “evitar que os pobres afundem ainda mais na miséria e a deterioração da natureza se acelere ainda mais” (FREY, 2001, p. 15).

A questão do poder, da distribuição do poder, é subjacente à proposta teórica do empoderamento. Segundo Frey (2001), o empoderamento demanda mobilizações a partir da base, “a transformação do poder social em poder político e o engajamento na luta”, cujo fim é a emancipação. Pressupõe, portanto, uma democracia substantiva em todas as escalas, democracia que garanta cidadania e direitos e, principalmente, “condições sociais que possibilitam o crescimento e a prosperidade humana”. A motivação básica é a superação da pobreza, considerada como um “processo histórico e sistemático do mal-desenvolvimento” (FREY, 2001, p. 15-16). Para superação da pobreza, antes carece a tomada do poder social, político e psicológico por parte dos grupos mais pobres.

Há nesta proposta de Friedmann indícios de uma subversividade. Sobretudo, porque empoderamento refere-se, antes de tudo, a questão do poder, da tomada do poder em suas muitas manifestações. Em outras palavras, é na forma desigual como o poder é distribuído que está a fonte da pobreza, dos problemas ambientais, e a ordem dominante segundo o qual os pobres sempre arcam com os custos ecológicos. Ir contra esta ordem, pensar a sociedade em outras bases, a começar pelo nível local, é o primeiro passo em direção ao empoderamento. Evidentemente, não é este o empoderamento descrito no Plano DTBC, sobretudo, considerando as questões apontadas nos itens anteriores, como por exemplo, a busca pelo consenso, o tom conciliativo do Plano DTBC.

Empoderamento é referido no Plano DTBC e nos projetos desenvolvidos em seu escopo em muitos sentidos. Às vezes restringe tão somente a face econômica das propostas de desenvolvimento, em outras, é mais abrangente, refere-se a processos de formação, participação e poder de decisão. Mas, foi em uma conversa (informal) com um conselheiro durante o XIII Encontro dos Povos do Grande Sertão-Veredas em 2014, que percebemos o

sentido mais concreto deste termo. A seguir, transcrevemos literalmente a nossa interpretação de suas explicações:

Segundo (___), empoderamento pode ser compreendido da seguinte forma: cada pessoa capacitada, envolvida na cooperativa ou em qualquer eixo de desenvolvimento, consegue modificar a vida de pelo menos mais cinco pessoas em sua volta. Isto é, em um curso de capacitação com a presença de 40 pessoas, no qual se debate questões sobre organização da comunidade e empreendedorismo, os efeitos desta capacitação não se restringem apenas a estas 40 pessoas iniciais, pois se multiplicarmos por 5, no final, temos, então, 200 pessoas empoderadas. Parece, portanto, que o empoderamento, tal como praticado aqui, é uma rede, rede que se multiplica conforme as pessoas são empoderadas.

(___) Ele fez uns cálculos interessantes. Nas ações do Instituto Rosa Sertão, por exemplo, estão os 42 cursos de capacitação, envolvendo 1316 pessoas. Se a cada pessoa empoderada é multiplicada por cinco, portanto, nos cursos e oficinas de formação o público atingido é aproximadamente de 6580 pessoas. Na mesma lógica de multiplicação, (___) considera que os dois últimos Encontros dos Povos do Grande Sertão abrangeram cerca de 4.000 pessoas (NOTAS DE CAMPO, 28 de Julho de 2014).

Empoderamento, portanto, tem relação direta com a criação de capacidades. Estas capacidades, porém, não estão voltadas a tomada ou redimensionamento do poder. Isto tem relação direta com outras questões, o escopo ideológico das ONGs condutoras do Plano DTBC, por exemplo. Na mesma conversa, quando indagado se tais ações significavam verdadeiramente empoderamento, tal conselheiro expôs a seguinte questão⁷¹:

“Depende do ponto de vista” – respondeu. (...). Segundo ele, é preciso considerar que as pessoas aqui são muito pobres, “pobres mesmo”, a grande maioria não tem nenhuma fonte de renda, as que têm vêm da bolsa família, ou de aposentadoria. Então, quando se adiciona 40, 50 ou 100 reais à vida destas pessoas, por exemplo, advindos do extrativismo, é uma mudança significativa. “Não é o ideal, não devia se restringir a isto”, mas a construção de um horizonte possível dá esperanças às pessoas, e esta renda advinha, sobretudo, com a CoopSertão “é uma esperança para muitos” (NOTAS DE CAMPO, 28 de Julho de 2014).

A respeito das questões mencionadas, o empoderamento assume caráter quase que iminentemente econômico. Isto é, empoderar as pessoas é sinônimo de gerar mais renda, inserir as pessoas no circuito do consumo. Parece um trabalho de mimese. Isto porque ao mesmo tempo em que apresenta as contradições do modelo econômico e de sociedade operante, coloca-o como modelo a seguir, como modelo de empoderamento. Isto se encontra expresso em um depoimento, conforme destacamos a seguir.

⁷¹ As citações foram retiradas do nosso caderno de campo, e não conseguimos uma entrevista formal com este conselheiro. É, portanto, interpretação da fala, e não fala propriamente.

[Fragmento 47] A gente não pode esquecer que vivemos no capitalismo, os nossos moradores lá da roça, das comunidades tradicionais, eles querem sim ter sua TV, quer ter o seu celular, quer ter sua roupa de ir pra festa, quer comprar seu carro, sua moto... A pessoa vai andar a pé 40 km? Ele quer uma casa melhor, porque não né? **Então isso demanda dinheiro. Nós estamos no capitalismo, dinheiro. E tem que gerar produção tem que arrumar emprego, não pode fugir disso também.** (...). E, às vezes, muitas vezes a gente prega aqui na comunidade, você não quer viver assim... Você quer ter acesso aos confortos... Mas é possível também uma alternância né.

[Fragmento 48] A questão do turismo que é uma atividade que também pode proporcionar renda para as comunidades e, tem sido feito vários trabalhos focando também na cultura da região, ou seja, trabalhamos com turismo ecocultural, que foca na valorização ecológica e das tradições culturais.

Não é este modelo de mais produção, aliando mais consumo de natureza que pressupõe distribuição ecológica relativa ou desigual, que impõe custos ambientais às comunidades, o principal ingrediente dos conflitos? Neste enunciado, mais uma vez se apresenta aquilo que apontamos ao longo de todo o capítulo, o Plano DTBC é sustentado por uma concepção ecológica reformista, uma concepção econômica conservadora. Disso resulta a redução de algumas concepções teóricas e práticas, como, por exemplo, a de empoderamento. Este deixa de ser um processo de sensibilização e reforço das capacidades que, logicamente, conduziria a maior participação, mais poder na tomada de decisões relativo à condução da conservação e dos projetos de desenvolvimento, para se tornar um sistema de cooperação; enfim, reduz aquelas ações transformativas em ações conciliativas. Reduz empoderamento a mera geração de renda ou inserção a sociedade de consumo.

De um lado, esta concepção restrita de sustentabilidade tem relação direta com a ação indireta do Estado. As ONGs, por mais capacidade técnica que tenham, não conseguem promover mudanças substanciais. De acordo com Michael Mann, “o poder infraestrutural do Estado **deriva da utilidade social**, (...), das formas de centralização territorial **que não podem ser fornecidas pelas forças da sociedade civil**” (MANN, 1992:187[grifos nossos]). Por outro lado, vivia-se e vive-se na biorregião do MSVP um intenso processo de tensão, esta situação de limbo dificulta a construção de alternativas para as comunidades biorregionais.

No entanto, sobretudo, se focarmos nas comunidades camponesas, o empoderamento é possível a partir da apropriação da própria natureza, e apropriação que considere tanto os projetos simbólicos quanto materiais, e que disso resultem em modelos

alternativos de gestão e conservação do patrimônio natural. E mais, resultem em modelos de desenvolvimento, tal como o proposto embrionariamente no Plano DTBC, que deixe claro que “uma sociedade autenticamente desenvolvida é aquela que proporcione respostas normativas e institucionais satisfatórias” para as questões de valor relativas à equidade social, justiça e função da natureza (GOULET, 2002, p. 77).

A participação, apesar do seu caráter instrumental no Conselho Consultivo do MSVP, não é apenas um acessório, mas o mecanismo essencial para se promover capacidades, autonomias nas pessoas, enfim, empoderamento. Retirá-la deste quadro formal, e torná-la mais substantiva é o principal desafio colocado na biorregião do MSVP, na gestão e conservação da natureza. Outro desafio refere-se à sustentabilidade que ora se restringe meramente a biodiversidade, aos recursos naturais ou natureza, a sustentabilidade requer um olhar abrangente. Para isto, é preciso que as manifestações culturais, direito ao território e a reprodução dos modos de vida das comunidades biorregionais sejam inalienáveis. Não é possível falar em sustentabilidade diante de um quadro de “ex-comunidades”, isto é, de vulnerabilidade econômica, social, política, cultural etc.

No intuito de complementar as questões apontadas até agora, e apontar as perspectivas do MSVP, a parte final do item apresenta algumas questões basilares e desafios colocados aos gestores e comunidades da biorregião do MSVP.

5.4.2 Desafios e perspectivas

Esta parte deste item busca elencar os desafios, as perspectivas e, bem como, demonstrar as possibilidades e desdobramentos dos eixos de desenvolvimento. O ponto de partida para estas análises é o relatório da WWF (Gestão Integrada de Áreas Protegidas: Uma análise de efetividade de mosaicos), pois ele aponta algumas conquistas e alguns desafios importantes. Este relatório foi elaborado tendo como base “o Protocolo de Avaliação de Efetividade de Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas”⁷². Tendo como objetivo identificar e avaliar “avanços na articulação institucional, fortalecimento da identidade territorial, ordenamento e desenvolvimento territorial”, bem como, observar questões referentes à “valorização da sociodiversidade e conservação da biodiversidade”. Além dos fatores técnicos, a aplicação deste protocolo de avaliação busca compreender o

⁷² Este protocolo totaliza quatro âmbitos, oito princípios, 17 critérios e 46 indicadores. A título de exemplo, os âmbitos referem-se à gestão, governança, sociodiversidade e biodiversidade.

papel dos mosaicos “na formação e no empoderamento das comunidades locais” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.9).

De forma geral, este relatório atesta a efetividade técnica do MSVP, sobretudo, os eixos de desenvolvimento extrativismo em bases sustentáveis e do turismo ecocultural, mas mostra também a fragilidade do eixo de gestão integrada. Tais conclusões foram possíveis a partir da comparação dos diferentes mosaicos reconhecidos a partir do Edital FNMA/MMA de 2005, por meio de aproximadamente 60 variáveis, como, por exemplo, as linhas focais ou os eixos de desenvolvimento, integração das áreas protegidas à gestão integrada, as políticas de governança, participação das comunidades, efetividade na conservação da biodiversidade etc. As conclusões do relatório indicam que enquanto estratégia e mecanismo de gestão territorial e conservação da natureza, o MSVP se consolidou (COSTA; HERRMANN, 2015.). Em outras palavras, enquanto mecanismo técnico de organização e gestão do território as ações empreendidas pelo Conselho Consultivo através dos projetos e metas do Plano DTBC podem ser avaliadas e mensuradas positivamente.

Apesar desta avaliação positiva, ao longo deste capítulo descrevemos diversas questões que colocam as estratégias de gestão e desenvolvimento de base conservacionista em um limiar: avanço dos desmatamentos nas UCs, conflitos com as comunidades etc. A rigor, grande parte destes desafios não podem ser resolvidos por meio das ações da gestão do mosaico porque demandam políticas estruturais mais profundas e ações políticas e econômicas por parte do Estado. Além disso, com fim dos projetos e dos financiamentos públicos, a gestão, juntamente com o Conselho Consultivo, precisa encontrar alternativas para aprofundar e sedimentar as ações empreendidas nos últimos anos.

A partir desta arquitetura metodológica, o relatório apresenta alguns pontos importantes. O primeiro deles refere-se à gestão. O MSVP possui “as ferramentas para promover a gestão integrada e participativa”, todavia, esta ainda não tem efetividade quando se observa os “mecanismos para lidar com a complexidade do ambiente e das instituições”. Concorre para tal processo, o aspecto mais formal do que prático do Conselho Consultivo, o tamanho da biorregião e a variedade das instituições. O curto tempo de atuação do Conselho, a partir de 2009, também concorre para esta efetividade parcial. Nesse sentido, “as questões apresentadas nas reuniões do Conselho são encaminhadas (...). Mas não existe um monitoramento ‘se’ e ‘como’ as questões estão sendo resolvidas” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.34).

Um segundo elemento crítico encontrado durante a avaliação da efetividade do mosaico refere-se à falta da “presença e os objetivos do Mosaico (...) em programas e

políticas de desenvolvimento projetadas para o território” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.35). Em outras palavras, embora o MSVP seja um mecanismo territorial de conservação e desenvolvimento, boa parte dos municípios da biorregião, exceto o de Chapada Gaúcha, desenvolvem seus planos de desenvolvimento sem qualquer menção às estratégias de desenvolvimento propostas pelo Plano DTBC. Isto contribui para diminuir a efetividade do Mosaico e corrobora com as preocupações apresentadas ao longo deste capítulo – qual é a efetividade e profundidade de projetos de desenvolvimentos conduzidos por ONGs?

Isso acontece porque, geralmente, as propostas de desenvolvimento do MSVP não interessam aos gestores municipais. Esta falta de interesse, porém, é elucidativa de uma questão importante: o papel que se atribui as políticas que buscam integrar desenvolvimento e conservação. Aceitar e colocar em prática o desenvolvimento de base conservacionista significa ir contra interesses e interessados, sobretudo, aqueles ligados ao agronegócio. A natureza, nas últimas décadas, se tornou o principal mecanismo de apropriação do capital no MSVP, romper esta lógica requer uma mudança política e ideológica profunda. Além disso, o Plano DTBC é voltado para as comunidades camponesas que historicamente são relegadas a um segundo plano, tanto no que se refere às políticas de desenvolvimento como no que se refere à conservação da natureza.

De modo geral, entre todos os indicadores do Relatório, aqueles ligados a gestão integrada são os que se encontram menos efetivos. Nesse sentido, “esse fato reflete um pouco a baixa efetividade dos mosaicos no fortalecimento das UCs”. O mosaico, as reuniões, a formação das equipes de trabalho, acabam sendo vistos “por alguns gestores como mais uma tarefa a ser executada na agenda já sobrecarregada pela falta de pessoal” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.36). Ao contrário do que acontece com gestão integrada, que encontra dificuldades para se concretizar, as ações voltadas à proteção e à biodiversidade são mais efetivas. Isto se deve, entre outras coisas, “aos trabalhos desenvolvidos por uma instituição de pesquisa integrante do Conselho [Biotrópicos]” que tem contribuído com pesquisas para o levantamento e catalogação de anfíbios e mamíferos.

No que se refere aos eixos de desenvolvimento “o incentivo ao extrativismo foi citado como estratégia fundamental para manter o Cerrado em pé”. Isto porque reduz a resistência das comunidades locais sobre a importância das UCs, além de agregar valor as estratégias produtivas, tal como ocorre na CoopSertão. O extrativismo mostrou-se efetivo enquanto estratégia de desenvolvimento porque revela “a preocupação com a qualidade de vida das comunidades, fomentando ações sustentáveis, [com isso] o Mosaico conquistou aliados para a causa da conservação” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.41). A mesma

efetividade é revelada quanto ao turismo ecocultural de base comunitária, embora com avanços pontuais, por exemplo, a elaboração de roteiros, a realização do Caminho do Sertão e Povos do Grande Sertão–Veredas, tem contribuído para fomentar a biorregião do MSVP como destino e produto turístico.

Em resumo, as análises do Relatório da WWF apresentam os seguintes desafios e avanços:

A percepção dos conselheiros é de que os avanços, ainda que pontuais, já são reconhecidos. No entanto, alguns conselheiros mostram-se preocupados com a continuidade, já que as ações em curso dependem de projetos específicos que, uma vez encerrados, podem levar à desmobilização e à perda dos avanços obtidos (COSTA; HERRMANN, 2015, p.40).

Além disso,

(...) a oportunidade de agregar pessoas com poder de influir no território e de trazer recursos e projetos contribui para o sucesso do Mosaico. Também percebem que o modelo facilitou a articulação entre pessoas e instituições. Reconhecem o MSVP como espaço que agrega diversos setores para integrar ações e entidades, oferecendo possibilidades de mudança. A visão das comunidades em relação aos órgãos gestores também mudou: eram vistos como punidores e fiscalizadores, passando agentes de capacitação, geração de renda e troca (COSTA; HERRMANN, 2015, p.41).

As ações empreendidas ao longo dos últimos anos contribuem em muitas dimensões para a percepção ambiental, política e econômica da biorregião do MSVP. Nesse sentido,

(...) é consenso que o Mosaico trouxe um espaço de construção coletiva e congregação de parceiros, e abriu possibilidades de trabalho conjunto com os órgãos ambientais, o que até então era impensável. Embora seja difícil de mensurar, foram muitos os avanços, como atração de recursos, pesquisas, e produção de informação.

(...) A atuação do Mosaico no processo de licenciamento de plantio de eucalipto é citada como decisiva para barrar um projeto de forte impacto ambiental.

(...) Merece destaque também o fato de o MSVP ter se organizado a partir do [Plano]DTBC, tendo sido as articulações e discussões sobre o território a semente para um mosaico mais amadurecido (COSTA; HERRMANN, 2015, p.41).

Apesar dos avanços, é preciso atentar-se aos desafios postos tanto financeiramente quanto ambientalmente. Segundo os conselheiros entrevistados para a elaboração do relatório “(...) é preciso garantir a sustentabilidade institucional e financeira para dar continuidade às ações e manter a articulação construída”. Mas, sobretudo, criar medidas para integrar a conservação e as UCs efetivamente enquanto estratégias de

desenvolvimento. Isto porque “o papel das unidades de conservação para a sociedade local também é frágil, mesmo entre os conselheiros do Mosaico, o que faz com que muitos não as reconheçam como a razão de ser do MSVP” (COSTA; HERRMANN, 2015, p.41).

De todas as ações empreendidas, a CoopSertão e os trabalhos por ela empreendido é, sem sombra de dúvida, a ação de maior relevo, seja pelos resultados alcançados e seja pelas possibilidades futuras. No entanto, o fim dos financiamentos e das parcerias com a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil coloca em risco a sustentabilidade econômica da cooperativa. Os fragmentos que se seguem ajudam a exemplificar este processo.

[Fragmento 49] Então a cooperativa ela tá ai se arrastando nessas partes burocráticas ainda. Tivemos que readequar a questão de notas fiscais eletrônicas, a gente não tem ainda assim, como nossa equipe é pequena, **nós vivemos ainda de projetos. Trabalhamos com projeto, para que tenha uma equipe para pelo menos não deixar que o projeto da cooperativa fique sem trabalhar esse processamento.**

[Fragmento 50] A gente tem uma equipe pequena, estamos vivendo de alguns projetos que pagam as pessoas para fazer as suas atividades, e eu tenho uma visão bem ampla sabe?

Ao longo dos enunciados, é possível observar pelo menos três desafios ou problemas que a CoopSertão enfrenta e/ou enfrentará nos próximos anos. O primeiro deles é o fim das fontes externas para financiar as suas atividades, conforme o enunciador “vivemos de projetos”. Isto demonstra, por um lado, que as ações empreendidas no âmbito do Plano DTBC não foram suficientes para consolidar a cooperativa e, sobretudo, que ações empreendidas não permitiram a estabilidade financeira. E, por isso, o fim das parcerias e financiamentos torna-se um problema concreto para manter a estrutura e equipe técnica em funcionamento. Por outro lado, esta fragilidade ou dependência financeira inibe a expansão das ações, sejam aquelas para integrar novas comunidades ao circuito produtivo do extrativismo e sejam aquelas de aperfeiçoamento do sistema de produção e beneficiamento dos frutos do Cerrado.

Seja em nome da questão ambiental (a preservação do Cerrado) seja em nome de uma questão de ordem econômica e social (geração de renda para famílias camponesas), o fato é que a independência financeira da cooperativa é essencial para consolidar as ações empreendidas nos últimos anos. Caso contrário, todos os esforços de integração e de cooperação, todos os recursos investidos não terão surtido os efeitos pretendidos – o desenvolvimento de base conservacionista. E desenvolvimento de base conservacionista, neste caso, refere-se à consolidação e à expansão das estratégias que, por ora, encontram-se incorporadas na figura da CoopSertão.

A falta de independência financeira desdobra-se em novos quadros de dependência, no caso, aquilo que devia ser uma estratégia complementar torna-se o principal objetivo da CoopSertão, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. Trata-se da Lei nº. 11. 947, de 16 de junho de 2009, que determina que no mínimo 30% da merenda escolar deve advir da agricultura familiar. Certamente, o PNAE é um instrumento estratégico para a produção camponesa familiar. Ele contribui para efetivar e valorizar ações de fortalecimento da agricultura em moldes familiar, na diversificação de práticas mais sustentáveis de produção, além de alimentos mais limpos e saudáveis para a alimentação escolar. O PNAE, em uma primeira análise, é aliado às estratégias de desenvolvimento de base conservacionista tanto pelo modelo produtivo, quanto pelos objetos subjacentes a ele. Observemos os fragmentos que se segue:

[Fragmento 51] Apesar de a cooperativa ser de produto extrativista, **no PNAE, normalmente a gente consegue contemplar outros produtos.** Porque ela é especificamente pra trabalhar com polpa de frutos congelados, **só que a linha de atuação dela para que os agricultores familiares possam também está comercializando seus produtos, incluímos a banana, mas trabalhamos com a farinha, com a mandioca, feijão, e entre outros. A gente tem uma gama de produtos que podem ser comercializados para ir direto para a merenda escolar na rede municipal e também na rede estadual, fazemos a entrega tanto municipal quanto estadual (...).**

Evidentemente, o PNAE permite a expansão do escopo de ação da CoopSertão ao abrir novas possibilidades de mercado aos produtos da agricultura familiar para além daqueles próprios do extrativismo, tais como frutas, legumes, verduras etc. Isto permite a diversificação dos produtos, permite criar estratégias para fugir da sazonalidade da produção e agrega valor à produção. Os fragmentos a seguir complementam estas análises.

[Fragmento 52] E o que a gente ainda dá sustentação aqui **na base local está sendo o PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar. É um comércio local que realmente é muito gratificante tanto pra nós do próprio município quanto pra prefeitura, é porque ela tá, a cooperativa está proporcionando que o município cumpra a lei que obriga os municípios comprar no mínimo, no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, para a alimentação escolar (...).**

[Fragmento 53] Pelo que eu ando e pelo meu conhecimento, a única cidade que tá ai atingindo, batendo essa meta de conta de comercialização com o PNAE tá sendo Chapada Gaúcha. (...).

[Fragmento 54] O PNAE tem meses que não tem os períodos de aula, as férias que ela fica sem a comercialização.

Mais uma vez é necessário repetir, o PNAE é um aliado importante para se pensar o desenvolvimento de base conservacionista. Isto porque ele estimula uma modalidade de produção – agricultura familiar – e no caso dos cooperados da CoopSertão, permite somar aos produtos do extrativismo aqueles cultivos mais típicos deste modelo de produção. Além disso, é preciso ponderar que a participação neste programa depende de uma estrutura burocrática, as Licitações, que camponeses isolados não conseguem acessar. A cooperativa funciona então como mediadora entre agricultura familiar e desenvolvimento de base conservacionista, mediadora de ordem política. A conjugação destes fatores permite uma dieta alimentar mais diversificada e que valoriza os produtos originários da biorregião, além de fortalecer os modos de produção e a relação sociedade e natureza.

Além disso, a agricultura familiar e os incentivos advindos com o PNAE contribuem com as estratégias de desenvolvimento de base conservacionista e permite uma gama de questões afirmativas. Entre elas, uma produção sem uso ou com baixo uso de insumos externos, produtos químicos etc.; a manutenção da sociodiversidade da biorregião, considerando que a característica básica da agricultura familiar é o policultivos. O PNAE torna-se uma estratégia importante na medida em que retira as incertezas quanto ao mercado para os produtos do extrativismo, o que permite ampliar a produção e as estratégias de conservação.

No entanto, estes fatores afirmativos podem se tornar problemas quando não se cria estratégias complementares ou aliadas. Isto é sintomático em algumas passagens dos enunciados: no “PNAE tem meses que não tem os períodos de aula, as férias que ela fica sem a comercialização”. Ou quando a própria Lei não é obedecida: “pelo que eu ando e pelo meu conhecimento, a única cidade [município] que tá ai atingindo, batendo essa meta [30%] de comercialização com o PNAE está sendo Chapada Gaúcha”. Em resumo, o problema não está, diga-se de passagem, na CoopSertão apropriar do PNAE, e outros programas governamentais, mas em fazê-los o principal foco de ação.

Aliado aos problemas descritos, há também a resistência aos produtos de origem extrativista local. Isto se deve, por um lado, ao desconhecimento das potencialidades nutritivas e da diversidade de sabores dos frutos do Cerrado. E, por outro lado, considerando, sobretudo os produtos fornecidos as escolas via PNAE, a estrutura dos cardápios e dietas impostas pelas secretarias de educação que, geralmente, não contempla produtos típicos da biorregião. Romper este duplo desafio demandou dos gestores da

cooperativa ações de cunho cultural (para demonstrar a importância dos frutos do Cerrado tanto nutricionalmente como ambientalmente) com visitas às escolas, como também cooperações e treinamentos entre a cooperativa e as escolas consumidoras dos produtos do extrativismo. O fragmento abaixo ajuda-nos a esclarecer esta ação.

[Fragmento 55] O comércio local ainda está meio receoso de conhecer, de entender de saborear esses produtos. A gente tinha o escritório local, porém como foi feita a transição, passamos por umas questões financeiras e tivemos que cortar gastos para que pudéssemos equilibrar a cooperativa. Hoje nós estamos na própria sede, a sede é própria, então a gente já tem lugar.

[Fragmento 56] Vou dar exemplo de um produto, esse produto o coquinho azedo, ele é um produto bastante concentrado, ele tem um sabor assim mais forte, digamos assim mais claro, porém, a sua forma de diluição tem ser com a criatividade, como eu falei que **o hábito nosso ainda é usar o produto *in natura*, não se valorizou ao consumo desses produtos beneficiados.** Gente... é mil vezes melhor de que o refrigerante! Você sabe que o refrigerante ele produz, é (...). Prejudicial à saúde, um índice alto de açúcar, então que **eu percebi que estava acontecendo que alguns produtos nossos que estavam sendo fornecidos nas escolas estavam tendo restrições de não usar mais.** Eu fiz essa visita, eu tive essa visão de chegar lá na hora do recreio com um propósito meu de saborear aquele momento e percebi que realmente tinham feito bastante concentrado. Depois disso levei a diluição, eu acho que é um dos papéis nosso é ajudar o cliente, nossos fregueses a entender o processo de uso [dos produtos da cooperativa], não é? A gente propõe que 1 kg desse coquinho para quem é criança pode diluir 1 kg em 10 litros. Para nós que é adulto, nós conseguimos consumir 1 kg pra 6 litros. As crianças pela idade de 8 a 10 litros.

Até o momento, descrevemos os desafios estruturais da CoopSertão para manter suas atividades econômicas, políticas e sociais na biorregião do MSVP. Os enunciados em destaque (55 e 56) colocam um segundo conjunto de problemas: a resistência dos consumidores finais, sobretudo, no que se refere aos produtos do extrativismo. Se o mérito da cooperativa, inicialmente, foi de colocar estes sabores e estes alimentos mais saudáveis e nutritivos na dieta escolar, o desafio doravante é fazer com estas questões afirmativas sejam reconhecidas e torná-las efetivas.

A solução a este problema, de certa forma, foi apresentada: visitas às escolas, treinamento do uso adequado dos produtos. Todavia, é preciso considerar a extensão territorial da biorregião do MSVP, estas visitas técnicas tornam-se empreendimentos com altos custos financeiros e sobrecarga de trabalho, considerando a reduzida equipe técnica da cooperativa. De forma geral, todos os problemas e desafios descritos indicam o mesmo horizonte: é preciso que a CoopSertão adquira estabilidade financeira e, com isso, ela

expanda o seu campo de ação, tanto do ponto de vista técnico (que inclui cursos de treinamento sobre a melhor forma de processar os frutos do Cerrado até aqueles destinados a orientar o melhor uso para os produtos processados) e político-social (que ela amplie seu poder enquanto agente de mediação entre políticas públicas e agricultores familiares, tal como ocorre com o PNAE).

No entanto, sustentabilidade econômica da cooperativa depende de um conjunto mais amplo de ações e, sobretudo, na identificação de novas possibilidades de mercado. A principal estratégia adotada é o sistema de cooperação com outras cooperativas mais estruturadas, sobretudo, no intuito de obter certificação para os produtos. Os fragmentos que se seguem descrevem como este processo vem ocorrendo, bem como, os anseios da cooperativa.

[Fragmento 57] O desejo da CoopSertão é ampliar sua rede de comercialização fora do estado, por isso que nós somos filiados a uma central de cooperativas que é a Central do Cerrado em Brasília. A Central do Cerrado proporciona uma abertura de comércio para as cooperativas filiadas a ela.

[Fragmento 58] Por isso que a gente tá pensando em se trabalhar outras fontes de mercado, né? O mercado regional, o mercado a nível estadual, já estamos se pensando em trabalhar a safra do pequi no próximo em articulação com a Central do Cerrado com uma venda bastante razoável para o Japão, articulando através da CoopSertão e demais cooperativas filiadas a ela, tão se falando em 5 toneladas de polpa de pequi para o Japão.

[Fragmento 59] Mandamos amostra do nosso pequi já chegou até na Anvisa para o Japão, estamos aí aguardando a resposta deles, fizemos um laudo, a Unimontes fez uma análise microbiológica do nosso produto, saiu satisfatória. Através desse laudo a gente encaminhou para a Central, a Central encaminhou para o Japão (...) de lá vão avaliar o produto e já temos um estoque ali preparado de 200 caixas pra encaminhar para a exportação.

Atualmente, o principal mercado da CoopSertão é o mercado institucional, isto é, fornecimento de alimentos para escolas e creches via o PNAE. Há também a participação em feiras, eventos, como o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Além disso, a polpa de frutas é fornecida a padarias, restaurantes e lanchonetes locais. A cooperativa tem condições de ampliar a escala de produção e, por isso, o anseio principal é conquistar novos mercados para os seus produtos. A expansão do mercado é, simultaneamente, a expansão das ações e a sua afirmação enquanto uma unidade produtiva sustentável em escala regional.

No entanto, é preciso ponderar que tais mudanças podem mudar o perfil da cooperativa tornando-a mais um elemento que atende os anseios do mercado do que um instrumento de mediação e promoção de autonomia das comunidades e camponeses cooperados. Conforme Telma Coelho da Silva (2013, p.85), referindo ao mesmo anseio da Cooperativa Grande Sertão, “as mudanças podem vir a distorcer a identidade da organização, o que afetaria a dinâmica interna da cooperativa e, sobretudo, a relação com os seus cooperados, afastando e debilitando a organização”. Nesse sentido, o desafio colocado a CoopSertão é se afirmar-se regional e localmente, tanto no que se refere a produção como no que se refere a comercialização de produtos de origem extrativista e da agricultura familiar. Aliado a isto, buscar mercados extra-regional e visualizar estratégias de desenvolvimento que permita a competitividade nos mercados, mas sem perder o papel de instituição que representação política, econômica e social de camponesas e camponeses do MSVP.

O que as questões descritas permitem concluir a respeito da CoopSertão? A primeira conclusão é: a CoopSertão é dependente, seja de financiamentos externos seja do PNAE. Em segundo lugar, a criação de estratégias na busca da sustentabilidade financeira e de afirmação institucional e política torna-se o principal mote de ação. Apesar destes fatores, a cooperativa tem conseguido feitos importantes. Entre eles, colocar a produção camponesa/familiar dos mais longínquos cantos da biorregião na dieta escolar e, de forma menos intensa, na dieta das comunidades rurais e urbanas. Juntamente a isto, os trabalhos envolvidos ao longo dos anos permitiram afirmá-la enquanto instrumento econômico e político para estes homens e mulheres.

As cooperativas, de modo geral, são entidades autônomas no qual as pessoas se associam voluntariamente, seja para atender questões de ordem econômica, social ou cultural. Por incorporar estas questões, conforme argumentamos em linhas precedentes, a CoopSertão tem condições de se afirmar para além das questões do beneficiamento e da produção de produtos originários da agricultura familiar. Ela pode tornar-se um agente político de mediação de conflitos, sobretudo, aqueles relativos à regularização fundiária das UCs; pode servir de contraponto para se pensar as questões da degradação ambiental em expansão na biorregião. Em resumo: a CoopSertão, atualmente, atua mais no sentido de orientar a produção e o beneficiamento, bem como, inserindo tais produtos no mercado. Todavia, criar estratégias para que a cooperativa assuma funções políticas é essencial para se pensar a questão da justiça ambiental, da equidade e do desenvolvimento de base conservacionista.

No que se refere ao eixo de desenvolvimento turismo ecocultural de base comunitária, os resultados são menos palpáveis. Entre as atividades desenvolvidas para fortalecer o turismo na biorregião, destaca-se o “Caminho do Sertão – de Sagarana ao Grande Sertão: Veredas”⁷³, circuito turístico que busca conhecer as paisagens físicas e humanas da biorregião, além do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Outras iniciativas, tal como, a “Viagem pelo Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu: reconhecimento dos roteiros turísticos pelas comunidades de base”, realizado pelas pessoas vinculadas ao turismo comunitário nos municípios integrantes do MSVP, é outra estratégia para operacionalizar os roteiros elaborados juntamente com as comunidades.

No que se refere a atuação do Conselho Consultivo do MSVP, atualmente o GT – Carinhanha Vivo é principal foco, cujo intuito é discutir o processo de construção de pequenas barragens hidrelétricas. Este GT propõe ampliar as discussões sobre a situação ambiental da bacia do rio Carinhanha e, sobretudo, tornar o Conselho mais operante nos processos de licenciamento ambiental. Nesse sentido, a título de exemplo, os fragmentos a seguir são elucidativos.

[Fragmento 61] Enfim, o GT Carinhanha vivo foi criado no nosso conselho, ele tem o objetivo de realizar um diagnóstico situacional, identificar os principais pontos, mas o objetivo principal é articular, mobilizar e visibilizar os projetos das pequenas centrais hidrelétricas previstas para ele.

Pensamos em fazer um projeto básico, dividido em 4 grandes fases. A primeira fase é um mapeamento e mobilização feita via fluvial e via terrestre nos trechos 1, 2 e 3 que vai ser apresentado pelas meninas. A segunda fase é um diagnóstico da atual situação, feita pegando arquivos. A terceira fase é uma divulgação pesada e uma comunicação para a realização da travessia que vai acontecer em uma data que a gente não tem ainda. E, por fim, uma organização de material bem produzido para que a gente possa colocar na mídia (...). O GT é composto por essas entidades do Conselho, a gente está tentando levantar mais parceiros.

O Conselho do MSVP ao longo dos anos se tornou uma importante instância para se pensar os fundamentos daquilo que Dominique Bourg e Kerry Whiteside (2010) denominam de “democracia ecológica”. Estes autores, discutindo a finitude e os limites da ação humana, sublinham que, atualmente, “habitamos doravante um mundo em via de encolhimento, confrontando a uma acumulação de finitudes e de limites, afetando tanto o

⁷³ Conforme o informe do evento: “o Caminho do Sertão oferece uma imersão no universo de Guimarães Rosa, na literatura, na geografia, nos saberes e fazeres dos habitantes dos vales dos rios Urucuia e Carinhanha, no noroeste e norte de Minas Gerais. Propõe-se uma jornada de 150 km, a ser percorrida a pé, em 7 (sete) dias, saindo da Vila de Sagarana, no município de Arinos-MG, para chegar à cidade de Chapada Gaúcha” (CAMINHOS DO SERTÃO, 2015, s/p).

ambiente planetário quanto nossas capacidades de compreensão e ação” (BOURG; WHITESIDE, 2010, p. 21). Este novo mundo carece de novas instituições que deem conta da complexidade inerente às questões ambientais, econômicas, sociais, enfim, instituições que deem conta de abarcar a totalidade social. A complexidade dos problemas ambientais e, sobretudo, as suas dimensões planetárias requer um novo contrato social, cuja complexidade ambiental esteja presente, isto é, a democracia ecológica.

Conforme os autores, “o objetivo da democracia ecológica é instaurar na sociedade um circuito de comunicação e reflexão de outro tipo”, considerando que a democracia representativa não dá conta do desafio posto no mundo contemporâneo. Subjacente a isto, a democracia ecológica visa ainda “relações mais pedagógicas, mais participativas e mais reflexivas” (BOURG; WHITESIDE, 2010, p. 59). Enfim,

A democracia ecológica generaliza a prática que consiste em exigir avaliações dos impactos e audiências públicas antes de todo projeto de desenvolvimento. Ela favorece a multiplicação de outras instituições prospectivas: institutos de pesquisa sobre o meio ambiente, conselhos científicos consultivos, juris de cidadãos sobre a evolução tecnológica, etc. A democracia ecológica debate e precisa os instrumentos normativos orientados ao futuro, como o princípio de precaução. Assim, a democracia ecológica substitui a representação moderna em sua vontade de evitar eventuais abusos de poder. Portanto, afasta-se fundamentalmente do modelo de representação moderna procurando estender e estimular a participação cidadã, e não o distanciamento (BOURG; WHITESIDE, 2010, p. 60 [tradução nossa]).

Subjaz a ideia de democracia ecológica, o papel ativo dos cidadãos, sua participação nos fóruns decisórios e na condução dos processos políticos; papel ativo também da ciência voltada para esclarecer os cidadãos sobre os limites ambientais e conduzi-los a novas condutas ambientalmente seguras, considerando a sincronicidade entre as gerações; é imperativo à democracia ecológica também o papel ativo da política, voltado não somente para fornecimento de bem estar das comunidades de um Estado-Nação territorialmente definido, mas da sociedade enquanto totalidade. Para os autores, o momento contemporâneo, de crises ambientais sucessivas, nossas instituições, tal como estruturadas, não estão preparadas para lidar com imperativos dos problemas ambientais.

Aliado a isto, o consumo dos recursos naturais não para de crescer e é justamente o consumo o principal problema subjacente aos problemas ambientais. Com isto, é impossível ter dimensões reais do problema, e mais, é impossível, no cenário atual, conceber alternativas. Apesar de muitos apostarem no aparato técnico, “não há solução técnica ao problema da exploração dos recursos finitos”, aliás, “o poder de certas

tecnologias aceleram frequentemente a degradação dos bens comuns”. Mesmo as técnicas mais eficazes, elas não podem substituir serviços ambientais essenciais à vida humana, água, fotossíntese etc. (BOURG; WHITESIDE, 2010, p. 17).

O quadro de problemas ambientais desenhado pelos autores conduz a seguinte conclusão: o sistema político e a democracia representativa são voltadas para atender os interesses individuais dos sujeitos. No entanto, “os problemas ambientais contemporâneos ultrapassam a figura do indivíduo e a consciência espontânea”, aliado a isto, o caráter inédito e sua dimensão espacial tornam os problemas ambientais não mais problemas ecológicos, mas também políticos e inclui inclusive “na concepção de democracia e vida em conjunto” (BOURG; WHITESIDE, 2010, p. 17). Por isso, a necessidade de reorientar as instituições nacionais para os grandes desafios biosféricos e internacionais.

Cabe dizer, por fim, que há um modelo de sociedade, um modo de se relacionar com natureza e pensar a sua conservação, um modelo de desenvolvimento subjacente todas as propostas do Plano DTBC. O MSVP é originário deste modelo, mas como mostramos neste capítulo há limites claros a este plano, com isto, fica em evidência que o principal desafio do Conselho, doravante, é ultrapassá-lo. Isto se realiza com aprofundamento dos indícios da democracia ecológica, enquanto modo amplo de participação das comunidades biorregionais, mas, sobretudo, com enfrentamento dos problemas ambientais que pune e fragiliza comunidades inteiras, mas também fragiliza as estratégias de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho aqui percorrido incluiu desde a definição do objeto de pesquisa e a metodologia para compreendê-lo, os conceitos operacionais da pesquisa, a biorregião enquanto conceito base para se analisar o MSVP, elementos delineados no capítulo 1. A partir destes pontos basilares, no capítulo 2 demonstramos como a ideia de conservação da natureza se constituiu na biorregião do MSVP e, bem como, os processos subjacentes à formação da estrutura espacial no qual a conservação e as normas se fizeram presente em sua configuração.

Munidos desta compreensão histórica, dedicamos o capítulo 3 à compreensão da ideia de mosaico nas políticas ambientais brasileiras, bem como, a ideia de planejamento e de desenvolvimento subjacente à ideia de mosaico. A partir disso, defendemos a ideia de biorregião e de planejamento biorregional para compreender este processo, a partir disso dedicamos a segunda parte do capítulo a entender o conceito de biorregião e a formação da biorregião do MSVP.

O capítulo 4 tratou do planejamento biorregional do MSVP e seu instrumento básico o Plano DTBC. Nele delimitamos teoricamente a ideia de planejamento biorregional e suas linhas matrizes. Feito isto, demonstramos como isto se processa no Plano DTBC do MSVP, sobretudo, a partir das análises do Conselho Consultivo e dos eixos de desenvolvimento: gestão integrada, extrativismo em bases sustentáveis e turismo ecocultural em bases comunitárias. Ao final deste capítulo, pareceu-nos claro dois processos, a incapacidade das ONGs conduzirem políticas de planejamento e desenvolvimento que promova mudanças substanciais; e a lógica discursiva por detrás do Plano DTBC na configuração de novos consensos sobre a conservação, sobre o desenvolvimento e sobre a biorregião.

Partindo destas premissas, o capítulo 5 teve caráter mais analítico e crítico. Nele delimitamos os desafios colocados no Plano DTBC, à questão das ONGs na condução de projetos de desenvolvimento. Para isto, discutimos a questão da regularização fundiária nas UCs do MSVP, os antagonismos subjacentes a este processo. O conservadorismo do Plano DTBC a não tratar de temas relevantes a biorregião como a Reforma Agrária, a expansão do agronegócio e os conflitos ambientais.

Em relação à tese defendida durante este percurso, inicialmente, partimos de um objeto concreto: o MSVP. A partir disso, buscamos conceitos que dessem conta da

complexidade que representa este objeto. De imediato, algumas questões se tornaram claras: primeiramente, a impossibilidade de compreensão do mosaico em sua totalidade empírica; em segundo lugar, resultante desta primeira constatação, a necessidade da construção do objeto de pesquisa. Ao traçar os elementos que constituíam o objeto, isto é, aqueles elementos a partir dos quais era possível compreender o MSVP, algumas questões ficaram mais claras, entre elas, os processos históricos anteriores e subjacentes a este mosaico.

Inicialmente, lançamos mão de um olhar regressivo sobre os processos históricos desenrolados, que nos permitiu observar dois pontos de rupturas complementares e distintos entre si. De um lado, a expansão de projetos econômicos baseados no discurso ideológico da ocupação dos “vazios” territoriais a partir da década de 1970, baseados na lógica de expropriação e degradação da natureza. Tais projetos econômicos traçam uma marca na paisagem, modificam as relações sociais e criam dinâmicas outrora inexistentes. Em suma: subjaz a esses uma lógica distinta de relação sociedade-natureza, no qual a natureza é vista como mero estoque de recursos. As consequências da empiricização deste processo são de cunho ambiental (perda de biodiversidade, assoreamento), mas também social (expropriação de territórios das comunidades camponesas, conflitos.).

Por outro lado, e, sobretudo no sentido de ser um movimento antitético a esta lógica espoliativa, a partir da década de 1980, surge um novo processo territorial e político, a criação das Unidades de Conservação. As UCs surgem como mecanismos territoriais, haja vista que ocupam um território determinado, modulando-o técnica e normativamente. Em outras palavras, a conservação ambiental via delimitação de espaços específicos para tal fim é iminentemente territorial, mas também político e normativo. À medida que as UCs se consolidam, conjuntamente, se consolida um conjunto de interesses, interessados, conflitos, regras e normas de uso da natureza, todos se desdobram em um projeto de natureza a ser conservada.

Os eventos descritos mostram a simultaneidade de duas lógicas espaciais distintas, de duas lógicas de uso e apropriação da natureza, mas é preciso considerar que o espaço geográfico sobre qual incide estes eventos tinha uma história. Aquela das populações camponesas que ocupam as Veredas, Encostas, Chapadas, Resfriados, enfim o Cerrado em sua multiplicidade. Estas populações tem uma lógica distinta de se relacionar com a natureza ao apropriar-se dela simbólica e materialmente, dando origem aquilo que denominamos de socionatureza: quando elementos naturais e sociais se fundem formando objetos híbridos.

Temos sob um mesmo pedaço de espaço três lógicas de uso da natureza, de uso do território. Para uns, o lugar da conservação da riqueza biótica e abiótica, para outros o lugar da mais produção e da extração da riqueza, para outros meio de vida e lugar de reprodução material e imaterial. Três lógicas em confronto, UCs e camponeses, agronegócio e UCs, camponeses e agronegócio. Mas também lógicas que dão a consistência humana e histórica ao espaço. Se no plano da análise teórica estas conflitualidades descritas aparecem enquanto instâncias distintas, no plano empírico elas mesclam, formam unidade empiricamente determinada que, só muito recentemente, vem a ser reconhecido como MSVP. Em outras palavras, os eventos descritos, os movimentos históricos e geográficos determinam uma unidade geográfica, a sua arquitetura.

Portanto, os embates descritos, primeiramente, modulam o espaço, isto é, criam novos recortes territoriais empiricamente distintos; seja por meio da criação das UCs, seja por meio da expansão do agronegócio. É que tais eventos de modulação do espaço são iminentemente geopolíticos, pois subjacente a eles existe o controle dos fundos territoriais – espaços territoriais que ainda estavam a “margem do uso”. Em segundo lugar, tais recortes sofrem processos de normatização que, aliás, é o principal agente de coesão espacial. Enfim, a tese que defendemos é que o MSVP é um recorte/político ambiental produzido historicamente, sustentado por um conjunto de normas (técnicas e científicas) e, como tal, forma um edifício que denominados de “edifício biorregional”. Os novos eventos que chegam com reconhecimento do mosaico apropriam deste edifício, e convida-o a atender a um novo evento (também político, mas também ambiental e econômico): o desenvolvimento de base conservacionista.

Para compreender este processo, é preciso pensar tal como os clássicos da geografia, ou melhor, observar como diferentes fenômenos se encadeiam no espaço geográfico e como isto resulta em novas arquiteturas espaciais. É a partir da compreensão que diferentes fenômenos se encadearam historicamente sobre a região que atualmente é o MSVP, que erigimos a nossa tese. Defendemos a ideia que o MSVP se configura sobre uma unidade geográfica forjada por um movimento processual. Unidade que não se esclarece apenas com a leitura do conceito jurídico de mosaico. Por isto, a necessidade do olhar regressivo, que permitiu compreender a genealogia dos fenômenos que estruturam e modularam o espaço do MSVP, ou melhor, daquilo que compreendemos como a biorregião do MSVP.

A teia conceitual que estruturou este trabalho girou em torno dos conceitos de Mosaico de Áreas Protegidas, biorregião e o planejamento biorregional. O conceito de mosaico apareceu na legislação em 2000 com SNUC, mas é o resultado de um longo

processo de debates, parcerias e instrumentalizações engendrados antes do projeto de Lei e após ele. Em outras palavras, o conceito jurídico de mosaico, segundo qual haverá um mosaico sempre que houver um conjunto de áreas protegidas (é bom notar que no SNUC o mosaico é de “unidades de conservação”, mas no PNAP refere-se às áreas “protegidas em geral”) próximas ou justapostas, de natureza distinta, estas devem ser geridas de forma compartilhada a fim de fortalecer as medidas voltadas à conservação, desenvolver práticas sustentáveis e integrar as comunidades às estratégias de conservação. Este é o conceito mais elementar de mosaico.

Um mosaico pressupõe uma unidade espacial, unidades que se interagem no tempo-espaço, entre elas, há um elemento de coesão – no caso da proposta jurídica a conservação da natureza. Apesar desta coesão, não é pressuposto de um mosaico a homogeneidade, até porque ele busca compatibilizar diferentes modos de conservar a natureza, pressupõe uso sustentável dos recursos e a proteção integral, por exemplo. Nesse sentido, a proposta de reconhecimento dos mosaicos é uma inovação na política ambiental brasileira, isto porque, busca compreender os sistemas ecológicos integrados aos sistemas econômicos e sociais, dando importância tanto aos fatores naturais quanto aos culturais.

A ideia dos mosaicos, inicialmente, teve relação mais direta com a proposta da gestão integrada e participativa das Áreas Protegidas. Este modelo de gestão devia-se pautar na articulação institucional, participação de gestores e comunidades (via conselhos) na definição das estratégias e objetivos da conservação. Esta ideia inicial foi ampliada com a proposta dos Planos DTBC, que personifica tanto mecanismos de gestão como de planejamento e desenvolvimento. Em outras palavras, ao determinar que o reconhecimento dos mosaicos estava condicionado a um instrumento de planejamento, o Edital 01/2005 (primeiro edital de reconhecimento de mosaicos, edital que também reconheceu o MSVP) criou um instrumento para se pensar a articulação da conservação da natureza com estratégias mais amplas de desenvolvimento.

É explícito a ideia dos Planos DTBC o fato de que espaços destinados à conservação (seja por meio das UCs e seja por meio de outras áreas protegidas) da natureza se vinculam diretamente aos contextos econômicos, históricos e culturais mais amplos. A ideia subjacente aos Mosaicos de Áreas Protegidas é justamente a de romper com este efeito de ilha construído em torno das UCs. Todas as análises realizadas durante a tese buscaram evidenciar a relação entre três conceitos: mosaico, biorregião e planejamento biorregional.

No lugar de situar as UCs e, especificamente, os mosaicos como antíteses dos processos de desenvolvimento, ocorre o inverso. A proposta do desenvolvimento de base

conservacionista (expressa no Plano DTBC) coloca as UCs e os mosaicos como mecanismos/entrepostos reais para se pensar e engendrar políticas de desenvolvimento. A conservação gera produtos e serviços ambientais, entre eles a conservação da biodiversidade genética, proteção dos recursos hídricos, manutenção de ecossistemas que abrigam espécies de valor comercial, manutenção de belezas cênicas para atividades de turismo, sequestro de carbono, manutenção do clima regional e local e a sustentabilidade dos meios de vida. O principal desafio para os mosaicos é captar estas potencialidades e fazer com que elas se transformem em elementos de geração de renda para uma economia de base conservacionista.

Em termos analíticos, subjaz aos mosaicos uma rede teórica importante, tal como a questão da identidade, a integração dos fatores biológicos e culturais, gestão e planejamento. Apesar desta riqueza é preciso notar que o conceito normativo e jurídico é insuficiente para explicar toda esta complexidade, sobretudo, porque em torno do conceito de mosaico formar um rizoma conceitual que é necessário desnudar. Foi a partir desta constatação que iniciamos as análises dos documentos referentes à construção da ideia de mosaico, de desenvolvimento de base conservacionista, e notamos implicitamente (é preciso frisar o “implicitamente”) referência a dois conceitos importantes, sobretudo, nos documentos da parceria Brasil-França: biorregião e planejamento biorregional.

A partir desta constatação, realizamos o trabalho de compreensão destes conceitos e como eles se relacionam com a proposta dos mosaicos. A primeira constatação a que chegamos diz respeito à relação entre o conceito de biorregião e o conceito clássico de região natural. Ao longo das últimas décadas do século XX, o conceito de região natural foi apropriado por movimentos ambientalistas, da esquerda e da direita, e redimensionado. Mais do que uma unidade fisiográfica ou fitogeográfica, o conceito de biorregião refere-se à síntese concreta entre os elementos culturais, naturais e políticos. No conceito de biorregião torna-se impensável separar aquilo que é de ordem “natural” daquilo que é mais “cultural”.

Esta unidade espacial diferenciada ecológica, social, econômica e politicamente que é a biorregião existia/existe na área na qual se reconheceu o MSVP, e o Plano DTBC consegue captar este processo. Se fossemos captar um pouco a teia de eventos que se materializam sobre o espaço para formar a biorregião do MSVP, expor os encadeamentos realizados passaríamos continuamente por diferentes escalas – do local ao global - por diferentes sujeitos – camponeses, ONGs, ambientalistas, representantes do agronegócio, enfim, seria necessário um verdadeiro fio de Ariadne. Um rizoma de eventos é o que forma

a biorregião do MSVP, isto é, o encadeamento de eventos de naturezas e temporalidades distintas.

Se historicamente a área que atualmente damos o nome de MSVP constitui uma biorregião, a questão em aberto era a de compreender se o Plano DTBC representava uma estratégia de planejamento biorregional. O planejamento biorregional parte da biorregião como principal substrato, a partir do qual se busca encontrar alternativas tanto para a gestão da conservação da natureza, como também alternativas que alie esta conservação a mecanismos de desenvolvimento. Para isto, é necessário o envolvimento dos vários grupos sociais da biorregião, desde as comunidades locais que dependem da natureza para reprodução do seu modo de vida, até os órgãos ambientais, as Organizações Não Governamentais – ONGs, Fazendeiros, Prefeituras, Sindicatos, enfim, todos aqueles envolvidos diretamente ou indiretamente na conservação da natureza. Em outras palavras, o planejamento biorregional é um processo dialógico que capacita as pessoas a trabalharem juntas, a refletir e buscar soluções para aqueles problemas de sua biorregião, inclusive aqueles relativos ao uso e conservação da natureza.

O material básico do planejamento biorregional é o intrincamento do quadro cultural, biofísico, humano e econômico, enfim, a biorregião em sua totalidade. É justamente por este caráter integrador que este se diferencia dos demais modelos de planejamento. A respeito da indagação se constituía o Plano DTBC um mecanismo do planejamento biorregional, à medida que as análises se aprofundaram isto se revelou mais claro. É explícito no Plano DTBC a necessidade de observar a multidimensionalidade que compõem um mosaico, é também explícito a ideia de participação, de gestão em conjunto. É claro que na execução deste plano surgiram alguns revezes, a participação mais formal do que prática, a incapacidade das ONGs gestoras de conduzir as ações de forma a engendrar mudanças estruturais. Isto, porém, não retiram do Plano DTBC todas as típicas do planejamento biorregional.

Todas as análises realizadas durante a tese buscaram evidenciar a relação entre três conceitos: mosaico, biorregião e planejamento biorregional. A finalidade disso é demonstrar como ações, normas, eventos, produzem encadeamentos distintos. A biorregião do MSVP responde a muitas lógicas, desde as mais eminentemente locais até aquelas mais globais. Estes diferentes encadeamentos formam a biorregião, ou melhor, o recorte espacial/ambiental do MSVP, que denominamos de biorregião do MSVP.

Nesse sentido, existe uma correlação direta entre biorregião e o MSVP, entre o Plano DTBC e o planejamento biorregional. De forma geral, das correlações existentes

entre mosaicos, planejamento biorregional e o Plano DTBC, a mais elucidativa é o intuito de compreender a complexidade inerente àquilo que é humano e aquilo que é natural, ou melhor, na impossibilidade de separá-los. De forma distinta, todos eles compreendem que o cultural e natural formam uma totalidade, e só se pode planejar e gerir a partir desta compreensão. Em outras palavras, embora não haja no Plano DTBC do MSVP nada explicitamente dizendo “este é um planejamento de cunho biorregional ou o MSVP é uma biorregião”, as linhas gerais seguidas e os princípios obedecidos estabelece relação direta entre o mosaico e planejamento biorregional.

O primeiro destes princípios foi apontado em linhas precedentes, à compreensão de que natureza e sociedade formam uma totalidade. Um segundo princípio diz respeito ao desejo de que as comunidades locais tornassem protagonistas das estratégias de planejamento. Um terceiro princípio refere-se à questão da sustentabilidade, gerir os recursos de modo a assegurar a capacidade de resiliência. O quarto elemento que permite afirmar esta correlação refere-se à articulação institucional em prol de uma estratégia de planejamento. E, por fim, há também as questões relativas à afirmação identitária, de autoreconhecimento como mecanismo essencial na promoção das capacidades. Todas estas questões são próprias do planejamento biorregional, mas como vimos durante esta tese, estão presentes também no Plano DTBC.

Evidentemente, como vimos, estes princípios embora estejam claros, no plano empírico ganham concretudes distintas. A ideia de participação, por exemplo, no Plano DTBC fica restrita ao Conselho Consultivo, que, infelizmente, não encarna o princípio de uma participação substantiva. O planejamento biorregional pressupõe a descentralização das ações, mas requer a presença do Estado (em todas as escalas), no Plano DTBC isto se revela de forma bem menos clara, e talvez, advenha daí a própria fragilidade deste plano e das ações por ele empreendida.

É preciso ter ciência que o Plano DTBC é resultado de um conjunto de interesses e interessados, o mesmo vale de explicação para o reconhecimento do MSVP. Mas, não há nisto uma negatividade em si. Ao longo do capítulo 2, descrevemos um processo histórico aquele da constituição da história da conservação ambiental na região Norte de Minas Gerais, sobretudo, na margem esquerda do rio São Francisco. Neste íterim, demonstramos que a conservação da natureza, como qualquer outro processo territorial, é um processo de modulação, de determinação do espaço geográfico. Isto porque junto a ela vem um grupo de sujeitos que buscam empiricizar seus interesses que, discursivamente, estão aliados “a proteção ambiental”. Quando se fala de interesses e interessados remetemos implicitamente

as relações de poder, aos processos de disputa em torno da legitimação ideológica de determinada prática espacial.

Estes interesses têm muitas faces, a título de exemplo citemos o caso das RPPNs. O que levou grupos econômicos a criarem espaços privados de conservação ambiental na biorregião do MSVP? As RPPNs funcionam em duplo sentido. De um lado, permite amplas áreas sejam desmatadas em outras regiões no qual o preço do solo é mais elevado, ou no qual custos de produção sejam inferiores. Por outro, mesmo subjacente a este processo de degradação, permite apropriação iníqua da natureza, haja vista que junto à criação das RPPNs vem o controle dos fundos territoriais. Isto é, o controle privado da biodiversidade, das águas, do solo, etc. em nome de pretensos serviços ambientais. Os defensores deste modelo contra-argumentam sobre a importância destas nas estratégias globais de conservação. Isto é uma verdade, mas nem por isso a questão dos direitos privados sobrepondo os interesses públicos deixa de existir. Nem por isso o interesse imanente de controlar fundos territoriais importantes é menos explícito.

No que se refere aos interesses subjacentes ao reconhecimento do mosaico e do Plano DTBC, estes são mais difusos e se modificam conforme o grupo social envolvido. A Funatura tem um papel primordial neste processo, além de ser a ONG mediadora destes interesses, toma a frente dos processos decisórios. Em resumo: o Plano DTBC é uma mescla de muitos interesses desde aqueles ligados mais especificamente a questão da conservação até aqueles ligados aos eixos de desenvolvimento. Quando no capítulo 4 descrevemos a arquitetura institucional do Conselho Consultivo, de forma implícita colocamos em evidência todos os interesses e interessados. Portanto, o que sustentou a construção do Plano DTBC, o que determinou certos eixos de desenvolvimento, forem estes interesses. Do contrário, poderíamos indagar por que estes eixos de desenvolvimento e não outros? A resposta é elementar: estes atendem aos interesses de um grupo, o mesmo que no período coevo da sustentação ao Conselho Consultivo.

A mesma linha de raciocínio serve-nos de base para explicar a atuação da WWF junto a CoopSertão, levantando as áreas potenciais para o extrativismo, mediando treinamentos das comunidades. É preciso pensar o Plano DTBC do MSVP como um produto de um determinado grupo social e um determinado tempo-espaço e, com tal, mediado por relações de poder, por disputas ora silenciosas ora latentes. Ao compreender este processo, compreende-se o silenciamento deste plano em relação às questões estruturais da biorregião do MSVP, como exemplo, o conflito entre UCs, comunidades e o processo de regularização fundiária. O Plano DTBC nada mais é do que a visão de um

grupo sobre determinados temas, portanto, conjunto de interesses que se tornou mecanismo de planejamento, gestão e desenvolvimento.

O capítulo 4, especificamente, foi construído no intuito de compreender o planejamento biorregional e sua empiricização no Plano DTBC. Em um primeiro momento, procedemos uma investigação mais teórica no intuito de compreender o planejamento biorregional. A partir disso, os esforços se deram no sentido de demonstrar como as questões apontadas teoricamente ganham corpo neste plano. Aí descrevemos o papel do Conselho Consultivo como principal agente mediador deste processo; em seguida descrevemos as matizes dos eixos de desenvolvimento. Tratou-se de um esforço mais descritivo do que analítico. Em outras palavras, o capítulo foi escrito no intuito de demonstrar como o planejamento biorregional se corporifica no MSVP e no seu principal instrumento de planejamento.

As questões que levantamos ao final do capítulo serviram a um duplo objetivo. Primeiramente, precisávamos operacionalizar uma crítica ao Plano DTBC, sobretudo, relativos a certas questões importantes para se compreender a complexidade político-ambiental do MSVP, mas subjugadas ao esquecimento nas estratégias de desenvolvimento do mosaico. Entre estas questões situamos os processos de regularização fundiária, considerando várias comunidades vivem em situação de “sitio”, ou melhor, de encurralamento dentro das UCs. A questão que permanecia é: como pensar um processo de desenvolvimento quando várias populações vivem em situação de precariedade territorial? A questão dos silenciamentos se desdobra, por exemplo, na questão da Reforma Agrária, aos direitos consuetudinários, da justiça ambiental, na necessidade de uma crítica mais criteriosa ao agronegócio e o processo de expropriação gerado por ele.

Ao contrário do que poderia sugerir estas questões, os silenciamentos apontados não nos surpreenderam, haja vista a nossa compreensão do Plano DTBC como resultante de um conjunto de interesses de um determinado grupo (ambientalistas, ONGs, entidades de classe). Isto nos conduz a postura metodológica adotada, esboçada por meio de desconfianças, ou de uma dialética negativa. Tais desconfianças incidem mais sobre os agentes que conduzem tal plano do que nele propriamente. ONGs não representam o interesse público, ao contrário, elas personificam interesses estritos.

É preciso aprofundar esta questão das ONGs. Para os refratários do Estado, as ONGs personificam a sociedade civil ativa, atuando na vida prática em favor dos bens coletivos. As ONGs são entes ativos na contraposição de um Estado centralizador, burocrático, ineficiente e opressivo. Não partilhamos esta positividade. Isto porque não

acreditamos que tais organizações representem interesses coletivos, que sejam o contraponto ao Estado decadente. Ao contrário, elas são peças chave de um Estado mínimo. Suas ações não operam mudanças estruturais, são, ao contrário, medidas paliativas, maquiadoras, que não promove o empoderamento e a autonomia. Mas cria novos mecanismos de dependência econômica, político e social. Deste contexto, e considerando que o Plano DTBC advém, sobretudo, da atuação de uma ONG, a Funatura, advém a nossa desconfiança.

Estas reticências iniciais desdobraram-se no capítulo 5. No qual apontamos os desafios para se consolidar o desenvolvimento de base conservacionista na biorregião do MSVP. E durante este capítulo, mostramos a impossibilidade das ONGs conduzirem um projeto de desenvolvimento que promova mudanças substanciais. Daí advém à conclusão: mesmo quando se afirma a “fragilidade” do Estado, mesmo quando se afirma que é cada vez menos necessário a vida cotidiana, somente o Estado agindo política e economicamente pode viabilizar projetos de desenvolvimento que permita uma participação em sentido substantivo, abarcando múltiplas escalas. Porém, isto não quer dizer que ações tais como as empreendidas no MSVP não tenham êxitos, ao longo da tese isto ficou claro. Mas, estes êxitos precisam ser redimensionados e aprofundados, e as ONGs não conseguem conduzir este processo.

Evidentemente que ao propormos estratégias de planejamento mais descentralizadas e contextualizadas, como as do planejamento biorregional, não estávamos negando o papel ativo do Estado neste processo. Até porque para que este processo se concretize é preciso à ação eficaz do Estado. Em outras palavras, somente o Estado agindo política e economicamente pode promover um planejamento descentralizado e a escala da biorregião. A relação entre o Estado e planejamento biorregional não é de oposição, mas complementariedade. Não há uma contradição entre as ideias, mas uma constatação do que falta ao Plano DTBC para que ele assuma o papel de uma verdadeira estratégia de planejamento, a mediação política e econômica do Estado.

Em grande medida, o capítulo foi elaborado dentro desta perspectiva. Um dos grandes desafios descritos no capítulo 5, é o avanço dos desmatamentos, inclusive, nas APAs. Este processo coloca em risco os objetivos do Plano DTBC, os objetos para os quais tais áreas foram criadas e amplia a escala dos conflitos ambientais. Nesse sentido, por mais que a gestão do Mosaico, por meio do Conselho Consultivo, busque enfrentar tais problemas, o escopo de ação é limitado. Somente a ação eficaz do Estado, normativa, política e economicamente, pode redimensionar tal desafio. Aliás, é preciso salientar um

ponto que levantamos durante a tese, evidentemente que o Estado age ativamente na biorregião do MSVP, mas tal ação se dá como falta.

O Estado agindo enquanto falta é essencial para se compreender o processo de degradação das APAs, possibilitada, sobretudo, com aprovação do novo Código Florestal em 2012. Este novo código deixou de exigir Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental para propriedades com áreas inferiores a 50 hectares. A partir deste processo, notou-se o esfacelamento dos grandes latifúndios em propriedades com áreas inferiores a 50 hectares, cujo intuito é substituição do Cerrado por monocultivos de eucalipto. Para efetivar tal processo a ação política do Estado foi essencial através da promulgação de normas. Obviamente, não é este Estado omissivo, capturado e condescendente o necessário para enfrentar os desafios que colocam na biorregião do MSVP.

Diga-se, de passagem, que ao sugerirmos às ações do Estado como essencial, também não estamos negando o papel da sociedade civil organizada. Na realidade, não acreditamos nesta separação grosseira, Estado de um lado e sociedade civil de outro, mas sim que ambos são essenciais para se pensar novos processos sociais mais justos ambiental e economicamente. É preciso que a sociedade civil se empodere das políticas de Estado para engendrar os processos de transformação, mas este empoderamento não significa anulação da outra parte, ao contrário, os objetivos e as ações devem se complementar. Esta é, sem sombra de dúvida, por ora, a mais utópica das esperanças.

Do ponto de vista das políticas ambientais, a proposta dos mosaicos é inovadora em todas as suas dimensões. Vejamos bem, do ponto de vista ecológico da conservação ambiental, os mosaicos evitam o efeito “sitio”, e permite ampliar as escalas da conservação, proteger um número maior de espécies, integra estas áreas sobre a mesma lógica de gestão. Os mosaicos não se restringem apenas aos fatores ecológicos, sobretudo, porque para que tais estratégias se consolidem é preciso compreender o contexto local e regional no qual se incidem as políticas de conservação. E mais, nos mosaicos surge à proposta mais subversiva da política ambiental brasileira, a indissociabilidade entre comunidades e conservação ambiental.

Analistas tanto de políticas ambientais quanto das estratégias de conservação a muito apontam que é preciso pensar a escala dos processos biológicos, e que espaços de conservação envoltos ou ilhados de processos degradativos podem não atingir os objetivos para os quais foram criados. Em outros termos, é preciso pensar o encadeamento dos processos ecológicos, a conexão entre os espaços de conservação com aqueles não

destinados a este fim, isto é, contextualizar a conservação dentro de um quadro geográfico e histórico. Os mosaicos surgem como uma iniciativa germinal nesse sentido, tanto no sentido de pensar a conciliação entre o uso humano e manutenção da biodiversidade, combinando estratégias de gestão e planejamento sem desconsiderar a realidade local.

A lógica integradora dos mosaicos permite outro olhar sobre a conservação, no lugar de UCs perdidas no mar de degradação tem-se uma área mais ampla para se pensar estratégias de proteção à biodiversidade. No lugar de políticas setoriais, desenvolvimento por um lado e conservação para o outro, tem-se a possibilidade de pensar o espaço geográfico enquanto totalidade, o mesmo vale para ações que sobre ele incidem. Empiricizar os processos descritos é o grande desafio colocado tanto para o Estado quanto para os Gestores das UCs e Conselhos dos Mosaicos. Integrar movimentos antagônicos requer um amplo de campo de negociações que somente a participação substantiva da comunidade pode conseguir.

A gestão integrada e participativa é uma das forças motrizes da política de mosaicos. Mas é preciso pensar a participação para além das figuras dos Conselhos Consultivos, tal como o do MSVP. Isto é, uma participação passiva, de fornecimento de informações ou de consulta, portanto, mais instrumental do que prática. A verdadeira participação requerida para consolidar e aprofundar os mosaicos de forma geral, e o MSVP em específico, passa pelo processo de mobilização, no qual as comunidades tomam a iniciativa para mudar a forma, as regras e os modelos de gestão e conservação. Esta participação mobilizadora independe da ação de agentes externos, ONG, por exemplo, pois é pautada na autonomia, na distribuição de poder e no questionamento das estruturas existentes.

Fato é, este modelo de participação não ganha existência concreta nos conselhos, sobretudo, porque é dominado por instituições que, às vezes, são estrangeiras à biorregião. E, na maioria das vezes, embora reconhecendo o papel da participação no processo de mudanças substanciais, órgãos públicos, gestores de UCs e, evidentemente, o Conselho Consultivo tem resistência à verdadeira participação, pois ela é subversiva às regras impostas. Pelo que vimos, é necessário participar, mas dentro dos limites institucionais. Mas, os movimentos de contestação, sobretudo, aqueles que surgem devido aos processos de encurralamento das UCs abrem vias de transformações importantes, e ao longo do tempo pode engendrar mudanças positivas na arquitetura e nas dinâmicas de poder relativos ao uso e acesso à natureza.

Em sentido complementar, é preciso considerar um conjunto de desafios e perspectivas postas ao Plano DTBC e ao Conselho Consultivo do MSVP. Isto porque enquanto plano de desenvolvimento biorregional, é preciso pensar o Plano DTBC dentro de alguns princípios básicos, entre eles, o planejamento biorregional exige reavaliação e readequação constante dos objetos e das estratégias de desenvolvimento. As perspectivas do MSVP passam necessariamente por este processo, a capacidade reavaliação e readequação, sobretudo, com o fim dos financiamentos da Caixa Econômica Federal. De modo geral, o eixo de desenvolvimento extrativismo em bases sustentáveis é o mais consolidado e, sobretudo, porque é intermediado pela CoopSertão que ao longo dos anos se estruturou técnica e administrativamente.

Dado a este fato, as ações empreendidas pela cooperativa no sentido de ampliar a produção e acessar novos mercados pode revelar o desdobramento deste eixo de desenvolvimento. A consolidação da cooperativa significa que uma rede de produção camponesa, extrativista e familiar também se consolidou. Com isto, parte das estratégias do desenvolvimento de base conservacionista também ganha concretude. É preciso ponderar, porém, que a CoopSertão não consolidou financeiramente, ainda “vive de projetos de financiamento externos”. A falta destes projetos pode limitar substancialmente as estratégias de expansão, mas também pode significar o movimento de consolidação da autonomia da cooperativa. Para isto, é imprescindível a capacidade de readequação técnico e financeira.

A proposta de criação e efetivação de um produto turístico e de um destino turístico tem contornos menos claros, sobretudo, não porque depende somente das ações empreendidas à escala da biorregião. O primeiro passo deste processo foi dado, com a formação de profissionais técnicos, criação de equipamentos turísticos e criação de uma rede de pousadas comunitárias. O turismo ecocultural de base comunitária no MSVP, porém, enfrenta um grande desafio de ordem estrutural. A biorregião é mal servida de estradas, rede bancária, telefonia e internet, mesmo com as pousadas comunitárias, a rede hoteleira e de restaurantes é frágil. Eventos como os Povos do Grande Sertão–Veredas e, mais recentemente, o Caminho do Sertão ajudam, sobretudo, à cidade de Chapada Gaúcha, a estruturar uma infraestrutura turística, mas somente de forma germinal.

O eixo de gestão integrada e participativa é o menos consolidado, e vários componentes políticos e institucionais concorrem para este fato. Primeiramente, a proposta de gestão integrada pressupõe distribuição de poder, decisões que, outrora, eram tomadas de forma isolada, agora devem ser concebidas de forma democrática e participativa. Com

efeito, as resistências a este processo emergem, a distribuição de poder pressupõe aprofundamento da cultura democrática, e considerando o contexto autoritário que as UCs são criadas e, geralmente, geridas, o desafio neste sentido é amplo. Além destas questões de ordem política, há também as de ordem institucionais, UCs obedecem às esferas distintas de poder (Estadual e Federal), mas também órgãos gestores distintos (IEF, ICMBio). Construir um sistema de cooperação entre poderes e instituições demanda alta capacidade de negociação, desafio colocado para o Conselho e Gestores do MSVP.

No que se refere à relação entre conservação e mosaico, os frutos adquiridos são positivos. Mesmo que implicitamente o MSVP contribuiu para o reconhecimento de que as comunidades biorregionais são agentes importantes na conservação da biodiversidade. Serviu de base para demonstrar que a ideia de conservação não é antitética a qualquer prática econômica, a geração de renda por meio do extrativismo contribuiu com este processo. No entanto, estas questões também precisam ser aprofundadas, afinal de contas o extrativismo é apenas um dos mecanismos importantes do modo de vida camponês da biorregião do MSVP. A questão da justiça social e ambiental, e da regularização fundiária deve entrar no debate relativo ao futuro do MSVP e dos seus eixos de desenvolvimento, sobretudo, porque os conflitos ainda persistem.

A construção desta tese também remete às questões pessoais. Cada trabalho desenvolvido representa uma experiência de pesquisa diferenciada, se durante o mestrado a experiência foi mais empírica, isto é, apreender o campo como essencial na construção de um saber geográfico, o doutorado direcionou-se aos mecanismos teóricos necessários a compreensão deste empírico. Evidentemente, as experiências não se separam; o teórico e o empírico, o concreto e o abstrato andam conjuntamente em cada momento da pesquisa. Mas, a tese permitiu a construção de uma cartografia teórica a fim de apreender um objeto concreto, o MSVP, permitiu tornar o empírico teórico e o teórico em empírico.

Esta tese tem também algo de muito pessoal. É, de certa forma, o fechamento de um ciclo iniciado em 2004, com o início do curso de graduação em Geografia na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Foram, portanto, onze anos de vivências, ora mais próximas ora mais distantes, de compreensão do real concreto norte mineiro. A tese também fecha outro ciclo, o das pesquisas iniciadas nos domínios do Grande Sertão-Veredas. Em todo este percurso realizado, sempre surpreende os processos contraditórios desenvolvidos nesta região desde a década de 1970, e como estes processos deixam rasuras na paisagem, no espaço, mas, sobretudo, como estas contradições fragilizam as pessoas, sobretudo, os camponeses e as camponesas.

Mas, se aprendemos a contradição em sua manifestação concreta, experimentamos também os movimentos de resistência, de afirmação de outro mundo possível. Esse outro mundo possível se manifesta nos elementos mais básicos do modo de vida, como, por exemplo, nas relações de solidariedade entre os vizinhos. Entre estas comunidades há um projeto de sociedade que se quer mais justo humanamente, mas também um projeto de socionatureza para além das querelas relativas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

Com a tese percebemos também que um modelo de conservação mais inclusivo e participativo é possível. E, talvez, o germinal disso seja justamente a proposta dos mosaicos. Mas, para isto é preciso aprofundar a proposta dos Planos DTBC, tornar os mecanismos de participação mais substantivos, repensar o papel da ONGs e redimensionar o papel do Estado.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.

ABDALA, Fábio de Andrade. **O poder da floresta: ecologia e política internacional na Amazônia**. 2000. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)-IFCH/ Unicamp, Campinas, 2000.

ABDALA, Fábio de Andrade. Conversões de dívida externa com finalidades ambientais: Bolívia, Chile e Brasil em perspectiva comparada. **Hiléia – Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, Manaus, nº. 5, p. 97-117, jul./dez., 2005.

ABERLEY, Doug. Interpreting bioregionalism: A story from many voices. In: MCGINNIS, Michael Vincent (org.). **Bioregionalism**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1999. p. 13-42.

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de. A regionalização no período técnico- científico-informacional: a região metropolitana de Campinas. A questão regional hoje: reflexões a partir do caso Paulista. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições territorial, 2003. p.409-416.

ACSELRAD, Henri. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p.128-138.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, nº. 68, p.103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: D&P, 2011. p. 27-55.

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo; SAMPAIO, Cristina. Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca mineira. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.8, n.1, p. 35-41, jan./jun., 2006.

ANAYA, Felisa Cançado. “Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, nº. 19, ano10, p. 4041-4050, 2014.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico. In: Souza, Maria Adélia (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas-SP: Edições Territorial, 2003. p.77-92.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: Humanitas, 2005.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política**: um estudo sobre a produção da região Centro-Goiano. Goiânia: Editora Vieira, 2007.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE. Amda denuncia desmatamento ilegal na reserva legal da Jaíba. Disponível em: << <http://www.amda.org.br/?string=interna-noticia&cod=366>>>. Acesso em: 22 de fev. de 2013.

ÁVILA, Cristina. Assustados com os efeitos do desmatamento, agricultores que plantam soja no município de Chapada Gaúcha decidem áreas particulares de preservação natural para recuperar o Cerrado e as nascentes dos rios. **Correio Brasiliense**, Brasília, p. 15, 17 de maio de 2013;

AYALA, Luci. **Empresas aliadas da natureza**: as reservas particulares como estratégia ambiental corporativa. Brasília/São Paulo: SOS Mata Atlântica e The Nature Conservancy, 2010.

AZEVEDO, Sebastião. Regularização fundiária: a experiência do “Ministério da Reforma Agrária”. In: MILANO, Miguel Serediuk (Org.). **Unidades de Conservação**: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002. P.31-39.

BAGGIO FILHO, Hernando. O município de Buritizeiro e a questão do pinus e do eucalipto: implicações de seu plantio homogêneo generalizado no meio ambiente físico, biológico e socioeconômico. In: RODRIGUES, Luciene; MAIA, Cláudia (org.). **Cerrado em perspectiva(s)**. Montes Claros: Unimontes, 2003. p.27-90

BARBOSA, Rômulo Soares; SANTOS, Fábio Dias dos. Unidades de proteção integral como compensação ambiental ao Projeto Jaíba, no Norte de Minas Gerais: mobilização e resistência das populações locais. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 6, n.1, p. 11-32, 2008.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade de. **Da nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. 535 f. Tese (doutorado em Antropologia Social)- FFLCH/PPAS/USP, São Paulo, 2001.

BCBFAP- Boletim da Cooperação Brasil-França sobre Áreas Protegidas. A construção da cooperação. **BCBFAP**, Brasília, Edição especial, nº. 9, p. 1-8, abr./mai., 2010.

BECHARA, Erika. **Licenciamento e compensação ambiental na lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC)**. São Paulo: Editora Atlas S. A, 2009.

BECKER, Bertha K. Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geopolítica. In: Leal, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUES, Rodolfo Hector; BUSS, Paulo Marchiori (org.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento**: uma análise interdisciplinar. Vol. 1. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 127-152.

BECKER, Bertha K. Tendências de transformação do território no Brasil vetores e circuitos. **Revista Território**, Rio de Janeiro, nº. 1, v. 2, p.5-17, 1997.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 271-307.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães. **Área de Proteção Ambiental Estadual do rio Pandeiros - MG: espaço, território e atores**. 2009. 290 f. Tese(Doutorado em Geografia)-PPGEO/UFF, Niterói-RJ, 2009.

BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães; CUNHA, Sandra Batista. Gestão Sustentável de Unidades de Conservação: o caso da APA Estadual do rio Pandeiros, Minas Gerais. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 11, nº. 22, p. 104-127, 2009.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERG, Peter. Aux sources du biorégionalisme. *Révue Éléments*, Paris, nº. 100, s/p, 2001.

BERG, Peter; FREEMAN, House; DASMANN, Raymond. Reinhabiting. *The Ecologist*, Londres, nº. 10, v. 7, p. 399-401, dez., 1997.

BERNARDES, Aline Tristão. **Establishment of private natural heritage reserves (RPPNS) in the brazilian Cerrado**. Brasília: Relatório Final, 2006.

BERNARDES, Antonio. Quanto às categorias e aos conceitos. *Revista Formação online*, Presidente Prudente, v. 2, nº. 18, p.165-172, 1996.

BERTRAN, Paulo. **Breve história do Noroeste Mineiro e do Parque nacional Grande Sertão: Veredas**. FUNATURA/IBAMA: Brasília, 1999.

BOURG, Dominique; Whiteside, Kerry. **Vers une démocratie écologique: le citoyen, le savant e le politique**. Paris: Seuil, 2010.

BRAGHINI, Claudio Roberto; VILAR, José Wellington. Gestão territorial de áreas protegidas no litoral sergipano: primeiras incursões. **Ambivalências – Revista do Grupo de Pesquisa “Processos identitários e poder”**, Aracaju, v.1, n.1, p.1-14, jan./jun., 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Lei de nº 6.902, de 27 de Abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Presidência da República, 1981.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto nº. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007.

BRASIL/IBAMA. **Instrução Normativa ICMBio nº 2** de 03/09/2009. Brasília: Ibama, 2009.

BRASIL. **Decreto n.º 1.922, de 5 de Junho de 1996**. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Resolução Conama, nº 2**, de 18 de abril, 1996.

BRASIL. **Sistema nacional de unidades de conservação da Natureza-SNUC**. Lei 9985 de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002. Ed. Aumentada. Brasília: MMA\SBF, 2000-2002.

BRASIL. **Sistema nacional de unidades de conservação da Natureza -SNUC**. Lei 9985 de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002. Ed. Aumentada. Brasília: MMA\SBF, 2000-2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. Decreto nº 5.758, de 13 de Abril de 2006. Brasília: MMA, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 4.340**, de 22 de Agosto de 2002. Brasília, 2002.

BRASIL. **Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros**. Decreto nº. 84.017 de 21 de Setembro de 1979.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Lei nº. 6.938 de 31 de Agosto de 1981.

BRASIL. **Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção ambiental e dá outras providencias**. Lei nº. 6.902 de 27 de Abril de 1981.

BRASIL. **Sistema nacional de unidades de conservação da Natureza -SNUC**. Lei 9985 de 18 de julho de 2000;

BRASIL. **Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Decreto nº. 4340 de 22 de agosto de 2002. Ed. Aumentada. Brasília: MMA\SBF, 2000-2002.

BRASIL. MMA. **Convenção sobre a diversidade biológica- CDB**. Decreto Legislativo nº. 2, de 5 de junho de 1992. Brasília – DF, MMA, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. Decreto nº 5.758, de 13 de Abril de 2006. Brasília: MMA, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto nº. 6.040 de 7 de Fevereiro de 2007.

BRASIL/MMA. **Termo de Referência FNMA nº 01/2010: Implementação do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu**. Brasília, 2010.

BRITO Maria Cecília Wey. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. 2ª ed. São Paulo: FAPESP- AnnaBlume, 2003.

BRITO, Thiago Macedo Alves de. **Região**: leituras possíveis de Milton Santos. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 1, p.1-5, mar./, 2009.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 2, p.1-4, abr./, 2009.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 3, p.1-4, mai./, 2009.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 4, p.1-4, jun./, 2009.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 5, p.1-2, jul./ago./, 2009.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 6, p.1-2, set./out./, 2009.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 7, p.1-2, nov./jan./, 2009/2010.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 8, p.1-2, mar./, 2010.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 9, p.1-8, abr./mai./, 2010.

BOLETIM DA COOPERAÇÃO BRASIL-FRANÇA SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS. **MMA**, Brasília, nº. 10, p.1-2, jun./out./, 2010.

BONNIN, Marie; VELUT, Sébastien. La contribución del concepto de Reserva de la Biosfera al desarrollo sustentable: un enfoque comparado Francia-Chile. In: Desarrollo Sustentable, Gobernanza y Derecho : Jornadas de Derecho Ambiental, IV, 2008.. **Anais...** Santiago-Chile, 2008. p.1-23. Disponível em: << [BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.](https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00432202/en/>>. Acesso em: 19 de agosto de 2013.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAMELY, Nazira Correia. Os agentes do imperialismo na Amazônia ocidental: um estudo sobre os agentes do imperialismo Estado do Acre. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, V. 10, n. 19, p. 1-24, 2008.

CAMENIETZKI, Carolina Poswar de Araújo. **Unidades de conservação e soberania alimentar**: uma análise da comunidade vazanteira Ilha de Pau de Légua, no entorno Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - PPG em Desenvolvimento Social, UNIMONTES, Montes Claros- MG, 2011.

CAMPOS, Natália Lorena. **Redes do agronegócio canavieiro**: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- PPGEQ/IG-UFU, Uberlândia, 2014.

CANGUILHEM, Georges. La question de l'écologie: la technique ou la vie. Disponível em: << <http://sniadecki.wordpress.com/2012/11/11/canguilhem-ecologie/>>>. Acesso em: 12 de nov. 2012.

CASTRO JÚNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henrique; FREITAS, Leandro Esteves de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de Conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do Método. Seminário de Metodologia Estatística. Rio de Janeiro: PUC, 1971. In: IFCH – UNICAMP. Disponível em: << http://minhateca.com.br/v.voltar/Hist*c3*b3ria/Artigos/CARDOSO*2c+Miriam+L.+O+Mito+do+Metodo,24383088.pdf>>. Acesso em: 11 de Abril de 2014.

CARDOSO, Thiago Mota; MOURA, Sarita de; SARCINELLI, Oscar; ILLENSEER, Rafael; KURIHARA, Leonardo Pereira. “Territórios da sustentabilidade”: mosaicos de áreas protegidas como ferramenta de gestão e desenvolvimento territorial na Amazônia brasileira. In: Colóquio Internacional Sobre Poder Local: Gestão Social e Desenvolvimento de Territórios, XXI, 2009. **Anais...** Salvador/BA, UFBA/Escola de Administração/ Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 2009. 1 CD ROM. p. 1-18.

CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. Tradução de Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
CCMSVP. **Ata da Quinta Reunião realizada em 07 de Julho de 2011**. Chapada Gaúcha: CCMSVP: 2011.

CCMSVP. Edital De Convocação Cadastramento De Entidades Para Concorrerem À Eleição Para A Composição Do Conselho Do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu Para O Biênio 2014 / 2016. CCMSVP/Funatura: Januária, 2014.

CCMSVP. **Moção Nº 01/2013**. Solicita aos órgãos competentes sanções sobre o uso indevido de agrotóxicos na região do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu. CCMSVP/Funatura: Januária, 2013.

CCMSVP. **Moção Nº 02/2013**. Manifesta contrariamente à implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas no rio Carinhanha que afetam o Mosaico de Sertão Veredas – Peruaçu. CCMSVP/Funatura: Januária, 2013.

CEDILLO, Rosa Vásquez. **Análisis de los procesos participativos y colaborativos desarrollados en el Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, Brasil, para lograr su reconocimiento como Bosque Modelo**. 2013. 75 f. Tese (Máster en Práctica del Desarrollo)- Centro Agronómico Tropical de Investigación Y Enseñanza Escuela de Posgrado, Turrialba, Costa Rica, 2013.

CERQUEIRA, Rui, BRANT, Arthur; NASCIMENTO, Marcelo, PARDINI, Renata. Fragmentação: Alguns conceitos. In: _____ (Org.). **Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas** / MARÇAL, Denise RAMBALDI, (org.) Brasília: MMA/SBF, 2003.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética Materialista: as categorias e leis da dialética**. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: Mendonça, Francisco; KOZEL, Salette, (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 11-46.

COELHO, Maria Célia Nunes; CUNHA, Luís Henrique; MONTEIRO, Maurilio de Abreu. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.

COMPAGNON, Daniel. Administrar democraticamente a biodiversidade graças às ONGs? In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NAPAUB/USP, 2008. p. 83-104.

COOPSERTÃO. Curso sobre Uso Sustentável da Favela no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

COOPSERTÃO. Coop. Sertão veredas promove Intercâmbio entre Cooperativas e Associações regionais inseridas no Projeto Extrativismo Vegetal Sustentável no Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

COOPSERTÃO. Curso de Buriti em Cônego Marinho. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

COOPSERTÃO. Curso de Capacitação em Coquinho Azedo. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

COOPSERTÃO. Intercâmbio proporciona troca de experiências entre agricultores/as do norte de minas gerais. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

COOPSERTÃO. Oficina de Boas Práticas de Manejo e Fabricação para Produção Sustentável e Beneficiamento de Umbu na Comunidade Quilombola de Brejo São Caetano, em Manga/MG. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

COOPSERTÃO. Curso de Boas Práticas de Manejo e Fabricação para Produção Sustentável de Coquinho Azedo em Chapada Gaúcha/MG. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

COOPSERTÃO. Cagaita ajuda centenas de famílias a aumentarem a renda. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

COOPSERTÃO. Termo de Referência nº. 006/12. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**, São Leopoldo- RS, v. 1, nº. 1, p 32-46, jan./, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjunção de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Trabalho, cultura e sociedade do norte/nordeste de Minas**: considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997. p.77-98.

COSTA, João Batista de Almeida. Populações tradicionais do sertão norte mineiro e as interfaces socioambientais vividas. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 4, n.1, p. 81-108, jan./dez. 2006.

COSTA, Lara Moutinho da. Sociodiversidade e os biomas brasileiros: sociodiversidade brasileira. **Ministério da Educação**. Brasília, ano XX, n. 6, p. 19-31, jun. 2010.

COUTINHO, Joana Aparecida. ONGs e políticas neoliberais. **Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, nº. 82, p.1-5, nov., 2006.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas**: A Contribuição da Agroecologia e da Etnoecologia nos Estudos dos Agroecossistemas Tradicionais. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) Universidade Internacional de Andalucia, Montes Claros, 1998.

DELELIS, Caroline Jeanne; REHDER, Tatiana; CARDOSO, Thiago Mota; **Mosaicos de áreas protegidas**: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA; Embaixada da França No Brasil – CDS; UnB, 2010.

DELELIS, Caroline Jeanne; CARDOSO, Thiago Mota; COSTA, Cláudia; FERNANDES, Rosan Valter; DIAS, Heloísa; FERREIRA, Iara Vasco; LAMAS, Ivana Reis; LEDERMAN, Márcia Regina; LINO, Clayton Ferreira; PINHEIRO, Marcos Roberto. **Recomendações para o reconhecimento e implementação de Mosaico de Áreas Protegidas**. Brasília: GTZ, 2010a.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. O que é Filosofia? Tradução de Bento Prado Junior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1999.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000. p.149-164.

DI BITETTI, M.S; PLACCI, G.; e DIETZ, L.A. **Uma visão de Biodiversidade para a Ecorregião Florestas do Alto Paraná – Bioma Mata da Atlântica**: planejando a paisagem de conservação da biodiversidade e estabelecendo prioridades para ações de conservação. Washington, D.C.: World Wildlife Fund, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais da conservação**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras-NUPAUB/USP, 2008.

DUPAS, Gilberto. **Mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

ESTADO DE MINAS. Jaíba, entre o sucesso e a ameaça ambiental. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p.16, 3 de out., 1993.

ESTADO DE MINAS. Áreas do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha correm risco de desertificação. <<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/03/interna_gerais,674600/areas-do-norte-de-minas-e-do-vale-do-jequitinhonha-correm-risco-de-des.shtml>>. Acesso em: 29 de Julho de 2015.

ESTADO DE MINAS. Devastação agrava a falta de água no Norte de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/03/interna_gerais,674598/devastacao-agrava-a-falta-de-agua-no-norte-de-minas-gerais.shtml>>. Acesso em: 29 de Julho de 2015.

ESTADO DE MINAS. No Norte de Minas, corte de matas é feito apenas para liberar terreno. Disponível em: <<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/03/interna_gerais,674599/no-norte-de-minas-corte-de-matas-e-feito-apenas-para-liberar-terreno.shtml>>. Acesso em: 29 de Julho de 2015.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Margens do sujeito no espaço urbano**. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. BUAINAIN, Antônio Márcio (ed.). Campinas: Editora da Unicamp, 2005. Disponível em: <<[http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/fernandes_questao_agraria_conflitualidade_e_desenvolvimen to_territorial.pdf](http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/fernandes_questao_agraria_conflitualidade_e_desenvolvimen_to_territorial.pdf)>> . Acesso em: 21 de janeiro de 2013.

FERNANDES, António Teixeira. Conflitualidade e movimentos sociais. **Análise Social**, Lisboa, v. XXVIII nº. 123-124, p. 787-828, 1993

FERREIRA, Idelvone Mendes. **Bioma Cerrado: caracterização do subsistema de vereda**. EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas territorialidades – integração e redefinição regional, IX. Porto Nacional, julho de 2005. Disponível em: <<https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/MENDES_ldevone_bioma_cerrado.pdf>> . Acesso em: 13 de jan. 2015.

FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA Eduardo. Introdução. In: _____ (Org.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 7-14.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital** - imperialismo: teoria e história. 2ª. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano IV, nº. 9, p.1-34, 2º sem./, 2001.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA-FUNATURA. **Estrada-Parque Guimaraes Rosa**: Proposta de reconhecimento oficial. ESPÍRITO SANTO, C.V.; MOSCOSO, M.C (Org.). Brasília-DF: Funatura/ISPN/União Europeia, 2012.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA-FUNATURA.. Projeto Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. Brasília: Funatura, 2005.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA-FUNATURA. **Plano de manejo**: Parque Nacional Grande Sertão Veredas. MMA/IBAMA/FUNATURA, Brasília, 2003.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA-FUNATURA./IEF. **Plano de Manejo do Parque Estadual Serra das Araras**. Brasília: Funatura, 2005.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA-FUNATURA. **Relatório de cumprimento do objeto parcial— RCO**: Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu MMA/FNMA – 106/2005. Funatura, 2008.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA-FUNATURA. **Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista**. Brasília: Funatura, 2008.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA-FUNATURA. **Regimento interno do conselho consultivo do Mosaico sertão veredas – Peruaçu**. Brasília, Funatura, 2009.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA-FUNATURA. **Plano de manejo:** Parque Nacional Grande Sertão Veredas. MMA/IBAMA/FUNATURA, Brasília, 2003.

FREITAS, André Vieira. **Áreas protegidas, normas e território usado: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) como um instrumento de ordenamento territorial.** 2014. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FRÉMONT, Armand. A região, o espaço vivido. Tradução de António Gonçalves. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FRIEDMANN, John. Planificación para el siglo XXI: el desafío del pós-modernismo. **Revista Eure – Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales,** Santiago/Chile, nº. 55, v. XVIII, p. 79-89, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Naves. 8 edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FROTA, Roberto Comini. **A influência da política pública ambiental como promotora do desenvolvimento:** a experiência do projeto de desenvolvimento sustentável do Pandeiros, município de Januária – MG. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- PPDR/FCE/UFRGS, Porto Alegre, 2013.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GALLOIS, L. **Régions naturelles et noms de pays: étude sur la région parisienne.** Paris: Armand Colin, 1908.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do nordeste meridional** (Norte de Minas). Publicação especial 1. Belo Horizonte: Departamento de Geografia/UFMG, 1975.

GEORGE, Pierre; Verger, FERNAND. Dictionnaire de la Géographie. 4. Ed. Paris: PUF, 2013.

GILBERT, Anne. The new regional geography in English and French-speak. **Progress in Human Geography,** nº. 12, v. 2, p. 208-228, Jun. /1988.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) **Geografia: conceitos e temas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 49-76.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade.** 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GONÇALVES, Gilberto Lamoglia. **Modelos de gestão participativa para Unidades de Conservação federais de uso indireto:** o caso do Parque Nacional da Tijuca. 2000. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental)- Instituto de Geociências/UFF, Niterói- RJ, 2000.

GONZAGA, Carlos M. A. **Economia e meio ambiente: trópicos introdutórios.** Santa Cruz/Paraná: UNICENTRO, 2013.

GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: Cavalcanti, Clovis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. p. 72-82

GRAF, Ana Cláudia; ORÉFICE, Cíntia. Regularização Fundiária em Unidades de Conservação. In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol.1, 2002. **Anais...** Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação /Fundação O Boticário de Proteção da Natureza/Associação Caatinga, 2002.

PIRES, Paulo dos Santos. TIAGOR, Aline de Almeida. O Potencial Turístico das Estradas Parque na Confluência entre Paisagem e Áreas Protegida. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, VII, 2010, São Paulo. **Anais...** Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ /SP, 2010.

GUATURA, Inah Simonetti; COSTA, José Pedro de Oliveira; CORRÊA, Fredmar; AZEVEDO, Pedro Ubiratan Escorel de. **A questão fundiária**: Roteiro para a solução dos problemas fundiários nas Áreas Protegidas da Mata Atlântica. SÉRIE Conservação e áreas PROTEGIDAS. Cadernos nº. 1. 2ª. ed. UNESCO – Programa MAB - “O Homem e a Biosfera”/ Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1996.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos de arquivo. Análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura da história no discurso**: homenagem a Denise Maldidier. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997. p.163-188.

GUIMARÃES, Fabio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, p. 1-49, 1942.

GUIMARÃES, Roberto P.. **Fundamentos territoriales y biorregionales de la planificación**. Santiago/Chile: CEPAL/ONU, 2001.

GOHN, M. DA G. M. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 32.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos gestores de políticas públicas**: democracia, controle social e instituições. 113 f. Dissertação (Mestrado Administração Pública e Governo)- FGV/EAESP, São Paulo, 2003.

JACINTO, Andréa Borghi Moreira. **Afluentes da memória**: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. 1998. 181f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia e Ciências Humanas, Campinas/UNICAMP, 1998.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. **Gestão do território e a produção da sacionatureza nas ilhas do Lago de Tucuruí na Amazônia brasileira**. 2006. 318 f. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- CDS/UNB, Brasília, 2006.

JORNAL DO MOSAICO. **Funatura**, nº. 1, p.1-5,1º trim./, 2010.

JORNAL DO MOSAICO. **Funatura**, nº. 2, p.1-5, 2º trim./, 2010.

JORNAL DO MOSAICO. **Funatura**, nº. 3, p.1-5,3º trim./, 4º. trim./, 2010.

JORNAL DO MOSAICO. **Funatura**, nº. 4, p.1-5, Ago./, 2010.

JORNAL DO MOSAICO. **Funatura**, nº. 5, p.1-5, out./, 2011.

JORNAL DO MOSAICO. **Funatura**, nº. 6, p.1-5, jan./, fev./, 2012.

JORNAL DO MOSAICO. **Funatura**, nº. 7, p.1-8, mai./, jun./, 2013.

JORNAL DO MOSAICO. **Funatura**, nº. 9, p. 1-8, set./, out./ 2014.

IBAMA. Plano de manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. IBAMA: Brasília, 2005.

BAMA/MMA. Plano operativo de prevenção e combate aos incêndios florestais no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. **Itacarambi/MG, 2007**.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zenny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169 -190.

HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Revista AmbientalMentesustentable**, Galicia, ano VI, VI, nº.11-12, p.7-25, 2006.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. 2ª ed. Tradução de Fábio M. S Guimarães e L. M. C. Bernardes. São Paulo: HUCITEC, 1978.

HATHAWAY, **David**. **Biodiversidade, biotecnologia e patentes no Brasil**. Brasília: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 1996.

HERRMANN, Gisela; COSTA, Cláudia. **Gestão Integrada de Áreas Protegidas: Uma análise de efetividade de mosaicos**. Brasília: WWF-Brasil, 2015.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOGAN, Daniel. **Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, **São Paulo, nº. 31, p.1-12, dez., 1993**.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem/ Ministério do Turismo, 2009. p. 108-121.

LACOSTE, Y. A Pesquisa e o trabalho de Campo: um problema político pPara os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 84, p. 52-77, jul., 2006.

LEFEBVRE, Henri. la notion de totalité dans les sciences sociales. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v.18, p.55-77, jan./jun./, 1955.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribucion a la teoria de las representaciones. Tradução de Óscar Barahona; Uxoá Doyhambouke. Fondo de Cultura Economica: México, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **De l'Etat**: le mode de production étatique. Vol. 3. Paris: Union Générale d'Éditions, 1997.

LEFF, Enrique; ARGUETA, Arturo; BOECE, Eckart; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Más allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidade: una visión de la América Latina. In: LEFF, Enrique. EZCURRA, Exequiel; PISANTY, irene; LANKAO, Patricia Romero. **La transición hacia el desarrollo sustentable**. Perspectivas de América Latina y el Caribe. Cidade do México: INE-SEMARNAT/UAM/ PNUMA, 2002.

LIMA, Nilo. **Conservação no cerrado, território e política pública – Mosaico Sertão Veredas Peruaçu**. 2008. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia)- FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

LIMA, Fernando. Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista. Disponível em: < <http://portal.mda.gov.br/o/4400415> >. Acesso em Janeiro de 2014.

LÚCIO, Sílvia Laine Borges. **Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro: a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari/MG**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- CDS/UNB, Brasília, 2013.

LÚCIO, Sílvia Laine Borges; PEREIRA, Ludivine Eloy Costa; LUDEWIGS, Thomas. **O gado que circulava**: desafios da gestão participativa e impactos da proibição do uso do fogo aos criadores de gado de solta da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari. Biodiversidade Brasileira, Brasília, nº. 4, v. 1, p. 130-155, 2014.

KAISER, Bernard O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 84, p. 93-104, jul., 2006.

KOSÍK, Karel. **Dialético do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURY, Karla Aguiar. **Regularização fundiária em unidades de conservação**: o caso do Parque Estadual do Desengano/RJ. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental)- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2009.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas-SP, nº. Especial, p. 397-416, abr. /, 2011.

IBAMA/MMA. **Instrução Normativa nº 9, de 24 de Outubro de 2003**. Estabelece critérios e procedimentos administrativos para a regularização fundiária de unidades de conservação federais. IBAMA/MMA, 2003.

IEF/ DIRETORIA DE ÁREAS PROTEGIDAS. **Nota técnica para a ampliação do Parque Estadual Veredas do Peruaçu**. Belo Horizonte: IEF, 2009.

INSTITUTO ROSA SERTÃO. O caminho do sertão – de Sagarana ao Grande Sertão: Veredas. Disponível em: << <https://ocaminhodosertao.wordpress.com/2014/05/13/o-caminho-do-sertao-de-sagarana-ao-grande-sertao-veredas-2/>>>. Acesso em: set., 2015.

INSTITUTO ROSA E SERTÃO. **Relatório de atividades do Instituto Rosa e Sertão - Ano 2011 e 2012**. Instituto Rosa e Sertão: Chapada Gaúcha, 2013.

INSTITUTO ROSA E SERTÃO. **Edital 001/2015** - Consulta às comunidades tradicionais do mosaico Sertão Veredas- Peruaçu. Instituto Rosa e Sertão: Chapada Gaúcha, 2015.

ISTOÉ MINAS. Sucesso Contestado: o Jaíba irriga lavouras, produz safras de frutas, mas é criticado pelos ambientalistas. **Revista Isto É**, Belo Horizonte, nº, p. 9-11, 16 de fev., 1994.

MACIEL, Bruno de Amorim. **Mosaicos de Unidades de Conservação: uma estratégia de conservação para a Mata Atlântica**. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS/UNB, Brasília, 2007.

MIGUEL, Wilson. Meio ambiente e sustentabilidade. Disponível em: <http://coopsertaoveredas.blogspot.com.br/> >. Acesso em 15 de Maio de 2014.

MALINOWSKI, Brosislaw. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: Guimarães, Alba Zaluar. (Org.) **Desvendando as máscaras sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980. p. 39- 62.

MANN, Michael. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: HALL, John A. (org.). Os Estados na história. Rio de Janeiro: Imago editora, 1992. p. 163-204.

MAPA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARQUE ESTADUAL SERRA DAS ARARAS. Disponível em: << http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/REGULARIZACAO_FUNDIARIA/Alto_Medio_Sao_Francisco/layout_serra_da_araras_1.pdf>>. Acesso em: 07 de jun./, 2015.

MATA-MACHADO, Roberto. **História do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MAZZETTO, 2006, p.16

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental (global e local). In: Cavalcanti, Clóvis (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002. p.215-231.

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiros no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais.** 2011. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MARTINS, Geraldo Inácio. Conservação da natureza e formação territorial: conjuntura política histórica e o Código Florestal Brasileiro de 1934. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 18–35, Jun., 2014.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. A proteção à natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano VI, n. 9, p. 83-93, jan./2004.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. IX n.º. 1, p.41-64, jan./jun., 2006.

MEREDITH, Dianne. The bioregion as a communitarian micro-region (and its limitations). *Ethics, Place & Environment: a Journal of Philosophy & Geography*, California/EUA, n.º. 1, v.8 p. 83–94, mar., 2005.

MILLER, K.R. **Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional.** Brasília: IBAMA, 1997.

MILANO, Miguel Serediuk. Por que existem parques? In: _____ (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193-208.

MILLER, K.R. **Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional.** Brasília: IBAMA, 1997.

MMA/FNMA. **Edital n.º. 01/2005.** Mosaicos de Áreas Protegidas: uma estratégia de desenvolvimento territorial com base conservacionista. MMA/ FNMA: Brasília, 2005.

MINAS GERAIS. **Condicionantes ambientais: PE-25, Projeto Jaíba.** Governo do Estado de Minas Gerais, 2006.

MINAS GERAIS. **Lei n.º 9.375, de 12 de Dezembro de 1986.** Declara Interesse comum e de preservação permanente os ecossistemas das veredas no Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, 1986.

MINAS GERAIS. **Lei n.º. 11.901, de 2 de Setembro de 1995.** Declara de proteção ambiental as áreas de interesse ecológico situadas na bacia do rio Pandeiros. Minas Gerais: Poder Legislativo. 1995.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil.** Campinas-SP: Papyrus, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e a história no Brasil.** 2ª. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: _____; BRUNO, Regina; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 241-265.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº. 20, p.113-143, 2003.

MUNGAI, Mariana França. **Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas Do Peruaçu – MG**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGeo/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

NOVIK, I. **Sociedad y naturaleza: problemas sociológicos**. Trad. E. Glazátova. Moscú: Editorial Progreso, 1982.

OBSERVATÓRIO ECO. **MPF quer que o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu vire realidade**. Disponível em: <<<http://www.observatorioeco.com.br/index.php/2010/10/mpf-quer-que-o-parque-nacional-cavernas-do-peruacu-vire-realidade/>>>. Outubro de 2010. Acesso em: 22 fev./ de 2013.

OLIVEIRA, Robson Munhoz de. **Vivendo nos interstícios do Cerrado: encurralados entre o Agronegócio e Unidades de Conservação**. 2015. 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

OLIVEIRA, Valeska Buchemi de; PAGLIA, Adriano Pereira; FONSECA, Mônica; GUIMARÃES, Erika. **Mata Atlântica-RPPN e biodiversidade: o papel das Reservas Particulares na Proteção da biodiversidade da Mata Atlântica**. Belo Horizonte: Conservação Internacional; São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; Curitiba: The Nature Conservancy, 2010.

OLIVEIRA, Ludmila J. Duarte. Populações e Meio Ambiente. **Boletim Científico** –Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília, nº. 32/33, ano 9, p. 143-176, jan./dez., 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Políticas Institucionais: a interpretação da delinquência. **Bolema**, Rio Claro, v. 23, nº 36, p. 625-638, ago., 2010.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Cerrado: um fantástico bioma ameaçado. *Eco 21*, Rio de Janeiro, nº. 46, s/p, mai./jun./ 2000.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A Insustentável leveza da Política Ambiental** – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.119-142.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Gerais. In: Revista Brasileira de Geografia. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 179-185.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Agentes e normas na transformação do espaço urbano: a EMBRAER em Gavião Peixoto, SP, Brasil. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. IX, nº. 194 (35), s/p, ago./, 2005.

PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.1, p.1-28, 1996.

PINHEIRO, Marcos. Resgate do I Seminário sobre Mosaicos de Áreas Protegidas na Amazônia e Avanços. In: WWW/Brasil (coord.). II Segundo Seminário Mosaico de Áreas Protegidas. Manaus/AM: WWW, 2009. p. 7-9.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **Dados**, Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.651-670, 2006

PIRES, José Salatiel Rodrigues; SANTOS, José Eduardo; PIRES, Adriana M.Z. Rodrigues. Gestão biorregional: uma abordagem conceitual para o planejamento de paisagens. In: _____; CAVALHEIRO, Felisberto; OLIVEIRA, Carlos Henke (org.). **Faces da polissemia da paisagem: ecologia, planejamento e percepção**. São Carlos RiMa, 2004. p.23-34.

PIRES, Paulo dos Santos. TIAGOR, Aline de Almeida. O Potencial Turístico das Estradas Parque na Confluência entre Paisagem e Áreas Protegida. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, VII, 2010, São Paulo. **Anais...** Universidade Anhembí Morumbi – UAM/ /SP, 2010.

PISANTY, Exequiel Ezcurra Irene; LANKAO, Patrícia Romero (org.). **La transición hacia el desarrollo sustentable**. México: PNUMA/INE-SEMARNA/Universidad Autónoma Metropolitana, 2002. p.477-576.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. In: Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142- 156.

POSEY A.; ANDERSON, Anthony B. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Série Botânica**, Belém, v. 2, p. 77-98, 1985.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO- PNUD. **Cerrado ganha 13 reservas particulares**. Reportagem de 04 de Março de 2004. Disponível em: <<<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3>>>. Acesso em: out./ 2013.

RAICHELIS, Raquel. Articulação entre os conselhos de políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.85, p.109-116, mar. 2006.

REQUENA, José Manuel Castillo. La regin natural, um concepto em evolucion. **Paralelo 37- Revista de Estudios Geográficos**, nº. 14-15, p. 21-32, 1991-1992.

REVISTA ECOLÓGICO. Não somos mais aqueles senhores de engenho. Disponível em <<<http://www.revistaecologico.com.br/materia.php?id=32&secao=405&mat=415>>>. Acesso em 23 de fev. de 2013.

RIBEIRO, Orlando. En relisant Vidal de la Blache. **Annales de Géographie**, Paris, n°424, t. 77, p. 641-662, 1968.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato ou ferramenta. LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. Rio de Janeiro: Max Lomonad/CNPQ, 2004. 194-212.

RICUPERO, Bernardo; ABDALA, Fábio de Andrade; MARIANO, Karina L. Pasquariello. Meio ambiente e dívida externa: anotações de uma pesquisa. **Cadernos CEDEC**, São Paulo, n°. 40, p.1-36, 1995.

RODRIGUES, Luciene. A formação econômica do norte de minas e o período recente. In: RODRIGUES, Luciene; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (org.). **Formação econômica e social do norte de minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 105-170.

RODRIGUES, Luciene. Potencial da agricultura irrigada como indutora do desenvolvimento regional: o caso do Projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.32, n.2, p. 206-232, abr./jun. 2001.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. Trad. de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. Os irrigantes do Projeto Jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n.7, p.349-372, out./, 2010.

SATHLER, Evandro Bastos. **Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”**: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. 2010. 334 f. Tese (Doutorado em Geografia)- PPG em Geografia, UFF, Niterói-RJ, 2010.

SARAIVA, Vânia Marques. **Gestão integrada de áreas protegidas e estratégias de desenvolvimento territorial com base na conservação**: da proposta do Mosaico Sertão Veredas- Peruaçu. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – CDS/UNB, Brasília, 2008.

SEMAD. Licenciamento. Disponível em: <<<http://www.semad.mg.gov.br/regularizacao-ambiental/licenciamento>>>. Acesso em: fev. 2013.

SENNES, Ricardo Ubiraci. A conversão da dívida externa em investimentos. **Cadernos CEDEC**, São Paulo, n°. 29, p.1-25, 1993.

SILVA NETO, A.L. e MORAES JÚNIOR, A.R. Deficiências institucionais do planejamento de projetos de irrigação no Brasil: um estudo de caso. In: AGUIAR, D.R.; PINHO, J.B. (Org.). **Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: SOBER, 1998. vol. II. p.1-14.

SILVA, Cássio Alexandre da. **Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi -MG - Comunidade do Janelão**: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – PPDS/UNIMONTES, Montes Claros, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. **O cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009 a.

SILVA NETO, Manoel Lemos da. A questão regional hoje: reflexões a partir do caso Paulista. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições territorial, 2003. p. 355-379.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. **O cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009 a.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. **Os cerrados e a sustentabilidade**: territorialidades em tensão. 2006. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia)- PPOTA/UFF, Niterói-RJ, 2006.

SILVA, Armando Correa da. As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. (Org.). **Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

SILVA, Armando Correa da. Discutindo pressupostos. **Revista Formação online**, Presidente Prudente, v. 1, nº.3, p.1-2, 1996.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do discurso e pesquisa qualitativa na Geografia. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p.91-118.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 4, nº. 7, p. 1-5, 2002.

TC-Termo de Compromisso. **MMA e FIAT Automóveis S/A**. PAC/ MPF – Procedimento Administrativo civil/ Ministério Público Federal – Procedimento Administrativo Civil MPF/PGR – Nº. 08112.000968/94-41 que trata do auto de infração aplicada à FIAT Automóveis S/A no dia 21 de Dezembro de 1995. MPF, 1997.

TERBORGH, John; PERES, Carlos A.. O problema das pessoas nos Parques. In: TERBORGH, John; SCHAİK, Carel van; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002. p.334-345.

TOBAR, Frederico. Economia e financiamento da preservação ambiental. In: Leal, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUES, Rodolfo Hector; BUSS, Paulo

Marchiori (org.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento**: uma análise interdisciplinar. Vol. 1. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 195-207.

TOLEDO, V. M. ¿áreas naturales protegidas o estrategia bioregional? Gaceta Ecológica, México, nº 77, p. 67-83, out./dez., 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. II.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Processo nº. TC 021.971/2007-0. ACÓRDÃO Nº2650/2009–TCU–Plenário. Disponível em:

<< <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/orca/tcu/pdfs/acordao26502009-tcu-plen%c3%alrio.pdf> >>. Acesso em: fev. de 2013.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. “Prefácio” ao Atlas Geral Vidal-Lablache: História e Geografia. . In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. **Vidal, Vidais**: textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 41-47.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos Ambientais. Disponível em:<<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>>. Acesso: 22 de nov. 2014.

WALDMAN, Márcio. Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida. In _____. SCHILLING, Paulo R.; CRUZ, Paulo D. C. **Conversão da Dívida e Meio Ambiente**. São Paulo: CEDI/GRAAL, 1992. p. 59-82(1-21).

WEIGAND JR., Ronald. Que es desarrollo con base conservacionista. Brasília, 2005. Disponível em: << <http://www.mma.gov.br/port/fnma/inscricoes/ed0105/doc/dtbc.doc>>>. Acesso em: 11 fev. de 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-72.

WWW/BRASIL. **Relatório consolidado**: Oficinas de Elaboração dos Mapas Colaborativos do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Brasília/DF, 2012.

WWW/BRASIL. Extrativismo no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. Disponível em: < http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/mapeamento_extrativismo_msvp.pdf >. Acesso em Dezembro de 2014.

WWW Internacional. **Directrices para el desarrollo del turismo comunitario**. WWW Internacional, 2011.

ANEXOS

Anexo 1: UCs e a potencialidades para o extrativismo

Proteção Integral	PARNA GSV (exploração no entorno e zona de amortecimento)	Favela, pequi, buriti, coco indaiá, Coquinho Azedo, Cagaita.
	PARNA CP (exploração no entorno e zona de amortecimento)	Pequi, Favela, Cabeça De Nego (Araticum), Coquinho Azedo, Umbú.
	PE VP (exploração no entorno)	Pequi, Favela, Buriti, Cabeça de Nego, Cajuí e Lobeira.
	PE SA (exploração no entorno e zona de amortecimento)	Pequi, Favela, Buriti, Cajuí, Cabeça de Nego.
	PE MS (exploração no entorno)	Umbú, Jenipapo, Cajarana, Jatobá.
	Refúgio da Vida Silvestre do Pandeiros (exploração no entorno)	Pequi, Favela, Cagaita, Babaçu.
Uso Sustentável	APA Estadual do Pandeiros	Pequi, Favela, Buriti, Babaçu, Cabeça de Nego.
	APA Estadual Rio Cochá-Gibão	Pequi, Favela, Buriti, Cabeça De Nego, Coco Indaiá.
	APA Cavernas do Peruaçu	Favela, Pequi, Buriti, Cabeça De Nego, Umbu, Jenipapo.
	RDS Veredas do Acari	Pequi, Favela, Buriti, Cajuí, Cabeça de Nego.
	RPPN do Porto Cajueiro (entorno)	Pequi, Favela, Buriti, Cabeça De Nego, Cagaita.
	RPPN da Arara Vermelha (entorno)	Favela, Pequi, Buriti, Coco Indaiá, Coquinho Azedo, Cagaita.
	RPPN Veredas do Pacari (entorno)	Favela, Pequi, Buriti, Coco Indaiá, Coquinho Azedo, Cagaita.
RPPN Fazenda Ressaca (entorno)	Sem registros	
Área Legalmente Protegida	Reserva Indígena dos Xacriabás	Pequi, Cagaita, Coquinho Azedo, Cabeça de Nego, Umbu.

Fonte: FUNATURA, 2008.

Anexo 2: Situação fundiária das UCs estaduais.

